

ANA MARIA LEITE DE BARROS é professora efetiva da rede de educação básica da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Ufes na linha de pesquisa Estudos Urbanos e Regionais com ênfase em geografia urbana. É membro do Laboratório de Estudos Urbano-Regionais, das Paisagens e dos Territórios (Laburp) da Ufes.

CLÁUDIO LUIZ ZANOTELLI é professor titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Ufes e editor da revista *Geografares*. Realiza pesquisa sobre cidades, geografia econômica e regional e epistemologia da Geografia. É coordenador do Laboratório de Estudos Urbano-Regionais, das Paisagens e dos Territórios (Laburp) da Ufes. Pesquisador com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq.

VIVIAN ALBANI é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ipes, campus Colatina) desde 2009, lecionando no curso de Arquitetura e Urbanismo. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Ufes na linha de pesquisa Estudos Urbanos e regionais com ênfase em geografia urbana. É membro do Laboratório de Estudos Urbano-Regionais, das Paisagens e dos Territórios (Laburp) da Ufes.



Em 2017 se comemorou 100 anos da Revolução Russa, enquanto em 2018 se completaram os 50 anos do maio de 1968. Nos últimos anos, rebeliões, revoltas e levantes têm estremecido as ordens políticas e sociais de diversos países em diferentes continentes. O aspecto da luta pelo direito à cidade e pelo comum de todas essas revoluções, rebeliões e levantes é a importância estratégica das cidades, pontos de convergência e de multiplicação dos movimentos das praças, dos parques, das ocupações de ruas, das ocupações de fábricas, das greves e das manifestações por melhores condições de vida cotidiana e contestação da ordem dominante. Esses movimentos também fazem emergir as “minorias”, muitas vezes majoritárias, oprimidas (mulheres, diversidades sexuais, raciais, migrantes), desvelando o múltiplo e o diverso no espaço urbano. O espaço urbano está em disputa, pois ele é lócus estratégico de controle, repressão e opressão por parte do Estado em todas as suas escalas, se colocando, na maioria das vezes, a serviço das classes dominantes. Vive-se, desse modo, momentos contraditórios na reprodução do espaço urbano, e esse movimento revela os impasses das lutas e dos movimentos sociais na cidade. A ordem neoliberal tem acelerado os processos de espoliação urbana e de captura da criação e inventividade coletiva por meio da proliferação do capitalismo de forma imanente em todos os setores da vida. Os espaços coletivos e comuns citadinos são ameaçados, provocando rupturas, mas também resistências.



BARRROS, ZANOTELLI E ALBANI (ORGS.)

30 anos do Simpósio Nacional de Geografia Urbana

CONSEQUÊNCIA

GEOGRAFIA URBANA

30 anos do Simpósio Nacional de Geografia Urbana

Cidades, revoluções e injustiças: entre espaços privados, públicos, direito à cidade e comuns urbanos

ANA MARIA LEITE DE BARROS,
CLÁUDIO LUIZ ZANOTELLI E VIVIAN ALBANI (ORGS.)

CONSEQUÊNCIA

O livro que chega agora às mãos do leitor foi organizado em sete partes, que correspondem às respectivas mesas-redondas homônimas do XVI Simpurb realizado em Vitória entre os dias 14 e 17 de novembro de 2019, simpósio que também marcou a trajetória de 30 anos da realização da primeira edição do Simpurb em 1989 na USP e que vem debatendo bianualmente desde então a Geografia urbana brasileira. As questões colocadas para os palestrantes das mesas foram diversas: como pensar um conhecimento múltiplo – a geografia urbana e outros saberes que têm a cidade e o urbano como espaço de conhecimento – no período recente? O que há de novo nas produções sociais e urbanas e como elas se traduzem no debate dos saberes sobre a cidade e o urbano? Quais movimentos, quais escalas? Quais debates de classes e de categorias sociais nos espaços urbanos? Quais economias urbanas (indústria, serviços, produção imobiliária)? Quais justiça espaciais? Quais re(pro)duções dos espaços urbanos? Quais criações ampliadas das lutas dos e pelos espaços comuns instituídas politicamente? Como sair da apoteose do negativo em direção a uma positividade na afirmação do possível e da virtual utopia das conquistas sociais das classes dominadas? Como desvelar e colocar em relevo a alegria (real e virtual) face à morte anunciada pelo “comum do capital” difundida sob o manto de repressão cotidiana jogada sobre a sociedade e a cidade? Qual cidadania cotidiana se desvela nos movimentos que se fazem hoje? Quais reivindicações do direito à cidade?

Geografia Urbana

ANA MARIA LEITE DE BARROS

CLÁUDIO LUIZ ZANOTELLI

VIVIAN ALBANI

(ORGS.)

Geografia Urbana: 30 anos do Simpósio Nacional de Geografia Urbana

Cidades, revoluções e injustiças: entre
espaços privados, públicos, direito
à cidade e comuns urbanos

CONSEQUÊNCIA

© 2020 dos autores

Direitos desta edição reservados à

Consequência Editora

Rua Alcântara Machado, 36 sobreloja 210

Centro - Cep: 20.081-010

Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Tel/Fax: (21) 2233-7935

ed@consequenciaeditora.com.br

www.consequenciaeditora.com.br

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei no 9.610/98).

Conselho editorial

Alvaro Ferreira

Carlos Walter Porto-Gonçalves

João Rua

Marcelo Badaró Mattos

Marcos Saquet

Ruy Moreira

Sandra Lencioni

Timo Bartholl

Coordenação editorial e projeto gráfico

Consequência Editora

Revisão

Priscilla Morandi

Capa e diagramação

Letra e Imagem

Imagem da capa

Paul Klee, *In the current six thresholds*, 1929.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD

G345 Geografia urbana: cidades, revoluções e injustiças: entre espaços privados, públicos, direito à cidade e comuns urbanos / organizado por Ana Maria Leite de Barros, Cláudio Luiz Zanotelli, Vivian Albani. - Rio de Janeiro : Consequência, 2020. 512p. ; 16x23cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-87145-00-6

1. Geografia. 2. Geografia urbana. 3. Movimentos sociais. 4. Justiça espacial. 5. Economia urbana. 6. Espaços Comuns. 7. Cidades. I. Barros, Ana Maria Leite de. II. Zanotelli, Cláudio Luiz. III. Albani, Vivian. IV. Título.

2020-752

CDD 910
CDU 911.3

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

Geografia urbana 910

Geografia urbana 911.3

SUMÁRIO

<i>Simpósio Nacional de Geografia Urbana 30 anos – Comissões</i>	8
<i>Apresentação</i>	11

PARTE I. CIDADES E REVOLUÇÕES. ESPAÇOS PÚBLICOS, COMUNS URBANOS E REDES SOCIAIS: DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR NO CAMPO DOS ESTUDOS URBANOS E SOCIAIS

CAPÍTULO 1. Uma abordagem cruzada sobre o tema Cidades e revoluções: espaços públicos, comuns urbanos e redes sociais	27
<i>Cláudio Luiz Zanotelli</i>	
CAPÍTULO 2. Seriam as cidades rebeldes?	49
<i>Ana Fani Alessandri Carlos</i>	

PARTE II: PRÁTICAS, UTOPIAS, DISTOPIAS E HETEROTOPIAS NAS E DAS CIDADES DO NORTE E DO SUL GLOBAL: QUAIS SEMELHANÇAS, QUAIS DIFERENÇAS?

CAPÍTULO 3. O contexto neoliberal face ao ecofascismo e ao discurso decolonial	73
<i>José Borzacchiello da Silva</i>	
CAPÍTULO 4. O dinheiro e a vida cotidiana: as formas de representação	91
<i>Amélia Luisa Damiani</i>	
CAPÍTULO 5. Economia política das cidades amazônicas.....	111
<i>Giancarlo Livman Frabetti</i>	
CAPÍTULO 6. Relatos: lugares memoráveis.....	131
<i>Jan Bitoun</i>	
CAPÍTULO 7. Urbanização, “ecologia” e projetos de sociedade: distopias ecofascistas, utopias social-ecológicas e heterotopias de resistência ecossocial	149
<i>Marcelo Lopes de Souza</i>	

PARTE III: ESCALAS, CULTURAS E DECOLONIALIDADE: NOVAS PERSPECTIVAS EM GEOGRAFIA URBANA	
CAPÍTULO 8. Segregação e fragmentação, diversidade e desigualdade: os grupos sociais invisibilizados pela colonialidade e as novas perspectivas em Geografia Urbana.....	173
<i>Angelo Serpa</i>	
CAPÍTULO 9. Do espaço ao contraespaço: a luta antirracista decolonizando o urbano carioca	185
<i>Denilson Araújo de Oliveira</i>	
CAPÍTULO 10. Sobre posicionalidades e escalas, decolonialidades e fronteiras. Diálogos sobre outras possibilidades na Geografia Urbana	213
<i>Igor Robaina</i>	
CAPÍTULO 11. Escalas, culturas e decolonialidade: aproximações	237
<i>Nécio Turra Neto</i>	
PARTE IV: FRAGMENTAÇÕES, SEGREGAÇÕES, VIOLÊNCIA E URBICÍDIO NAS CIDADES BRASILEIRAS	
CAPÍTULO 12. A crítica ao urbicídio como crítica ao poder [... ou jamais aceitar o inadmissível]	255
<i>Jorge Luiz Barbosa</i>	
CAPÍTULO 13. Espaços penhorados e gestão militarizada da fronteira urbana	273
<i>César Simoni</i>	
PARTE V: PRODUÇÃO DO ESPAÇO, DA CIDADE E DO URBANO E NOVA ORDEM FINANCEIRA INTERNACIONAL: UNIDADE DAS QUESTÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS	
CAPÍTULO 14. Encampando a natureza nos estudos da financeirização do imobiliário.....	305
<i>Beatriz Rufino</i>	
CAPÍTULO 15. Financeirização da terra e a emergência de novas formas de espoliação	321
<i>Carlos Teixeira de Campos Júnior</i>	

CAPÍTULO 16. O capitalismo metropolitano-financeiro: a produção da natureza e do espaço.....	353
<i>Eudes Leopoldo</i>	
CAPÍTULO 17. Metabolismo urbano sob o domínio financeiro: apontamentos a partir da produção imobiliária e da natureza na cidade de São Paulo	373
<i>Luciana Nicolau Ferrara</i>	
PARTE VI: ECONOMIA URBANA E REGIONAL E MIGRAÇÕES	
CAPÍTULO 18. Economia urbano-regional e migrações: um debate	393
<i>Regina Helena Tunes</i>	
CAPÍTULO 19. Dinâmica migratória e mobilidade pendular nas metrópoles brasileiras.....	407
<i>Carlos Fernando Ferreira Lobo</i>	
CAPÍTULO 20. O Brasil é mais que um todo: as dinâmicas regionais econômicas e demográficas	429
<i>Eliseu Savério Sposito</i>	
PARTE VII: A GEOPOLÍTICA URBANA NA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA: DISPUTAS DOS COMUNS	
CAPÍTULO 21. Navegar é preciso, viver não é preciso, o que é necessário é criar: da geopolítica urbana latino-americana aos comuns urbanos, alguns apontamentos	445
<i>Ester Limonad</i>	
CAPÍTULO 22. El neoliberalismo chileno en la encrucijada. Rutas geopolíticas, disputas por el agua como frente de urbanización y manifestaciones del descontento.....	465
<i>Rodrigo Hidalgo, Voltaire Alvarado, Luis Daniel Santana Rivas</i>	
CAPÍTULO 23. Descontentamentos nas cidades latino-americanas: como fazer desta velha tradição uma força transformadora?.....	485
<i>Mónica Arroyo</i>	
<i>Sobre os autores</i>	499

SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA - 30 ANOS
XVI SIMPURB - UFES -2019

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Fani Alessandri Carlos USP	Floriano Godinho de Oliveira UERJ
Ana Maria Leite de Barros PPGG-UFES	Francismar Cunha Ferreira PPGG-UFES
Angelo Perret Serpa UFBA	
Arlete Moysés Rodrigues UNICAMP	Igor Martins Medeiros Robaina UFES
Carlo Eugênio Nogueira UFES	José Aldemir Oliveira UFAM (<i>in memoriam</i>)
Carlos Teixeira de Campos Junior UFES	Nelba Azevedo Penna UNB
Cássio Arruda Boechat UFES	Roberto Garcia Simões PPGG-UFES
Cláudio Luiz Zanotelli UFES (Coordenador Geral)	Sérgio Manuel Merêncio Martins UFMG
Edilson Pereira Junior UECE	Vivian Albani IFES - Colatina
Ednelson Mariano Dota UFES	Zandor Gomes Mesquita IFF - Campos
Eneida Maria de Souza Mendonça UFES	

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adriana Carvalho Silva UFRRJ	Demian Garcia Castro Colégio Pedro II
Alexandre Queiroz Pereira UFC	Denise Cristina Bomtempo UECE
Álvaro Ferreira PUC-Rio	Denise Elias UECE
Amélia Damiani USP	Doralice Sátyro Maia UFPB
Ana Claudia Sacramento UERJ	Edilson Pereira Júnior UECE
Ana Fani Alessandri Carlos USP	Eliseu Sposito UNESP
André Nunes de Sousa IFBA	Eustógio Dantas UFC
André Vinicius Martinez Gonçalves IFG	Fania Fridmam IPPUR - UFRJ
Arlete Moysés Rodrigues Unicamp	Flávia Elaine da Silva Martins UFF
Aureanice de Mello Corrêa UERJ	Floriano Godinho UERJ
Carlos de Almeida Toledo USP	Gilmar Mascarenhas UERJ (<i>in memorian</i>)
Carlos Teixeira de Campos Junior UFES	Glauco Bienenstein UFF
Catia Antonia da Silva UERJ	Glauco Bruce Rodrigues UFF
Cláudio Luiz Zanotelli UFES	Glória da Anunciação Alves USP
Danilo Volochko UFPR	Gustavo de Oliveira Coelho PUC-SP
	Hélio Carlos Miranda de Oliveira UFU

Iara Rafaela Gomes | UFC
 Ivan Queiroz | URCA
 Jader Oliveira Santos | UFC
 Jânio Roque Barros de Castro | UNEB
 Jânio Laurentino de Jesus Santos | UEFS
 Jorge Luiz Barbosa | UFF
 José Aldemir | UFAM (*in memorian*)
 José Borzacchiello da Silva | UFC
 Juscelino Eudâmidas Bezerra | UnB
 Karla Annyelly Teixeira de Oliveira | UFG
 Leda Buonfiglio | FURG
 Lindon Fonseca Matias | UNICAMP
 Márcio José Catelan | UNESP-PP
 Márcio Piñon de Oliveira | UFF
 Marcio Rufino Silva | UFRR
 Marcos Leandro Mondardo | UFGD
 Maria Beatriz Rufino | FAU-USP
 Maria Encarnação Beltrão Sposito | UNESP/PP - UFRJ
 María Laura Silveira | UBA
 Matheus Grandi | FFP-UERJ
 Mirlei Fachini V. Pereira | UFU
 Nécio Turra Neto | UNESP
 Nelba Azevedo Penna | UNB
 Odette Carvalho de Lima Seabra | USP
 Oscar Sobarzo | UFS
 Otávio José Lemos Costa | UECE
 Patrícia Chame Dias | UFBA
 Paulo Baqueiro | UFOB
 Paulo Cesar Xavier | FAU-USP
 Paulo Roberto Rodrigues Soares | UFRGS
 Pedro de Almeida Vasconcelos | UFBA
 Rafael Faleiros de Pádua | UFPB
 Regina Helena Nunes | UERJ
 Renato Pequeno | UFC
 Rita de Cássia da Conceição Gomes | UFRN
 Rogério Haesbaert | UFF
 Rogério Leandro Lima da Silveira | UNISC
 Saint Clair Trindade Junior | UFPA
 Sandra Lencioni | USP
 Sergio Martins | UFMG
 Silvana Maria Pintaudi | USP
 Susana Mara Miranda Pacheco | UERJ
 Tadeu Alencar Arrais | UFG
 Tatiana Tramontani Ramos | UFF - Campos
 Vitor Koiti Miyazaki | UFU
 Wagner Batella | UFJF
 William Ribeiro da Silva | UFRJ

APRESENTAÇÃO

Ana Maria Leite de Barros
Cláudio Luiz Zanotelli
Vivian Albani

Em 2017 se comemorou 100 anos da Revolução Russa, enquanto em 2018 se completaram os 50 anos do maio de 1968 (que nem sempre começou ou acabou no mês de maio e teve repercussões por anos a fio em diversas sociedades). Nos últimos anos, rebeliões, revoltas e levantes têm estremecido as ordens políticas e sociais de diversos países em diferentes continentes. O aspecto da luta pelo direito à cidade e pelo comum de todas essas revoluções, rebeliões e levantes é a importância estratégica das cidades, pontos de convergência e de multiplicação dos movimentos das praças, dos parques, das ocupações de ruas, das ocupações de fábricas, das greves e das manifestações por melhores condições de vida cotidiana e contestação da ordem dominante. Esses movimentos também fazem emergir as “minorias”, muitas vezes majoritárias, oprimidas (mulheres, diversidades sexuais, raciais, migrantes), desvelando o múltiplo e o diverso no espaço urbano. O espaço urbano está em disputa, pois ele é lócus estratégico de controle, repressão e opressão por parte do Estado em todas as suas escalas, se colocando, na maioria das vezes, a serviço das classes dominantes. Vive-se, desse modo, momentos contraditórios na reprodução do espaço urbano, e esse movimento revela os impasses das lutas e dos movimentos sociais na cidade.

Em 2018 completou-se 10 anos do apogeu da crise financeira que se desenvolveu a partir do setor imobiliário dos EUA e se estendeu para todo o mundo. O domínio da produção do espaço pelo capital financeiro recoloca em novas bases os conflitos e exacerba as contradições pelo direito à cidade. Às condições econômicas agravadas desde então somaram-se crises de outras ordens, sobretudo de natureza política, e que impactaram também a sociedade brasileira e a vida nas cidades. As perspectivas de reação conservadora e o contingenciamento ou descontinuidade das políticas so-

ciais implicam desafios também para a universidade e para o pensamento social. Como pensar a crise? Como refletir sobre os novos discursos que dela emergem ou nela se reforçam? Como pensar a perspectiva de novas segregações sociais que tendem a surgir? Como enfrentar isso com uma universidade também em crise?

A violência social, econômica e espacial se revela em toda a sua crueza, movimentos retrógrados e neoconservadores ameaçam o pouco de conquistas sociais das sociedades salariais, o fosso entre dominantes e dominados se amplia, as geopolíticas urbanas constroem as cidades partidas no lugar das cidades partilhadas. A ordem neoliberal tem acelerado os processos de espoliação urbana e de captura da criação e inventividade coletiva por meio da proliferação do capitalismo de forma imanente em todos os setores da vida. Os espaços coletivos e comuns citadinos são ameaçados, provocando rupturas, mas também resistências.

Diante desses fatos, como pensar um conhecimento múltiplo – a geografia urbana e outros saberes que têm a cidade e o urbano como espaço de conhecimento – no período recente? O que há de novo nas produções sociais e urbanas e como elas se traduzem no debate dos saberes sobre a cidade e o urbano? Quais movimentos, quais escalas? Quais debates de classes e de categorias sociais nos espaços urbanos? Quais economias urbanas (indústria, serviços, produção imobiliária)? Quais justiças espaciais? Quais re(pro)duções dos espaços urbanos? Quais criações ampliadas das lutas dos e pelos espaços comuns instituídas politicamente? Como sair da apoteose do negativo em direção a uma positividade na afirmação do possível e da virtual utopia das conquistas sociais das classes dominadas? Como desvelar e colocar em relevo a alegria (real e virtual) face à morte anunciada pelo “comum do capital” difundida sob o manto de depressão cotidiana jogada sobre a sociedade e a cidade? Qual cidadinidade cotidiana se desvela nos movimentos que se fazem hoje? Quais reivindicações do direito à cidade? Estes são os questionamentos e as problematizações que orientaram a temática do XVI Simpurb em Vitória entre os dias 14 e 17 de novembro de 2019: *Cidades, revoluções e injustiças: entre espaços privados, públicos, direito à cidade e comuns urbanos*, simpósio que também marca a trajetória de 30 anos da realização da primeira edição do Simpurb em 1989 na USP e que vem debatendo bianualmente desde então a Geografia urbana brasileira.

O livro que chega agora às mãos do leitor foi organizado em sete partes, que correspondem às respectivas mesas-redondas homônimas do XVI Simpurb. Assim como ocorreu com o Simpurb de Salvador em 2017 e no Simpurb de 2001 em São Paulo, a comissão organizadora definiu que todos os participantes das mesas deveriam enviar seus textos completos até um mês e meio antes do Simpurb 2019 para que esses textos fossem compartilhados entre os seus membros e com o debatedor de cada mesa, garantindo, com isso, um efetivo debate de ideias antes e durante o simpósio e a publicação posterior de um livro com as contribuições de palestrantes e debatedores das mesas. Foi definido um colega debatedor por mesa, que trouxe questões e reflexões para o debate também em forma de texto, com antecedência e com base na leitura dos textos previamente compartilhados entre os participantes de cada mesa. Desta forma, os debatedores cumpriram um importante papel para sistematizar as ideias para o debate.

Cabe ressaltar que, infelizmente, alguns participantes das mesas, por razões diversas, não tiveram tempo hábil para nos enviar seus textos para que fossem publicados neste livro. Este foi o caso de Ermínia Maricato, que participou da mesa de abertura, *Cidades e revoluções: espaços públicos, comuns urbanos e redes sociais: diálogo interdisciplinar no campo dos estudos urbanos e sociais*; de Maria Encarnação Beltrão Sposito (Unesp-PP), que participou da mesa *Fragmentações, segregações, violência e urbidicídio nas cidades brasileiras*; do debatedor desta mesma mesa, Marcio Piñon (UFF), bem como, por fim, de Carlos Walter Porto-Gonçalves, que participou da mesa de encerramento *A Geopolítica urbana na América Latina contemporânea: disputas dos comuns*. Durante o Simpurb de 2019, tivemos também algumas ausências por razões de força maior. Este foi o caso de João Bosco Moura Tonucci Filho (UFMG), na mesa de abertura referida, e de Marcelo Lopes de Souza (UFRJ), na mesa *Práticas, utopias, distopias e heterotopias nas e das cidades do Norte e do Sul global: quais semelhanças, quais diferenças?* Mas este último, malgrado não ter participado do simpósio, enviou o texto que apresentaria e que publicamos neste livro.

Esperamos com esta publicação prolongar os debates e as ações sociais neste momento de crise societária de um neoliberalismo que se pretende triunfante e que desenvolveu a fobia do Estado para melhor usar o Estado para seus fins. O jogo resta aberto em meio a crises sucessivas de toda ordem nos quadros do capitalismo.

No que se segue apresentamos um panorama sintético dos artigos apresentados ao longo dos capítulos.

Parte I. Cidades e revoluções. Espaços públicos, comuns urbanos e redes sociais: diálogo interdisciplinar no campo dos estudos urbanos e sociais

Debatedor: Cláudio Luiz Zanotelli (Ufes)

Na mesa-redonda de abertura se construiu o debate entre as leituras dos geógrafos e de outros campos dos saberes (Urbanismo e Arquitetura) sobre o fundo, a forma e a densidade da política na rua e na cidade. Em outros termos, sobre o que faz do urbano a possibilidade de provocar transformações sociais, se interrogando sobre a vontade de instituir um espaço comum e um espaço público urbano em contraposição aos espaços capturados pelas instâncias privadas e pelos poderes públicos que, na maioria das vezes, têm favorecido os interesses neoliberais.

Inicialmente foi feita uma rápida definição do que se entende por comum que atravessa o debate ora em pauta. Em seguida, diz Zanotelli, ele procedeu a uma apresentação dos textos preliminares lhe enviados anteriormente como debatedor da mesa. Durante este exercício, procurou-se estabelecer conexões e interações e levantar algumas questões a partir de algumas ponderações teóricas e práticas. Finalmente, concluiu-se com interrogações sobre os textos apresentados indicando alguns aspectos que podem ser debatidos sobre os espaços públicos e os espaços comuns.

O debate sobre o conceito de comum como princípio político instituído para fazer frente ao neoliberalismo e ao Estado instrumentalizado pelo neoliberalismo foi analisado em uma obra de referência de Pierre Dardot e Christian Laval, *Comum, ensaio sobre a revolução no século XXI* (2014). Os autores fazem uma arqueologia do comum, revelando que no princípio das práticas ligadas ao comum está a coatividade, o *mutum* latino (o nosso mutirão), que equivale ao *múnus*, ou seja, ao dom; ou, em grego, o *Koinôn*, a noção de reciprocidade. Portanto, os autores nos indicam que as práticas e noções de comum se fundam na cooperação em oposição às práticas neoliberais e da sociedade concorrencial capitalista. O comum não é a consequência automática de uma suposta “lei evolutiva” que levaria à concepção de uma socialização pela produção no capitalismo. O comum,

portanto, tal como o entendemos, não é produto de uma evolução e nem de uma fé ou de ideia de progresso, mas produto de práticas coletivas não estatais e que são deliberadas pelos sujeitos que instituem uma forma de vida em comum. O comum envia à noção do viver juntos na mesma cidade, é o “agir juntos” de Aristóteles (DARDOT; LAVAL, 2014).

As invenções da “coisa pública”, ou da “utilidade comum”, como interesse de todos e da “utilidade pública” como interesse do Estado, foram codificadas na Roma antiga a partir da experiência grega, como indicam Dardot e Laval (2014, p. 25-32). Elas sofrem nos tempos atuais uma mutação e o Estado se revela cada vez mais o detentor do monopólio da vontade comum. A substituição da utilidade pública, no sentido estatal da expressão, à utilidade comum é um ponto fundamental da história política ocidental” (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 29). Portanto, a ideia do resgate da “coisa comum” é uma forma de sair desta apropriação estatal e retomar a “utilidade comum” que não se resume ao “bem comum mundial”, ou o comum como “universal” (o que é comum a todos), o propósito é de tratar o “comum” como um conceito verdadeiramente político.

Parte II. Práticas, utopias, distopias e heterotopias nas e das cidades do Norte e do Sul global: quais semelhanças, quais diferenças?

Debatedor: José Borzacchiello da Silva (UFCE)

A utopia seria o não lugar, o lugar que não existiria; distopia seria as consequências sobre o lugar da predação do capitalismo; heterotopia pode se referir aos lugares inventados aqui e agora, que, provocando alteridade, fazem com que se busque construir hoje um mundo à parte, um mundo que escape, ou reproduza, a estrutura social instaurada. Face aos mundos invocados por estas expressões e às práticas sociais nas cidades e das cidades, quais são as experiências dos países do Norte global e do Sul global sobre esses novos mundos construídos ou a construir como forma de re-invenção da ordem social?

Borzacchiello buscou as possibilidades de interlocução entre os textos relativos às apresentações da mesa identificando o que tinham em comum e buscou elencar elementos capazes de permitir e sustentar o debate. Constatou um corte transversal que unia os três textos e garantia sentido à ementa

proposta. Na busca dessa transversalidade procurou manter a coerência do debate proposto e, assim, aprofundar a análise.

Lembremos que o texto de Marcelo Lopes de Souza, por ele não ter participado do debate presencial da mesa, não foi comentado por Borzacchiello, mas se encontra publicado nesta seção do livro e dialoga com as intervenções aqui publicadas.

Segundo Borzacchiello, a divisão política do mundo sempre foi e continua sendo mais ideológica que geográfica, de tal forma que interfere nas diferentes tentativas de maior interlocução entre o Norte e o Sul, o que se dá de forma lenta e gradual. Esses dois mundos separados pelo fosso que permanece, mantêm a histórica assimetria que os distancia. O México, embora seja Norte, pertence ao Sul global, da mesma forma que Austrália e Nova Zelândia pertencem ao Norte. Diz Borzacchiello que é flagrante o desinteresse sobre os saberes dos povos do Sul, e essa opacidade construída pelo colonizador despertou um movimento intelectual recente na América Latina. Essa histórica assimetria entre colonos e colonizados conduz à constatação de que, mesmo sendo americanos, somos designados como latinos. O estatuto da diferença decorre de contingências impostas que nos caracterizam com uma especificidade identitária. Essa enorme porção que se estende desde o México até a Terra do Fogo, denominada de América Latina ou América hispânica, ganha uma identidade que a distingue dos Estados Unidos. Contudo, dentre todos os nomes que surgiram ao longo desse período, o termo “América Latina” foi, sem dúvida, aquele que mais logrou êxito, pois, ao contrário dos demais, perpetua-se até os dias de hoje.

Borzacchiello escreve que debater o tema *Práticas, utopias, distopias e heterotopias nas e das cidades do Norte e do Sul global: quais semelhanças, quais diferenças?* remete à discussão do quadro de conjuntura de um mundo integrado por um complexo sistema de redes com intensa fluidez de informações, de capital e de mercadorias num ambiente dominado por discursos e práticas ideologizados, que incita a hostilidade em diferentes ambientes, seja nas famílias, nos partidos políticos, nas igrejas e em outras formas de agremiação. Indica que as questões ligadas às relações sociedade-natureza e campo-cidade se cruzam nas falas dos membros da mesa em contextos em que a dimensão escalar atravessa uma abordagem mais geral, como a de Giancarlo Frabetti, ao discutir a economia política das cidades da Amazônia, numa perspectiva macro considerando a extensão e a complexidade daquela região. Amélia Da-

miani alcança teoricamente as formulações que sustentam as teses da urbanização crítica a partir da macrometrópole de São Paulo. Com seus relatos, Jan Bitoun atravessa toda a proposta da mesa-redonda, enfocando o macro e o micro, o Norte e o Sul. As questões ambientais, por outro lado, estão contidas nas três abordagens em face de um contexto extremamente complexo onde o controle do território e a conversão da cidade em mercadoria acentuam o quadro de exclusão social.

Parte III. Escalas, culturas e decolonialidade: novas perspectivas em geografia urbana

Debatedor: Angelo Serpa (UFBA)

Quantas cidades podem existir no interior da mesma? Diante deste questionamento, emergem contextualmente distintas reflexões e práticas que envolvem o conhecimento e avançam no sentido de contestar narrativas hegemônicas sobre diferentes fenômenos, processos, segmentos e grupos sociais no espaço urbano. Nesse sentido, posicionalidades, reflexividades, encontros e rupturas de trajetórias marcadas por poderes, moralidades e aspectos culturais impactam diferentes dimensões nas relações de classe, gênero, sexualidade, étnico-raciais e outras noções nas espacialidades da vida cotidiana.

Angelo Serpa parte da questão primeira colocada para os participantes desta mesa: Quantas cidades podem existir em uma mesma cidade? Esta é uma questão instigante porque vai de encontro à ideia de cidade como formação socioespacial, como totalidade, e coloca uma reflexão de fundo para a Geografia Urbana: como lidar com as particularidades sem perder de vista a cidade como totalidade?

Assim, Serpa nos diz que, como premissa de partida do debate, busca colocar em xeque a ideia de muitas cidades em uma mesma cidade, reformulando-a sob a perspectiva de uma reflexão baseada nos processos de segregação e fragmentação e na necessidade de articulação entre totalidade e particularidade, entre conjuntura e estrutura, entre diversidade e desigualdade, para a compreensão desses processos em curso na cidade contemporânea.

Indica-nos ainda que, se for verdade que a cidade contemporânea se fragmenta e segrega de modo intrínseco às relações capitalistas de produção que, ao se reproduzirem, “estilhaçam” o espaço urbano em pedaços

que pouco interagem e se relacionam, como resgatar a perspectiva da cidade como totalidade e do urbano – da sociedade urbana (LEFEBVRE, 2004) – como horizonte utópico? Assumir a cidade como muitas cidades em uma só não seria uma maneira de ocultar esses processos, que são gerais e atingem de modo mais ou menos contundente as diferentes e desiguais cidades no mundo capitalista?

Angelo Serpa prossegue e questiona como pensar no uso e na apropriação desiguais e diferenciados de nossas cidades. Sob quais perspectivas analisar as juventudes, a população em situação de rua, os negros sob condições de racismo de todas as ordens – ambiental, institucional etc., como se propuseram os palestrantes, participantes dessa mesa? Propõe, então, que pensemos em primeiro lugar na relação dialética entre diversidade e desigualdade, entre conjuntura e estrutura, bem como nos processos de segregação/fragmentação em curso na cidade contemporânea, e escreve que esta é uma reflexão que explicita um dilema para a Geografia – e, em especial, para a Geografia Urbana, nos moldes como se propôs a problematizar aqui: o dilema entre o particular e o geral, o conjuntural e o estrutural. Porque pensar em diversidade social remete às particularidades do social, enquanto refletir sobre desigualdade social requer, em termos mais gerais, uma análise da estrutura social. E, para a Geografia, trata-se de pensar e explicitar também (e sobretudo) a dimensão espacial dos processos sociais, o que impõe uma reflexão sobre como diversidade e desigualdade produzem/criam dialeticamente espaço(s).

Parte IV. Fragmentações, segregações, violência e urbicídio nas cidades brasileiras

Debatedor: Marcio Piñon (UFF)

Esta mesa buscou debater as fragmentações e segregações urbanas que se revelam no Brasil atual por meio da crescente militarização do espaço urbano, que tem como consequência o aumento da violência institucional e social, bem como do urbicídio urbano. Vive-se no país um estado de exceção com a ocupação de diferentes cidades e de bairros em diferentes estados brasileiros, de maneira episódica ou prolongada, por contingentes das forças de polícia e do exército. Diante desses fatos, qual é a contribuição da geografia urbana para a compreensão desses fenômenos?

Infelizmente, neste livro, como informamos precedentemente, não pudemos contar com o texto do debatedor da mesa, Marcio Piñon (UFF). Porém, um dos membros da mesa, Jorge Luiz Barbosa (UFF), resume muito bem o debate proposto, escrevendo que, sem a menor dúvida, o tema em pauta o instigou a assumir a construção de diálogos propositivos sobre uma temática da maior relevância política e social da atualidade. Construção inadiável, apesar de inteiramente mergulhada em uma coragem dolorosa para enfrentar condições perversas e brutais dos fenômenos em causa. Essa posição é muito particular para o enfrentamento de questões que combinam a crítica e a sensibilidade, implicando reconhecer a fragilidade de vidas diante da violência institucional e social presente em nosso país.

Jorge Barbosa escreve ainda que a dimensão do sofrimento trágico envolvido no tema jamais será representada nos dados estatísticos, por mais alarmantes que estes se nos apresentem. Afinal, são pessoas com suas vidas impedidas, constringidas e, no seu limite mais crítico, ceifadas pela reprodução da violência letal em nossas cidades.

Barbosa diz que chegamos nesta segunda década do século XXI com números assustadoramente dramáticos e inadmissíveis de homicídios. Jovens, mulheres, gays, transgêneros e travestis, com suas humanas diferenças, configuram os corpos matáveis na *ordem urbana necropolítica*. Seus territórios de incidência são principalmente as favelas, as periferias e os subúrbios das cidades brasileiras.

Por fim, Jorge Barbosa escreve que é sua intenção, neste texto de caráter ensaístico, chamar atenção para o debate de formas e de processos letais assumidos como exercício de poder, afirmando que o emprego da violência deve ser considerado como um instrumento de reprodução de relações desiguais de poder e que atravessa a sociedade brasileira com seus *modos urbicidas* de violação de direitos.

Parte V. Produção do espaço, da cidade e do urbano e nova ordem financeira internacional: unidade das questões sociais e ambientais

Debatedora: Beatriz Rufino (FAU-USP)

A temática da mesa se refere à problemática urbana que atingiu dimensão planetária e com a financeirização incorpora nova potência, que aumenta

a exploração do trabalho e exacerba os processos espoliativos. Os problemas ambientais agravam-se e no limite ameaçam a própria sobrevivência do ser humano e do planeta. O momento exige a formulação de uma crítica ao modo como o espaço vem sendo produzido, para que novas formas de reprodução da vida e da natureza possam ser criadas.

Segundo Beatriz Rufino, os trabalhos dos autores, que partem de análises sobre a produção imobiliária em distintos contextos urbanos, nos revelam e desenvolvem a natureza como questão essencial a ser compreendida para formulação de uma crítica sobre a produção contemporânea do espaço. A acumulação financeira como forma dominante de acumulação global reforça processos espoliativos na produção do espaço e impulsiona a redução da apropriação da natureza aos limites circunscritos pela propriedade (PEREIRA; PETRELLA, 2019, p. 9).

Diz ainda Beatriz Rufino que no seu artigo procurou recuperar algumas questões teóricas e de método acerca do estudo da financeirização da produção imobiliária para em seguida ressaltar alguns aspectos das diferentes contribuições dos autores participantes da mesa, o que permitiu compreender formas específicas do imbricamento imobiliário-natureza na contemporaneidade, fazendo premente a centralidade deste tema.

Rufino indica ainda que o debate sobre a natureza e sua intrínseca relação com as transformações contemporâneas na produção imobiliária renova-se e ganha maior profundidade com os trabalhos apresentados. Em diálogo com os avanços teóricos e de métodos apresentados na primeira parte do trabalho, procurou sistematizar esses trabalhos a partir de um recorte específico, que enfatiza as distintas formas de como os autores consideram a “natureza” na compreensão da produção imobiliária no contexto da financeirização. Os exemplos empíricos analisados pelos autores mostram a complementaridade dessas abordagens e nos ajudam a compreender como os distintos movimentos de “criação” e “destruição” da natureza relacionam-se com processos intensivos e extensivos de incremento de renda imobiliária, que são crescentemente impulsionados por interesses financeiros.

Por fim, na terceira parte, partindo de algumas questões que levantou durante o debate, Rufino procurou argumentar sobre a urgência política dos temas aqui debatidos e sua centralidade na compreensão e enfrentamento da crise econômica e política em que nos encontramos.

Parte VI. Economia urbana e regional e migrações

Debatedora: Regina Helena Tunes (UERJ)

A mesa procurou debater a economia urbana contemporânea como importante base de análise da constituição do espaço regional e urbano e como ela é uma das formas de interpretação da dinâmica de aglomeração/polarização e o desdobramento de umnexo associado de localização, usos da terra e de interações humanas. Ela se associa às análises e interpretações dos fluxos migratórios nacionais e internacionais em várias escalas frente à nova conjuntura regional e urbana que nos interroga sobre como a migração e as mobilidades têm respondido e impactado as novas formas de produção do espaço urbano e regional associadas às atividades econômicas. Nesse sentido, nos interrogamos, dentre outras coisas, sobre quais são os impactos da profunda crise econômico-política atual associada aos fenômenos de transformação desencadeados pela expansão dos novos sistemas técnicos no território.

Regina Tunes escreve que economia urbano-regional e migrações foi o tema central da mesa-redonda 6 do Simpósio Nacional de Geografia Urbana (Simpurb) a partir de uma análise geográfica. Isso significa dizer, com base na ementa da mesa, que se trata de uma análise da produção do espaço tendo como base a economia urbana e as migrações contemporâneas.

Indica-nos, ainda, que esse esclarecimento evidencia, de antemão, a compreensão que a mesa tem da relação espaço e economia/migrações. Não se trata de evidenciar impactos das atividades produtivas e do deslocamento populacional no espaço, mas, sim, de refletir como essas mesmas atividades conformam processos que produzem uma espacialidade.

Dito de outra forma, o que os pesquisadores na mesa traçaram foram leituras possíveis de como as migrações e a indústria, temas centrais das apresentações da mesa, contribuem para as transformações espaciais na perspectiva da produção social do espaço.

A partir dos textos enviados pelos pesquisadores da mesa e da discussão realizada no evento, Regina Tunes apresenta em seu texto algumas considerações com o propósito de estabelecer uma mediação e de apontar questões de debate da relação entre a produção do espaço e as migrações/economia regional-urbana.

Escreve que pensar na realidade em movimento pressupõe entendê-la como uma totalidade concreta vigente na atualidade e aberta, ou seja, que

parte da análise empírica (de fatos e processos concretos) para buscar compreender a estrutura econômica e social atual (LEFEBVRE, 2009). Essa totalidade aberta e universalizante contempla inúmeras totalidades parciais que, longe de se configurarem por parte do todo, apresentam uma interdependência universal e possuem uma lógica teórica e histórica (LENCIONI, 2017) que precisa ser apreendida.

Na busca pela compreensão dessas totalidades parciais, destacamos dois momentos do mesmo movimento: o movimento do real e o movimento do pensamento na interpretação desse real. É necessário deixar claro que distinguimos aqui os dois momentos meramente como uma estratégia didática de exposição, mas que o movimento, repetindo o que já dissemos anteriormente e tomando por base o que Lefebvre (1995) aponta, implica uma unidade fundamental.

Parte VII. A geopolítica urbana na América Latina contemporânea: disputas dos comuns

Debatadora: Ester Limonad (UFF)

Na mesa de encerramento, a proposta foi a de debater os deslocamentos geopolíticos urbanos na América Latina contemporânea que se revelam por meio das disputas dos espaços públicos (ou comuns) entre movimentos neoconservadores e movimentos contestadores da ordem opressora. Quais são os processos em ação nas diferentes cidades dos diferentes países da região? Quais são as similitudes e quais são as discrepâncias? Como pensar nessa perspectiva os fatos urbanos da região?

Ester Limonad indica que seu ensaio trata de alguns apontamentos próprios para o debate, feitos com base no exposto pelos demais participantes dessa mesa de encerramento.

Escreve a autora que a esses apontamentos segue-se uma iniciativa-tentativa de retomar aqui a discussão e reflexão do comum urbano. Pois, afirma, parece imperativo, antes de discutir as disputas dos comuns no urbano, referida no título dessa mesa, buscar estabelecer o que seria esse comum urbano e qual a sua interação com a produção social do espaço urbano, em uma perspectiva crítica e transformadora.

Ester Limonad diz que o tema do comum urbano orientou e atravessou de diferentes maneiras as várias contribuições desse evento. No entanto,

de certa forma, a reflexão sobre o comum e sobre o comum no urbano passou ao largo das contribuições dos colegas de mesa, que privilegiaram a temática mais geral relativa à geopolítica latino-americana contemporânea e ao neoliberalismo.

Diz-nos que mais do que nunca é necessário pensar uma outra cidade, uma outra sociedade em uma perspectiva mais equânime, igualitária, solidária e criativa, que privilegie e cultive a *poiesis*, a criatividade – enfatizadas por Ana Fani Alessandri Carlos na mesa de abertura desse simpósio –, e que vá ao encontro do direito à cidade, como direito de todos, como processo de emancipação dos sujeitos sociais no campo e na cidade e de superação do que aí está.

Fala, ainda, que este pensar um possível futuro é o que nos move, nos faz ir em frente, apesar dos pesares. Isso demanda projetar no futuro não só as diferenças, as nossas esperanças, mas o aprendizado de nossos erros e dos erros históricos. Demanda sermos criativos e inventivos. Requer entender e ter consciência de nossa responsabilidade social, enquanto cidadãos, geógrafos, docentes, pesquisadores e intelectuais responsáveis pela formação das novas gerações para compreender como viemos parar no presente estado de coisas e como superar o que está aí. Embora se tenha dito que não é necessária autocrítica, a autocrítica é fundamental, temos de aprender com os erros do passado para poder avançar.

Escreve que sonhar é necessário, mas com os pés no chão, tendo em mente que as utopias concretas e transformadoras devem ser construídas no aqui e agora a cada momento, incorporando as diferenças, superando os preconceitos, e não como um quadro predefinido. Lembra-nos que “navegar é preciso, viver não é preciso”, ou seja, a vida é imprecisa e não segue quadros precisos, predefinidos e preestabelecidos, e diríamos, parafrazeando a necessidade de criar de Fernando Pessoa, que é necessária, mais do que nunca, a *poiesis*.

Para sonhar um futuro, cabe a autocrítica consciente de nossos atos, lembrando que todos os atos, toda ação social é ao mesmo tempo ação política. Assim, para avançar, para ir em frente, é imperativo fazer uma autocrítica, para aprender com os nossos erros e os dos outros. E, também, é importante investigar alternativas, por isto a relevância de refletir sobre o comum urbano.

PARTE I

Cidades e revoluções

Espaços públicos, comuns urbanos e redes sociais: diálogo interdisciplinar no campo dos estudos urbanos e sociais

CAPÍTULO 1

Uma abordagem cruzada sobre o tema **Cidades e revoluções**

Espaços públicos, comuns urbanos e redes sociais

Cláudio Luiz Zanotelli

Introdução

Inicialmente, farei uma rápida definição do que entendo por comum que atravessa o debate ora em pauta. Em seguida, procederei a uma apresentação dos textos preliminares (CARLOS, 2019;¹ MARICATO; COLOSSO, 2019²) enviados anteriormente a mim como debatedor da Mesa 1 do XVI Simpurb (Simpósio Nacional de Geografia Urbana), mesa cujo tema foi *Cidades e revoluções. Espaços públicos, comuns urbanos e redes sociais: diálogo interdisciplinar no campo dos estudos urbanos e sociais*. Durante este exercício, tentarei estabelecer conexões e interações e levantar algumas questões a partir de algumas ponderações teóricas e práticas. Finalmente, concluirei com interrogações sobre os textos apresentados indicando alguns aspectos que podem ser debatidos sobre os espaços públicos e os espaços comuns.

¹ O texto de Ana Fani Alessandri Carlos que utilizamos é uma versão preliminar do texto publicado neste livro. O utilizamos tal qual porque ele nos permitiu refletir e elaborar questões relativas ao debate na Mesa 1 do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana (Simpurb). Portanto, procuramos aqui traduzir um retrato daquele momento do debate durante o evento sem prejuízo de uma releitura do novo texto reescrito pela autora e de uma eventual mudança de perspectiva face a esta redação, que não pudemos ter acesso quando da elaboração de nosso artigo para o livro.

² O artigo que nos foi enviado para a referida Mesa 1 por Ermínia Maricato era inédito e em coautoria com Paolo Colosso. Ermínia Maricato não pôde participar deste livro com um texto próprio, mas, durante a realização da Mesa, utilizamos o artigo enviado, que, de maneira direta e indireta, dialogou com a temática da mesa.

De qual “comum” estamos falando?

O debate sobre o conceito de comum como princípio político instituído para fazer frente ao neoliberalismo e ao Estado instrumentalizado pelo neoliberalismo foi analisado em uma obra de referência de Pierre Dardot e Christian Laval, *Comum, ensaio sobre a revolução no século XXI* (2014). Os autores fazem uma arqueologia do comum, revelando que no princípio das práticas ligadas ao comum está a coatividade, o *mutum* latino (o nosso mutirão), que equivale ao *múnus*, ou seja, ao dom; ou, em grego, o *Koinôn*, a noção de reciprocidade. Portanto, os autores nos indicam que as práticas e noções de comum se fundam na cooperação em oposição às práticas neoliberais e da sociedade concorrencial capitalista. O comum não é a consequência automática de uma suposta “lei evolutiva” que levaria à concepção de uma socialização pela produção no capitalismo. Dardot e Laval, a partir de Castoriadis, escrevem que a associação dos trabalhadores não deve corresponder à socialização da produção, questionando assim os termos de um parir do positivo (revolução proletária) pelo negativo (o capitalismo), interrogando, portanto, um dos fundamentos de certa interpretação marxista da história (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 75-78).

O comum, portanto, tal como o entendemos, não é produto de uma evolução e nem de uma fé ou de ideia de progresso, mas produto de práticas coletivas não estatais e que são deliberadas pelos sujeitos que instituem uma forma de vida em comum. O comum envia à noção do viver juntos na mesma cidade, é o “agir juntos” de Aristóteles (DARDOT; LAVAL 2014).

Os autores do livro *Comum* não privilegiam a cidade ou a *polis* em suas análises, porém indicam que a polis é ela mesma produto de deliberação coletiva que cria a política, sendo, portanto, uma prática *instituinte*. O instituir é o ato de inventar regras de direito que serão parte de uma instituição social originária da práxis e da criação (os autores desenvolvem no capítulo 10 do livro *Comum* uma série de propostas de como construir uma política do comum). Defendem a priorização do direito de uso – *usufruto* – em contraposição ao direito à propriedade e o comum como princípio da emancipação, ou, ainda, a ideia de “empresa comum” e de instituir uma federação dos comuns, ou que se deva repensar o Estado e o serviço público que deveriam estar a serviço da sociedade. Esta defesa dos serviços públicos é uma das formas de combate às políticas neoliberais.

O comum urbano tem sido debatido de maneira tímida no Brasil, no seio dos que estudam as cidades e os fatos urbanos. Tonucci Filho realizou uma tese de doutorado intitulada “Comum urbano: a cidade além do público e do privado” (2017), bem como publicou em coautoria dois artigos em português (TONUCCI; MAGALHÃES, 2017; TONUCCI FILHO; MOURA CRUZ, 2019). Neste último, os autores indicam a raridade de referências à *cidade comum* na literatura no Brasil e fazem uma revisão da literatura internacional sobre o *comum urbano e a metrópole comum*.³ Portanto, o comum para nós é a Política sendo feita e que está associada à *polis*.

As aglomerações de vilarejos (protoaglomerações urbanas) mais ou menos importantes foi um dos signos maiores atestando as diferentes formas de emergência do neolítico quando se expande a agricultura. Foram espaços fundamentais para a instituição da política e, ao mesmo tempo, de um poder centralizado. As disputas entre uma “democracia primitiva” e um Estado centralizado são antigas e lançam suas raízes na diversidade da instituição do direito de uso do solo ou da instituição da propriedade fundiária. Neste período pré-histórico se inventa a riqueza e, em consequência, sua acumulação (Sobre todas estas temáticas pode-se consultar a monumental obra de Alain Testart [2012]: *Avant l’histoire. L’évolution des sociétés de Lascaux à Carnac*). Assim, a cidade é profundamente política e não há um evolucionismo simples de uma “democracia primitiva” ao Estado, como se pode pensar. A “democracia”, malgrado o fato de ser uma palavra, como o comum, com sentidos múltiplos, mas da qual guardamos o essencial, ou seja, as assembleias deliberativas dos povos sobre suas escolhas políticas, indica desde tempos pré-históricos, como escreve Testart (2012, p. 450-507), o embate entre sistemas políticos divergentes e concorrentes (democracia primitiva, organização do poder por linhagem ou plutocracias de ostentação etc.) que estarão na base de formação de Estados. Todo sistema

³ A abordagem do comum, dentre outros temas, foi objeto do IV Simpósio Internacional de Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais e publicados em livro (FERREIRA; RUA; MATTOS, 2019), bem como foi um dos temas do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana realizado em Vitória em novembro de 2019. Nestes dois exemplos, vê-se a busca de compreensão e debate sobre o espaço comum nas cidades na geografia brasileira, não como um “modismo”, mas, antes, como um conceito que pode nos ajudar a pensar formas de afirmação da obra coletiva face ao neoliberalismo e ao neofascismo rampante.

político é reversível, como diz Testart, porém, o autor indica também que uma vez, do ponto de vista dos fatos sociais, tendo surgido o Estado numa dada sociedade, ele seria irreversível (TESTART, 2012, p. 487). Tal afirmação pode ser discutida, porém, o que se percebe nos estudos antropológicos, como demonstramos em outra ocasião (ZANOTELLI, 2014), é a existência de conflitos em diversas sociedades que buscam confrontar e fugir do Estado, pressentindo sua emergência, em particular determinadas sociedades indígenas da América do Sul e da América do Norte. Assim, o debate sobre o comum como forma deliberativa de um conjunto de pessoas sobre a direção política de uma comunidade se coloca desde tempos imemoriais.

A invenção da “coisa pública”, ou da “utilidade comum”, como interesse de todos e da “utilidade pública” como interesse do Estado, nesta longa evolução, é codificada na Roma antiga a partir da experiência grega, mas, como indicam Dardot e Laval (2014, p. 25-32), sofrem uma mutação e o Estado se revela “cada vez mais o detentor do monopólio da vontade comum. A substituição da utilidade pública, no sentido estatal da expressão, à utilidade comum é um ponto fundamental da história política ocidental” (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 29). Portanto, a ideia do resgate da “coisa comum” é uma forma de sair desta apropriação estatal e retomar a “utilidade comum” que não se resume ao “bem comum mundial”, ou o comum como “universal” (o que é comum a todos), o propósito é de tratar o “comum” como um conceito verdadeiramente político.

A seguir, nos comentários que faremos dos textos, o conceito de comum voltará a ser invocado.

O neodesenvolvimentismo e a crise urbana

O texto enviado para o debate na Mesa 1 do Simpurb por Ermínia Maricato – em coautoria com Paolo Colosso – se intitula “Crise urbana no Brasil: do ensaio neodesenvolvimentista à ofensiva conservadora” (2019), portanto, é sobre este texto e levando em conta o debate surgido quando da realização da mesa que realizaremos nossos comentários.

Os autores vão se referir aos movimentos sociais urbanos que começaram em 2013 e procuram a partir deles tirar lições para o presente, bem como buscam analisar as suas causas e as consequências prováveis para o que se vive hoje no país.

O texto faz uma periodização sobre os diferentes momentos pelos quais as cidades passaram no Brasil desde os idos dos anos 2000. Inicialmente, trata do legado do Partido dos Trabalhadores relativo ao período de 2003 a 2016, anterior ao golpe de Estado de novo tipo – procurando dar uma cobertura jurídico-parlamentar democrática à tomada de poder e inserido em vários movimentos de desestabilização geopolítica da América Latina por parte dos Estados Unidos – de 2016, que alijou do poder Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores. Os autores indicam uma particularidade deste período, a partir de 2009 e até 2015, de piora das condições de vida de parte da população dos grandes centros urbanos. O texto culmina com uma análise da retomada de políticas neoliberais agressivas a partir de 2016 até a chegada ao poder de Jair Bolsonaro.

Os autores, portanto, fazem, no início, um resgate dos avanços sociais e democráticos dos governos petistas: exclusão do país do mapa da fome, o crescimento real do salário mínimo, a formalização do trabalho, a expansão e generalização do programa Bolsa Família, a expansão do mercado interno e o aumento da geração de emprego, a redução da desigualdade de renda, a diminuição acentuada da mortalidade infantil, os aumentos substanciais do orçamento na área de educação e o crescimento de negros e pobres brancos matriculados no ensino superior graças à política de cotas e bolsas, mas chamam atenção sobre um aspecto no que diz respeito à política urbana:

A melhor performance do PT se deu anteriormente à conquista eleitoral do governo federal em 2003. Apesar da criação do Ministério das Cidades e da significativa estrutura participativa das conferências municipais, estaduais e federal que culminaram em diretrizes para o Conselho das cidades, o governo federal não deu continuidade às vibrantes experiências de governos locais com democracia direta. (MARICATO; COLOSSO, 2019, p. 3).

Chamam atenção para um paradoxo sobre o ciclo democrático de 1985 a 2016:

[...] enquanto havia baixo crescimento e ajuste fiscal no fim da década de 1980 e ao longo dos anos 1990, houve o desenvolvimento de uma política urbana inovadora e democrática nos governos locais. Quando muda

a escala dos recursos investidos com os programas federais de caráter anticíclicos para fazer frente à crise de 2008, os capitais, que ganham lucros, juros e rendas com a produção do espaço, tomam o comando da política urbana. (MARICATO; COLOSSO, 2019, p. 3).

Estes paradoxos, os autores não o explicaram mais detidamente, talvez representem um fato que é a longa maturação do neoliberalismo desde os idos dos anos 1970 que se impõe nos anos 1980 e 1990 e que é confrontado pelos movimentos sociais naquele período, as resistências se fazendo nos embates e lutas que resultarão nas conquistas dos movimentos sociais urbanos invocadas por Maricato e Colosso, revelando um descompasso entre as práticas governamentais da época e as práticas sociais antineoliberais (sobre este ponto, ver OLIVEIRA, 1995).

Mas a questão central do artigo de Maricato e Colosso do qual trataremos agora é relativa ao “Neodesenvolvimentismo antiurbano e a ruptura institucional”. Neste capítulo do texto, eles indicam que, apesar do crescimento econômico e do aumento e incorporação na força de trabalho de milhões de trabalhadores, e do aumento da renda durante os governos do PT, isto teria ocorrido, sobretudo, nas faixas salariais que ganhavam até 1,5 salário mínimo. Por outro lado, observam que estes postos de trabalho eram ocupados majoritariamente por mulheres e negros e se inscreviam em uma crescente terceirização. Assim, a combinação do crescimento e da formalização de empregos, mão de obra barata, créditos populares para o consumo de massa, associados à manutenção de regras que garantiram a continuidade dos lucros bancários e dos capitais, em geral foi um dos paradoxos do período. Com a crise de 2008, o governo federal lança programas de corte keynesiano por meio de obras de construção (infraestrutura e moradias) e desoneração fiscal para consumo de bens duráveis, o que foi, segundo os autores, um “ensaio neodesenvolvimentista”.

Entretanto, nos dizem os autores, estas relativas melhorias econômicas e sociais não modificaram substancialmente os históricos problemas urbanos de segregação, mobilidade, moradia, saneamento e violência nas maiores metrópoles. Deste modo, “distribuir renda não implica em distribuir cidade” (MARICATO; COLOSSO, 2019, p. 3). Assim, apesar das conquistas sociais participativas, da Constituição de 1988 e da existência na legislação da “função social da propriedade”, a vida nas cidades piorou especialmente após os vultosos investimentos previstos no que

os autores denominam de Plano desenvolvimentista. Eles apontam os paradoxos: apesar da construção de cerca de quatro milhões de casas, o déficit habitacional cresceu em função, sobretudo, do ônus excessivo dos aluguéis.

Maricato e Colosso apresentam um aspecto interessante, e sobre o qual podemos debater, relativo aos financiamentos para moradias, sobretudo em relação ao PMCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida), que foram financiadas essencialmente por recursos públicos (Orçamento Geral da União), semipúblicos (FGTS) e bancários (Fundos privados de Caderneta de Poupança, majoritariamente do banco público, a Caixa Econômica Federal), lembrando que neste caso as fontes de financiamento dos fundos de investimentos foram minoritárias, o que, segundo os autores, permite “[...] questionar as teses da chamada financeirização da produção do espaço em países da periferia do capitalismo” (MARICATO; COLOSSO, 2019, p. 5).

Em efeito, se é verdade que na produção de moradias estes fundos não foram preponderantes, apesar do volume crescente deles, deve-se observar que os Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs) têm parte cada vez mais importante na produção imobiliária e, em particular, em imóveis corporativos e *shopping centers*. Estes ativos têm rendimentos indexados às taxas de vacância e preços de locação, são altamente monopolizados, contam com alta rentabilidade, se encontram em áreas metropolitanas valorizadas e contribuem para a produção de certo tipo de centralidade rentista (PESSANHA, 2019; SANFELICI, 2018). Por outro lado, é digno de nota que a maior parte das grandes empresas de construção e promotores imobiliários que participaram do PMCMV se encontram presentes nas bolsas de valores, revelando uma submissão do setor aos ditames do mercado na captação de recursos.

Maricato e Colosso chamam atenção para um aspecto desse *boom* imobiliário recente que, como o anterior de 1975-1980, favoreceu concomitantemente o espraiamento horizontal das cidades e o padrão de verticalização. Em ambos os casos, milhões de moradias se situaram fora da mancha urbana contínua, alimentando a especulação rentista fundiária/imobiliária e produzindo segregação. Coalizões locais e regionais entre promotores imobiliários, construtores e proprietários de terra associados à sua proeminência sobre parcela dos políticos permitiram que se decidisse a localização dos empreendimentos, se valorizasse terras e se expulsassem

moradores que se encontravam no caminho de megaobras. Da mesma forma, as obras de mobilidade tiveram localizações altamente questionáveis.

Como consequência, houve um radical aumento do preço do m² construído no mercado imobiliário entre 2009 e 2015, que impactou a vida das cidades e que foi produto dos inúmeros investimentos e construções objeto de valorizações de áreas das cidades. Em paralelo a estes aspectos, as camadas populares enfrentaram dificuldades decorrentes do aumento do custo do transporte e do tempo de viagem devido ao transporte individual preponderante e à dispersão da cidade, aumentando os problemas de saúde decorrentes da poluição e os acidentes. A violência institucional nas “periferias”, em particular contra os negros e jovens, tem também aumentado exponencialmente.

Maricato e Colosso sintetizam as consequências destes aspectos elencados sobre a vida urbana:

Essa combinação entre reprodução da periferização, alta do custo da moradia, aumento do tempo e do custo dos transportes, violência institucional e, ainda, condições mais precárias de trabalho da população eminentemente jovem, montam um quadro explosivo para inquietações sociais. (MARICATO; COLOSSO, 2019, p. 10).

Donde, escrevem, há a necessidade de uma análise de junho de 2013, que deve ser interpretado como uma “abertura societária”, um momento de rupturas de consensos no qual todo o espectro político vai às ruas, construindo novas coalizões à direita e à esquerda. Se “em junho se encontra o germe da conjuntura polarizada e da vitória conservadora de 2018, nele também se abriu um ciclo de revoltas contra a precarização das condições de trabalho e de vida das classes subalternas periféricas, predominantemente negras e da faixa etária de jovens” (MARICATO; COLOSSO, 2019, p. 10).

O texto em seguida aborda os outros movimentos posteriores a 2013: em 2014, os movimentos de moradia questionaram, dentre outras coisas, os megaeventos; e o movimento dos estudantes secundaristas que ocupou as escolas em 2015 e 2016. Estes movimentos, então, atribuem “novos significados” ao “direito à cidade” e se articulam com outros movimentos de sem-teto e diversos coletivos. Movimentos que pressionaram pela volta de políticas de valorização do transporte coletivo, de mobilidades ativas e abertura de espaços públicos, além da habitação popular.

Sobre o golpe de 2016, Maricato e Colosso indicam que as frações produtivas e financeiras rentistas reuniram-se em blocos em direção a uma agenda estritamente neoliberal e crítica ao “intervencionismo na economia”. Isto pode se explicar efetivamente por uma financeirização crescente das empresas industriais, com a priorização da distribuição de dividendos para os acionistas em detrimento dos investimentos produtivos e por uma predominância e incentivos aos investimentos em *commodities* em vez das empresas de manufatura (ver, sobre esta temática, CASSINI; ZANOTTI, 2018; ZANOTELLI, 2019). Estes fatores são agravados pela dependência de um Real valorizado e, portanto, pela necessidade de juros reais altos para continuar encomendando parte da produção e componentes industriais no exterior.

Porém, este quadro durante o governo de Bolsonaro se alterou: os juros estão em patamares baixos e o Real está desvalorizado, desorganizando certa forma dependente de produção industrial que tem tido quedas recorrentes. A desconstrução da proteção salarial e social parece se inserir neste quadro, permitindo, aparentemente, compensar certas perdas por meio de ganhos de mais-valia absoluta por parte do patronato através da compressão dos custos dos capitais variáveis ligados à força de trabalho e da parte do capital social coletivo redistribuído sob a forma de aposentadoria e de programas sociais. Isto, associado à privatização de empresas sob controle do Estado e de serviços do Estado, talvez explique por que se mantém o apoio deste bloco rentista, que perde em seus investimentos especulativos, ao atual governo.

Maricato e Colosso continuam resumindo que, com o questionamento por parte do PSDB dos resultados das eleições presidenciais de 2014 que elegeram Dilma Rousseff, e diante da tentativa de Dilma de trocar indicados do PMDB em postos-chave por pessoas de “perfil técnico”, o que desagradava o partido, se aglutinaram os descontentes. Com as denúncias de corrupção e a operação Lava Jato, se incita o clima de antipetismo sob um fundo de anticorrupção. As passeatas pelo *impeachment* são estimuladas pelas televisões e apoiadas por largos setores dominantes. Os autores dizem que neste momento junho de 2013 reaparece “instrumentalizado e invertido, com riscos aos parâmetros democráticos” (MARICATO; COLOSSO, 2019, p.12). Deste modo, “com o apoio dos capitais, do legislativo fisiológico, mais massas nas ruas e uma suprema corte aquiescente, tem-se oportunidade política necessária para uma ruptura que não pareça como tal” (MARICATO; COLOSSO, 2019, p. 12).

Uma questão a observar sobre a corrupção é a de que ela é um tipo de indicador de luta política. Como escreveu Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* (2007, p. 49), a corrupção é sempre uma arma política para se lançar o descrédito sobre os adversários, e é disto que se trata no embate político. Assim, a “corrupção” tem servido como forma de exposição e justificação dos ataques neoliberais ao Estado.

Por fim, o texto de Maricato e Paolo Colosso tece considerações sobre o pós-golpe, quando o governo Temer se alinha a um neoliberalismo *stricto sensu* e a agenda urbana regride e é obliterada, pois o espaço urbano é praticado como “[...] uma externalidade nas tentativas de recuperar um bom ambiente de negócios e somente tem importância do ponto de vista do controle social dos corpos” (MARICATO; COLOSSO, 2019, p. 13).

Eles detalham os quatro eixos das enunciações estatais em diferentes níveis: a) austeridade, flexibilização das relações de trabalho, privatização de bens públicos e entrega de setores estratégicos sob o discurso de “responsabilidade fiscal”; b) investimentos onde a cidade já é valorizada (urbanismo decorativo), com piora das condições de vida da população; c) mobilização oficial do medo e da insegurança com a militarização do cotidiano urbano. Indicam que o conservadorismo é antiurbano, ou poderíamos dizer que há um urbicídio em curso, em especial nas grandes metrópoles brasileiras (MENDONÇA, 2019) e; d) há um crescimento da pobreza extrema e dos moradores de rua, há uma descaracterização dos programas de políticas urbanas, a mobilidade urbana resta letra morta, a sustentabilidade urbana para se pensar cidades mais compactas e densas não é abordada, e, por fim, o Ministério das Cidades é extinto.

Em conclusão, indicam dois ganhos explicativos para os estudos urbanos nos debates recentes:

- a) apesar da importância das políticas sociais dos governos petistas na esfera federal, não houve significativo impacto sobre a desigualdade urbana e a histórica segregação territorial que marcam a sociedade brasileira. A política anticíclica desenvolvimentista que pretendia fazer frente à crise de 2008 aumentou a desigualdade urbana, por isto a luta por salários (locais de trabalho) é tão importante quanto as lutas urbanas (nos locais de moradia). Deste modo, a não percepção destes aspectos associados fez com que os campos mais à esquerda do espectro político não tivessem realizado efetivamente o que se deflagraria em 2013;

- b) assim, deve-se complexificar o diagnóstico sobre os protestos de 2013 para não se esvaziar as movimentações recentes, como se todas elas fossem prenúncios do que estava por vir em 2018. Estamos, desta maneira, diante de um quadro aberto de contradições efervescentes, e, por isto,

É tarefa do pensamento crítico compromissado com os avanços democráticos compreender que, mesmo em situações regressivas na política institucional, há a política do cotidiano, junto das forças vivas que dinamizam a sociedade, experimentam formas novas de ações coletivas e de enunciação do viver juntos. (MARICATO; COLOSSO, 2019, p. 18).

Depois do golpe, as grandes cidades se tornaram um dos palcos principais onde os sintomas da ofensiva neoliberal vêm à tona. As insurgências das classes subalternas também têm um caráter urbano, e, assim, os autores indicam que o “poder local pode ser a instância a partir da qual se reconstroem os horizontes de uma democracia efetiva” (MARICATO; COLOSSO, 2019, p. 19). Abrem, dessa forma, a perspectiva de se pensar este “poder local” que, pensamos, pode ser articulado com o debate sobre o “comum urbano” e todas as invocações relativas à democracia direta (SOUZA, 2017; TONUCCI FILHO; MOURA CRUZ, 2019).

Passaremos agora a resumir e comentar o texto de Ana Fani Alessandri Carlos.

Seriam as cidades rebeldes?

O artigo apresentado por Ana Fani, “Seriam as cidades rebeldes?” (CARLOS, 2019), aponta quatro observações/questões iniciais sobre a temática da mesa: a) a primeira indica uma diferença entre pensar as cidades como “lugar onde contestações e mobilizações ganham visibilidade” ou de definir a cidade como “rebelde”; b) a segunda é a diferença a ser considerada entre o significado de disputa/rebelião e revolução; c) a terceira é se o “comum seria a cara do possível”, se interrogando sobre os “eventos” que ocorrem na cidade por todo mundo e seu resgate do sentido público do espaço urbano como esfera pública e; d) a quarta se refere às novas tecnologias de comunicação que aproximam as pessoas e que revelam um mundo globalizado com problemas compartilhados, mas diz que a escala do acontecer

se revela no lugar, fazendo com que as lutas ganhem conteúdos específicos e diferenciados. Aponta aqui a necessidade de uma dialética entre o homogêneo (questões globais) e o que difere (no lugar).

Carlos reafirma que, no plano mundial, uma “nova sociedade” se constituiu como essencialmente urbana, escrevendo que “perde centralidade [...] a luta entorno da jornada de trabalho (sem, todavia, desaparecer) e novas reivindicações vão sendo constatadas” (CARLOS, 2019, p. 2). Escreve que a convergência das lutas “reafirma a centralidade da cidade e o papel do espaço público como esfera pública” (CARLOS, 2019, p. 2).

Esta questão da jornada de trabalho – o que nos parece enviar à precarização do trabalho e ao aumento da exploração absoluta – é problemática, pois, justamente, como vários estudos têm apontado no Brasil (BRAGA, 2016) e em outros países (CASTEL, 2013; BOURDIEU, 1993), a luta contra a “insegurança social”, portanto associada às formas de relações de trabalho, tem sido a tônica e o centro de movimentos grevistas que encontram novas formas de organização e se colocam como centrais nos embates contra o neoliberalismo nas cidades (a este propósito, ver HARVEY, 2014).

Em resposta às indagações iniciais, Carlos estabelece uma primeira hipótese como ponto de partida, indicando que as insurgências pressupõem uma cidade como “produto/obra social iluminando a sociedade como o sujeito produtor do espaço. O produto obscurece/faz emergir o sujeito produtor: a cidade como realização objetiva da história” (CARLOS, 2019, p. 2), indicando que a cidade não é sujeito da história, mas seu produto. Propondo então uma inversão da cidade-sujeito para a cidade-obra, que permite uma inversão dos termos do problema colocado pela ementa da mesa, diz que “a cidade constituída como produto social é vivida como estranhamento pelo sujeito produtor” (CARLOS, 2019, p. 3). Deste modo, as insurgências seriam formas de consciência das condições mutiladoras do sujeito histórico que apontam para a “*privação da vida urbana* num sentido mais amplo que a ausência de moradia ou de infraestrutura urbana, situando-se no plano da totalidade social” (CARLOS, 2019, p. 3), donde as manifestações e revoltas “[...] não se localizariam simplesmente na cidade, mas são produto do movimento contraditório da produção social do espaço urbano sob a égide da reprodução capitalista, ganhando materialidade através do uso do espaço público” (CARLOS, 2019, p. 3). A questão de Carlos “Seriam as cidades de fato rebeldes?” se refere, assim, ao fato de que a cidade não deve ser encarada

nem como palco nem como sujeito, mas compreendida como um processo dialético e contraditório de disputas pela e na obra coletiva.

A referência às “cidades rebeldes” na ementa da Mesa 1 do XVI Simpurb e a implícita referência ao livro de Harvey, *Cidades rebeldes* (2014), sugerem que se pensa a cidade como “palco” ou como “sujeito”, porém esta expressão é, antes, uma metáfora dos movimentos sociais urbanos, e nem nós mesmos e muito menos Harvey pensamos a cidade desta forma.

Em seguida, Ana Fani A. Carlos apresenta os “novos conteúdos” da questão urbana. Ela escreve que o elemento revelador de “uma nova questão urbana” é o fato de que a sociedade atual se realiza como essencialmente urbana “[...] num espaço mundializado sob a lógica do capital financeiro aonde a cidade enquanto mercadoria reproduz-se através de novos setores econômicos integrados ao capitalismo mundial, como fonte de seus negócios” (CARLOS, 2019, p. 4). Na cidade reproduzida como fonte de privação em relação ao cotidiano de coações e normas, a acumulação, assim, “se estende de forma mais ampla à produção do espaço como necessidade de expansão e crescimento do ciclo de reprodução, subsumindo a vida cotidiana” (CARLOS, 2019, p. 4). A própria cidade é produzida como mercadoria, o que significa dizer “que a reprodução do espaço aparece como a possibilidade de realização da acumulação através do movimento do capital” (CARLOS, 2019, p. 4). A cidade, deste modo, se torna um negócio, aprofundando a contradição do espaço em valor de uso-troca que se manifesta na segregação socioespacial. Esta acumulação se dá pela mediação de políticas públicas, nos diz Carlos. Ela escreve que o capital continua produzindo mercadorias nas fábricas, bem como infraestruturas urbanas, mas a acumulação envolve, também, o espaço como produto imobiliário.

De qualquer maneira, a cidade, segundo Carlos, é orientada predominantemente pela lógica da realização do valor de troca que se contrapõe aos usos e necessidades da sociedade na reprodução da vida, por isto a cidade “realiza-se como exterioridade”, impondo restrições às formas coletivas de apropriação do espaço. Por este meio se produz uma violência opondo o valor de troca e o valor social de uso das cidades. A propriedade privada do solo urbano é uma “barreira à apropriação que se materializa no cotidiano” e que é revelada pela ação dos movimentos sociais de moradia. A privação do acesso ao espaço urbano leva às recusas nascidas com as insurgências, trazendo o germe do questionamento da totalidade dos processos de produção social do espaço. Nesta pegada, a autora nos diz que se deslocaria,

assim, o eixo do debate da moradia para o processo de reprodução do mundo “através da produção social do espaço como elemento constitutivo da problemática urbana” (CARLOS, 2019, p. 6).

Fani nos fala da importância de pensar de maneira interdisciplinar os desafios teóricos da problemática urbana, indicando que a “sociedade urbana [é] distinta da sociedade industrial [e] situa os problemas fora do âmbito da fábrica e dos ambientes tradicionais de extração da mais-valia” (CARLOS, 2019, p. 7). Desta maneira, o trabalho e a distribuição da riqueza têm se metamorfoseado, bem como as insurgências se reestruturam e “exigem novas formas de compreensão”, daí a necessidade de uma teoria crítica capaz de dar conta da compreensão deste novo momento sem o qual “não existe projeto revolucionário”.

As insurgências

Carlos desenvolverá, em seguida, a análise sobre o “urbano como privação” e a “privação do urbano” e como eles levam às insurgências contra a generalização da troca e da forma contratual com a ampliação da base do consumo necessária à reprodução ampliada do mundo da mercadoria.

Poderíamos sugerir a reflexão de se tratar, também, da generalização aplicada aos indivíduos da forma empresa como maneira de implicar os sujeitos nos projetos neoliberais e engendrar mais-valias corporais, os famosos “capitais humanos” dos neoliberais e os “empreendedorismos” sociais e a individualização das formas de exploração e sua fragmentação nas cidades.

Carlos escreve que o poder público valoriza lugares diferenciados do espaço e provoca expansão das metrópoles, favorecendo os ganhos especulativos e levando, por outro lado, à deterioração da cidade com a perda de coesão social, ao esvaziamento de espaços públicos e à proliferação de espaços cercados, submete-se, desta forma, a vida no plano local com represões e coações múltiplas, o que desemboca nas segregações. Desta forma, o processo de reprodução do urbano revela “[...] sua *contradição fundamental* que reside na reprodução do espaço sob o capitalismo: sua produção é social enquanto sua apropriação é privada” (CARLOS, 2019, p. 10). Estas forças em presença no urbano levam às mutilações dos sujeitos nas cidades.

Na continuidade, Carlos nos falará dos “Corpos e das vozes no espaço público como esperança utópica” face à cidade e ao urbano capturados pelo

capital, mas se referindo aqui prioritariamente ao que chama de “espaço público”. O espaço público teria, assim, uma dupla determinação: “[...] a esfera pública como representação do público como uma ordem definida no seio do Estado” (CARLOS, 2019, p. 11) e “[...] que se impõe à sociedade como uma ordem política” (CARLOS, 2019, p. 11) e o “lugar real da ação onde ganha visibilidade sob a forma do conflito, as contradições vividas” (CARLOS, 2019, p. 11).

Assinalo aqui uma interrogação sobre esta afirmação de Carlos: não seria este segundo aspecto próximo do que é o “comum” como ordem instituída por movimentos sociais reivindicativos e que passam por fora do Estado e da partilha público-privado, instaurando uma outra ordem de relações políticas? Neste sentido, referir-se ao “espaço público” não seria ainda uma forma de reconhecer a partilha realizada pelo próprio Estado do público e do privado ou, como indicamos, se inserir involuntariamente na longa tradição da submissão da “coisa pública” e da “coisa comum” à “utilidade pública do Estado”? Claro, não dissemos que isto implicaria não lutar dentro do Estado e fora do Estado para fazer valer os interesses coletivos e legitimar os direitos urbanos nos direitos públicos e na instituição de uma constituição com interesses dos cidadãos.

Retornemos ao texto de Carlos, no qual ela nos diz que as insurgências no espaço público apontam “[...] problemas reais de prática urbana – revelam as condições sociais reais impostas ao cotidiano” (CARLOS, 2019, p. 11). Elas são, assim, “[...] a consciência da sociedade, na medida que apontam as mais variadas formas de privações que aparecem na vida cotidiana” (CARLOS, 2019, p. 11). Elas podem, portanto, “revitalizar o uso da cidade como atividade propriamente social em sua capacidade criadora aberta ao possível” (CARLOS, 2019, p. 11). Mas, alerta a autora, os movimentos insurgentes não são “portadores de verdade porque não há uma colagem entre o pensamento e a ação, mas dialética entre teoria e prática” (CARLOS, 2019, p. 11), daí a exigência teórica que é posta no esforço de compreender os processos.

Em seguida, ela vai caracterizar (CARLOS, 2019, p. 12-13) as insurgências que aparecem nos espaços públicos:

- As insurgências sinalizam problemas postos por uma sociedade não mais submetida à lógica industrial, pois o capitalismo se expandiu para tomar toda a vida e todas as escalas espaciais como momento de realização e de sua reprodução, propondo novas questões associadas

a um novo estágio de urbanização submetido ao desenvolvimento do capital financeiro (aqui podemos pensar na penetração do capital em todas as esferas da vida, o que Foucault [2004] denominou de biopolítica, e também nos interrogar até que ponto a lógica industrial não continua, juntamente com estes aspectos dominantes do neoliberalismo, a ser fundamental na reprodução da própria vida. Se pensarmos nas diferentes investigações e produtos industriais ligados à biomedicina e à biotecnologia, veremos que a produção da vida é também produção industrial e da técnica).

- O caráter escalar das insurgências (planos articulados lugar/território/mundial) em torno de bandeiras com temas muito diversos e com a complexidade da vida urbana, com novas técnicas que permitem ampliar e criar novas formas organizativas (mas diríamos que permitem, concomitante, o controle social nas sociedades do controle contemporâneas, pois estas técnicas estão submetidas a processos de monopólio, de patenteamento e de captura da subjetividade humana por meio da exploração como indicado por Graham [2016] e Dardot e Laval [2014]).
- A forma espacial da centralidade do espaço público, como o acesso de todos aos direitos existentes, bem como na criação de novos direitos, lugar da visibilidade dos sujeitos políticos. Centralidade onde se constrói a ideia de comunidade nas diferenças (aqui podemos nos referir à ideia do comum presente na palavra comunidade).
- Novas formas de mobilização acompanham o desenvolvimento das técnicas de comunicação – as redes sociais – que se realizam nas identidades forjadas por comunidades agrupadas por interesses, exigindo participação dos diferentes nos processos de decisão política.
- E, por fim, as insurgências sinalizam duas escalas de problemas: aquelas que se referem *ao destino comum da humanidade*, como a degradação da natureza, a luta pela água, aquecimento global, queimadas; e *aquelas do plano da vida cotidiana*, no plano do território, que se referem ao desenvolvimento espacial desigual: a luta por moradia, serviços, a necessidade de combate à corrupção e o redirecionamento do orçamento público para saúde e educação públicas. Assim, fica clara a compreensão do “comum” por parte da autora como “comum da humanidade”, e não, como já indicamos, do “comum” como um processo deliberativo político. Voltaremos a este debate na última parte do texto.

Carlos, para concluir, se pergunta: o que une a todos? E responde: a luta do espaço de vida como espaço social. Pergunta, em seguida, se estaríamos vivendo um momento de ruptura e/ou de superação da passividade imposta pela reprodução das relações sociais ou se as novas tecnologias dão visibilidade às insurgências, que se mantêm renovando-se no cotidiano dialeticamente. Responde que, face às lógicas de acumulação e de reprodução do capital, as insurgências em meio à alienação vivida são a necessidade de “mudar a vida” a partir do questionamento desta vida por meio do exercício da cidadania.

Assim, a autora escreve que as insurgências se inscrevem no espaço e reúnem no espaço público os elementos isolados e da forma esporádica e podem tornar-se uma “essência nova sobre a qual a sociedade pode agir”. Mas, se concordamos que o espaço público é o lugar da reunião e que, como tal, ele é construído e estabelecido com deliberações que fogem à esfera do público com origem no Estado, por que não o chamar de espaço comum espacial? Se continuarmos a nos referir ao “público”, não incorreremos no risco de confundir o espaço da democracia direta e da deliberação dos cidadãos com o “público” estatal?

Carlos escreve que os movimentos sociais de resistência trazem a exigência de um projeto de “transformação”, colocando a questão da “urgência/utopia”. “Urgência” necessária na periferia do sistema capitalista que afeta diretamente a realização da vida, onde se mobilizam contra as despossessões e a radicalização da política neoliberal. Mas esta urgência, justamente, “poderia abortar o futuro”, pois “estamos mergulhados na urgência da situação”. No Brasil, por exemplo, a urgência vem acompanhada de pragmatismo, que no “plano teórico se fecha na busca da operacionalidade” (CARLOS, 2019, p. 15).

No urbano e no cotidiano localizam-se “as lutas sociais em direção ao devir” para a realização de uma sociedade urbana, abrindo o “pensamento para a utopia” (CARLOS, 2019, p. 17). Aqui, Ana Fani A. Carlos invoca Lefebvre quando ele sinaliza a contradição entre, de um lado, a propriedade privada e, de outro lado, a apropriação que se realizaria através do direito à cidade como projeto utópico, nos dizendo que não se trata de uma proposta pragmática, “mas da elaboração de um projeto social de mudança radical fundado numa teoria social que se apoiaria num conhecimento crítico e radical questionando os direitos e a ação do Estado” (CARLOS, 2019, p. 16). Indica a necessidade do debate interdisciplinar que tenha por objeto a

cidade e o urbano por meio da teoria crítica, pois há a necessidade de buscar as contradições de uma sociedade onde “a produção do espaço se revela através da segregação espacial” (CARLOS, 2019, p. 16), apontando, assim, para a possibilidade de construção de um projeto revolucionário capaz de orientar as ações no tempo presente em direção ao devir.

Deste modo, a autogestão é sugerida como modo de governar a cidade e revitalizar o sentido do público – tanto no plano da esfera pública como no do espaço público da reunião e da liberdade. A autora escreve que

Esse raciocínio questiona *o comum* como sentido desta possibilidade. O pensamento do comum se volta à escala global e a que une/reunião recai sobre o que seria homogêneo – redução dos termos a um só –, o que deixaria de lado a reunião das diferenças formuladas no seio do desenvolvimento espacial desigual – as sociedades se diferenciam no mundial. (CARLOS, 2019, p. 17).

Ora, como um elemento de resposta, podemos dizer que *o comum* não é só global. Há, por exemplo, um comum metropolitano, como veremos, e justamente ele pode ser a categoria que religa as escalas e que permite confrontar os efeitos neoliberais nos diferentes lugares.

Carlos (2019, p. 17) finaliza com uma pergunta: “A busca das formas democráticas novas capazes de articular um ‘além do capital’ que está em tela no debate sobre o comum permitirá pensar a ação que levaria ao fim do Estado?”. Vamos tentar responder esta pergunta mais adiante.

Para não concluir: algumas questões em relação ao debate sobre os espaços públicos e os comuns

Em relação à questão sobre se o comum poderia levar ao fim do Estado, diríamos que sim, ainda que este horizonte estabelecido como meta seja parte de uma utopia ou de uma heterotopia sobre a qual não se tem controle e nem bola de cristal, pois as práticas comuns, justamente, se contra-põem e se erguem face às práticas controladas pelo Estado e face à penetração acentuada nos setores dentro do próprio capitalismo que tinham sido deixados relativamente à margem do capital ou onde a sociedade do “bem-estar social” relativa conseguia ainda impor interesses coletivos so-

bre os interesses empresariais nos modos, limitados a certos territórios, da sociedade salarial.

Mas poderíamos dizer, também, que o retorno aos aspectos dos comuns nos tempos atuais é uma reação à grande apropriação contemporânea que o capitalismo lançou sobre os espaços coletivos e, em particular, nas cidades, com o fechamento do mundo por meio da pilhagem, da espoliação, do surgimento dos oligopólios, da privatização, da concorrência e do aumento da exploração do trabalho dentro e fora das empresas (DARDOT; LAVAL, 2014, notadamente os capítulos 3 e 4). Estes processos se realizam, por boa parte, nas cidades.

O comum tende a se contrapor, deste modo, ao rentismo e ao capital, mas não é uma força espontânea ou uma espécie de “emancipação do capital” em pleno capitalismo. O “agir comum” está no princípio de todo comum, em lugar de apresentar o comum como um dado natural independente do “agir humano”, como uma substância. Assim, o comum vem de uma atividade de colocar em comum, que é produtora de direito e que exclui que esse direito possa ser um direito de propriedade sobre o comum.

As práticas dos comuns urbanos são também espaço social e produção de obra que desafiam as lógicas da penetração dos valores de trocas em todas as esferas. Neste sentido, efetivamente, há um encontro do comum com as acepções de Lefebvre e, em particular, com aquelas estabelecidas em *A produção do espaço* (2000).

Por fim, e para tentar sintetizar os pontos de contato das duas intervenções, diria que no Brasil se abrem espaços concretos a partir das ações de movimentos sociais para questionar a captura do “direito à cidade” unicamente pelo Estado e para sair da única esperança colocada sobre a ordem jurídica que gerou um atentismo social como garantidora deste direito (sem menosprezar o trabalho e a pressão via Estado, inclusive para fazer valer os direitos inscritos na Constituição, incluindo o do Estado de direito, tão atacado atualmente pelos neoliberais). Assim, pode-se revelar quem “detém direitos sobre os direitos” para demonstrar como estes direitos são penetrados e operacionalizados pelas práticas neoliberais, mas poderia ser de outro modo. Por outro lado, e concomitantemente, procurar colocar em evidência as práticas e ações concretas na produção da cidade e dos territórios comuns que não se restringem somente às resistências, mas também estão à obra na cons-

trução de um espaço comum e que têm se multiplicado em várias cidades do mundo e do Brasil atual e que se revelam nas manifestações e nos movimentos que se ergueram na Argentina, no Equador e no Chile no fim de 2019, justamente questionando a ordem neoliberal – e utilizando as redes sociais para denunciar os abusos e as violências do poder – que penetrou em todas as esferas da vida (saúde, educação, aposentadoria, espaços públicos, gestão de florestas etc.). A questão é que estes movimentos de insatisfação podem ser capturados, como invocado por Maricato, pela extrema-direita e ser restauradores da ordem repressiva associada ao neoliberalismo, como no caso recente do Brasil e no caso recente da contestação e deposição de Evo Morales por parte da extrema-direita na Bolívia. Daí a importância invocada por Carlos de procurar agir e pensar as práticas sem se deixar levar por “movimentos portadores da verdade” e de procurar, por outros modos, construir pontes nas reflexões e ações interdisciplinares e nas contribuições diversas que possam nos fazer pensar o comum e o público.

Referências

- BOURDIEU, P. *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.
- BRAGA, R. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. *In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (org.). As contradições do lulismo*. A que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55-92.
- CARLOS, A. F. A. Seriam as cidades rebeldes? *In: SIMPURB*, 16., 2019, Vitória. *Anais [...]*. Vitória, 14 a 17 de novembro de 2019.
- CASSINI, L.; ZANOTTI, Gustavo G. Financiarización del regime de acumulación em Brasil: la evolución de la cúpula empresaria. *In: SCHORR, M.; WAINER, Andrés. La financiarización del capital*. Estrategias de acumulación de las grandes empresas em Argentina, Brasil, Francia e Estados Unidos. Buenos Aires: Futuro Anterior, 2018. p. 79-118.
- CASTEL, R. *L'insécurité sociale*. Qu'est-ce qu'être protégé ?. Paris: Seuil, 2003.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Commun*. Essai sur la révolution au XXI^e siècle. Paris: La Découverte, 2014.
- FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. *Remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

- FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. *Produção do espaço*. Emancipação social, o comum e a “verdadeira democracia”. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- GRAHAM, S. *Cities under siege: the new military urbanism*. London, New York: Verso, 2010.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002 [1970].
- MARICATO, E.; COLOSSO, P. Crise urbana no Brasil: do ensaio neodesenvolvimentista à ofensiva conservadora. In: SIMPURB, 16., 2019, Vitória. *Anais* [...]. Vitória, 14 a 17 de novembro de 2019.
- MENDONÇA, M. J. *A cidade como espaço de batalha urbicida*. Tese (Doutorado em Geografia) – Ufes, Vitória, 2019.
- OLIVEIRA, F. Neoliberalismo à brasileira In: GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo*. As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 24-28.
- PESSANHA, R. M. A “*indústria*” dos fundos financeiros. Potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- SANFELICI, D. Investidores financeiros no mercado imobiliário comercial: racionalidades decisórias e repercussões urbanas. In: SERPA, A.; CARLOS, A. F. A. *Geografia urbana*. Desafios teóricos contemporâneos. Salvador: E. UFBA, 2018. p. 215-233.
- SOUZA, M. L. *Por uma geografia libertária*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- TESTART, A. *Avant l'histoire*. L'évolution des sociétés, de Lascaux à Carnac. Paris: Gallimard, 2012.
- TONUCCI FILHO, João Bosco; CRUZ, Mariana Moura. O comum urbano em debate. Dos comuns na cidade à cidade como comum? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 487-504, set./dez. 2019.
- TONUCCI FILHO, João Bosco; MAGALHÃES, F. N. C. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção

contemporânea do espaço. *Cadernos Metropolitanos*, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 433-454, maio/ago. 2017.

ZANOTELLI, C. *Geofilosofia e geopolítica em Mil Platôs*. Vitória: Ed. Ufes, 2014.

ZANOTELLI, C. O co-mum urbano entre a acumulação via espoliação (ou por despossessão) e a acumulação por subordinação ampliada: alguns apontamentos. In: SERPA, A.; CARLOS, A. F. A. *Geografia urbana*. Desafios teóricos contemporâneos. Salvador: Ed. UFBA, 2018. p. 159-176.

ZANOTELLI, C. Elementos preliminares sobre a “desindustrialização”, a financeirização e a geografia política da crise no Brasil. In: OLIVEIRA, F. G.; OLIVEIRA, L. D.; TUNES, R. H.; PESSANHA, R. M. *Espaço e economia*. Geografia econômica e a economia política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 511-551.

Seriam as cidades rebeldes?

Ana Fani Alessandri Carlos

O título deste capítulo, em sua forma interrogativa, aponta de imediato um encaminhamento teórico de importância relevante, pois o modo como pensamos a cidade é aquele que determina e orienta a construção de um projeto para sua transformação, principalmente num momento em que os movimentos sociais – em suas diversas formas e bandeiras – têm ocupado os espaços públicos com suas reivindicações. Estas podem ser sintetizadas como um conjunto de questionamentos em relação ao modo como se vive na cidade. Portanto, localizar na realidade os conflitos – que nascem das carências do cotidiano em direção à compreensão de seus fundamentos – requer um esforço teórico. Deste modo, o ponto de partida para entender a dimensão urbana de nossa sociedade (em suas contradições) é a compressão sobre o que entendemos por cidade como categoria prático-sensível.

Do ponto de vista da Geografia (urbana crítica), é possível discernir três elementos importantes para compreender a cidade no mundo de hoje. Em primeiro lugar, é necessário superar as análises que tratam *a cidade como o palco* sobre o qual se desenrola a vida cotidiana e, nesta condição, passível de ser representada num mapa. Reduzida à sua materialidade, ela se presta a manipulações formais e daqui decorre, como consequência, a ação que trata os problemas da cidade como estritamente morfológicos associados a uma forma sem conteúdo. Deste modo, é possível redesenhar a cidade na prancheta e, nesta “folha”, abrir caminho para a construção de novas ruas, alargar avenidas, mudar o zoneamento, criar novas frentes de expansão para o mercado imobiliário, todas elas abstraindo o fato de que se trata de intervenções pontuais em áreas ocupadas. Essa ideia, todavia, não exclui o fato de que a cidade tem uma dimensão material como o lugar onde as contestações/mobilizações ganham visibilidades, posto que a cidade guarda a dimensão do uso – os lugares da cidade como espaços-tempos

de realização da vida humana. Em segundo lugar, é necessário superar *a cidade tratada como sujeito de ação*, com vontade própria – “a cidade definindo seu plano diretor”, por exemplo –, na medida em que este discurso ideológico encobre a sociedade de classes produtora de cidades. Nesta condição, perde-se o sentido social e histórico de sua criação, bem como encobre-se as disputas entre grupos de poder político-econômico diferenciados responsáveis pelas desigualdades vividas, posto que portadores da lógica do crescimento. É preciso, em terceiro lugar, considerar a *escala espacial*. As disputas nos espaços urbanos não necessariamente apresentam uma única direção nem revelam uma única escala. Se é indiscutível o fato de que o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação tem aproximado as pessoas em torno de assuntos emergentes que revelam um mundo globalizado com problemas compartilhados, estes não são homogêneos. Na escala mundial, estas manifestações apontam problemas compartilhados como produto do desenvolvimento do neocapitalismo na esfera global articulando todas as áreas do planeta em suas estratégias de acumulação. Na escala local, chama nossa atenção, nas manifestações – que se apropriam dos espaços públicos ao redor do mundo –, o resgate da esfera pública como aquela em que os cidadãos impõem sua participação nas escolhas sobre o destino da cidade. Todavia, é mister compreender a diversidade das bandeiras de luta e os conteúdos por trás das reivindicações.

Mas as escalas se articulam inexoravelmente. Os eventos iluminam, no plano mundial, uma nova sociedade que se constitui hoje como essencialmente urbana, o que pode ser constatado no fato de que as insurgências e as lutas mudam de conteúdo ao longo da história urbana capitalista. Neste momento, perde centralidade, por exemplo, a luta em torno da jornada de trabalho (sem, todavia, desaparecer), e novas reivindicações vão sendo constatadas. A convergência das lutas no lugar reafirma a centralidade da cidade e o papel do espaço público em seu duplo sentido: como expressão da esfera pública e como expressão do lugar da apropriação (sem a qual a reunião dos interessados em mudanças não poderia acontecer). Portanto, se é no lugar – a escala do acontecer onde se constitui o cotidiano – que esse mundial ganha concretude, aí, por sua vez, se revelam as particularidades de um desenvolvimento espacial desigual apoiado por determinações históricas, fazendo com que as lutas ganhem conteúdos muito diferenciados e específicos.

Se as mudanças nas comunicações se tornam relevantes para dar simultaneidade e visibilidade a problemas (e formas de ação) comuns com

os quais a humanidade se depara – como o caso do aquecimento global, da escassez de água ou das queimadas da Amazônia etc. –, as manifestações locais revelam certas condições de privação específicas, como escassez de moradia, deficiência e/ou inexistência de bens materiais de infraestrutura que permitam a realização de uma vida digna, persistência da fome etc. Estes não são problemas postos a todos, nem em todos os lugares. Nem aparecem de forma igual em vários lugares. Todavia, há articulação/in-dissociabilidade entre as escalas constituindo-se em uma dialética entre o homogêneo – a expansão da racionalidade da acumulação capitalista em sua nova fase – e o que difere – as lutas contra as forças hegemônicas. Apontam para o desenvolvimento espacial desigual.

Assim, é necessário interrogar os chamados “eventos” que ocorrem na cidade no sentido de conhecer as situações que os explicam no presente, bem como no que contemplam de virtualidade. Nesta dimensão é preciso diferenciar, de um lado, disputa e rebelião, e, de outro, revolução.

Desenvolvendo o raciocínio: as inversões necessárias

Inversão da cidade-sujeito para a cidade-obra

O desenvolvimento das ideias aqui contidas apoia-se na *hipótese de que* as insurgências (termo com o qual tratarei as manifestações e lutas na cidade e pela cidade) realizam-se como momentos da contradição do processo capitalista que produz espaços (e cidades) a partir da lógica da reprodução continuada do capital. Significa dizer que o processo de produção do espaço, que é constitutivo do processo civilizatório, se faz, hoje, objetivando a realização de processos de valorização. Tem como pressuposto a cidade como produto/obra social, fato este que ilumina a sociedade necessariamente como sujeito produtor do espaço. Portanto, a cidade aparece como realização objetiva ao longo da história, da ação da sociedade, centro e lugar onde se desenrola a vida, constituindo-se no movimento da produção social do espaço como condição, meio e produto da reprodução das relações.¹

¹ Ideia desenvolvida, dentre outros lugares, no livro *A condição espacial*, de Ana Fani Alessandri Carlos (São Paulo: Contexto, 2011).

Nesta perspectiva, é possível pensar a cidade como obra social que se cria no “tempo longo” como realização de uma história acumulada em que a produção do espaço se revela como imanente à produção/reprodução da vida. Nesta perspectiva, a cidade não é sujeito da história, mas sua obra, portanto uma criação que faz parte do movimento constitutivo da história humana.

Esse pressuposto aparece como central hoje na compreensão da cidade e da crise urbana no momento em que o debate, que visa resolver os impasses da desigualdade social, que ganha visibilidade expressiva no espaço urbano, se realiza apoiado num imenso “campo cego” que, longe de avivar as contradições que embasam a realidade urbana, a encobrem. O primeiro elemento que cria um manto encobrendo os elementos constitutivos – e, portanto, reveladores da crise urbana – é certamente a compreensão de que a cidade é o sujeito de sua criação e definidor de seus destinos. Focar a cidade como sujeito de vontade (e direcionador da ação) encobre a sociedade – desigual e hierarquizada – em seu papel de sujeito histórico produtor de obras e, como consequência, obscurece a alienação que se realiza neste processo. Isto porque a sociedade produz um mundo objetivo. O homem se objetiva no mundo da prática, produzindo-o. A cidade-obra, sob o capitalismo, se metamorfoseia em produto-mercadoria e, nesta condição, em sua exterioridade, se impõe ao sujeito (a sociedade) como algo que lhe é exterior. Sob a égide da propriedade privada da riqueza, que tem como uma de suas formas a apropriação privada do solo urbano, a cidade se reproduz continuamente como potência estranha ao sujeito produtor sob a forma da segregação. Esta é uma das formas da alienação no mundo moderno. Deste modo, em sua exterioridade, a cidade-obra, tornada produto sob o capitalismo que se eleva contra o cidadão, situaria as insurgências como formas de consciência das condições mutiladoras do sujeito histórico.

As contradições do mundo moderno se esclarecem como contradições do movimento do processo de (re)produção do espaço assinalando a produção de uma sociedade urbana cada vez mais marcada pela contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada. Essa contradição aparece nas lutas dos movimentos sociais quando colocam em xeque o planejamento da cidade através do questionamento das políticas espaciais voltadas ao processo de valorização do capital, em detrimento da realização da vida.

Inversão: a cidade como quadro físico, e não produto social

Esta inversão decorre da primeira contribuindo para a criação do que estou chamando de “campo cego”,² momento em que a cidade aparece como uma dimensão física ou como pura materialidade e, nesta condição, se presta às mais diversas representações que encobrem seu sentido social e histórico. Como já assinalamos, sobre a prancheta, a cidade é uma folha na qual se pode redesenhar, e, nessa direção, é apenas o palco inócuo onde se realiza a ação e, portanto, a gestão dos problemas urbanos. Essa compreensão justifica a ação do Estado em mãos de uma classe detentora do poder político porque detém o econômico. Por sua vez, sem compreensão daquilo que cria a desigualdade na forma de acesso imposto pela existência da propriedade privada da riqueza, esta ganha uma “função social”.

Se a propriedade acompanha a história, ela, sob o capitalismo, se realiza como “privada”. Nessa condição, a produção social do espaço urbano revela uma contradição fundamental que está na origem da alienação: a apropriação privada e concentrada da riqueza social criada. Esta contradição ganha realidade concreta – no plano do lugar e do cotidiano – através da contradição do espaço enquanto valor de troca-valor de uso. Nesse sentido, as insurgências, como formas de consciência das condições mutiladoras do sujeito histórico, não revelariam simplesmente a deterioração da vida, mas, antes, o movimento contraditório da produção social do espaço urbano sob a égide da reprodução capitalista, ganhando materialidade através do uso do espaço público. O desconhecimento deste debate contribui à constituição do “campo cego” na criação de uma teoria sobre o urbano que sustenta a ação que pretende superar os problemas postos pela urbanização.

Entendemos que as manifestações e/ou revoltas (aglutinando parcelas significativas da sociedade que vai às ruas com suas exigências e seus corpos transgressores) num momento em que a urgência de soluções para as condições dilaceradoras nas quais se desenrola a vida urbana isolando os sujeitos – “sem direitos” numa morfologia urbana profundamente segregada – exigem uma compreensão mais profunda da realidade urbana. Essa situação tem convocado os pesquisadores à ação. Mas esta ação envolve a

² Aqui o termo é emprestado de Henri Lefebvre na obra *A revolução urbana*, 1970.

compreensão da realidade que produz as contradições que estão no fundamento das situações de conflito.

Se o capitalismo, ao se reproduzir, precisa continuar recriando as condições de sua criação, isto é, a separação entre sujeitos produtores de obra e sua apropriação, a solução não está no estabelecimento da “função social da propriedade”, por exemplo, mas na sua eliminação. É a cidade produzida sobre a lógica do capital – como processo de acumulação continuado – e sob a ação do Estado neoliberal que está em jogo e precisa ser questionada. Se a acumulação capitalista depende das ações do Estado, que produz a cidade como norma, esvaziando o seu sentido social pela deterioração das instâncias de participação social, a solução está no seu fim. Nesta direção, um “projeto de cidade” contemplaria a utopia de uma nova sociedade, e não a solução precária das situações de urgência vivida. A utopia faz, assim, parte do ato de conhecer que move a sociedade em seu devir.

Os novos conteúdos da questão urbana³

Elemento revelador dos conteúdos de uma nova questão urbana é o fato de que a sociedade atual se realiza como essencialmente urbana num espaço mundializado sob a lógica do capital financeiro, na qual a cidade, enquanto mercadoria, reproduz-se através de novos setores econômicos integrados ao capitalismo mundial, realizando-se como fonte de negócios. O que quer dizer que, no amplo processo de acumulação, o capitalismo estende-se à produção do espaço como momento necessário à realização do processo de valorização (englobando e articulando novas áreas) a partir de novas esferas produtivas como forma de superar seus limites em tempos de crise. Essa ação se faz subsumindo a vida cotidiana numa cidade segregada.

Nesse momento, uma nova lógica se impõe: o processo de produção não cria apenas mercadorias clássicas – aquela dos meios de produção ou bens de consumo –, mas a produção do próprio espaço como produto e condição do processo de valorização. Certamente o capital continua produzindo mercadorias no âmbito da fábrica – bens de produção e consumo

³ Este item se desenvolve e contempla partes significativas do item “a questão urbana”, que aparece no artigo “Em nome da cidade (e da propriedade)” publicado na revista Scripta Nova (Barcelona, 2016).

–, bem como infraestrutura urbana (pontes, viadutos, metrô), mas, agora, a acumulação envolve outro setor da economia: a produção do espaço como produto imobiliário. Um exemplo significativo deste processo é o desenvolvimento do mercado de locação de imóveis corporativos como decorrência da flexibilização do solo urbano.

Para o capital, a materialidade do espaço é o suporte do valor de troca, a forma como, pela extensão do processo de urbanização, cria-se o espaço como produto imobiliário e como rede de infraestrutura, articulando o público e o privado numa morfologia diferenciada socialmente pela ação dos capitais públicos e privados, ora em conflito, ora em suas alianças. A abertura do urbano para um novo ciclo de reprodução/acumulação será realizada através de políticas públicas – como as operações urbanas e as parcerias público-privadas – no processo de reestruturação do espaço urbano. Como consequência, a distribuição da mais-valia gerada na produção material do espaço, que antes se realizava no plano do lugar, passa a se realizar também no plano mundial como movimento da acumulação do capital através do mercado de capitais. Novas esferas de valorização do capital mostram a passagem da aplicação do dinheiro do setor produtivo industrial ao setor imobiliário.

Fato importante é a mudança do sentido do solo urbano para o capital, que deixa de ser um lugar de fixidez do investimento para se tornar o lugar através do qual ele vai se efetivar. Portanto, a reprodução do espaço urbano revela a produção voltada aos interesses particulares do grande capital, delineando a tendência da submissão dos modos de apropriação do espaço ao mundo da mercadoria e, como consequência, à lógica de realização da propriedade privada, revelando uma práxis social fragmentada sob a forma da segregação. A prática urbana aparece, assim, como uma problemática de caráter espacial. Isto é, a sociedade que se constitui como urbana hoje revela-se e explicita-se como momento do processo de reprodução do espaço urbano como momento significativo e preferencial da realização do capital financeiro.

Portanto, a reprodução do espaço aparece como uma possibilidade de realização da acumulação através do movimento do capital dando um novo significado ao processo de urbanização, enquanto a prática urbana (definida como sócio-espaço-temporal) revela os níveis da realidade onde as metamorfoses do urbano se impõem pelas necessidades do processo de acumulação capitalista – a reprodução continuada dos proces-

sos de valorização. Deste modo, a acumulação afirma-se expandindo-se espacialmente, estabelecendo funções específicas às parcelas do espaço, o qual se processa hoje sob a pressão do mercado mundial e sob a lei do reprodutivo e do repetitivo, anulando-se as diferenças no espaço e no tempo. Isso significa dizer que, no momento atual, o setor financeiro apropria-se do espaço como lugar possível de realização do investimento produtivo. Em seu movimento de reprodução, o capital domina as relações sociais através da generalização da troca (e da forma contratual), que se desdobra para toda a sociedade como necessidade de ampliação da base de consumo necessária à reprodução ampliada e sem limites do “mundo da mercadoria”.

No plano da prática socioespacial, como indicado, esse processo realiza-se no conflito violento entre a produção do espaço urbano orientada pela lógica da realização do valor de troca (condição da acumulação) e as necessidades da sociedade que tem no uso (e acesso à cidade) uma condição necessária à reprodução da vida urbana. A contradição valor de uso/valor de troca – intrínseca à mercadoria capitalista – se desdobra nas mais diversas formas de precarização das esferas da vida cotidiana, definindo o lugar de cada um no espaço e as formas consequentes de acesso aos espaços-tempos da realização da vida em sua totalidade. Neste contexto, a cidade como produção social (espaço-tempo da realização da vida) realiza-se como exterioridade, isto é, como potência estranha, na medida em que a prática é invadida pelas possibilidades, sempre ampliadas, de realização da acumulação e impõe fortes restrições às formas de apropriação do espaço. Aqui se presencia o conflito agudo e violento que se desenrola no espaço entre sua produção como momento inseparável do processo de valorização do valor e seu sentido social como valor de uso.

O urbano como privação e a privação do urbano

A contradição valor de troca/valor de uso decorrente do processo de produção social do espaço no capitalismo fundamenta-se na existência/concentração da propriedade privada da riqueza em suas várias formas, dentre elas a propriedade do solo urbano. Nesse sentido, sob o capitalismo, a produção do espaço se torna fonte de privação da vida pelo desenvolvimento sem limites do mundo da mercadoria em todas as suas formas

– materiais e imateriais – como forma de realização do processo de valorização – sentido último da acumulação. Essa contradição desdobra-se nos projetos urbanos que constroem com suas grandes obras viárias, que expulsam o cidadão para as periferias da mancha urbana numa vida em áreas degradadas impróprias ao uso, fazendo com que os terrenos assim desimpedidos possam retornar ao mercado imobiliário como novas frentes de valorização. Essas ações aprofundam a exploração enraizada através das alianças que privilegiam, constantemente, os setores imobiliários, as empresas de transporte e as grandes construtoras.

As intervenções urbanas, ao mudarem o uso do espaço, reestruturam as formas de acesso da sociedade às áreas valorizadas pelas intervenções, dividindo a sociedade em “população compatível” e “população não compatível” ao processo de transformação. Os terrenos de baixo preço ou sem valor de troca se situam em áreas impróprias à ocupação e à vida humana, o que vai gerar grandes catástrofes socioambientais. Portanto, trata-se de um processo que se reproduz e tem como consequência a deterioração: primeiro do trabalho no processo produtivo e, com ele, de todos os sentidos do homem; depois, da vida circunscrita à realização das necessidades básicas; na sequência, dos espaços de realização da vida humana, a partir da moradia; depois, da natureza e, finalmente, em seu conjunto, gerando a deterioração de toda a cidade e da vida na cidade. Como consequência, temos: a) a perda da coesão social, afastando o outro que lhe é diferente – vai desde o discurso racista à intolerância contra migrantes e pobres; b) o esvaziamento dos espaços públicos em detrimento dos espaços cercados e protegidos, com a abundância dos semipúblicos; c) a construção de barreiras urbanas de proteção: construção de cercas e muros, guaritas, instalação de câmaras de vigilância (que revelam o florescimento da indústria da segurança) etc.

Em seu processo de produção/reprodução, o espaço torna-se um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que, usando como meio as políticas públicas, centraliza, valoriza e desvaloriza os lugares da vida, aprofundando as desigualdades como decorrência das necessidades da acumulação ampliada. A ação do poder público, reforçada pelas políticas públicas, cria processos de valorização diferenciados no espaço urbano com a aplicação de recursos em determinadas áreas associadas à ação consciente dos empreendedores imobiliários nas áreas destinadas aos novos negócios. Assim, no plano do local e do cotidiano, a vida se reorganiza,

as relações sociais se restabelecem submetidas, cada vez mais, à normatização e à organização segundo uma ordem fortemente burocratizada e preenchida por repressões e coações imperceptíveis. Neste nível também se entrecruza uma ordem invadida pelo global que se impõe de forma violenta através da mercantilização do mundo que se desdobra na reprodução do espaço urbano reorientando a prática social e submetendo a vida. Isso se faz pela mediação do urbanismo (como forma de pensar o urbano) e do planejamento (como esfera da ação do poder público sob a batuta do capital). Aqui a ação que orienta a transformação da cidade enquanto valor de troca faz *tábula rasa* da prática socioespacial. Deste modo, invadida pela lógica da acumulação, a vida se define por uma racionalidade que objetiva assegurar a reprodução das relações capitalistas na totalidade do espaço – cuja produção se transforma em fonte de lucro. Assim, a segregação, como racionalidade que se projeta pela separação dos sujeitos no espaço – numa prática espacial urbana permeada pela separação dos lugares da vida tornados autônomos, em uma prática despedaçada –, sinaliza o empobrecimento e a deterioração da vida social diante da extensão da mercantilização que acompanha a privatização do mundo. Deste modo, vivida no plano do cotidiano, em seus fragmentos e percebida como exterioridade, a cidade privatizada torna-se fonte de privação.

Portanto, a segregação – como a forma da desigualdade espaço-temporal – se realiza como a negação do urbano e da vida urbana. Isto porque seu sentido repousa na existência da propriedade privada do solo urbano que vai revelando sua função econômica como realização continuada do valor sustentada pela função jurídica que a impõe enquanto direito garantido institucionalmente, tornando inquestionável sua existência tanto mental (plano do conhecimento) quanto prática (na vida cotidiana). Logo, ao expandir-se o processo de acumulação, o espaço vai revelando a potência da propriedade através de novos usos, trazendo, como consequência, o esvaziamento dos lugares da prática socioespacial permeada por interditos e normas, marcada por apropriações privadas, confrontado com a miséria vivida pelo corpo (com a exacerbação da vigilância), o que permite estabelecer as condições de sua reprodução numa aliança entre os níveis político e econômico que se realizam contra o social. Revela-se, neste plano, a desigualdade que se assenta na posse centralizada da riqueza social gerada por toda a sociedade nas mãos de uma classe social, que é também detentora do poder. Revela-se aqui a condição de “não sujeito” nas formas segregadas

através das quais o urbano se manifesta no plano do vivido, concretizando-se através da existência das forças mutiladoras do sujeito.

Deste modo, a reprodução do espaço urbano, sob a lógica da acumulação capitalista, repõe outra condição que a fundamenta: a desigualdade dos indivíduos na sociedade vivida concretamente através dos modos de apropriação diferenciados da cidade para realização da vida. A produção da cidade como valor de troca e sua conseqüente integração ao processo de valorização a transforma, no final do século XX, num negócio. Sob a lógica da acumulação, o cidadão se confronta com o outro do humano – a deterioração das condições de vida, a ausência de direitos, as situações de exclusão, o aprofundamento da realidade mercantil que molda comportamentos, a abstração concreta do mundo da mercadoria e de suas formas arbitrárias. Uma ação que se realiza contra o social.

É assim que a ação dos movimentos sociais de moradia, mais do que iluminarem uma questão básica para a realização da vida imediata, sinaliza a existência da propriedade privada do solo urbano como barreira à apropriação que se materializa no cotidiano onde a cidade é vivida como perda e privação, estranhamento e caos. Assim, o processo de urbanização executa, na sociedade capitalista, a *violência* que lhe é intrínseca. Portanto, as insurgências prenunciam a recusa e a acusação *da privação* que reina no cotidiano pela imposição da racionalidade do processo de acumulação do capital. Ao fazê-lo, apontam, como possibilidade, o questionamento da totalidade dos processos constitutivos da produção social do espaço. Por isso as insurgências sinalizam algo de novo que difere do movimento homogêneo imposto pelo discurso e ação das necessidades da acumulação, através da lógica do crescimento econômico. Deste modo, prognosticariam a potência da negatividade como possibilidade de transformação das contradições vividas.

Os corpos e as vozes no espaço público

O espaço público apresenta duas dimensões: ele é o lugar das vozes que reivindicam a participação nos destinos da cidade (portanto a representação da esfera pública), mas é, também, o corpo e a corporeidade em sua dialética; a materialidade sem a qual o encontro dos cidadãos (*usadores* da cidade) não se realizaria. Portanto, o espaço público apresenta uma dupla

determinação: de um lado, é a esfera pública como manifestação possível de todos nos destinos da cidade em seu embate com a ordem definida no seio do Estado (que se impõe à sociedade como uma ordem política) e, de outro, é o lugar real e concreto da ação onde ganham visibilidade (sob a forma de conflito) as contradições vividas. Em sua centralidade, o espaço público é o ponto de reunião, no espaço urbano, das diversas formas de insurgências visibilizadas, apontando problemas reais da prática urbana. Nos espaços públicos, os grupos sociais vão revelando as condições sociais reais impostas à sociedade no plano do cotidiano – são a consciência da sociedade, na medida em que apontam as mais variadas formas de privações com as quais a vida se confronta. Essa reunião – de corpos e vozes – no espaço público revitaliza o uso na cidade como atividade propriamente social em sua capacidade criadora e aberta ao possível.

Todavia, não são portadores da verdade. As insurgências precisam ser compreendidas naquilo que fundamenta a privação, provocando a ação. Não há uma colagem entre o pensamento e a ação, mas dialética entre teoria e prática que vem perdendo espaço no debate urbano. Daí a exigência teórica, hoje, tão questionada diante do pragmatismo imposto pela constituição, no plano da análise, do “campo cego”.

Mas, como a formulação teórica, as insurgências nascem da prática associadas a um momento específico da urbanização – não mais induzida, como aponta Lefebvre,⁴ pelo processo de industrialização. Em primeiro lugar, significa dizer que as insurgências sinalizam os problemas postos por uma sociedade não mais submetida à lógica industrial. O urbano em constituição ultrapassou o espaço limitado da fábrica (o lugar do processo de trabalho industrial) como aquele das lutas contra o modo como se realiza a acumulação. As bandeiras de luta, com suas novas reivindicações, sinalizam que o processo de reprodução do capital se expandiu para tomar toda a vida e todas as escalas espaciais como momento de realização da acumulação agora associadas a um novo estágio da urbanização submetido ao desenvolvimento do capital financeiro. Em segundo lugar, o caráter escalar das insurgências (articulando os planos do lugar/território/mundial), associado às bandeiras com temas muito diversos, aponta a complexidade que envolve a vida urbana. A sociedade urbana que se delinea aponta a

⁴ Ideia desenvolvida no livro *O direito à cidade*, 1968.

simultaneidade que vem acompanhada pela utilização de novas técnicas que permitem ampliar a mobilização/manifestação dando-lhe simultaneidade (ela pode acontecer em diversas partes do território ao mesmo tempo) e pela fluidez (e rapidez) da disseminação da informação (elas podem ser convocadas em pouco tempo). Com este procedimento, é possível criar novas formas organizativas tanto na escala local quanto unindo os lugares no plano mundial. Essa ação ganha visibilidade instantânea potencializando suas ações. Em terceiro lugar, a forma espacial da centralidade do espaço público, como o acesso de todos aos direitos existentes, bem como na criação de novos direitos, é o lugar de visibilidade dos novos sujeitos políticos. Nessa centralidade, reconstrói-se a ideia de comunidade expressa em opiniões divergentes sobre os vários planos que envolvem a vida em sociedade marcada pelos relacionamentos constituidores de identidades e diferenças que se gestam no seio de uma sociedade essencialmente urbana, isto é, não mais subordinada à lógica da fábrica. Em quarto lugar, as novas formas de mobilização acompanham o desenvolvimento das técnicas de comunicação – as redes sociais – que se realizaram a partir de identidades forjadas por comunidades agrupadas por interesses comuns, exigindo a participação dos diferentes e sem poder nos processos de decisão de políticas que direcionam/submetem a vida. Em quinto lugar, as insurgências sinalizam, como já apontado, duas escalas de problema: aquela que se refere ao destino comum da humanidade, imposta pelas formas de realização do lucro, como a degradação da natureza, a luta pela água, o aquecimento global, as queimadas; e aquela que é do plano da vida cotidiana no plano do território e se refere ao desenvolvimento espacial desigual, como a luta por moradia, serviços, a necessidade de combate à corrupção, o redirecionamento do orçamento público comprometido com a saúde e a educação públicas, contra a existência de poderosos *lobbies* que tomam conta do cenário político e a atuação dos partidos, com suas alianças que se realizam contra o interesse social. Estas escalas diferenciadas de problemas revelam diversas escalas espaciais articuladas numa só totalidade definida no seio da sociedade urbana e na mundialidade do espaço.

No plano do cotidiano se colocam as especificidades do território, sua história e cultura. É uma luta pelo espaço urbano como o lugar onde se realiza a vida e que é reveladora de uma situação de crise urbana. A visibilidade das resistências no espaço público aponta-o como lugar da reunião, do encontro, construído pela proximidade dos membros de uma deter-

minada sociedade sem a qual o discurso e a ação – como momentos de decisão em conjunto – não seriam possíveis. Deste modo, o espaço público realiza a centralidade urbana em seu conteúdo político demonstrando a necessidade de mudança nas diretrizes do governo em direção à consolidação da democracia com a participação dos envolvidos contra uma democracia representativa que os tem excluído. Esta vem acompanhada por uma demanda por igualdade como reconhecimento das diferenças. Estas insurgências não partiram do nada, são fruto da construção de uma consciência que, no plano do lugar e da vida cotidiana, questiona de várias formas o modo como se reproduz o urbano no movimento da economia neoliberal imposta pela mundialização.

As insurgências indicam um significado que reúne várias perspectivas (passíveis de serem lidas através das diferentes bandeiras empunhadas pelos manifestantes), nas quais se realizam a desigualdade e a privação constituidoras da vida urbana. Deste modo, introduzem e exigem práticas democráticas, colocando na mesa de negociações os interesses da sociedade em sua totalidade – a sociedade urbana. Todavia, ao mesmo tempo em que revelam sua potência, trazem em si a dialética entre a urgência (de solução dos problemas da degradação-precarização da vida vivida em seus limites) e as mudanças radicais capazes de mudar o destino da humanidade contra o capitalismo imposto como modelo civilizatório.

Entre a urgência e a utopia

Certamente há uma dialética entre urgência e utopia que não pode ser negada. É necessário que os homens estejam vivos e reproduzindo-se para que possam fazer história, esta é uma condição de urgência. Por outro lado, a situação através da qual se realiza o processo de reprodução social sob o capitalismo se faz atualizando a alienação.

No plano da prática socioespacial, a passividade que sustenta a vida cotidiana se faz sentir pela imposição do terrorismo generalizado do quantificável que acentua a eficácia do espaço repressivo sob as regras e o discurso do crescimento econômico. Nesse plano, o espaço urbano, recriado constantemente como instrumento político e manipulado pelas alianças estabelecidas entre o poder político e o econômico, se impõe sem estrangulamentos. As políticas de renovação urbanas e as parcerias entre se-

tores público e privado sustentadas pelo discurso político do crescimento e justificadas pelos relatórios de impacto ambiental (e ou social) têm encontrado na mídia um campo de persuasão importante da população para estes projetos. Assim, o discurso entra no cotidiano justificando a construção de um espaço geométrico e ótico como característica do espaço abstrato do neoliberalismo.

Nessa direção, a vida cotidiana – como prática espacial definida nos estritos limites da concentração da propriedade privada da riqueza em suas várias formas – é submetida à lógica do Estado, que disponibiliza instrumentos legais para mudar o uso do espaço de acordo com sua estratégia de crescimento submetida à lógica global neoliberal. Esse processo é motivado pela necessidade constante de valorização do capital que se realiza, hoje, reproduzindo os lugares na cidade que, ao incorporarem o trabalho social contido nas renovações, traz, como consequência, uma metamorfose radical. Essa valorização aprofunda a segregação socioespacial através da expulsão dos grupos sociais que não têm condição de pagar pelo aumento do preço do m² do solo urbano em direção aos lugares periféricos, cada vez mais distantes da centralidade.⁵ A produção do espaço se torna, assim, estratégica para a acumulação que se articula a partir de um novo arranjo das frações do capital sinalizada pela migração do capital das esferas da produção clássica de mercadorias – bens de produção e de consumo – para a reprodução de áreas de valorização sob a batuta do capital financeiro, exigindo uma política pública que oriente os recursos para a construção de infraestrutura que vem acompanhada por uma política pública que a justifica.

Podemos, assim, afirmar que o momento atual sinaliza uma transformação no modo como o capital financeiro se realiza, iluminando a passagem da aplicação do dinheiro do setor produtivo industrial ao setor imobiliário, associado ao conjunto das indústrias voltadas à construção civil. Assim, a mercadoria-espaço mudou de sentido com a mudança de orientação das aplicações financeiras, que produz o espaço como “produto imobiliário”. Esse processo vem acompanhado de uma outra relação Estado/espaço – pois só ele é capaz de atuar no espaço da cidade através

⁵ Ver, sobre este assunto: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço e tempo na metrópole*. 2. ed. rev. São Paulo: FFLCH/USP, 2017. Disponível em: http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espa%C3%A7o-Tempo%20da%20Vida%20Cotidiana%20na%20Metr%C3%B3pole_.pdf.

de políticas que criam a infraestrutura necessária para a realização deste “novo ciclo econômico”. Aqui, a reprodução do espaço assume papel significativo e preferencial da realização do capital financeiro. Esse modo como a acumulação se realiza no mundo moderno, através da passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro, cria a “*cidade como negócio*”, concretizando-se, preferencialmente, através de novas atividades econômicas que priorizam os serviços que requerem a produção de um novo espaço para sua realização.

Uma contradição, já anunciada, aprofunda-se no processo de reprodução: para o capital, a materialidade do espaço é o suporte do valor de troca, a forma como a natureza, pela extensão do processo de urbanização, criou o espaço como produto imobiliário e como rede de infraestrutura, articulando o público e o privado numa morfologia diferenciada socialmente através de novas formas urbanas com novos conteúdos redefinidores dos usos da cidade. Mas, para a sociedade, ele é preponderantemente a possibilidade de, através dos usos, realizar a vida. Assim, se confrontam nesse processo o valor de troca (o espaço criado como momento do processo de produção do valor) e o valor de uso (o espaço como momento de apropriação para a realização da vida em sua plenitude). Portanto, “aqui o espaço improdutivo (aquele da realização da vida cujo uso dispensa a mediação do mercado, conseqüentemente, da troca) se choca com as necessidades da construção dos espaços produtivos vinculado à realização do valor” (CARLOS, 2010, p. 35).

Essa é a lógica que produz: a) o déficit de moradia – as políticas públicas se voltam para a construção de infraestrutura nas áreas impostas pelo movimento do processo de crescimento econômico; b) a expulsão de parte significativa dos grupos sociais de baixa renda que não podem pagar pelo processo de valorização do solo urbano; c) sua realocação em habitações precárias e distantes; d) o aumento da distância entre lugar de moradia e lugar de trabalho cria o problema da mobilidade urbana, tanto em relação ao aumento do tempo de deslocamento quanto ao seu preço e qualidade; e) aprofundamento da segregação etc.

A metrópole como negócio é, assim, um momento central da reprodução cuja lógica é questionada pelos movimentos sociais contrários à realização das renovações/operações urbanas na metrópole e, nessa condição, a mobilização dos negócios com o solo urbano redefine os conteúdos da ur-

banização. Na cidade dos negócios os conflitos revelam a existência da propriedade privada que fragmenta a cidade e submete esses fragmentos à realização do capital, com a criação de lugares específicos de uso com atividades circunscritas e bem delimitadas. (CARLOS, 2010, p. 36).

Deste modo, podemos afirmar que a produção da “cidade como negócio” se faz com a negação do urbano.

A especificidade da urbanização brasileira no seio da periferia do sistema capitalista nos coloca diante da urgência de resolver as questões que afetam diretamente a realização da vida. Essas condições são de precariedade quase total em muitos pontos do território e visível na maior metrópole nacional, escancarando os termos da despossessão presente na luta pela sobrevivência que acompanha a caminhada da concentração da renda e da radicalização da política neoliberal.

Neste capítulo afirmamos que a reprodução da cidade (produção social e histórica) é vivida pela sociedade como exterioridade, o que atualiza a alienação no mundo moderno. O processo de alienação, todavia, vem acompanhado pelo seu contrário: a consciência desse processo, iluminando a ação. O capitalismo não é um modelo civilizatório. Ele precisa ser superado. Para isso, precisa ser desmistificado. Nesse caminho, a sociedade se rebela contra as condições que lhe oprimem e constroem a cidade uma fonte de alienação.

O conjunto das insurgências como ato e “exercício de cidadania”, bem como forma de expressão política, desdobra-se também como modo de contestação sobre o que deve ser a participação de todos nas escolhas dos destinos de uma vida urbana em sociedade. As insurgências apresentadas em várias bandeiras – como a escritura da reivindicação no público – compõem no espaço público a reunião dos elementos isolados que, se inicialmente aparecem como insurgências acidentais tomando inicialmente uma forma esporádica, podem tornar-se uma essência nova sobre a qual a sociedade pode agir. Ainda estamos Tateando nessa possibilidade de pensar a união de todas as lutas. Uma hipótese possível é pensar que os movimentos sociais de resistência, como confrontações das práticas socioespaciais urbanas, sinalizam, em sua reunião, o conjunto de fatores que marca a consciência da “privação” e impõe uma nova leitura da realidade na qual a vida não se restringe à esfera dos bens necessários à sua efetivação. A consciência da privação (em seus vários planos) como o motor das lutas demarca a exigência de um direito a “uma outra vida” aberta à criação e

à criatividade. Traz a exigência de um projeto de transformação. Coloca para todos uma contradição nova: aquela da urgência/utopia.

A criação de mecanismos vários e de políticas que resolvam os acessos aos espaços-tempos da realização da vida se torna urgente e necessária. A urgência nos coloca diante do tempo do presente pelo simples fato de que é preciso viver para produzir história e viver como um ser humano, condição esta que não está posta para todos. Portanto, a urgência exige respostas imediatas. Todavia, a urgência vem acompanhada do pragmatismo que, no plano teórico, se fecha na busca da operacionalidade. Dialeticamente, essa situação pode tanto impedir o presente de se realizar através da criação de uma vida digna de ser vivida, com acesso às condições que a tornam possível para todos, como, também, abortar o futuro (posto que mergulhados na urgência dessa situação).

O movimento do processo de urbanização impõe-se ao sujeito histórico produtor do espaço como um novo momento de alienação. Este, por sua vez, vem acompanhado pela produção da consciência – momento de subjetivação do sujeito ganhando consciência do processo de alienação através dos limites impostos à vida urbana, na submissão ao mundo privatizado, na privação vivida. Como orientar a luta? Como superar o imediatismo desta urgência sem deixar de resolvê-la? Como superar o risco de nos movermos apenas neste presente imediato? Como elaborar um projeto que seja o negativo da sociedade do capital capaz de orientar as ações do devir e resolver as urgências? Portanto, o problema que está posto é como reunir a necessidade imposta pela barbárie que vivemos sob a forma do tempo da privação vivida concretamente (fugindo do discurso e exigências de ações pragmáticas) à luta de longa duração em direção ao projeto de construção da via que nos conduziria a “um outro mundo possível”?

Esse é o caminho a partir do qual se constrói o projeto de mudança radical. Esse é o caminho que responde negativamente à questão apresentada “seriam as cidades rebeldes?”.

A utopia: “o direito à cidade”

No plano teórico, faz-se necessário pensar na potência do pensamento que compreende o mundo em suas contradições, iluminando um projeto de transformação e situando os fragmentos do fenômeno urbano na totali-

dade social. Neste plano, o ato de conhecer inclui a utopia que não exclui, mas dialetiza a solução das situações de urgência. A obra de Lefebvre sinaliza para a construção da utopia como momento do processo de conhecimento do mundo. A “saída” possível para pensar um outro mundo poderia se realizar através da luta em torno do “direito à cidade”, acentuando e iluminando o papel do espaço (de sua produção e de seu sentido como obra) e do urbano na totalidade social, o que significaria que a autogestão poderia ser pensada como modo de “governar a cidade”, apontando as novas possibilidades da apropriação como modo de acesso aos espaço-tempos da vida cotidiana em sua totalidade e projetando o fim da segregação, das normas e das coações, revitalizando o sentido do público – tanto no plano da esfera pública como no do espaço público da reunião e da liberdade. No urbano e no cotidiano localizam-se as lutas sociais em direção ao devir. Aqui se situa a abertura para a realização de uma sociedade urbana, como projeto, na qual se desvelaria um caminho para sua realização, abrindo o pensamento para a utopia.

O “direito à vida” apresenta-se como “direito à cidade” que aparece na reflexão urbana porque, antes, se coloca à sociedade em sua prática. Não se trata, portanto, de uma proposta pragmática, mas da elaboração de um projeto social de mudança radical fundado numa teoria social que se apoiaria num conhecimento crítico e radical, questionando os direitos (o modo como eles penetram no cotidiano) e a ação do Estado.

A teoria crítica aponta a necessidade de buscar as contradições de uma sociedade na qual a produção do espaço se revela através da segregação espacial. Essa prática contempla opressões e resistências num espaço em disputa. Nessa perspectiva, um caminho para pensar o horizonte futuro seria a “aglutinação de todas as bandeiras de luta”, apontando para a possibilidade de construção de um projeto revolucionário capaz de orientar as ações no tempo presente em direção ao devir; a construção de uma “outra sociedade” objetivando a realização do humano.

Esse raciocínio questiona *o comum* como o sentido desta possibilidade.

Referências

ALVAREZ, I. P. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo;

- PINTO, Isabel Aparecida (org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 65-80.
- ALVAREZ, I. P. A noção de mobilização do espaço em Henri Lefebvre. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 23, n. 3, p. 494-505, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163370>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2019.163370>
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EdUSP, 1994.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. La utopía de la gestión democrática de la ciudad. *Scripta Nova*, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. IX, n. 194 (01), 1 agosto 2005. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-01.htm>.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade como negócio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (org.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 29-37.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Le droit à la ville comme projet d'une nouvelle Société. *L'homme et la société*, Paris: L'Harmatan, n. 185-186, p. 67-82, 2012.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. La ciudad como privación y la reapropiación del urbano como ejercicio de ciudadanía. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. El control del espacio y los espacios de control, 13., 2014, Barcelona. *Actas [...]*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 5-10 mayo 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Ana%20Fani%20Alessandri%20Carlos.pdf>.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Crise urbana*. São Paulo: Contexto, 2015. (Edição em inglês: *The urban crises*. São Paulo: Contexto, 2015, e-book).
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; PINTO, Isabel Aparecida (org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 43-64. (Edição em inglês: *The city as a commodity*. São Paulo: Edições FFLCH).
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Em nome da cidade (e da propriedade). In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro Barcelona, 14., 2016, Barcelona. *Actas [...]*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2-7 de mayo de 2016. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/AnaFaniCarlos.pdf>.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Gloria; PÁDUA, Rafael Faleiros de (org.). *Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 33-62.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço e tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001. (2. ed. rev., 2017)
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma Geografia do espaço. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org.). *A necessidade da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 15-28.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 23, n. 3, p. 458-477, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163371>.
- LEFEBVRE, Henri. *Le droit à la ville*. Paris: Antropos, 1968.
- LEFEBVRE, Henri. *Espace et politique*. Paris: Antropos, 1972.
- PÁDUA, R. F. Produção estratégica do espaço e novos produtos imobiliários. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; PINTO, Isabel Aparecida (org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 65-80. (Edição em inglês: *The city as a commodity*. São Paulo: Edições FFLCH. p. 145-164)
- PÁDUA, R. F. O habitar como horizonte utópico. *Geosp – Espaço e Tempo* (On-line), v. 23, n. 3, p. 478-493, dez. 2019, ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/162950>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2019.162950>
- SANTOS, Cesar Simoni (org.). Do lugar do negócio à cidade como negócio. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; PINTO, Isabel Aparecida (org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 65-80. (Edição em inglês: *The city as a commodity*. São Paulo: Edições FFLCH. p. 13-42)
- VOLOCHKO, D. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; PINTO, Isabel Aparecida (org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 65-80. (Edição em inglês: *The city as a commodity*. São Paulo: Edições FFLCH. p. 97-12)
- VOLOCHKO, D. Henri Lefebvre: totalidade, radicalidade e dialética espacial. *Geosp – Espaço e Tempo* (On-line), v. 23, n. 3, p. 506-524, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/162821>.

PARTE II

Práticas, utopias, distopias e heterotopias nas e das cidades do Norte e do Sul global

Quais semelhanças, quais diferenças?

CAPÍTULO 3

O contexto neoliberal face ao ecofascismo e ao discurso decolonial

José Borzacchiello da Silva

Ó meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!
(Última prece de Frantz Fanon em *Pele Negra, Máscaras Brancas*)

O texto se fundamenta na ementa da mesa-redonda 2 do Simpósio Nacional de Geografia Urbana (Simpurb 2019) intitulada “Práticas, utopias, distopias e heterotopias nas e das cidades do Norte e do Sul global: quais semelhanças, quais diferenças?”. Parte do pressuposto de que a utopia seria o não lugar, o lugar que não existiria, a distopia seria produto das consequências sobre o lugar da predação do capitalismo, e heterotopia poderia se referir aos lugares inventados aqui e agora que, provocando alteridade, fazem com que se busque construir hoje um mundo à parte, um mundo que escape, ou reproduza, a estrutura social instaurada. Face aos mundos invocados por estas expressões e às práticas sociais nas cidades e das cidades, quais são as experiências dos países do Norte global e do Sul global sobre esses novos mundos construídos ou a construir como forma de re-invenção da ordem social? Estruturei o texto na perspectiva de contemplar as intervenções da Prof^ª. Amélia Damiani (USP), do Prof. Giancarlo Frabetti (UFPA) e do Prof. Jan Bitoun (UFPE). Coube-me a tarefa de conduzir o debate. Após a leitura dos textos previamente elaborados, busquei as possibilidades de interlocução entre eles identificando o que tinham em comum e elencando elementos capazes de permitir e sustentar o debate. Finda a leitura, constatei um corte transversal que unia os três textos e garantia sentido à ementa proposta, na busca dessa transversalidade que me mantinha extremamente motivado e preocupado com a coerência e profundidade do debate.

A divisão política do mundo sempre foi e continua sendo mais ideológica que geográfica, de tal forma que interfere nas diferentes tentativas

de maior interlocução entre o Norte e o Sul, o que se dá de forma lenta e gradual. Esses dois mundos separados pelo fosso que permanece, mantendo a histórica assimetria que os distancia. O México, embora seja Norte, pertence ao Sul global, da mesma forma que Austrália e Nova Zelândia pertencem ao Norte. Enfocando esse assunto de forma direta, Meneses (2008, p. 5) afirma que

A constituição mútua do Norte e do Sul e a natureza hierárquica das relações NorteSul permanecem cativas da persistência das relações capitalistas e imperiais. No Norte global, os “outros” saberes, para além da ciência e da técnica, têm sido produzidos como não existentes e, por isso, radicalmente excluídos da racionalidade moderna.

É flagrante o desinteresse sobre os saberes dos povos do Sul, e essa opacidade construída pelo colonizador despertou um movimento intelectual recente na América Latina com forte teor de adesão. Essa histórica assimetria entre colonos e colonizados conduz à constatação de que, mesmo sendo americanos, somos designados como latinos. O estatuto da diferença decorre de contingências impostas que nos caracterizam com uma especificidade identitária. Essa enorme porção que se estende desde o México até a Terra do Fogo, denominada de América Latina ou América hispânica, ganha uma identidade que a distingue dos Estados Unidos. Contudo, dentre todos os nomes que surgiram ao longo desse período, o termo “América Latina” foi, sem dúvida, aquele que mais logrou êxito, pois, ao contrário dos demais, perpetua-se até os dias de hoje.

Em função da relevância dos Estados Unidos nesse processo de consolidação do termo “América Latina”, concordamos com Arturo Ardao quando ele afirma que não podemos compreendê-lo em sua totalidade sem nos balizarmos pela expressão que de certa forma é a sua antítese: a “América Saxônica”. Como afirma Ardao, América Latina e América Saxônica “são conceitos correlacionados, ainda que por oposição; não puderam aparecer e se desenvolver a não ser juntos, mesmo que por contraste”. Esta dualidade, que “parte diretamente da filiação étnica das populações de origem europeia que implantaram em terra americana, determinadas formas de cultura”, não se expressa dessa maneira na linguagem cotidiana, visto que não nos referimos aos americanos dos Estados Unidos como “saxoame-

ricanos”, mas sim como norte-americanos. Entretanto, por mais que a dualidade mais apropriada seja América Latina/América do Norte, ela se fundamenta no critério do conglomerado étnico do qual a nação-mãe faz parte: saxônico, no caso inglês; latino, nos casos português, espanhol e francês. (FARRET, 2011, p. 34-35).

A colonialidade do poder¹ deixou fortes traços na história social e na produção do espaço do povo latino. No prefácio do livro *Os Condenados da Terra*, de Frantz Fanon,² de setembro de 1961 de autoria de Jean-Paul Sartre, vislumbro uma antecipação, uma direção do que viria a ser a discussão focada nas relações Norte/Sul. É importante destacar o que diz Arantes (2015, p. 119):

A principal crítica à presença da França na Argélia partiu de um francês: Jean-Paul Sartre. O ácido prefácio que escreveu ao livro *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon, publicado em 1961, foi proibido de circular na França. Também o silenciamento sobre o que os franceses fizeram na Argélia segue na contramão dos posicionamentos da França em relação aos direitos do homem e do cidadão.

Atenho-me, especialmente, ao que o filósofo da corrente existencialista, partindo do pressuposto da necessidade de os intelectuais desempenharem um papel ativo na sociedade, afirmava:

Hoje o nativo revela sua verdade; de repente, nosso clube tão fechado revela sua fraqueza: não era nem mais nem menos que uma minoria. Pior ainda: como os outros se tornam homens contra nós, parece que somos inimigos da raça humana; a elite revela sua verdadeira natureza: uma gangue. Nossos queridos valores estão perdendo suas asas; se você

¹ Para Quijano (2005), no seu *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, “Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus”.

² FANON, Frantz, *Os Condenados da Terra*. Paris: Maspero, 1961.

olhar de perto, não encontrará um que não esteja manchado de sangue. (SARTRE, 1961, p. 6).³

O Prefácio de Sartre não foi suficiente para repercutir o livro de Fanon, considerando a enorme visibilidade acadêmica que o filósofo do existencialismo alcançava no pós-Segunda Guerra Mundial. É indiscutível a constatação do reforço que ele dá à discussão sobre a colonialidade, embora essa postura de colonizar fosse frequente nas abordagens de vários intelectuais europeus em torno das relações campo e cidade, recorrentes nos textos, especialmente os voltados à abordagem ecológica com diferentes matrizes teóricas e perspectivas metodológicas.

Segundo Ballestrin (2014, p. 198),

O grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) foi constituído em 1998, a partir da dissolução do Grupo Latino de Estudos Subalternos, que, por sua vez, fora inspirado no projeto indiano. Formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, o coletivo realizou duras críticas ao pós-colonialismo, procurando inserir a América Latina de maneira radical, através da noção de giro decolonial. Buscando o afastamento do próprio pós-colonialismo, o programa de investigação resgata diferentes autores latino-americanos, tendo alguns de seus próprios membros uma trajetória intelectual individual influenciada pelo marxismo, filosofia da libertação, teoria da dependência e análise do sistema-mundo. Alguns de seus principais expoentes são Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Santiago Castro-Gómez, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres, Catherine Walsh, Arturo Escobar, entre outros.

Insisto na abrangência do tema da mesa considerando os fundamentos do Simpurb e discussões focadas nas relações campo e cidade, vinculadas aos conceitos de atraso e progresso. Nessa busca, encontro a excelente re-

³ Original: “Aujourd’hui l’indigène révèle sa vérité; du coup, notre club si fermé révèle sa faiblesse: ce n’était ni plus ni moins qu’une minorité. Il y a pis: puisque les autres se font hommes contre nous, il apparaît que nous sommes les ennemis du genre humain; l’élite révèle sa vraie nature: un gang. Nos chères valeurs perdent leurs ailes; à les regarder de près, on n’en trouvera pas une qui ne soi tachée de sang” (SARTRE, 1961).

senha de Lordello (2007), intitulada “A propósito de um clássico: o campo e a cidade na história e na literatura”, a partir do livro *O campo e a cidade: na história e na literatura* do crítico marxista inglês Raymond Williams (2011). Com um belo texto, a autora inicia dizendo que,

Durante toda a sua análise da relação cidade-campo, Williams pauta-se pela subsunção do modo de produção capitalista como processo subjacente à maior parte da história conhecida de campo e cidade. Ele apregoa a necessidade de questionar não apenas o que está acontecendo num dado momento histórico relativamente às ideias de campo e cidade, mas, também, de especular quais outras noções estão associadas a essas. Como exemplo disso, o crítico lembra que usualmente diz-se cidade em referência ao capitalismo, à burocracia ou ao poder centralizado. Por outro lado, salienta, ao campo, em diferentes épocas, associam-se ideias opostas entre si, tais como: a independência e a pobreza; o poder da imaginação ativa e o refúgio da inconsciência. Williams acrescenta que, no tempo da escrita deste livro, à imagem do campo relacionava-se a imagem do passado; e à da cidade a visão do futuro. Uma perspectiva que o crítico considera limitante, por reservar ao presente o papel de uma lacuna. Dito de outro modo: a representação social campo ancora a representação de retrocesso, a representação social cidade ancora a representação de progresso. Diante dessa dicotomia, o presente fica sem representações que possam defini-lo. (LORDELLO, 2007, s.p.)

Falando de utopias, distopias e heterotopias e cotejando as ideias de passado e de futuro com os pressupostos da utopia, compreendida como lugar ou estado ideal, de completa felicidade e harmonia entre os indivíduos, chega-se a Lima (2016, p. 201), que diz que,

Para Thomas More, utopia era uma sociedade organizada de forma racional, as casas e bens seriam de todas as pessoas, que passariam seu tempo livre envolvidos com leitura e arte, não seriam enviados para a guerra, a não ser em caso extremo, assim esta sociedade viveria em paz e em plena harmonia de interesses.

Já a distopia refere-se ao lugar ou estado imaginário em que se vive em condições de extrema opressão, desespero ou privação. Seria a negação da utopia, é a antiutopia.

Quanto ao conceito de heterotopia formulado por Michel Foucault, cabe salientar que ele descreve lugares e espaços que funcionam em condições não hegemônicas. Para o autor, trata-se de espaços que têm múltiplas camadas de significação ou de relações a outros lugares e cuja complexidade não pode ser vista imediatamente. São os espaços das alteridades, que não estão nem aqui nem lá, que são simultaneamente físicos e mentais, tais como o espaço de uma chamada telefônica ou o momento em que alguém se vê ao espelho.

Por outro lado, debater o tema *Práticas, utopias, distopias e heterotopias nas e das cidades do Norte e do Sul global: quais semelhanças, quais diferenças?* remete à discussão do quadro de conjuntura de um mundo integrado por um complexo sistema de redes com intensa fluidez de informações, de capital e de mercadorias num ambiente dominado por discursos e práticas ideologizados, que incita a hostilidade em diferentes ambientes, seja da família, dos partidos políticos, das igrejas e de outras formas de agremiação. O uso abusivo de *fake news* gera ódio e incerteza. A direita avança em vários países da Europa e da América com seus valores marcados pela supremacia do homem branco integrado à economia neoliberal. É nesta direção que Sarah Manavis (2018), no texto “Eco-fascismo: a ideologia que combina ambientalismo e supremacia branca floresce on-line”, diz:

Na comunidade ecofascista, notei que uma *hashtag* foi enfaixada por alguns depoimentos, #EFDS, que não pude interpretar. Dan explicou que “EFDS é o acrônimo para Esquadrões da Morte Ecofascistas. É um meme – acho que podemos chamá-lo assim – sobre o fato de o mundo estar superpovoado. Como diz Pentti Linkola: “O pior inimigo da vida é muita vida: o excesso da vida humana”. Linkola, um ecologista finlandês, culpa a superpopulação pela degradação ambiental e é cético em relação à democracia.

Essa visão malthusiana do impacto do crescimento populacional está quase inteiramente subjacente ao ecofascismo. Muitos ecofascistas também são eugenistas que acreditam que o abate da população e de raças específicas dentro dessa população é a única maneira de garantir a sobrevivência do planeta. Embora nem todos os ecofascistas apoiem os assassinatos, a maioria argumenta que a imigração causou superpopulação em seu país e insiste que a única solução é expulsar aqueles que consideram não indígenas.

As questões ligadas às relações sociedade e natureza, campo e cidade se cruzam nas falas dos membros da mesa em contextos em que a dimensão escalar atravessa uma abordagem mais geral, como a de Giancarlo Frabetti ao discutir a economia política das cidades da Amazônia, numa perspectiva macro considerando a extensão e a complexidade daquela região. Amélia Damiani alcança teoricamente às formulações que sustentam as teses da urbanização crítica a partir da macrometrópole de São Paulo. Com seus relatos, Jan Bitoun atravessa toda a proposta da mesa-redonda, enfocando o macro e o micro, o Norte e o Sul. As questões ambientais estão contidas nas três abordagens em face de um contexto extremamente complexo, onde o controle do território e a conversão da cidade em mercadoria acentuam o quadro de exclusão social. Na busca de elementos para sustentar um debate profícuo e instigado pelas diferentes formulações contidas nos textos dos membros da mesa, encontrei em Tiberi (2016) fundamentos balizados para me auxiliar no acompanhamento dos argumentos e reflexões, sem esquecer o caráter utópico assumido pela defesa extremada do verde e os movimentos ecológicos. No texto “Le Hitler Vert: bientôt l’ecofascisme?”, de 2016, o autor assim se coloca:

Desde os primeiros minutos da comédia sorridente de David Wnendt, “Ele está de volta”, inspirada no romance de Timur Vermes sobre o despertar de Adolf Hitler 70 anos após sua derrota, o führer declara: “Preferirei estar com os verdes [...]. Proteger o meio ambiente significa proteger a pátria” [...]. Essa escolha não é fortuita, porque tudo sugere que o próximo totalitarismo será o ecofascismo. De qualquer forma, esse neo-eco-nazismo defenderá uma “ecologia reacionária”. O historiador Peter Staudenmaier traça os contornos dessa ideologia em “Ecofascismo, lições da experiência alemã” (1996). Uma mistura de nacionalismo e rejeição da modernidade industrial e urbana, confinada à obsessão de um retorno à natureza. (TIBERI, 2016, p. 1).

Essa tenacidade em busca do verde estabelece um conflito entre a utopia e a distopia e as cidades, em especial, as metrópoles que se tornam espaços de conflito em seus diferentes territórios. Essa contradição fica mais evidente quando Luc Ferry (1992), autor reconhecido pelo seu livro *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*, traz elementos para o debate, especialmente na entrevista “A tentação da violência ambiental

existe há anos”. Supremacistas, os assassinos de El Paso e Christchurch também tiveram alegações de ecologista. Entrevistado por Thomas Mahler (*Le point*, Paris, 22 oct. 2019), o filósofo analisa esse ecofascismo.

Le Point – O assassino de Christchurch se descreveu como um “ecofascista” e o termo está ganhando força nos Estados Unidos. Os vínculos entre extrema-direita e ecologia são antigos?

– Sim, como mostrei em *A Nova Ordem Ecológica*, tudo começa no século XIX com ideologias contrarrevolucionárias, a reação romântica contra o Iluminismo e contra a Revolução Francesa. As três grandes leis nazistas dos anos trinta sobre a proteção da natureza “Reichsnaturschutzgesetz”, a lei sobre a proteção dos animais e a caça estão impregnadas em quase todas as linhas do nacionalismo romântico alemão. Não resisto ao desejo de traduzir uma passagem da Lei de Proteção à Natureza de 26 de junho de 1935, um texto encomendado e assinado pessoalmente por Hitler: “Nossa campanha nacional foi profundamente alterada desde os tempos originais, sua flora foi alterada de várias maneiras pela indústria agrícola e florestal, bem como pelas coníferas unilaterais de consolidação e monocultura de terras. À medida que seu habitat natural diminuiu, uma fauna diversificada que revitalizou florestas e campos se tornou escassa. Essa evolução deveu-se frequentemente a necessidades econômicas. Hoje, emergiu uma consciência clara do dano intelectual e econômico de uma perturbação do campo alemão. O governo alemão do Reich considera seu dever garantir aos nossos compatriotas, mesmo os mais pobres, sua parcela de beleza natural... Ele, portanto, promulgou a lei do Reich para a proteção da natureza”.

Le Point – Do lado dos ecologistas, predominantemente à esquerda, enfatiza-se que esse ecofascismo não tem nada a ver com o movimento deles, e que a extrema-direita é uma espécie de “lavagem verde”, cobrindo o verde do racismo...

– Há, no entanto, uma coisa em comum entre o marrom e o vermelho, a saber, o anticapitalismo radical, a defesa da natureza contra o Ocidente liberal, um tema que pode ser visto em um filme de sucesso como *Dança com os lobos* apenas na literatura neorromântica ou neomarxista. Os “bobo”, ou burgueses boêmios, como fachos (diminutivo de fascista), querem que abandonemos nossos carros e aviões, nossos aparelhos de ar condicionado e nossos computadores, nossos *smartphones*, nossas fábricas ou

nossos hospitais de alta tecnologia, até nossos filhos para salvar o planeta. Esse ecologismo mortífero, punitivo e totalitarista é, na realidade, apenas o substituto para as várias variantes de um marxismo-leninismo morto associado à ocasião com algumas sugestões de religião reacionária. Após a queda do comunismo, o ódio ao liberalismo deve encontrar absolutamente outro caminho. Quando os maoístas foram forçados a reconhecer que seu sublime ideal ainda havia resultado na morte de sessenta milhões de pessoas inocentes em condições atrozes, eles tiveram que inventar outra coisa para continuar a luta contra a liberdade. Milagre! O ambientalismo rapidamente se tornou um candidato ideal. Alimentado por observações mais ou menos científicas, ele substituiu o livrinho vermelho. Do vermelho ao verde, houve apenas um passo, rapidamente atravessado por quem queria a todo custo reinventar medidas coercitivas para continuar a luta final contra nossas democracias. Daí o fato de serem chamadas de “melancias”: verde por fora, vermelho por dentro.

A partir dessas discussões, retorno aos membros da mesa e ressalto mais uma vez a lucidez e a inteligência em seus argumentos, as conexões que emergem entre suas falas e as interpretações hodiernas (Tiberi e Ferry), pautadas na leitura do verde e da natureza que situam o Brasil, especialmente a Amazônia, no cerne do debate.⁴ Seguindo diferentes vertentes, eles dão conta da discussão criando situações que realçam as relações Norte/Sul. Seus exemplos de pensamento utópico, de distopia e de heterotopia acontecem enquanto manifestações ecofascistas são cada vez mais frequentes. Jan Bitoun estabelece um instigante diálogo Norte-Sul nos seus *Relatos: lugares memoráveis*. Jan é conhecido por sua intensa participação nas mesas ou nas plenárias do Simpurb. Surpreendente e criativo como sempre, inova com um texto provocativo e belo que flui adentrando em diferentes territórios, trançando geografias distintas a partir de experiên-

⁴ No Brasil esse tema iniciou um grande debate a partir do livro de Antônio Carlos Diegues, intitulado *O mito moderno da natureza intocada* (São Paulo: Universidade de São Paulo, NUPAUB, 1994). Segundo o autor, “A noção de mito naturalista, de natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado ‘puro’ até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza” (DIEGUES, 1994, p. 45).

cias assim enumeradas: i. O “desaparecimento” de Santa Rita (Cidelândia/MA); ii. Sítio das Palmeiras e a religião tranquila com a ancestralidade (Recife); iii. Quem mora lá? Militância em situações extremas e a força da comunicação na reconstituição de trajetórias humanas; iv. No Norte, uma igreja fortificada da Thiérache (França) e Nossa Senhora de Fátima; v. Na cinemateca boliviana: *los hijos del último jardín*; vi. Relatos de embates técnicos na produção de materiais de divulgação sobre o espaço urbano.

O roteiro traçado por Jan aborda o Norte e o Sul, inicia com a Amazônia, alcança os altiplanos bolivianos e culmina com a análise de experiências vividas no Recife. Envolvido na leitura dos lugares memoráveis de Jan, lembrei de Ferraz (2011, p. 35) quando diz que a

[...] falta de experiências vividas ou aprendidas ou aprendidas tem gerado uma crise na capacidade de narrar que poria em risco a transmissão da memória e da tradição, porque essa transmissão se mantém, se propaga, se difunde pela narração, a qual se baseia na “faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1994, p. 198). Para o filósofo alemão, a transmissão das experiências é um modo de resistir contra o esquecimento.

[...] percebemos que tanto a reprodução técnica, mecânica da obra de arte, quanto a perda da memória da cidade, no âmbito urbano – por não cultivarem suas tradições, suas auras – acarretam em uma ilusão, já que a cidade ao mesmo tempo que destrói as manifestações da arte e da natureza, procura recriá-las, mesmo que artificialmente. (FERRAZ, 2011, p. 35).

Ao selecionar lugares memoráveis, Jan esclarece:

Essas possibilidades parecem-me cada vez mais dependentes da existência de condições para construção de relações radicalmente horizontais. Essas se fundamentam no compartilhar de diversas matrizes de vulnerabilidades vividas em diferentes graus de gravidade e urgência no presente (“Aqui, agora”) e/ou rememoradas em trajetórias intergeracionais, de modo a estabelecer empatia no lugar da esperteza, da hostilidade ou da indiferença.

O início do percurso é o “desaparecimento” de Santa Rita (Cidelândia/MA) e nele detecta-se uma interlocução com o texto de Giancarlo Frabetti.

Em busca de lugares referenciais em trajetos realizados em décadas passadas, quando da realização de sua tese, Jan, revisitando trechos percorridos, constata o quase desaparecimento de uma localidade e se impressiona com a capacidade analítica de um morador das redondezas e diz:

Esperava encontrar Santa Rita – um povoado de cerca de 50 casas em 1979. Passamos sem ver nada e sugeri que a responsabilidade para essa ausência podia ser decorrente de um erro no meu trabalho. A professora Lucélia parou o carro para conversar com um senhor (cinquentão ou sessentão) que circulava na estrada de bicicleta. Apresentou-se como lavrador e informou que nós já havíamos atravessado Santa Rita, onde morava ao lado de quatro ou cinco famílias. Perguntei se, havia 30 anos, Santa Rita não era bem maior. Confirmou e acrescentou: As roças, com o fechamento do espaço pelas fazendas, ficaram distantes e o pessoal foi saindo; os últimos saíram para o canteiro da barragem de Belo Monte. Fiquei impressionado pela precisão sóbria do diagnóstico que o senhor lavrador fazia da trajetória do seu lugar. Como havia trinta anos, para explicar a instabilidade residencial conjugavam-se a acumulação fundiária e a continuidade de demandas por mão de obra flutuante para grandes canteiros, sustentáculos de redes de exploração empresarial do território.

No segundo relato de lugares memoráveis, Jan traz o Sítio das Palmeiras e a religião tranquila com a ancestralidade a partir de uma experiência vivida no Recife. Ao terminar uma apresentação sobre a história dessa parte da cidade para as agentes comunitárias de saúde (em grande maioria mulheres) ligadas a esse Distrito, Jan ficou surpreso com o depoimento de uma senhora que narrou, a partir de suas memórias, seus vínculos com a cidade. Essa situação me remeteu a Sennett (1997, p. 295):

Kevin Lynch mostrou como um elenco de representações também pode ser usado para interpretar a geografia da cidade. Qualquer urbanista, reconhece ele, sabe “a que lugar pertence”; suas pesquisas indicaram que as pessoas consultadas comparavam lugares novos com seus lampejos mentais, sentindo-se mais indiferentes à medida que encontravam menos semelhança.

O quarto lugar memorável foi intitulado por Jan, no Norte, uma igreja fortificada da Thiérache (França) e Nossa Senhora de Fátima. E é nesse

relato que ele trava uma interlocução com todos os membros da mesa e seu texto revela assimetrias sociais e problemas na construção da alteridade. Quando ele dialoga através de temporalidades distintas, afirma: “Relacionei essas ideias com manifestações de racismo que pude verificar em períodos recentes na Europa, mas ignorava que se tratava de um *corpus* já bastante constituído e difundido. Espalhou-se para além do Norte, carregado pelos supremacistas brancos e asseclas”. O nacionalismo extremado e a busca de inimigos orientam comportamentos e decisões políticas que sepultam possibilidades de desfrute de lugares de empatias.

Poderia prosseguir discutindo cada um dos relatos de Jan e com certeza evitaria ser repetitivo. Reconheço que todos eles apresentam conexões interessantes com os textos dos demais componentes da mesa e, principalmente, abrem espaço para dialogar com a ementa sugerida. Basta ler o terceiro relato, que versa sobre a luta pela moradia a partir de dois documentários, um realizado em 2017, focando a questão da moradia em São Paulo, intitulado *Limpam com Fogo*, sobre a prática do incêndio provocado nas favelas e a sua relação com a gentrificação e o mercado imobiliário. O outro documentário é sobre os problemas da moradia dos sem-teto em Recife.

Essa experiência vivida por Jan conduziu-me novamente a Sennett (1988, p. 411), agora refletindo numa perspectiva utópica que tem rebatimento com a ementa da mesa, quando diz: “[...] a cidade surgiu como foco para vida social ativa, para o conflito e o jogo de interesses, para a experiência das possibilidades humanas, durante a maior parte da história do homem civilizado. Mas hoje em dia essa possibilidade civilizada está adormecida”.

Jan construiu um texto polivalentíssimo em torno de temas cruciantes da sociedade contemporânea, como a alteração nos usos dos territórios provocada pelo avanço do agronegócio ou pela instalação de megaprojetos na Amazônia, até as questões das transformações urbanas, onde o saber técnico tenta sobrepujar a interpretação dos cientistas sociais, na maioria das vezes, mais sensíveis às aspirações dos movimentos populares, sem esquecer de relatar passagens de xenofobia, como a que aconteceu com o estudante português.

Amélia Luisa Damiani teoriza a partir da dialética do espaço para conceber a realidade e as representações do espaço como ingredientes de uma economia dinherária, envolvendo a produção do espaço abstrato e sua mercantilização. Seu texto “O dinheiro e a vida cotidiana: as formas de repre-

sentação” traz elementos pautados nas virtualidades de irracionalidade e de miséria, traduzem-se como lógicas sociais ativas, misto de tecnologia capitalizada e violência sociopolítica, isto é, uma mundialização ritmada pelos circuitos do dinheiro, aderentes a distopias como representações alienantes: a sustentabilidade, o empreendedorismo, presentes até ao nível da vida cotidiana, tendo como seu reverso a exigência da mais total reivindicação do concreto, de sua construção histórica consciente, a utopia concreta.

Para Hobsbawm (1987, p. 405),

A outra face do desnorreamento da esquerda hoje é o desnorreamento do capitalismo. Os não socialistas também vagueiam sem leme, apesar de grandes despesas com futurologia, uma pseudodisciplina inventada por este motivo. Ao contrário da atual crise econômica global, as fundações sobre as quais foram construídos a estabilidade e o progresso da “sociedade burguesa” também estão visivelmente se desfazendo: a ética do trabalho, a família, as relações estabelecidas entre os sexos e os grupos etários, a aceitação de normas sociais (“a lei e a ordem”), até mesmo a estrutura e função, já há tanto tempo aceitas, da sua unidade política básica, a nação – Estado de porte médio ou grande. E mais, “o sistema” nem sempre pode absorver ou mesmo custear as concessões – quantitativa ou qualitativa – impostas a ele de baixo para cima.

Nas eleições de 2018, no Brasil, as regiões Norte e Nordeste sinalizaram um questionamento político que Centro-Oeste, Sudeste e Sul rejeitaram. A tendência mais ou menos radical surgiu no Norte e no Nordeste, onde o candidato da oposição obteve a maioria dos votos, contrariando as metrópoles mais dinâmicas do país e as regiões caracterizadas pelo predomínio do agronegócio nas atividades ligadas à agricultura, à pecuária e à agroindústria. De algum modo, põe-se em causa a coesão nacional, exigindo o tratamento da questão urbana e das relações campo e cidade em sua composição com as escalas regionais, nacionais e internacionais.

Amélia Damiani trouxe novas leituras e interpretações para pensar o capitalismo hoje no mundo. De forma categórica, afirma que

[...] há que recorrer às formas de destruição social e cultural das cidades, todos os tempos e espaços, em transe, econômica potencial, os termos formais são a centralização de troca e uso (críticos) e as periferias ampliadas

(mimeses dos usos e trocas espetaculares), no seu desdobramento dialético. Para acessar a materialidade dos processos, há que as definir como psicogeografias materialistas (usando os termos situacionistas), isto é, como são as práticas espaciais cotidianas, diante das formas de despossessão vorazes? Há que pensar nas formas de separação na contiguidade: unidos na separação, nos termos de Debord (1992).

Amélia aprofunda sua leitura a partir da cartografia influenciada que atravessa múltiplas escalas dizendo que “assim se apresenta como método de abordagem. Por quê? Porque expõe a colisão entre mediações abstratas concretas e materialidade concreta, sob sua influência. Trata-se de um método essencialmente qualitativo”. Munida de argumentos teóricos fundados em filigranas, prossegue dizendo: “O que desejamos é uma geografia ciente do papel metodológico do materialismo dialético, este exercício extraordinário e destemido de lidar com a negatividade; que olha de frente, a crise, a crítica e a autocrítica”.

Sim, há que refletir sobre os limites da insurgência. Sim, há uma prática e a consciência a seu propósito. Contudo, a consciência do processo é sua antecipação. Um átimo de tempo regula o projeto vindouro. Realidade e consciência são compostas, expostas à tensão. Uma leitura é a do primado da consciência. Ela universaliza a prática comum, ordinária. Um idealismo, reiterativo. Noutra concepção, a prática é subversiva. Ela centraliza o processo, histórico e categorial, da história empírica à sua tradução conceitual. A universalidade é concreta. Mas prevalecem desacordos. Personificação, reificação, alienação são universais abstratos determinados historicamente. Definem uma inclusão ilusória antecipadora. Quanto mais excluídos praticamente, mais ilusória a consciência da inserção precária. O campo das representações rege o real: quem e além do existente vivido.

Fechando o texto

A fronteira entre o México e os Estados Unidos é uma das mais vigiadas. Entre os imigrantes, destacam-se os milhares e milhares de latinos que tentam ingressar em território americano. Em revanche, voos fretados pelo governo norte-americano repatriam imigrantes ilegais para vários países. Muros e cercas ao longo da fronteira têm o objetivo de impedir

cruzamentos ilegais entre os dois países. Esse limite estabelecido pelos Estados Unidos com um rígido controle é uma metáfora das atuais relações Norte/Sul. Como não lembrar também do livro *Viver no Limite*, de Rogério Haesbaert (Rio de Janeiro: Bertrand, 2014), onde discute biopolítica, in-segurança e contenção territorial e mostra, inclusive, os efeitos de uma proposição política de construção de muros nas cidades delineando diferentes territórios, segregando pessoas? Não devemos nos esquecer de Israel, que também murou sua fronteira com a Cisjordânia, passando em torno e por dentro dos territórios palestinos e hoje ocupados por aquele país.

Na Europa, o mar Mediterrâneo também é denominado de “cemitério”. São muitos os emigrantes e refugiados que cruzam esse mar interior na esperança de alcançar a Europa. Tem sido dramática a situação, considerando a condição de clandestino e a exploração de “coiotes”, que organizam viagens garantindo alcançar o território europeu.

Na Gotham City do filme *Coringa* (*Joker*, Warner Bros Pictures, 2019), de Todd Phillips, estrelado por Joaquin Phoenix, a revolta dos cidadãos com máscaras de palhaço expressa a insatisfação com as péssimas condições de vida da cidade, que se encontrava cheia de lixo e invadida pelos ratos. O cenário do filme é a cidade de Nova York dos anos 1980.

Nas cidades, sejam elas do Norte ou do Sul, a pobreza cresce de forma acelerada e em enormes proporções. No Sul, a miséria é escancarada e os conflitos urbanos são constantes e se manifestam em forma de arrastões, rolezinhos, invasões e saques em supermercados e *shopping centers*. Nas cidades do Norte, veículos são incendiados como os da periferia de Paris; no metrô de Nova York, são mostradas constantemente cenas de violência real ou imaginada. No cotidiano daquela cidade, várias linhas e estações do sistema metroviário são evitadas à noite.

Nos aeroportos, que funcionam como portões de entrada para Europa, um rigoroso controle barra a entrada de estrangeiros indesejados, especialmente os provenientes da América Latina e da África.

Para concluir minhas reflexões, repito as palavras de Mayara Paixão (2019) em *O legado de Milton Santos: um novo mundo possível surgirá das periferias*, que assim retrata a análise de Milton Santos sobre o processo de globalização:

Para o geógrafo, das periferias globais sairia a possibilidade de uma nova relação entre os países do globo, com mais igualdade e menos injustiça en-

tre os povos. A cultura popular e a crescente capacidade de se comunicar impulsionada pelas novas tecnologias da informação dariam resultados. Milton Santos preconizava a invasão do centro pela periferia. Diante do que é o mundo atual, como disponibilidade e como possibilidade, acreditamos que as condições materiais já estão dadas para que se imponha à desejada grande mutação, mas seu destino vai depender de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pela política. Na sua forma material, unicamente corpórea, as técnicas talvez sejam irreversíveis, porque aderem aos territórios e ao cotidiano. De um ponto de vista essencial, elas podem obter um outro uso e uma outra significação. A globalização atual não é irreversível. (SANTOS, 2003, p. 173-174).

Referências

- ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. O pior sempre pode nos surpreender. In: SILVA JÚNIOR, Moisés Rodrigues da; MERCADANTE, Issa (coord.). *Travessia do silêncio, testemunho e reparação*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015.
- BALLESTRIN, Luciana. Colonialidade e Democracia. *Estudos Políticos*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 5, n. 1, p. 191-209, dez. 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- DEBORD, Guy. *La Société du Spectacle*. Paris: Gallimard, 1992.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB, Universidade de São Paulo, 1994
- FARRET, Rafael Leporace; RODRIGUES, Simone. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul./dez. 2011. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi23/topoi23_a02_america_latina.pdf. Acesso em: 23 maio 2020.
- FERRAZ, Bruna Fontes. As estações de Marcovaldo: relação entre cidade e natureza a partir da obra Marcovaldo ou As estações na cidade, de Italo Calvino. *Cadernos Benjaminianos*, Belo Horizonte, n. 3, jan./jun. 2011.

- FERRY, Luc. *Le Nouvel Ordre Écologique – L'arbre, l'animal et l'homme*. Paris: Grasset & Fasquelle, 1992.
- FERRY, Luc. La tentation de la violence écologiste existe depuis des années: suprémacistes, les tueurs d'El Paso et de Christchurch avaient aussi des revendications écologistes. Le philosophe analyse cet éco-fascisme. Entrevista cedida a Thomas Mahler. *Le point*, Paris, 22 oct. 2019. Disponível em: https://www.lepoint.fr/societe/luc-ferry-la-tentation-de-la-violence-ecologiste-existe-depuis-des-annees-21-08-2019-2330884_23.php#-site. Acesso em: 2 nov. 2019.
- HOBBSAWM, Eric. J. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 404.
- LORDELLO, Eliane. A propósito de um clássico. O campo e a cidade na história e na literatura. *Vitruvius*, São Paulo, 6 set. 2011. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/06.069/3105>. Acesso em: 1 nov. 2019.
- MANAVIS, Sarah. L'éco-fascisme: L'idéologie alliant environnementalis meet suprématie blanche prospère en ligne. *Grandfacho.com*, Paris, 2018. Disponível em: <https://grandfacho.com/?p=12622>. Acesso em: 2 nov. 2019.
- MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, out. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/689>. Acesso em: 24 jan. 2020.
- MORAIS, José Marques de. Mídia e Utopia no Brasil. In: SOUSA, Cidoval Morais (org.). *Um convite à Utopia*. Campina Grande: Ed. UEPB, 2016.
- PAIXÃO, Mayara. O legado de Milton Santos: um novo mundo possível surgirá das periferias. *Brasil de Fato*, São Paulo, 13 maio 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/03/o-legado-de-milton-santos-um-novo-mundo-possivel-surgira-das-periferias>.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Paris: Maspero, 1961.
- SENNETT Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- TIBERI, Jacques. Le Hitler Vert: bientôt l'ecofascisme? *Mediapart*, Paris, 2016. Disponível em: <https://blogs.mediapart.fr/tiberijac/blog/130916/le-hitler-vert-bientot-lecofascisme>. Acesso em: 2 nov. 2019.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CAPÍTULO 4

O dinheiro e a vida cotidiana

As formas de representação

Amélia Luisa Damiani

E somente ao chegar ao século XVIII e na “sociedade burguesa” é que as diferentes formas das relações sociais se erguem diante do indivíduo como simples meio para seus fins privados, como uma necessidade exterior. Porém, a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as condições sociais... alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento.

MARX, 2008, p. 240-241

Antes de saber fazer, ou dizer, o que é necessário, nos afastamos. Atravessamos a rua. Vamos além-mar. Não podemos nos recompor. Após todos os tempos mortos e os momentos perdidos, restam estas paisagens de cartões-postais, pondo-se sem fim; esta distância organizada entre cada um e todos.

DEBORD, 2006, p. 542-543.

Eu começo com dificuldade a lhes fazer compreender que eu não quero participar deste jogo.

DEBORD, 2006, 553, grifo meu.

Muito cedo todos avaliamos que o espaço não é neutro. Quanto ao espaço urbano, com a industrialização, tornou-se seu território o território do capital industrial em todo seu circuito de circulação do capital, da grande à pequena circulação, esta especialmente remetia ao chão da fábrica e à produção do valor. Mas havia mais: o movimento da moderna propriedade da terra e seus rendimentos. E aqui examinamos, a propósito das cidades, que

os rendimentos fundiários espreitavam e dirigiam negócios industriais; não lhes eram secundários e havia que inverter: o grande “investimento” seria a realização das modernas rendas da terra.

Este é um pedaço dessa história, cujo sumo é a produção do espaço urbano. A servidão do urbano abortado. Levar e subsumir o homem no sentido lato, colonizá-lo a trabalhar, necessitava do espetáculo do trabalho social abstrato, não os trabalhos individuais exatamente. Assim, a história da industrialização é a negação do urbano, com grandes megacidades, metrópoles, cidades mundiais. Elas perderam suas histórias, que se tornaram representações necessárias paradoxalmente. Tempos da produção, segundo Francisco de Oliveira (2003), mesmo com a crise estrutural do trabalho.¹ Porque perdemos o tempo da história em prol do tempo da vida cotidiana, e os espaços urbanos tendem a produzir o homem cordato, com ou sem trabalho, pois o espaço abstrato do capital generaliza os tempos e espaços vazios da possibilidade de fazer história. Ele universaliza as distopias necessariamente, sob a cotidianidade. A produção do espaço abstrato é a generalização das abstrações concretas, vividas como cotidiano no trabalho, no lazer, nos modos de circular. A busca por uma utopia concreta necessariamente, para ser universal e crítica ao processo do capital, seria a crítica aos negócios da urbanização colonizadora. Num determinado momento, pensou-se como crítica ao urbanismo, pois seria a representação ou organização da aparência, da mística e mitos, sempre remetendo a tempo e espaço alhures, por definição. Aqui, nas cidades, formas materiais, submetidas ao espaço urbano abstrato, conduzem todos como proletarizados, sob fraturas sociais, que nos de-socializa. Quem fica de fora desse atoleiro? Os novos e raros supracotidianos, aqueles que sobrevivem como categorias sociais mundializadas; quem enriqueceu com a forma abstrata do capital mundializado. Pierre George lamentava a perda da história ocidental em *Fin de siècle en Occident – déclin ou métamorphose* (1982).²

Mas, exatamente, os extramuros ganham o quê? São os novos miseráveis a-humanizados e cheirosos do enxofre da morte em vida. Então, as-socializados todos, todo lugar é o mesmo lugar. Mergulham na isotopia. E aos miseráveis muito culto, muito espetáculo, quaisquer condições, vendi-

¹ “Então, graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não trabalho: *todo o tempo de trabalho é tempo de produção*” (OLIVEIRA, 2003, p. 136, grifo nosso).

² Especialmente o capítulo 3, “L’urbanisation contre la ville” (p. 71-94).

dos eles por qualquer merreca. Muitos corpos e mentes dóceis na máquina da urbanização são heterotópicos. O primeiro passo, já que, cativos, não têm nada a perder. Já perderam. Sobrevivem ou morrem e são acostumados a isso só. Uma iniciativa maior ou menor agregadora é heterotópica. Daí a direção para baixo, distópica; para cima, utópica; formas de representação mais ou menos ativadoras. Há representações mais reais que a própria realidade; por exemplo, o capital especulativo... e, noutro sentido, o desejo e a iniciativa prática: atos, momentos, situações.

Sobre semelhanças e diferenças Norte e Sul? Eu diria que são particularidades na mundialização. Norte e sul definem distinções que podem ser importantes nas descrições, mas não têm estatuto categorial. O que o possui? A produção do espaço abstrato urbano, como a grande maquinaria dos últimos dois séculos.

“O objetivo tem de ser definido de novo, para além da produção de mercadorias e do trabalho abstrato, para além do mercado e do Estado.”³

...

E os indivíduos, como independentes, por natureza, um naturalismo; aparências que antecipam a sociedade burguesa (MARX, 2008, p. 240-241). Os individualismos, na contemporaneidade, nós os vencemos?

O desvio aparece como modo de acessar as diferenças do processo de socialização capitalista contemporâneo. O desvio, ao modo situacionista, aqui exercido equivale a: desviar não é destorcer, vulgarizar, é continuar, ir adiante, remexendo, na sua totalidade e em seus elementos, a concepção a partir da qual se produz o desvio, ao modo situacionista.

Aqui, como apresentação sintética:

O dinheiro se tem convertido não só categoricamente, mas também realmente em um meio de produzir riqueza abstrata em geral, deixando de se confundir com o indivíduo e o trabalho como objetivos especiais. (desvio,⁴ a partir de MARX, 2008).

³ KURZ, Robert. *Um corte maior*: Anulação das dívidas. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz138.htm>.

⁴ “O desvio, isto é, o reemprego numa nova unidade de elementos artísticos pré-existen-

No original,

O trabalho se tem convertido não só categoricamente, mas também realmente em um meio de produzir riqueza em geral, deixando de se confundir com o indivíduo como objetivo especial. (MARX, 2008, p. 265).

Assim, anunciamos a despossessão generalizada e seu lugar teórico, tratados de maneira ampla, inclusive de formas modernas de produção social, mas também da colisão implicada nas formas de realização e distribuição, próprias do processo moderno de socialização da sociedade.

A ideia fundamental é que, desde meados do século XX até o momento, vivemos as circunstâncias de ampliação da potência do capital volátil, aliás sempre presente, no âmbito da modernização, na concepção de capital fictício e naquela de imperialismo. O que há de novo é a necessária dialética do espaço, que inclui conceber a realidade e as representações do espaço como ingredientes de uma economia dinherária, envolvendo a produção do espaço abstrato e sua mercantilização; sobre a cidade, neste sentido, concebemos a urbanização crítica.

Todas as virtualidades de irracionalidade e de miséria traduzem-se como lógicas sociais ativas, misto de tecnologia capitalizada e violência sociopolítica, isto é, uma mundialização ritmada pelos circuitos do dinheiro, aderentes a distopias como representações alienantes: a sustentabilidade, o empreendedorismo, presentes até ao nível da vida cotidiana, tendo como seu reverso a exigência da mais total reivindicação do concreto, de sua construção histórica consciente, a utopia concreta.

O que é importante considerar é que as sociedades modernas caminham, através do processo do capital, ao filtro de formas universais, gerais, que são abstrações concretas: o dinheiro, o capital, o trabalho abstrato, o Estado Moderno; contudo, neste momento crítico estrutural, é central decifrar a deterioração destas formas abstratas universais: o Estado, o capital,

tes, é uma tendência permanente da atual vanguarda, anterior à constituição da Internacional Situacionista. As duas leis fundamentais do desvio são: a perda de importância – indo até o desperdício de seu primeiro sentido – de cada elemento autônomo desviado; e, ao mesmo tempo, a organização de um outro conjunto significante, que confere a cada elemento seu novo alcance” (Internationale Situationniste, 1997, p. 78-79 (revista n.º 3, de dezembro de 1959, p. 10-11).

o trabalho, a mercadoria; substancialmente, as formas da mercadoria e do capital. O que significa que há uma deterioração, já expressa extraordinariamente em Guy Debord (1992), do valor de uso, este elemento formal da mercadoria, tornado uso artificial, mas há inclusive uma deterioração do valor de troca. Prevaecem “formas”, modos, *contingenciais*, o plano das contingências.

Destacamos, em Hegel, o contingente:⁵

[...] visto de mais perto, a finitude do contingente e do possível vem do fato da forma diferir do conteúdo e é o conteúdo que faz que algo seja contingente e possível. (HEGEL, 1995, p. 250).

A contingência, enquanto realidade imediata, é, ao mesmo tempo, a possibilidade de uma outra existência... como possibilidade concreta. (HEGEL, 1995, p. 252).

São *conteúdos* desse processo modernizante e do que vinha de outros tempos. Para acessar esses limites, a questão de método é fundamental, e, ao mesmo tempo, a concepção de realidade social é fundamental. Portanto, o materialismo dialético é fundamental, porque expõe um momento negativo como constitutivo interno do processo: das formas universais às contingências particulares e gerais, em todas as escalas, e suas possibilidades e entraves.

Quanto ao elemento formal da mercadoria, o valor de uso, há uma perspectiva espectral nessa crise que vai do uso artificial, da deterioração do uso, à insurgência do uso (SEABRA, 1996, p. 71-86). O uso artificial define uma realidade social em decomposição, através do irrisório qualitativo de sua efetivação, e sua projeção ao nível da representação, como coisificação do imaginário social. Do mesmo modo, o valor de troca equivale à autonomização do dinheiro em relação às formas produtivas materiais; reflete o circuito voraz do dinheiro sem substância, tensionando as diferentes moedas nacionais e regionais ao lastro da representação do dinheiro mundial. Disso à plêiade mercantil, a este momento aderente, que equivale ao desgaste de toda ou qualquer mercadoria, inclusive a força de trabalho.

⁵ Citação de *Pequena Lógica*.

Porque, numa sociedade sem substância, mesmo a substância abstrata do trabalho, que se torna crítico, sob a aparência imediata do aumento do desemprego, ou o desemprego estrutural, as formas de acessar o dinheiro são *contingenciais*.

As formas de socialização pelo capital comportam formas imperativas, elas estão em deterioração, como a-socialização. Prevaecem, enquanto alternativa, modos contingenciais de violência, violência física, psíquica e ética; aquém da pobreza, a miséria; o mundo das classes sociais, tornado população à deriva. Estes são os termos da proletarização: é um mundo de riquezas, tornadas *commodities* internacionais, acessadas, proporcionalmente, por poucos.

Podemos dizer que a contingência aparece num campo de perda de referências, aqui, formas determinantes da socialização pelo capital, transmutadas em formalismos, portanto, num processo vulnerável a possibilidades, mais ou menos recrudescidas, por sua vez; não menos um campo aberto. Mas cabe a consideração de um saber e fazer, retidos junto ao poder político e às técnicas.

Em 2008, sistematizamos a compreensão da urbanização como *urbanização crítica* (DAMIANI, 2008). Tinha como elemento o *território economizado*; significa a generalização da economia mercantil, potencialmente, para o território inteiro. Daí a ativação que definia um processo generalizador. Os pontos fortes, naquele momento, eram o Rodoanel, uma infraestrutura viária metropolitana que, em São Paulo, ativava para além e aquém de seu limite as fronteiras econômicas, e, internamente, as grandes operações urbanas, o tecido infraestrutural viário, que lhe é próprio, e que produziria, simultaneamente às formas de propriedade, que elas alavancariam.

Dentre os elementos estruturais da concepção estaria uma *revisão da proletarização*. Agora, além da interpretação da classe trabalhadora, através do trabalho abstrato e da exploração do trabalho, se somaria a ideia da *desposseção da habitação*, que também significaria um processo de desposseção que poderíamos definir como *alienação espacial*; isto é, além do trabalho abstrato, haveria o espaço abstrato, isto é, mercantilizado, numa economia dinherária.

Depois, o outro elemento é a *subjetivação da cidade*. Na Geografia, o processo de subjetivação passou pelo homem habitante, portanto, a urbanização como um processo de concentração de habitantes ou de habita-

ções urbanas, ao homem produtor e homem consumidor nas/das cidades, que definiria uma geografia do trabalho e do consumo. Neste momento, é necessário pensar a transmutação do sujeito em objeto, do sujeito social em objeto e da cidade como sujeito. Muitos são os pesquisadores que trabalharam nesta direção: a reificação e a personificação das cidades economicamente ativadas; portanto, a negação da subjetividade social, o agigantamento da despossessão.

E outro elemento fundante seria *a relação entre a história social moderna do trabalho e a história social moderna da exploração dos recursos naturais*. Esta concepção denotaria a necessidade de pensar ambientalmente as cidades. Era importante, pois, ao nível da representação, reconhecer um contraponto entre a própria urbanização e a preservação da natureza, sendo a preservação o outro dessa própria urbanização. Daí a formulação legal de áreas de preservação, com limites de ocupação permitidos, e áreas de conservação, ainda mais restritivas à ocupação. Contudo, cotidianamente, uma cidade em que se explora trabalho, de tal ordem que o sujeito do trabalho, despossuído, não tem assegurada sua moradia, passa a equivaler à ideia de que as táticas de ocupação por movimentos sociais urbanos ou não, caso último da mercantilização popular dos espaços mais distantes, periféricos, mesmo dos espaços deteriorados nas áreas centrais – diferente do que se admite como espaços centrais, propriamente, os que detêm a centralidade do processo moderno –, esses espaços estariam sujeitos à ocupação irregular, contraposta ao ambiente mais protegido por leis ambientais.

Ao nível da representação, fixa-se um duplo de representação: a representação de sujeitos degradados e excluídos do cerne da economia mercantil e seu lugar na ocupação urbana, perverso às condições naturais das cidades. A proliferação de parques urbanos nos projetos equivalia à representação dessa tensão e, ao mesmo tempo, do ponto de vista da realidade social, significava a reposição desses lugares ocupados para a economia mercantil.

Estamos sob o jugo de rentistas, capitalizados como tais; o outro desta elite financeira, proprietária, é uma população a discernir, dado o agigantamento da despossessão.

Estamos falando de uma crise das formas universais modernas: a mercadoria, o capital, o Estado moderno, simultaneamente. É preciso pensar sua substituição e metamorfose, com o agigantamento das formas dinhe-

rárias, tensionadas com o processo produtivo. O espaço abstrato é um anteparo importante para esta crise. Revê os termos da despossessão e a agiganta: com as Operações Urbanas, o capital imobiliário e sua transmutação em capital financeiro.⁶ Falar de alienação espacial também significa ampliar o espectro das alienações: gente que se endivida, em mais de uma camada social, redefinindo a sociologia da mundialização, aquela que generaliza formas de endividamento social, a mobilização social por endividamento, como estudou Flávia Elaine da Silva Martins (2009, p. 29-39).

A obra de Georges Bataille trouxe o gasto improdutivo ao seu limite exponencial com a noção de *dispêndio* e do dom do potlatch, recuperados das sociedades mais antigas: a destruição do mais valioso para as comunidades, no seu cerne, como aquilo que, destruído ritualmente, traria o poder e a exigência de superar esta usura para destituir as comunidades mais poderosas, concorrentes. Nesses momentos, o mais estratégico, relativo ao poder, era a tessitura mais interna e vivenciada das formas sociais mais tradicionais. Nelas não havia a individualidade, mas cada um como membro de comunidades. A enorme conquista deste autor, que manteve relação com os surrealistas, foi admitir uma tese ousada, aquela de uma história e de economia geral que atravessaria todos os tempos e que poderia ser reconhecida, com diferenças, em formas comunitárias e sociais de todos os tempos, como fundamento de sua reprodução; chegando às sociedades modernas capitalistas como estratégias de livrarem-se de seus excedentes, sem prejuízos de sua reprodução; caso do Plano Marshall pelos EUA, que ganha o mundo como imperialista, ganhando a Europa arrasada pela Segunda Guerra Mundial (BATAILLE, 1967).

Por outro caminho, mais contundente relativamente ao fundamento social da teoria do valor na modernidade capitalista, Harvey, em *A Loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no século XXI*, inclui essa destruição das mercadorias produzidas, como a mediação do antivalor na reiteração do valor. Mas não de qualquer mercadoria, pois o parâmetro dos grandes negócios, os preços de paridade envolvidos são de grande magnitude, ao nível da rotação internacional dos grandes monopólios financeirizados, na

⁶ “No caso de São Paulo, a composição ou o conjunto das Operações Urbanas Consorciadas, do Plano Diretor Estratégico do Município, projetadas e existentes, revela-se claramente como *espaço instrumental*, instruindo os mecanismos econômicos e financeiros” (DAMIANI, 2008, p. 243).

sua reprodução mundial. Destroem-se e reconstroem-se cidades inteiras. São grandes investimentos dinherários e estratégias de negócios mundiais e imperiais. Estamos falando de imperialismo, certamente.

A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI, escrito surpreendente, de David Harvey (2018), na busca de uma maneira compreensível de representar os achados fundamentais de Marx, diante dos impasses atuais, reconhece, mais uma vez, entre alienações, a “nova alienação”, a alienação universal, própria do movimento do antivalor, exponencial e infinito, sob regimes territoriais de valor no mundo, como expressa vorazmente a China. São excedentes de capital sempre à cata de ajustes espaciais. À mobilização de capitais produtivos e, a níveis extraordinários, àqueles especulativos, precipitando a exponencial mobilidade do antivalor exigida, corresponde a frustração e os impedimentos à construção de solidariedades de classe e a introdução de toda sorte de fragmentações; os espaços heterotópicos, as manifestações políticas contrapostas à colonização de vontades, necessidades e desejos sociais, atingindo todos os segmentos sociais, mesmo àqueles que a precipitam, ainda refletem os impasses de uma práxis contestatória. A Comuna de Paris, em 1871; os movimentos de 1968, de expressão mundial; recentemente, mobilizações políticas, entre tantas, na Turquia, no Brasil, nos Estados Unidos [no Chile; em El Alto, na Bolívia] expressam a dimensão da relação e do desacordo entre produção, realização e distribuição do valor a impregnar as manifestações políticas em suas fissuras. A loucura da razão econômica é própria do movimento do valor, que substancialmente é, ao mesmo tempo, antivalor, a destruição da riqueza humana e natural, posta francamente na interpretação ampla e estrutural do processo do capital. (DAMIANI, 2018).⁷

Para Georges Bataille (1967), neste sentido, prevalecem as ideias de desperdício e de usura.

Harvey interpreta que, diante da circulação de capital mundial, em montantes extraordinários, cabe pensar em regionalizações hegemônicas para interpretar as formas econômico-políticas dominantes. Entre as principais

⁷ DAMIANI, Amélia Luisa. Texto de orelha. In: HARVEY, David: *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo. 2018

regiões está a China, sendo que os investimentos imobiliários e os investimentos do governo em estradas, ferrovias e outros projetos infraestruturais são multibilionários. Esses investimentos em “ativos” fixos, bens imóveis, aumentaram para além dos percentuais do Japão ou dos Estados Unidos, de sorte que o modo de operar é o da absorção de “liquidez excedente” e do capital acumulado na urbanização, expondo como contraditório a emergência da centralidade de formas alternativas de urbanização como anticapitalistas. Isto é, “a urbanização capitalista tende perpetuamente a destruir a cidade como um comum social, político e habitável” (HARVEY, 2014, p. 156).

E a insurgência refere-se a contrariar essa tendência.

O geógrafo Christophe Guilluy reparte quem se insere substancialmente na economia mundializada e os outros dela (econômica, social, cultural e politicamente determinantes),⁸ estes últimos que influenciam e, descuidados das políticas instituídas, convocam outras instituintes (novas políticas ou a-politização massiva): as da de-socialização moderna.

Christophe Guilluy (2015, p. 53) fala de uma outra periferia: “A emergência de um *continuum* sociocultural sobre as ruínas das classes operárias e médias” reúne operários, pequenos patrões, camponeses, empregados, caminhoneiros. Quanto à sua expressão política, é um movimento heterogêneo. Não é exatamente social progressista, mas identitário.

Tensionando as metrópoles e as cidades pequenas, diz Guilluy: “as linhas de fratura da nova geografia social é a acentuação das disparidades entre categorias sociais, mas também entre territórios.” (Guilluy, p. 121). A taxa de desemprego tende a ser maior em cidades pequenas, relativamente às metrópoles. (PAPP, 2016, *on-line*).

Num período de recessão econômica este “seguro residencial” [habitando a metrópole] é notável.

[...] territórios onde o risco de perder seu emprego é compensado pela possibilidade de encontrar um outro rapidamente graças ao dinamismo do mercado de trabalho metropolitano. (GUILLUY, 2015, p. 46).⁹

⁸ Destacamos a entrevista de Paulo Arantes, que, com sua análise e referência, nos levou às concepções de Christophe Guilluy.

⁹ Citação de Pierre Veltz.

Ao mesmo tempo, trata-se de um *modelo* desigual. A *cidade mundialização* é multicultural. As partições do espaço têm diferentes qualidades, não são neutras, e apresentam-se dentro e fora das metrópoles mundializadas.

Os lugares diversificados ora se opõem, ora se completam ou se assemelham. O que introduz uma classificação (grade) por *topias* (isotopias, heterotopias, utopias, ou seja, lugares análogos, lugares contrastantes, lugar do que não tem ou não tem mais lugar, o absoluto, o divino, o possível), mas também e sobretudo uma oposição altamente pertinente entre os espaços *dominados* e os espaços *apropriados*. (LEFEBVRE, 2000, p. 190).

A rejeição à alteridade, envolvendo a imigração, é uma tendência mundial e ela se coloca como cisão na proximidade, a separação (DEBORD, 1992).

O estudo dirigido a 23 países [em 2011] mostra que se 54% dos franceses pensam que há muita imigração, esta porcentagem corresponde à média dos países pesquisados. A porcentagem é mais elevada entre os britânicos (71%), os belgas (72%), os italianos e os espanhóis (67%), os russos (77%), os argentinos (61%), os indianos (59%) ou os americanos (60%) [...] e singularmente baixa para o Japão (30%) ou os fluxos migratórios são muito frágeis. (GUILLUY, 2015, p. 136).

A universalidade da reação face à alteridade, do ponto de vista sociocultural, não expõe o movimento total das cisões e dos confinamentos.

Há que compreender as formas de endividamento como formas de inserção social precárias e mutantes, como avaliou Flávia Elaine da Silva Martins, uma mobilidade constituída a partir das impossibilidades de saldar as dívidas. A produção do espaço, estudada e produzida por urbanistas, arquitetos, geógrafos, engenheiros, trabalhadores da construção, formalizando o capital imobiliário, cada vez mais mundializado e financeirizado, impondo o descolamento entre produção do capital e realização do capital produtivo, alça a realização moderna da propriedade da terra e de seus rendimentos, agora mais que nunca, entranhados nas instituições financeiras internacionais, no mercado de capitais. Esta produção do espaço pode ser pensada não como reprodução social, exatamente, mas como a forma da produção do espaço, que detém particularidades, mas cujo princípio é ativar as mundializações do capital, produzindo des-

possessões. Tem-se como seus elementos formais da produção do espaço em atividade, do espaço abstrato, a autonomização do dinheiro-capital e a cotidianidade. Os novos modos de despossessão incluem camadas sociais destituídas pela mundialização do capital, interferindo nas cidades e seu uso. Daí a fronteira entre periferia e centro (dos negócios) se generaliza. É móvel, dialética, isto é, inclui internamente negatividades. Destitui aquelas camadas sociais inseridas em outras cidades no tempo: os bairros, o tecido urbano pretérito. O mapa de colisão da urbanização crítica em processo é ainda mais negativo, relativamente à nossa primeira edição. A totalidade urbana está em crise de uso e apropriação (DAMIANI, 2008).

Considerar o território economizado das grandes cidades, metrópoles, particularmente, é considerar as cidades-mundo, cidades com economias que atravessam escalas locais, regionais e nacionais, mas simultaneamente detêm certas particularidades; daí uma composição de particularidades das cidades, sendo cidades-mundo ou não, e o processo generalizador de homogeneização da própria economia mercantil, posta como fundamento desta sociedade. A ideia é que não surge o terceiro termo, necessariamente, o diferencial, isto é, uma colisão radical, crucial, entre o que é próprio ao particular e o que detém o fundamento da homogeneização; esta definiria os termos das colisões próprias do processo urbano moderno.

Do ponto de vista do mapa que ensaiamos sobre a urbanização crítica potencial, unindo operações urbanas executadas e potenciais e o Rododanel, na projeção da urbanização crítica, a ausência foi não pensar suficientemente nos espaços urbanos de uso consolidado, no interior das Operações Urbanas, envolvendo uma massa populacional e social, podendo ser definida como classes médias, em espaços da cidade como particularidade, atravessada por tempos inúmeros, mas inserida na cotidianidade, também como parte da destituição e imersa política e socialmente na barbárie atual. São os despossuídos não revelados espetacularmente; contudo, marcados pela tragédia da espetacularização em curso e por ela destituídos. Debord (2006, p. 1599) designa como economia espetacular integrada. As classes médias totalmente vulneráveis à economia-mundo no urbano. O mapa original não acentuou a expressão dessas camadas médias destituídas econômica, social e politicamente. Eis a questão aberta. Portanto, o espaço como espaço abstrato, economicamente ativo, expõe a despossessão, no interior da exploração, ampliada como produção do espaço abstrato; o mal econômico de nossa contemporaneidade.

A separação, como pensada pelos situacionistas, cisão na proximidade, equivale a restituir o imediato no plano das grandes estratégias, como modo de reação à despossessão, como fato e consciência incluídos. Daí o pensamento sobre a atualidade contemporânea exige a revisão das formas abstrato-concretas de nossos tempos, assim como os modos de acessar a materialidade crítica em seu compasso.

A primazia do saber, ou seja, do concebido sobre o vivido, expressa-se por uma singular sobrestimação da lógica, do discurso, da representação em geral. E, mediante a manipulação logística, valendo-se dos meios de comunicação massiva, das palavras, das imagens, das representações. Todos os *meios* são empregados para expulsar ao indivíduo, junto com as diferenças, atenuando os protestos. (LEFEBVRE, 1983, p. 213).

Henri Lefebvre, em *O fim da História* (1970), escreve que o dinheiro, o capital, o Estado e a mercadoria não foram superados, como previsto, por outra forma de sociabilidade. Contudo, chegamos atualmente ao estágio em que todas essas formas persistem, mas em estado de decomposição.

Os tempos se reduzem a espaço abstrato, e não a tempos vivos e espaço concreto. A vida cotidiana como totalidade carrega um tempo pseudocíclico como sobrevivência e morte generalizadas, ao invés do tempo da história, produzido objetiva e subjetivamente.

A vida cotidiana não é somente produzida pela socialização do capital, ela lhe é produtora. A medida de sua razão define-se pelo sistema de equivalências, a medida social da propriedade “inteligível e comunicável”. “Esta dissolução da sociedade enquanto estado universal é a proletarianização generalizada” (BENSAID, 2001, p. 23).¹⁰ Numa sociedade de relações contratuais em deterioração, enquanto medida de práticas sociais, sem dúvida, gerando conflitos, a força de amortecimento da vida cotidiana é que está em jogo.

A moderna propriedade privada, ao se realizar como acúmulo massivo dinherário, seja real ou ilusório, na forma de capitalização de endividamentos, fere de morte o direito de existência, fere até mesmo a igualdade formal do direito contratual, o direito ao emprego, à renda, à habitação,

¹⁰ *Desvio* da Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel, de Karl Marx.

em prol desse tipo de propriedade privada que se alavanca, a “voz impiedosa da indignação em que se encontra o povo” (BENSAID, 2001, p. 38).¹¹

Foi-nos especialmente cara a passagem em que Bensaïd recupera Proudhon, em *Filosofia da Miséria*, realmente desviada de sua expressão original.

Certas passagens de Proudhon têm estranhas ressonâncias atuais. Agora, os produtores “se conhecem apenas como devedores e usuários, vencedores e perdedores”. Ao “fanatismo da concorrência” se juntam então os “furiosos da roleta”. “O trabalho desapareceu ao sopro do crédito, o valor real se esvai diante do valor fictício, a produção diante da agiotagem. O crédito, em uma palavra, com a força de liberar o capital, acabou por liberar o próprio homem da sociedade e da natureza. Neste idealismo universal, o homem não se detém no solo, é suspenso no ar por um poder invisível.” Elevada às suas últimas consequências, a propriedade privada manifesta assim plenamente seu caráter “associal” e revela que, na sua expressão mais simples, ela só é “o direito da força”. (BENSAID, 2001, p. 51-52).

O que buscamos, nas nossas tentativas de pesquisa e educacionais, através da cartografia influenciada, é o grau de tensionamento entre a materialidade do processo e as abstrações concretas determinantes, vivenciado no trabalho de campo exatamente para demonstrar o fio de seda tensional, que inclui implicação social, discernimento do balanceio entre realidade e representação. Do ponto de vista da Geografia, é importante considerar que este momento crítico expõe o que é próprio da Geografia, a consideração da materialidade dos processos, a da singularidade dos mecanismos, dos objetos e das relações, expondo esta materialidade à crise e à crítica. É importante também elucidar a possibilidade de uma dialética do espaço, cujo teor é a eficiência reprodutora do contingencial, de fenômenos e práticas bárbaros, bizarros, irrisórios. A forma do Estado e os homens de Estado são configurados como contingências violentas e precárias, inclusive na sua humanidade abstrata. As formas econômicas privadas se achegam às formas exploratórias inéditas como superexploração do trabalho, em que o trabalhador não se reconhece sequer como força de trabalho, exatamente, mas sob a representação do empreendedor, do empreendedor

¹¹ Citando Marx (1842) sobre o roubo de madeira.

sustentável; todos mobilizados por rendimentos que vêm de mais de uma fonte, para manter a mortalidade de jovens pobres, negros, periféricos, no limite do sustentável espetacular.

Sobre as distopias e utopias entre o Norte e o Sul, consideremos que a economia é mundializada e que existem particularidades próprias de diferentes cidades e sociedades. Contudo, a ideia de Norte e Sul repõe a divisão entre países desenvolvidos e países menos desenvolvidos e seu enquadramento na economia mundial, ela pode administrar e manter esta cisão. Portanto, é sua gestão, aquela dessas particularidades na economia-mundo (ALEJANDRO, 1975). Não é a colisão que permite produzir novas relações sociais. As centralidades econômicas, dinherárias e políticas, imperialistas, imperiosas, tendo por reproduzido o duplo dos países mais e menos desenvolvidos, baseado na subsunção de equivalência de formas neocoloniais, filtrada assim como ideal de gestão, inverte a colisão explosiva e necessária, estruturalmente, de tensionar o imperialismo. Por outro lado, as epistemologias do sul¹² iluminam formas identitárias insurgentes, uma mobilização própria desses tempos contemporâneos, a partir do Sul, onde prevalece, contraditoriamente, a tendência ao neoliberalismo, liberdade econômica e “agendas associadas”, em composição com o duplo: despolitização das camadas sociais, combinada ao rigor de Estados de tendência totalitária.

De modo inusitado, em Guilluy (2015, p. 52-53):

[...] Hoje, o essencial das radicalidades sociais e políticas, mas também das reflexões alternativas, emergem não das periferias, mas dos territórios os mais afastados das metrópoles; é aí que se configura a parte da coesão nacional [...] uma continuidade sociocultural sobre as ruínas das classes operárias e médias.

Interessa esclarecer que os movimentos sociais nas periferias do mundo, nas cidades-mundo, segundo o autor, não definem um movimento social de resistência significativo sobre os rumos sociais e políticos do que virá. Não são seu anúncio, o de radicalidades sociais (GUILLUY, 2015, p. 52).

Ele estende esta interpretação, incluindo outros espaços, para além das metrópoles. De onde virá a mobilização? De lugares mais periféricos à

¹² Presente nos projetos e textos de Boaventura de Sousa Santos.

própria metrópole? Sua magnitude é nacional. Interferindo nos rumos do Estado nacional.

Nas eleições de 2018, no Brasil, o Norte e o Nordeste do país sinalizaram um questionamento político que o Centro-Oeste, o Sudeste e o Sul rejeitaram. A tendência mais ou menos radical surgiu no Norte e no Nordeste, contrariando as metrópoles mais dinâmicas do país. De algum modo, põe-se em causa a coesão nacional, exigindo o tratamento da questão urbana em sua composição com as escalas regionais, nacionais e internacionais.

Para pensar o capitalismo hoje no mundo, há que recorrer às formas de destruição social e cultural das cidades, todos os tempos e espaços em mobilização econômica potencial. Os termos formais são a centralização de troca e uso (críticos) e as periferias ampliadas (mimeses dos usos e trocas espetaculares), no seu desdobramento dialético. Para acessar a materialidade dos processos, há que as definir como psicogeografia materialista (segundo termos letristas – DEBORD, 1996, p. 226-228), isto é, como são as práticas espaciais cotidianas, diante das formas de despossessão vorazes? Há que pensar nas formas de separação na contiguidade: unidos na separação, nos termos de Debord (1992). A cartografia influenciada assim se apresenta como método de abordagem. Por quê? Porque expõe a colisão entre mediações abstratas concretas e materialidade concreta, sob sua influência. Trata-se de um método essencialmente qualitativo.

O que desejamos é uma geografia ciente do papel metodológico do materialismo dialético, este exercício extraordinário e destemido de lidar com a negatividade que olha de frente a crise, a crítica e a autocrítica.

Sim, há que refletir sobre os limites da insurgência. Sim, há uma prática e a consciência a seu propósito. Contudo, a consciência do processo é sua antecipação. Um átimo de tempo regula o projeto vindouro. Realidade e consciência são compostos, expostos à tensão. Uma leitura é a do primado da consciência. Ela universaliza a prática comum, ordinária. Um idealismo, reiterativo. Noutra concepção, a prática é subversiva. Ela centraliza o processo, histórico e categorial, da história empírica à sua tradução conceitual. A universalidade é concreta. Mas prevalecem desacordos. Personificação, reificação, alienação são universais abstratos, determinados historicamente. Definem uma inclusão ilusória antecipadora. Quanto mais excluídos praticamente, mais ilusória a consciência da inserção precária. O campo das representações rege o real: quem e além do existente vivido, enquanto a organização da aparência, segundo Vaneigem (1997, p. 272-281).

O ponto de tensão é o da adequação impossível. Chegamos neste limite e acordamos: a aceitação e doação da própria subjetividade para a sedução do outro, diante da despossessão iminente. Somos mais que nós mesmos, sendo o outro de nós. Um suicídio social. Para Debord, o poder especular integrado, mundializado.

A experiência prática da realização sem freio das vontades da razão mercantil teria mostrado rapidamente e sem exceções que o tornar-se mundo da falsificação seria também um tornar-se falsificação do mundo (DEBORD, 1988, p. 1598).¹³

Ou não desistimos da subjetividade possível na adversidade prático-concreta e com impulso negativo face à sua tradução ilusória. “Ou suicídio ou revolução” (VANEIGEM, 1997, p. 275). Ou a distopia ou a utopia concreta, sob a regência da práxis subversiva, ciente da totalidade.

Referências

- ALEJANDRO, Carlos F. Díaz. Relações Norte-Sul: o Componente Econômico. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 7-49, 1975. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/147382/140936>.
- ARAÚJO, James Amorim; BAITZ, Ricardo; VARGAS, Dario (org.). *Apostamentos diferenciais: por uma leitura crítica da (re)produção do espaço*. São Paulo: Tiragem Livre, 2019.
- BATAILLE, Georges. *La part maudite, précédé de La notion de dépense*. Paris: Minuit, 1967.
- BENSAID, Daniel. *Les dépossédés*. Karl Marx, les voleurs de bois et le droit des pauvres. Paris: La Fabrique, 2001.
- DAMIANI, Amélia Luisa. *Espaço e geografia – Observações de método: elementos da obra de Henri Lefebvre e a geografia. Ensaio sobre geografia urbana, a partir da metrópole de São Paulo*. Tese (Livre Docência) – Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- DEBORD, Guy. *La Société du Spectacle*. Paris: Gallimard, 1992.
- DEBORD, Guy (org.). *Potlatch (1954-1957)*. Paris: Gallimard, 1996.

¹³ Referente a comentários sobre a sociedade do espetáculo.

- DEBORD, Guy. *Guy Debord Oeuvres*. Paris: Gallimard/Quarto, 2006.
- GEORGE, Pierre. *Fin de siècle en Occident: déclin ou métamorphose*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.
- GUILLUY, Christophe. *La France Périphérique*. Comme on a sacrifié les classes populaires. [S. l.]: Flammarion, 2015.
- HEGEL, G. W. F. *Morceaux Choisis*. Trad. Norbert Gutermann e Henri Lefebvre. Paris: Gallimard, 1995.
- HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LEFEBVRE, Henri. *La fin de l'histoire – Épilégomènes*. Paris: Editions de Minuit, 1970.
- LEFEBVRE, Henri. *La Presencia y la Ausencia – Contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'espace*. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.
- MARTINS, Flávia Elaine da Silva. A produção da escala metropolitana e do seu pesquisador: elementos de ritmanálise. *Geosp – Espaço e Tempo*, São Paulo: USP, v. 26, p. 29-39, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74139/77782>.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PAPP, Anna Carolina. Desemprego cresce em ritmo mais veloz no interior do que nas capitais. *O Estado de S.Paulo*, 2 out. 2016. Economia & Negócios. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-cresce-em-ritmo-mais-veloz-no-interior-do-que-nas-capitais,10000079449>. Acesso em: 30 set. 2019.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- VANEIGEM, Raoul. Banalités de base. In: *Internationale Situationniste*. Paris: Arthème Fayard, 1997.

Anexo

Em anexo, um quadro de elementos do movimento categorial e do anúncio das possibilidades, sistematizando e explicitando nexos entre Marx e Lefebvre, aqui a propósito do processo urbano na história.¹⁴

O processo urbano, a partir das possibilidades e zona crítica			
Categorias Históricas I		Categorias Abstratas II	Categoria Transhistórica III
A – Coletividades primárias e Comunidades Antigas	B – Passagem do Feudalismo Cidade como reunião e prevalência do campo	A grande maquinaria	Urbanização da Sociedade Tecido urbano
Relações Políticas Comunitárias	Relações feudais no campo, relações corporativas na cidade (artesanato) (servos fugitivos)	Relação Capital-Trabalho O processo do capital	Produção do Espaço (urbano) Financeirização da Economia
Cidadão-cidade		Acumulação do capital, valorização do valor Alienação do Trabalho	
Vilarejos e Cidades Cidades Políticas			
Anúncio Têmporo-Espacial	Anúncio Têmporo-Espacial	Anúncio Têmporo-Espacial	Anúncio Têmpo-Espacial
Movimento da História	Movimento da História	Movimento da História	Movimento da História
	Plano das possibilidades	Plano das possibilidades	Possível-Impossível
	Fato histórico explosivo	Fato histórico explosivo	
Crise da Cidade Política	Crise do feudalismo, Cidades Comerciais	Cidade Industrial e Anti-cidade	Sociedade Urbana, O urbano
Relações comerciais Lógica formal Lógica da equivalência	Oposição campo-cidade Divisão do Trabalho	Aumento da Composição Orgânica do Capital Crise do Capital e Crise do Trabalho	Partir do Fenômeno Urbano Utopias Concretas (Urbanas)
Heterotopia	Migrações e "vagabundagem": Trabalho jomaleiro Manufaturas no campo e na cidade Ampliação de mercados e Comércio Desenvolvimento das forças produtivas Heterotopia	ZONA CRÍTICA Implosão-explosão da cidade	

¹⁴ DAMIANI, Amélia Luisa. Com Henri Lefebvre, a urbanização crítica. In: ARAÚJO, James Amorim; BAITZ, Ricardo; VARGAS, Dario (org.). *Apontamentos diferenciais: por uma leitura crítica da (re)produção do espaço*. São Paulo: Tiragem Livre, 2019.

Economia política das cidades amazônicas

Giancarlo Livman Frabetti

Introdução

A economia política, nascida dos métodos das ciências da natureza para dar conta de se entender a organização da sociedade sob a perspectiva da sua base produtiva e das suas relações de troca, ocupou um lugar particular na divisão do trabalho científico, devido à sua inclinação em tecer prognósticos sobre os elementos que constituem o fundamento material da vida em uma sociedade mundial de mercado. Em que pese os muitos discursos de neutralidade e objetividade proferidos ao longo história do pensamento econômico e dos seus fundamentos teórico-metodológicos, esta pretensa capacidade presciente da economia política jamais esteve, porém, apartada do papel exercido por esta ciência na formação de concepções e na orientação de decisões tomadas pela sociedade no presente: a lógica concreta do materialismo dialético nos sugere que não há projeção ideal de sociedade feita de modo absolutamente livre de um projeto de classe.

O debate da economia política clássica em torno das projeções feitas a partir da leitura da sociedade mediada pelo mercado (debate realizado em termos da positividade, da negatividade ou da possibilidade de alteridade em relação a esta mesma sociedade) fundou um campo de pensamento que se dedicou a formular planos de ação e de intervenção sobre as condições materiais da vida humana, em toda complexidade multiescalar dos seus agrupamentos e relações. Mesmo com a emergência da corrente marginalista, que buscou orientar o pensamento econômico no sentido de constituir aquilo que seus principais autores entendiam como ciência positiva, não somente não se eliminou o caráter de classe inerente às correntes do pensamento econômico clássico, como, ainda, ele foi sublimado por meio da naturalização do pensamento liberal e do seu projeto de sociedade. Purificada da política, a

agora chamada economia neoclássica passaria a primar por uma linguagem cada vez mais apartada dos elementos empiricamente percebidos por quem vivencia as relações econômicas cotidianamente, conduzindo a prognósticos apresentados cada vez mais como se fossem inevitáveis. Seu dogma central, que é o da necessidade do interesse individual em se obter a máxima satisfação com o mínimo dispêndio de recursos, viria a constituir, na corrente identificada por Foucault (2008), como a do liberalismo americano, como a (única) ciência do comportamento humano.

O(s) conceito(s) de desenvolvimento é (são), ao mesmo tempo, fundamento e produto desse debate do pensamento econômico em torno das projeções da sociedade de mercado, uma vez que não se pode pensar em desenvolvimento sem se pensar na sociedade ao longo do tempo e para além do presente. Todavia, o mesmo conceito de desenvolvimento constitui uma das mais contundentes expressões da espacialidade intrínseca aos projetos de sociedade propostos, implícita ou explicitamente, pelo pensamento econômico: a realização do potencial de se produzir e trocar mercadorias não existe senão atravessada pelas diferenças e desigualdades existentes inter e intraterritorialmente.

Propomos, no presente trabalho, partir da discussão sobre a capacidade prospectiva da ciência, conforme introduzido anteriormente, para pensarmos o modo como o conceito de desenvolvimento incidiu sobre os distintos projetos nacionais elaborados e postos em prática no caso brasileiro, considerando-se, em particular, as visões e os projetos direcionados à porção amazônica do território. O pensamento sobre o Brasil enquanto país inserido de modo subalterno e dependente na divisão internacional do trabalho passa, necessariamente, pelo questionamento acerca das desigualdades regionais sobre as quais se funda o próprio processo de formação econômica nacional. A Amazônia, nesse sentido, ocupa um lugar ímpar no cenário brasileiro, diante do fato de ter sido objeto de uma série de políticas que, sob a perspectiva da planificação, propuseram o papel nacional da região Norte do país diante do propalado objetivo de se alcançar crescimento econômico e desenvolvimento social.

Tendo por princípio a imagem da Amazônia como estoque inesgotável de recursos naturais gratuitos, os grandes projetos de desenvolvimento implantados na região Norte do Brasil propuseram uma estratégia de progresso social imediatamente contrastada pela tragédia decorrente do

modo como a voracidade do capital por terra e trabalho baratos ocasionaram um padrão predatório e violento de exploração econômica da floresta amazônica e dos povos que nela já habitavam ou que lá passaram a se instalar. Destacamos aqui o papel que a implantação da rede de cidades amazônicas teve sobre a efetivação de tais projetos de desenvolvimento, salientando que não se pode pensar o Brasil setentrional, atualmente, sem que se pense centralmente sua problemática urbana. Propomos, portanto, ao fim de nossos objetivos, a dar conta de observar o papel da rede de cidades amazônicas na elaboração dos grandes projetos de desenvolvimento: as funções para as quais estas cidades foram idealizadas, as disfuncionalidades acarretadas e, ainda, as possibilidades postas pelas práticas sociais no presente para os problemas existentes no espaço urbano amazônico.

Entendemos que o processo de formação e crescimento das cidades amazônicas merece ser observado com olhar especialmente atento. O atual padrão da rede de cidades da região Norte do Brasil tem a característica de ter sido implantado com base em projetos e planos de desenvolvimento regional criados ao longo de distintos governos federais e respondendo a contextos da economia e da política mundiais completamente diferentes entre si; contudo, o movimento de formação e crescimento dessa rede de cidades esteve, desde sua origem, fundado em um pressuposto comum, que era o de se estabelecer uma base estrutural de capital fixo voltada para a incorporação do imenso estoque de terras da Amazônia aos circuitos da valorização. Trata-se, portanto, de uma função estratégica desempenhada pelas cidades amazônicas no sentido de estruturar os pontos nodais do território sobre o qual se dá a exploração do solo, do subsolo e da rede hídrica para projetos agropecuários, minerais e de produção de energia elétrica.

Contudo, embora haja evidências suficientes para se afirmar a importância assumida pelas cidades amazônicas na efetivação do ordenamento territorial necessário aos resultados contemporaneamente alcançados pelo Estado e pelo país na pauta de exportações de *commodities*, os preocupantes indicadores sociais observados nesses mesmos municípios acabam por levantar questionamento sobre a efetividade destas atividades econômicas para a geração de bem-estar social e para a existência de vida urbana em sua multiplicidade de sentidos. Observa-se, de fato, uma particular gravidade dos problemas urbanos, seja nas metrópoles, seja nas cidades médias

e pequenas do norte do país, suscitando nossa reflexão para a clássica questão colocada sob a perspectiva do desenvolvimento regional: a busca das causas e dos mecanismos de reprodução das desigualdades na distribuição espacial da riqueza.

Para desenvolver a linha de argumentação proposta acima, este capítulo está dividido em três outras subseções, além desta primeira. Na seção de número dois, propomos um panorama histórico e uma reflexão sobre as premissas e consequências sociais da planificação e dos projetos de desenvolvimento para a Amazônia brasileira. A terceira seção, por sua vez, apresentará o papel que o processo de formação da rede de cidades amazônicas desempenhou na efetivação dos grandes projetos de desenvolvimento regional, resultando no contrário daquilo que se anunciava a partir das concepções existentes por trás desses projetos, abrindo, contudo, lugar para uma reflexão sobre as possibilidades postas pelas práticas e pelas vivências urbanas nas cidades do norte do Brasil. A quarta seção encerra nossa linha de argumentação tecendo nossas considerações finais.

A Amazônia como objeto das políticas de desenvolvimento

Os esforços empreendidos pelos trabalhos que, de modo pioneiro, discutiram o processo de formação social e econômica do Brasil prestaram uma contribuição indispensável para o projeto de modernização nacional. Diante do problema posto pela inserção subalterna da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, as obras de autores como Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado mergulharam até as origens coloniais e escravistas do país para, a cabo dos seus objetivos, reconstituírem o modo como se deu o processo de transição para uma economia de base industrial no Brasil. Estas leituras do processo social nacional cumpriram, portanto, o papel de terem pensado, ao seu tempo e sob seus respectivos referenciais, uma perspectiva de futuro para a nação a partir da leitura das particularidades do seu passado. Além de terem investigado as raízes históricas e estruturais da problemática do desenvolvimento econômico nacional, estes autores também contribuíram com a construção do conhecimento acerca das singularidades regionais brasileiras, na medida em que apontavam a relação entre os processos de ocupação do território e os movimentos de ascensão e

declínio das atividades econômicas primárias voltadas para a exportação (DINIZ, 2009).

A tradição pela qual se pensa a história econômica do Brasil concebe a Amazônia, portanto, a partir do caminho particular por ela delineado entre os demais processos de formação regional no país. As abordagens clássicas sobre a formação da porção amazônica do território remetem, sobretudo, ao período da economia exportadora da borracha, cuja produção se espalhava pela vastidão da floresta, sendo articulada a partir do capital comercial sediado em Belém e Manaus – cidades, estas, por meio das quais também se estabeleciam as conexões dessa economia regional com os circuitos das finanças internacionais (SANTOS, 1980). Todavia, o pensamento sobre a formação social e econômica brasileira acabou deixando uma lacuna a respeito de como a economia e a sociedade amazônicas continuaram se reproduzindo após a crise da atividade exportadora de látex ao longo da primeira década do século XX. Lapso, este, devido ao fato de que o processo de industrialização, o qual se colocava tanto como perspectiva quanto como horizonte das reconstituições da história econômica nacional, não havia tido continuidade expressiva nesta porção do território.

A imagem e o imaginário nacionais acerca da Amazônia, construídos ao longo do projeto de modernização brasileiro, fundaram-se a partir desta dicotomia entre o arcaico e o moderno, de modo que a região foi sistematicamente associada ao seu imenso estoque de terras e de recursos naturais, bem como à suposta ausência de quaisquer formas de aproveitamento econômico racional sobre esses recursos, recaindo inevitavelmente sobre ela a perspectiva de se tornar objeto do desbravamento para a implantação de formas de exploração orientadas pela lógica da valorização. A visão da Amazônia como estoque de recursos naturais inexplorados economicamente, como uma espécie de Eldorado moderno, implicou e ainda implica o modo como são concebidas as políticas de desenvolvimento para a região, bem como moldou decisivamente a mentalidade do empresariado, de colonos rurais e, ainda, de uma população migrante pauperizada, todos eles oriundos de outros estados do Brasil, e que ali enxergaram a oportunidade de acesso seja à terra de trabalho, seja à terra como mercadoria.

Segundo Costa (2017), as ações estatais na Amazônia ocorrem ao menos desde os anos 1940 (com a “Marcha para o Oeste”), tendo se intensificado ao longo das décadas do regime militar e declinado ao final do mesmo, com a desestruturação de órgãos como a Superintendência do

Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Banco da Amazônia S.A. A origem da problemática contemporânea sobre a Amazônia brasileira funda-se, portanto, sobre o momento da implementação das políticas de desenvolvimento e integração nacional propostas pelos governos militares após o golpe de 1964 no Brasil, resultando no choque entre os movimentos da frente de expansão e da frente pioneira na Amazônia, cujas tensões são expressas por José de Souza Martins (1996) no conceito de fronteira. A fronteira é compreendida como o lugar do (des)encontro entre sujeitos de diferentes temporalidades históricas; dinâmica, esta, estabelecida na medida em que o processo de acumulação primitiva (ou originária) do capital estendeu-se e ampliou seu movimento de incorporar terra e trabalho ao processo de valorização.

No processo de constituição da fronteira, ainda segundo Martins (1996), a frente de expansão representa as formas de ocupação nas quais predominam as relações não especificamente capitalistas de produção (posse da terra, economia pouco monetizada) articuladas e subsumidas pelo capital comercial no processo de circulação, enquanto a frente pioneira corresponde à instauração das bases para a reprodução ampliada do capital (com a generalização do mercado de terras e o estabelecimento de uma economia voltada propriamente aos mecanismos de expansão do valor). Enquanto o primeiro movimento se deu a partir do deslocamento de populações de camponeses migrantes expulsos pela pressão fundiária em suas regiões de origem (e eventualmente por programas governamentais, como foi o caso das migrações direcionadas para os seringais na década de 1940), o segundo foi imediatamente decorrente de um conjunto de políticas executadas pelos órgãos de planejamento dos governos militares no contexto dos planos voltados para o crescimento econômico nacional. Incorporar terra barata e abundante ao capital era decisivamente um fator de impulso do projeto de desenvolvimento empreendido pelos governos autoritários.

Além desse claro objetivo de exploração da terra com seus recursos naturais, as políticas de desenvolvimento regional no norte do Brasil tiveram, como pano de fundo, razões de cunho geoestratégico: a floresta amazônica era concebida ideologicamente como um vazio demográfico sobre o qual caberia garantir a soberania nacional, impondo-se, assim, um projeto compreendido nos termos da integração da Amazônia à sociedade nacional. Otavio Ianni (1979) observa que os projetos agropecuários e minerais

(e a industrialização a qualquer custo) se colocavam como se fossem um caminho único para alcançar a modernização e o desenvolvimento na região amazônica.

Da política estatal de investimento financeiro e de construção de infraestrutura rodoviária na Amazônia, resultou a atração de um novo contingente migratório, agora proveniente sobretudo do centro-sul do Brasil e formado tanto por pequenos e médios agricultores (para trabalharem nos projetos de colonização) como por proprietários de capital (para investirem na formação de grandes fazendas). O principal vetor de avanço da frente pioneira, no caso das grandes fazendas, se daria primeiramente por meio da atividade de extração de madeira para, posteriormente, efetuar-se a formação de pastagens, constituindo-se, por meio da implantação dessas atividades, um mercado de terras fundado, desde sua origem, na grilagem e na expropriação violenta de populações de camponeses posseiros e de povos indígenas.

Além dos projetos de colonização e da formação de grandes fazendas, a porção oriental da Amazônia também foi objeto, sobretudo a partir da década de 1980, da abertura das áreas de garimpo (dos quais o caso de maiores dimensões é o de Serra Pelada) e, sobretudo, da implantação dos projetos de mineração com a atuação das empresas de exploração mineral em larga escala, como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). No caso dos grandes projetos industriais de mineração, sua implantação pressupôs a instalação de grandes estruturas de circulação no território, principalmente ferrovias e portos, como no caso do complexo Carajás-Itaqui. Cabe recordar que a experiência de execução de grandes projetos de mineração na Amazônia Oriental já havia se dado, sob outro contexto histórico e político nacional, no caso da exploração da mina de manganês no município de Serra do Navio, estado do Amapá, realizada desde a década de 1950 pela empresa Icomi (constituída pela associação entre o capital nacional privado e o capital estrangeiro), em cujo projeto já constava a construção de toda a estrutura de articulação logística regional, incluindo o núcleo urbano planejado de Serra do Navio, junto à área de extração do manganês, bem como toda a linha ferroviária fazendo a ligação com o porto de Santana.

A Amazônia, concebida pelos governos autoritários como região subdesenvolvida, despovoada e abundante em recursos naturais, foi articulada ao plano de desenvolvimento econômico nacional por meio de uma

política regional de implantação de grandes projetos agropecuários e minerais, calcados na grilagem de terra, na devastação de recursos naturais e na superexploração do trabalho, sob o pretexto de promover crescimento. Este crescimento, por sua vez, era entendido como fator imediatamente capaz de engendrar o desenvolvimento, caracterizando-se, assim, uma visão evolucionista do processo de modernização, à moda de W. Rostow (segundo o qual o subdesenvolvimento consistia apenas em uma etapa para se alcançar o desenvolvimento).

Acerca das ideias e teorias que inspiraram a formulação dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, Trindade Jr. e Madeira (2016) apontam ainda a influência da teoria ricardiana das vantagens comparativas em sua versão neoclássica (a teoria de Heckscher-Ohlin-Samuelson), da teoria da base de exportação de Douglass North, assim como da teoria dos polos de crescimento, da corrente de economistas representada pelos franceses François Perroux e de Jacques Boudeville – corrente, esta, especialmente importante para se compreender as concepções por trás da criação dos grandes polos mineradores na Amazônia Oriental. De acordo com Serra (2003), o documento do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1978) já apresentava elementos terminológicos adaptados da obra de Perroux, assim como os Planos Nacionais de Desenvolvimento I (1972-1974) e II (1975-1979), com especial destaque para este último, por meio do qual se estabeleceu a criação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), que incluía a criação de quinze polos de desenvolvimento. A criação desses polos exportadores apoiava-se no pressuposto de que a concentração espacial de capitais seria capaz de “produzir desequilíbrios, e, em decorrência destes, impulsionar processos de desenvolvimento por meio do surgimento de uma cadeia de ligações para frente e para trás das atividades produtivas consideradas chave” (MONTEIRO, 2005, p. 188).

As políticas de desenvolvimento regional sob a perspectiva do capitalismo de viés político autoritário e nacional-desenvolvimentista entram em declínio a partir do fim do regime militar, momento em que se gestou a hegemonia neoliberal sobre a América Latina. A princípio relegadas pelo pensamento desestatizante, as políticas de desenvolvimento regional foram posteriormente reformuladas diante dos imperativos de competitividade intensificados sob o modelo de globalização neoliberal. Diniz (2009) menciona que, para a corrente neoliberal do “crescimento endógeno”, a

livre atuação do mercado permitiria que cada lugar ou região buscasse, por meio da sua inserção nos mecanismos de competição mundial, a melhor alocação para os recursos disponíveis, tendo como resultado, desde que seguido o receituário, uma redução das disparidades regionais. Sob esta premissa neoliberal, o debate sobre desenvolvimento regional seria retomado a partir da segunda metade da década de 1990, por conta do novo papel posto pela questão da inovação: “[...] novos centros produtores baseados em tecnologias avançadas abriram a corrida para a busca da inovação como mecanismo de desenvolvimento regional” (DINIZ, 2009, p. 233).

Em decorrência das novas condições de competitividade e de integração regional postas desde a década de 1990 pelo cenário mundial da globalização e da mundialização do capital, é esboçada, nos governos Fernando Henrique Cardoso, a política dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs), em que se apresentaram os Planos Plurianuais (PPAs) com os Programas Brasil em Ação (1996-1999) e Avança Brasil (2000-2003). Realizam-se, ainda, os acordos internacionais a partir dos quais é instituída a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), consolidada no ano 2000. Segundo Castro (2012), a IIRSA tinha o objetivo de direcionar investimentos para a área de infraestrutura a fim de superar a condição de fragmentação que impedia o crescimento do mercado interno sul-americano e dificultava a conquista de novos mercados. De um total de dez eixos nacionais, três teriam ligações diretas por meio da Amazônia: o Eixo Araguaia-Tocantins, o Eixo Madeira-Amazonas e o Eixo Arco Norte. Nestes eixos, a maioria dos projetos propunha a recuperação de rodovias e hidrovias existentes, tendo ainda sido propostas as construções das usinas hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte.

Contudo, diante da persistência do problema ambiental, do conflito agrário e da violência contra populações tradicionais, emerge o debate em torno do papel das novas formas institucionais e da ciência, bem como do papel da inovação (termo de influência schumpeteriana) para se formular estratégias sob o novo paradigma do desenvolvimento sustentável. Segundo Trindade Jr. e Madeira (2016), uma nova fase dos projetos de ordenamento territorial e de desenvolvimento regional pode ser verificada nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), na medida em que estes propõem uma tentativa de conciliação entre a política de estruturação dos eixos de circulação para a exportação de *commodities* com os objetivos de preservação ambiental e de garantia de direitos às populações tradicionais,

consistindo no Plano Amazônia Sustentável (PAS), e, em 2010, no Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal (MacroZEE). Mas as críticas a essa estratégia (surgida nos ENIDs e nos PNDRs) também se fazem presentes, como se verifica, por exemplo, a partir de Castro (2012), para quem os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) e a IIRSA reeditam o modelo de desenvolvimento que orientou a expansão da fronteira amazônica, violando direitos sociais e étnicos em função de orientar um projeto de crescimento com base na produção de *commodities* dos setores da pecuária, madeira, grãos, minérios e energia.

No interior desse debate sobre os fundamentos teóricos e as consequências práticas das políticas de desenvolvimento regional no norte do Brasil, uma questão que, todavia, ainda precisa ser aprofundada é a das cidades amazônicas, seu processo de formação e sua importância no que se refere ao cenário de tragédias, mas, também, de possibilidades para a Amazônia brasileira. O debate sobre desenvolvimento quase sempre excluiu a questão urbana na região, como se esse desenvolvimento fosse somente sinônimo de crescimento, ou, na melhor hipótese, de crescimento com distribuição. Cabe, então, ainda, problematizar uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento com direito à vida urbana renovada: acesso aos bens e serviços, ao encontro, à disponibilidade de conhecimento, informação e pluralidade cultural das cidades, em oposição ao modelo de cidade como lugar de reprodução das estruturas distantes e do consumo como modo único de realização da vida. Trata-se de observar os fundamentos particularmente críticos do processo de urbanização decorrente das políticas de desenvolvimento na Amazônia e, em virtude de se pensar os seus fundamentos, tecer considerações acerca das suas possibilidades de superação.

O caráter espoliador do processo de urbanização na Amazônia

A geógrafa Bertha Becker (1985) chama a atenção para o fato de que, embora exista um imaginário sobre a Amazônia que imediatamente a identifica com a floresta úmida, a população da região é predominantemente urbana, ou melhor, vive em cidades, e não no meio rural. Para se pensar o processo de surgimento e de crescimento de cidades amazônicas, cabe, contudo, refletir sobre a ideia de que “a urbanização da região não segue exatamente os modelos de transição urbana norte-americano ou europeu”

(BROWDER; GODFREY, 2006, p. 21). Becker (1990) já havia notado que a urbanização da Amazônia não era exatamente uma consequência da expansão agrícola, mas a fronteira já nascia urbanizada.

Castro (2008) aponta a existência de dois padrões gerais distintos de ocupação urbana na Amazônia: o primeiro, com base no sistema de aviação, em que a disposição das cidades seguia os cursos dos rios; o segundo se dá a partir dos programas governamentais de expansão da fronteira agrícola e dos projetos de mineração, em que as cidades passaram a se constituir ao longo das rodovias abertas por estes projetos de desenvolvimento. Corrêa (1987), por sua vez, compreende este mesmo contraponto entre os padrões de estruturação urbana na Amazônia a partir da distinção entre o padrão de rede dentrítica e o padrão de rede complexa das cidades, cuja diferença se dá a partir do momento em que é constituída uma divisão intrarregional do trabalho, com uma imbricação mais densa de níveis hierárquicos urbanos e uma maior dinamicidade dos fluxos de produção, circulação e consumo destas cidades entre si.

A rede dentrítica de cidades se constituiu a partir de um sistema de exploração extrativista dos recursos da vasta área florestal amazônica, o qual era articulado por meio dos centros mercantis e financeiros sediados em Belém e Manaus ao comércio internacional, detendo-se, assim, o controle sobre os processos de produção e de circulação existentes na região. Formou-se, nesse contexto, um sistema de núcleos de assentamento de caráter extensivo e muito concentrado em suas duas capitais. A rede urbana complexa, por sua vez, constituiu-se já no contexto da implantação dos grandes projetos agropecuários e minerais de desenvolvimento na Amazônia Oriental, manifestando-se no movimento de surgimento e crescimento das cidades de porte médio, as quais passavam a se configurar como centros dinâmicos na ocupação recente da região e a assumir uma condição cada vez mais decisiva para a integração do espaço regional (PEREIRA, 2006). Sobretudo entre as décadas de 1960 e 1990, foi intenso o movimento de surgimento e crescimento de cidades, em particular no estado do Pará, cujas taxas de crescimento demográfico eram constantemente superiores às taxas nacionais.

As cidades médias paraenses assumiram, portanto, o papel de coordenarem a cadeia de produção e a circulação de *commodities* para exportação no estado, manifestando uma participação cada vez mais expressiva no PIB estadual. Emergiu, desse movimento de surgimento e crescimento

das cidades médias amazônicas (bem como da sua articulação, tanto com a metrópole quanto com cidades menores), uma problemática acerca do que se pode se chamar de fronteira urbana, a qual é aqui entendida como a presença das cidades como elemento pressuposto (e não como elemento induzido) pelo movimento de expansão da fronteira agropecuária e mineral e, portanto, previsto pela implantação dos grandes projetos de desenvolvimento e de exploração dos recursos naturais das terras da floresta amazônica. Ao contrário dos processos de urbanização em que as cidades surgem (e crescem) em decorrência das atividades rurais ou industriais, as cidades na Amazônia constituíram uma pré-condição para a implantação dessas atividades econômicas, até mesmo precedendo-as (SATHLER; MONTE-MÓR; CARVALHO, 2009).

Paralelamente ao movimento de constituição e ampliação da rede complexa de cidades amazônicas, as cidades de Belém e Manaus, herdadas da estrutura de ordenamento territorial dentrítica na região, passam por um processo extensivo e intensivo de metropolização. As grandes capitais amazônicas assumem, portanto, um nível muito maior (e qualitativamente distinto) de complexidade interna do tecido urbano, seja pelo ritmo do crescimento demográfico atravessado por uma severa dinâmica de segregação socioespacial, seja pela configuração polinuclear assumida por estas cidades no nível da morfologia intraurbana, conforme aponta o trabalho de Trindade Jr. (2016) para o caso de Belém. Mas, embora tanto a capital paraense quanto a amazonense tenham atingido dimensões urbanas sem precedentes, cabe ressaltar que ambas, paulatinamente, perdem importância relativa face ao crescimento das cidades médias, o que se reflete, por exemplo, por sua participação proporcional progressivamente menor em seus respectivos PIBs estaduais – sem que, contudo, elas deixem de ser economias de escala qualitativamente superior em suas regiões, sobretudo nos setores diretamente ligados ao processo de realização do valor das mercadorias produzidas, ou seja, no PIB do setor terciário.

O processo de formação e articulação de uma rede urbana na Amazônia Oriental foi, portanto, imediatamente condicionado pelo modo como os projetos de desenvolvimento e crescimento econômico nacional incluíram a região em suas políticas. Tal processo não se deu de modo homogêneo, nem tampouco sob uma única perspectiva teórica de planejamento das políticas de desenvolvimento regional. Browder e Godfrey (2006) sustentam a ideia de que, diante da heterogeneidade do espaço amazônico,

se deve buscar uma diversidade de mecanismos para se compreender os meios pelos quais se deu a formação de cidades na floresta, propondo o que eles chamam de teoria pluralista da urbanização desarticulada, ou seja, uma urbanização que não pode ser reduzida ou derivada de um único padrão. Enquanto espaço social heterogêneo, constituído por diversos grupos sociais e estruturas espaciais, a configuração do sistema de assentamentos na Amazônia seria desarticulada de qualquer princípio mestre de organização espacial, havendo pouca evidência do ordenamento hierárquico previsto pela teoria do lugar central.

De fato, a estrutura urbana observada hoje na Amazônia Oriental, segundo Pereira (2006), apresenta, de modo geral, uma distinção entre as cidades tradicionais (capitais e antigos entroncamentos), as cidades que cresceram na base da implantação de projetos de colonização agrária ou de empresas extrativistas e, ainda, as *company towns*, planejadas e instaladas para comportar o corpo de funcionários de alto escalão de projetos de transformação industrial primária da matéria-prima mineral. Mas, embora haja esta heterogeneidade de formas e funções entre as cidades amazônicas, ressaltamos aqui o princípio geral de que a rede urbana regional foi constituída, como um todo, enquanto elemento estrutural projetado para viabilizar a exploração da terra e do trabalho na vastidão da floresta. Embora, como procuramos demonstrar, os projetos de desenvolvimento regional no Brasil e, em especial, na Amazônia, possam ser diferenciados entre si quanto às suas concepções teóricas norteadoras e, ainda, quanto aos diversos contextos econômicos mundiais a cujas imposições tiveram que responder, a condição da região como objeto de uma forma de acumulação por espoliação, na expressão de Harvey (2004), parece-nos invariável.

No contexto do atual modo de inserção dos circuitos da economia regional amazônica no mercado internacional, a rede de cidades amazônicas não cumpre mais somente o papel de comportar a estrutura de comércio e prestação de serviços em seus nódulos locais, mas, sobretudo, desempenha a função logística de articular fluxos diversos ligados às cadeias produtivas do agronegócio e das atividades de extração e transformação primária de minérios, bem como, mais recentemente, da produção de energia elétrica. As cidades amazônicas deixam de ser apenas estruturas de suporte local para a implantação de projetos de colonização e mineração e passam a cumprir múltiplas funções junto às cadeias produtivas locais de *commodities* voltadas para a exportação, estabelecendo entroncamentos logísticos

das redes de transporte, de fluxos de mercadorias e de pessoas, bem como de informação.

Diante dos dilemas identificados por conta da natureza do processo de formação e de crescimento das cidades amazônicas, pensar a problemática da urbanização na Amazônia brasileira parece-nos exigir mais do que apenas afirmar a singularidade da estrutura de sua rede de cidades, dos seus vetores e padrões de ordenamento territorial. Não se pode deixar de encarar as evidências de que os processos sociais nas cidades amazônicas resultaram em uma agudez particularmente profunda da segregação socioespacial, das disparidades urbanas em termos de acesso aos meios coletivos e das formas de inserção precária do trabalho nos circuitos da valorização. É somente por meio da leitura do modo particularmente perverso (e disfuncional) como este processo de valorização impulsionou o movimento de urbanização na Amazônia é que podemos transitar de uma abordagem que pressupõe e visa ao ordenamento territorial para uma abordagem que atinja o nível dos fundamentos críticos da economia política das cidades amazônicas.

É preciso, portanto, considerar a problemática posta pelo crescimento urbano na Amazônia a partir do fato de que as atividades produtivas regionais foram, desde sua origem, orientadas por uma racionalidade econômica segundo a qual a terra é concebida sob a perspectiva do seu potencial de representar renda capitalizada e que, diante da abundância de recursos existentes, impõe-se a exploração desta terra em ritmo crescente e determinado exclusivamente pela lógica da acumulação do valor. Portanto, este processo de urbanização, planejado e implantado no sentido de, primeiramente, incorporar terra ao processo de valorização e, posteriormente, modernizar os circuitos de produção e circulação de *commodities*, carrega, desde sua gênese, a eminência de uma crise urbana posta pela própria natureza predatória dos seus mecanismos de funcionamento.

Nesse modo específico de expansão da fronteira urbana que se deu no caso das cidades amazônicas, os investimentos em meios coletivos encontram-se extremamente concentrados em centros privilegiados. O crescimento das cidades ocorre intensamente sob a perspectiva do incremento do contingente demográfico, porém este aumento populacional se dá em aglomerados frequentemente (e gravemente) desprovidos de infraestrutura urbana, com alguns dos piores índices nacionais de cobertura pela rede de distribuição de água e de esgotamento sanitário. Os indicadores econô-

nicos relativos à produção e ao nível das exportações contrastam brutalmente com o aumento da pobreza nas cidades, bem como com os índices extremos de violência e com a política de encarceramento sistemático (e, informalmente, de execução) de jovens negros e pobres nas periferias das metrópoles e cidades médias da Amazônia.

E, por fim, não se pode deixar de mencionar que, em decorrência da lógica perversa pressuposta no planejamento e, portanto, na projeção ideal e racional de sociedade ensejada pelos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, não somente se revelou a face distópica do crescimento econômico e da modernização (e, portanto, do próprio capital) no processo de urbanização regional, mas, ainda, foi desencadeada uma potencial tragédia de nível planetário, posta pela problemática do desmatamento da floresta equatorial em face da crise climática global. A distopia ambiental global vivida no mundo contemporâneo se relaciona indissociavelmente ao papel exercido pela rede de cidades amazônicas na articulação dos fluxos de produção e circulação do valor provenientes do modo extensivo e intensivo com que vem ocorrendo o ritmo de desmatamento e de envenenamento dos solos e rios da floresta amazônica. Com relação ao nível de desmatamento na Amazônia brasileira, cabe assinalar que este havia entrado em declínio expressivo desde as diretrizes assumidas pelas políticas de desenvolvimento regional a partir dos anos 2000, tendo, contudo, voltado a aumentar de maneira alarmante especialmente no último ano, com a emergência da extrema-direita ao poder no Brasil.

Todavia, a visão de que esta distopia vivida no presente decorre, diretamente, dos pressupostos desenvolvimentistas colocados na base dos distintos projetos (e perspectivas teóricas) que visaram ao crescimento econômico nacional e regional acabou por ensejar, sobretudo a partir da discussão dada em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, um contraponto colocado a partir da formulação de discursos e de práticas que buscam superar o modelo de crescimento com base na exploração de recursos naturais em escala industrial. Loureiro (2009), por exemplo, tece uma crítica às tentativas de proposição de sociedades pré-formuladas idealmente com base em modelos estáticos, propondo a invenção de um processo de busca de uma sociedade mais solidária, convertendo o indivíduo numa posição cidadã diante do mundo. Para isso, seria necessário emergir também uma nova epistemologia, a qual partiria da objeção de que os paradigmas (especialmente econômicos) da ciência, “tomados isoladamente como

apanágio para resolver todos os males sociais, encontram-se em fase de esgotamento, e deixaram de apresentar resultados positivos generalizáveis” (LOUREIRO, 2009, p. 16), sendo, por conseguinte, necessária a descoberta de vias solidárias para a construção da vida social, como um modo de se por em prática a utopia. Castro (2008, p. 14), por sua vez, afirma a necessidade de se superar “a visão linear e evolucionista encontrada em algumas análises sobre a urbanização” na Amazônia.

Em que pese a necessidade de se buscar novas práticas e ideias que nos permitam lidar com a profunda disfuncionalidade do processo social que se reproduziu ao longo do movimento de formação do território nacional e das suas feições regionais, em particular no caso da Amazônia, reservamos certa desconfiança com relação à pretensão de que, no mundo contemporâneo, se tenham sido superados os “grandes esquemas teóricos” de entendimento e intervenção no mundo. Apresentamos esta ressalva final na medida em que práticas e ideias só podem se considerar novas se, elas mesmas, não incorrem no vício de reproduzir a visão (calcada consciente ou inconscientemente no individualismo metodológico de raiz liberal) de que a automaticidade dos mecanismos de livre mercado (geralmente confundido com a própria ideia de democracia) é suficiente (ou ainda, a melhor maneira) para se garantir a harmonia social – ou o equilíbrio ambiental. A esperança de que a livre iniciativa pode ter suas disfuncionalidades mitigadas apenas com boas intenções carrega apenas o sentido da reprodução estrutural da ordem vigente, jamais o da sua superação.

Considerações finais

O processo de constituição de uma rede urbana amazônica no Brasil é inseparável da perspectiva colocada pelos projetos nacionais de modernização, de desenvolvimento e de crescimento econômico. A própria imagem e o conceito que se tem de Amazônia são produtos do modo pelo qual a sociedade nacional concebe a si mesma e às diferenças no seu interior. A Amazônia sempre foi o outro do Brasil, o seu recôndito, o refúgio do mito fundador da natureza pródiga e intocada. Percebida e concebida como estoque infindável de recursos naturais dispostos gratuitamente para serem incorporados ao processo de valorização do valor, a floresta amazônica

tem invariavelmente sido uma peça central do modo como a sociedade brasileira projeta seu próprio futuro.

Os trabalhos que analisam o fenômeno urbano a partir da perspectiva das redes funcionais entre as cidades amazônicas expõem uma tipificação dos mecanismos indutores do crescimento de cidades e de formação das redes de relações estabelecidas entre elas, resultando em distintos padrões observáveis. Essa preocupação com os modelos de formação da rede urbana tem, contudo, uma fragilidade para dar conta dos processos sociais e econômicos que se põem na base do movimento de formação da fronteira urbana amazônica. Uma economia política das cidades amazônicas não pode perder de vista os pressupostos e as consequências desse processo de incorporação de terra por meio da espoliação ao processo produtivo.

Ao se desconsiderar a natureza dos processos de acumulação originária no processo de urbanização da Amazônia, perde-se de vista a raiz da grave disfuncionalidade urbana verificada na região. Tampouco se torna possível encontrar uma possibilidade política de superação do problema posto (a relação entre degradação urbana e degradação ambiental), pois não se questiona a propriedade privada e os mecanismos perversos por meio dos quais se dá a privatização do bem público (nacional e mundial) compreendido pela floresta equatorial e pelas funções ambientais climáticas que ela desempenha.

Entendemos, portanto, não ser possível pensar a questão da preservação da floresta amazônica sem que se tenha em vista, de maneira central, a problemática específica posta a partir do processo de formação e crescimento das cidades amazônicas, considerando-se, ainda, a situação particularmente crítica dos problemas urbanos na região. A compreensão da crise climática vivida no mundo contemporâneo, bem como das possibilidades de ação em busca da superação desta crise, não pode prescindir da análise crítica do processo social injusto, violento, segregador e, portanto, profundamente contraditório que se reproduz cotidianamente nas cidades amazônicas hoje.

Referências

BECKER, Bertha. Fronteira e Urbanização repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 3/4, n. 47, p. 357-371. 1985.

- BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.
- CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna. *Cidades na Floresta*. São Paulo: Anablume, 2008.
- CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul- americana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. *Revista de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.
- COSTA, Rodrigo Portugal da. Política regional na Amazônia: a PNDR II. In: NETO, Aristides Monteiro; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antônio (org.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.
- DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.19, n.2, p. 227-249, maio/ago. 2009.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- IANNI, Otávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Vol. 8. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. (Coleção Sociologia Brasileira)
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Empório do Livro, 2009.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social – Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Estudos Avançados*, v.19, n. 53, p. 187-207, 2005.
- PEREIRA, José Carlos Matos. A urbanização da Amazônia e o papel das Cidades Médias na Rede Urbana Regional. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (org.). *O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém: Ed. UFPA, 2006.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

- SATHLER, Douglas; MONTE-MÓR, Roberto L.; CARVALHO, José Alberto Magno de. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 11-39, jan./abr. 2009.
- SERRA, Maurício Aguiar. Development Pole Theory and the Brazilian Amazon. *Est. Econ. São Paulo*, v.33, n. 1, p. 71-113, jan./mar. 2003.
- TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. *Formação Metropolitana de Belém (1960-1997)*. Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.
- TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; MADEIRA, Welbson do Vale. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. *PRACS –Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, v. 9, n. 1, p. 37-54, jan./jun. 2016.

Relatos: lugares memoráveis

Jan Bitoun

Neste texto, escolhi não tratar de modo sistemático o tema proposto que associa o conceito de lugar a diversas possibilidades expressas (utopia, distopia, heterotopia) e situações no mundo que envolvem escalas espaciais e temporais: trajetórias de lugares no decorrer das quais se expressam tensões entre barbárie e respeito. A ementa remete a experiências. Proponho, então, tão somente, expor alguns relatos para, quiçá, refletir em conjunto com colegas sobre algumas experiências que para mim expressam possibilidades que encontrei, em diversos lugares, para me guiar no entendimento do mundo e, em particular, me orientar na promoção do respeito no exercício de responsabilidades cívicas e profissionais extra-acadêmicas.

Remeto para uma abordagem mais profunda e sistemática a trabalhos de alguns colegas. Marcelo Lopes de Souza reuniu, numa coletânea publicada em 2015 (*Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política*. Rio de Janeiro, Consequência, 2015), o que me parece ser o conjunto de textos mais adequado para aprofundar o tema proposto pelos organizadores do Simpurb; inúmeras outras contribuições podem também ser mobilizadas, entre essas o número temático “Ativismos sociais e espaço urbano”, da revista *Cidades* (v. 6, n. 9, 2009). Como não pretendo ser capaz de construir um estado da arte do tema, interrompo aqui a referência a colegas de várias gerações e de muitas diversas instituições que se dedicam a estudar, apoiar e se envolver em práticas sociais que sinalizam possibilidades de re-invenção da ordem social. Essas possibilidades parecem-me cada vez mais dependentes da existência de condições para construção de relações radicalmente horizontais. Essas se fundamentam no compartilhar de diversas matrizes de vulnerabilidade vividas em diferentes graus de gravidade e urgência no presente (“Aqui, agora”) e/ou rememoradas em trajetórias

intergeracionais, de modo a estabelecer empatia no lugar da esperteza, da hostilidade ou da indiferença.¹

1º lugar: O “desaparecimento” de Santa Rita (Cidelândia/MA)

Comecei na França em 1977 e terminei no Brasil em 1981 uma tese de doutorado orientada pelo Prof. Michel Rochefort, da Universidade de Paris I, sobre *Ville et développement régional dans une région pionnière au Brésil: Imperatriz – Maranhão*.² Em dezembro de 2014, a convite da Prof.^a Luciléa Ferreira, da Universidade Estadual do Maranhão (*campus* de Imperatriz), voltei à cidade para participar de um seminário sobre Imperatriz cidade média. Coube-me proferir as conferências de abertura e de fechamento do seminário. Graças à gentileza dos organizadores, pude efetuar percursos na região, alguns deles já percorridos havia mais de trinta anos, e pude dialogar com estudantes, propiciando a rememoração de lembranças dos pais e dos avós. Para mim, a rememoração me transportava em outras condições de produção do saber geográfico: bases cartográficas precárias ou não acessíveis numa região de muitos conflitos agrários e sob a vigilância do Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins) tornavam necessários procedimentos alternativos para construir uma representação cartográfica das diversas localidades existentes³ e poder entender algo das suas trajetórias recentes: i) multiplicação de pequenos povoados de lavoura

¹ Em abril de 2018, recebi um convite de organizadores que não conhecia para participar em novembro de 2018 de uma mesa de “Diálogos impertinentes” no V Congresso Brasileiro de Psicologia sobre o tema Subjetividades urbanas: quem tem direito à cidade? Em novembro de 2018, após as eleições presidenciais, ocorreu esse diálogo com o psicanalista Aldo Zaiden (foi coordenador-geral de Saúde Mental e Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e, com Thales Ab’Saber, participou de Oficinas de Psicanálise na Praça Roosevelt e na Casa do Povo em São Paulo). Essa mesa foi muito marcante para mim pela possibilidade de estabelecer um longo diálogo livre, permeado pela emoção, de onde extraí essa afirmação. A mesa toda, para quem tiver paciência, está em: <https://www.youtube.com/watch?v=fCBjHp5Pyt0&t=15969s> (de 3:21:00 a 5:31:47).

² Em português, “Cidade e desenvolvimento regional numa região pioneira no Brasil: Imperatriz – Maranhão”.

³ Lancei mão de croquis da Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde) para elaborar um mapa das localidades que em conjunto configuravam uma rede hierarquizada e instável de povoamento da região.

dores (denominados centros) em clareiras na floresta – uma frente agrícola dispersa onde a produção de arroz nas roças era o principal vínculo com uma cadeia de intermediários levando o produto ao mercado de consumo das grandes cidades do país; ii) estagnação desses povoados, face à apropriação das terras por fazendeiros, pecuaristas e madeireiros e à impossibilidade do pequeno produtor em se livrar de formas de intermediação que o mantivessem em situação de dependência; iii) tendência à concentração, principalmente em Imperatriz e Açailândia, no eixo da Belém-Brasília, de onde se realizavam deslocamentos para o garimpo de Serra Pelada ou no canteiro da barragem de Tucuruí.

Estava em curso a transição rápida de uma fronteira agrícola para uma fronteira de recursos, que se aprofundaria anos depois com a exploração da província mineral de Carajás, que demandava uma reorganização logística a qual estava assistindo: centros de ação da gestão pública em Imperatriz e Açailândia, dotação de recursos energéticos com a construção da linha de alta tensão entre a barragem de Boa Esperança sobre o Parnaíba e a barragem em obras de Tucuruí sobre o Tocantins. Em 2014, pude percorrer com dois colegas um itinerário de cerca de 120 quilômetros entre Imperatriz e São Pedro de Água Branca, já nos confins do Pará e da confluência Tocantins/Araguaia. Atravessamos em 1h30 diversos municípios, vilas e povoados numa paisagem de fazendas com pastagens e plantações de eucaliptos ao longo de uma estrada asfaltada seguida por uma linha elétrica. À distância apareciam as altas torres da linha de transmissão Boa Esperança-Tucuruí, cujo trecho Imperatriz-Tucuruí estava em construção em 1979. Naquele ano, durante a minha pesquisa para o doutorado, havia percorrido esse mesmo itinerário, no então muito extenso município de Imperatriz, em seis horas de caminhão de transporte de passageiros, que, após deixar o asfalto da Belém-Brasília, seguia por caminhos de barro parando em todos os povoados, onde eu aproveitava para levantar preços de produtos de base (sal, açúcar e querosene) no intuito de entender como o preço das mercadorias se alterava com a distância e o isolamento. Nos dois terços finais do percurso, a floresta predominava e o caminhão seguia em trechos a picada onde estava em implantação a linha de alta tensão. Em 2014, no carro dos meus colegas, acompanhávamos a sequência das localidades representada no mapa encartado na tese. Pouco após Cidelândia (hoje sede de município; na época, maior que os demais povoados, dotado de alguma variedade

de comércios e de pequenas beneficiadoras de arroz), esperava encontrar Santa Rita, um povoado de cerca de 50 casas em 1979. Passamos sem ver nada e sugeri que a responsabilidade para essa ausência poderia ser decorrente de um erro no meu trabalho. A professora Lucélia parou o carro para conversar com um senhor (cinquentão ou sessentão) que circulava na estrada de bicicleta. Apresentou-se como lavrador e informou que nós já havíamos atravessado Santa Rita, onde morava ao lado de quatro ou cinco famílias. Perguntei se, havia 30 anos, Santa Rita não era bem maior. Confirmou e acrescentou: as roças, com o fechamento do espaço pelas fazendas, ficaram distantes e o pessoal foi saindo; os últimos saíram para o canteiro da barragem de Belo Monte. Fiquei impressionado pela precisão sóbria do diagnóstico que o senhor lavrador fazia da trajetória do seu lugar. Como havia trinta anos, para explicar a instabilidade residencial, conjugavam-se a acumulação fundiária e a continuidade de demandas por mão de obra flutuante para grandes canteiros, sustentáculos de redes de exploração empresarial do território. Lembrei-me das conversas que havia mantido com moradores de algumas dessas localidades, onde migrantes, mesmo em condições adversas, expressavam a esperança de se fixar numa terra da promessa, onde poderiam se tornar independentes em ruptura com a lembrança do cativo, conforme havia constatado em comunidades do sul do Pará o antropólogo Otávio Guilherme Velho em obra publicada em 1972: *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica* (Rio de Janeiro: Zahar, 1972).

O quase desaparecimento de Santa Rita me fez lembrar na hora do romance e filme de Jonathan Safran Foer: *Everything is illuminated*. Ambos tratam, por parte de um jovem novaiorquino, da busca de Trachimbrod, um lugar desaparecido na Ucrânia durante os massacres da Segunda Guerra Mundial, de onde escaparam seus avós e que permanece somente na memória de quem se dispõe a rememorar. Para o lavrador de Santa Rita, as condições de vida se tornaram objetivamente melhores após a Constituição de 1988 (aposentadoria rural, Sistema Único de Saúde, acesso a maior conforto doméstico), mas mantiveram-se as condições estruturais de fragilidade e permanente exploração que soube tão bem descrever.

2º lugar: Sítio das Palmeiras e a religião tranquila com a ancestralidade (Recife)

No início dos anos 2000, envolvi-me em atividades relacionadas ao Sistema de Saúde e fui chamado pela Diretoria de Saúde do Distrito Sanitário 4 para apresentar a história dessa parte da cidade às agentes comunitárias de saúde (em grande maioria mulheres) ligadas a esse distrito. Foi uma palestra muito clássica de um detentor de saber que, com base em mapas e arquivos, procura reconstituir a transformação de unidades rurais distribuídas ao longo de caminhos em bairros da cidade em expansão nessa área, sobretudo no século XX. Estava um tanto preocupado pelo caráter imposto dessa atividade decorrente de uma convocação das agentes comunitárias pela diretoria, no intuito de estruturar oficinas de territorialização, um procedimento muito difundido em ambientes norteados pelos preceitos da Saúde Coletiva, mas tentei ser o menos entediante possível, procurando relacionar ocorrências históricas com referências mais vinculadas a paisagens vivenciadas. No final, fui recompensado pela intervenção de uma senhora, agente comunitária já idosa, que expressou ter gostado da palestra porque havia lhe propiciado a lembrança seguinte: residia numa localidade do bairro dos Torrões denominada Sítio das Palmeiras, no lugar exato onde havia residido a avó, que era escrava e trabalhava numa propriedade rural. No momento da Abolição, os proprietários permitiram que os libertos se instalassem numa parte periférica e um tanto alagadiça da propriedade, que, com o passar do tempo, se transformou no denso arruamento urbano do Sítio das Palmeiras. Recompunha-se então com base nessa lembrança para os participantes da reunião uma das trajetórias da construção da cidade onde negros e pobres não são intrusos e onde áreas autoconstruídas não se vinculam à tão deplorável “inchação urbana”, que ainda alguns usam para “explicar” as mazelas da cidade. Lugares negligenciados pelos poderes instituídos se autodignificam por meio de histórias como essa exposta tranquilamente pela senhora agente comunitária de saúde.

3º lugar: Quem mora lá? Militância em situações extremas e a força da comunicação na reconstituição de trajetórias humanas

No ano passado, procurei me reaproximar de espaços mais militantes reunidos numa articulação Recife de Luta, que agrupou diversos movimentos vinculados à questão urbana. Para ser sincero, não me adapto bem aos modos de comunicação que geram mensagens num ritmo alucinante e sobre os mais diversos temas. Limitação minha, mas que não me impede de expressar minha admiração por militantes que atuam em ambientes muito adversos e com tenacidade. Na turma mais idosa, reencontrei pessoas conhecidas na ocasião de atividades passadas. Foi via o fluxo de informação produzido pela articulação Recife de Luta que assisti a um dos mais significativos trabalhos de produção cinematográfica militante acerca de conflitos urbanos relacionados à questão da moradia. Na página do MTST lê-se:⁴

O documentário é obra dos cineastas paulistas Rafael Crespo e Conrado Ferrato, autores de *Limpam com Fogo*, filme de 2017 que retrata os incêndios em favelas de São Paulo e a sua relação com a gentrificação e o mercado imobiliário. Em *Quem Mora Lá*, ganham protagonismo os e as moradoras despejadas da Comunidade do Pocotó, área erguida sobre o túnel Augusto Lucena, em Recife. Dali, boa parte das pessoas seguiu até o edifício Sulamérica, abandonado há anos na região central, e ocupado pelo MTST em março deste ano – quando nasceu a **Ocupação Marielle Franco**, num processo registrado em detalhes na película.

O documentário vai além da luta por moradia ao apresentar o contexto de diferentes personagens escolhidos para retratar toda a complexidade envolvida em cada história de vida. “O filme aborda a questão da especulação imobiliária, do não cumprimento da função social e do preconceito contra as famílias Sem-Teto a partir da história de vida delas”, conta Rud Rafael, coordenador do MTST em Recife.

⁴ MTST. “Quem mora lá”: documentário que retrata a luta das famílias do MTST em Pernambuco é lançado em clima de comoção. *MTST*, 22 jul. 2018. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/quem-mora-la-documentario-que-retrata-a-luta-das-familias-do-mtst-em-pernambuco-e-lancado-em-clima-de-comocao/>.

Trailer disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=24&v=q_YzWuQJvA0.

Em entrevista ao *Jornal do Commercio*, o cineasta Rafael Crespo discorreu sobre aquilo que transpôs para a tela. “Eles [os personagens] contam histórias que revelam a trajetória cuja população é pautada na sobrevivência: histórias de não ter casa, não ter perspectiva, não ter carinho paterno, não ter voz reconhecida e nem visibilidade [...] A moradia caiu na esfera do mercado, né? Hoje quem tem dinheiro para morar, mora. Seja tendo uma propriedade ou recorrendo ao aluguel. E quem não tem, recebe do Estado o bolsa-aluguel, que é uma verba totalmente insuficiente pra se viver nas cidades brasileiras”, acrescenta.

Se a trajetória da família da senhora agente comunitária da saúde foi contada com muita tranquilidade, pois nada ameaça o Sítio das Palmeiras senão as carências das infraestruturas públicas já naturalizadas, em “Quem mora lá?” as trajetórias de vida e as lembranças remetem às condições sempre ameaçadas, com momentos extremos na ocasião de despejos e ocupações.

4º lugar: No Norte, uma igreja fortificada da Thiérache (França) e Nossa Senhora de Fátima

Na década de setenta, ainda residindo na França, atravessei de carro uma pequena região situada no norte da França e vizinha da Bélgica. No seu conjunto, a grande região hoje denominada Hauts de France é um dos nascedouros da revolução industrial e apresenta aglomerações urbanas quase contínuas, mas a pequena Thiérache seria um oásis de ruralidade mais preservada no âmbito dessa grande região. Resolvi parar num vilarejo-sede de um dos mais de 30 mil municípios franceses que existiam na época. Nesse vilarejo, constava existir uma das 60 igrejas fortificadas no século XVII na região em função das guerras entre o rei da Espanha, que governava os Países Baixos Espanhóis (atual Bélgica), e o rei da França, que procurava ampliar seu território nas Flandres. Ao entrar na igreja, deparei-me com um local de exposição sobre o tradicional cavalo da região e com um grupo de senhoras que planejava reabrir a trilha botânica. A igreja não parecia mais usada pelo culto, mas ter sido reaproveitada para fins culturais. Quando expressei a minha vontade de visitar a parte fortificada da igreja, uma das senhoras acompanhou-me até a porta do campanário, que abriu com uma chave bem pesada e subiu comigo a estreita escadaria

de pedra que levava às seteiras abertas nos espessos muros do campanário. Mostrou uma das seteiras e falou: “Daí atirava-se contra os inimigos”. Inventei de perguntar: “Quais inimigos?”. A resposta veio sem hesitação: “Os alemães!”. Era evidentemente um anacronismo, mas que expressava a força na constituição da nação de identificar inimigos. Vinte cinco ou trinta anos após o fim da Segunda Guerra Mundial antecedida pela Primeira e pela guerra de 1870, para essa cidadã do norte da França, o invasor seria alemão. Hoje em dia penso naquele lugar e pergunto-me “quem é o inimigo” para os habitantes desses vilarejos que deram muitos votos à extrema-direita hostil a imigrantes. Desse norte, não sei se global ou não, surgem ideias agressivas: há dois anos, recebi um doutorando em Geografia português que me pediu uma entrevista sobre desenvolvimento regional. Após a entrevista, perguntou-me: “O que o senhor acha da colonização da França pelos muçulmanos?”. Fiquei estarelecido e respondi que não achava adequado o uso da palavra colonização e expliquei por quê. Afirmou então que estava em curso um complô da plutocracia internacional para substituir a mão de obra europeia por africanos e muçulmanos. Resolvi então encerrar a conversa: “Já que gosta tanto da França, aproveite para visitar o excelente Museu da Imigração em Paris (Porte Dorée); e quanto a Portugal, não se preocupe, estará sempre sobre a proteção de Nossa Senhora de Fátima!”. Relacionei essas ideias com manifestações de racismo que pude verificar em períodos recentes na Europa, mas ignorava que se tratava de um *corpus* já bastante constituído e difundido. Espalhou-se para além do Norte, carregado pelos supremacistas brancos e asseclas. O nacionalismo extremado e a busca de inimigos orientam comportamentos e decisões políticas que sepultam possibilidades de desfrute de lugares de empatias.

5º lugar: Na cinemateca boliviana: los hijos del último jardín

Na minha juventude (em 1969), assisti a um filme do diretor boliviano Jorge Sanjines: *El Sangre del Condor* (Yawar mallku). Na mesma época, cinemas parisienses projetavam os filmes de Glauber Rocha. Expressava para mim um cinema anti-imperialista que valorizava raízes culturais de populações latino-americanas. Jorge Sanjines era muito explícito na denúncia de práticas de esterilização por parte do Peace Corps em ação em comunidade indígena do Altiplano boliviano. Chegando a La Paz, o enre-

do tratava da busca de sangue por parte de um casal indígena numa cidade hostil. Em 2015, assisti na cinemateca boliviana a um filme dirigido em 2004 pelo mesmo Jorge Sanjines. Trata de um grupo de jovens moradores de bairros de encostas de La Paz, que não são miseráveis e onde ocorrem práticas de especulação imobiliária. Alguns desses jovens expressam ideias políticas e outros não tanto. Resolvem assaltar a casa de um senador que guarda caixas de dólares e após o assalto se dividem entre aqueles que querem desfrutar da nova riqueza e outros que querem entregar o dinheiro a uma comunidade Aymara da beira do Lago Titicaca. Reunido o conselho do Ayllu, onde todos se expressam, a comunidade rejeita a oferta por se tratar do resultado de um roubo. Saí do filme achando o enredo um tanto impregnado de um didatismo que relembra algo do realismo socialista: a comunidade indígena virtuosa, a cidade onde reina o senador corrupto e onde navegam jovens em busca de orientações. Também achei um tanto caricatural a possibilidade de um senador guardar na casa dele caixas cheias de dólares. Mudei de ideia, gostaria de rever o filme pelo que diz sobre as relações sociais, culturais e entre gerações no ambiente de práticas políticas radicalmente medíocres.

Experiências técnico-profissionais: relatos de embates técnicos na produção de materiais de divulgação sobre o espaço urbano

Relato a seguir duas experiências de colaboração em trabalhos técnicos sobre espaço urbano. O objetivo desses relatos é demonstrar que o envolvimento em trabalhos dessa natureza é inseparável de posicionamentos que remetem a conflitos mais profundos quanto às intenções subjacentes a esses trabalhos, conflitos que, penso assim, deveriam ser mais explícitos entre profissionais reunidos para realizar trabalhos ditos técnicos: no caso, a produção de dois Atlas: o de *Desenvolvimento Humano no Recife* (2005) e o de *Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social* (2014). Essa parte do texto lança mão de comunicações apresentadas em 2009 no Encontro de Geógrafos da América Latina em Montevideo e, em 2017 no mesmo evento sediado em La Paz.

A produção do Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife

Origina-se de uma iniciativa da equipe brasileira do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Buscou no país parcerias institucionais e técnicas que permitiram numa primeira etapa a produção do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil com a participação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada da Presidência da República (Ipea) e da Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais. Houve duas edições deste Atlas: em 1998 (com base nos dados censitários do IBGE de 1980 e 1991) e em 2003 (com base nos dados censitários do IBGE de 1991 e 2000). A equipe técnica adquiriu *know-how* no tratamento dos dados estatísticos agrupados num banco de variáveis, adaptou o IDH nacional à escala municipal (a menor unidade de informação desses Atlas) e concebeu um *software* que permitia realizar mapas temáticos em diversos recortes espaciais: Estados por Grandes Regiões e no Brasil, Municípios por Microrregiões, Estados, Grandes Regiões e no Brasil. Amplamente divulgada, essa ferramenta passou a subsidiar estudos e decisões. Revelava com precisão as diferenças regionais, evidenciando traços consagrados da diferenciação regional do país, tais como a manutenção de indicadores desfavoráveis no Norte e Nordeste, mas permitindo levar em conta diferenças mais finas internas às regiões e aos estados, em escalas microrregional e municipal.

Considerando o sucesso da iniciativa e tendo consolidado esse *know-how*, o PNUD procurou então parceiros para produzir Atlas intraurbanos. Uma parceria foi estabelecida com a Prefeitura do Recife, que, no âmbito da Secretaria de Planejamento, organizou uma equipe sob a coordenação-geral de Maria das Graças Duarte de Paiva. Contava com técnicos municipais, consultores externos permanentes, consultores externos eventuais, bem como um conjunto de acadêmicos locais encarregados da elaboração dos textos analíticos que foram anexados ao CD-ROM.

Para a equipe local, inserida nesse ambiente institucional, o desafio principal residia no fato de ter que conceber uma ferramenta a partir de pressupostos já dados: uma lista de variáveis organizadas em temas já definidos desde a realização do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, uma estrutura informacional que poderia sofrer adaptações, mas cujo desenho geral deveria seguir o modelo já testado. Ao mesmo tempo, devia pensar como essa ferramenta poderia ser acolhida na sociedade local, considerando as demandas específicas e a natureza do debate acerca do

desenvolvimento da cidade. Assim, não se tratava de uma tarefa exclusivamente técnica, mesmo se o trabalho técnico era considerável, consistindo na organização do banco de variáveis por recortes espaciais do território do município, o que facultou a geração de produtos intermediários disponibilizados às diversas secretarias municipais. Havia outras duas preocupações: como o produto poderia ser mais plenamente útil, considerando a pouca familiaridade da sociedade local de então com a cartografia? Como poderia servir a animar um debate acerca da natureza do desenvolvimento urbano, numa sociedade marcada por uma história política bastante polarizada na qual se destacavam movimentos sociais urbanos enraizados em segmentos pobres e que haviam conquistado desde os anos 1980, por meio de amplas mobilizações, legislações específicas sobre o uso do solo e gestão urbana e que estavam envolvidas em práticas participativas tais como Conselhos e Orçamento Participativo?

A resposta à última questão colocada passava por uma reflexão acerca da concepção do próprio Atlas de Desenvolvimento Humano. Como muitos desses produtos propiciados pelo avanço tecnológico dos últimos vinte anos, o Atlas centra-se na noção de vulnerabilidade que se tornou central na concepção de políticas e intervenções contemporâneas da derrocada, no campo ideológico e político, do Estado de Bem-Estar Social garantidor de políticas universais destinadas ao conjunto dos cidadãos. É fato que, desde a década de noventa, procurou-se substituir essas políticas que, no Brasil, nunca alcançaram o conjunto da sociedade por intervenções específicas, visando grupos humanos em situação de vulnerabilidade ou em risco, ou ainda “excluídos”. Um novo formato de intervenção foi se implantando, apoiado por ONGs especializadas para alcançar essas populações, e, no campo do Urbanismo, essa transformação deu origem a práticas específicas de urbanização de favelas, incentivadas pelas Agências Internacionais, visando a erradicação ou a regulação da pobreza, conquanto outra parte do Urbanismo se dedicou a grandes projetos de renovação de espaços urbanos de interesse empresarial na perspectiva da concorrência interurbana e do City Marketing. Como em outras cidades da América Latina, Recife apresenta ambas essas vertentes do Planejamento Urbano.

Para a equipe local, estava claro que a estrutura do banco de dados levaria a identificar vulnerabilidade e pobreza, sendo esses temas explícitos na própria distribuição temática das variáveis. Tal resultado seria redundante, com informações já organizadas pela Prefeitura, já que Recife dispunha de

cadastros de “áreas pobres” realizados em 1978, 1988 e 1998, e não traria, portanto, grandes inovações. Decidiu-se então por uma inflexão possível: em vez da pobreza e da vulnerabilidade, deu-se ênfase à desigualdade como categoria central para pensar esse socioespaço, entendendo-se que residiriam nas relações desiguais, mais do que na pobreza propriamente dita, os bloqueios ao desenvolvimento da cidade. Essa opção política ou conceitual foi implementada por meio de um processo técnico de divisão do território da cidade em 62 “Unidades de Desenvolvimento Humano - UDH” com o objetivo de retratar com a maior precisão possível as desigualdades socioterritoriais. A introdução dessa nova divisão era necessária, pois bairros e regiões instituídos apresentam graus elevados de heterogeneidade social, levando a que as médias não correspondessem a situações vividas. A possibilidade de optar por diversos tipos de recortes espaciais constitui uma originalidade do Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife e visou atender à diversidade dos usuários. Alguns com preocupações mais institucionais podem escolher divisões de natureza institucional; outros mais interessados na interpretação mais livre das desigualdades socioterritoriais podem fazer uso das Unidades de Desenvolvimento Humano. Em ambos os casos, evidencia-se que o processo de recorte do espaço não é um ponto de partida neutro, mas resulta de intenções explícitas. Assim, o Atlas conseguiu revelar a estreita correlação entre áreas de crescimento econômico e maiores desigualdades sociais e evidenciou a incapacidade da sociedade local em usar os benefícios do crescimento em prol da construção de perspectivas menos caricaturalmente desiguais.

A ferramenta produzida teve uma boa acolhida por parte da imprensa local. Os jornalistas encontraram nos recursos imagéticos, cartográficos, textuais e nas planilhas fontes de matérias no momento do lançamento do Atlas em cadernos especiais. O esforço para que a compreensão da cidade ultrapassasse a problemática da pobreza e da vulnerabilidade e focalizasse a desigualdade foi entendido pela imprensa local, que, em matérias produzidas na época do lançamento do Atlas, ressaltou o quão Recife era desigual.⁵ Os jornalistas, sob a manchete “Recife, uma cidade desigual”, escolheram o seguinte subtítulo: “A paisagem do Recife reflete a profunda

⁵ Especialmente o caderno produzido pelo *Diário de Pernambuco* a partir de 11 de dezembro de 2005.

desigualdade social e econômica entre seus habitantes. Moradores de Boa Viagem, com padrão de vida igual ao da Noruega, convivem com habitantes do Coque, onde as condições de sobrevivência são semelhantes às da África. O Atlas de Desenvolvimento Humano expõe por que os poucos que possuem tanto procuram se isolar da multidão que sobrevive com tão pouco” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2005). No dia seguinte, o caderno especial do mesmo jornal adotava a manchete “As veias abertas do Recife” e o subtítulo “Capital pernambucana, de acordo com estudo patrocinado pela ONU, é uma cidade de cruel distribuição de renda e um crescente abismo social entre a população mais rica e a mais pobre”. Essas matérias remetiam não somente a indicadores tecnicamente produzidos, mas também a comportamentos de autossegregação por parte dos mais ricos e a um estilo geral de desenvolvimento urbano gerador do abismo social, no qual se afundava o conjunto da sociedade. Assim, foi possível, em diversos fóruns, iniciar um debate acerca de projetos urbanos que poderiam ampliar ainda mais esse fosso em áreas centrais da cidade. Pode-se dizer que durante um período houve um certo incômodo, mas o tempo se encarregou de restabelecer a rotineira indiferença e os projetos empresariais foram se implantando independentemente das orientações políticas dos governos municipais e seguindo o calendário das instáveis conjunturas econômicas.

A produção do Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social

Em 2014, resultante de uma iniciativa da prefeitura da cidade, foi produzido um instrumento de representação das áreas autoconstruídas do Recife: o Atlas das infraestruturas públicas em comunidades de interesse social. No decorrer da feitura desse produto técnico, sucedendo a anteriores, tratando das mesmas áreas que constituem uma considerável parcela do espaço construído da cidade (cerca de 35%) e o *habitat* de mais da metade da população, surgiram evidências de diferenças de concepções e abordagens entre segmentos técnico-profissionais envolvidos no trabalho. Essas diferenças que, embora não tenham impedido a realização do Atlas, o levaram a uma difusão muito restrita por não corresponder ao que se esperava, ocorreram entre engenheiros portadores de uma cultura profissional

pragmática, visando a intervenções físicas, e cientistas sociais (urbanistas e geógrafo), entre os quais o autor desse texto, encarregados de produzir os textos interpretativos acompanhando os mapas produzidos. Esses cientistas foram chamados a participar do trabalho por terem sido envolvidos desde os anos oitenta do século passado em interações com os movimentos sociais, agentes de transformações no modo de planejar e intervir por meio da ação pública nessas áreas. Nessa trajetória, desenvolveram numerosos trabalhos sobre essas áreas.⁶ O registro dessas diferenças contribui à compreensão das dificuldades do urbanismo em cidades latino-americanas em responder ao desafio posto pela extensão e permanência de extensas áreas autoconstruídas que, no entanto, continuam a ser tratadas caso a caso, como se fossem áreas excepcionais.

A decisão de realizar um novo cadastro das áreas autoconstruídas foi tomada num novo contexto decorrente de uma conjuntura de aquecimento econômico posterior ao último levantamento ocorrido em 1998. Desde aquele ano, as famílias moradoras tiveram condições para melhorar, equipar e ampliar seus domicílios à medida que surgiam oportunidades de geração de renda, por meio de implantação de pequenos empreendimentos de comércio e serviço, de relações no mercado informal imobiliário de compra, venda e aluguel e, também, por inserção no mercado de trabalho formal. Assim, essas áreas construídas ampliaram-se e adensaram-se, ficando cada vez mais evidente o contraste entre essas dinâmicas privadas e a carência das redes públicas de infraestruturas, cujo conhecimento detalhado nessas áreas se tornava mais necessário. Essas redes sempre foram implantadas após a edificação das casas e em condições tecnicamente difíceis, já que, quando vieram, o foram depois da construção das casas num espaço edificado já configurado, não raro com arruamentos irregulares, dificultando o acesso aos domicílios, situação de drenagem e manejo das águas pluviais comprometida, retardando a superação das carências acumuladas nos sistemas de abastecimento d'água, de esgotamento sanitário, de coleta de resíduos sólidos, de iluminação pública e de sistemas de mobilidade. Assim, o Atlas de 2014 não tratou da pobreza nem das condições

⁶ Os cientistas sociais, arquitetas-urbanistas e geógrafo, que redigiram os textos foram: Maria Ângela de Almeida Souza, Livia Izabel Bezerra de Miranda e Jan Bitoun, cujos currículos podem ser consultados respectivamente em: <http://lattes.cnpq.br/8276915082480930>, <http://lattes.cnpq.br/2698541099194056> e <http://lattes.cnpq.br/7271815447542540>.

das casas, mas visou diagnosticar a situação das redes de infraestruturas públicas sob a responsabilidade do estado. Tal diagnóstico era também demandado na perspectiva de vultosos investimentos em saneamento, especialmente em esgotamento sanitário, resultantes do acordo de parceria entre a empresa pública de saneamento e a Odebrecht Ambiental, para, em duas décadas, dotar a aglomeração do Recife de sistemas de esgotamento que pudessem reduzir decisivamente o déficit dessas infraestruturas. Para que essas intervenções de engenharia ocorressem em diversas bacias de esgotamento, deveriam necessariamente abranger áreas autoconstruídas nelas situadas e para isso encontrar soluções adaptadas a esses tecidos urbanos.⁷ Elaborar um novo cadastro/diagnóstico das áreas autoconstruídas sob forma de Atlas objetivava dar visibilidade a uma problemática urbana que, mesmo permanente e extensa, parecia ter saído das pautas prioritárias do planejamento urbano. Este, cada vez mais orientado por grandes projetos privados localizados, remetia a questão da habitação popular ao programa nacional Minha Casa Minha Vida, de construção de conjuntos habitacionais em periferias. A consolidação e a melhoria urbanística das áreas autoconstruídas pareciam um modo de intervir próprio das últimas décadas do século passado, o que pode explicar a ausência de levantamentos sistemáticos por parte do poder público desde 1998.

No decorrer do trabalho puderam ser observadas diferenças de concepções relativas à relação entre o instrumento em elaboração e seu uso para fins de planejamento urbano. Destacamos a seguir as principais diferenças.

Para os engenheiros, tratava-se de mapear e levantar “áreas críticas”, denominação vinculada às dificuldades que encontra esse corpo técnico em inserir suas intervenções em tecidos urbanos autoconstruídos, conforme foi visto anteriormente. Essa denominação foi substituída pelos redatores do texto, que preferiram adotar “comunidades de interesse social”, de modo a vincular o Atlas à trajetória dos cadastros sucessivos que objetivaram dimensionar e caracterizar o universo dessas áreas visando não mais à erradicação, mas à urbanização desses espaços autoconstruídos, reconhecendo a permanência e a dinâmica destes na cidade do Recife. Ponto

⁷A conjuntura apresentada mudou radicalmente, gerando muito incerteza quanto aos vultosos investimentos prometidos ligados à parceria público-privada entre a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) e a Odebrecht Ambiental, substituída pela BRK, que já oficialmente não deverá intervir em áreas autoconstruídas.

alto nessa trajetória foi o reconhecimento na década de 1980 de muitas dessas áreas como de Interesse Social no zoneamento da cidade (Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS). Novas práticas de planejamento, gestão e intervenção visando à regularização fundiária e urbanística exigiram novos conhecimentos técnicos e sociais, numa interação entre as comunidades organizadas no decorrer da luta contra as práticas de erradicação e o poder público. No âmbito dessa prática de interação política, o termo “comunidade” foi ativado para além do seu sentido antropológico ou sociológico, bem como foi adotado pela mídia para efeito de denúncias da precariedade da qualidade das infraestruturas públicas. Adotando para estas áreas a denominação de Comunidades de Interesse Social, o Atlas inscreve-se nessa trajetória.

Outra diferença de concepção apareceu no capítulo tratando da situação dessas áreas no território do Recife. Para os engenheiros, esse capítulo não era central e poderia se limitar a mostrar a correspondência entre baixa renda e áreas autoconstruídas. Para o redator do capítulo, essa abordagem contribuiria a fortalecer a naturalização da relação entre pobreza e baixa condição de infraestruturas, quando era precisamente necessário demonstrar que a carência de infraestruturas decorria de um processo político de prolongada negligência por parte do estado negando a moradores da cidade direitos ao acesso a redes públicas. Para esse fim, o capítulo lançou mão de três dimensões ou perspectivas para situar no espaço geográfico da cidade o amplo universo das comunidades de interesse social: i) Perspectiva físico-natural – as Unidades de Paisagem –, remetendo à importância da dimensão ambiental, que precisa ser mais integrada na concepção e nas práticas de planejamento urbano, de modo a promover a qualidade da urbanização visando uma cidade mais segura, mais saudável e mais agradável; ii) Perspectiva econômica – as Centralidades –, remetendo às sucessivas concentrações de oportunidades econômicas no decorrer da história da cidade e observando que essas centralidades foram sempre destacadas na concepção e nas práticas de planejamento urbano, que nessas áreas concentrou suas intervenções mais significativas; iii) Perspectiva de acessibilidade física – a Distribuição da Rede Viária –, remetendo a uma estrutura física em rede de vias principais que orientam o crescimento e adensamento da cidade e condicionam o sistema de mobilidade, cuja transformação é um dos desafios contemporâneos mais destacados na concepção e práticas do planejamento urbano. Considerando cada uma dessas três perspectivas, as Comunidades

de interesse Social no território do município não estão limitadas a uma localização específica, mas se situam como demais espaços construídos em posições diversas em relação às Unidades de Paisagem, às Centralidades e à Distribuição da Rede Viária. Essa constatação permitiu então rechaçar generalizações abusivas, segundo as quais: i) as Comunidades de Interesse Social se confundiriam pelas suas localizações com áreas de riscos ambientais, quando, na grande maioria das vezes, é o próprio déficit de infraestruturas públicas, e não a localização, que gerou riscos para os moradores; ii) as Comunidades de Interesse Social corresponderiam a periferias desintegradas do sistema de centralidades e desvinculadas da dinâmica econômica da cidade; iii) as Comunidades de Interesse Social necessariamente estariam isoladas e afastadas da rede viária principal.

O Planejamento Urbano, na sua concepção e nas suas práticas, tem nas Comunidades de Interesse Social tipologias de espaços construídos, com suas deficiências acentuadas de infraestruturas resultando de processos de autoconstrução e de atraso da intervenção pública, situadas em todos os cantos da cidade em diversas posições – ambiental, econômica e de acessibilidade física pela rede viária. Essa diversidade de posição deve ser considerada nas diretrizes urbanísticas de intervenções, como seria para quaisquer outras tipologias construtivas existentes na cidade se o que se pretende é promover um urbanismo de melhor qualidade nas três perspectivas: físico-natural, econômica e de acessibilidade física pela rede viária.

Uma terceira diferença apareceu no uso do amplo aparelho estatístico constituído a partir dos levantamentos em campo da situação das infraestruturas. Os engenheiros propuseram uma modelagem matemática baseada no conceito da análise de multicritérios, relacionando e ponderando variáveis com o objetivo de gerar um quadro sintético para avaliação e apoio na tomada de decisão. Inicialmente, a intenção era estabelecer uma classificação das 545 comunidades de interesse social segundo graus de precariedade. Após muitas discussões, os redatores do texto propuseram que essa ferramenta estatística deveria ser mais complexa e contemplar também fatores facilitadores de intervenção, entre os quais o principal era a inclusão da área em Zona Especial de Interesse Social, resgatando a importância desse instrumento institucional para o planejamento das intervenções. Desse modo, cada comunidade seria, em síntese, descrita pela combinação entre um índice de precariedade e um índice de facilidade para intervenção.

Introduziu-se também uma dimensão histórica, que não havia sido considerada inicialmente na proposta da matriz multicritérios. Desse modo, foram comparadas situações de Precariedade das Infraestruturas/Facilidades para Intervenção entre comunidades antigas, relativamente estabilizadas e frequentemente já dotadas de infraestruturas resultantes de intervenções passadas. As comunidades mais recentes foram comparadas entre si, considerando que haviam se constituído em período de arrefecimento da política de urbanização de áreas autoconstruídas já no século XXI. Tentou-se assim estabelecer, mais que uma classificação simples, uma tipologia para que o planejamento urbano dispusesse de um instrumento inicial de caráter sistemático e pudesse ultrapassar uma tradição de intervenções caso a caso frequentemente ligadas ao clientelismo político ou a interesses imobiliários localizados. Para isso, precisa reconhecer que as áreas autoconstruídas não são excepcionalidades, mas um modo histórico de constituição da cidade e, portanto, um problema urbanístico central. Os embates ocorridos durante a elaboração do Atlas, para que essa ferramenta não fosse superficial e não se resumisse a reiterar que os pobres moram mal porque são pobres, revelam que o entendimento desse problema urbanístico central se tornou cada vez mais estranho aos corpos técnicos encarregados do planejamento urbano. Ficou evidente a pertinência da afirmação de Milton Santos, em 1991, que consta do texto “Flexibilidade Tropical”, publicado na revista *Arquitetura e Urbanismo* (São Paulo: PINI, n. 38, p. 45, 1991):

A dedicação quase exclusiva ao subsistema hegemônico da economia urbana (urbana e internacional) descolado da totalidade aparece como dedicação quase exclusiva às tarefas do planejamento empresarial e à redação de um manual de investimentos e não propriamente propõe um planejamento urbano e regional.

Urbanização, “ecologia” e projetos de sociedade

Distopias ecofascistas, utopias social-ecológicas e heterotopias de resistência ecossocial

Marcelo Lopes de Souza

Introdução: projetos de sociedade e o problema “autonomia *versus* heteronomia”

Soa talvez quase irônico propor uma rediscussão dos “projetos de sociedade” justamente em uma quadra da história em que as sociedades, seja no Brasil ou na maioria dos demais países, parecem tão carentes de projetos. A ironia é ainda maior quando constatamos que a *palavra* “projeto”, na verdade, não está ausente dos discursos dos mais diferentes agentes sociais, a começar pela *intelligentsia* acadêmica e seu entorno. No entanto, os “projetos” dos quais falamos com tanta frequência são projetos de pesquisa submetidos a agências de fomento como o CNPq, ou então os projetos das ONGs para captação de recursos, e assim sucessivamente. Os *projetos de sociedade* passaram a ser um tema bastante negligenciado – talvez porque muitas pessoas, assaltadas por uma crônica sensação de desalento, passaram a apostar cada vez menos em um futuro que não seja uma mera repetição do presente. Atualmente, se alguma força política ainda defende com veemência e autoconfiança (quando não com fanatismo) um “projeto de sociedade”, essa força é a extrema direita, no Brasil e pelo mundo afora.

Apesar disso, é exatamente quando menos vemos um verdadeiro debate coletivo sobre os futuros desejáveis e talvez possíveis que ele, no fundo, se mostra mais essencial e urgente. Neste artigo, três são os conceitos ao redor dos quais girará a aproximação ao debate sobre projetos de sociedade: *utopia*, *distopia* (ou antiutopia) e *heterotopia*. Os dois primeiros são antípodas um do outro, e desde já devemos sublinhar o fato de que “utopia”, desde que Thomas Moore (ou Morus) cunhou o

neologismo, vem sendo objeto de diferentes e contrastantes apropriações e interpretações. Quanto à ideia de “heterotopia”, esse termo, que ficou muito associado ao nome de Michel Foucault (muito embora Henri Lefebvre também o tenha utilizado), estabelece com “utopia” um interessante contraponto, igualmente sujeito a controvérsias. Voltaremos a esses conceitos ao longo do texto.

O título do artigo traz, além da expressão “projetos de sociedade”, duas outras palavras-chave: *urbanização* e *ecologia*. Juntas, elas definem o recorte escolhido para navegarmos em meio ao vasto oceano de possibilidades oferecidas pela temática dos projetos de sociedade. Mais concretamente, interessa, aqui, analisar como a relação entre o processo de urbanização, síntese de complexas transformações sócio-espaciais,¹ e a questão dos projetos de sociedade tem sido, historicamente, interpretada e valorada por agentes sociais politicamente engajados e comprometidos com ou influenciados por preocupações “ecológicas”.

Ora, a esta altura cabe, sem dúvida, uma explicação sobre as aspas do título, aplicadas ao substantivo “ecologia”. Cunhado pelo médico e zoólogo alemão Ernst Haeckel em meados do século XIX, o vocábulo “ecologia” surgiu, inicialmente, em um âmbito de aplicação científica, no interior da pesquisa biológica. A partir do século XX, e notadamente desde os anos 1960, “ecologia” (e o adjetivo “ecológico”) extravasou definitivamente os limites da pesquisa em Biologia para ser apropriado por uma pletera de ativistas e ativismos. As cargas ideológicas e os sonhos e intenções desses ativistas, para além do vago e movediço terreno comum constituído por uma preocupação com a “proteção ambiental”, têm sido, no entanto, os mais variados, e não raro se opõem frontalmente uns aos outros. Não há e nem poderia haver, portanto, um ativismo ou um movimento ecológico homogêneo. O que há e sempre houve é uma miríade de discursos e narrativas, em parte muito diferentes e às vezes totalmente incompatíveis entre

¹ Como em textos anteriores, insisto, aqui, sobre a conveniência de guardarmos uma distinção terminológica entre “socioespacial” e “sócio-espacial”, abonando, por razões conceituais, ambas as grafias. Sempre que a intenção for fazer referência *ao espaço e às relações sociais em conjunto*, na sua integralidade de realidade social total (mas, ao mesmo tempo, mantendo alguma distinção entre espaço e relações sociais), deveríamos utilizar a forma *sócio-espacial*, com hífen; quando, por outro lado, a intenção for meramente a de fazer menção *ao espaço e à organização espacial enquanto produtos sociais*, deveríamos, aí sim, adotar a forma *socioespacial*, sem hífen.

si. O tema da urbanização e seus efeitos é uma das vitrines mais interessantes, com cuja ajuda podemos examinar essa heterogeneidade.

Por fim, cabe salientar que por trás da presente discussão sobre projetos de sociedade, e mais especificamente sobre utopias, distopias e heterotopias, se encontra um parâmetro crucial: *autonomia* (e, por extensão, o seu contrário, a *heteronomia*). Muito embora filósofos ilustres, de Immanuel Kant a Cornelius Castoriadis, tenham examinado e aplicado sistematicamente esse conceito (de maneiras muito distintas, diga-se passagem), “autonomia” não é uma palavra tão corriqueira no discurso político(-filosófico) quanto, por exemplo, *liberdade* e *justiça*. Neste artigo, porém, a *autonomia*, entendida em seu sentido castoriadiano, em uma primeira aproximação, como a capacidade de autodeterminação e autogoverno (nos marcos da interdependência visceral entre autonomia individual e coletiva), é um dos conceitos centrais, porque sintetiza, de alguma forma, os atributos contidos em conceitos como liberdade e justiça (ver, sobre a abordagem castoriadiana da autonomia, p.ex., CASTORIADIS, 1975, 1983, 1990, 1996, 1999).

Não pode haver liberdade e nem mesmo justiça quando o indivíduo e o grupo social são estruturalmente dominados de cima para baixo ou de fora para dentro. Essa dominação, que evidentemente pressupõe instâncias político-institucionais de exercício explícito do poder, também requer, nitidamente, aquilo que Castoriadis denominou “infrapoder”, que é a modelagem de corações e mentes pelo *imaginário*, pela cultura subjacente a uma sociedade (CASTORIADIS, 1975). Isso torna a autonomia e a heteronomia fenômenos extremamente complexos, irreduzíveis ao “poder explícito”, embora veiculadas através dele. Além do mais, fica patente que não se trata meramente da autonomia do indivíduo racional, em sentido kantiano – referente à capacidade e à coragem de se perceber e assumir como uma pessoa capaz de pensar com a própria cabeça, atuando como um agente moral responsável e assumindo plenamente as consequências de seus atos –, uma vez que a autonomia moral individual (a disposição em obedecer ao “imperativo categórico” ou qualquer outro princípio ético normativo) não é independente dos constrangimentos e condicionamentos externos ao indivíduo, tanto aqueles concernentes ao “poder explícito” quanto aqueles que dizem respeito às sutilezas do insidioso “infrapoder”.

No restante deste artigo examinaremos a relação estabelecida por diferentes observadores e forças políticas entre urbanização, “ecologia” e projetos de sociedade, considerando as premissas e implicações dessa

relação no tocante aos parâmetros aqui empregados: autonomia e heteronomia. O uso repetido da expressão “para além do(a)”, nos títulos das três seções que compõem o trabalho, sugere que serão privilegiados agentes sociais e autores que não são os mais usualmente tratados. Com efeito, em matéria de *distopia*, o mais comum, a partir de perspectivas marxistas e libertárias, tem sido focalizar as distorções e os perigos que o capitalismo carrega em seu bojo, notadamente em sua encarnação neoliberal; não obstante, sem abordarmos o caso-limite do ecofascismo, seguramente não poderemos explorar os desdobramentos mais funestos e heterônomos dos conteúdos ideológicos que o capitalismo traz. Similarmente, se nos ativermos somente àquilo com que topamos em uma primeira inspeção no que tange a *utopias*, ficaremos provavelmente reféns da falsa oposição entre fascinação pouco crítica em relação às cidades (“urbanofilia”) e aversão ingênua e retrógrada a elas (“urbanofobia”). Por fim, as críticas que o campo crítico mais radical com toda a razão endereça às tinturas ideológicas “verdes” com que o sistema busca mascarar os problemas de fundo da sociedade contemporânea não nos deveria impedir de perceber e valorizar as *heterotopias* de “resistência ecossocial” que constituem baluartes imprescindíveis na luta contra as injustiças ambientais, além de darem bons exemplos de organização popular, algumas vezes até mesmo autogestionária e horizontal.

Sem seguir uma ordem cronológica quanto aos momentos históricos que servem de contexto às discussões, começaremos, na *seção 1*, pela distopia representada, a nosso ver, pelo ecofascismo e suas leituras da urbanização, cujas raízes são, de todo modo, antigas. Em seguida, na *seção 2*, analisaremos a maneira como alguns projetos utópicos incorporaram não apenas preocupações “ecológicas”, mas, ainda por cima, determinadas leituras do processo de urbanização. Na *seção 3*, finalmente, trataremos, ainda que brevemente, do escorregadio conceito de “heterotopia” e sua aplicação aos casos de “resistência ecossocial” (conceito que será, então, devidamente esclarecido). A *Conclusão* trará, como arremate, algumas provocações, feitas sob medida para a nossa reflexão em termos de alarmismo climático-ambiental, mas também de negacionismo climático e similares: para onde parecemos estar caminhando? Para onde poderemos, ainda, caminhar? Que margens de manobra parecem restar, e para quê? É lógico que essas perguntas não serão feitas para serem respondidas aqui. Sem embargo, não são meras perguntas retóricas, dado que as respostas, longe de ób-

vias, são seguramente múltiplas e envoltas em polêmicas, desinformação, paixões e subjetividade. Com essas indagações, o que se espera é ajudar a jogar luz, retrospectivamente, sobre a utilidade de se gastar tempo com uma discussão acerca de projetos de sociedade em uma sociedade saturada de “projetos”, mas ao mesmo tempo tão carente de debates aprofundados sobre rumos, alternativas e seus riscos ou promessas.

As distopias capitalistas para além do liberalismo: o espectro do ecofascismo

Se entendermos “distopia” como designando um “lugar abominável”, isto é, um lugar fictício (mas não impossível de se concretizar) que abriga e onde se reproduzem relações sociais abomináveis, pois opressoras e injustas, uma suspeita se torna, para muitos de nós, incontornável: não é necessário ir muito longe para imaginar que o próprio capitalismo e seu modo “normal” de regulação econômica e política, sob o liberalismo, carregam os embriões de situações altamente distópicas. Na realidade, especialmente sob o signo do neoliberalismo, a degradação do trabalho e dos laços sociais, caminhando *pari passu* com a degradação ambiental, isto é, das condições sociais e ecológicas de sobrevivência e reprodução material, já vem engendrando quadros cada vez mais próximos do que a imaginação poderia conceber em matéria de distopia. Se ainda restam controvérsias a propósito da velocidade e da magnitude dos cenários sombrios a respeito dos efeitos do aquecimento global e outros processos de deterioração ambiental, a existência de graves ameaças (cada vez mais atuais e já se concretizando paulatinamente), *em si*, dificilmente poderia ser negada.

O interessante é que, em meio a um “estado de exceção” que se torna regra (AGAMBEN, 2004), não percebemos, muitas vezes, que não tem sido necessária uma ruptura explícita de paradigma político-institucional (“democracia” representativa) para que aumentem a olhos vistos os níveis de heteronomia e esgarçamento do próprio tecido social. De toda maneira, os “fascismos societais” (nas palavras de Boaventura de Sousa Santos) ou “larvares” (como prefere João Bernardo) que vemos multiplicar-se no cotidiano (germinados em grande parte em espaços como *gated communities* e *shopping centers*) e disseminar-se com a ajuda das redes sociais são, ainda, espelhos incompletos e amesquinçados dos modelos propriamente

fascistas herdados da primeira metade do século XX, e que o neofascismo contemporâneo tem buscado retomar e emular.

O fascismo clássico e o nazismo, muito especialmente, mantiveram com o tema dos vínculos entre urbanização e “ecologia” uma relação curiosa e em parte muito contraditória, e que poderíamos resumir com uma palavra: “urbanofobia” (vide SOUZA, 1994; SOUZA, 2006, p. 118 *et seq.*). Os ideólogos nazistas se achavam, quase todos, profundamente imbuídos de valores “ecológicos”: proteção ambiental, vegetarianismo e antipatia para com o sofrimento de animais. Ao mesmo tempo, eles geralmente eram, também, extremamente antipáticos às cidades, em especial às grandes cidades, e àquilo que elas pareciam representar: “podridão moral”, “corrupção de costumes”... Movimento operário, comunismo, socialismo... As duas antipatias se cruzaram de maneira cristalina em vários momentos, e a *Zeitschrift für Geopolitik* (= *Revista de Geopolítica*) foi talvez o principal veículo de divulgação de ideias “urbanofóbicas” na década de 1930.²

Evidentemente, uma aversão pronunciada às cidades e ao que elas continham e representavam do ponto de vista econômico, como a concentração de indústrias e do potencial de inovação científica e tecnológica, era incompatível, no longo prazo, com um regime belicista e que buscava reerguer economicamente a Alemanha. Claro está que algum tipo de acomodação haveria de ser buscada entre uma ideologia que venerava o camponês “independente” e a vida no campo, “próxima da natureza”, e as necessidades de incrementar a industrialização e a pesquisa científica e tecnológica, inclusive por razões militares. Na prática, a “urbanofobia” foi sendo abandonada ou enfraquecida; o que efetivamente restou, no final dos anos 1930, foram os esforços de “proteção ambiental” e os valores ligados a uma suposta vida saudável, “próxima da natureza” – sem contar certos detalhes interessantes, como o vegetarianismo ao qual aderiram vários próceres do Terceiro Reich, entre os quais o próprio Hitler, e outras preocupações com o bem-estar dos animais, como a proibição de vivissecção.

A derrota da Alemanha e, conseqüentemente, do nazismo clássico, não correspondeu a um fim do espírito corporificado por ele entre o início dos anos 1920 e meados dos anos 1940. Atualmente, e já há décadas, gru-

² Entre outros trabalhos lá publicados, os seguintes poderiam ser citados como emblemáticos: BURGDÖRFER, 1933; HAUSHOFER, 1933; HELLPACH, 1936.

pos e “intelectuais” neonazistas, na Alemanha e em muitos países, vêm retomando e atualizando teses nazistas para formar um caldo de cultura adaptado aos tempos atuais: o culto ao *Wald* (= floresta) e à “natureza” permanece como uma chama permanentemente acesa, mas, em um mundo globalizado e altamente urbanizado, o caráter defensivo da ideologia ultra-heterônoma nazista se mostra acentuado: a perseguição aos migrantes, associados a uma “frouxidão” do liberalismo e às grandes cidades, reforça a coesão em torno de valores como a defesa intransigente do *Volk* (= povo), que em sua expressão mais pura e não corrompida vive, de preferência, não em uma metrópole como Berlim (aliás, símbolo, ainda hoje, de “putrefação moral” e “estrangeirização”), mas, sim, em uma aldeia ou pequena cidade, perto do “campo” e da “natureza”.³

Com isso, estamos diante daquilo que Michel Bosquet (pseudônimo do austríaco André Gorz) chamou, já nos anos 1970, de “ecofascismo” (*éco-fascisme*: BOSQUET, 1978), expressão posteriormente empregada por Murray Bookchin e vários outros autores. Note-se que a expressão “ecofascismo” tanto pode designar, em uma versão “plena”, uma antiutopia, isto é, uma visão de um futuro distópico, com uma ditadura ou um regime totalitário atuando como guardião da “proteção ambiental”, quanto, em uma versão “embrionária” ou “fragmentada”, os valores e as práticas atuais dos indivíduos e organizações cujo horizonte tácito ou assumido é, precisamente, um tal regime – ou que, mesmo que de maneira embrionária e irrefletida, exibem e encorajam comportamentos que reforçam um caldo de cultura ecofascista.

Que ninguém cometa o equívoco de imaginar que valores ecofascistas se acham presentes apenas em países capitalistas centrais, como a própria Alemanha ou, para citar outro notório exemplo, os Estados Unidos. Por mais que no Brasil, por exemplo, não disponhamos de organizações e iniciativas tão expressivas e socialmente tão visíveis quanto aquelas representativas do ecofascismo alemão ou estadunidense contemporâneos, isso não significa que práticas e sentimentos similares, bastante disseminados no tecido social da classe média das grandes cidades, não se façam presentes. Para qualquer espírito socialmente crítico, sabedor não só da gravidade dos problemas sociais de um país como o Brasil, mas consciente de que

³ Sobre o caso alemão, consulte-se, p.ex., Heinrich Böll Stiftung (2012).

eles não são meros produtos históricos de corrupção e “roubalheira” (para não falar na “incapacidade cultural” tantas vezes invocada pelo senso comum, que costuma atribuí-la a uma certa “infeliz mistura de raças”), é tão instrutivo quanto chocante esquadrinhar a página de Facebook de um biólogo e militante como Mario Moscatelli, há muitos anos um paladino da “proteção ambiental” no Rio de Janeiro. Não somente porque as opiniões dele, via de regra, espelham bem o caldo de cultura de muita sensibilidade ecológica e pouca sensibilidade social que caracteriza o ecofascismo larvar ou já bem manifesto da nossa classe média, mas porque é possível “apreciar” também as manifestações de incontáveis seguidores, cuja demofobia é amiúde desabrida e nada camuflada, frequentemente superando em muito o estilo mais contido ou mais dissimulado do próprio Moscatelli. Esta é apenas uma das muitas ilustrações possíveis, à qual acabei sendo atraído em decorrência da visibilidade pública do referido biólogo, cujas estridentes denúncias (comumente, de maneira ao menos implícita, contra as favelas cariocas, notadamente as da Barra da Tijuca e da Zona Sul) têm sido uma presença constante na grande mídia há muitos anos.

O ecofascismo até pode voltar as suas baterias, genericamente, contra a “sociedade industrial”, o “homem moderno” e o “consumismo”, da mesma forma como o fascismo clássico tantas vezes lançou invectivas vagas contra os “plutocratas” (se bem que, na Alemanha nazista, os “maus ricos” fossem identificados, basicamente, com os judeus). Assim como no fascismo clássico, cujos inimigos figadais eram, na verdade, a esquerda e a classe trabalhadora criticamente politizada (marxista-leninista ou anarquista), o ecofascismo contemporâneo também termina por cultivar um discurso embalado por uma visão de mundo que é, porém, acima de tudo, demofóbica. Em países como a Alemanha e os Estados Unidos, o ecofascismo dispara ódio contra povos distantes ou minorias étnicas no próprio país (a exemplo do incorrigível Dave Foreman, cofundador da organização *Earth First!*, que há décadas vem fazendo observações de cunho racista sobre a África, sobre imigrantes etc.⁴). Em um país como o Brasil, o eco-

⁴ Depois de buscar, na virada da década de 1980 para a de 1990, no contexto de um famoso debate com Murray Bookchin (BOOKCHIN *et al.*, 1991), transmitir uma imagem de maior moderação, distante da xenofobia e do racismo nus e crus que havia manifestado em ocasiões anteriores, aceitando até participar de um diálogo com o neoanarquista Bookchin, Foreman deixou *Earth First!* alegando que a organização estava sendo infesta-

fascismo direciona sua aversão, seus preconceitos e o seu ódio preferencialmente (muito embora não exclusivamente) contra os pobres em geral, em uma perturbadora demonstração de falta de empatia para com grupos e pessoas que representam a maioria da população, e justamente a sua parcela econômica e ambientalmente mais vulnerável.

As utopias social-ecológicas para além da “urbanofobia”: de Élisée Reclus a Murray Bookchin e os “ecomarxistas”

É desconcertante que uma parcela não desprezível do pensamento anarquista clássico tenha compartilhado com o seu antípoda, o fascismo, uma idealização do camponês e uma excessiva antipatia para com as grandes cidades (SOUZA, 2006, p. 117 *et seq.*; ver ainda SOUZA, 2017). O fato é embaraçoso, mas inegável. Contudo, inegável é, também, que sempre houve pensadores libertários que souberam, ao mesmo tempo, valorizar preocupações ambientais e evitar qualquer “urbanofobia” simplista (sem, por isso, abraçar o extremo oposto, a “urbanofilia” acrítica, tão ao gosto do pensamento capitalista típico, usualmente disposto a correlacionar, forçadamente, urbanização com “desenvolvimento” e “bem-estar”).

Um primeiro exemplo de tratamento equilibrado e realista foi o do geógrafo anarquista Élisée Reclus. Já no artigo intitulado “The evolution of cities” (RECLUS, 1895), Reclus havia exposto uma análise que, embora transbordante de senso crítico em relação às misérias da cidade capitalista – apropriadamente salientando que “a cidade reflete o espírito da sociedade que a cria” (RECLUS, 1895, p. 263) –, reconhecia, sensatamente e sem qualquer “urbanofobia” exagerada e retrógrada, que “o coração da cidade é patrimônio de todos” (RECLUS, 1895, p. 264). Esse tom é mantido em sua obra-prima, postumamente publicada, *L’Homme et la Terre*, na qual ele observa, em dado momento:

da por marxistas e anarquistas que a afastavam gradualmente de seus propósitos originais. Em seu livro de 2011, republicado em 2015 (em parceria com Laura Carroll), *Man Swarm* (FOREMAN, 2015), Dave Foreman volta ao estilo original, ao atacar e culpar imigrantes e, em última análise, os pobres do planeta e a “explosão demográfica” pelos males ecológicos da contemporaneidade.

Essas cidades que se vê crescer a cada dia, quase a cada hora, projetando como polvos seus longos tentáculos sobre os campos, seriam de fato monstros, vampiros gigantesco, sugando a vida dos homens. Mas qualquer fenômeno é complexo. Se os piores, os depravados e os decadentes vão se queimar e apodrecer mais rapidamente em um meio furioso de prazer ou já decadente, os melhores, aqueles que querem aprender e buscar oportunidade para pensar, se aprimorar e crescer como escritores, artistas, mesmo apóstolos de alguma verdade, aqueles que se dirigem devotamente aos museus, às escolas, às bibliotecas, e reavivam seu ideal no contato com outros homens igualmente tomados de grandes coisas, estes não são também os migrantes das cidades e não é graças a eles que a carruagem da civilização humana continua a rodar através das épocas? Quando as cidades crescem, a humanidade progride; quando elas diminuem, o corpo social ameaçado regressa à barbárie. (RECLUS, 1905-1908, v. 5, p. 339).

Ademais, Reclus deu, especialmente em *L'Homme et la Terre*, contribuições bastante significativas para o estudo das cidades e da urbanização. Destacam-se, quanto a isso, a antecipação de certos traços da Teoria das Localidades Centrais (distribuição “ideal” das cidades); a antevisão do conceito de primazia urbana; reflexões sobre as relações de complementaridade entre centros urbanos (conquanto exagerando um pouco a importância do sítio e a “natureza do solo” como fatores explicativos da fundação e localização das cidades). Talvez mais importante que isso foi o exame a que Reclus submeteu os problemas da pobreza urbana e da segregação residencial. Interessantemente, apesar de não usar de eufemismos para retratar as “condições higiênicas deploráveis” dos bairros populares das grandes cidades de seu tempo, Reclus, não sendo em absoluto um “urbanóforo”, tenha chegado à seguinte conclusão: “[u]ma aglomeração, em futuro próximo, de dez, de vinte milhões de homens, seja na bacia inferior do Tâmsa, seja na foz do Hudson, ou em qualquer outro lugar de atração, não teria nada que pudesse surpreender, e é preciso mesmo preparar nossos espíritos para isso, como um fenômeno natural da vida das sociedades” (RECLUS, 1905-1908, v. 5, p. 374-376).

Não é de surpreender, assim, que o geógrafo e anarquista francês tenha sempre buscado um equilíbrio, na sua valoração do fenômeno urbano, entre crítica e admiração. Anos antes da publicação do livro em que Ebenezer Howard expôs sua concepção das “cidades-jardim” (*garden cities*), Reclus

já se manifestara explicitamente, no ensaio “The evolution of cities”, sobre a necessidade de combinar as vantagens relativas da vida na cidade com aquelas da vida no campo (RECLUS, 1895, p. 263-264). Posteriormente, em *L’Homme et la Terre*, sua visão sobre as “cidades-jardim” não poupou a proposta do visionário inglês de um comentário mordaz, mesmo sendo Reclus propriamente antipático à concepção de Howard: “[...] mas são sempre os privilegiados que habitam as cidades-jardim, e a boa vontade dos filantropos não é suficiente para conjurar as consequências do antagonismo que existe entre o Capital e o Trabalho” (RECLUS, 1905-1908, v. 5, p. 371).

Se dermos um salto de duas gerações, verificaremos que também o neoanarquista Murray Bookchin poderia ser invocado como um extraordinário exemplo de valorização de preocupações ambientais não apenas de um ponto de vista socialmente crítico e humanístico, mas também a partir de uma perspectiva que nada tem de “urbanofóbica”. Do ponto de vista analítico, a principal contribuição de Bookchin aos estudos urbanos se refere à sua tese da “urbanização sem cidades” (“*urbanization without cities*”). Para ele, *urbanization* seria algo muito diverso daquilo que denominou “*citification*” (“cidadização”). No entender de Bookchin, a urbanização contemporânea seria um processo fabricado pelo capitalismo e que, na sua essência, comprometeria a beleza das cidades, seria antiecológico, sabotaria a qualidade de vida dos habitantes (pelo gigantismo, pelas dificuldades de transporte, pela poluição ambiental) e, principalmente, minaria as energias cívicas, ajudando a comprometer, pela atomização e massificação, o florescimento de uma genuína *citizenship* crítica e vibrante. Em contraste, o neologismo “*citification*” corresponderia ao processo de formação de verdadeiras cidades, enquanto lugares dotados de uma vida pública intensa, não espaços de alienação e de conversão dos cidadãos em uma massa anônima composta por trabalhadores e consumidores manipuláveis, politicamente resignados e desinteressados pelos assuntos potencialmente de interesse coletivo. De acordo com Bookchin, a urbanização contemporânea nada teria a ver com a formação de cidades na qualidade de lugares de florescimento do espírito criativo e das liberdades: “o problema da urbanização constitui uma antítese da cidadização” (BOOKCHIN, 1995a, p. 117).

Seu uso peculiar do termo “cidade” pode soar estranho, mas ele faz sentido à luz da história, como o autor não deixou de repetir, considerando a história urbana, e ressaltando exemplos tão diversos de cidades como

a *pólis* grega democrática da Antiguidade, as cidades europeias da Idade Média ou os centros urbanos da Nova Inglaterra dos séculos XVII e XVIII: “[s]e a metrópole moderna é vista contra o pano de fundo mais amplo da história urbana, ela será vista como a negação completa da vida da cidade tal como concebida durante as eras mais civilizadas do passado” (BOOKCHIN, 1974, p. vii-viii). Em contraste com isso, segundo ele,

Estamos perdendo lentamente uma concepção humanista do próprio significado da palavra “cidade”. Paradoxalmente, vivemos em um mundo marcado por galopante urbanização – mas que carece de cidades reais. (BOOKCHIN, 1974, p. viii).

De um ponto de vista pragmático, em todo caso, Bookchin concluiu a necessidade de buscarmos lidar com as cidades de uma forma simultaneamente crítica e criativa:

Seja lá como for, a cidade está aqui para ficar. Na verdade, ela tem sido uma parte crucial da história humana e um fator na modelagem da mente humana por cerca de sete mil anos. Podemos nos dar ao luxo de ignorar isso? Devemos aceitá-la como ela é – como uma entidade que enfrenta obliteração por uma urbanização que se alastra e que ameaça também a zona rural? Ou podemos dar à cidade um novo significado, uma nova política, um novo sentido de direção – e, também, proporcionar novos ideais de cidadania, muitos dos quais foram de fato alcançados, em grande medida, no passado? Ao ignorar a cidade e cidadania, fazemos isso correndo o perigo de ficarmos isolados da grande massa da humanidade que está ameaçada pelo anonimato e pela impotência política criados pela urbanização. (BOOKCHIN, 1992, p. xi).

O pensamento marxista, de sua parte, tradicionalmente “urbanofílico”, não tem precisado de nenhum grande esforço para valorizar a temática das cidades e da urbanização. O esforço, na verdade, e em contraste com o pensamento libertário, tem sido o de compatibilizar preocupações ecológicas com o conjunto do edifício teórico marxista. Com efeito, as condições de valorização de preocupações ambientais, ao mesmo tempo em que não se abre mão de um olhar socialmente crítico e humanístico, não são triviais, especialmente nos marcos de um pensamento cujo economicis-

mo tem sido tão criticado, às vezes até por alguns marxistas heterodoxos (cuja relação com o legado de Marx, porém, torna-se, assim, especialmente tensa). A partir das ambíguas linhas de Marx, duas vertentes muito claras e antagônicas de interpretação marxista foram se delineando ao longo da segunda metade do século XX, prolongando-se até hoje: de um lado, a crítica das preocupações ecológicas como um diversionismo, posição que encontrou em João Bernardo um dos expoentes mais eruditos e contundentes, para o qual o movimento ecológico seria como uma espécie de quinta-coluna do pensamento conservador (vide, p.ex., BERNARDO, 1979); de outro lado, uma tentativa de reconstruir a crítica marxista ao capitalismo enquanto crítica ecológico-social, representada por “ecomarxistas” proeminentes como Elmar Altvater (1991, 1992, 2005), Enrique Leff (1994, 2002, 2004, 2008), John B. Foster (2000) e Robert Biel (2012).

Os autores “ecomarxistas” não constituem um bloco homogêneo; há, entre eles, diferenças de ênfase, de estilo e de grau de heterodoxia. Ainda assim, para todos resta uma questão a ser respondida de maneira convincente: se, em nome de um marxismo heterodoxo, eles repudiam o “socialismo real” ou “burocrático” – que em grande parte não passou de uma emulação hiperautoritária do mundo capitalista –, o que eles vislumbram, então, como sendo uma válida e coerente alternativa social e espacial?

Em associação com essa indagação, é igualmente cabível lembrar que ninguém menos que o próprio Altvater reconheceu que Marx, um filho do século XIX e herdeiro da tradição iluminista, foi também herdeiro de uma mentalidade “prometéica” que “não leva em conta a natureza e seus limites” (ALTVATER, 2011, s.p.). Se um marxista respeitado como Elmar Altvater tem a coragem de fazer tal ressalva, é evidente que esta merece crédito e vem corroborar, ainda que sem as mesmas potência e profundidade, as objeções levantadas muito antes por Cornelius Castoriadis a respeito do “produtivismo” do legado marxiano (vide, p.ex., CASTORIADIS, 1975).

Parece colocar-se, assim, para esses marxistas com pendores ou sensibilidades de ordem “ecológica”, um dilema: ou eles fazem demasiadas concessões às forças produtivas herdadas do capitalismo (posição de Marx e, sobretudo, de Lênin) e à organização estatal, com isso não conseguindo romper decisivamente com o modelo do “socialismo burocrático”, ou então eles se abrem para uma crítica tecnológica mais profunda e para modelos radicalmente descentralizadores e autogestionários, com isso se situando cada vez mais próximos do pensamento libertário (dos quais o marxismo

sempre se colocou como um rival, quando não como um inimigo declarado). Alguns deles parecem mais próximos dessa segunda trilha que outros; não obstante, é frustrante verificar que mesmo eles, via de regra, silenciam sobre as fontes de inspiração e o legado libertários. Apesar disso, parece que a reconstrução de projetos utópicos viáveis depende, cada vez mais, de algum nível de diálogo franco e honesto entre os representantes de um marxismo que tenta se renovar e os representantes do pensamento libertário, que nas últimas décadas assumiram um protagonismo intelectual e político que muitos supunham para sempre perdido.

As heterotopias de resistência ecossocial para além do “bom-mocismo verde”: práticas espaciais insurgentes e seus limites

Não nos enganemos: quando M. Foucault propôs o conceito de “heterotopia”, ele o fez para que este pudesse ser uma alternativa à ideia de “utopia”. A Foucault a ideia de “utopia” parecia, por assim dizer, distante demais, fechada demais, radical demais. A “heterotopia”, de sua parte, designaria o espaço do diferente, do contraponto, do alternativo, sem carregar, por outro lado, a carga de reponsabilidade revolucionária da ideia de utopia. Há aí, contudo, um preço a pagar: os próprios exemplos de Foucault evidenciam que a alteridade representada pela “heterotopia” pode corresponder a muitíssimas coisas, inclusive a lugares e relações sociais cujo potencial subversivo, insurgente ou dissidente é bastante duvidoso (como no exemplo do bordel) ou inexistente (como no exemplo do cemitério), podendo ser, em alguns casos, até mesmo um espaço de flagrante repressão (como no exemplo do colégio interno) (FOUCAULT, 2006b).

A despeito dessa ressalva, que traz embutida a convicção de que o conceito de utopia continua a ser, justamente por sua radicalidade, insubstituível, há que se perceber que há boas razões para enxergarmos uma certa utilidade emancipatória também no conceito de “heterotopia”. Se por acaso decidíssemos prestigiar somente os movimentos sociais cuja práxis se acha animada, explicitamente, por um projeto utópico e seus valores e critérios, teríamos dificuldade, hoje em dia, para encontrar sujeitos coletivos que correspondessem às nossas expectativas (que são, aliás, muitas vezes livrescas e teoricistas).

Existem muitas manifestações de resistência ecossocial que correspondem, efetivamente, a “heterotopias” de cunho emancipatório. Cumpre, entretanto, explicar brevemente o conceito de *resistência ecossocial*. Começemos, primeiro, contudo, apresentando o conceito de *justiça ambiental*, que emoldura teoricamente o cerne da discussão sobre resistência ecossocial.

Podemos definir justiça ambiental como

qualquer processo em que os eventuais malefícios decorrentes da exploração e do uso de recursos e da geração de resíduos indesejáveis sejam sócio-espacialmente distribuídos de forma assimétrica, em função das clivagens de classe e outras hierarquias sociais. A isso devemos ainda acrescentar a desigualdade na exposição aos riscos derivados dos modelos hegemônicos de organização do espaço (conforme ilustrado pela forte correlação entre segregação residencial e riscos de desastres decorrentes de desmoronamentos e deslizamentos) e na capacidade de acesso a recursos ambientais e fruição de amenidades naturais, em função das clivagens de classe e outras hierarquias sociais. (SOUZA, 2019, p. 130).

Historicamente, a luta por justiça ambiental, sob a forma de um movimento social específico e assim designado, eclodiu e se consolidou nos EUA na década de 1980 (vide, p.ex., BULLARD, 2000, 2005), posteriormente espalhando-se por diversos outros países. As raízes desse movimento são, contudo, anteriores. Conforme diversos autores (consulte-se, p.ex., BULLARD, 2000, p. 14, 29), essas raízes se encontram, no caso estadunidense, nas lutas pelos direitos civis dos negros que ficaram famosas entre os anos 1950 e 1970: ao perceberem que seus espaços residenciais eram os principais escolhidos para receberem incineradores e resíduos tóxicos – ou seja, escolhidos para serem convertidos em “zonas de sacrifício” urbano-ambientais⁵ –, ativistas afro-americanos, muitos deles com prévia experiência de mobilização e organização em torno dos direitos civis, deflagraram o referido movimento. No Brasil, esforços de organização girando explicitamente em torno da bandeira da justiça ambiental começaram na virada da década de 1990 para a década seguinte, tendo a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) sido fundada em 2001.

⁵ Ver, sobre o conceito de “zona de sacrifício” (*sacrifice zone*), Lerner (2010).

Da mesma forma que a relação entre justiça social e justiça ambiental, onde esta última corresponde à faceta ambiental da primeira, aquilo que chamamos de resistência ecossocial admite ser entendido como uma modalidade de resistência social em que a dimensão ambiental é particularmente explícita, forte e direta. A resistência social ocorre quando um grupo social (definido em termos de classe, “raça”/etnia, gênero etc.) se mobiliza contra ações, tendências e processos que são vistos como injustos e inaceitáveis (por exemplo, exploração, opressão, estigmatização e tentativas de desterritorialização). Podemos dizer que a resistência especificamente ecossocial, por sua vez, ocorre quando os membros de um grupo social tentam defender e preservar sua identidade coletiva, modo de vida ou mesmo dignidade, saúde ou os fundamentos de sua qualidade de vida ou até de sua sobrevivência econômica no mundo em face de ameaças externas, em situações em que um aspecto ecológico (como a questão do acesso a florestas ou fontes de água, conflitos decorrentes de poluição e contaminação ambiental, a defesa do direito de continuar pescando, pastoreando ou cultivando, e assim sucessivamente) está visceralmente incorporado na agenda de luta e na percepção dos interesses e necessidades do grupo afetado. Em suma, a resistência ecossocial designa a defesa do lugar, da cultura, da identidade, da sobrevivência e da dignidade no contexto de uma relação específica com a “natureza”.

Agentes de resistência ecossocial incluem não somente camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais, mas, também, moradores e trabalhadores urbanos que lutam contra situações de injustiça ambiental e pelo direito de permanecer em seus lugares de moradia. Uma favela como a Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, é um exemplo de heterotopia de resistência ecossocial,⁶ assim como o Vale Encantado, no Maciço da Ti-

⁶ A favela da Vila Autódromo localiza-se – ou, antes, o que restou dela – na Barra da Tijuca, no município do Rio de Janeiro. Cercada por “condomínios exclusivos” e terrenos em processo de valorização imobiliária, a Vila Autódromo, cuja ocupação remonta aos anos 1960, teve o seu destino selado em definitivo com a aprovação do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e com a escolha da Barra da Tijuca para abrigar a maior parte das instalações, como o Parque Olímpico e a Vila Olímpica. Vista crescentemente como um estorvo, os dias da Vila Autódromo estavam contados, a despeito da segurança jurídica da posse formalmente assegurada aos moradores por uma concessão de direito real de uso outorgada pelo governo estadual no início da década de 1990 e pela alternativa viável representada pela urbanização do local (um plano de urbanização, elaborado por moradores em parceria com professores e estudantes da UFRJ e da UFF, chegou a ganhar

juca, igualmente no Rio de Janeiro.⁷ Toda resistência ecossocial, na verdade, na medida em que tacitamente equivale à luta por um *outro lugar*, que não seja, digamos, uma “zona de sacrifício” como – para citar mais um exemplo carioca – os arredores da CSA, no bairro de Santa Cruz,⁸ aponta para uma heterotopia, ainda que não necessariamente para uma utopia.

Mesmo nos casos em que fica difícil perceber, ao menos explicitamente, elementos de um projeto utópico, é possível distinguir uma resistência ecossocial, nos moldes da luta por justiça ambiental, de um simples “bom-mocismo verde”, animado por bandeiras vagas como “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade”. O “bom-mocismo verde” pode ser bem-intencionado, mas não deixa de ser, muitas vezes, presa fácil para um ideário ecofascista, ao passo que a resistência ecossocial animada por um espírito inconformista e de luta contra a injustiça ambiental é parte indiscutível de um rol de práticas espaciais emancipatórias, por mais que o alcance espacial e a durabilidade possam ser, muitas vezes, restritos (mas não necessariamente!).

um prêmio internacional). A principal justificativa para a remoção da Vila Autódromo era de cunho ambiental: o impacto ambiental sobre a Lagoa de Jacarepaguá, em cujas margens se localizou a Vila Autódromo (em contraste, os impactos dos “condomínios exclusivos” da classe média raramente são mencionados pela grande imprensa e menos ainda pelo aparelho de Estado). Das cerca de 600 famílias que residiam na área até 2014, restavam, em 2018, somente algumas poucas dúzias.

⁷ O Vale Encantado é uma minúscula favela (12 domicílios e 45 moradores em 2010) situada na zona de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca, no bairro do Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Assim como outras favelas (um pouco mais de dez), quase todas pequenas ou muito pequenas, o Vale Encantado foi ameaçado de remoção pelo Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, mediante uma ação civil pública em que se alegavam danos ambientais mas cujo embasamento técnico é frágil, em larga medida baseado em dados insuficientes ou estimativas grosseiras ou exageradas relativas a riscos ambientais e tendências de crescimento populacional.

⁸ A TKCSA (ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico), uma das maiores siderúrgicas da América Latina, está instalada no extremo oeste do bairro de Santa Cruz, às margens da Baía de Sepetiba, no município do Rio de Janeiro; ela começou a ser construída em 2006, tendo o primeiro alto-forno entrado em operação em 2010. ONGs, o Ministério Público e a Defensoria Pública têm, desde então, sistematicamente, denunciado diversas violações de direitos humanos e de dispositivos legais, em função de emissões de contaminantes ambientais (material particulado e gases) muito acima dos parâmetros internacionais de referência, considerando-se questões de saúde coletiva. Em 2017, o grupo internacional Ternium adquiriu a TKCSA por 1,4 bilhão de euros, e a companhia passou a se chamar Ternium Brasil. Essa mudança, entretanto, em nada parece ter alterado os efeitos negativos para a população local.

Tenho podido testemunhar que, hoje em dia, crianças de jardim de infância e do ensino fundamental já incorporam como mantras os conselhos e as advertências passados pelas “tias” e professoras: “Poupe água, porque senão vai acabar a água do planeta!”; “Ajude a salvar o planeta!” – e coisas do gênero. Tais ideias não estão necessariamente erradas; algumas podem até estar muito certas. O problema é que, descontextualizadas, prometem ajudar a criar, antes, uma manada de repetidores ingênuos de frases feitas e chavões, ou mesmo uma legião de histéricos, que uma geração de indivíduos dotados de espírito crítico e capazes de pensar por si próprios. Isso costuma ser, nesses casos, a antessala do ecofascismo, ou o solo em que ele pode vicejar.

Conclusão: Jardim do Éden ou *Mad Max*? (Ou nada disso?)

De Gilbert White (1720-1793) e Henry David Thoreau (1817-1962) a tantos “ativistas ecológicos” e “ambientalistas” contemporâneos, não tem faltado quem, sob o embalo de noções como “harmonia”, preconize a construção de um equivalente terreno do Jardim do Éden. Em não poucos casos, infelizmente, uma certa misantropia em maior ou menor grau reacionária tem levado tais pensadores e ativistas a ver, de maneira um tanto simplória, o “equilíbrio” da natureza como sendo constantemente ameaçado pelo *Homo sapiens*, encarado como o grande “fator perturbador”. Em outras palavras, a humanidade “atrapalha” – e quanto mais gente, pior (a “bomba populacional” sempre surge como o grande espantalho dos [neo]malthusianos). Donde se conclui que, para chegarmos ao paraíso na Terra, devemos, acima de tudo, limitar, disciplinar e controlar as ações e a própria reprodução dos seres humanos. Se necessário, pela força.

Mad Max é um filme de ação de 1979, cuja história se passa em um futuro distópico. Produção australiana de baixo custo, ganhou rapidamente o mundo, com Mel Gibson no papel do policial “Mad” Max Rockatansky, que busca justiça e vingança (sua própria família foi assassinada) em meio a uma sociedade que praticamente entrou em colapso e cuja paisagem social é dominada por gangues violentas e uma disputa feroz por combustível. Menos por suas qualidades estéticas que por mexer com o inconsciente coletivo em plena época da Guerra Fria, *Mad Max*, uma das películas mais lucrativas da história do cinema, ganhou duas continuações nos anos 1980

e uma refilmagem hollywoodiana aclamada pela crítica em 2015 (com Tom Hardy no papel que antes coubera a Mel Gibson). *Mad Max* tem como cenário principal uma paisagem desértica, árida, o que combina perfeitamente com nossa imaginação acerca de um mundo pós-apocalítico. *O livro de Eli*, filme de 2010 com Denzel Washington, igualmente sobre um mundo pós-apocalítico e desértico dominado por gangues violentas e pela disputa por combustível e água, e filmes-catástrofe, como *O dia depois de amanhã* (lançado em 2004), seguem na mesma toada, alimentando-se dos medos disseminados na sociedade atual a propósito das implicações da degradação ambiental em larga escala, do aquecimento global e de uma hecatombe nuclear (este último menos presente do que na época da Guerra Fria), e colaborando para realimentar esses temores. Ao lado dos ensaios e manifestos de certos “pensadores ecológicos” de matiz geralmente conservador, esses filmes fazem parte de uma ambiência que se vale do reverso da imagem do harmônico Jardim do Éden sonhado por tantos ecologistas, reverso esse que é, porém, complementar: se a humanidade continuar perseverando em ameaçar “Gaia” (para lembrar da famosa hipótese, tese ou “teoria” de James Lovelock), “Gaia” saberá “se vingar”, deixando para a humanidade um legado de devastação.

Ambos os cenários – “Jardim do Éden” e “*Mad Max*” –, contudo, são problemáticos. Cada um a seu modo (“inocência” versus “alarmismo”), os dois são bastante simplistas. Se a utopia de um “Jardim do Éden” terreno é, ao mesmo tempo, ingênua e perigosa, por dar margem a ações antipopulares em nome de ideais cientificamente questionáveis e ético-politicamente reprováveis – como a busca de manutenção de uma “natureza prístina”, sem presença humana, a todo custo –, a antiutopia simbolizada por *Mad Max* recorre a um catastrofismo que apela mais aos corações que à racionalidade. Utopia e antiutopia se dão as mãos, no entanto, no plano ideológico e também no âmbito das práticas, pois o catastrofismo que alimenta sentimentos alarmistas pode, muitas vezes, irmanar-se com os sentimentos elitistas (comumente direcionados sobretudo contra pobres, imigrantes etc.) que, não raro, se escondem (mal) atrás do preservacionismo extremado de quem sonha com uma “natureza intocada”, brandindo argumentos demofóbicos e soluções (neo)malthusianas.

Os riscos que, ecológica e socialmente, corremos em várias escalas – da local à global –, não devem ser minimizados ou negligenciados, como propõem os “negacionistas climáticos” e outros tantos observadores (ge-

ralmente identificados com os interesses do grande capital). A maneira socialmente justa de enfrentar as ameaças concretas, porém, não reside em demonizar o *Homo sapiens* e nem sequer, de uma maneira simplista, a “modernidade”, as cidades etc., mas, sim, em apontar a responsabilidade histórica do capitalismo, modo de produção inarredavelmente orientado para o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, produtor e reproduzidor das desigualdades que desembocam nas situações de injustiça ambiental. Um projeto de sociedade comprometido com a justiça e à altura dos desafios do século XXI não tem por que “optar” entre proteção ambiental e justiça social: *estas metas são visceralmente interdependentes*.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004 [2003].
- ALTVATER, Elmar. *Die Zukunft des Marktes*. Ein Essay über die Regulation von Geld und Natur nach dem Scheitern des “real existierenden” Sozialismus. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1991.
- ALTVATER, Elmar. *Der Preis des Wohlstands oder Umweltplünderung und neue Welt(un)ordnung*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1992.
- ALTVATER, Elmar. *Das Ende des Kapitalismus, wie wir ihn kennen*. Eine radikale Kapitalismuskritik. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2005.
- ALTVATER, Elmar. *Is there an Ecological Marxism?* [S. l.]: Clacso, 13 nov. 2011. On-line. Disponível em: <http://www.amandla.org.za/analysis/1012-is-there-an-ecological-marxism-by-elmar-altvater>.
- BERNARDO, João. *O inimigo oculto*: ensaio sobre a luta de classes. Manifesto anti-ecológico. Porto: Afrontamento, 1979.
- BIEL, Robert. *The Entropy of Capitalism*. Chicago: Haymarket, 2012.
- BOOKCHIN, Murray. *The Limits of the City*. Nova York e outros lugares: Harper Colophon Books, 1974.
- BOOKCHIN, Murray *et al.* *Defending the Earth*. A Debate Between Murray Bookchin and Dave Foreman. Montreal, New York: Black Rose Books, 1991 [1989-1990].
- BOOKCHIN, Murray. *From Urbanization to Cities: Toward a New Politics of Citizenship*. Londres: Cassel, 1995a.
- BOOKCHIN, Murray. *Post-Scarcity Anarchism*. 3. ed. Edimburgo, Oakland: AK Press, 2004.

- BOOKCHIN, Murray. *The Ecology of Freedom. The Emergence and Dissolution of Hierarchy*. Oakland, Edimburgo: AK Press, 2005 [1982].
- BOOKCHIN, Murray. *Social Ecology and Communalism*. Oakland, Edimburgo: AK Press, 2007.
- BOSQUET, Michel [André Gorz]. *Écologie et politique*. Paris: Seuil, 1978.
- BULLARD, Robert D. *Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality*. 3. ed. Boulder: Westview, 2000 [1990].
- BURGDÖRFER, Friedrich. Stadt oder Land? Berechnungen und Betrachtungen zum Problem der deutschen Verstädterung. *Zeitschrift für Geopolitik*, n. 1-6, p. 105-113, 1933.
- CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.
- CASTORIADIS, Cornelius. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. In: CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie*. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1979].
- CASTORIADIS, Cornelius. Pouvoir, politique, autonomie. In: CASTORIADIS, Cornelius. *Le monde morcelé: les carrefours du labyrinthe III*. Paris: Seuil, 1990 [1988].
- CASTORIADIS, Cornelius. La démocratie comme procédure et comme régime. In: CASTORIADIS, Cornelius. *La montée de l'insignifiance: les carrefours du labyrinthe IV*. Paris: Seuil, 1996 [1995].
- CASTORIADIS, Cornelius. Quelle démocratie? In: CASTORIADIS, Cornelius. *Figures du pensable: les carrefours du labyrinthe VI*. Paris: Seuil, 1999 [1990].
- FOREMAN, Dave. *Man Swarm: How Overpopulation is Killing the Wild World*. Editado por Laura Carroll. 2. ed. Middletown (DE): Live True Books, 2015 [2011].
- FOSTER, John B. *Marx's Ecology: Materialism and Nature*. New York: Monthly Review Press, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel. *Estética: Literatura e pintura, música e cinema*. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Forense Universitária, 2006b [1967]. (Ditos & Escritos, III)
- HAUSHOFER, Karl. Zum Fragenkreis der Verstädterung, I. *Zeitschrift für Geopolitik*, 1-6, p. 100-102, 1933.
- HEINRICH BÖLL STIFTUNG. *Braune Ökologen: Hintergründe und Strukturen am Beispiel Mecklenburg-Vorpommerns*. Rostock: Heinrich Böll Stiftung, 2012. (*Schriften zur Demokratie*, Band 26)

- HELLPACH, Willy. Ethno-und geopolitische Bedeutung der Großstadt. *Zeitschrift für Geopolitik*, 1-6, p. 226-234, 1936.
- LEFF, Enrique. *Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable*. Cidade do México: Siglo XXI/UNAM, 1994.
- LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002 [2000].
- LEFF, Enrique. *Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza*. Cidade do México: Siglo XXI, 2004.
- LEFF, Enrique. *Discursos sustentables*. Cidade do México: Siglo XXI, 2008.
- LERNER, Steve. *Sacrifice zones: The Front Lines of Chemical Exposure in the United States*. Cambridge (MA): The MIT Press, 2010.
- RECLUS, Élisée. The evolution of cities. *The Contemporary Review*, v. 67, n. 2, p. 246-264, 1895. Reprodução fac-similar disponibilizada na internet pela Librairie Nationale Française. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k660448.r=reclus.langPT>.
- RECLUS, Élisée. *L'Homme et la Terre*. Paris: Librairie Universelle, 1905-1908. 6 vols. Reprodução fac-similar disponibilizada na internet pela Librairie Nationale Française. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>. (O endereço específico varia de acordo com o tomo).
- SOUZA, Marcelo Lopes de. “Urbanofilia” e “urbanofobia” na Geopolítica. As cidades e a urbanização no pensamento geopolítico alemão do entre-guerras e na Geopolítica brasileira do Regime de 64. *Anuário do Instituto de Geociências*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 17, p. 65-72, 1994.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Por uma Geografia libertária*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Ambientes e territórios: uma introdução à Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

PARTE III

Escalas, culturas e decolonialidade

Novas perspectivas em geografia urbana

Segregação e fragmentação, diversidade e desigualdade

Os grupos sociais invisibilizados pela colonialidade e as novas perspectivas em Geografia Urbana

Angelo Serpa

Introdução

Parto da questão primeira colocada para os participantes desta mesa: quantas cidades podem existir em uma mesma cidade? Esta é uma questão instigante porque vai de encontro à ideia de cidade como formação socioespacial, como totalidade, e coloca uma reflexão de fundo para a Geografia Urbana: como lidar com as particularidades sem perder de vista a cidade como totalidade?

Como premissa de partida do debate, busco colocar em xeque a ideia de muitas cidades em uma mesma cidade, reformulando-a sob a perspectiva de uma reflexão baseada nos processos de segregação e fragmentação e na necessidade de articulação entre totalidade e particularidade, entre conjuntura e estrutura, entre diversidade e desigualdade, para a compreensão desses processos em curso na cidade contemporânea.

Se for verdade que a cidade contemporânea se fragmenta e segrega de modo intrínseco às relações capitalistas de produção que, ao se reproduzirem, “estilhaçam” o espaço urbano em pedaços que pouco interagem e se relacionam, como resgatar a perspectiva da cidade como totalidade e do urbano – da sociedade urbana (LEFEBVRE, 2004) – como horizonte utópico? Assumir a cidade como muitas cidades em uma só não seria uma maneira de ocultar esses processos, que são gerais e atingem de modo mais ou menos contundente as diferentes e desiguais cidades no mundo capitalista?

Então, como pensar no uso e na apropriação desiguais e diferenciados de nossas cidades? Sob quais perspectivas analisar as juventudes, a popula-

ção em situação de rua, os negros sob condições de racismo de todas as ordens – ambiental, institucional etc. –, como se propuseram os palestrantes, participantes dessa mesa? Proponho aqui que pensemos em primeiro lugar na relação dialética entre diversidade e desigualdade, entre conjuntura e estrutura, bem como nos processos de segregação/fragmentação em curso na cidade contemporânea.

Esta é uma reflexão que explicita um dilema para a Geografia e, em especial, para a Geografia Urbana, nos moldes como me propus a problematizar aqui: o dilema entre o particular e o geral, o conjuntural e o estrutural. Porque pensar em diversidade social remete às particularidades do social, enquanto refletir sobre desigualdade social requer, em termos mais gerais, uma análise da estrutura social. E, para a Geografia, trata-se de pensar e explicitar também (e sobretudo) a dimensão espacial dos processos sociais, o que impõe uma reflexão sobre como diversidade e desigualdade produzem/criam dialeticamente espaço(s).

Ao tratar de diversidade social em nossas pesquisas, manejamos conceitos e categorias distintos daqueles assumidos em uma abordagem focada na desigualdade social, partindo também de dados e recortes bem diferenciados. Se a diversidade é o foco, nos debruçamos sobre questões e processos de cunho identitário, de afirmação de identidades, associados a conceitos como hegemonia e contra-hegemonia, resistências e insurgências.

Se partirmos das desigualdades sociais, outros conceitos/categorias emergem na análise, como hierarquia, estrutura social, classes e frações de classe, por exemplo. As diferenças tornam-se passíveis de quantificação, hierarquização e valoração. Ao hierarquizar diferenças e transformá-las em desigualdades a partir da eleição de variáveis quantificáveis, torna-se também possível estabelecer comparações do tipo “melhor” ou “pior”. É interessante perceber que, tendo como ponto de partida a desigualdade, as classes sociais (e suas frações) se tornam obrigatoriamente o foco da análise, como categorias incontornáveis para a reflexão acerca de como produzem/criam espaços de modo desigual e em diferentes recortes/escalas.

Se partirmos das estruturas, do geral, as classes e suas frações vão nortear uma análise socioespacial que pode subsumir outras categorias importantes como gênero, raça/etnicidade etc., base para explicitação de processos identitários que se revelam na maior parte das vezes de modo conjuntural e em escalas mais concretas, como a escala da cidade, do distrito, do bairro. Observe-se que o contrário também pode ocorrer, pois

uma análise conjuntural, baseada nas subjetividades e nos coletivos “identitários”, como também vem ocorrendo em Geografia, pode da mesma maneira desconsiderar aspectos importantes da estrutura social e as questões de classe envolvidas.

Segregação e fragmentação, diversidade e desigualdade

Observando-se, por exemplo, o perfil dos consumidores dos estabelecimentos comerciais e de serviços nos bairros populares analisados em nossas pesquisas em cidades da Bahia, verifica-se que, de modo geral, apresentam baixa renda *per capita* e, na maior parte dos casos, pouca escolaridade. A maioria é moradora do próprio bairro e alega fatores como proximidade e acessibilidade para consumir no próprio lugar de residência. Fica evidenciado também que, apesar de ter havido uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas (POCHMANN, 2012) e muitas entrevistadas afirmarem ser estudantes, é grande o número de consumidoras sem renda nos lugares por nós pesquisados.

Esses dados nos servem aqui apenas para evidenciar, além de algumas especificidades de gênero, o que remete à discussão sobre diversidade social, a constituição de circuitos exclusivos de residência e consumo, revelando também um processo de fragmentação socioespacial na escala intraurbana, como descrito por Sposito para outros contextos e recortes. Para a autora, a fragmentação não anula ou substitui a segregação, são dois processos que se sucedem no tempo, sendo o de fragmentação socioespacial mais abrangente e recente:

Tais processos implicam redefinição da centralidade, tanto quanto a refletem. As distâncias entre um ponto e outro, numa cidade progressivamente mais dispersa, dificultam a acessibilidade de todos os cidadãos a todos os espaços urbanos, sendo esta uma das razões, mas não a única, de reafirmação das distâncias sociais. A constituição da centralidade depende, sobremaneira, do ir e vir, do direito ao acesso, como possibilidade e realização, bem como do acontecer efetivo ou simbólico do que é central. À medida que as áreas de consumo de bens e serviços não são as mesmas para todos e que o tempo de deslocamento até elas também é razão de diferenciação, fica mais difícil se elaborar uma representação de centralidade (e, portanto,

de cidade) que seja a base da construção de identidades ou de uma memória urbana. (SPOSITO, 2013, p. 84-85).

As afirmações de Sposito também podem ser evidenciadas em nossas pesquisas através dos circuitos de lazer frequentados pelos microempreendedores e microempresários entrevistados nos bairros populares analisados. Em comum, apesar de pertencerem a gerações/faixas etárias e contextos urbano-regionais diferentes, nossos entrevistados praticamente restringem seu lazer a atividades com a família e ao descanso em casa. Com a família, frequentam, quando o tempo livre permite, preferencialmente *shoppings*, cultos e missas, mais raramente a praia ou um clube social no final de semana. Poucos declararam algum interesse por atividades culturais como cinema, teatro ou shows. Em casos mais extremos, afirmam que o lazer é descansar em casa para “reabastecer as baterias” das longas jornadas de trabalho enfrentadas em seu cotidiano (SERPA, 2015b).

Os circuitos de lazer aqui mencionados remetem também à questão da apropriação socioespacial do espaço público na cidade contemporânea. Em outras ocasiões (SERPA, 2013) evidenciamos que o que de fato prevalece nos espaços públicos, sejam eles parques ou praias, são os efeitos de segmentação em detrimento dos efeitos de transversalidade, constituindo territórios justapostos que caracterizam uma incipiente ou mesmo inexistente interação entre os diferentes grupos/classes/frações de classe, evitando-se, quase como uma regra, o contato com o “outro”, com o diferente.

A segmentação/segregação pode se dar em termos temporais (apropriação diferenciada do espaço de acordo com uma lógica temporal), em termos espaciais (justaposição de territórios no espaço público de modo sincrônico/simultâneo), ou ainda, simultaneamente, em termos temporais e espaciais. A transversalidade, por outro lado, se impõe sob a forma de estilos de vida e comportamentos normatizados/standardizados, que também impossibilitam as interações espaciais e a manifestação da diferença nos espaços públicos da cidade contemporânea.

Os processos de segregação e fragmentação no espaço público da cidade contemporânea vão revelar, finalmente, segundo Baudrillard (1995), um período histórico de “mobilização consumatória”, período no qual é possível se observar que as necessidades não são mais articuladas em função dos desejos ou das exigências particulares dos indivíduos e grupos (classes e frações de classe), mas encontram sua coerência em um “sistema

generalizado que é para o desejo aquilo que o sistema do valor de troca é para o trabalho concreto: fonte de valor” (BAUDRILLARD, 1995, p. 135).

Despolitizado e segregado/fragmentado, o que chamamos hoje de espaço público é, em última instância, também objeto de consumo e expressão de modismos, espaço do lazer e da diversão de indivíduos, grupos/classes e frações de classe que dele se apropriam de modo territorializado e segregacionista, reforçando o processo de fragmentação socioespacial como uma imagem-síntese da dialética entre diversidade e desigualdade.

Juventudes, população de rua, racismo...

Trata-se aqui – nas contribuições dos participantes dessa mesa-redonda – de análises baseadas na diversidade social tendo a desigualdade como pano de fundo estrutural. Turra Neto acredita, por exemplo, na possibilidade de se falar de uma “geografia das juventudes”, “seja porque os jovens e as jovens elaboram espacialidades cotidianas, produzindo seus espaços de interação [...], seja porque existe toda uma produção [...] no campo da Geografia sobre as juventudes”. Já Oliveira vai formular a hipótese de que “a ideia do negro foi inventada como um problema espacial pelo imaginário colonial desde o início de nossa formação e uma das dimensões da luta antirracista envolve a construção de um contra-espaço”; para o autor, “somos uma sociedade marcada por uma formação colonial escravocrata regida pelo racismo” e “a raça tem sido utilizada como dispositivo de poder e controle dos corpos”. Robaina, por sua vez, reconhece que o fenômeno da população em situação de rua “no espaço urbano é marcado por uma série de fatores e dimensões, como, por exemplo, trabalho, habitação, educação, saúde, conflito, gênero, raça, sexualidade, migração”.

A relação entre conjuntura e estrutura está presente nas três intervenções, ora em forma de crítica às análises estritamente baseadas em macroestruturas econômicas, sociais e espaciais, como em Turra Neto, já que os jovens, embora submetidos às condicionantes estruturais, não teriam suas trajetórias e seus projetos de futuro predeterminados por elas, como um “destino”: haveria, em sua perspectiva, “uma série de outros fatores em jogo, como disposições pessoais, recursos e apoios de que dispõem e mesmo a escola, que podem permitir a elaboração de outras histórias de vida”; ora associando a colonialidade a um padrão de poder “que hierar-

quiza a diversidade humana pela ideia de raça” e “permanece instituindo um uso do espaço por critérios raciais”, como em Oliveira; ou ainda, reconhecendo a dificuldade de “contestar a separação entre a colonialidade, os processos de urbanização e a vida cotidiana nas cidades brasileiras”, na intervenção de Robaina.

Robaina busca, inclusive, aprofundar as condicionantes estruturais sobre as trajetórias de “sujeitos, grupos e segmentos populacionais no espaço urbano – sobretudo os marginalizados e estigmatizados”, cujo cotidiano na cidade pode oferecer “uma série de elementos explicativos sobre forças estruturais que seguem cristalizadas socialmente na cidade”, contribuindo, como alternativa e possibilidade, para o aprofundamento de questões pouco problematizadas na Geografia Urbana. Seguindo nessa direção, Oliveira aponta que o “racismo brasileiro é um sistema complexo que intersecciona múltiplas hierarquias. Ele é dinâmico, plural, com inúmeras variações regionais e é imanente à produção social do espaço”. Desse modo, não se pode compreender o racismo “apenas como coisa do passado, mas como uma vontade de poder no presente, instituidora de formas racializadas de produção, apropriação e uso do espaço”. Assim, para Robaina, “inserir as pessoas em situação de rua e os seus enfrentamentos cotidianos, mas também outros grupos e segmentos populacionais” pode representar, para a Geografia Urbana, “uma alternativa para a compreensão de toda uma tendência de reprodução histórica e estrutural da sociedade e de sua inteligibilidade”.

Ao se debruçar sobre o racismo em nosso contexto, Oliveira vai reconhecer que a raça “se intersecciona com a dimensão de classe e geracional”, já que, por exemplo, “o branco pobre possui um capital racial que lhe permite usar os espaços dos brancos ricos sem sofrer qualquer tipo de interdição e/ou constrangimento racial”: o “negro não possui esse capital, mesmo o negro rico”. Nesse contexto, “todo camburão tem um pouco de navio negreiro”, o que revela finalmente uma “recusa de ver o extermínio de jovens negros (mesmo apesar dos dados) e a segregação racial do espaço”. Isso tensiona, na perspectiva de Turra Neto, nossas pesquisas, nosso engajamento como pesquisadores e os resultados daquilo que fazemos. Ou seja, “estamos diante de ‘objetos de estudo’ menos dóceis, cuja crítica obriga a um repensar da metodologia – em direção às pesquisas mais colaborativas”, o que incluiria os estudos sobre os coletivos juvenis no espaço urbano.

Cidade neoliberal, colonialidade, necropolítica e desterritorialização

Robaina e Oliveira enfatizam em suas intervenções as relações entre presente e passado, entre cidade neoliberal e necropolítica, entre colonialidade e racismo estrutural. Para Oliveira, a colonialidade permanece no presente sob novas roupagens, que “são gestadas no contexto da cidade neoliberal” e “a gestão pública da cidade do Rio de Janeiro tem sido marcada pelo empresariamento de sua administração e a transformação da cidade em mercadoria”; assim, “a segurança pública, marcada pela colonialidade, torna-se um dos principais alvos de gestão do Estado”. Ainda conforme Oliveira, “o debate da segurança pública é um dos elos com a cidade colonial”. É, portanto, um projeto necropolítico historicamente constituído, “uma política administrada de morte em defesa da sensação racial de segurança para o controle de espaços”, que define quem pode morrer e/ou ser exposto “a condições insalubres que provocam a morte por serem classificadas como não rentáveis e de menor valor”.

Sob essa ótica, Robaina vai afirmar que, para as pessoas em situação de rua, “a problemática étnico-racial precisa ser melhor compreendida pela Geografia Urbana”, sobretudo “analisando como possivelmente se apresenta e quais são os desdobramentos na vida cotidiana destes sujeitos e nas configurações que envolvem as próprias políticas públicas na cidade”. O autor sublinha ainda o interesse em se “pensar na possibilidade que determinadas práticas, comportamentos, atitudes e gestos possam ser heranças de períodos e estruturas anteriores que seguem cristalizadas nas relações socioespaciais da cidade”. Assim, fatores “étnico-raciais, de gênero e sexualidade, de origem e localização geográfica, envolvendo desde movimentos migratórios até a questão da moradia no espaço intra-urbano”, clamam por “ser analisados e compreendidos geograficamente dentro de um quadro geopolítico, posicional, relacional e se estendendo indissociavelmente desde o local até as escalas transnacionais”.

Trata-se de grupos sociais que produzem o espaço urbano sob as sombras da invisibilidade, do estigma e da segregação, o que representa também processos continuados de desterritorialização, viabilizados, segundo Oliveira, pelo controle da mobilidade, por um cotidiano marcado pela violência, pela ameaça de perda do emprego, pela interdição espacial de eventos de revoltosos e pela contenção territorial. São também políticas

desterritorializantes de cunho imaterial e simbólico já que definem quais “memórias, heranças, inscrições, projetos e trajetórias afro-diaspóricas” podem ser silenciados, apagados e destruídos e destituem “o valor político das africanidades urbanas”.

Robaina vai enfatizar que “grande parte destas geografias é marcada pela efemeridade e pela instabilidade socioespacial, seja em relação às lógicas de permanência, seja em relação aos ritmos e às mobilidades”, caracterizando um constante e contínuo processo de (des)reterritorialização. No caso específico da população em situação de rua, são os próprios sujeitos que vão “tentar construir uma série de lógicas espaciais que envolvem práticas de permanência, mobilidade e ritmos socioespaciais [...] mais vantajosos ou menos nocivos para si cotidianamente na cidade”. Para o autor, “é necessário salientar a clareza que estes sujeitos possuem acerca dos impedimentos e das interdições” e como isto tudo participa e condiciona diretamente seu cotidiano na cidade.

Assim, ao relacionar diversidade e desigualdade, estrutura e conjuntura, em uma perspectiva simultaneamente sincrônica e diacrônica, os palestrantes desta mesa-redonda vão enfatizar sujeitos e temáticas de modo geral invisibilizados em nossas pesquisas, como as pessoas em situação de rua, desvelando a necessidade de se “analisar e refletir sobre o modo com o qual a colonialidade pode estar presente e participa na construção de geografias, sobretudo a partir de diferentes escalas e lógicas indissociáveis que envolvem posicionalidades, territórios e fronteiras”, como propõe Robaina; ou ainda, de se “investigar e problematizar a percepção/leitura da realidade, para (se) chegar a [...] outra percepção/leitura”, “em outras palavras: uma reflexão sobre a situacionalidade”, um “pensar sobre a própria condição de existir” em um mundo que constituímos, “junto com os outros, em relações que nos constituem naquilo que estamos sendo”, na visão de Turra Neto.

Enfrentamentos e contra-espacos: a afirmação do político?

Oliveira afirma que, ao “promover múltiplos enfrentamentos ao racismo institucional e politizar os patrimônios afro-diaspóricos esquecidos e/ou silenciados”, o movimento negro vai estabelecer contraespacos que apontam para “uma nova arena de luta por políticas públicas que garantam a

preservação e o uso do patrimônio público” e que envolvam “estratégias de decolonização, isto é, a reconstrução de heranças, memórias, trajetórias, inscrições e projetos espaciais”.

Por outro lado, Robaina vai reconhecer que para os sujeitos em situação de rua há todo um conjunto complexo de relações envolvendo “regras de interação social, estabelecendo proximidades e distâncias”, que “acabam por ordenar diferentes quadros geopolíticos na cidade, estes extremamente sensíveis à mudança, onde aberturas, elasticidades, rigidezes e rupturas podem ser rapidamente impostas sobre as próprias relações e os espaços”. Assim, o silêncio e a invisibilidade vão estabelecer algumas destas geografias, o que inclui “as próprias instituições que lidam diretamente com estes sujeitos, como a assistência social, a guarda municipal e a polícia”.

E aqui algumas questões parecem pertinentes:

- Que contraespaços e em que situações espaço-temporais?
- Que políticas públicas em um contexto de Estado capitalista e sob a égide do neoliberalismo?
- Que estratégias de decolonização em um quadro de agravamento das desigualdades e do desemprego, em contextos cada vez mais adversos de racismo, misoginia, homofobia etc.?
- Que utopias? Que novos projetos espaciais? Em uma sociedade na qual os muros e as barreiras dominam?

Afirma-se aqui que o espaço público e a política só podem ocorrer e se realizar onde os muros e as paredes não dominam (SENNET, 1998). E é claro que muros e paredes aqui não têm só um sentido físico. Os muros simbólicos são, aliás, muito mais eficientes, pois legitimam os limites identitários que excluem o diferente e inviabilizam a expressão (e a negociação) das diferenças em contato, em interação, em conflito e em disputa.

Não há possibilidade de política em espaços psicomórficos, onde os limites identitários se sobrepõem e justapõem territórios fechados, limitados psicológica e emocionalmente. E a cidade não existe verdadeiramente se fragmentada em bairros fechados em sua identidade e contra a cidade. Por outro lado, a cidade é um conjunto de bairros diferentes, e essa diferença precisa sempre ser negociada e disputada. Há aí o tempo todo diferenças e identidades em disputa, em jogo, mas em que espaços (públicos, políticos) se negociam essas disputas? Essa é a questão. Onde os muros e os limites (físicos e simbólicos) imperam, esses espaços simplesmente desaparecem!

Lefebvre (1991, 2000, 2004) percebeu que, na fase crítica do capitalismo, é a esfera da reprodução que sustenta a sobrevivência do sistema, que as “lutas” agora se dão mais nos lugares de residência/lazer que nos lugares de trabalho, daí a ideia de direito à cidade, do “espaço” como dimensão central para a sobrevivência do modo de produção: o sistema se sustenta, propaga e amplia com base nas relações de reprodução. E as possibilidades de criação de novas “necessidades”, a partir de sonhos e desejos capturados, são bem amplas na esfera da reprodução: o sonho da casa própria, do primeiro automóvel, da máquina de lavar etc. (sem esquecer do consumo de “objetos culturais”).

Mas, nesse contexto, o sistema permanece intacto também pelas necessidades criadas por grupos, comunidades ou territórios alternativos/resistentes e/ou insurgentes. E, inclusive, há novas necessidades de consumo geradas por esses grupos, bem como por empresas que se especializam nessas necessidades: cosméticos para a classe média negra, roupas e acessórios para *hiphoppers* e capoeiristas, produtos orgânicos para aqueles que se declaram vegetarianos e naturalistas etc. Lembre-se com Harvey (2005) que não há diferença que não possa ser capturada como mais-valia relativa pelo capitalismo. Isso explicita também um aspecto específico da dialética entre identidade e diferença: a diferença que se deixa capturar como “sonho de consumo” e se torna identidade, não de cidadãos, mas de consumidores.

Em determinadas conjunturas, a comunidade e o território “se fecham” contra o “sistema”, que permanece intacto estruturalmente, já que são justamente as “necessidades” criadas na esfera da reprodução que transformam esse fechamento em lucro. Ou seja: sem política, sem espaço público, o que há é, quase sempre, a captura conjuntural dos desejos e dos sonhos de indivíduos e grupos. E aí vemos também de modo muito claro que essas estratégias de persuasão são sempre mais eficientes para a manutenção do sistema do que a dominação pela força bruta, embora isso também venha para a ordem do dia quando necessário (e as cidades brasileiras, nos últimos anos, são testemunhas cabais desses fatos).

Referências

- BAUDRILLARD, Jean. *Para uma crítica da economia política do signo*. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Edições 70, 1995.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4. éd. Paris: Anthropos, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. 2. reimp. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- POCHMANN, Marcio. *Nova Classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. 6. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SERPA, Angelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 169-188.
- SERPA, Angelo. Lazer e trabalho no espaço urbano-metropolitano contemporâneo. *Mercator*, Fortaleza (on-line), v. 14, p. 137-148, 2015b.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

Do espaço ao contraespaço

A luta antirracista decolonizando¹ o urbano carioca

Denilson Araújo de Oliveira

Introdução

Neste trabalho buscamos construir uma genealogia do que tem sido chamado por ativistas e movimentos sociais no Brasil de genocídio negro. Nossa hipótese é que a ideia do negro foi inventada como um problema espacial pelo imaginário moderno-colonial desde o início de nossa formação, justificando o extermínio.² O projeto racial (MOREIRA, 2019) em curso, promovido pela colonialidade do poder, definiu o negro com um problema espacial (QUIJANO, 2000; OLIVEIRA, 2019) ao estabelecer uma hierarquia da diversidade humana pela ideia de raça instituindo usos do espaço por critérios raciais (QUIJANO, 2000; OLIVEIRA, 2019). Esse padrão de poder mobiliza um projeto bionecropolítico, definindo uma po-

¹ Seguimos a sugestão de Oliveira (2018, p. 101-102) quando afirma que “Decolonizar significaria, então, no campo da educação, uma práxis baseada numa insurgência educativa propositiva – portanto não somente denunciativa – por isso o termo ‘DE’ e não ‘DES’ – em que o termo insurgir representa a criação e a construção de novas condições sociais, políticas e culturais e de pensamento. Em outras palavras, a construção de uma noção e visão pedagógica que se projeta muito além dos processos de ensino e de transmissão de saber, uma pedagogia concebida como política cultural, envolvendo não apenas os espaços educativos formais, mas também as organizações dos movimentos sociais. Decolonizar na educação é construir outras pedagogias além da hegemônica. DEScolonizar é apenas denunciar as amarras coloniais e não constituir outras formas de pensar e produzir conhecimento”. Tal proposta extrapola o campo da educação e nos permite o reconhecimento das agências negras diaspóricas produzindo contraespaços (MOREIRA, 2007; OLIVEIRA, 2019).

² Mbembe (2014) diferencia a palavra negro em maiúsculo e minúsculo para afirmar uma lógica emancipadora e protagonista (Negro) frente uma lógica de submissão e humilhação (negro). Aqui negro em minúsculo será o projeto de espaço hegemônico e Negro, em maiúsculo, o projeto de contraespaço.

lítica administrada de morte *em defesa da sensação racial de segurança* para o controle de espaços e corpos (MBEMBE; 2006; QUIJANO, 2000; OLIVEIRA, 2019). Nosso objetivo é analisar como esse problema espacial foi inventado como inerente à produção social do espaço urbano brasileiro e como a luta histórica do Movimento Negro envolve a criação de contraespaços (MOREIRA, 2007).

O Negro como um problema espacial

Somos uma sociedade marcada por uma formação escravocrata regida pelo racismo. Falar sobre esse tema significa compreender dimensões da nossa sociedade geralmente silenciada, especialmente suas grafagens espaciais. O racismo busca instituir um modo de ser e compreender o mundo. Logo, a luta antirracista envolve tanto uma dimensão ontológica³ quanto epistemológica⁴ de contraespaços (MOREIRA, 2007). O racismo brasileiro é um sistema complexo que intersecciona múltiplas hierarquias. Ele é dinâmico, plural, com inúmeras variações regionais, se articula em diferentes escalas e é imanente à produção social do espaço. O racismo é um reflexo social, um condicionante e um dispositivo de interrupção da ação que define para não brancos um uso discriminado do espaço e para os brancos um uso indiscriminado do espaço. Forjado pela ideia de garantia de *sensação racial de segurança*, ele interdita, cons-

³ Fanon (1969) afirma que o foco do racismo não é apenas um indivíduo, mas um modo de ser. Logo, a dimensão ontológica da luta antirracista envolve uma práxis insurgente de modos de ser ancestrais invisibilizados pelo eurocentrismo.

⁴ A epistemologia criada na modernidade foi inerente à dimensão colonial. Para Grosfoguel (2016, p. 40): “Nas Américas os africanos eram proibidos de pensar, rezar ou de praticar suas cosmologias, conhecimentos e visão de mundo. Estavam submetidos à um regime de racismo epistêmico que proibia a produção autônoma de conhecimento. A inferioridade epistêmica foi um argumento crucial, utilizado para proclamar uma inferioridade social biológica, abaixo da linha da humanidade. A ideia racista preponderante no século XVI era a de ‘falta de inteligência’ dos negros, expressa no século XX como ‘os negros apresentam o mais baixo coeficiente de inteligência’.”

Estes processos geravam um monopólio do conhecimento masculino, branco, heteronormativo, das classes superiores e ocidental na leitura de mundo. Desta forma, a universidade, tributária deste processo, foi sendo marcada por privilégios epistêmicos de definir o que é verdade e o que é a realidade, gerando injustiças cognitivas e desqualificação de outras formas de conhecimento.

trange e cria mais obstáculos para determinadas trajetórias (OLIVEIRA, 2019).

Campello (2018, p. 174) afirma que o debate sobre segurança recaía sobre a escravidão. Assim, “Se pudéssemos qualificar o conjunto de normas penais aplicáveis às infrações cometidas pelos escrav[izad]os, à luz das doutrinas modernas, teríamos, sem dúvida, a construção de um verdadeiro *Direito Penal do Inimigo*” (CAMPELLO, 2018, p. 174). Esta ação foi um projeto espacial, pois era preciso impor uma ordem espacial das relações raciais (OLIVEIRA, 2011).

[...] para o Estado imperial brasileiro, o escrav[izad]o não era apenas mais um infrator. Era considerado um inimigo, visto como um problema de segurança pública nacional: “Em todos os países, [...], o escrav[izad]o não é só reputado um *inimigo doméstico*, mas ainda um *inimigo público*, pronto sempre a rebelar-se, a levantar-se”.⁵ (CAMPELLO, 2018, p. 176).

Campello (2018) afirma que o medo de uma grande conflagração de escravizados era um problema real. Isto é, contraespaços em gestação em diferentes escalas. A Revolução Haitiana funcionou como um grande paradigma a ser evitado no Brasil. Assim, a (re)produção do racismo busca eliminar o *mal-estar* diante do corpo negro criando *atitudes de reserva* (FREUD, 2010; SIMMEL, 1967) do branco diante da proximidade espacial do negro. A *atitude de reserva* “não está relacionada apenas à condição econômica do indivíduo, mas também se refere aos preconceitos e estereótipos raciais instituídos no imaginário social e nas consciências das pessoas sobre os negros e moradores de morros, favelas e comunidades” (OLIVEIRA, 2019). O negro como problema espacial define uma existência marcada pela descontinuidade (zonas de penumbra reveladoras de ambivalências na possibilidade de uso e apropriação dos espaços; e zonas opacas que são definitivamente “proibidas” seu uso).⁶

⁵ MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867. p. 36.

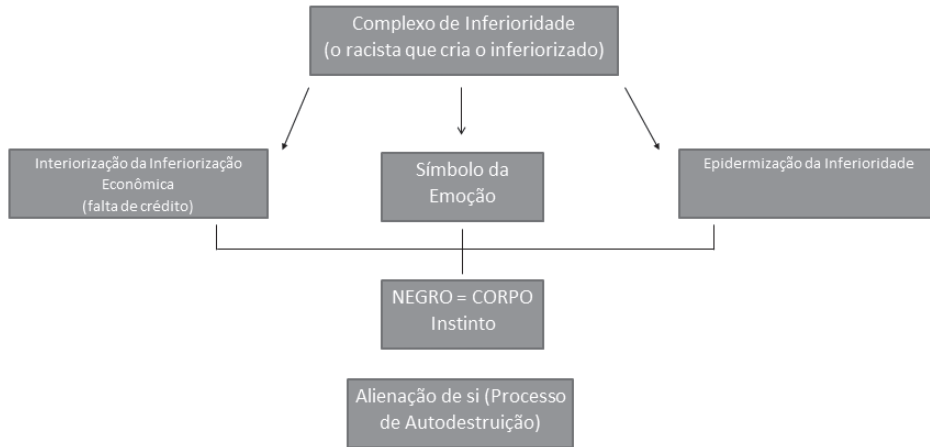
⁶ Um exemplo, de muitos que coletamos, pode ser visto na fala de Pixinguinha a partir de constrangimentos raciais que busca evitar: “[...] porque o Arnaldo Guinle, o Lineu de Paula Machado, o Floresta de Miranda abriam, com o seu prestígio, o caminho para nós... festas, rádio, cinema ... Mas o negro não era aceito com facilidade. Havia muita resistência. *Eu nunca fui barrado por causa da cor, porque eu nunca abusei. Sabia onde recebiam e onde*

O racismo é estrutural da nossa formação. Almeida (2018) afirma que ele está inscrito nas engrenagens da vida social, isto é, o modo “normal” como funcionam as relações familiares, políticas, jurídicas, econômicas, entre outras relações sociais. Não é uma patologia nem um desarranjo institucional (ALMEIDA, 2018). Os comportamentos individuais, coletivos e institucionais derivam de uma sociedade estruturada pelo racismo. O “racismo é regra e não exceção” (ALMEIDA, 2018, p. 38) e não pode ser compreendido apenas como coisa do passado, mas como uma *vontade de poder* no presente, instituidora de formas racializadas de produção, apropriação e uso do espaço. Desta forma, todo contraespaço antirracista gestado é atacado, posto como fútil e ameaçador de nossas relações raciais ditas harmônicas. No Brasil, o racismo foi definido como um *padrão de normalidade* (ALMEIDA, 2018). Entendemos que esse *padrão de normalidade* instituiu no cotidiano um falso complexo de inferioridade e dependência sobre os negros e um falso complexo de superioridade nos brancos como algo natural, e não como algo historicamente constituído (FANON, 2008).

Compreendemos que o falso complexo de inferioridade busca atribuir dois significados canônicos sobre os negros: *a separação de si mesmo* e *a degradação* (MBEMBE, 2014). A *separação de si mesmo* “implica uma tal perda de familiaridade consigo, que o sujeito, estranho a si mesmo, foi relegado para uma identidade alienada e quase inerte” (MBEMBE, 2014, p. 139). Esse significado cria uma cisão e desmembramento de si que gesta o não reconhecimento para-si, já que tudo relacionado ao negro é posto como coisa ruim. Concomitantemente, a *separação de si mesmo*, o complexo de inferioridade produz a degradação do negro, que significa a (re) produção da condição servil, a negação da sua dignidade, a humilhação, o sofrimento inominável e o rebaixamento do ser (Quadro 1).

não recebiam pretos. Onde recebiam eu ia, onde não recebiam não ia. Nós sabíamos desses lugares proibidos porque um contava para o outro. O Guinle muitas vezes me convidava para eu ir a um lugar. Eu sabia que o convite era por delicadeza e sabia que ele esperava que eu não aceitasse. E assim, por delicadeza, eu não aceitava. Quando eu era convidado para tocar em tais lugares, eu tocava e saía. Não abusava do convite” (VIANNA, 1998, grifos nossos). A fala de Pixinguinha é elucidativa do *negro como lugar*, pois, explicita o seu *habitus* expresso numa espécie de *pedagogia tácita da dominação racista* que busca incutir através de rituais, normas, valores e discurso (verbais e não verbais) que estigmatizam, subalternizam, constringem, restringem e/ou impedem o acesso, o uso e apropriação de determinados espaços e escalas

Quadro 1. Complexo de inferioridade

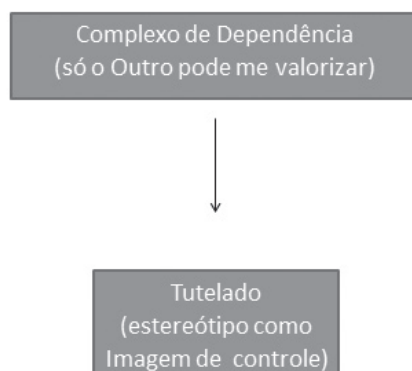


Para nós, o falso complexo de dependência busca instituir outro significado canônico: a *desapropriação* (MBEMBE, 2014). Mbembe (2014) afirma que a *desapropriação* remete, por um lado, a processos de ordem jurídico-econômica que engendraram a depredação material e a expropriação. A violenta diáspora africana que produziu processos de *desapropriação* busca gerar uma singular experiência de submissão que é caracterizada pela falsificação de si pelo outro, produzindo tanto um empobrecimento ontológico quanto um estado máximo de exterioridade. Para Mbembe (2014, p. 140), “Estes dois gestos (a expropriação material e o empobrecimento ontológico) constituíram os elementos particulares da experiência negra e o drama que dela seria o corolário”. Nesta visão, o negro é um problema. A solução é o extermínio físico e/ou torna-se branco (GUERREIRO RAMOS, 1957; FANON, 2008).

Esse complexo de dependência busca incorporar o negro num círculo infernal (FANON, 2008) representado por sísifos, isto é, o esforço absurdo de salvação (CAMUS, 1989) e busca de reconhecimento da branquitude que não tem solução (dependência eterna) e não há possibilidade de revolta (CAMUS, 1999). Neste ideário, o único privilégio negro é o *privilégio da servidão* (CAMUS, 1994). Logo, o racismo brasileiro não é questão de ato falho, arbitrários e atos intencionais ou não (MOREIRA, 2019), mas um padrão de poder que cria uma máquina (re)produtora de mentalidades e hierarquias raciais na produção social do espaço. Essas mentalidades de-

finem o branco como o paradigma, aquele que tem confiança e que recebe *salário público psicológico*, como afirma Du Bois (*apud* SCHUCMAN, 2012); ou seja, o branco pobre possui um *capital racial* que lhe permite usar os espaços dos brancos ricos sem sofrer qualquer tipo de interdição e/ou constrangimento racial. O negro não possui esse capital, mesmo o negro rico.⁷ Logo, precisa sempre de *cartão de visita* (OLIVEIRA, 2011). A tutela é o destino esperado para os negros. Esses falsos complexos instituem formas de subjetivação, ou seja, maneiras de produzir autoconhecimento, viver, ser, interpretar a vida engendrando formas condicionadas de produção, apropriação e uso do espaço.

Quadro 2. Complexo de dependência



O complexo de autoridade institui falas, histórias e espacialidades racialmente autorizadas. Logo, o complexo de autoridade é marcado por lógica arrogante, prepotente e de obstrução de canais de comunicação que inventa o negro como problema espacial (Quadro 3).

⁷ “Há um disseminado desconforto, irritação, talvez medo e apreensão quanto aos negros que ascendem. São considerados arrogantes, agressivos, e frequentemente aparecem expressões que revelam que esses negros invadiram um território que o branco considera seu. Pode-se levantar a hipótese de resistência à mudança da situação das relações raciais, bem como de defesa de espaços de poder e privilégio” (BENTO, 2002, p. 156).

Quadro 3. Complexo de autoridade



O negro foi “[...] o único de todos os seres humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria – cripta viva do capitalismo” (MBEMBE, 2014, p. 19). Expressa uma vida vazia aprisionada na rede de dominação da raça que está em constante movimento para o nada. O nome negro foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, expressando um poço de alucinações (MBEMBE, 2014, p. 19). Para Mbembe (2014), a origem do termo negro é carregada de três dimensões mescladas e indissociadas: 1) negro como marca de um símbolo para morte (um jazigo); 2) o negro como marca de um continente destituído de humanidade (negro e África são termo coproduzidos), em suas formas disformes, da não estética, o antípoda do branco europeu; 3) o termo negro está relacionado a um estado pré-civilizatório, animal, instintivo e sem razão.

Dispositivo racial como um problema espacial

O racismo brasileiro inventou o negro como um problema espacial. Isso começa já no momento do sequestro na África. James (2010, p. 22) afirma que, no contexto do sequestro na África, grupos escravizados no interior eram “amarrados juntos uns dos outros em colunas, suportando pesadas pedras de 20 ou 25 quilos para evitar tentativas de fuga; então marchavam

uma longa jornada até o mar”. Ou seja, o controle da mobilidade é uma das marcas do processo de desreterritorialização (HAESBAERT, 2014). Ainda nos portos na África, outro dispositivo espacial que inventava o negro como o problema é o confinamento.

Nos portos de escrav[izad]os, eles permaneciam amontoados em um cercado para a inspeção dos compradores. Dia e noite, milhares de seres humanos eram apinhados em minúsculas galerias nos “depósitos de putrefação”, onde nenhum europeu conseguiria permanecer por mais de quinze minutos sem desmaiar. Os africanos desmaiavam e se recuperavam ou, então, desmaiavam e morriam; mortalidade naqueles “depósitos” era maior do que vinte por cento. (JAMES, 2010, p. 22).

O navio negreiro forjou uma complexa diversidade de racismos que foram estruturando espacialmente a sociedade brasileira: 1) racismo ambiental, ao instituir os rejeitos e a insalubridade como lugares de negros; 2) o medo branco da concentração espacial de negros (a *sensação racial de in-segurança espacial*); 3) a gestão bionecropolítica do espaço ao definir uma política administrada de morte para manter a disciplina, o controle e a ordem espacial (OLIVEIRA, 2015). Em sua autobiografia escrita com seu editor, Baquaqua (2017), um ex-escravizado que depois de intensas lutas conseguiu sua liberdade, nos diz sobre os horrores que viveu no navio negreiro:

Quando qualquer um de nós se tornava rebelde, sua carne era cortada com uma faca e no corte era esfregado pimenta e vinagre para torná-lo pacífico (!). Assim como os outros, fiquei muito mareado no início, mas nosso sofrimento não causou preocupação alguma aos nossos brutais proprietários. Nossos sofrimentos eram da nossa conta, não tínhamos ninguém para compartilhá-los, ninguém para cuidar de nós, ou até mesmo nos dizer uma palavra de conforto. Alguns foram jogados ao mar antes que a respiração cessasse de seus corpos; quando presumiam que alguém não iria sobreviver, era assim que se livravam dele. Apenas duas vezes durante a viagem fomos autorizados subir ao convés para que pudéssemos nos lavar – uma vez enquanto estávamos em alto-mar, e outra pouco antes de entrarmos no porto. (BAQUAQUA, 2017, p. 53).

4) O cinismo que definia que brutalidade não se aplica aos negros, já que não são humanos ou humanos de menos valor (OLIVEIRA, 2015). Assim, a ideia de um racismo cordial⁸ predominaria em nossa formação. Logo, “a verdade de que o racismo extorpe por onde passa, cobra vidas a rodo, trucida potenciais e sonhos sem remorso” (FLAUSINA, 2017, p. 18); 5) um racismo recreativo⁹ (MOREIRA, 2019) que define o negro como um ser grotesco, para o divertimento do branco. James (2010) confirma nossa tese ao afirmar que

A proximidade de tantos corpos humanos nus com a pele machucada e supurada, o ar fétido, a disenteria generalizada e a acumulação de imundícies tornavam esses buracos um verdadeiro inferno. [...] Nenhum lugar na Terra, observou um escritor da época, concentrou tanta miséria quanto o porão do navio negreiro. [...] Morriam não apenas por causa do tratamento, mas também por mágoa, de raiva e de desespero. Faziam longas greves de fome; desatavam as suas cadeias e se atiravam sobre a tripulação numa tentativa inútil de revolta. O que poderiam fazer esses homens de remotas tribos do interior, no mar aberto, dentro de um barco tão complexo? Para avivar-lhes os ânimos, tornou-se costume levá-los ao tombadilho uma vez por dia e obrigá-los a dançar.¹⁰ Alguns aproveitavam a oportunidade para pular ao mar gritando em triunfo enquanto se afastavam do navio e desapareciam sob a superfície. (JAMES, 2010, p. 23).

⁸ A crença de que eles estavam fazendo “um bem para os escravizados” revela-se no nome de inúmeros navios negreiros, um tipo de racismo conhecido como cordial: Amável Donzela (1788 a 1806), Boa Intenção (1798 a 1802), Brinquedo dos Meninos (1800 a 1826), Caridade (quatro diferentes embarcações usaram esse nome - 1799 a 1836), Feliz Destino (1818 a 1821), Feliz Dias a Pobrezinhos (1812), Graciosa Vingativa (1840 a 1845), Regeneradora (três embarcações usaram esse nome - 1823 a 1825) (MANENTI, 2015).

⁹ Moreira (2019) afirma que ele se constitui com o uso do humor contra negros que ideologicamente se afirma como benigno, mas que: 1) propaga uma hostilidade racial; 2) bestializa os negros; 3) busca produzir um ser programado para servir o branco; 4) afirma uma forma de degradação do negro, buscando impedir o acesso à comunidade política.

¹⁰ Ver o poema “O navio negreiro”, de Castro Alves: “Era um sonho dantesco ... O tombadilho / Que das luzernas avermelha o brilho, / Em sangue a se banhar. / Tinir de ferros ... estalar do açoite ... / Legiões de homens negros como a noite, / Horrendos a dançar ... [...] Presa nos elos de uma só cadeia, / A multidão faminta cambaleia, / E chora e dança ali! [...] No entanto o capitão [...] / Diz do fumo entre os densos nevoeiros: / ‘Vibraí rijo o chicote, marinheiros! / Fazei-os mais dançar!...’”. (N. do T.)

James (2010) aponta distintas modalidades de poder e resistências que resultaram nas mortes de escravizados nos navios negreiros, pois, “Ao contrário das mentiras que foram espalhadas tão insistentemente da docilidade do negro, as revoltas nos portos de embarcação e a bordo eram constantes” (JAMES, 2010, p. 22). Após a terrível viagem pelo oceano, chegavam desnutridos, com feridas infeccionadas e várias doenças.¹¹ O confinamento espacial, no porto e nos tumbeiros, “seleccionava” os mais fortes. Séculos antes da difusão do darwinismo social, a lógica biopolítica no tumbeiro era a de que *os mais fortes sobrevivem*. O foco era produzir corpos amedrontados e dóceis (FOUCAULT, 2005), garantindo a segurança dos proprietários e a chegada das mercadorias. “A grande preocupação era a segurança pública, pois no centro da relação escravocrata existia um imenso medo”¹² (CAMPELLO, 2018, p. 171, grifos do autor). O escravizado era visto como um problema de segurança (CAMPELLO, 2018). Estima-se que pelo oceano morriam entre 10 e 20% de escravizados em revoltas, doenças, suicídio e assassinatos (JAMES, 2010). O navio negreiro simbolizava a reafirmação do negro (esse ser que estava sendo inventado pelo colonizador) como um problema espacial que necessitava de disciplina e controle. Corpos nus acorrentados num espaço imundo durante semanas, às vezes meses, para serem vendidos em outro continente. Lembremo-nos de que os navios negreiros eram também conhecidos como tumbeiros, isto é, espaço de morte. A ideia de segurança nasce carregada de subsídios raciais (MBEMBE, 2014). Disciplinar e domesticar eram o foco da produção de *servos voluntários* (LA BOÉTIE, 1999 [1549]), isto é, educar o oprimido a querer ser um opressor (FREIRE, 2001) e garantir a segurança do colonizador.

Os *servos voluntários* (LA BOÉTIE, 1999 [1549]) se constituíam tanto pela lógica individual quanto por lógicas empresariais (como as Companhias de Capitães do Mato). Pela lógica individual, a *servidão voluntária* visa produzir delatores de revoltas iminentes. Os *servos voluntários* não são regidos pela lógica do medo e/ou da covardia. São educados para serem

¹¹ Após a terrível viagem, era comum que mulheres escravizadas ficassem estéreis por até dois anos (JAMES, 2010).

¹² “Um fato notório afigura-se na preocupação, em constante evidência nos relatórios de presidentes de província e nas correspondências das autoridades, a respeito das possíveis rebeliões e rebeldias escravas, quanto efetivamente, não ocorriam tantas prisões de escravizad[os] como se poderia supor” (CAMPOS, 2007, p. 217).

servos (LA BOÉTIE, 1999 [1549]). Liberdade é ser servo de um senhor. O cristianismo, tanto no contexto colonial quanto pós-colonial, foi e continua sendo um dos principais agentes na produção da *servidão voluntária*. O *servo voluntário* não está sendo enganado. É o oprimido educado para oprimir outros oprimidos e adorar o opressor. Escravidão e servidão voluntária são inerentes ao projeto de dominação racial brasileira.

Os gastos com capitães do mato revelam que a lógica empresarial da *servidão voluntária* era criada por decisões jurídicas do Estado, reafirmando o negro como um problema espacial. Ao longo da história, Estado e capital criaram dispositivos raciais de dividir para poder governar. No contexto colonial, o pelourinho era um dispositivo disciplinar do exercício do poder racial que afirmava a presença do soberano, que garantia a ordem para o escravismo colonial. O pelourinho era um local de castigo e suplício dos negros que se revoltavam contra a ordem instituída. Constituiu-se como um dispositivo de justiça colonial trazido pelos colonizadores da Europa medieval e restituído nas colônias (MALAFAIA, 1997). Através de uma pena pública, tinha como finalidade impedir, pelo temor, a repetição e/ou imitação da realização do *desejo negro*, isto é, ser o senhor do seu destino e livre-por-si. Uma prevenção de “males” futuros de criação de contraespaços. Lembremo-nos de que a liberdade com o projeto da moderno-colonialidade se constituiu como um privilégio dos homens brancos, heterossexuais e com posses. O liberalismo chega ao Brasil comportando a escravidão (GORENDER, 2002). Portanto, o pelourinho era um *emblema paisagístico da autoridade moderno-colonial* para punir os Negros indisciplinados, instituindo uma ordem *em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 2005) branca. O pelourinho era, em geral, “colocado em lugar central e dominante da povoação, em geral em frente à Câmara, Tribunal ou Cadeia, era o lugar de aplicação de penas menores e *sempre de exposição* ao conhecimento, ridículo e vergonha por parte dos vizinhos” (MALAFAIA, 1997, p. 41-42). Não era o local para se aplicar a pena de morte, mas para advertir o Negro da culpa do seu próprio castigo e/ou morte acidental no castigo. O foco era produzir comportamentos espaciais submissos que buscam que o negro se *ponha no seu devido lugar e/ou permaneça no seu devido lugar* (OLIVEIRA, 2011). O pelourinho, além de afirmar um poder racial disciplinar, tinha também elementos necropolíticos, pois fazia morrer pelas feridas abertas com as chibatadas (assim, o senhor nunca poderia ser considerado assassino, pois se definia que o negro não teve cuidado consigo) ou

deixar viver, se obedecessem às ordens raciais. O castigo era visto como um justo merecimento.

Os Negros que estabelecem um contraespaço, como os quilombos, devem morrer tanto em termos materiais quanto simbólicos (totalmente esquecido e que não vire exemplo). Lembremo-nos de que na Revolta dos Malês, na Bahia, muitos revoltosos não foram mortos, mas deportados¹³ (morte simbólica), para se retirar do campo visual e não se tornar exemplo, isto é, deportar os que poderiam ensinar a transgredir (HOOKS, 2013).

As relações raciais na cidade neoliberal

As marcas do passado escravocrata e a constante *vontade de poder* na reprodução do racismo permanecem nas cidades brasileiras atuais regidas pelas políticas neoliberais.

A ascensão do neoliberalismo nas últimas décadas tem sido marcada pelo empresariamento da administração pública, pela transformação da cidade em mercadoria para o mercado mundial de cidades (SÁNCHEZ, 2004) e pelas reconfigurações da colonialidade nas políticas urbanas. A cidade administrada como empresa no Brasil utiliza-se de um sofisticado princípio racial para atrair megaeventos e empreendimentos. Coloca-se no centro das discussões a permanência da colonialidade com os processos de “revitalização dos espaços”, que invisibilizam os conteúdos raciais que os produziram (QUIJANO, 2005). As cidades não são para se viver, mas para se exibir (BARBOSA, 2002) o mito da democracia racial e do povo cordial para criar atratividade de capital internacional.

O debate da segurança pública é um dos elos com a cidade colonial. *A sensação racial de segurança* torna-se a tônica no contexto neoliberal. Criam-se *sistemas peritos* (GIDDENS, 1991) *da branquitude*¹⁴ para vigiar

¹³ Deportar revoltosos foi também um instrumento mobilizado para eliminar a produção de mártires. “Pela Lei nº 09, de 13 de maio de 1835, ficou determinada a deportação de libertos, suspeitos ou não, vivendo na Bahia. Ou seja, criou-se um programa de deportação em massa, com a imposição de um estrito e severo controle sobre essa comunidade, inclusive sobre aspectos da sua vivência religiosa, que foram atacados por estarem relacionados à gênese da insurreição (*Ibidem*, p. 498-499)” (CAMPELLO, 2018, p. 182).

¹⁴ O uso político racial de detectores de metais em bancos, câmeras de vigilância e outros aparatos técnico-científicos-informacionais pelos setores de segurança tanto pública

e punir os *elementos cor padrão* fora da ordem espacial racial instituída.¹⁵ Esses *sistemas peritos da branquitude* são a expressão de um racismo institucional que atua por *desencaixe*, ou seja, “[...] ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p. 24). Os *sistemas peritos da branquitude* atuam com uma programação criminalizante do negro (GIDDENS, 1991; FLAUZINA, 2017). Giddens (1991) lembra que na modernidade esses sistemas peritos dependem da ideia de confiança, isto é, dar credibilidade pública. O negro foi inventado moderno-colonialmente como um ser que não tem e nem se deve ter confiança. Entendemos que ele é o primeiro a ser esquadrinhado, culpado de crimes e, no limite, culpado de sua própria morte numa operação policial truculenta. Para Giddens (1991, p. 26), os sistemas peritos são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”. Deposita-se confiança numa série de sistemas de vigilância da cidade para garantir a ordem espacial e diminuir o “risco” de atos delituosos. O critério racial tem sido geralmente utilizado para definir quem vai ser ou não esquadrinhado, vigiado, punido ou mesmo morto. Em geral, ele se intersecciona com a dimensão de classe e geracional. Por isso, chamamos de *sistema perito da branquitude ou mobilizado pela branquitude e dominação social*, criminalizando o negro. Cria-se um *regime de fachada* estruturado pelo *sistema perito da branquitude*, silenciando a história do nosso *regime de fundo de quintal*.¹⁶

quanto privada como câmeras de reconhecimento facial vem mobilizando critérios raciais na averiguação de pessoas como potenciais criminosos para controle do espaço. Os controladores dos sistemas peritos acreditam-se neutros e não racistas, mas seus alvos são principalmente negros.

¹⁵ Em nossa dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2006), entrevistamos integrantes do grupo de Hip Hop Elemento Cor Padrão (Rico Zn e Sancho). Assim Rico Zn nos definiu o significado do nome do grupo:

“[...] Elemento cor-padrão, para quem não sabe, é uma norma criada pelas autoridades para caracterizar o negro como elemento suspeito. Elemento, pô [sic], é o padrão de abordagem. Qual é a cor? Não precisa nem falar, né [sic], que é o negro. Elemento cor-padrão, o cara fala assim, pô [sic], o que significa isso ... Já tá [sic] aí Zona Norte, Elemento Cor Padrão, Rico ZN e Sancho” (Entrevista concedida em 14/8/2003).

¹⁶ Fachada e os fundos se construíram, no Brasil, como expressão espacial de nossas relações raciais. A fachada foi se constituindo como o alvo da branquitude, e a geografia dos fundos se constituiu como forma espacial de r-existência negra e diaspórica. Lembremo-nos de que um dos mais famosos grupos de samba no Brasil é chamado de *Fundo de Quintal*.

A cidade no contexto neoliberal não é construída para integrar a sociedade, mas para quem pode pagar por segurança, conforto e privilégio. Mais segurança é igual a menos liberdade.¹⁷ As políticas de in-segurança ao longo da nossa história se constituíram como um dispositivo racial de controle do espaço. O discurso do medo urbano e a guerra à in-segurança ficionam um inimigo, passando a alimentar-se de imaginários racistas e estigmatizantes na construção de muros, guardas privados no espaço público e sistema de vigilância eletrônica. Para a produção e manutenção desta ordem, é necessário mobilizar o racismo de Estado e o imaginário colonial na condução da política de in-segurança. Como diz a música do grupo O Rappa: “*Todo camburão tem um pouco de navio negreiro*”. Essa narrativa racista busca segurança material, simbólica e ontológica frente aos ambientes de “risco”. Para Giddens (1991, p. 84) a segurança ontológica “[...] se refere à crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes”. “A segurança ontológica e a rotina estão intimamente vinculadas, através da influência difusa do hábito” (GIDDENS, 1991, p. 89). Grupos conservadores utilizam-se da ideia de segurança ontológica para garantir tanto os seus *bens oligárquicos sob hegemonia econômica e racial* (OLIVEIRA, 2014) quanto a reprodução dos seus privilégios raciais e econômicos na apropriação e uso dos espaços vitrines da cidade (OLIVEIRA, 2014). Giddens (1991) afirma que certas categorias de indivíduos mentalmente insanos, esquizofrênicos [e que alimentam discursos fascistas de ódio], são incapazes de coabitar no mesmo universo social com grupos considerados, por estes, diferentes. A lógica conservadora e reacionária usa a ideia de *segurança ontológica* para definir gestões bionecropolíticas como instrumento eugênico de purificação e contenção racial no uso do espaço (OLIVEIRA, 2015). Espera-se que o poder público garanta a gestão bionecropolítica que elimine o *estado de*

Porém, na necessidade de demonstrar que *não somos racistas*, colocam-se negros na paisagem da *fachada* para afirmar que somos uma *democracia racial*, mesmo quando negros são constrangidos e/ou não são desejados que usem determinados espaços.

¹⁷ A ideia de liberdade de uso e apropriação do espaço historicamente esteve racialmente normatizada. Logo, as abordagens policiais buscando identificar criminosos são mais voltadas para pessoas negras. Inúmeros estudos têm demonstrado que as mortes em decorrência dos autos de resistências são majoritariamente de negros. A reprodução da colonialidade coloca que a liberdade para os negros sempre foi marcada por constrangimentos e comportamentos espaciais marcada por critérios raciais.

alta-in-segurança ontológica (GIDDENS, 1991). As contenções territoriais que mobilizam critérios raciais não são fixas (muros), mas fluidas (barreiras) (HAESBAERT, 2014). Mas, apesar dos princípios de fechamento, não há contenção sem contornamento (HAESBAERT, 2014). Os contornos são reveladores de questionamentos do mito espacial da democracia racial e da criação de contraespaços (MOREIRA, 2007).

Ao reduzir tudo à mercadoria, o neoliberalismo intensifica a “[...] produção da indiferença, a codificação paranoica da vida social em normas, categorias e números, assim como por diversas operações de abstracção que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais”¹⁸ (MBEMBE, 2014, p. 13). O neoliberalismo se constituiu como um “excepcional extrato purificador” que define o tipo de sociedade/espaço a ser racialmente preservada (LANDER, 2000). O racismo brasileiro (re)cria condições para impedir a reconstrução das experiências de luta contra o racismo definindo o que deve ser lembrado, onde deve ser lembrado, como deve ser lembrado, quando deve ser lembrado, em que contexto deve ser lembrado, quais inscrições serão escolhidas para serem lembradas e, principalmente, o que deve ser esquecido, silenciado e apagado para não comprometer as estruturas sociais de poder racista que, paradoxalmente, não se vê como racista.

A questão racial no contexto das políticas neoliberais na cidade do Rio de Janeiro

Na cidade do Rio de Janeiro, as políticas neoliberais aplicam uma gestão bionecropolítica ao definir: 1) que pessoas negras podem morrer e/ou ser expostas a condições insalubres que provocam a morte por serem classificadas como não rentáveis e de menos valor (VALVERDE, 2019); 2) políticas racializadas de memórias e heranças afrodiáspóricas a serem preservadas; 3) gestão dos espaços culturais sustentada por fundamentalismo cristão evangélico que demoniza e desfinancia formas espaciais da diáspora; 4) controle racial do uso dos espaços vitrines (ROLNIK, 1988) da cidade.

¹⁸ Ver HIBOU, Béatrice. *La Bureaucratization du monde à l'ère néolibérale*. Paris: La Découverte, 2012.

A zona portuária do Rio de Janeiro foi eleita como um desses espaços vitrines (ROLNIK, 1988) do projeto neoliberal. Disputas acerca do sentido do lugar se revelam com as obras criando um *regime de fachada* com o Porto Maravilha¹⁹ em tensão com os *regimes de fundo* de quintal com a Pequena África.²⁰ Essas tensões podem ser compreendidas nas investidas de processos de branqueamento do território (SANTOS, 2018).

A história local da parte da cidade em que se situa o Cais do Valongo é repleta de eventos e processos característicos do que Santos (2009) chama de “branqueamento do território”. [...] Assim, o projeto de branqueamento teve, segundo esta leitura, uma pluralidade de dimensões espaciais. Três vertentes então são apontadas: o *branqueamento da ocupação*, com a substituição de não brancos (negros e indígenas) por brancos na composição populacional de porções do território (através de assentamentos de imigrantes, expulsão [remoções] ou extermínio dos indesejados); o *branqueamento da imagem* do território, com narrativas de histórias locais que se iniciam a partir da chegada dos brancos, e eliminam a presença de outros grupos enquanto protagonistas de processos históricos; e o *branqueamento cultural* do território, com a imposição da primazia de matrizes, signos e símbolos culturais que constituem e identificam territórios, lugares e regiões.

¹⁹ O projeto Porto Maravilha é de uma das muitas políticas neoliberais voltadas para inserir pontos da cidade do Rio de Janeiro no mercado mundial de cidades (SÁNCHEZ, 2004). Ela envolve uma área de mais de 5 milhões de metros quadrados da região portuária do Rio de Janeiro, abrangendo os bairros Caju, Gamboa, Saúde, Santo Cristo e parte do Centro da cidade. O projeto é fruto de uma Operação Urbana Consorciada (OUC) que aportou vultosos recursos públicos e parcerias com a iniciativa privada de renovação e “revitalização urbana” da região portuária do Rio de Janeiro. Criada no contexto dos megaeventos (especialmente Copa do Mundo do Brasil e Olimpíadas do Rio de Janeiro), a paisagem da região portuária tem sido intensamente transformada com a retirada do viaduto da Perimetral, instalação do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), criação do *boulevard* olímpico, Museu do Amanhã, Museu de Arte do Rio, torres espelhadas voltadas para empresas privadas, roda gigante, AquaRio, entre outros. Cria-se uma cidade para quem pode pagar e remove-se a população pobre (majoritariamente negra) da localidade. As obras do Porto Maravilha têm criado um regime de fachada para o turismo internacional com reformas urbanísticas pontuais com práticas higienistas de controlar o uso dos corpos nos espaços da cidade.

²⁰ Nome dado por Heitor dos Prazeres (1898-1966), percebendo as marcas espaciais das tradições africanas e afro-brasileiras nas formas de produção, apropriação e uso do espaço nessa localidade.

O branqueamento aparece, nesta leitura, como a diretriz da biopolítica racial hegemônica, que se territorializa constituindo um conjunto de dispositivos de poder materializados em políticas como assentamentos, expulsões e deslocamentos de populações, na produção de representações e controle dos regimes de visibilização e das leituras sobre tais processos, imposição de formas culturais de comportamento e relação sociedade-natureza, entre outros. Tais dispositivos articulam, de maneiras cambiantes em diferentes contextos (temporais e espaciais), as diversas dimensões que toma o dado racial – sobretudo, as dimensões biológica (fenotípica) e a cultural. (SANTOS *et al.*, 2018, p. 5).

As “descobertas” dos sítios arqueológicos da diáspora africana no Largo da Santa Rita e na Gamboa, como o Cais do Valongo e os Cemitérios de Pretos Novos, são reveladoras de um *regime de fundo de quintal* que não é reconhecido por órgãos públicos e pela Igreja para problematizar a violência racial na estruturação da cidade do Rio de Janeiro. Pressões do Movimento Negro não diminuíram o ímpeto do Estado em criar políticas de esquecimento dos *lugares de memória* (NORA, 1993) da diáspora mobilizando *servos voluntários* (LA BOÉTIE, 1999 [1549]), suavizando a questão racial num contexto de ascensão de ideias fascistas no Brasil.

Figura 1. Visita de campo nas heranças do Cais do Valongo



Fonte: Acervo pessoal

Figura 2. Santuarização do território do Cais do Valongo com a cerimônia de lavagem na marcha dos 21 dias de ativismo contra o racismo (2018)



Fonte: Acervo pessoal

Figura 3. Visita afro-referenciada na região central da Pequena África com a historiadora Mônica Lima



Atividade da campanha dos 21 dias de ativismo contra o racismo (2020). Fonte: Acervo pessoal

As imagens revelam um triplo processo de resistência. Uma política de escala do Movimento Negro de transformação do Cais do Valongo em Patrimônio da Humanidade. Estima-se que mais de um milhão de escravizados passaram pelo Cais do Valongo. A segunda dimensão do enfrentamento ao racismo envolve o processo de *santuarização do território* (MBEMBE, 2014), com a cerimônia de lavagem do Cais do Valongo. Isso tem significado a recuperação das *agências negras* nas rugosidades (SANTOS, 2002; ASANTE, 2009), isto é, restituir como campo santo. São lutas por respeito, dignidade e reconhecimento espacial das histórias que tentaram ser apagadas. Ademais, inscrevem-se na paisagem as rugosidades (SANTOS, 2002) das lutas negras, como o antigo armazém das Docas Pedro II, construído pelo engenheiro negro André Rebouças (Figura 3). Ele foi um abolicionista e diretor de obras da Alfândega que, num contexto escravocrata, impedia o uso de mão de obra escravizada nas obras que coordenava. Ele criou prédios erigidos por trabalhadores negros livres, como outro projeto de sociedade, e lutava por uma abolição na qual se comportava a ideia de reforma agrária como elemento imanente. Hoje o prédio do armazém das docas está numa batalha judicial para construir um memorial da diáspora.

Figura 4. Visita de Campo no IPN (Segundo Cemitério de Pretos Novos)



Fonte: Acervo pessoal

Na Figura 4, do IPN (Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos), a luta tem se constituído contra o descaso e desfinanciamento da prefeitura na preservação do sítio arqueológico. A luta por *lugares de memória corporificados* problematiza o nosso passado, questiona o nosso presente e interroga que futuro nós estamos construindo. Os trilhos do trem do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) numa área marcada por sítio arqueológico é a expressão de que não há modernidade sem colonialidade definindo quais memórias podem ser apagadas. O mesmo exemplo poderia ser colocado nas obstruções e dificuldades para construir um museu para abrigar os mais de 100 mil objetos ligados à diáspora descobertos nas obras do VLT e do Porto Maravilha e a rápida construção do Museu do Amanhã com vultosos recursos.

Figura 5. Visita de campo na Pedra do Sal



Fonte: Acervo pessoal

Figura 6. Visita de Campo na Pedra do Sal



Fonte: Acervo pessoal

Figura 7. Aula pública de combate ao racismo feita pela Associação de Geógrafos Brasileiros (seção do Rio de Janeiro) aos pés da estátua da bailarina negra Mercedes Batista, no Largo da Prainha



Fonte: Acervo pessoal

Já nas Figuras 5, 6 e 7 verificam-se as agências produzindo *lugares de memórias corporificados* explícitos e ocultos com os grafismos na paisagem da Pedra do Sal.²¹ A criatividade dos grafismos que emanam discursos ocultos é reconhecida apenas pelos que dominam o código e definem uma permanência do enfrentamento por um prazo maior, pois muitas vezes não é percebida como enfrentamento (SCOTT, 2004). São práticas culturais afrodiaspóricas restituindo o protagonismo Negro, como a luta contra a opressão racial. Há também outros *lugares de memória corporificados*, como a estátua da bailarina negra Mercedes Batista, no Largo da Prainha, no bairro da Saúde. A imagem de uma mulher negra no espaço público rompe com a subalternização da subalternização da subalternização (ROJAS, 2004) ao interseccionar gênero, raça e classe. O local da estátua e suas proximidades já abrigaram a violência do comércio de escravizados e uma forca com a função de abater condenados à morte (escravizados e dissidentes do sistema em geral no período colonial), e esse mesmo local já foi um lugar de encontro e celebração de músicos ligados ao samba (PEREIRA, 2007). Esta localidade também já abrigou muitos terreiros ligados às religiões de matriz afro e zungu²² que foram sendo expulsos com a urbanização/branqueamento, ou seja, a modernidade e sua imanente colonialidade. A luta do Movimento Negro pela politização do espaço envolve a construção de memória de ancestralidades africanas que mobilizam politicamente a culinária e a festa como instrumento de consciência política e reconhecimento das agências da diáspora. Contudo, vemos que essa região e seu entorno estão em disputa.

²¹ Nas religiões de matriz afro, as *pedreiras* são campos de ressonâncias do orixá Xangô. A natureza é aí socialmente produzida pela religião. Vemos aí o antirracismo inscrito nas religiões de matriz afro no Brasil que expressa a natureza como potência de realidades de mundos religiosos africanos. Portanto, discursos ocultos como infrapolítica dos grupos postos como desvalidos (SCOTT, 2004) são transmitidos e cultuados na Pedra do Sal pelos religiosos da umbanda e do candomblé, que historicamente constituíram a Pedra do Sal como espaço de encontro, de criatividade e produção de subjetividades negras com as rodas de samba e manifestações culturais afro-brasileiras no passado e no presente. São lutas contra a opressão espiritual e epistêmica que definem ontologias políticas (ESCOBAR, 2015) como instrumento de preservação e defesa de outros modos de ser-estar no mundo e propõe direitos territoriais negados e subalternizados pelo eurocentrismo (ESCOBAR, 2015).

²² Lopes (2004, p. 698) afirma que os zungus eram: “Cortiços, coloji, habitações de negros pobres. O nome designou também cada um dos estabelecimentos comerciais no Rio de Janeiro colonial, com oferta de música, refeições e pousada, mantidos em geral por negros minas libertos. Do quicongo *nzungu*, ‘panela’, ‘caldeirão”.

Figura 8. *Boulevard* Olímpico e o projeto Porto Maravilha (Zona portuária do Rio de Janeiro): a monumentalização estetizada dos espaços públicos



Foto: Leandro Tartaglia (2016)

A Figura 8, retirada de Tartaglia (2018), do grafite institucional “Etnias”, busca, através de uma paisagem grandiosa do *boulevard* olímpico, ressaltar o *regime de fachada* com o uso ideológico da diversidade cultural associando-o com o simulacro da harmonia social da sociedade brasileira inscrita na paisagem do Porto Maravilha. Esse processo silencia as remoções, os despejos forçados na região e a especulação imobiliária, expulsando a população tradicionalmente negra dos bairros e dos arredores nos últimos anos, usando uma imagem que quer ressaltar a dita democracia racial para branquear o território (SANTOS, 2018).

As tensões entre regime de fachada e de fundo de quintal revelam projetos portadores de contraespaços do passado e do presente que estão sendo impedidos de se realizarem. O seu reconhecimento envolve não apenas as memórias do passado, mas também como serão construídas *memórias do/para o futuro* no combate a subjetividades racistas que têm alimentado o genocídio negro. Eis agendas de luta que estão sendo construídas.

Referências

- ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ASANTE, M. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- BAQUAQUA, Mahommah Gardo. *Biografia de Mahommah Gardo Baquagua: um nativo de Zoogoo, no interior da África*. Trad. Lucciani M. Furtado. São Paulo: Uirapuru, 2017.
- BARBOSA, J. L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: POSGEO/UFF. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói: UFF, 2002. p. 125-146.
- BENTO, M. A. S. *Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, USP, São Paulo, 2002.
- CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo: ensaio sobre o absurdo*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- CAMUS, Albert. *O primeiro homem*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- CAMUS, Albert. *O homem revoltado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CAMPELLO, A. B. *Manual Jurídico da Escravidão: Império do Brasil*. Jundiaí: Paco, 2018.
- CAMPOS, Adriana P. Crime e escravidão: uma interpretação alternativa. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- ESCOBAR, A. Territórios de diferença: la ontologia política de los “derechos al territorio”. *Desenvolvi. Meio Ambiente*, v. 35, p. 89-1000, dez. 2015
- FANON, F. *Em defesa da revolução Africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1969.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, 2008.
- FLAUZINA, A. L. P. Apresentação. In: ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Torres, 2005.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à*

- psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GORENDER, J. Liberalismo e escravidão. Entrevista com Jacob Gorender. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 46, 2002.
- GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemiocídios do longo século XVI. *Soc. estado.*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, apr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 fev. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>.
- GUERREIRO RAMOS, A. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.
- HAESBAERT, R. *Viver no limite*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HOOKE, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática libertária*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- JAMES, C. L. R. *Os Jacobinos Negros*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LA BOÉTIE, E. *Discurso da servidão voluntária ou o contra um*. Trad. Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1549].
- LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (org.) *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- LOPES, N. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- MALAFIA, E. B. A. *Pelourinhos portugueses: Tentâmen de Inventário Geral*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, dez. 1997. (Coleção Presença da Imagem)
- MANENTI, C. Lista com nomes de navios negreiros escancara cinismo dos comerciantes de seres humanos no Oceano Atlântico. *Portal Geledés*, 24 abr. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lista-navios-negreiros-cinismo-comerciantes-seres-humanos-oceano-atlantico/>.
- MBEMBE, A. *A necropolítica*. Sevilla: Fundación BIACS. 2006.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- MOREIRA, A. *Racismo recreativo*. São Paulo: Pólen, 2019.
- MOREIRA, R. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade e do Estado, do privado e do público na ordem espacial bur-

- guesa. In: SANTOS, Milton *et al.* *Território, Territórios: ensaios de ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, D. A. *Territorialidades no mundo globalizado: outras leituras de cidade a partir da cultura Hip Hop na metrópole carioca*. 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- OLIVEIRA, D. A. *Por uma Geografia das relações raciais: o racismo na cidade do Rio de Janeiro*. 2011. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- OLIVEIRA, D. A. O marketing urbano e a questão racial na era dos megapreendimentos e eventos no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 16, n. 1, p. 85-106, maio 2014.
- OLIVEIRA, D. A. Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. In: COPENE SUDESTE, 2015, Nova Iguaçu. *Anais [...]*. Nova Iguaçu, 2015.
- OLIVEIRA, D. A. Prefácio. In: JUNIOR, Prettu. *Um pouco além das rimas: o negro e a cidade*. Rio de Janeiro: Projeto Gráfico Samba Group, [s. d.]. Disponível em: <https://afro21.files.wordpress.com/2017/02/um-pouco-alc3a9m-das-rimas-o-preto-e-a-cidade.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2019.
- OLIVEIRA, L. F. O que é uma educação decolonial? In: OLIVEIRA, L. F. *Educação e Militância Decolonial*. Rio de Janeiro: Selo Novo, 2018.
- PEREIRA, J. C. M. S. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro: Garamond*, Prefeitura do Rio de Janeiro, 2007.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- ROLNIK, R. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROJAS, A. Subalternos entre los subalternos: presencia e invisibilidad de la población negra en los imaginarios teóricos y sociales. In: ROJAS, A. *Conflicto e (in)visibilidad Retos en los estudios de la gente negra en Colombia*. Cali: Editorial Universidad del Cauca, 2004. (Colección Políticas de la alteridade)

- SÁNCHEZ, F *et al.* Produção do sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 107, p. 39-56, jul./dez. 2004.
- SANTOS, J. R. O negro como lugar. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, CCBB, 1996. p. 219-223
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: tempo e técnica, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SANTOS, R. *et al.* Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? In: RENA, Natacha *et al.* (org.). *Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico*. Belo Horizonte: Fluxos, 2018.
- SCHUCMAN, L. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquias e poder na formação da branquitude paulistana*. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, USP, São Paulo, 2012.
- SCOTT, J. *Los dominados y el arte de la resistencia*. Mexico: Era, 2004.
- SILVA, C. S. *Negritude no Brasil: a história do direito de Palmares às senzalas urbanas*. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- SIMMEL, G. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, O. G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.
- TARTAGLIA, L. R. *A construção do olhar na cidade: graffiti, paisagem e espaço público*. Tese (Doutorado em Geografia) – PPGeo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- VALVERDE, C. O neoliberalismo aplica a necropolítica: deixa morrer pessoas que não são rentáveis. *Revista Orp.*, 23 abr. 2019.
- VIANNA, L. C. R. *Bezerra da Silva: produto do morro: trajetória e obra de um sambista que não é santo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CAPÍTULO 10

Sobre posicionalidades e escalas, decolonialidades e fronteiras

Díálogos sobre outras possibilidades na Geografia Urbana¹

Igor Robaina

Ao final da tarde, estou em uma barraquinha de churrasquinhos na esquina do meu bairro. Enquanto aguardo o espetinho ficar pronto, vejo dois funcionários de um estabelecimento zombando de uma pessoa em situação de rua. Trata-se de um homem cego, negro, usando roupas extremamente sujas, óculos esportivos no rosto e portando um cabo de vassoura nas mãos. Não é alguém desconhecido no bairro. Em meio aos deboches sofridos, o homem respondia com palavrões e desferia golpes ao vento. Enquanto alguns transeuntes paravam para ver a insólita cena, outros se esquivavam ou passavam pelo canto da rua. Em meio a tudo isto, o dono da barraca me entregou o espetinho como se nada estivesse acontecendo e, diante da minha perplexidade, mesmo eu sendo extremamente sensível ao tema e vendo a injustiça em questão, não fiz nada a respeito. Levantei do banco, paguei a conta e fui embora.

Caderneta de Campo. Jardim da Penha,
Vitória. 7 de agosto de 2018.

Esta cena me afetou profundamente e se constituiu como um disparador das reflexões que serão realizadas neste pequeno texto. De fato, este evento não se caracteriza apenas como uma cena isolada no espaço urbano ou um movimento de imaginação sobre os possíveis desfechos caso eu permane-

¹ Gostaria de agradecer ao amigo e geógrafo Luis Carlos Tosta dos Reis. Sua leitura crítica e apontamentos foram fundamentais para a construção deste texto.

cesse observando ou intervindo no conflito em questão. Quando se trata do mundo social, não há um fim e nada termina no desenrolar de uma cena.²

Apesar de parecer insólita, pode ser que cenas como estas ocorram com maior frequência do que imaginamos nas cidades e que elas estejam vinculadas com um conjunto variado de aspectos e dimensões que se reproduzem cotidianamente no espaço urbano. Talvez não tenha sido a primeira vez que aquele homem ou outras pessoas em situação de rua passaram por algo parecido em suas trajetórias, que pessoas iguais a mim não fizeram nada a respeito, e que outras, ainda, se sentiram satisfeitas com o ocorrido.

É interessante pensar na possibilidade de determinadas práticas, comportamentos, atitudes e gestos serem heranças de períodos e estruturas anteriores que seguem cristalizadas nas relações socioespaciais da cidade. No caso latino-americano, incluindo o Brasil, sabe-se que, mesmo com os processos de independência e o término formal do colonialismo, não se extinguiu a colonialidade e tudo o que está associado a ela (CRUZ, 2017; MIGNOLO, 2015; QUIJANO, 2005). O fato é que, geograficamente, o espaço urbano se constitui como lugar privilegiado para pensar as relações de poder no mundo social, pois nele se reproduz historicamente um conjunto de dispositivos que se desdobra nos espaços públicos, privados e institucionais. Deste modo, apesar de parecer contraditório, existe uma busca por uma determinada racionalidade urbana que ordena a reprodução de um conjunto de imagens – incluindo a paisagem – que efetivamente possa nunca vir a se efetivar, devido ao próprio modo de formação, organização e reprodução histórica e socioespacial existente, fruto de uma face sombria da modernidade. Deste modo, é difícil contestar a separação entre a colonialidade, os processos de urbanização e a vida cotidiana nas cidades brasileiras.

Neste sentido, questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade, de origem e localização geográfica, envolvendo desde movimentos migratórios até a questão da moradia no espaço intraurbano, precisam ser analisadas e compreendidas geograficamente dentro de um quadro geopolítico, po-

² Apoiado pelas ideias de Paulo Cesar da Costa Gomes (2007) e Doreen Massey (2008), entendemos em linhas gerais a cena como um evento constituído a partir do encontro de múltiplas trajetórias que envolvem sujeitos, suas histórias e seus significados que convergem em um determinado lugar.

sicional e relacional, se estendendo indissociavelmente e não obrigatoriamente de modo hierárquico desde o local até as escalas transnacionais.

Diante de tais posições, definir exatamente o que seria uma “geografia decolonial” se constitui como um risco, devido ao fato da grande amplitude das origens, perspectivas e trajetórias em questão. De fato, como elucidada de modo panorâmico Manuela Leda (2015), ao longo das últimas décadas, reflexões teóricas provenientes de diferentes “zonas periféricas” passaram a questionar as narrativas hegemônicas da modernidade provenientes da Europa como o único centro possível de cultura e conhecimento no mundo. Valter Cruz (2017) afirma que esta perspectiva e posicionalidade seriam uma forma epistêmica, ética e política de pensar o próprio passado colonial e os desdobramentos em nossa sociedade. No entanto, mesmo diante das potencialidades que envolvem a opção pós-colonial, Walter Mignolo (2015) salienta que, apesar de alguns pilares em comum de contestação em torno da modernidade, os pensadores decoloniais seguiram caminhos bastante diferentes em suas reflexões.

Em face da complexidade que envolve as relações de poder, conhecimento e a dimensão espacial e assumindo o desafio de pensar outras possibilidades do fazer geográfico, emerge como elemento central da presente reflexão o reconhecimento da pessoa em situação de rua como sujeito na cidade para pensar o mundo. Em linhas gerais, como aponta Valter Cruz (2017), a maioria dos intelectuais que propuseram teorias e conceitos decoloniais optou por uma análise macrossocial, em perspectiva histórica de longa duração, dificultando, assim, a compreensão das diferentes escalas e fazendo com que determinados âmbitos de problematização do sujeito – notadamente, de especial interesse para nossa reflexão, aqueles referidos à dimensão geográfica – ficassem marginalizados das possibilidades de enunciação.

Deste modo, reconhecemos que inserir as pessoas em situação de rua e os seus enfrentamentos cotidianos, mas também incluir outros grupos e segmentos populacionais, constitui uma alternativa para a compreensão de toda uma tendência de reprodução histórica e estrutural da sociedade e de sua inteligibilidade, apesar de esta posição ser contrária e relativamente minoritária ao entendimento por parte significativa dos colegas latino-americanos. No entanto, acreditamos que, na complexa relação que se estabelece entre agência e estrutura, fronteiras e escalas, estes sujeitos, mesmo diante das adversidades sofridas, inclusive, dos riscos de serem eliminados,

podem revelar por meio de suas posicionalidades um conjunto de aspectos que análises mais estruturais e globais não sejam capazes de revelar.

Assim, acreditamos que não somente a partir das pessoas em situação de rua, mas também de outros quadros que envolvem sujeitos, grupos e segmentos populacionais no espaço urbano – sobretudo os marginalizados e estigmatizados – dispõem a partir de seus cotidianos, uma série de elementos explicativos sobre forças estruturais que seguem cristalizadas socialmente na cidade. Estas experiências em forma de anunciações e denúncias podem contribuir como alternativa e possibilidade para aprofundar questões pouco problematizadas na Geografia Urbana.

Sobre posicionalidades, conhecimentos e poder na cidade

Os conflitos e lutas por conquista de direitos e das possibilidades de ser e pensar fora das determinações construídas, especialmente a partir de uma ideia de verdade absoluta da ciência, de sua objetividade, neutralidade e universalidade a partir e acerca de si, dos outros e do mundo, constituem os elementos basilares em disputa. Donna Haraway (1995, p. 10) afirma que “todo conhecimento é um nódulo condensado num campo de poder agonístico”.

De fato, esta posição se coloca no sentido de apontar que o conhecimento científico não se constitui como uma verdade e um fim absoluto em si mesmo, mas, sim, como uma construção social feita por e a partir de escolhas, possibilidades e contextos diante de si e do próprio mundo. Assim, o conhecimento possui uma dimensão geográfica, pois é marcado pela origem, situação e localização dos sujeitos, dos recortes espaciais e das escalas envolvidas. Portanto, assume um caráter parcial e incompleto, colocando em xeque toda a ideia de onisciência que orbita em torno dos imaginários e poderes daqueles que se intitulam como guardiões da ciência moderna, posicionando-a como uma verdade hermética, pairando sobre as nossas cabeças e sem qualquer gestão ou controle sobre os seus possíveis caminhos e desdobramentos que não seja o próprio progresso científico.

Contestações deste tipo têm se revelado bastante frutíferas para pensarmos de maneira crítica a complexidade e as possibilidades que envolvem a Geografia como um campo do conhecimento, inclusive, para além do pensamento acadêmico. No caso da Geografia Humana, mais especificamente,

a questão em torno da concepção que estabelece uma subdivisão entre o sujeito cognoscente e o seu objeto de análise como fruto de um modelo de pensamento moderno tem ganhado um lugar de destaque nas críticas e reflexões decoloniais.

Esta forma de concepção na construção do conhecimento e das relações envolvidas com a dimensão física do mundo e com outros seres no planeta tem se apresentado extremamente violenta, antidialógica e pouco compreensiva. Estas concepções e práticas fazem com que diferentes pesquisadores realizem, a partir de suas respectivas posições e matrizes filosóficas, levantes epistemológicos e existenciais no Brasil e no exterior buscando ampliar os debates no interior do próprio campo disciplinar.³

Diante deste quadro e também da necessidade de afirmar um conjunto de posições e posicionalidades sobre geografias, aos quais eu também me vinculo, retomo as discussões sobre sujeitos, grupos e segmentos sociais no espaço e, logicamente, a centralidade e a complexidade em torno das pessoas em situação de rua. De fato, este fenômeno⁴ no espaço urbano é marcado por uma série de fatores e dimensões, como, por exemplo, trabalho, habitação, educação, saúde, conflito, gênero, raça, sexualidade, migração (CABRERA, 1998; DALY, 1998; ESCOREL, 1999; ROBAINA, 2015, SNOW; ANDERSON, 1998), entre outros, mas que parecem estar sempre integrados de algum modo com a violência e a injustiça socioespacial.

Por certo, cada sujeito em seu respectivo contexto socioespacial⁵ enfrenta uma ou mais dimensões de maneiras distintas que podem o levar

³ Muitos são os envolvidos e engajados nesta perspectiva, apesar de suas diferenças e até mesmo das contradições entre si. No entanto, como apoio intelectual da presente reflexão-destacamos respectivamente as posições internacionais (KATZ, 1994; BAYLINA, 1996; ROSE, 1997; LINDÓN, 2009) e brasileiras (NETO, 2012; SILVA e ORNAT, 2016, 2014; PORTO-GONÇALVES, 2017; CRUZ, 2017; OLIVEIRA, 2017).

⁴ É importante salientar que ao expressar as pessoas em situação de rua como um fenômeno, designo-as no sentido de uma manifestação e de uma presença existente que marca em algum nível uma distinção sócio-espacial no urbano. Entretanto, advirto que esta categorização possui um caráter muito mais pedagógico de explicação que propriamente uma perspectiva de naturalização e descorporificação dos sujeitos envolvidos. Ao final, estou falando de sujeitos e todos os seus enfrentamentos, pensamentos e emoções.

⁵ Vale advertir que o espaço referido em questão não deva ser pensado como um único lugar no sentido estanque e isolado no mundo, mas de um conjunto de espacialidades que envolvem redes de lugares, territórios, escalas, regiões e paisagens, sendo que as mesmas sempre apoiadas por relações econômicas, políticas, sociais e culturais.

a tal situação. Assim, cada uma destas trajetórias parece ser marcada por uma forte dissimetria entre estes fatores e dimensões, sendo que, para alguns, uma única variável incisiva pode ser suficiente para romper com um conjunto de laços e filiações existentes – às vezes não todos –, enquanto para outros se faz necessário um conjunto maior de eventos disruptivos para se chegar a tal situação. Independente das certezas e buscando fugir das determinações, a questão envolvendo as trajetórias que levaram tais sujeitos a determinadas situações socioespaciais tem ganhado uma parte das atenções de pesquisadores em relação aos fenômenos sociais de modo geral, e não somente em relação às pessoas em situação de rua.⁶

No entanto, um segundo perfil de interesse sobre as pessoas em situação de rua está fortemente vinculado com a própria configuração que envolve o cotidiano destes sujeitos, ou seja, as suas práticas, comportamentos e significados na cidade. Eu particularmente me insiro nesta problemática e estou interessando em como as pessoas em situação de rua pensam e agem por meio de estratégias espaciais cotidianas, seja em relação às condições de suas próprias permanências ou saídas desta situação na cidade.

Nesse sentido, com base nestes apontamentos primários, proponho três movimentos exploratórios acerca de possibilidades que envolvem as posicionalidades e escalas, decolonialidades e fronteiras para o amadurecimento do meu próprio pensamento decolonial na Geografia Urbana. Assim, diante da inseparabilidade que envolve a ciência e a política, a teoria e a prática, o conhecimento e a vida, o primeiro movimento se constitui através de um questionamento que pode ser formulado nos seguintes termos: quais as diferentes relações que envolvem *o pesquisador e os sujeitos da pesquisa na cidade*? Este movimento envolve decisivamente as questões de posicionalidade, e, portanto, observo que em diferentes pesquisas, sobretudo junto a determinados grupos e segmentos marginalizados e estigmatizados no espaço urbano, é o próprio processo estanque de objetivação da ciência moderna que se constitui como o pilar de estruturação do pensamento.

Deste modo, apesar de todo um discurso e referências comprometidas com o social, muitos pesquisadores vão a campo, aplicam questionários

⁶ Outros exemplos que seguem a mesma orientação são: profissionais do sexo, integrantes de organizações e usuários de substâncias psicoativas.

e entrevistas com perguntas, variáveis e categorias totalmente fechadas e não realizam quaisquer aproximações anteriores com os próprios sujeitos. Como uma espécie de abdução *alienígena* em um filme de ficção científica, chegam em suas espaçonaves, realizam seus experimentos e depois desaparecem.

Além disso, muitos desses trabalhos acabam por reivindicar um lugar de destaque através de uma determinação última para tal fenômeno em uma específica escala territorial, como a de um município, região, país e o próprio mundo. Este tipo de atitude pode gerar uma série de desdobramentos nocivos, como, por exemplo, nas políticas públicas. Enfim, não é incomum que muitas reflexões acadêmicas, sejam em forma de artigos, sejam em forma de monografias ou teses acadêmicas, pareçam ter um fim em si mesmas e nos quadros que envolvem a universidade e outras instituições de poder.

Um segundo aspecto se caracteriza a partir de uma ilusão da horizontalidade entre as relações que envolvem as posições e as posicionalidades dos pesquisadores e dos pesquisados. Linda McDowell (1992, p. 409) aponta que “nós precisamos reconhecer e tomar consciência das nossas próprias posições, assim como as dos participantes das nossas pesquisas, e escrever isso em nossas práticas de pesquisa, ao invés de ficar desejando alguma horizontalidade entre nós”.⁷

De fato, quando realizo pesquisas com pessoas em situação de rua, mas, principalmente, tomo a decisão de ir para os espaços públicos ou equipamentos de assistência social, a primeira coisa que reconheço é que moralmente dormi em uma cama quente e macia, além de posicionalmente me encontrar em uma situação socioeconômica mais confortável e privilegiada naquele momento. Os “meus pesquisados” podem não ter dormido absolutamente nada na noite anterior, não ter feito a alimentação e a higiene que gostariam ou ter sido violentados de algum modo antes dos diálogos que tiveram comigo.

Assim, apesar da minha posição contra o racismo, o machismo, a homofobia, a aporofobia e outras formas de violência e injustiça socioespacial, de buscar estabelecer um diálogo transparente e de reconhecer estes sujei-

⁷ Original: “We must recognize and take account of our own position, as well as that of our research participants, and write this into our research practice rather than continue hanker after some idealized equality between us”.

tos como dotados de conhecimentos – não somente das suas próprias situações na cidade, mas do pensamento sobre o mundo de um modo geral – não posso simplesmente admitir como algo totalmente horizontal quando o que está em questão são as nossas posições, principalmente em relação à lógica que envolve a construção do conhecimento científico. Independentemente de todos os movimentos dialógicos que eu possa compartilhar e construir junto com eles, incluindo os eixos temáticos, as categorias e os próprios conceitos em análise, caso eu tome a decisão de escrever o material final e de assinar por ele, eu renovo e reforço estas assimetrias.⁸

Gillian Rose (1997, p. 312) elucida esta situação do seguinte modo:

Refletindo acerca de suas respectivas posições, um pesquisador ou uma pesquisadora se situam na mesma paisagem de poder que os sujeitos de pesquisa no contexto do projeto de pesquisa em questão. No entanto, o pesquisado deve ser colocado em posição diferente do pesquisador ou pesquisadora, já que são separados ou diferentes deles. Diferenças estas entre pesquisador e pesquisados são imaginadas como distâncias nesta paisagem de poder.⁹

De fato, a questão que envolve um conhecimento reflexivo e posicional no interior da ciência é um desafio e parece que não temos controle ou capacidade de pensar e agir sobre todos os processos envolvidos, pois tudo sempre está em mudança e sempre a maior parte nos escapará. Reconhecendo o caráter inicial dos debates, sua limitação e parcialidade, avançamos em um segundo movimento que também pode ser expresso sob a forma de uma questão, qual seja: como pensar as relações que envolvem os

⁸ São bastante comuns os agradecimentos genéricos e pessoais em trabalhos acadêmicos, como, por exemplo, em relação aos mediadores (*informantes*) junto aos sujeitos pesquisados e aos próprios sujeitos que contribuíram e participam da pesquisa, assim como aos revisores e críticos dos textos. Além disso, existem movimentos de escrita e assinaturas coletivas em torno da produção do conhecimento. Entretanto, as assinaturas individuais e de pequenos grupos de participantes ainda se apresentam de modo hegemônico no campo do conhecimento científico.

⁹ Do original: “Reflecting on their respective positions, a researcher situates both herself and her research subjects in the same landscape of power, which is the context of the research project in question. However, the researched must be placed in a different position from the researcher since they are separate and different from her. Differences between researcher and researched are imagined as distances in this landscape of power”.

sujeitos da pesquisa e o pesquisador na cidade? Esta também é uma questão complexa e que poucas vezes nos preocupamos em como envolve os processos de pesquisa, sobretudo na Geografia Urbana.

Uma pergunta que talvez fosse necessária para deflagrar alguns questionamentos seria a seguinte: por que determinados sujeitos aceitam participar de nossas pesquisas? Apesar de muitos se negarem e de isto estar presente em diferentes registros reflexivos de análises científicas nas ciências humanas e sociais, os diálogos acabam acontecendo, e é por isso que existem inúmeros casos analisados. Deste modo, um primeiro aspecto que necessitamos salientar é que os sujeitos pesquisados, mesmo aqueles que estão diante de grandes adversidades cotidianas, não são inocentes, pois também estão inseridos nos quadros que envolvem as relações de poder, incluindo o pesquisador e as instituições em questão.

Assim, precisamos reconhecer as suas posições, os lugares e perspectivas de onde veem e agem no mundo, assim como os quadros que eles apresentam diante de nós. Muitas vezes, sobretudo quando estes encontros são marcados em espaços institucionais, a voluntariedade e a solidariedade dos pesquisados com o pesquisador podem estar vinculadas até mesmo com uma questão de constrangimentos, violências ou ganhos futuros, apesar do próprio pesquisador não saber ou ter consciência disto. De fato, quando envolvem as pessoas em situação de rua, muitos serviços e equipamentos públicos de assistência no Brasil possuem grande receio em receber pesquisadores, devido aos possíveis riscos envolvidos, sobretudo por causa da dissonância com a própria política vigente (KATZ, 1994; ROBAINA, 2015). Sendo assim, alguns sujeitos podem se negar, enquanto outros desejam participar em razão dos seus próprios históricos e expectativas em relação a estas instituições e ao próprio pesquisador.

Como desdobramento das próprias configurações de poder, as pesquisas acadêmicas podem também ser vistas pelos sujeitos pesquisados como uma espécie de canal, um fluxo, ou seja, uma possibilidade transescalar de visibilidade de um quadro ou de uma possível resolução de um problema. Esta visão de onipotência que a ciência possui pode ser um trunfo para o pesquisador, pois os sujeitos pesquisados possuem alguma esperança nela. Apesar disso, sabemos que muitas produções acadêmicas acabam empoeiradas nas bibliotecas do mundo, como links em algum lugar que desconhecemos na rede internacional de computadores ou como métrica nos rankings entre pesquisadores e programas de pós-

-graduação nas diferentes escalas quantitativas do conhecimento científico no globo terrestre.

Independentemente das questões que envolvem o destino das publicações e suas possíveis intenções, o fato é que os sujeitos, por meio de enunciações e denúncias, expõem suas realidades, os seus sofrimentos e os seus possíveis algozes (genéricos ou nominais) ao longo de suas trajetórias, explicando lógicas que os afetam de algum modo na cidade.

De fato, estes conhecimentos, por um lado, se constituem como um risco para os sujeitos que revelam estas geografias, pois, ao se tornarem públicas, poderiam recair como uma “bomba” sobre os mesmos. Por outro lado, esta atitude de confiança enseja alguma esperança de transformação ou punição para aqueles que os afetaram de algum modo ao longo de suas trajetórias. Por certo, não devemos novamente cair na inocência de que os sujeitos pesquisados revelarão tudo o que esperamos e sem qualquer tipo de filtro. No entanto, caso eles façam isto em algum momento – independentemente de termos qualquer certeza –, temos a responsabilidade sobre como devemos nos comportar e lidar em relação aos próprios diálogos e os possíveis resultados da pesquisa.

O terceiro e último movimento de reflexão nesta segunda parte do texto e que envolve o pesquisador de um modo menos direto, mas não menos importante, poderia ser formulado através da seguinte questão: *como se verifica o nexos entre os sujeitos da pesquisa e as suas relações com a cidade?* Um primeiro aspecto a ser problematizado está ancorado na própria crítica sobre a noção de exclusão. Sem desejar ingressar na celeuma que envolve o tema, até mesmo pela vasta literatura, acreditamos que o uso desta noção em perspectiva radical e absoluta pode simplificar de modo reducionista o debate e produzir algumas determinações que dificultam ainda mais as análises acerca dos fenômenos, processos e dinâmicas socioespaciais.

No entanto, apesar da crítica, reconhecemos as intenções daqueles que utilizaram e utilizam esta noção em suas pesquisas, bem como alguns desdobramentos transformadores e decorrentes da sua utilização nas políticas públicas.¹⁰ Além disso, não negamos a existência de um conjunto de adversidades e lógicas perversas que envolvem esta noção, destacando

¹⁰ Os programas Fome Zero e Bolsa Família são exemplos claros deste processo.

inclusive a existência da necropolítica¹¹ sobre as pessoas em situação de rua e de outros grupos e segmentos sociais no espaço urbano como parte deste processo.

No entanto, a partir da posicionalidade como sujeito cidadão e pesquisador com alguma vivência com as pessoas em situação de rua, compreendo que os sujeitos em questão, mesmo possuindo uma série de adversidades que geram adversidades profundas que impactam a sua própria existência, também possuem uma série de vínculos e relações com a cidade, apesar de todos os estereótipos, estigmas e violências sofridas.

As conexões existentes são maiores do que imaginamos, mesmo que elas estejam ancoradas em suas próprias situações no quadro absoluto, relativo e relacional da cidade.¹² Deste modo, os próprios sujeitos, reconhecendo todo este conjunto que envolve situações, posições e arranjos existentes na cidade, acabam por tentar construir uma série de lógicas espaciais que envolvem práticas de permanência, mobilidade e ritmos socioespaciais que sejam mais vantajosos ou menos nocivos para si cotidianamente na cidade (SCHMIDT; ROBAINA, 2017).

Neste sentido, desde eventuais visitas às residências de amigos e familiares, passando por distintas formas para obtenção de recursos até práticas de higiene, alimentação e lazer, estas pessoas constroem uma série de conhecimentos e possibilidades diante do contexto adverso em que se encontram. Também é necessário salientar a clareza que estes sujeitos possuem acerca dos impedimentos e das interdições e como isto participa diretamente no cotidiano destes grupos e segmentos populacionais (SILVA, 2013).

Neste sentido, a negociação socioespacial é um marco fundamental para reflexão geográfica, sobretudo saliente no que concerne a esse tema, pois nela se estabelecem as relações tanto internas, com sujeitos que coexistem em uma mesma situação, como junto a outros sujeitos e espaços na cidade. Neste sentido, desdobra-se uma série de geografias que demarcam processos territoriais zonais, lógicas reticulares, lugares, escalas e fronteiras socioespaciais. No entanto, todo este conjunto complexo de relações que envolvem

¹¹ Fazemos referência direta ao pensador camaronês Achille Mbembe e suas reflexões pós-coloniais acerca do biopoder.

¹² A menção às categorias de Absoluto, Relativo e Relacional é referenciada a partir das reflexões de Harvey (2012), mesmo reconhecendo a força e importância das mesmas em diferentes autores ao longo da história do pensamento geográfico.

regras de interação social, estabelecendo proximidades e distâncias, acaba por ordenar diferentes quadros geopolíticos na cidade, estes extremamente sensíveis à mudança, onde aberturas, elasticidades, rigidezes e rupturas podem ser rapidamente impostas sobre as próprias relações e os espaços.

Devido às diferentes questões morais – e não raro ilegais –, grande parte das negociações que envolvem as pessoas em situação de rua pode ganhar contornos subterrâneos que somente os próprios sujeitos podem ou desejam revelar. Sendo assim, o silêncio e a invisibilidade são parte do processo que estabelece algumas destas geografias, incluindo as próprias instituições que lidam diretamente com estes sujeitos, como a assistência social, a guarda municipal e as forças policiais (ROBAINA, 2015).

Independentemente do contexto das relações – na maioria das vezes, adverso e desfavorável – e da necessidade de um grande esforço por parte desta construção, “o que está no centro destas negociações para a população em situação de rua é a possibilidade de acessar, permanecer, circular e controlar determinados lugares e as suas respectivas vantagens para a vida cotidiana” (ROBAINA, 2015, p. 344).

Por certo, grande parte destas geografias é marcada pela efemeridade e pela instabilidade socioespacial, seja em relação às lógicas de permanência, seja em relação aos ritmos e às mobilidades. Sendo assim, desde conflitos pessoais, passando pela abertura ou fechamento de um estabelecimento comercial até intervenções urbanas na morfologia da cidade podem produzir novos impedimentos e reorientações que produzem lógicas correlatas, ao que Rogério Haesbaert (2004) intitula de (des)reterritorialização. Neste sentido, as pessoas em situação de rua, mas isto também vale para outros grupos e segmentos populacionais na cidade, reconhecem as fragilidades e instabilidades em suas geografias cotidianas e, portanto, operam dentro de suas próprias lógicas espaciais possibilidades alternativas para que seja possível dar prosseguimento em suas próprias vidas, pois o espaço é vital!

A colonialidade nas tensões escalares do cotidiano: algumas considerações sobre geografias, emergências e constrangimentos

Finalizar este texto se torna uma tarefa angustiante, pelo receio do que não foi contemplado e pelos riscos da cristalização das ideias que aqui fo-

ram brevemente apresentadas. Por certo, a intenção principal é possibilitar alguma abertura em torno do pensamento e das pesquisas geográficas, sobretudo, especialmente a partir das reflexões que envolvem as minhas ações e posicionalidades com os sujeitos, os grupos e os segmentos socioespaciais em situação de adversidade cotidiana na cidade.

Desse modo, apesar da minha formação em Geografia e de todo reconhecimento sobre a importância das representações, inclusive as cartográficas, também carrego um segundo receio que se relaciona aos riscos de análises que buscam rígidas determinações geométricas das configurações presentes nas relações cotidianas, do poder e da dimensão espacial. Este receio está de algum modo associado às armadilhas alertadas por Donna Haraway (1995), principalmente, daquilo que a autora intitula como *god-trick* (truque divino). Esta atitude moral de superioridade hierárquica acerca dos outros, do mundo e do conhecimento como uma verdade absoluta se reproduz muitas vezes na Geografia por meio dos mapas, croquis e outras formas de representações socioespaciais.

Assim, é comum presenciar em diferentes análises nas ciências humanas e sociais – não somente na Geografia – representações que estabelecem rigidamente as localizações e as extensões de determinados fenômenos sem maiores problematizações políticas, sociais, culturais e, sobretudo, teóricas e metodológicas. Nesse sentido, este tipo de posição moral “permite” que um pesquisador, mesmo sem realizar qualquer tipo de visita, aproximação e diálogo, possa, pretensamente, determinar todo um conjunto de representações sobre um grupo ou segmento social e, de modo semelhante, sobre as lógicas que envolvem práticas, comportamentos e significados socioespaciais.

Sendo assim, mesmo diante da complexidade envolvida e do reconhecimento da nossa falta de controle diante do quadro geral em que se organiza a sociedade, precisamos refletir acerca de todo o egocentrismo intelectual que está presente na universidade; da nossa posição privilegiada de fala e do nosso lugar nas decisões que marcam a construção do conhecimento.

Por certo, não podemos coadunar com a ideia segundo a qual estas representações surgem como um “passe de mágica”, possibilitada pelas tecnologias de processamento de imagens e buscando se justificar e legitimar somente pela força que a ciência possui na sociedade. Estas construções sempre envolvem uma série de riscos e responsabilidades. No entanto, não me posiciono como um iconoclasta, muito pelo contrário, pois reconheço

que as representações, as imagens e os imaginários se constituem como um pilar importante para o pensamento geográfico (BAILLY, 1998; COS-GROVE, 2008; DRIVE, 2003; GOMES, 2013, 2017; SAID, 2001). Entretanto, estas representações precisam ser entendidas como resultados de construções históricas, sociais e geográficas, e não como uma verdade absoluta, última e cristalizada sobre os outros, através das quais muitas vezes os próprios sujeitos sequer sabem ou participam destes processos, ainda que possam ocasionar impactos significativos em suas vidas.

Um segundo ponto se apresenta, menos como uma advertência e mais como uma espécie de proposição para pensarmos no modo através do qual algumas questões relacionadas à colonialidade podem estar presentes na vida cotidiana de sujeitos, grupos e segmentos sociais no espaço urbano. Deste modo, o desafio está diretamente associado aos possíveis modos de participação dos próprios sujeitos envolvidos nesse processo.

No caso das reflexões acerca das pessoas em situação de rua como cerne de nossas reflexões, mas posicionando o texto além deste fenômeno e configuração socioespacial, compreendo a necessidade de analisar e refletir sobre o modo com o qual a colonialidade pode estar presente e participa na construção de geografias, sobretudo a partir de diferentes escalas e lógicas indissociáveis que envolvem posicionalidades, territórios e fronteiras. A primeira aproximação se justifica por um movimento de determinação violenta que produz toda uma classificação e conversão destes sujeitos em objeto, via de regra uma “População”, a despeito de toda a heterogeneidade existente.¹³ De certo modo, naturalizamos a ideia de população e esquecemos que a mesma é um recurso artificial vinculado aos postulados da governamentalidade e entendida como recurso (FOUCAULT, 2008; RAFFESTIN, 1993).

Assim, para o caso específico deste fenômeno, sobretudo enquadrado em uma dimensão etária, pois é entendida a partir da população adulta, a questão habitacional se constitui como o pilar classificatório. Entretan-

¹³ A Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008, p. 8-9) define o fenômeno da seguinte forma: “Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar”.

to, quando nos aproximamos concretamente das distintas trajetórias dos próprios sujeitos, vemos os enfrentamentos associados não somente com estas e outras definições que lhes são correlatas, pois ali estão efetivamente vigentes muitos outros questionamentos e conflitos, alguns deles contraditórios, que extrapolam em muito o relativo consenso de pessoas que “não possuem uma casa para morar!”. Independentemente destes desdobramentos que merecem extrema atenção e pesquisas, o fato é que, uma vez estando *em situação de rua*, estes sujeitos, também estigmatizados por esta classificação, acessam ou são abordados por equipamentos da assistência social, outros serviços sociais e instituições públicas.

Nesse sentido, voltando ao segundo ponto, é fundamental que, para este tipo de proposição que busca desvelar não apenas os discursos, mas principalmente as práticas, comportamentos e significados socioespaciais, esses sujeitos ganhem visibilidade e voz sobre as dinâmicas e os processos que envolvem as suas próprias vidas, pois são os mesmos que são impactados diretamente. É preciso deixá-los revelar por meio da anunciação como percebem e vivem cotidianamente as possíveis problemáticas que envolvem a colonialidade, como, por exemplo, o racismo, o machismo, as intolerâncias religiosas, as questões que envolvem as origens geográficas etc. No entanto, não posso esquecer da minha posição como pesquisador, além de todos os outros aspectos e dimensões neste mundo, tanto quanto das informações que estão em jogo no campo do conhecimento de modo geral.

Como exemplo para elucidar estas emergências, segundo a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008), das 31.922 pessoas entrevistadas, 67% se autodeclararam negras ou pardas. No caso da Pesquisa sobre População em situação de Rua na Região Metropolitana da Grande Vitória (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2018), este mesmo perfil chegou a 77,6%, além da presença da população indígena, com 1,8% de autodeclarados.¹⁴ No entanto, apesar da ênfase nos dois casos apresentados acima, nas poucas pesquisas realizadas pelos po-

¹⁴ Participei como representante acadêmico no Grupo de Trabalho que envolveu a *Pesquisa sobre População em situação de Rua da Região Metropolitana da Grande Vitória*. De fato, esta pesquisa organizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves foi uma experiência extremamente desafiadora, sobretudo pelo caráter interdisciplinar e pela presença de profissionais de diferentes secretarias, representantes da sociedade civil e dos próprios movimentos sociais das pessoas em situação de rua.

deres públicos acerca desta *população*, muitas vezes, a questão étnica-racial é negligenciada.

Assim, para o caso das pessoas em situação de rua no Brasil, a problemática étnico-racial precisa ser mais bem compreendida pela Geografia Urbana, analisando, sobretudo, como possivelmente se apresenta e quais são os desdobramentos na vida cotidiana destes sujeitos e nas configurações que envolvem as próprias políticas pública na cidade. Denilson Oliveira (2017, p. 89) nos alerta e aponta em direção a uma “gestão racista do espaço urbano” brasileiro. Nesse sentido, me questiono em como isto poderia estar presente nas políticas públicas que incidem sobre as pessoas em situação de rua, mas também sobre outros grupos e segmentos sociais no espaço urbano.

Nesse sentido, abrem-se outros dois caminhos possíveis. O primeiro está associado com as próprias operações realizadas por instituições e órgãos oficiais, que geram efeitos imediatos sobre a vida das pessoas que estão em situação de rua, como, por exemplo, as abordagens sociais de rua, os encaminhamentos – nem sempre de modo voluntário e pacífico – para os abrigos, as ações de recolhimento dos pertences pessoais, os sarqueamentos¹⁵ e a implantação de morfologias hostis (*arquiteturas antihomeless*). Será que estas ações estariam de algum modo relacionadas com o racismo ou com outros aspectos vinculados com a colonialidade?

A minha suspeita é que sim! Entretanto, por um lado, na condição de geógrafo, desejo – além de compreender as questões estruturais – saber como operam possíveis conjuntos de estratégias e práticas escalares que podem variar entre cidades ou mesmo entre bairros de uma mesma cidade, se estendendo desde processos de contenção territorial poucos visíveis na paisagem até chacinas no espaço urbano. Por outro lado, é importante compreender como estes sujeitos lidam cotidianamente com estas adversidades resultantes de lógicas perversas nos espaços públicos e institucionais. Assim, podemos ter uma visão mais complexa e os próprios textos acadêmicos servirem como subsídios, denúncias e intervenções sobre as políticas públicas.

O exemplo do racismo foi utilizado analiticamente para pensarmos as possíveis relações com a colonialidade pelo fato da imensa força e visibili-

¹⁵ O sarqueamento se constitui como uma prática de encaminhar as pessoas em situação de rua para a averiguação de antecedentes criminais ou conflitos com a lei em aberto, antes de serem encaminhados ao próprio abrigo ou outro equipamento da assistência social.

dade dos dados estatísticos e da histórica injustiça social que marca o quadro étnico-racial no Brasil. No entanto, inúmeras outras questões são tão importantes e estão indissociavelmente vinculadas com a colonialidade e também merecem a nossa atenção. Para o caso das pessoas em situação de rua, as questões de gênero e sexualidade ainda se constituem como grandes lacunas na Geografia, mas passaram sem assumir maior relevância em minha tese de doutorado. Recordo-me que tive um encontro extremamente impactante na reta final dos trabalhos de campo, em 2013, com um grupo de cinco transexuais que estavam em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro.

Como uma pesquisa de doutorado e qualquer outro movimento científico não pode contemplar absolutamente tudo, pois sempre estamos diante de uma perspectiva parcial, posicional e localizada, mas, ao mesmo tempo, possuindo naquele momento uma preocupação com o reconhecimento/autolegitimação da pesquisa como científica, decidi recortar analiticamente o perfil pelos padrões estabelecidos de tratamento pelo fenômeno sob a perspectiva de dados oficiais (adultos, sexo masculino e sem transtornos psiquiátricos) e buscando alguns pilares da ciência moderna (tendências e padrões). No entanto, em relação ao encontro que tive e as informações que emergiram dele, eu não soube como lidar naquele momento e, infelizmente, as entrevistas sequer fizeram parte da amostra final.

Apesar ter conversado com alguns colegas da Geografia, inclusive sendo interpelado sobre as questões de gênero e sexualidade, a minha justificativa era sempre marcada pelo recorte do perfil, que, apesar de parecer coerente e legítimo metodologicamente, afeta até hoje os meus pensamentos e me fazem escrever este parágrafo. O fato é que as mulheres em situação de rua, de outros perfis e fora dos padrões heteronormativos, ainda que em menor número, estão presentes junto ao quadro que envolve o fenômeno da situação de rua e, portanto, precisam ser analisados e compreendidos, pois possibilitam uma série de aberturas sobre o próprio campo disciplinar da geografia e das dimensões espaciais. Isto não é exclusivo para a população em situação de rua e parece que também precisa receber maior atenção para outros fenômenos, dinâmicas e processos socioespaciais.

Além disso, esta questão específica que envolve gênero e sexualidade também se constitui como um elemento de cunho moral extremamente forte da vida nas ruas. Assim, caberia abriremos expressamente uma nova questão para além das políticas oficiais. Faz-se importante analisar como

os próprios sujeitos reproduzem as lógicas que envolvem a colonialidade na cidade. Apesar de parecer contraditório, as dimensões morais e todo o seu conjunto de relações de poder se desdobram e possuem extrema força entre os sujeitos.¹⁶ Registro isso pois se corre o risco de considerar o sujeito que está em situação de rua (mas também outros segmentos ou grupos sociais) não como um sujeito, mas em reduzi-los a algo essencializado ou, mesmo, uma coisa que é incapaz de compartilhar dos valores e moralidades que estão presentes na sociedade.

Acerca disso, como uma forma de não falar pelo outro, de não representá-lo e determiná-lo, seria imprescindível todo um conjunto de esforços para possibilitar que suas percepções, concepções e emoções façam parte do processo da pesquisa. De algum modo, tenho acompanhado diferentes discursos de representantes de secretarias de assistência social alardeando em entrevistas que, *“por mais que a gente tente, grande parte desta população não aceita o abrigo!”*, ou, ainda, de determinados grupos filantrópicos religiosos afirmando que *“a população em situação de rua precisa disso ou daquilo”*. A única coisa que não se vê são os sujeitos falando sobre as suas próprias necessidades e desejos.

Acerca dos constrangimentos que envolvem a minha posição e a minha reflexão final, preciso revelar que me tornei doutor em Geografia, professor universitário e obtive uma mudança de mobilidade social devido à existência do fenômeno das pessoas em situação de rua. Ao final das contas, como aponta a geógrafa Cindy Katz (1994), eu fui e sou o maior beneficiário de todos os encontros que tive com estas pessoas. Apesar dos subsídios que a tese, os artigos e os capítulos de livro possam proporcionar para as políticas públicas, bem como da minha posição crítica em relação aos direitos humanos, à cidadania, à democracia e em favor da justiça social, seja nos artigos, entrevistas e opiniões aos meios de comunicação, audiências públicas em espaços de representação política, cursos de formação na extensão universitária sobre o tema, orientação de trabalhos científicos, participação em grupos de trabalhos para a construção de censos, levantamentos e pesquisas de órgão oficiais, na organização de eventos científicos, incluindo com a participação dos representantes dos próprios movimentos

¹⁶ Em Robaina (2015), mais especificamente no segundo capítulo, são apresentados como estes desdobramentos aparecem para um caso na área central da cidade do Rio de Janeiro.

em situação de rua como lugar central de fala, eu fui o maior beneficiário e nunca conseguirei retribuir a parte que recebi em cada um dos encontros que tive nos espaços públicos e institucionais. Estou fazendo mais esse registro em primeira pessoa, não obstante seja razoável conjecturar que o argumento não se restringe ao meu caso e ao da geógrafa Cindy Katz, mas é extensivo, pesadamente, aos pesquisadores que tratam do assunto, dentre os quais, de modo saliente, envolve diretamente a nós pesquisadores do urbano em geografia, que tratam das injustiças socioespaciais.

Por fim, voltando à epígrafe do capítulo e àquele homem que serviu como deflagrador das ideias que me trouxeram até aqui, confesso que, apesar de passar por ele quase diariamente nos últimos três anos, jamais realizei uma extensão de diálogo para além de um cumprimento formal de bom-dia e deixando algumas moedas quando ele estava sentado em frente à agência bancária.

Surpreendido enquanto realizava um dos encontros na disciplina de pós-graduação *Posicionalidades, fronteiras e conhecimento geográfico*, uma discente perguntou se eu sabia que o “ceguinho” tinha morrido. Eu disse que não. Ela imediatamente me enviou um link¹⁷ e, quando li a matéria, me dei conta de que sequer sabia o nome dele.

Assim, qualquer movimento que eu faça em relação a dedicar este texto seria mera demagogia, pois o próprio evento derradeiro foi mais uma vez transformador para o meu pensamento. Passando em frente à mesma agência bancária dias depois, já existia outra pessoa sentada e eu também não sei o nome dela e já não sei se isso importa, pois moralmente eu sequer consigo me posicionar. Como aquele que assina o texto e possui não somente o lugar de fala privilegiado, aponto que os desafios que envolvem a construção do conhecimento, das dimensões pessoais, das circunstâncias, dos contextos e da complexidade que envolve a vida na cidade e sua dimensão geográfica deveriam pensar esgarçamentos e transfigurações conceituais, metodológicas e posicionais, não achando que posso ver, falar e escrever sobre a cidade como se estivesse fora dela. Eu sou afetado por ela. Finalmente, apesar do conjunto de críticas que eu não me permito mais e de tudo que declaro até aqui, eu já não sei mais exatamente para onde ir!

¹⁷ ARPINI, Naiara. Homem em situação de rua morre após ser agredido, em Vitória. *GI*, 9 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/09/09/homem-em-situacao-de-rua-morre-apos-ser-agredido-em-vitoria.ghtml>.

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. *Bordlands/La Frontera*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2016. (Colección Ensayo)
- BAILLY, Antoine. La Geografía, imagen del mundo. In: BALLESTEROS, Aurora (org.). *Métodos y técnicas cualitativas em geografía social*. Barcelona: Oikos-Tau, 1998. p. 27-32.
- BAYLINA, Mireia. Metodología cualitativa y estudios de geografía y género. *Documents d'anàlisi geogràfica*, Barcelona, p. 123-138, 1997.
- BLUNT, Alison; MCEWAN, Cheryl (org.). *Postcolonial Geographies*. New York and London: Continuum, 2002.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. *Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua*. Brasília, DF, abr. 2008.
- CABRERA, P. *Huéspedes del Aire*. Sociología de las personas sin hogar en Madrid. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 1998.
- CASTRO-GOMES, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 80-87.
- COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismos nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p. 92-123.
- CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter; OLIVEIRA, Denilson A. *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-37.
- DALY, Gerald. Homelessness and the street: observations from Britain, Canada and the United States. In: FYFE, N. (org.). *Images of the street: planning, identity and control in public space*. London, New York: Routledge, 1998. p. 111-128.
- DRIVER, Felix. On geography as a visual discipline. *Antipode*, v. 35, n. 2, p. 227-231, 2003.
- ESCOREL, Sarah. *Vidas Ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999.

- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População: Cursos dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOMES, Paulo. Cenários para a Geografia: Sobre a espacialidade das imagens e suas significações. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Espaço e Cultura: pluralidade temática*. Vol. 1. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 187-210.
- GOMES, Paulo. *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- GOMES, Paulo. *Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- HAESBAERT, Rogério. Limites no espaço-tempo: a retomada de um debate. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 61, p. 5-20, 2016.
- HANNERZ, Ulf. Fronteras. *Educación Superior y Sociedad*, v. 2, n. 15, p. 215-235, 2010.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. *Geographia*, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Pesquisa sobre população em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória - Relatório*. Vitória, ES, 2018.
- KATZ, Cindi. Playing the field: questions of field work in geography. *Professional Geographer*, v. 1, n. 46, p. 67-72, 1994.
- LEDA, Manuela. Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade. *Temáticas*, Campinas, v. 23, n. 45/46, p. 101-126, fev./dez. 2015.
- LINDÓN, Alicia. La construcción socioespacial de la ciudad: el sujeto cuerpo y el sujeto sentimiento. *Revista Latinoamericana de estudios sobre Cuerpos, emociones y sociedad*, n. 1, v. 1, p. 6-20, 2009.
- MARTIN, André. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Barcelona: Melusina, 2011.

- MCDOWELL, Linda. Doing gender: feminism, feminists and research methods in Human Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 17, n. 4, p. 399-416, 1992.
- MIGNOLO, Walter. *Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad* (antología, 1999-2014). Barcelona: Bellaterra, 2015.
- OLIVEIRA, Denilson. Colonialidade, biopolítica e racismo: uma análise das políticas urbanas na cidade do Rio de Janeiro. In: CRUZ, Valter; OLIVEIRA, Denilson. A. *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 57-76.
- ORNAT, Marcio; SILVA, Joseli. Território Descontínuo Paradoxal, Movimento LGBT, Prostituição e Cafetinagem no Sul do Brasil. *Geosp*, São Paulo: USP, v. 18, n. 1, p. 113-128, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, Valter; OLIVEIRA, Denilson. A. *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 37-56.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Bueno Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RIO DE JANEIRO. Levantamento da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. *Cadernos de Assistência Social*, Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2008.
- ROBAINA, I. Entre mobilidades e permanências: uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- ROSE, Gillian. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. *Progress in Human Geography*, v. 3, n. 21, p. 305-320, 1997.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SCHMIDT, Katharina; ROBAINA, Igor. Beyond Removal: Critically Engaging in Research on Geographies of Homelessness in the City of

- Rio de Janeiro. *Journal of Latin American Geography*, v. 16, p. 93-116, 2017.
- SILVA, Joseli Maria. Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JÚNIOR, Alides Baptista (org.). *Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Vol. 1. 1. ed. Ponta Grossa: Toda palavra, 2013. p. 143-182.
- SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Corporeidade, sexualidades no mercado sexual transnacional sob o olhar eurocêntrico. *Geosp*, São Paulo: USP, v. 20, p. 69-82, 2016.
- SNOW, D; ANDERSON, L. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TURRA NETO, Nécio. Vivendo entre Jovens: a observação participante como metodologia de pesquisa em geografia. *Terr@ Plural*, UEPG (Impresso), v. 6, p. 241-255, 2012.

Escalas, culturas e decolonialidade

Aproximações

Nécio Turra Neto

Ao receber o convite para participar da mesa-redonda proposta no Simpurb, “Escalas, culturas e decolonialidade: novas perspectivas em Geografia Urbana”,¹ confesso que fui pego de surpresa, sobretudo, pelo tema da decolonialidade. Ainda que tenha lido alguma bibliografia aqui e ali, até mesmo para me inteirar de um debate que parece ter ganhado corpo na universidade brasileira nos últimos tempos – e, como sempre, tardiamente na Geografia –, estou longe de ter um conhecimento aprofundado, de modo que me vi diante de um grande desafio que, certamente, não daria conta em tão pouco tempo.

Esta advertência inicial é importante para situar o(a) leitor(a) de que não encontrará aqui neste texto uma reflexão sobre o tema da decolonialidade, a partir da Geografia,² muito menos uma revisão bibliográfica, uma história do debate ou seu estado da arte. O que se apresenta no texto é resultado de um encontro, uma interseção entre o que consegui apreender sobre o tema,³ de um lado, e aquilo que identifiquei, no conjunto das minhas ações de ensino e pesquisa, como experiências que permitem aproximações com a proposta da mesa, de outro.

¹ Agradeço imensamente o convite do professor Igor Robaina para compor essa mesa-redonda e a toda comissão organizadora do Simpurb 2019, da Ufes, por ter viabilizado minha participação, assim como possibilitado todo o evento.

² Para um panorama dos desafios que o debate decolonial coloca à geografia, conferir o trabalho de Cruz (2017).

³ O decolonial pode ser compreendido ao mesmo tempo como um período que vem depois da descolonização – sobretudo da África – e como uma ordem política, epistemológica e ética, que reconhece o quanto da própria forma como fazemos ciência e pedagogia participou e pode estar ainda participando de processos de colonização das mentes dos grupos subalternizados, reforçando processos de subjugação e de colonização ainda em curso (HALL, 2006; CRUZ, 2017). Segundo Cruz (2017), o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade como uma relação social, cultural e intelectual.

A primeira experiência se situa no que vou chamar “campo pedagógico” e tem relação com a coordenação de um projeto do Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), intitulado “Geografia e Juventudes na Escola”. Esta experiência é fortemente inspirada em Paulo Freire (2014), considerado precursor do pensamento decolonial, quando ainda nem se falava nisso.⁴ Pelo pensamento deste autor, elaboramos a espinha dorsal do nosso projeto: nossas concepções de educação, de escola, de currículo e de estudante, como será desenvolvido mais adiante.

A segunda experiência tem relação com a reflexão metodológica, no campo da produção do conhecimento científico, mais especificamente, no campo dos estudos culturais urbanos, com pesquisas fortemente centradas nos sujeitos sociais,⁵ ou seja, pesquisas cujos “objetos de estudo” estão longe de serem inanimados e muito menos dóceis, que exigem do(a) pesquisador(a) ao mesmo tempo habilidade de negociação e uma reflexão ética sobre a responsabilidade de realizar o diálogo e a representação do outro.

Ambas as experiências, portanto, do meu ponto de vista, apontam para questões decoloniais. A seguir, cada uma delas será detalhada de modo a apresentar as aproximações com o tema da mesa.

Campo pedagógico⁶

A proposição do projeto Pibid Geografia na Unesp de Presidente Prudente, como não poderia deixar de ser, procurou articular certo debate acumulado na pesquisa sobre as culturas juvenis urbanas ao campo do ensino de Geografia.

Em outro momento, já perguntava: se seria possível falar na existência de uma geografia *das* juventudes, seja porque os jovens e as jovens

⁴ Silva (1999).

⁵ A reflexão metodológica que apresentarei acompanha minhas pesquisas com as culturas juvenis urbanas desde sempre e se intensificou a partir do acúmulo de debate em uma disciplina ministrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp/Presidente Prudente, intitulada “Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Geografia”.

⁶ Esta parte do texto foi ampliada e modificada de uma publicação anterior realizada nos Anais da 6th International Conference on Geographies of Children, Youth and Families, realizada em 2019, na Unicamp. Está disponível em: <https://proceedings.science/gcyf-2019-pt/papers/juventudes-e-escola--conflitos-e-dialogos>.

elaboram espacialidades cotidianas, produzindo seus espaços de interação, seja porque existe toda uma produção que tem se avolumado na Geografia sobre as juventudes, seria possível e mesmo desejável pensarmos uma geografia *para* as juventudes na escola? (TURRA NETO, 2013). Esta questão, que permanece ainda sem uma resposta adequada, talvez teria possibilidade de se ver respondida neste projeto. Assim, conhecer as relações estabelecidas na escola, o que os estudantes têm a dizer sobre seus anseios em relação a ela, a relação professor/estudante, suas ideias quanto ao papel que o conhecimento geográfico escolar tem em suas vidas, fez parte das ações do projeto, cujo desafio era desenvolver justamente este diálogo.

Paulo Freire (2014), para quem a dialogicidade é fundamental para a prática pedagógica verdadeiramente libertadora, estende e aprofunda esta reflexão inicial. Para ele, a educação deve ser tomada em sentido amplo, como um movimento em que as pessoas se educam mutuamente, vivendo suas vidas umas com as outras. A educação assim não se limita à escola, nem os estudantes são destituídos de conhecimento quando lá chegam. Neste espaço educativo particular, cheio de intencionalidades pedagógicas, a proposição de Freire é que educadores sejam educandos e, ao mesmo tempo, educandos sejam também educadores, num processo mútuo de ensinar e aprender uns com os outros, já que ambos têm conhecimento sobre algo. Desse diálogo surgem os próprios conteúdos programáticos que serão objeto da reflexão dos sujeitos em diálogo, no processo de ensinar e aprender. Conteúdos que não se dissociam do mundo, pelo contrário, brotam dele, visto que é sobre o mundo que se dialoga, e que só fazem sentido se contribuem para a elaboração de uma releitura, desta vez ampliada crítica e criativamente sobre este mesmo mundo.

Assim, o projeto teve como objetivo aproximar os sujeitos sociais produtores do espaço escolar – professores(as) e estudantes –, ampliar os canais de comunicação, bem como fomentar o próprio protagonismo juvenil na escola, reconhecendo os jovens como interlocutores importantes para pensar o ensino de Geografia. Nesse sentido, se no texto de 2013 falava da necessidade de pensarmos uma Geografia *para* as juventudes na escola, a incorporação do pensamento de Paulo Freire conduz ao desafio de pensarmos uma Geografia *com* as juventudes na escola, no sentido de que é importante implicar os(as) jovens no processo de conhecer o mundo pela Geografia. Mais do que selecionar conteúdos, estabelecer estratégias didá-

ticas facilitadoras, é preciso promover um giro no sentido de que o próprio conteúdo brota do diálogo sobre o mundo.

Esta concepção está em oposição ao sentido hegemônico de escola, que foi se consolidando na sociedade moderna. Varela e Alvarez-Uria (1992), que realizam uma genealogia da escola, partem da seguinte questão: como uma instituição que fundamenta a ordem burguesa se reveste de uma aura de civilização e se constitui num direito universal, em nome do qual se realiza uma série de violências físicas e simbólicas?

A escola de massa para os pobres criaria uma infância diferente, com máxima repressão e mínimo saber, voltada a adestrar para o trabalho e civilizar para a vida na sociedade urbana e industrial. No seu processo de se afirmar, converte-se paulatinamente num local em que se ensina conteúdos desconectados da prática, pautados em formalismos de conhecimento (apreendidos como um fim em si mesmos). Paralelamente, professores são formados para convencer os alunos da importância desse saber, torná-lo interessante (aos desinteressados). Para ter legitimidade, esse saber deveria aparecer como superior (porque, na verdade, aproxima-se do saber das classes superiores), em contraste com os saberes das massas populares, desqualificados como superstição e opiniões vulgares.

Os autores definem a escola como um sequestro dos filhos da classe operária pelo Estado! Uma ação e uma instituição em torno dos quais se organiza todo um saber pedagógico orientado para a proibição e o controle, sobre vidas, pensamentos, palavras e obras destes sujeitos.

Penso que a escola de hoje, certamente, não é a mesma desta origem. Já não pode ser encarada tão somente como uma “invenção burguesa para ‘civilizar’ os filhos dos trabalhadores”. Hoje a escola pública é encarada como um patrimônio da sociedade, defendida como *O caminho* para a construção de uma sociedade democrática e com maior justiça social.

Mas o que mudou e o que permanece em relação a esta origem? O “direito de todos à educação” continua escondendo violência simbólica? Sob a ideia de democratização do conhecimento, o conhecimento seria encarado como um produto? Vigoraria ainda a prática da “educação bancária”, criticada por Paulo Freire (2014)? A escola nesse sentido continuaria servindo para colonizar corações e mentes?

No que se refere à concepção de Currículo que orienta a proposta do Pibid Geografia, esta se inspira em Silva (1999), para quem o currículo é tanto um documento de identidade quanto um território contestado. Um

conjunto de conhecimentos selecionados por um corpo de especialistas, definido como conhecimento básico para todo o território nacional, materializado em conteúdos programáticos, livros didáticos e planos de ensino e controlados pelos sistemas gerais de avaliação.

Como ponto de partida para elaboração do currículo, há sempre a questão “o que queremos formar?”, o currículo é um documento de identidade. E é por isso que é também um “território de disputas”, como, por exemplo, a polêmica em torno da falsa ideia de ideologia de gênero e mesmo a ameaça dos projetos de lei sobre Escola sem Partido.

O conceito de Educação adotado aqui está em contraste tanto com esta ideia de escola quanto com a concepção de currículo apresentada acima. Educação, em sentido freireano, como já foi dito, tem um sentido ampliado para o conjunto das práticas sociais, para além do escolar, o que restitui ao mundo o reconhecimento de que estão acontecendo processos educativos em todas as dimensões da vida (DAYRELL, 1996; FREIRE, 2014).

Nesse sentido, a educação não se reduziria às práticas sociais intencionalmente concebidas para educar. Além e junto destas há os contextos sociais em que também se produzem processos educativos informais, que não são imunes aos elementos de formalização e aos ritos educativos institucionais e que também os contaminam (CARRANO, 2011).

Para Carrano (2003, p. 20), é fundamental que o “[...] campo educacional amplie suas reflexões sobre o amplo leque de possibilidades educativas que se abre nos múltiplos contextos... da cidade”. Assim, o “tratamento uniforme” dado pela escola, que reduz toda a diversidade cultural à condição de alunos, acaba por “consagrar a desigualdade e as injustiças das origens sociais” (DAYRELL, 1996, p. 140). Explica-se assim o fracasso escolar para muitos deles, talvez justamente para os que mais precisariam da escola.

A escola, como instituição que deveria fazer uma diferença positiva na vida de sujeitos sociais com já poucos recursos para colocarem em prática seus projetos de futuro, termina por ser mais um fator da macroestrutura que pesa sobre estes sujeitos, oprimindo-os, colonizando-os e condenando-os às posições mais subalternas da nossa sociedade.

Carrano (2011) afirma que, ainda que submetidos a macroestruturas econômicas, sociais (e espaciais), que os posicionam social e espacialmente (no quadro de geometrias de poder, para usar uma expressão de Massey [2008], que me é muito cara) – posição a partir da qual apreendem e se

relacionam com o mundo –, as trajetórias biográficas dos(as) jovens e os projetos de futuro não estão predeterminados, como se fossem um destino. Há uma série de outros fatores em jogo, dentre os quais está a escola, que podem permitir a elaboração de outras trajetórias de vida.

Nesse sentido, pergunto: a escola não poderia/deveria atuar na ampliação dos projetos de futuro, pela ampliação dos campos de possibilidade dos(as) estudantes, como propõe Dayrell (1996)? Na escola, o ponto de partida de todo processo educativo não poderia ser justamente investigar e problematizar a percepção/leitura da realidade que os(as) jovens elaboram a partir da sua experiência situada, para chegar a uma outra percepção/leitura, que não só permita uma perspectiva crítica sobre como foi/está posicionado no mundo, mas também para que, a partir desta perspectiva ampliada, possa se posicionar politicamente nele (como propõe SANTOS, 2007)? Em outras palavras: uma reflexão sobre a situacionalidade que é um “pensar sobre a própria condição de existir” no mundo que temos, junto com os outros, em relações que nos constituem naquilo que estamos sendo (FREIRE, 2014)?

É em direção a este projeto de escola e de educação que posicionamos o Pibid Geografia, concordando com Carrano (2011), para quem olhar para fora da escola é importante para compreender o que acontece dentro dela.

Nesse sentido, descobrir como em determinados contextos os jovens vivem efetivamente as provas de sua existência cotidiana – provas que são subjetivas, que decorrem de suas posições estruturais e de seus estados sociais – passa a ser o objetivo de percursos investigativos no campo da educação. Aquilo que podemos chamar de “efeitos de lugar” (CARRANO, 2011).

Contudo, se seguimos a proposta radicalmente dialógica de Paulo Freire, é preciso ir além da mera investigação dos jovens em suas condições concretas de existência, como uma forma de pensar melhor e mais de perto conteúdos curriculares, temáticas e estratégias de ensino. É preciso realizar de fato uma investigação colaborativa sobre o universo temático dos(as) jovens, suas formas de ler e se relacionar com o mundo, para que *percebam sua percepção* e sua posição no mundo e assim possam elaborar conosco uma nova percepção em direção ao “inédito viável” de Freire (2014), cuja concretização orientará à ação. Trata-se de pensar, portanto, COM os(as) jovens na escola e de colocar em prática uma ideia de currículo como algo que não está dado ou pronto, mas que se constrói cotidianamente, neste diálogo, mediatizado pelo mundo.

Dito isto, penso estar diante do outro campo de experiência que identifico como possibilidade de aproximação ao tema da mesa, o campo da produção do conhecimento. E é a ele que passo a me dedicar na próxima parte do texto.

Campo da produção do conhecimento

Neste tópico quero apresentar duas ordens de questionamento que têm me desafiado particularmente e que penso serem próprias dos estudos da natureza daqueles que faço: com foco nos sujeitos sociais, mais particularmente nas culturas juvenis urbanas.

O primeiro questionamento vem do próprio meio acadêmico, pois não há mais inocências quanto à ciência como conhecimento soberano, de *status* superior, acima das paixões humanas, capaz de chegar a dados puros e verdadeiros, que expressem a realidade tal como é e em sua totalidade. Trata-se sempre de um conhecimento situado e parcial.

Geertz (1989), refletindo sobre o ofício do antropólogo, argumenta que o seu poder de convencimento, seu certificado de confiabilidade estava no fato de *ter estado lá* onde estavam os grupos que estudou, passado um tempo com eles e retornado para refletir sobre suas culturas, *escrevendo aqui*, entre seus pares da universidade, que são seus interlocutores privilegiados.

Com o fim tanto do colonialismo quanto da crença no cientificismo e no fato bruto, as fronteiras dessa existência dividida começaram a ser questionadas do ponto de vista moral, político e epistemológico. O que significa representar as pessoas *lá* onde elas não estão? O que acontece com a realidade quando ela é transportada *para fora*? Ao mesmo tempo, a maior mobilidade dos grupos culturais e a possibilidade de acesso de grupos subalternos às universidades também esfumaçam as fronteiras que separavam os dois mundos. Nesse contexto, a quem é preciso convencer? E convencer a respeito do quê? Estaria se vivendo, assim, pelo menos no campo dos estudos da cultura, uma crise de representação.

Na mesma ordem de questionamentos vai também a crítica de Haraway (1995, p. 21 e adiante), para quem “apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva”, afinal, não existem “deuses do Olimpo”, cujos conceitos são universais, sendo sempre necessário reconhecer os contextos sociológicos e de poder implicados na produção do conhecimento e humanizar/corpo-

rificar as trajetórias de cientistas e de suas ideias, ou seja, situá-los(as), pois falam sempre de algum lugar. O reconhecimento a sério desta condição inevitavelmente parcial e situada (pensado como uma abertura em direção ao conhecimento do outro, como um movimento do próprio sujeito cognoscente em se tornar algo diferente do que era a princípio) é o caminho desejável para uma ética e uma responsabilidade nesta representação.

Nesse cenário de crítica ao conhecimento científico, tudo está sob suspeição:

- suspeita-se que as respostas já estavam dadas desde o início da pesquisa;
- que não há possibilidade de conhecer o outro em toda sua multiplicidade;
- que não se pode falar impunemente sobre o outro, muito menos em seu nome.

Diante destas suspeitas, podemos considerar ainda válido produzir conhecimento – discursos sobre a realidade – com base em processos investigativos?

Em um artigo publicado em 2012, respondi a este questionamento argumentando que, para convencer sua audiência de que os resultados da sua pesquisa são muito mais do que aquilo que já sabia, a partir de sua posição teórica e política iniciais, o(a) pesquisador(a) deve demonstrar que foi capaz de desenvolver no percurso uma atitude crítica, reflexiva e ética sobre o próprio processo de investigar, que se permitiu se surpreender diante de evidências empíricas, que estas desestabilizaram pressupostos teóricos, que estes precisaram ser recompostos. Deve convencer que estas mesmas evidências foram produzidas a partir de procedimentos autoconscientes, previamente conhecidos, mas tensionados e reelaborados no próprio percurso em face aos desafios do diálogo com o “objeto de estudo”. É isto que faz com que a atividade científica seja ainda válida, que seu conhecimento possa ser respeitado, embora encarado como contingente e parcial e altamente contestável. E tão mais respeitado este conhecimento, quanto maior for a explicitação no texto dos caminhos metodológicos, para que o leitor possa também fazer parte do diálogo com “o objeto”. O(A) autor(a), portanto, deve se revelar, justamente para abrir mão da sua autoridade. O que propunha neste artigo era uma ciência dialógica e modesta (TURRA NETO, 2012).

Numa direção muito próxima, também Geertz (1989) trouxe uma resposta ao questionamento sobre a validade do saber científico, argumentando que há, para o caso da Antropologia, uma missão humanitária de pos-

sibilitar a tradução de uma cultura nos termos da outra e de ampliar assim a capacidade da comunicação entre as diferenças, e só por isto ela merece continuar sendo feita. Para o autor, como não é possível abrir mão do ônus da autoria, visto que toda descrição é sempre de quem descreve, nunca de quem é descrito, talvez a saída seja assumir a carga de ficção envolvida no processo e pensar o texto antropológico como próximo da literatura. A partir deste caminho, para o autor, seria possível realizar uma

[...] conexão textual entre o Estar Aqui e o Estar lá [...] A construção imaginativa de um terreno comum entre o Escrito Para e o Escrito Sobre [...] é o *fons et origo* do poder que a antropologia possui de convencer qualquer um de qualquer coisa – não a teoria, não o método, nem mesmo a aura do magistério. (GEERTZ, 1989, p. 62).

Contudo, há um segundo conjunto de questionamentos, vindo dos próprios sujeitos pesquisados, que escancara a insuficiência das respostas apresentadas. Para introduzir o debate, trago aqui o poema de Luz Ribeiro (2016), “Menimélímetros”⁷.

Menimélímetros

Os *meninos* passam liso pelos becos e vielas
Vocês que falam “becos e vielas”
sabem quantos centímetros cabe um menino?
sabem de quantos metros ele despenca
quando uma bala perdida o encontra?
sabem quantos “nãos” ele já perdeu a conta?
Quando vocês citam “*quebrada*” nos seus TCCs e teses
vocês citam as cores da parede natural tijolo baiano?
vocês citam os seis filhos que dormem juntos?
vocês citam que geladinho é bom só porque custa um real?
vocês citam que quando vocês chegam pra fazer as suas pesquisas seus
vidros não se abaixam?

⁷ RIBEIRO, L. *Menimélímetros*. [S. l.: s. n.], 3 jan. 2017. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Luz Ribeiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CTY8Fs2K3k8&t=7s>. Acesso em: 8 fev. 2020.

Não citam, não escutam
só falam
falácias
É que vocês gostam mesmo é do gourmet da quebradinha
um sarau, um sambinha, uma coxinha
mas entrar na casa dos meninos que sofreram abuso durante o dia não
cabe nas suas linhas
suas laudas não comportam o batuque dos peitos
laje vista pro córrego
seu corretor corrige as estruturas dos madeirites
Quando eu me estreito no beco feito *pros menino* “p” de (im)próprio
eu me perco e peço por não saber nada
por não ser geógrafa
invejo tanto *esses menino-mapa*
percebe, *esses menino* desfilam moda
havaianas azul, branca, preta, 35/40 todos
que é tamanho exato pro seu pé número 38
esses menino tudo sem educação que dão bom dia
abre até portão
tão tudo fora das grades escolares
nunca tiveram reforço de ninguém
mas reforça
a força, a tática
do tráfico
mais um refém
esses menino não sabem nem escrever
mas marca os beco tudo com caquinho de tijolo
p c c
você vê
vê? Vê? Vê?
Não vê
que *esses menino* sem carinho
não tem carrinho no barbante
pensa comigo que bonito se fosse peixinho fora d’água
[assobio]
a *desbicar* no céu
mas é réu na favela

lhe fizeram pensar voos altos
voa, voa, voa
aviãozinho
e os *menino* corre-corre
faz *seus corre*, corre, corre
podia ser adaga, flecha, lança
mas é lançado pra fora
vive pela margem
na quebrada do menino não tem nem ônibus pro centro da capital
isso me parece um sinal
é tipo uma demarcação de até onde ele pode chegar
e os *menino malandrão*
faz toda lição
acorda cedo
dorme tarde
é chamado de função
tem prestígio
não tem respeito
é sempre suspeito de qualquer situação
você já parou pra ouvir alguma vez o sonho *dos menino*?
é tudo coisa de centímetros
um pirulito, um picolé, pai, uma mãe
um chinelo que lhe caiba no pé
um aviso
quanto mais retinto o menino
mais fácil de ser
extinto
seus centímetros não suportam 9 milímetros
esses meninos sentem metros.

Depois de uma série de acontecimentos políticos em escala nacional, desde 2013, em que culturas juvenis críticas retornam à cena do debate público, reativando o espaço público nas cidades, com manifestações de poesia, música, altamente politizadas, descritos por Peralva *et al.* (2017), estes sujeitos sociais parecem ter se tornado mais refratários à abordagem científica. Dificilmente conseguimos acessá-los sem sermos tensionados

em nossa posição de pesquisadores(as) e questionados em termos do nosso engajamento e dos resultados daquilo que fazemos. Ou seja, estamos diante de “objetos de estudo” menos dóceis, cuja crítica obriga a um repensar o nosso local de enunciação e que tipo de relação estabelecemos e podemos estabelecer com aqueles que estudamos.

Rappaport (2007) argumenta que aquela crise de representação do outro, bem como o tipo de resposta dado por Geertz (e, por tabela, também por mim), que propõe que toda a questão seja resolvida no plano textual, com citações extensas de informantes, produção de textos junto com os grupos estudados, ou textos altamente autorreflexivos sobre a posicionabilidade do(a) pesquisador(a) em campo etc., ainda mantém o controle do processo nas mãos do sujeito cognoscente. Na verdade, para a autora, esta é uma problemática da Antropologia norte-americana, mas está longe de ser uma questão central na Colômbia, em que uma Antropologia mais engajada tem sido colocada em prática.

A autora desenvolve a ideia de pesquisa em colaboração, pela qual se poderia elaborar uma outra epistemologia do trabalho de campo – num sentido em que nós, na Geografia, também poderíamos refletir. O campo não precisa ser apenas o lócus de produção do dado, ele pode ser também onde ocorre a teorização; e os sujeitos com os quais nos relacionamos para a produção dos dados – que são a matéria-prima da nossa reflexão – não são apenas aqueles que nos fornecem as informações, mas os que pensam conosco, que oferecem formas paralelas de leitura dos fatos. No campo se desencadeiam, portanto, processos de interpretação coletiva. Para a autora, na pesquisa em colaboração, os problemas de pesquisa e os próprios conceitos estão em permanente negociação, num movimento conjunto e colaborativo de teorização e conceituação.

A resposta de Rappaport (2007) parece tão mais crível quando reconhecemos, tal como Haesbaert (2014, p. 91), que conceitos são mais “transformadores” do que “reveladores”,

[...] operam não só como produtos, mas também como produtores [produtores de novos pensamentos – de possibilidades de leitura da realidade e da própria realidade]. [...] mais importante que a definição formal de um conceito é saber lidar com ele, entender como ele “funciona” e o que pode ser “feito” com ele. Assim, os conceitos não definem seu conteúdo independentemente de seu uso em um determinado contexto.

Admitir que os conceitos estão aí para serem usados não significa que esteja abolida toda referência ao pensamento que nos precedeu e que realizou sínteses conceituais importantes, mas, sim, que não há significados fixos e definitivos para os conceitos. Os significados são contextuais, atribuídos pela ação que desempenham na elaboração de uma interpretação válida e coerente da realidade.

“O que acontece com os conceitos, quando os levamos *para dentro?*”, bem poderia ter se perguntado Geertz (1987), afinal, se reconhecemos que os próprios grupos culturais que estudamos estão em permanente movimento de constituição e mudança, como esperar que os conceitos pelos quais fazemos sua leitura permanecem idênticos a si mesmos, ao que foi elaborado por outros autores em outros contextos situados? E, mais além, como esperar preservar nossa autoridade diante do que pode ser dito se os próprios grupos estudados não reconhecem mais este poder?

Assim, no mesmo sentido do que foi elaborado para o campo pedagógico – de pensar um ensino de Geografia *com* e não simplesmente *para* –, no campo da produção do conhecimento, o desafio que tenho colocado – a mim e aos estudantes que trabalham comigo – é também buscarmos superar a divisão entre estar lá e escrever aqui, em direção a uma nova epistemologia do trabalho de campo, em que possamos produzir vínculos mais duradouros e um conhecimento *com* os grupos estudados que possa iluminar os problemas que eles próprios se colocam.

A pesquisa torna-se assim também parte de um amplo processo educativo, em que novas visões de mundo estão se gestando e sendo disputadas. Para Haraway (1995), a prática-chave da produção do conhecimento é se posicionar, o que implica responsabilidade política e ética, como uma atitude que torna possível a racionalidade e objetividade. Implica se envolver politicamente nas lutas do que são explicações racionais do mundo, nas lutas em torno de como ver o mundo. Para a autora, este é o caminho para recuperarmos uma ciência visionária e utópica e, também, do meu ponto de vista, que seja ética e politicamente decolonial.

Referências

CARRANO, P. C. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

- CARRANO, P. C. Jovens, escolas e cidades: desafios à autonomia e à convivência. *Revista Teias*, v. 12, n. 26, p. 7-22, set./dez. 2011.
- CRUZ, V. do C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V. do C.; OLIVEIRA, D. A. de (org.). *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-36.
- DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural: primeiros olhares sobre a escola. In: DAYRELL, J. (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p. 136-161.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 57. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- GEERTZ, Clifford. Estar lá, escrever aqui. *Diálogos*, v. 22, n. 3, p. 55-63, 1989.
- HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi-transterritorialidade em tempos de contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- HALL, S. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 95-120.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- MASSEY, D. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- PERALVA, A. et al. O legado de 2013: coletivo de ativistas e agenda política brasileira. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu, out. 2017
- RAPPAPORT, Joane. Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración. *Revista Colombiana de Antropología*, Bogotá, v. 43, p. 197-229, jan./dez. 2007.
- SANTOS, R. E. dos. O ensino de geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da lei 10.639. In: SANTOS, R. E. dos (org.). *Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 21-40.
- SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- TURRA NETO, Nécio. Pesquisa qualitativa em Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 27., 2012, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte, 2012. p. 1- 10.

TURRA NETO, Nécio. Geografia cultural, juventudes e ensino de geografia. *Formação*, Presidente Prudente, n. 20, v. 1, p. 38-56, 2013.

VARELA, J.; ALVAREZ-URIA, F. A maquinaria escolar. *Teoria & Educação*, n. 6, p. 68-96, 1992.

PARTE IV

Fragmentações, segregações, violência e urbicídio nas cidades brasileiras

A crítica ao urbicídio como crítica ao poder

[... Ou jamais aceitar o inadmissível]

Jorge Luiz Barbosa

Introdução

Atender ao convite da comissão organizadora do Simpurb para compor a mesa de debates Fragmentações, segregações, violência e urbicídio nas cidades brasileiras significou, sem a menor dúvida, assumir a construção de diálogos propositivos sobre uma temática da maior relevância política e social da atualidade. Construção inadiável, apesar de inteiramente mergulhada em uma coragem dolorosa para enfrentar condições perversas e brutais dos fenômenos em causa. Essa posição é muito particular para o enfrentamento de questões que combinam a crítica e a sensibilidade, implicando reconhecer a fragilidade de vidas diante da violência institucional e social presente em nosso país.

A dimensão do sofrimento trágico que o tema abriga jamais será representada nos dados estatísticos, por mais alarmantes que estes se nos apresentem. Afinal, são pessoas com suas vidas impedidas, constrangidas e, no seu limite mais crítico, ceifadas pela reprodução da violência letal em nossas cidades.

Chegamos nesta segunda década do século XXI com números assustadoramente dramáticos e inadmissíveis de homicídios. Jovens, mulheres, gays, transgêneros e travestis, com suas humanas diferenças, configuram os corpos matáveis na *ordem urbana necropolítica*. Seus territórios de incidência são principalmente as favelas, as periferias e os subúrbios das cidades brasileiras.

É nossa intenção, neste texto de caráter ensaístico, chamar atenção para o debate de formas e de processos letais assumidos como exercício de poder. Afirmamos que o emprego da violência deve ser considerado como um instrumento de reprodução de relações desiguais de poder que

atravessa a sociedade brasileira com seus *modos urbicidas* de violação de direitos.

Geografias da violência letal: corpo e território

O Brasil é um dos países do mundo com as mais elevadas taxas de homicídios do século XXI.¹ O ano de 2017 foi particularmente emblemático, 65.602 pessoas morreram de modo violento no Brasil, acusando a taxa 31,6 mortes para cada cem mil habitantes. Neste mesmo ano se configurou o maior nível histórico de letalidade intencional no país, comparando com as taxas de anos progressos e com as de anos posteriores, de 2018 e 2019. Tomando 2017 como referencial, podemos observar um quadro geral sempre crescente da violência letal no Brasil e como este foi mantido tragicamente constante pelo menos nos últimos 10 anos, com uma variação de 50 mil a 65 mil homicídios por ano. Estamos, portanto, vivendo em um cenário de agravamento social da violência, em especial da brutalidade da violência letal, particularmente em curso em nossas cidades.

De um modo mais geral, e reconhecendo as subnotificações, é possível considerar que pelo menos 1 milhão de pessoas foram vítimas fatais da violência nas duas décadas do século XXI, equivalente a mais de 1/6 da população atual da cidade do Rio de Janeiro. Ou três vezes superior à população da cidade de Vitória (ES), sede do nosso Simpurb de 2019.

Os homicídios se relacionam a situações muito diversas, como conflitos interpessoais, disputas e confrontos territoriais entre facções criminosas do tráfico de drogas e de armas, práticas de extorsão e extermínio de grupos paramilitares (milícias) e, sobretudo, a repressão e agressão autoritariamente desmedida de agentes policiais do Estado com sua “política de guerra às drogas”. A forte presença de armas de fogo em circulação mercantil sem controle, a militarização da segurança pública e as irrisórias taxas de esclarecimento dos crimes de homicídios também contribuem para

¹ Em 2017, a América Latina respondeu por 40% dos homicídios no mundo, em torno 144 mil ao ano. Desses, o Brasil concentra 65 mil, 45% do total dos homicídios da região. Ou se quisermos algo mais dramático, nosso país com 3,6 % da população mundial detém 18 % dos homicídios registrados no mundo. Ver HILGERS; BARBOSA (2017).

o uso da violência como meio privilegiado para a resolução de conflitos e para o acirramento das condições de acumulação da violência intencional, com o agravante de sua reprodução estendida para o conjunto do país, tornando nossas metrópoles e cidades expressões da barbárie da eliminação de pessoas.

É importante o registro das identificações da geografia dos homicídios no país, pois é revelador de processos combinados de fenômenos relacionados à expansão da criminalidade violenta e da própria intervenção do Estado como agente violador de direitos à vida. Se nas últimas décadas do século passado a violência letal marcava sua presença nos estados e metrópoles do Sudeste – particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo –, a partir do ano 2000 se anuncia uma inflexão para outras regiões e estados brasileiros. Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Bahia, Ceará, Amazonas, Goiás, Tocantins e Santa Catarina dobraram os registros de homicídios nos últimos 15 anos. De modo mais específico, foram as cidades os principais espaços de acumulação da violência intencional, traduzindo um modo particular de conflito urbano em nossa sociedade.

Quadro 1. Cidades com maior concentração de homicídios no Brasil (2000-2015)

Cidade	Homicídios
São Paulo	44.335
Rio de Janeiro	36.483
Salvador	20.009
Fortaleza	17.984
Recife	16.601
Belo Horizonte	15.540
Brasília	12.975
Curitiba	11.541
Maceió	11.731
Manaus	10.463

Fonte: Atlas da Violência (2019). Homicídios na Adolescência no Brasil (2010 e 2012).

Todavia, não são apenas as cidades capitais e as metrópoles (regionais ou nacionais) a se configurar como *espaços de reprodução e acumulação de violência letal*. Cidades médias e pequenas cidades também entram na

cena dos homicídios, demonstrando o quanto a violência é visceral e disseminada na sociedade brasileira.²

Quadro 2. Cidades com mais de 100 mil habitantes e de maior violência letal (2016)

Cidade	UF	Mortes violentas para cada 100 mil habitantes
Queimados	RJ	134,9
Eunápolis	BA	124,3
Simões Filho	BA	107,7
Porto Seguro	BA	101,7
Lauro de Freitas	BA	99,2
Japeri	RJ	95,5
Maracanaú	CE	95
Altamira	PA	91,9
Camaçari	BA	91,8
Almirante Tamandaré	PR	88,5

Fonte: Atlas da Violência (2019)

As informações sobre os homicídios e sua geografia (urbana) em nosso país são suficientemente assustadoras. Há, certamente, especificidades de processos socioespaciais marcando a atuação de agentes e sujeitos em conflitos implicados na escalada da violência intencional em cada cidade. Todavia, é inegável a forma contundentemente assumida: a prática de homicídios. É justamente nesse campo particular que pretendemos contribuir sobre o debate sobre o *urbicídio*.

O inventário analítico da violência intencional requer acrescentar a identificação mais precisa dos sujeitos vitimados e de seus territórios de morada. Podemos destacar a década de 1990 como período disparador do crescimento das taxas de homicídio, e é justamente no qual a população jovem do país começa a ser a mais vitimada, sobretudo na faixa entre 15 e 24 anos. Há uma mudança na personagem-vítima de homicídio, deixando de

² Essa disseminação é relativa, uma vez que 90 cidades concentraram mais da metade dos homicídios do país.

ser uma população adulta para uma população crescentemente composta por jovens e adolescentes.³

A violência assume a expressão mais cruel e assustadora de crescimento nos últimos 30 anos: o assassinato de adolescentes e jovens do sexo masculino. A taxa de homicídios entre os jovens de 15 a 24 anos passou de 30 por 100 mil, em 1990, para 50 por 100 mil no ano de 2007. E, em 2017, os números alcançaram a 59,1% de homens, entre 15 a 19 anos de idade, ocasionados por homicídio, enquanto os jovens entre 20 e 25 anos passaram a representar 55,7% (Atlas da Violência, 2019).

Esses adolescentes e jovens vítimas de homicídio possuem marcações raciais e territoriais expressivas. Nas duas décadas do século XXI, as séries históricas apresentam que entre 70 e 75% dos adolescentes e jovens vitimados pela violência são pardos e pretos, portanto, negros. Podemos identificar que o crescimento constante da violência letal no Brasil nos últimos 30 anos está diretamente relacionado às mortes violentas na população jovem negra.

Quem são os principais vitimados pela violência letal no Brasil? São os jovens negros, do sexo masculino, moradores de favelas e periferias das cidades e metrópoles brasileiras. Podemos exemplificar concretamente essa assertiva com a cidade e a região metropolitana do Rio de Janeiro, a segunda maior metrópole de incidência da violência letal durante estes últimos 30 anos. Nas favelas cariocas, onde vivem 22% da população, a taxa de assassinatos é 14 para cada cem mil habitantes, enquanto nos demais bairros da cidade a taxa é de 4 por cem mil. Do total de 199 homicídios notificados em territórios populares no primeiro semestre de 2019, 45% possuíam entre 18 e 29 anos e 75% eram pretos ou pardos.⁴ Em contrapartida, bairros de classe média, como Leblon e Ipanema, conheceram apenas um único homicídio por 100 mil habitantes.⁵ A interseção idade, raça e

³ Cabe destacar que, entre 1997 e 2007, as idades com maior índice de crescimento das taxas de homicídio no país se localizam entre os 14 e os 16 anos, com incremento acima de 30%.

⁴ Esses dados não incluem os denominados “autos de resistência” que justificam homicídios praticados por policiais militares e civis. Referem-se apenas às notificações de mortes envolvendo e provocadas por traficantes, milicianos e esquadrões da morte. Demonstra-se que o Estado é duplamente responsável pela violência letal, uma vez que age como agente da violência letal, assim como é incapaz de proteger as populações mais vulneráveis

⁵ Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (2016).

território parece ser indiscutível. Por outro lado, as cidades da periferia geográfica da metrópole fluminense apresentaram as taxas mais elevadas de homicídios por cem mil habitantes, inclusive quando comparadas às da capital e de outras capitais do país (DATA SUS, 2015). São elas: Queimados (71,7), Seropédica (56,7), Japeri (56,7) e Nova Iguaçu (54,7).⁶

É preciso acrescentar a atuação do Estado como agência de violência intencional e letal. Retomando a informações sobre o Rio de Janeiro para 2018, as forças policiais foram responsáveis por 1.532 “autos de resistências” na região metropolitana, sendo 556 na cidade do Rio de Janeiro, com recortes raciais e territoriais bem demarcados.⁷

Embora os adolescentes e os jovens negros sejam os mais vitimados pela violência letal envolvendo a criminalidade violenta e as forças de segurança do Estado, há outros registros igualmente perversos no conjunto dos homicídios. Estamos chamando atenção para o crescimento do assassinato de mulheres jovens no país.

As informações contidas em relatórios do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, Secretarias Públicas de Segurança e do Atlas da Violência no Brasil revelaram que mulheres com idade entre 15 e 24 anos estavam entre as principais vítimas de homicídio entre 2001 e 2011. O índice de homicídios de mulheres cresceu 17,2%, com a morte de mais de 48 mil brasileiras nesse período.⁸ Em 2011, mais de 4,5 mil mulheres foram assassinadas no país.⁹

⁶ Não por acaso são cidades localizadas na Baixada Fluminense, onde, para além do emprego desmedido da violência policial, a presença de grupos de extermínio e, recentemente, de milícias responde pela acumulação da violência conjugada à produção do espaço urbano.

⁷ Os estudos pioneiros de Inácio Cano (1997), Jorge da Silva (1998), Silvia Ramos (2005), Leonarda Musumeci (2005) e Gláucio Soares *et al.* (2006) assinalam que o perfil racial da dinâmica da violência na cidade do Rio de Janeiro tem uma densa e larga trajetória.

⁸ A taxa de homicídio de mulheres do Brasil para 2013 (4,4 assassinatos a cada grupo de 100 mil mulheres) era bastante superior à da África do Sul (2,8), dos Estados Unidos (2,1), do México (2), da Argentina (1,2), do Chile (1) e da Espanha (0,3). No Brasil, entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década. Essas 4.762 mortes em 2013 representavam 13 homicídios femininos diários. Ver: Hilgers; Barbosa (2017).

⁹ Ainda que a violência corpórea mereça todo destaque, ela não é a única. Meninas, moças e mulheres são também vítimas de violências mais silenciosas, como a psicológica, a patrimonial ou a moral, inclusive dentro de suas próprias residências. Além disso, a desigualdade de gênero faz com que as mulheres tenham outros direitos violados, como à educação, ao lazer, à moradia e ao próprio corpo.

Do seu total, a taxa de mortes entre as mulheres jovens foi de 7,1 por grupo de 100 mil, enquanto na população não jovem, com idades abaixo de 15 e acima dos 24 anos, o índice foi de 4,1. Ao adicionarmos o recorte racial às mortes violentas de mulheres, verificaremos que o homicídio de negras aumentou em 54% em dez anos, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Neste mesmo período houve a redução de homicídios de mulheres brancas em 9,8%: de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013. No ano de 2017, ápice dos registros de mortes intencionais, 66% das mulheres assassinadas eram negras e jovens. Podemos observar crescimento brutal do femicídio na sociedade brasileira. Entretanto, se faz preciso reconhecer quem são suas vítimas recorrentes. Assim como os jovens negros, as jovens negras são também vitimadas, em sua maioria, em nossas cidades e metrópoles. A violência intencional caracterizadora dos homicídios é seletiva, hierárquica e desigual, conformando um regime de classificação dos corpos matáveis.

Igualmente revelador da brutalidade de tratamento com os diferentes é a violência intencional brutal contra gays, lésbicas, travestis, transgêneros e outras humanidades não cisgênero e teimosamente não heteronormadas. Tomando como referência o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), o número de vítimas letais no Brasil cresceu 115% em 2010, com os assassinatos de 260 gays, lésbicas e travestis. Duas mil denúncias de agressões foram computadas em 2015, com 132 homicídios. Estima-se que, a cada 28 horas, uma pessoa LGBTQ+ seja vítima de morte violenta no Brasil, apesar da subnotificação da homotransfobia como sua motivação principal.

Em 2017, ano emblemático da violência letal no Brasil, houve um aumento de 30% de homicídios de pessoas LGBTI+ (de 343 em 2016 para 445 em 2017), sendo que 56% dos casos registrados foram de ocorrência em logradouros públicos e com uso de crueldade extrema (enforcamento, espancamento, apedrejamento), envolvendo grupos como autores da ação criminosa. Repete-se, entre as pessoas LGBTQ+, o assassinato de adolescentes menores de 18 anos (41%) e jovens entre 18 e 25 (33%), como foi observado entre os homicídios de homens e mulheres em termos de faixa etária e representação racial, destacando as transexuais e travestis negras como maioria das vítimas (38%), seguidas dos gays (31%) e lésbicas (21%). Deve-se afirmar que não estamos diante de uma *crise de humanidade*, mas, sim, da reiteração da violência machista, homofóbica e transfóbica diante dos movimentos individuais e coletivos de afirmação de direitos *trans* na sociedade brasileira.

A convocação de números nos serve, com toda a certeza, para evidenciar quem são as principais e recorrentes vítimas dos homicídios em curso em nossas cidades: adolescentes e jovens. Jovens. Mulheres. Gays. Lésbicas. Transexuais. Transgêneros. Travestis. Negros e Negras. A identificação das vítimas é demonstrativa de um modo dirigido da violência intencional como operador radical de distinções do direito à existência. Podemos recorrer à expressão *mera vida* criada por Walter Benjamin para compreender o tratamento violento dado a indivíduos e a coletivos considerados abaixo da linha civilizatória dominante e, portanto, passíveis ao desaparecimento.¹⁰ Não estamos abordando as condições reificadas de sujeitos tratados como *objetos do devir*, mas de sujeitos de *corpos sem devir*, como racionalidade instrumental da violência sem direito ao luto.

A reprodução da violência intencional: homicídios anunciados e recorrentes não são políticas de extermínio em nossas cidades?

Diante do quadro de crescimento absurdo da violência letal de jovens negros e jovens negras identificada na virada do século XX para o XXI, o Observatório de Favelas¹¹ criou e coordenou, em parceria com o Laboratório de Estudos de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV/UERJ), o Unicef e a Secretaria Especial de Direito Humanos, o Programa Redução da Violência Letal (PRVL). Dedicado ao estudo das condições socioespaciais de reprodução da violência letal contra adolescentes, o PRVL também preconizava a construção de índices de risco de homicídios com devida identificação geográfica e com o objetivo político

¹⁰ O desaparecimento para além dos homicídios também significa privação de liberdade. O encarceramento em massa é também produto da violência intencional sobre as juventudes negras. Segundo o *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* de 2017 (Departamento Penitenciário Nacional), o Brasil possui a terceira maior população prisional do mundo, com mais de 726 mil pessoas presas. Em 2016, 55% da população carcerária brasileira era formada por jovens de 18 a 29 anos. Esse grupo representava 26% da população total no Brasil e 55% da população no sistema prisional no mesmo ano. Destes prisioneiros, a maioria é composta por adultos negros e jovens negros (62% do total), sendo que 25% estão encarcerados por “tráfico de drogas”.

¹¹ Organização da sociedade civil com sede na Favela da Maré (Rio de Janeiro/RJ).

de contribuir para a construção de agendas de prevenção e redução da letalidade da população jovem no Brasil.

Trazer o referido Programa de estudos e ações para o nosso debate cumpre o papel de demonstrar a contribuição de organizações da sociedade civil e da universidade para superação da epidemia de assassinatos de jovens (negros) que assola a sociedade brasileira. Em especial, destacamos a criação do Índice de Homicídios de Adolescentes (IHA)¹² para estimar o risco de mortalidade, especificamente na faixa dos 12 aos 18 anos, para cada 1.000 habitantes e, inclusive, identificando sua incidência socioespacial

O IHA apontava diretamente para a alta vulnerabilidade de jovens negros serem assassinados. O risco de homicídio desses jovens era doze vezes maior para o conjunto de jovens do sexo masculino, em comparação às adolescentes do sexo feminino, e quase três vezes superior para os negros em comparação com os brancos. Por outro lado, uma das questões merecedoras de atenção do estudo das informações, com aplicação de recortes territoriais administrativos, estava na identificação de que os municípios com elevado grau de violência letal na faixa de 12 a 18 anos tendiam a ser os mesmos com alta incidência nas faixas etárias posteriores: de 20 a 24 e de 25 a 29 anos. Portanto, há cidades com uma violência estrutural contra os jovens negros.

A construção do índice combinou as informações quantitativas com a incidência territorial, tendo as escalas regional, estadual e municipal como recortes possíveis de inventário em fontes governamentais especializadas na temática e para o tratamento dos dados disponíveis, com edições em 2010 e 2012. Para este último ano, levando em conta a divisão regional do IBGE, foi possível verificar a ocorrência de índices elevados para as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte; o fenômeno se comprovaria posteriormente com os números absolutos da violência letal nestes dois recortes regionais oficialmente estabelecidos no país.

¹² O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) estima os riscos que adolescentes, entre 12 e 18 anos, têm de perder suas vidas por causa de assassinatos. O índice é calculado para todos os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Ele expressa, para um grupo de mil pessoas, o número de adolescentes que, tendo chegado à idade inicial de 12 anos, não alcançará os 19 anos por causa dos homicídios.

Quadro 3. Índice de Homicídios de Adolescentes (IHA) por grandes regiões brasileiras (2012)

Região	IHA 2012	Número esperado de homicídios entre 12 e 18 anos
Nordeste	5,97	16.180
Centro-Oeste	3,74	3.575
Norte	3,52	3.908
Sul	2,44	3.854
Sudeste	2,25	14.323

Fonte: IHA (2012). Observatório de Favelas; Unicef; SDH (2014).

Na pesquisa com base nas informações para cidades capitais já se revelava, em 2012, o número elevado de risco de homicídio para jovens em capitais da região Nordeste (Fortaleza 9,92; Maceió 9,37; Salvador 8,32; João Pessoa 6,49), da região Norte (Belém 5,84; Manaus 3,48), inclusive bem maiores em relação aos identificados para Rio de Janeiro (2,06) e São Paulo (1,69). Em termos mais explícitos do IHA, em capitais do Nordeste apresentavam valores a indicar que pelo menos 8 adolescentes para cada 1.000 poderiam ter sua vida cancelada pela violência intencional. Do mesmo modo, identificava-se o crescente risco da perda de adolescentes em cidades com mais de 200 mil. Vejamos:

Quadro 4. Ranking dos 20 municípios com mais de 200 mil habitantes de IHA (2012)

Ordem	UF	Município	IHA
1	BA	Itabuna	17,11
2	ES	Cariacica	10,47
3	ES	Serra	9,95
4	CE	Fortaleza	9,92
5	BA	Camaçari	9,82
6	AL	Maceió	9,37
7	CE	Maracanaú	8,81
8	BA	Vitória da Conquista	8,70
9	BA	Salvador	8,32
10	ES	Vila Velha	8,22

continua...

continuação

Ordem	UF	Município	IHA
11	MG	Governador Valadares	7,35
12	RN	Parnamirim	6,81
13	BA	Feira de Santana	6,79
14	AL	Arapiraca	6,70
15	PA	Ananindeua	6,62
16	PR	Foz do Iguaçu	6,61
17	RS	Viamão	6,49
18	PB	João Pessoa	6,49
19	PR	Colombo	6,43
20	PR	Cascavel	6,42

Fonte: IHA (2012). Observatório de Favelas; LAV; UNICEF; SDH (2014).

A leitura do Quadro 4 permite inferir que, para além das capitais, a violência letal se estendeu até cidades médias de regiões metropolitanas – e até mesmo para cidades não incluídas nestas –, como cenário projetado para 2015 e 2016, houve uma perversa correspondência com a dinâmica dos homicídios no Brasil em 2017, sobretudo na sua difusão em cidades de todas as regiões do país.

A importância do estudo em destaque, além de apontar quais eram as cidades de maior risco de morte de adolescentes, era também elaborar uma contribuição concreta para políticas de prevenção aos homicídios. A identificação, a denúncia e a crítica do crescimento da violência letal no Brasil diretamente relacionado às mortes violentas na população jovem esteve sempre na pauta de muitas organizações da sociedade civil¹³ e de suas proposições de mudança no âmbito das políticas públicas de segurança do Estado.

Havia tragédias anunciadas. O extermínio de jovens estava em dramática expansão no país. E, apesar de organizações e movimentos de direitos humanos assumirem posições críticas e propositivas, assistimos a uma dupla falha do Estado: não proteger os jovens de riscos de violência e de agressões letais e, ao mesmo tempo, ser um dos principais agentes de ho-

¹³ Para citar algumas das mais significativas: Fase, Instituto de Estudos da Religião (Iser), Igarapé, Geledés, Redes da Maré, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, Grupo Gay da Bahia. Destacamos também a reunião de organizações em fóruns, como o Fórum de Segurança Pública e o Fórum de Igualdade Racial.

micídios de jovens e adolescentes. Por outro lado, apesar dos estudos e até mesmo denúncias ganharem repercussão e amplificação em meios de comunicação de massa, a sensibilização do conjunto da sociedade foi sempre assustadoramente frágil e localizada. Os estereótipos e estigmas marcadores dos jovens assassinados e de seus territórios de morada tornaram-se tão fortes quanto as ações de anulação de suas existências.

A crítica do urbicídio como crítica ao poder

O neologismo urbicídio tem sido empregado para descrever diferentes processos de anulação da vida das cidades. A conjugação das expressões *urbes* (um sinônimo de cidade) e *cídio* (morte) origina a expressão *morte da cidade*, que passa a ser empregada por distintos autores. Michael Moorcock teria sido um dos primeiros autores a utilizar a expressão em seus trabalhos no campo da literatura (1963). Como informa Carrión (2014), somente décadas depois começa a estar presente nos estudos urbanos, especialmente para designar os efeitos devastadores produzidos pelas guerras em cidades, como também os processos de apagamento e destruição da memória arquitetônica e paisagística impostos pela refuncionalização ou requalificação urbana. O termo é igualmente empregado quando a cidade é produtora de agressões premeditadas e explícitas contra seus habitantes, imigrantes indesejáveis e grupos subalternizados (COWARD, 2009). Embora não se trate do assassinato da cidade, o urbicídio estilhaça seus componentes essenciais: a identidade simbólica, a memória coletiva e a sociabilidade humana. Trata-se, portanto, da produção social do esquecimento, sempre hierárquico e seletivo. Carrión (2018) abordará os urbicídios como destruição física à cidade (*a urbis*), bem como à da vida política (*civitas*) em ampla consonância com as leituras de Aguirre e Baez (2018, p. 3):

Habitaciones, oficinas, alcantarillas, azoteas, calles, callejones, teleféricos y norias, plazas y mercados, canchas, locales, transportes, basureros, parques, foros, baldíos, terrazas, rios nausebundos, zonas sombrías de puentes, pasajes, túneles, panteones... enfin, espacialidades por cuanto espacios permanentemente alterados, disposiciones y co-locaciones para habitar el mundo.

Podemos inferir que os urbicídios estabelecem o cancelamento de espacialidades como expressão da vida social em seu conjunto, implicando necessariamente o reconhecimento da cidade como condição de existência plena e possibilidade de convivências de nossas diferentes humanidades.

Retomando a relação com a violência – e o medo generalizado dela decorrente –, podemos nos apoiar nas críticas de Souza (2008) à produção do espaço urbano contemporâneo (militarização, segregação, privação e injustiça) para sublinhar o esvaziamento e a fragilização da vida social pública. Ou seja, uma destruição simbólica da cidade como espaço da política. O “assassinato” da cidade é profundo. Explica-se, pois, o advento e o fortalecimento da figura do consumidor em detrimento do cidadão (SANTOS, 1987/2007). Nessa linha de argumentação, o urbicídio pode ser definido como modo de despolitização da cidade.

Urbicidio, en este sentido representa una forma singular y por lo tanto paradigmática de la violencia material que tiene como fin destruir los elementos constitutivos de la urbanidad pero no solo eso, también, destruir la condición de posibilidad del ser-con-otros que constituye lo político. Urbicidio, entonces, es un asunto fundamentalmente político ya que representa la exclusión violenta de la posibilidad de lo político. (AGUIRRE; BAEZ, 2018, p. 12).

Todavía, caberá a Graham (2004) aliar explicitamente a política de extermínio à segregação socioespacial para definir o urbicídio, enfatizando a mortalidade ocasionada com as políticas de cidades “sitiadas” do neoliberalismo global. Por essa senda buscamos construir a leitura de um significado concreto e radical daquela expressão na sociedade brasileira, estabelecendo seu nexos estrutural com a violência letal em suas dimensões corpóreo-territoriais de produção do espaço urbano.

Considerar o urbicídio em seu caráter de violência intencional (e racialmente dirigida) é reconhecer o seu caráter de política de destruição ardilosa em suas subjetividades e brutal em sua execução objetiva. Nesse sentido, as relações racializadas são estruturantes das contradições, dos conflitos e dos confrontos presentes na sociedade brasileira:

O racismo é sempre estrutural, ou seja, [...] ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que procuramos demonstrar é que o racismo é a manifestação normal de uma

sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. (ALMEIDA, 2018, p. 15).

Considerar a discriminação racial como estruturante de posições objetivas e disposições subjetivas de desigualdade entre indivíduos e de grupos nas relações sociais na configuração matricial da sociedade brasileira significa assumir que estamos diante de um *paradigma de construção societária*, cujo operador principal é o racismo, aqui entendido como uma ordem de classificação negativa e, sobretudo, impositiva, de condições conjugadas de subalternidade de sujeitos expressas na relação envolvendo *corpo, violência e território*.

O racismo se apresenta como uma racionalidade normativa da sociedade, atuando de modo a constituir arranjos territoriais de reprodução de relações desiguais que favorecem a determinados grupos e classes sociais, tornando a noção de direito e cidadania ainda frágeis em nosso país:

No Brasil, onde a cidadania é, geralmente, mutilada, o caso dos negros é emblemático. Os interesses cristalizados, que produziram convicções escravocratas arraigadas, mantêm os estereótipos, que não ficam no limite do simbólico, incidindo sobre os demais aspectos das relações sociais. Na esfera pública, o corpo acaba por ter um peso maior do que o espírito na formação da sociabilidade. (SANTOS, 2000).

É indispensável afirmar, diante das informações corporificadas dos números da violência letal, que o racismo estrutural se constituiu tanto como uma máquina de reprodução de desigualdades sociais, assim como operador da radicalização das distinções corpóreo-territoriais de direitos, incluindo o mais fundamental de todos eles, o direito à vida. Acusamos o *modo urbicida* de reprodução da hegemonia de poder de classe.

Considerações (ainda não) finais

Em defesa da sociedade, Foucault indaga: “Como, então, é possível a um poder político matar, incitar a morte, demandar mortes, dar a ordem

para matar e expor não apenas seus inimigos, mas também seus próprios cidadãos ao risco de morte?” (2005, p. 254). A explicação estaria no uso do racismo como instrumento ideológico a justificar a eliminação e o controle de populações. O racismo é então interpretado por Foucault como uma tecnologia biopolítica em sociedades normativas, onde raça, ou racismo, é a precondição que torna possível a aceitabilidade da matança. [...] é a condição indispensável para o exercício do poder de matar (p. 256).

Nos aproximamos, agora, do conceito de *necropolítica* de A. Mbembe (2003) como possibilidade de análise radical e profunda dos homicídios no Brasil, sobretudo ao sublinhar as formas contemporâneas subjogadoras da vida ao poder de morte e seu poder de reconfigurar profundamente as relações entre existência, violência e terror. Conforme a construção daquele autor, o *poder necropolítico* ainda depende do firme controle sobre os corpos (ou sobre concentrá-los em campos), as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas em conformar os corpos em aparatos disciplinares, até quando chegar a hora de conformá-los à ordem da máxima da economia representada pelo massacre.

Há, afirmamos, uma *política de morte* como afirmação de uma soberania de poder racial em curso em nossa sociedade e inerente ao modo de reprodução do capitalismo. São as cidades os seus espaços de organização, e os territórios populares seus recortes recorrentes de execução. Andreilino Campos (2010) nos mostrou com veemência que os processos de criminalização e repressão aos territórios e às moradas populares – como quilombos, casas de cômodo, cortiços e favelas – estão associados a relações racializadas de poder e configuraram o modelo socioespacial da urbanização desigual e discricionária no Brasil. Portanto, podemos afirmar que *urbicídio* se revela por inteiro como estruturante de processos de produção, gestão e de controle do espaço urbano..

Referências

- AGUIRE, A.; BAEZ, E. Y. Urbicídio em tiempo de ciudades. Violencia contra el espacio urbano. *Revista Reflexões Marginais*, Ciudad de Mexico: Universidad Nacional Autonoma do Mexico, 2018.
- ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural*. São Paulo: Letramento, 2018.

- BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema de Informações sobre Mortalidade*. Brasília: DATASUS, 2011.
- BENJAMIN, W. *Por uma crítica da violência y outros ensayos*. Madrid: Taurus, 2001.
- CAMPOS, A. O. *Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CANO, Ignácio. Avaliação de programas de intervenção em violência, criminalidade e segurança pública. In: BRITO, Daniel Chaves; BARP, Wilson José (org.). *Violência e controle social: reflexões sobre políticas de segurança pública*. Belém: Numa/UFPA, 2005.
- CARRION, F. M. Urbicidio o la producción del olvido. *Observatorio Cultural*, Santiago de Chile, 2014.
- CARRION, F. M. Urbicidio o la Muerte Litúrgica de La Ciudad. *Revista Oculum Ensaio*, Campinas, v. 15, n. 1, jan./abr. 2018.
- CERQUEIRA, Daniel *et al.* (coord.). *Atlas da Violência 2017*. Brasília: Ipea, 2017.
- CERQUEIRA, Daniel *et al.* (coord.). *Atlas da Violência 2018*. Brasília: Ipea, 2018.
- CERQUEIRA, Daniel *et al.* (coord.). *Atlas da Violência 2019*. Brasília: Ipea, 2019.
- COWARD, Martin. *Urbicide*. The politics of urban destruction. New York: Routledge, 2009.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GRAHAM, S. Constructing Urbicide by Bulldozer in the Occupied Territories. In: GRAHAM, S. (ed.). *Cities, war and terrorism*. Towards to urban geopolitics. Oxford: Blackwell, 2004.
- HILGERS, Tina; BARBOSA, J. L. *Identidade, território e política no contexto de violência na América Latina*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas; Montreal: Universidade de Concordia (Canadá), 2017.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N1 Edições, 2018.
- MISSE, M. Crime e violência no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- PROGRAMA DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL. *Índice de Homicídios na Adolescência*. Análise dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Brasília: Unicef, SEDH, Observatório de Favelas, LAV-UERJ, dez. 2009.

PROGRAMA DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL. *Índice de Homicídios na Adolescência*. Análise dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Brasília: Unicef, SEDH, Observatório de Favelas, LAV-UERJ, dez. 2012.

SANTOS, M. Ser negro no Brasil hoje. *Folha de S.Paulo*, 7 maio 2000.

SANTOS, M. *O Espaço do Cidadão*. 10. ed. São Paulo: EdUSP; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

SOUZA, M. *Fobópole*: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Espaços penhorados e gestão militarizada da fronteira urbana

César Simoni

Este trabalho traz algumas considerações sobre o tema proposto para a mesa e é resultado de uma pesquisa que não tem como foco o problema da militarização, da criminalidade ou da violência. O interesse que conduziu a coleta do material apresentado aqui parte da busca de relações entre o fenômeno do endividamento familiar e a reativação de dinâmicas territorialmente expansionistas do espaço urbano-metropolitano. Desse modo, para cumprir com as exigências do tema, tal como proposto, a exposição está dividida em duas partes. A primeira, trazendo considerações acerca das relações entre o Estado e o crime, fundamenta-se na bibliografia e apresenta alguns caminhos de tratamento que iluminam uma via de compreensão do universo de gestão dos ilegalismos.¹ A segunda, buscando

¹ A falta de consenso entre os autores a respeito de como se referir aos agentes e dimensões das práticas ilegais é trazida para o texto e não será objeto de ponderações aqui. Esse posicionamento justifica a referência aos mesmos agentes a partir de terminologias não coincidentes e que dependem da matriz de tratamento adotada. Isso fica evidente, por exemplo, no recurso ao termo “crime organizado”, do qual alguns autores citados discordam; ou ainda nas formas de identificação de um conjunto de práticas capturadas pela noção de “movimento”. Outra discordância recorrente na bibliografia se refere à atribuição dessas práticas: uns as atribuem nominalmente ao Primeiro Comando da Capital (PCC), como uma organização mais coesa, um todo orgânico, e outros as atribuem a uma estrutura mais ou menos difusa, que procura suavizar os traços de uma organicidade monolítica frequentemente induzida como característica do mesmo grupo. De uma forma ou de outra, os termos não são meus e respeitam ao trabalho de pesquisa e elaboração conceitual dos autores trazidos em tela. O termo “crime”, no entanto, quando empregado sozinho, é utilizado de forma genérica e se remete a uma dimensão da prática social não coincidente com as operações que cabem no âmbito da lei, não tendo por isso nenhuma relação exclusiva com a atuação de quaisquer grupos que possam ser identificados nessas circunstâncias. Um aspecto importante de ser mencionado também neste início é o fato de que as diferenciações entre o que se entende pela atuação do crime em São Paulo e no Rio

uma composição entre os elementos que orientam a pesquisa em curso e o crime como dimensão que comporta a face militarizada da gestão dos ilegalismos, normalizada em suas imbricações no Estado, busca situar a dívida e o papel de estruturas de acesso e controle ilegal do território no bojo dos dispositivos implicados na reativação das dinâmicas de expansão territorial da mancha urbana.

Ao longo do trabalho vou me eximir de dar algumas referências consideradas essenciais para a nossa disciplina. Como trago impressões coletadas em trabalhos de campo de uma pesquisa em andamento e tenho o máximo interesse em não prejudicar aqueles que aceitaram contribuir com a pesquisa, não tendo ainda compartilhado com meus interlocutores a forma de apresentação dos resultados (por mais que eu acredite que os dados com os quais trabalharei não carreguem o potencial de promover distúrbios para nenhum dos colaboradores), não vou mencionar o local em que o trabalho vem sendo feito nem o nome das fontes. Deixo um caminho de reflexão, portanto, sobre os conteúdos de algumas dinâmicas geográficas de natureza territorialmente expansionista que vêm sendo reativadas na metrópole.

Uma perspectiva da militarização do espaço urbano

O desmonte do Estado social, onde ele chegou a existir, e a degradação das prerrogativas de bem-estar que orientavam, mesmo quando timidamente, muitas das políticas implantadas no mundo ocidental fizeram reemergir alguns temas pertinentes ao campo de estudos da demografia. O problema do crescimento de segmentos identificados a uma massa populacional excedente recobra seu lugar no pensamento crítico após um curto período de apaziguamento que sucedeu o debate em torno do problema da marginalidade como dimensão conceitual capaz de capturar a especificidade da formação social latino-americana (CARDOSO, 1971; KOWARICK, 1977; NUN, 1969; PAOLI, 1974; PEREIRA, 1974; SINGER, 1973). Enquanto na Europa e nos Estados Unidos o mecanismo de segregação social, além de

de Janeiro, apesar do grande interesse para o debate, não foram objeto de considerações, permanecendo este trabalho, ao se referir ao “crime”, muito mais próximo do debate que se consagrou a partir da realidade paulista e paulistana.

racializado, como o é também entre nós, responde a uma tradição de natureza étnico-nacional (GRAHAM, 2011; SALLA-PALA, 2006; SLATER, 2011; WACQUANT, 2014; WYLY *et al.*, 2012), no Brasil o número de desempregados e subempregados cresce aceleradamente, inflando as periferias e multiplicando as formas precárias de habitação urbana (DAMIANI, 2004; DAVIS, 2006), por um lado, e alimentando circuitos precários, informais e ilegais de emprego, produção e comércio, por outro (TELLES, 2006, 2007, 2010).

Associada à emergência desse excedente populacional que se reproduz em enclaves pauperizados e nas franjas do espaço urbanizado, uma nova forma de vigilância e controle tem se elaborado. Ao mesmo tempo em que uma retórica do terror (BECK, 2011; SOUZA, 2008; GRAY; WILY, 2007) passa a orientar as imaginações social e geográfica mais difundidas, a reestruturação das políticas de segurança pública e o aumento do volume do aparato securitário mobilizado por instituições privadas e pessoas físicas passam a definir uma nova geopolítica intraurbana de alcance global (GRAHAM, 2011). O tema do *novo urbanismo militar*, respondendo aos arranjos sociais que repercutem em áreas como a da demografia, da economia, da geopolítica, da gestão, do planejamento, da arquitetura, do urbanismo, entre outras, não deixa de apontar caminhos para o pensamento crítico. O diagnóstico mais frequentemente elaborado a partir da observação dessa temática aponta para o fato de que, enquanto o Estado se torna mínimo no soerguimento de barreiras ao livre e socialmente irresponsável trânsito de capitais e praticamente desaparece como instância de amparo às camadas pauperizadas, ele se agiganta como fonte do controle e da ordenação social, dilatando as dimensões institucionais da vigia, do enfrentamento e da punição. Isso tem se tornado visível no recurso cada vez mais frequente às forças armadas para atuação no espaço urbano no interior dos territórios nacionais e na drenagem de somas cada vez mais significativas do orçamento por instituições como as polícias e o sistema penitenciário (GRAHAM, 2011; SOUZA, 2008; WACQUANT, 2008).

Tal como sugere Stephen Graham, esse fenômeno de abrangência mundial talvez tenha sido experimentado com alguma antecipação nas regiões periféricas e menos capitalizadas do mundo capitalista. “Através de processos de imitação, modelos explicitamente coloniais de pacificação, militarização e controle, aperfeiçoados nas ruas do sul global, espalham-se pelas cidades dos territórios capitalistas do norte” (GRAHAM, 2011,

p. XVI-XVII). O que a imagem desse “efeito bumerangue” captura é que, após o envio de modelos de controle e dominação da Europa para outros continentes, “toda uma série de modelos coloniais foi trazida de volta”. O resultado foi que este pôde praticar “algo parecido com a colonização, ou um colonialismo interno em si mesmo” (FOUCAULT *apud* GRAHAM, 2011, p. XVII).

De forma geral, o sentido das transformações em curso proposto pela análise do *novo urbanismo militar* envolve o reconhecimento de que, ao se colocar no horizonte da preocupação geopolítica, o espaço urbano dos grandes centros mundiais passou a ser alvo de um conjunto de técnicas de dominação e controle aprendidas e trazidas diretamente do âmbito das incursões militares internacionais. O vocabulário beligerante se justifica não somente na dimensão metafórica: as técnicas e as estratégias operacionais utilizadas, sobretudo nas vastas periferias e enclaves pauperizados das grandes metrópoles, funcionam como indicadores da mudança de orientação espacial e de escala de parte dos esforços de guerra na sociedade contemporânea. A mobilização da imagem do inimigo interno completa o movimento de transferência que torna as grandes periferias urbanizadas e alguns enclaves pauperizados de metrópoles consolidadas o território sem lei da ação pacificadora da ordem. A suspensão de direitos civis, declarada ou não, durante operações coordenadas pelo poder público em algumas áreas sob intervenção mimetiza, em quase todos os seus aspectos, uma ação de guerra no combate a uma ameaça nacional. Enquanto o medo do terrorismo serve à perseguição étnica nos Estados Unidos e na Europa, a retórica do combate ao crime organizado tem justificado ações que requerem a participação das forças armadas em espaços identificados como base de suas operações nas periferias das grandes metrópoles brasileiras.

A reorientação dos esforços de combate militarizados para o interior dos espaços adensados das grandes metrópoles não é, assim, algo que se revela exclusivamente por abuso de uma metáfora. Há uma conexão efetiva entre esse ambiente da ação militar no estrangeiro e o controle de espaços sociais internos. O laboratório do conflito extranacional é também o campo de treinamento de uma batalha que se dirige contra os grupos que serão escolhidos para encarnar o avatar da ameaça interna. Esse é o sentido do movimento capturado por Marcelo Lopes de Souza quando reconta a história dos paraquedistas brasileiros que foram treinar no Haiti. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, já em 2007, falando a esse respeito, deu a enten-

der que essa experiência “serviria de base para futuras operações das Forças Armadas em solo brasileiro, desempenhando missões de preservação da ‘ordem pública’, ou seja, de polícia. E, com efeito, os homens da Brigada Paraquedista que apoiaram a ‘reconquista’ do Complexo do Alemão serviram, precisamente, no Haiti” (SOUZA, 2012, p. 126). O sentido era claro. A preocupação com a ameaça externa não completava o quadro da paranoia de ofício das agências de inteligência e das forças de controle. O crime seria a encarnação do elemento ausente no imaginário operacional militar.

Vale a pena registrar que, em 1988, o então comandante e diretor de estudos da Escola Superior de Guerra (ESG), Gal. Muniz Oliva, já fazia notar, ainda que acanhadamente, em um artigo intitulado “ESG: Opções político-estratégicas para o Brasil”, a importância crescente de preocupações envolvendo a criminalidade [...]. Antes mesmo do fim “declarado” da Guerra Fria, por conseguinte, já havia, nas fileiras militares brasileiras, quem entreviesse e sugerisse, nas entrelinhas, o gradual deslocamento do foco a propósito do “inimigo interno”: em vez dos “comunistas”, os “bandidos” e outros representantes de comportamentos contrários à “ordem”. Curiosamente, os novos “subversivos” ofereciam alguns elementos de conexão aparentes com as típicas obsessões do imaginário militar brasileiro: simbólico-terminologicamente e, em parte, organizacionalmente (“Comando Vermelho”, “Primeiro Comando da Capital”). Não têm faltado, entre militares e policiais, mas também no meio jornalístico e até na academia, aqueles que [...] tecem paralelos (às vezes parcialmente pertinentes, mas comumente exagerados e sem rigor) entre as ações e padrões de atuação dos criminosos, de um lado, e práticas guerrilheiras e terroristas, de outro. (SOUZA, 2012, p. 126).

Frequentemente, a construção desse quadro analítico-crítico, sobretudo quando elaborado para a compreensão da forma como o processo se deu no Brasil, se fundamenta no reconhecimento da articulação de três elementos-chave. São eles: (1) a projeção do crime como a encarnação do inimigo comum instalado internamente; (2) a mobilização da imagem dos antigos processos de colonização para representar o avanço da força sobre as áreas habitadas pelos grupos sociais rebeldes e indóceis; e (3) o tratamento das experiências externas (por vezes extranacionais, por vezes extraurbanas) como um laboratório no qual as técnicas e práticas emprega-

das no controle dos espaços sociais urbanos são aprimoradas. Contudo, no Brasil, o apanhado desses elementos e os necessários ajustes étnico-raciais na compreensão do grupo social alvejado pelas condutas admitidas pelos comitês de política de segurança e por todo tipo de prática de violência não têm sido suficientes para compor o conjunto que define a reconfiguração das práticas de segurança social mobilizadas pelo poder e pelo mercado na atualidade.

O arranjo securitário e econômico da militarização no Brasil

Evoca-se aqui, em primeiro lugar, um fato amplamente conhecido capaz de redesenhar os caminhos de nosso próprio processo de militarização. No Brasil, enquanto a criminalidade é frequentemente utilizada como justificativa de um Estado policial e das práticas militarizadas, o mundo do crime, assim tratado e apresentado pelas autoridades, justamente em sua face organizada, funciona como um aparato de controle da violência que completa e se articula à coordenação do conjunto de políticas de segurança (BIDERMAN *et al.*, 2014; NERI *et al.*, 2014; WILLIS, 2015).

Por isso, a busca de um substituto, no chamado “mundo do crime”, para o que a ameaça terrorista representou no processo de militarização dos países ricos, é limitada. Ela não somente ratifica a ideologia que hiperdimensiona a ameaça como justificativa para a mobilização hiperbólica dos aparatos de segurança, o que ocorre também nos países ricos, como parte de um modelo que despreza a hibridação entre o policiamento e a criminalidade. A importação acrítica do modelo reproduz uma acomodação narrativa ajustada aos arranjos societários de onde figura o pavor institucionalizado do terrorismo e desvenda somente uma parte do problema posto para nós. O argumento de combate ao crime como fundamento retórico da presença armada ostensiva sobre alguns territórios só explica uma das vias pela qual o processo se instaura nas cidades brasileiras.

Apesar das experiências de ocupações militares e de formas de policiamento ultraostensivas, que estão longe de ser insignificantes,² e do aparato

² Vale lembrar o que ocorreu na ocupação do Complexo do Alemão, em 2007 e 2010, na ocupação da Maré, nos anos de 2014 e 2015, na vinda do Papa, em 2013, na Copa, em 2014, nas Olimpíadas, em 2016, e na megaoperação de 2018 que colocou a segurança pública do

securitário instalado em condomínios e espalhado pelas cidades, o modelo que está amplamente difundido no Brasil é o modelo de associação. Essa é a tese que emerge diante da observação de uma “governança compartilhada sobre as condições de vida e de morte” nas cidades brasileiras. Admitindo São Paulo como laboratório de incursões, Graham Denyer Willis (2015) dá destaque ao papel do avanço territorial do poder do PCC, classificado como um dos principais atores do crime organizado na metrópole, na redução do número de assassinatos, na restauração de parâmetros de segurança pública e na implantação de códigos de conduta.

Na contramão do argumento apresentado pela SSP-SP para explicar a queda de 73% nos homicídios no Estado desde 2001, Graham Willis (2015) aponta para o papel do Comando. Segundo ele, foi, a partir de 2003, nas áreas de maior influência da organização que a “pacificação” atingiu seus maiores índices. Esse comportamento pode ser confirmado a partir da análise das projeções elaboradas por Nery *et al.* (2012) sobre os “setores censitários com abruptas mudanças de padrão de homicídios dolosos”. A escassez de dados sobre políticas públicas específicas nessas regiões que justifiquem o fato e a ocorrência quase simultânea do fenômeno em várias partes da periferia da metrópole aparecem como elementos que fortalecem a hipótese de Willis e apontam para a elaboração de um arranjo muito específico no controle da mortandade em certas áreas da periferia metropolitana. Segundo Willis (2015, p. 94), “se o PCC não fosse um forte regulador, a divisão de homicídios estaria no centro de uma crise de segurança pública altamente visível”.

O PCC começa a exercer funções reguladoras já mesmo no interior da prisão. Enquanto a efetividade do lema “paz entre os ladrões” conduzia o trabalho de pacificação nos presídios, a agremiação de força para lutar contra a chamada “opressão carcerária” parecia igualmente surtir efeito na melhora das condições do detento (BIONDI, 2009). A fórmula seria transportada para além dos muros da prisão. A pacificação entre segmentos sociais envolvidos com o crime e o controle do abuso policial constituíram a base de legitimidade do “movimento” dentro e fora dos presídios (BIONDI, 2014).

Assim, atuando a partir de um rígido código de conduta, a disputa assassina entre grupos e facções concorrentes foi controlada nas periferias, e

Rio de Janeiro sob comando federalizado das forças armadas.

a violência “deixou de ser definida por indivíduos – nos anos 1990 a honra orientava os assassinatos” (WILLIS, 2015, p. 59). Além disso, num cenário em que a polícia é apontada como agente da violência, cria-se um campo de legitimidade que será ocupado pelo “movimento” na oferta de um bloqueio ou de limites à ação desimpedida de grupos paramilitares muitas vezes identificados à corporação.³

Em pouco tempo, o número de homicídios múltiplos envolvendo três ou mais pessoas, conhecidos como *chacinas*, antes mesmo de qualquer medida, despencou. Em três anos, partes da cidade como Jardim Ângela, Capão Redondo, Brasilândia e Sapopemba – cada distrito tendo mais de 250.000 habitantes – tiveram suas taxas de homicídio rebaixadas em mais de oitenta por cento. (WILLIS, 2015, p. 43).

O sentimento de segurança e de possibilidade de programação da vida aumentou entre os habitantes dessas áreas. Contudo, apesar das janelas abertas, do caminhar mais seguro e do convívio sem tantas intercorrências, os moradores passavam a ter de lidar com um novo pacto de silêncio sobre as práticas e os gerentes da organização local. Em muitos lugares o PCC “representa um canal de autoridade que é agora mais ou menos incontestável. Segurança relativa, noções de solidariedade e estruturas de assistência social são pilares dessa autoridade. A polícia, sempre vista como suspeita, negligente, violenta e/ou corrupta, tem sido substituída por uma ordem social completa, com suas próprias normas, noções de justiça e modos de punição” (WILLIS, 2015, p. 57). Além disso, “o PCC resolve problemas por vias que a polícia não pode ou não faz, tornando-o um ator com muito mais legitimidade nas comunidades em que assume o controle” (WILLIS, 2015, p. 96).

Como já havia apontado Alba Zaluar (2004, p. 71 e 350), a partir de seus estudos centrados na situação do Rio de Janeiro, o problema da criminalidade tem menos a ver com o nível de pobreza da comunidade ou

³ Em 2015, a polícia paulista foi responsável por mais de ¼ das mortes violentas em São Paulo (não contabilizadas aqui as mortes classificadas como resultado de confronto entre suspeitos e policiais militares de folga, que tiveram um aumento de 61%), segundo levantamento feito pelo SPTV. Em 2018, o índice subiu para 1/3, segundo dados do 13º Anuário de Segurança Pública (setembro de 2019).

aglomeração do que frequentemente se faz crer. Igualmente, um grupo de pesquisadores do Núcleo de Estudos sobre a Violência, observando São Paulo, verificou não haver evidências para a associação entre a variação das taxas de homicídio doloso e a situação do local de ocorrência, se favela ou não. A conclusão da pesquisa foi, em reforço à hipótese admitida por Willis (2015), que “as análises por regimes espaciais ou por indícios de presença de organizações criminosas mostram-se mais explicativas”, notando-se também “uma importante melhora dos resultados quando analisados separadamente os períodos 2000-2004 e 2005-2010” (NERY *et al.*, 2014, p. 38).

Biderman *et al.* (2014) usam o marco do ano de 2006 para acompanhar a evolução do universo de crimes violentos nas favelas ocupadas pelo PCC. O ano de 2006 foi adotado em função da consolidação da dominância do “comando” em muitas das favelas de São Paulo, momento a partir do qual registram também uma queda significativa dos crimes violentos nas favelas admitidas como domínio do PCC. Os autores questionam as abordagens que apostam na associação entre a presença de grupos criminosos e a ausência de um sistema de justiça como sinônimo da falta do Estado em algumas áreas específicas da cidade (BIDERMAN *et al.*, 2014, p. 3). Em sintonia com a literatura (BIONDI, 2014; FELTRAN, 2018; MANSO; DIAS, 2018; WILLIS, 2015), observa-se que a presença do PCC representa, ao invés disso, a instauração de um sistema organizado de justiça e controle social implicado nos resultados relativos aos registros de crimes violentos. E, ao contrário do que muitas análises parecem sugerir, isso não ocorre na ausência do Estado ou em substituição à sua presença. É mais preciso falar de uma extensão mesma das formas do Estado ou da evidência de um sistema compartilhado de gestão da segurança pública em algumas áreas.

Dessa forma, por um lado, se a tese do inimigo interno não se sustenta, o que, pode-se dizer, ocorre também nos países do centro do capitalismo, por outro, deve-se rejeitar um perfil analítico fundado na descontinuidade radical entre Estado e crime. O processo de militarização em curso não somente não ocorre às expensas de boa parte dos segmentos identificados ao crime organizado, como faz deles o seu próprio meio. O crime é mais do que o álibi do processo de militarização em curso no Brasil, ele é propriamente o seu meio e a sua forma. Nesses termos, o crime é também, aqui, “o Estado em suas margens”, para empregar os termos de Veena Das e Deborah Poole (2008). “O PCC oferece um serviço para o Estado e, ao

fazê-lo, aninhou-se na infraestrutura moral e institucional do próprio Estado” (WILLIS, 2015, p. 97). O modelo geopolítico do inimigo de guerra, transportado para dentro da geografia urbana crítica, pode, por vezes, dar um excelente apoio, mas pode também funcionar como uma cortina de fumaça para a compreensão das interconexões políticas e econômicas que se tecem nas e pelas periferias.

Ao definir o espectro da legalidade, os legalismos e ilegalismos, o que entra e o que sai em cada uma dessas esferas, o Estado define sua forma de ação na totalidade social. Nisso consiste a base de funcionamento e de exercício da gestão superior dos ilegalismos. A definição de um conjunto de práticas como ilegais é a condição para o exercício de um poder que tem na formalidade e na legalidade somente uma parte de seu instrumental funcional. As práticas ilegais não são, assim, entendidas como práticas carentes de legalidade ou indícios das imperfeições do sistema legal: a ilegalidade tem sua positividade. O sistema legal define a forma de existir de tais conteúdos e dinâmicas sociais que são momentos da totalidade que a reprodução social engendra. “O ilegalismo”, dirá Foucault (1975, p. 16), “é um elemento absolutamente positivo do funcionamento social, cujo papel está previsto na estratégia geral da sociedade”. Nesse sentido, a produção de um regimento legal sempre ajudou a definir “os espaços protegidos e de proveito onde a lei pode ser violada, os espaços onde ela pode ser ignorada, e os outros, por fim, onde as infrações são sancionadas” (FOUCAULT, 1975, p. 16).

De certa forma, assim, torna-se incompatível com esta abordagem uma concepção positiva de Estado, sendo o crime ainda visto como antípoda ou alvo das forças da ordem. Estamos diante do Estado tal como ele é, do Estado verdadeiramente existente, e não de uma substância tal como imaginada por Hegel. Aqui ele não é um dever ser ou um conceito que ainda não encontrou a sua efetividade: ele é aquilo tal qual o conhecemos, e o crime faz parte de seus dispositivos de operação.

Em segundo lugar, a partilha do ilegal aparece também como uma importante frente de negócios (BARBOSA, 2015; MACHADO, 1996, 2000; COGIOLLA, 1996). A gestão dos ilegalismos cria, recria e libera de forma relativamente organizada um campo de práticas que funcionam como novos mercados ou reservas para sucessivos empenhos ligados a processos de acumulação. A abertura de oportunidades de investimento, dessa forma, deve ser observada não somente pelo viés que aponta a ampliação e

renovação do universo de práticas econômicas como condicionantes da restauração de patamares de lucratividade, mas também, sem o que não representariam efetivamente uma abertura, pelo conjunto de vantagens há muito desgastadas em segmentos tradicionais da economia. As interdições decorrentes da condição ilegal entram aqui como um componente que ajuda a assegurar esse conjunto de vantagens e um ambiente relativamente protegido para os negócios. Isso ocorre ao menos de duas formas: bloqueando, em algum nível, a livre concorrência (juntamente com o aparato securitário oficial e paramilitar que acompanha os interessados); e flexibilizando os parâmetros fiscais (de controle e custos administrativos). Por isso, a “violência como um meio de adquirir participação no mercado se torna relativamente mais barato após a proibição” (BIDERMAN *et al.*, 2014, p. 5).

Não foi, portanto, só na gestão compartilhada da vida e da morte que o crime se colocou como operador de âmbitos do serviço e da política pública. Diversas outras formas de atuação criminosa, normalmente ligadas à extensão de uma rede de negócios que se ampara no uso da força concentrada por algumas organizações, foram incorporadas na execução de funções do Estado. As áreas de transporte e de coleta de lixo têm recebido especial atenção nos comentários acerca dessas imbricações. O financiamento de campanha também não ficou de fora das relações de interpenetração e confusão entre Estado e crime no Brasil. Observando desse ponto de vista, a ideia de que a saída do tráfico para outras áreas da atividade econômica envolve esquemas de lavagem de dinheiro pode ser um apriorismo se pensarmos que essas áreas constituem, em si mesmas, campos altamente lucrativos nessas condições. Assim, a alegoria da colonização, principalmente se dirigida ao expurgo dos ilegalismos ou à tomada de áreas dominadas por lógicas e parâmetros heterogêneos, apesar de potente, também é imperfeita.

Em terceiro e último lugar, é preciso considerar que, nesse caso, não tem laboratório do neoliberalismo. Todo o processo que envolve a destituição de direitos, de seguridade, de relações formais (contratuais) de trabalho e assalariamento e vai até o *laissez faire* dos negócios informais, ilegais e militarizados é uma eficiente máquina em operação desde o início em si mesma.

O que isso tem a ver com a reativação das dinâmicas expansionistas?

Uma conjunção inusitada parece estar reativando processos de expansão territorial da mancha urbana. Os assentamentos em loteamentos informais, precários ou mesmo ilegais, assim como a autoconstrução, como formas de lidar com a saída e o abandono do peso do aluguel, não são novos. Contudo, algumas conexões parecem redefinir os termos em que as coisas acontecem: a relação interescalar das dinâmicas sociais envolvidas aponta para a constituição de nexos mais firmes entre a funcionalização da pobreza e a acumulação na escala mundial. A hipótese aponta para o fato de que isso acontece essencialmente por duas vias, cada qual potencializada por suas interconexões múltiplas. São elas o endividamento familiar e o agenciamento imobiliário.

O problema da dívida

O endividamento familiar, que por si só não é novidade, ganhou uma nova dimensão após os anos de expansão do consumo e do mercado de crédito que avançaram sobre camadas da população de mais baixos rendimentos. O tipo de endividamento que antes trazia traços de uma ainda inconsistente comunidade do dinheiro (pois comportava, como fundamento dos nexos sociais, alguns laços de proximidade identificados ao parentesco, ao compadrio e à vizinhança) vai dando lugar a formas mais institucionalizadas. O fiado, a caderneta, o empréstimo com amigos e mesmo a agiotagem faziam parte desse universo. A monetarização das relações sociais, desse modo, não termina com a instauração de um comércio mediado pelo uso da moeda, mas com a institucionalização de relações de mercado que regulam o acesso ao dinheiro e a oferta monetária em todos os seus canais. A monetarização das relações de crédito, que define o quadro de uma efetiva comunidade do dinheiro, somente se completa com a institucionalização de relações que antes ocorriam por fora dos parâmetros do mercado. É assim que, durante os anos do segundo governo Lula, uma conexão mais explícita entre expansão do consumo, aumento do crédito e endividamento vai se fazer dando vantagem a emprestadores institucionais (MONTENEGRO, 2012; SIRÉ, 2009). Entra em operação aqui, no momento de degradação dos processos de

exploração suportados pela relação salarial fordista, os dispositivos que se põem a serviço daquilo que “pode ser chamado de expropriação financeira” (LPAVITSAS, 2009, p. 115).

No mundo inteiro, a deterioração da relação salarial fordista e a precarização das formas de trabalho têm lançado esses trabalhadores desempregados ou subempregados nos braços de financeiras e de emissoras de cartões (KARGER, 2005; HARVEY, 2017; SOEDERBERG, 2014). O endividamento do trabalhador sugere uma insuficiência dos rendimentos contratuais do trabalho, o que passa a vincular o capital monetário portador de juros imediatamente às formas de subsistência desse trabalhador sob o ônus direto de suas atividades de trabalho presentes e futuras. No Brasil, algumas modalidades que têm aumentado a sua participação nos níveis de endividamento das populações de mais baixa renda são especialmente bem conhecidas. O cartão de crédito, o crediário e o apelo das facilidades bancárias são algumas delas.

No Brasil, “a utilização dos cartões tem cada vez mais substituído outros meios de pagamento – principalmente os cheques” –, e, na primeira década do século, o consumo realizado com o uso de cartões no total, incluindo os de débito, de crédito e de lojas, “passou de 20 para 430 milhões” (SCIRÉ, 2009, p. 48). Em 2018 o gasto total em cartões de crédito já superava os R\$ 965 bilhões, e na modalidade débito ultrapassava os R\$ 578 bilhões, segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). Quando o uso do cartão de crédito aparece como substituto seja do rendimento regular do trabalho, seja das políticas sociais de garantia dos bens e serviços essenciais, a política tarifária e de expansão desses cartões é predatória; quando a única alternativa é a falta de alternativa, a cobrança escorchantes dos juros do cartão é peça de uma espoliação de consequências desastrosas.⁴

De acordo com dados do SPC e do CNDL (2018, p. 12), o maior percentual de bloqueio de cartão de créditos ocorreu entre os consumidores

⁴ Para se ter uma ideia, de acordo com dados do Banco Central do Brasil (Bacen), enquanto os juros básicos da economia, definidos pela taxa Selic, atingem o patamar dos 6,5% ao ano em abril de 2019, o juro médio total cobrado no rotativo do cartão de crédito atinge os 299,5% a.a., já vindo de uma redução que chegou a atingir 497,5% a.a. em janeiro de 2017. Ao mesmo tempo a taxa de juros da modalidade rotativo não regular, que inclui as operações em que o pagamento mínimo da fatura não foi realizado, estava em torno dos 312,4% a.a.

das classes C, D e E (36,6%), e 53,5% dos entrevistados dessa categoria já ficaram com o nome sujo devido à inadimplência no pagamento do cartão de crédito (SPC; CNDL, 2018, p. 14). “A maior parte (30,4%) dos consumidores que não utilizaram o cartão nos últimos 12 meses afirma que não têm como fazer um cartão, porque estão com o nome sujo – principalmente entrevistados entre 35 e 54 anos (41,6%) e das classes C, D e E (32,9%)” (SPC; CNDL, 2018, p. 4). Isso acaba obrigando aqueles que dependem do crédito para completar o orçamento a recorrer a outras formas de adiantamento de dinheiro ou formas complementares de aumento do rendimento, expandindo a jornada em múltiplas atividades, para padrões diferentes e frequentemente com graus de formalidade diversos. Entre os que não tentaram obter cartão de crédito recentemente, estão 80,2% dos consumidores mais velhos e 80,2% vindos das classes A e B (SPC; CNDL, 2018, p. 14), demonstrando uma clivagem no mercado definida por estrato social. O horizonte de expansão específico desse mercado não está nas classes de mais altos rendimentos, que normalmente já têm um relacionamento consolidado com instituições financeiras. É, portanto, na direção dos trabalhadores de baixos rendimentos que as empresas do segmento vão mirar os seus canhões.

No Brasil, por isso, a introdução de novos dispositivos de crédito e pagamento tem invadido as periferias urbanas. A ampla difusão das chamadas “maquininhas”, que permitem o uso do cartão de crédito e débito, já não é novidade nos balcões de estabelecimentos menos ou quase nada capitalizados e nem para o comércio ambulante. Um dos resultados dessa dispersão tem sido a ampliação do controle e da capitalização financeira que se opera pela extensão das redes do serviço bancário. Mas não somente os consumidores dessa porção excedente da população se tornaram alvo. Pequenos comerciantes, por meio das facilidades que a intermediação dos dispositivos eletrônicos permite, além de aceitarem, requisitarem e estimularem o uso dessa tecnologia no exercício da atividade, passaram a solicitar, com frequência, os serviços oferecidos pelas redes dos sistemas de pagamento. Um exemplo está na antecipação do recebimento de pagamentos feitos com cartões que é oferecida aos estabelecimentos afiliados ao sistema Cielo (MONTENEGRO, 2014, p. 101). Esse recurso tem promovido a elevação do endividamento direto também dos estabelecimentos, substituindo as antigas práticas do “fiado” e da agiotagem para ambos, clientes e comerciantes.

Esse é um dos novos conteúdos responsáveis pela transformação da periferia que, assim, se transforma numa das importantes frentes dos investimentos financeiros. Visto desse ângulo, a subsistência, a exploração, o controle e a disciplina das práticas sociais sofrem um deslocamento do universo das relações de assalariamento em direção ao campo das relações de crédito, que fazem da espoliação o centro gravitacional em torno do qual a reprodução social passa a estar organizada. O crediário pode ser lido, aqui, como extensão de consequências similares ao cartão de crédito.

O avanço relativamente recente das grandes redes do comércio varejista, a inauguração de novos *shopping centers* e a logística de espraçamento das cadeias de hipermercados têm impactado de forma indelével a reprodução dos espaços periféricos da metrópole. Observa-se que os menores trajetos percorridos em direção às lojas e o assédio ligado à localização dos estabelecimentos estão, nesses termos, relacionados a uma geopolítica da espoliação que se torna responsável pela ampliação do fenômeno da creditização. Desse ponto de vista, a instalação de grandes equipamentos de consumo mais próximos das imensas extensões das periferias urbanas estaria implicada no maior apelo aos artefatos do crédito (SILVEIRA, 2009, p. 67). Essa tem sido outra via pela qual as periferias emergem como a nova fronteira do capital portador de juros transfigurado no crédito ao consumidor: espaços potencialmente lucrativos a serem explorados, portanto, a partir dessa articulação entre o consumo e o crédito.

De forma geral, o crediário é uma modalidade ligada às camadas de rendimentos mais restritos. Com atendimento realizado no próprio estabelecimento comercial, a modalidade se dirige a uma parcela da população que não tinha os valores disponíveis para a compra à vista e também não tinha acesso às instituições formais de crédito. Algumas variações na forma do crediário o tornaram ainda mais vinculado ao universo da acumulação financeira mundializada: o boleto deu lugar ao cartão da loja, o qual mais tarde passou a ser operado por instituições bancárias. Mas, originalmente, a modalidade tinha no próprio estabelecimento comercial a fonte do crédito, o que acabou criando no interior dos mesmos grupos um ramo de negócios relativamente independente do capital comercial. Os rendimentos vindos dessa fonte se tornaram de tal sorte importantes na contabilidade das empresas que investiram na modalidade que boa parte

de seus lucros passaram a ser de responsabilidade da parte não operacional de seu capital, seguindo uma tendência mundial (BLACKBURN, 2006; KARGER, 2005).⁵

A opção pelo crediário é feita não somente em função da maior facilidade que os estabelecimentos oferecem a quem vai fazer as compras. O crediário é uma forma de financiar as compras em um número maior de parcelas do que aquela permitida pelo cartão de crédito: no geral, o cartão permite uma divisão máxima em 12 parcelas, enquanto o crediário permite chegar até 48 vezes, e, às vezes, até mais. Essa suposta vantagem ao consumidor é muito bem aproveitada pelos empresários com um volume de juros que cresce não somente pela maior extensão do prazo, mas também pela taxa que em si é maior que a do cartão. Em alguns casos, as compras ficam 87% mais caras do que se tivessem sido pagas à vista. Não à toa os bancos estão investindo numa modalidade com o mesmo nome e inspirada no crediário, com limite exclusivo e independente em relação ao limite do cartão de crédito.⁶ Se do ponto de vista do número de usuários o crediário não é mais o campeão entre os meios de endividamento da população, em termos de responsabilidade pelos índices de inadimplência, ele garante a liderança isolada (SPC; CNDL, 3/12/2018).

A amplitude da dependência dessas formas de postergação do pagamento revela o distanciamento entre o rendimento presente e a reprodução do nível de consumo social. “Esse crédito, não acidentalmente, mas de forma estrutural, se torna dívida. É por conta do endividamento que ‘as pessoas compram mais com menor renda’” (MARTINS, 2010, p. 60), hipotecando o que ainda não foi vivido ou produzido e entregando o trabalho futuro. Temos assim uma “dissociação entre práticas de consumo (e possibilidades de acesso ao consumo) e o trabalho” (SCIRÉ, 2009,

⁵ Nas lojas Marisa, por exemplo, “a receita com juros sobre vendas a prazo aumentou de R\$ 20,7 milhões em 2006 para R\$ 77 milhões em 2007”, quando, por decisão gerencial, a empresa passa a priorizar as vendas financiadas a prazo (SILVEIRA, 2009, p. 70). “Em 2005, tais serviços financeiros representavam a metade dos lucros da empresa Casas Bahia” (SILVEIRA, 2009, p. 72).

⁶ O número de pessoas portadoras de cartão de crédito, com crediário ativo, com financiamento e empréstimos é possivelmente maior que o oficialmente registrado. Além do cartão poder ser emprestado entre vizinhos, por exemplo, o fenômeno do crédito envolve também aquele do empréstimo do nome, o que entra no conjunto das estratégias de sobrevivência de uma sociedade dominada pelas finanças.

p. 151), ou melhor, um descompasso entre seus custos e os rendimentos diretos desse trabalho.

O movimento de aproximação dos bancos em relação a essa parcela da população excedente vem se dando de inúmeras formas. Agrupadas, três delas parecem ser mais significativas para os propósitos deste arrazoado: o direcionamento de produtos de mercado para essa faixa de consumo de serviços bancários e produtos creditícios; a ampliação das relações entre programas sociais e a rede bancária; e os novos dispositivos que permitem a presença física de terminais dos mais variados tipos, tamanhos e funções em espaços anteriormente descobertos pela rede.

O fenômeno da bancarização envolve estratégias de aumento da rentabilidade dos negócios financeiros com base num mecanismo em que o aumento da clientela e dos depósitos num determinado banco é só uma parte. Num momento em que o endividamento se torna elemento estrutural no processo de reprodução social e condição de subsistência de uma parte da população, essa parte se torna, por isso, um dos alvos prioritários do movimento de expansão bancária. Assim, a relação esperada entre depósitos e dívidas é potencializada nesse segmento social. O aumento da emissão de cartões que ocorre tanto por meio dos grandes estabelecimentos comerciais que foram em direção às periferias quanto por meio da oferta facilitada de cartões de crédito atua em conjunto com a expansão do alcance dos serviços e da capacidade de captura de clientes por parte dos bancos. Num tipo de correlação virtuosa, “quanto maiores a bancarização e a consequente expansão da moeda eletrônica, maior a probabilidade de internalizar o multiplicador monetário” (COSTA, 2008, p. 136). Nessa equação, um princípio acaba por reforçar a captura de novos e de um maior número de clientes ao invés da busca por uma clientela “de qualidade”, normalmente solvável. O princípio da endogenia, como diretriz admitida por cada um dos agentes bancários, procura evitar o vazamento monetário da contabilidade de créditos e débitos da mesma instituição (COSTA, 2008, p. 134). Esse princípio também funciona como parte da justificativa da sucção de segmentos sociais sub-bancarizados para dentro do sistema da dívida.

A quantidade de clientes detentores de conta de depósito à vista, que cresceu ininterruptamente de 2004 a 2012, volta a crescer a partir de 2016 em velocidade ainda maior. A quantidade de clientes detentores de conta de depósito de poupança, que somente registrou queda entre 2014 e 2015, também volta a crescer em 2016. Considerando todo o período da série, a

quantidade de clientes detentores de conta de depósito à vista quase duplica, saindo de pouco mais de 50 milhões em 2005 e atingindo aproximadamente 100 milhões ao fim de 2016. A quantidade de clientes detentores de conta de depósito de poupança, no mesmo período, perfaz um crescimento de aproximadamente 70 milhões, atingindo ao final pouco mais de 140 milhões (BACEN, 2019).

Se por um lado houve o fechamento efetivo de muitas agências desde 2013, por outro o número não é expressivo do movimento de capilarização nas áreas periféricas que conta com a abertura de agências em espaços anteriormente descobertos por esse serviço. Além disso, é preciso considerar também a rede de correspondentes bancários, que teve seu crescimento amplamente associado à bancarização da população estabelecida em regiões ainda não diretamente atendidas pelos serviços bancários ou pela presença de agências convencionais. O potencial de penetração territorial do serviço bancário por meio dos correspondentes atingiu estratos da população não bancarizada e sub-bancarizada nas periferias das grandes metrópoles. Esses correspondentes funcionam, normalmente, nas instalações do pequeno comércio local, tais como em padarias, lotéricas, mercearias etc. (CONTEL, 2010).

As iniciativas e as novas regulamentações conduzidas pela retórica da chamada “inclusão financeira” tiveram o apoio, ainda, dos novos dispositivos e iniciativas de segmentos empresariais dispostos a açambarcar a parcela da população excedente mais vulnerável na ciranda da dependência financeira e do endividamento. O maior destaque do momento fica para as chamadas *fintechs*. Os bancos digitais são instituições bancárias inteiramente independentes de um relacionamento físico com o cliente e têm se destacado em função das tarifas baixas ou inexistentes, mesmo oferecendo os serviços ofertados pela rede tradicional, inclusive com a emissão de boletos e o depósito de cheques que funciona a partir de fotografias tiradas com a ajuda dos *smartphones*.

Correlato às formas de bancarização, a concessão de crédito segue aumentando, tendo enfrentado um curto interregno a partir de 2015. A recuperação, puxada pela concessão de crédito à pessoa física, não tem dado sinais de arrefecimento. Além disso, desde janeiro de 2016, quando a concessão de crédito para pessoa física voltou a subir, ela ultrapassou a concessão de crédito para pessoa jurídica em termos de valores pela primeira vez no histórico da série (desde 2011) e vem aumentando com mais intensidade des-

de então. O percentual da carteira de crédito com atraso entre 15 e 90 dias para pessoas físicas, que vinha caindo até o final de 2014, retoma a tendência à alta e não dá sinais de reversão, diferentemente do percentual da carteira de crédito com atraso entre 15 e 90 dias para pessoas jurídicas que vinha se mantendo relativamente estável até 2014, começa a subir e atinge o maior pico em 2017 e projeta uma baixa que tem se mantido. A modalidade que tem mais contribuído para esse aumento sustentado do percentual da carteira de crédito em atraso de pessoas físicas é o cartão de crédito parcelado.

O relativo afrouxamento dos critérios de bancarização e creditização aparece, aqui, como uma dupla armadilha que, por um lado, captura e aprisiona o dependente monetário numa esfera de compromissos e obrigações, que por vezes se converte no tormento da dívida, e, por outro, exclui e segregava aqueles que não possuem as credenciais mínimas, jogando essa parcela da população, igualmente dependente dos meios de pagamento e, agora, de algum nível de vínculo institucional, nos braços de mercados predadores. É preciso, aqui, perguntar qual o impacto da combinação dessas dimensões na produção e expansão do espaço urbano metropolitano. A periferia se produz e se reproduz nesse universo de vínculos. A produção do espaço, nesses termos, é viabilizada em parte por esse conjunto de relações, mas, acima de tudo, é ela quem viabiliza a acumulação financeira pela captura direta dos excedentes. A combinação do estrato social para o qual são direcionados os novos dispositivos, estratégias e políticas que envolvem a instituição bancária com os efeitos de localização se articula aos processos contemporâneos de produção dos espaços periféricos. A aquisição do terreno, a construção da casa, a abertura do pequeno negócio, a contribuição às associações de moradores que, frequentemente, se envolvem na oferta dos equipamentos e serviços em áreas periféricas entram no conjunto de compromissos monetarizados que se vinculam explicitamente a processos de expansão da mancha urbana a partir da formação de verdadeiros espaços de penhora. Atualmente, contudo, outras modificações aparecem para a pesquisa das dinâmicas territorialmente expansionistas do espaço urbano.

A fronteira da legalidade

Nas margens do espaço urbanizado ocupado e edificado, assim como em algumas áreas passíveis de loteamento, a legislação parece ser o maior impedimento à oferta livre de terrenos. Se por um lado as limitações do acesso

ao solo urbano e à moradia estão implicadas nas próprias determinações do mercado imobiliário formal, funcionando estas aí como um fator de regulação da demanda, por outro, considerando as permeabilidades da lei, elas instauram um novo segmento no mercado de terras. Nesses termos, a norma, que cria os interditos e impede acesso a uma parcela da população atomizada, mormente a parcela excedente, também reserva campos para a prática e gestão dos ilegalismos. No mercado imobiliário, áreas de proteção ambiental, terrenos públicos e ZEIS acabam se tornando alvos de grupos que mobilizam habilmente a lei no âmbito das práticas ilegais.

Segundo reportagem da CBN (25/05/2019), novas áreas vêm sendo incorporadas ao mercado imobiliário por meio de loteamentos e ocupações irregulares. De acordo com o que se lê na matéria intitulada “Áreas invadidas são loteadas e vendidas pelo tráfico por até R\$ 100 mil em SP”, os negócios imobiliários passam a fazer parte do conjunto de alternativas que orientam processos econômicos lucrativos que encontram no mundo dos ilegalismos a sua fronteira institucional e efetiva.

A fuga do aluguel continua a ser um dos principais motivadores dessa dinâmica expansionista, constituindo aqui mais um ponto de interseção entre o universo de regulação formal da vida e dos negócios e a gestão dos ilegalismos. Os parâmetros de reprodução dos direitos de propriedade envolvem, assim, por um lado, a necessária mediação do mercado no acesso à moradia digna, causa da exclusão direta de muitos moradores do acesso formal à habitação, e, por outro, um universo de restrições ao livre uso de áreas desocupadas. Desse modo, os mesmos parâmetros de legalidade criam simultaneamente o mercado imobiliário formal, uma vez que separa a posse da propriedade e limita a disponibilidade do solo, e um nicho de negócios de natureza informal e, até mesmo, ilegal, funcionando como um tipo de barreira à entrada de particulares e investidores em determinadas áreas. Dessa forma, a aplicação dos marcos regulatórios produz a demanda e o estoque tanto no âmbito das atividades concebidas como legais quanto no âmbito daquelas entendidas como ilegais. A função restritiva do instituto da propriedade privada cria, assim, um mercado formal a partir da limitação do acesso ao solo livre por parte daqueles que devem pagar pela moradia, limitando o estoque de terrenos formalizados à propriedade de uma fração da sociedade, e, ao mesmo tempo, elabora a demanda por soluções informais por parte daqueles que não reúnem as condições de participar do mercado imobiliário formal, reservando, por meio das in-

terdições, determinadas áreas e, conseqüentemente, um nicho de mercado para alguns grupos capazes de transitar entre as fronteiras institucionais do legal e do ilegal. Aqui atuam com destaque a força e a astúcia num campo privilegiado em que a gestão dos ilegalismos se revela um princípio de ordenação do social, reunindo sob o seu guarda-chuva o provimento habitacional (com importante mobilização política), os ganhos de propriedade (do dinheiro e da terra) e os resultados do trabalho produtivo (numa cadeia que vai do trabalho direto na construção à produção em escala do material utilizado).

De acordo com matéria publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* (24/6/2019), são já, contando desde 2018, ao menos 24 áreas no município de São Paulo aquelas a registrar um avanço significativo e coordenado sobre terrenos protegidos por leis ambientais. Os registros constam principalmente nos extremos das zonas Sul, Leste e Norte do município. Para se ter uma ideia, na Zona Sul, assim como na Zona Norte, os lotes demarcados em áreas irregulares “custam em média de R\$ 40 mil a R\$ 50 mil”, como aparece em reportagem da CBN de 25 de maio de 2019.

A relação entre os investimentos legais e ilegais parece mimetizar o funcionamento normal dos mercados que respeitam a relação entre risco e rentabilidade. Além do bloqueio à ampla participação dos investidores do segmento e da conseqüente reserva de mercado às práticas ilegais promovidas pela lei, a apropriação dos rendimentos da terra em condições explícitas de acumulação primitiva, dada a anexação patrimonial decorrente da extensão absoluta da área loteada, torna-se uma fonte de rendimentos extraordinários. Os negócios imobiliários nessas condições estão longe de ser uma atividade ligada à lavagem de dinheiro, como frequentemente se diz de atividades clandestinas que não estejam diretamente relacionadas ao mercado da droga. Eles vêm, inclusive, se tornando parte do negócio principal de muitos dos grupos que tinham no tráfico o seu nicho de mercado.

A condição informal e ilegal do mercado de lotes e imóveis não faz com que ele seja subterrâneo ou camuflado. Tudo ocorre à luz do dia e com ampla divulgação e apelo de mercado: basta chegar em uma dessas áreas para experimentar a abordagem de vendedores.⁷ O uso de cartazes tam-

⁷ Numa das primeiras vezes em campo, ainda não conhecido como pesquisador, recebi em menos de uma hora três propostas de venda de terrenos com preços compatíveis aos divulgados pelas reportagens.

bém constitui parte das estratégias de venda. Como ressalta ainda a reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo* (24/6/2019),

É o caso de um loteamento no Jardim Gaivotas, no Grajaú, extremo sul da capital. Cartazes espalhados pelo bairro anunciam lotes de 125 m² com entrada a partir de R\$ 10 mil. Ou de outra invasão que fica a apenas sete quilômetros dali, no Jardim Castro Alves, onde o metro quadrado vale o dobro do preço e as vendas contam com agressiva estratégia de divulgação. “Sem comprovação de renda, sem consulta de SPC e Serasa, financiamento próprio”, destaca o anúncio.

Nessas condições, “os moradores costumam dar R\$ 10 mil de entrada para os criminosos e dividir o resto”, afirma a reportagem (CBN, 25/5/2019). Os parâmetros de controle e cobrança da dívida também se modificam nessas condições. Define-se, assim, uma nova configuração dos processos de espoliação dos trabalhadores na periferia, que mesclam diversas fontes na composição dos meios de subsistência e reprodução rebaixada da vida. Aqui o endividamento e o mundo dos ilegalismos, com suas formas específicas de controle social, se fundem. A periferia constitui o produto, a condição e o local onde melhor essas duas tendências se encontram na caracterização de um determinado parâmetro de reprodução social.

Do ponto de vista da reprodução do poder, uma parte da legitimidade de grupos que atuam nesse mercado informal e, muitas vezes, ilegal, vem do fato de que, tendo margem para atuar por fora dos parâmetros mais rígidos do mercado, a avaliação da situação de cada um permite uma adequação das condições de pagamento de forma que muitos acabam sendo beneficiados com reduções significativas dos preços e, frequentemente, até mesmo com a gratuidade na aquisição dos terrenos. Esse procedimento, além de ajudar a legitimar o controle de determinados grupos sobre a distribuição e gestão dos negócios imobiliários em áreas de ocupação irregular ou em condições ilegais, também integra um grupo social mais diverso e amplo nesse universo. A variedade de grupos sociais interessados na aquisição de lotes é relativamente grande, contando desde pessoas que foram expulsas do mercado formal pela impossibilidade de pagar o aluguel (ou mesmo que vêm de outra situação de informalidade) até famílias com interesse em aumentar seu patrimônio, que compram os terrenos não para morar, mas para construir e alugar ou vender futuramente. Como

esse mercado funciona em grande medida por conta da demanda criada por processos de espoliação e pelo bloqueio ao acesso ao mercado formal da habitação que pesa sobre determinadas camadas sociais, a segregação aparece como parte de um grande negócio.

Assim se justifica a retórica muito frequente da tendência à valorização do espaço como estratégia de venda amplamente utilizada nessas áreas. O conhecimento sobre a natureza dos processos que expulsaram muitos dos que ali chegam para se instalar é mobilizado no momento de apresentação e negociação dos lotes: as melhorias no arruamento, a chegada da energia e a canalização de água, mesmo que irregulares, estão no horizonte de uma periferia que continua a trabalhar aos finais de semana para viabilizar a vida, e isso tanto é parte da ideologia que embasa a constituição de pequenos patrimônios familiares quanto é muito bem aproveitado no âmbito das estratégias de negócio nesse ramo especial do mercado de terras. O *rent gap* smithiano se tornou um componente banal da cosmogonia das áreas periféricas e de expansão geográfica absoluta.

O anteparo e a segurança institucionais, tão importantes para o funcionamento dos mercados, e, como não poderiam deixar de ser, para a reprodução das estruturas sociais aqui consideradas, igualmente não derivam exclusivamente da força. O conhecimento da lei e a própria lei, em última instância, dão sustentação ao universo de práticas ilegais e fornecem a armação institucional para a reprodução dos ilegalismos. Reuniões entre os moradores dessas áreas, suporte jurídico e um conjunto de procedimentos formam o enxoval de práticas que fortalecem a presença desses grupos na terra. A instrução dirigida aos novos ocupantes, que é parte da estabilidade institucional de circulação da mercadoria imobiliária ilegal, valoriza a presença e o assentamento efetivo de famílias nos lotes. Isso se justifica pelas garantias legais que a moradia assegura, dificultando ações tanto de retração quanto de coação ao avanço do loteamento. Desse modo, a astúcia jurídica do empresariamento do ilegal mobiliza a lei para assegurar os ilegalismos como um campo de práticas sociais, econômicas e políticas.

Onde tudo se junta

Aqui, como lá, todo esse universo de transformações que afetam a sociabilidade nos espaços periféricos ocorre porque encontra anteparo na pene-

tração do dinheiro como objeto de mediação e nexos das relações sociais. Instaure-se, por uma via ou por outra, uma verdadeira comunidade do dinheiro. Nesses termos, a articulação entre a violência e a moeda, assim como o potencial de absorção da primeira pela segunda, tal como observado por Michel Aglietta e André Orléan (1990), encontra expressão privilegiada nos espaços periféricos das metrópoles brasileiras. O aparato de violência instalado nessas áreas mantém-se em estado de latência muito em função do sucesso dos mecanismos de governo dos pobres que encontra na moeda um de seus veículos privilegiados. É ela que percorre e se torna o objeto de um desejo mimético que põe a todos, do grande chefe do tráfico aos novos fiéis do pentecostalismo, na esteira de um comportamento regular que encerra os termos da violência no âmbito das relações de mercado. Os modos de governo dependente do objeto monetário e que produz a amarração sociometabólica que articula os mais altos circuitos da acumulação à reprodução social da vida nas periferias e que tem permitido o conjunto interações sociais entre grupos e indivíduos em constante disputa é o que interessa aqui.

Hoje o conflito social não seria apenas mediado pelos valores cristãos, pilar da coesão entre desiguais no Brasil, ou pela ascensão do direito como mediador privilegiado (a lei, a ordem, a cidadania); tampouco seria redimido apenas no coração da lógica punitiva, exemplar do encarceramento massivo e da criminalização da pobreza que tenta assujeitar à força os descontentes. As estratégias governamentais contemporâneas parecem estar baseadas, justamente, na variação situacional de um repertório de regimes de governo realmente existentes e relativamente autônomos [...]. Entretanto, é nítido que todos eles estão submetidos a uma lógica mercantil formalmente integrada pela monetarização, o que produz uma forma de vida comum, desejável por todos, centrada na expansão do consumo. Se são figurados como vivendo em universos morais distintos, trabalhadores e bandidos trocam bens e serviços monetarizados entre si, na medida em que os mercados que operam encontram-se profundamente vinculados; policiais e traficantes também têm seus acertos [...]; playboys e manos adoram as mesmas motos e carros, submetendo-se a inúmeras relações diretas nas distintas posições dos mercados de trabalho e consumo que ocupam. Todos respeitam a riqueza como signo de status. O dinheiro é objetivamente elevado ao estatuto de forma mediadora entre grupos po-

pulacionais em conflito, suplantando em muito a legitimidade da lei e da moral, que invariavelmente os afastariam. (FELTRAN, 2014, p. 497).

Desse modo, “é a monetarização, portanto, que passa a mediar centralmente a relação entre os grupos recortados, que, sob outras perspectivas mediadoras – a lei, a ordem, a moral – estariam em alteridade radical” (FELTRAN, 2014, p. 498).

A moeda simultaneamente como objeto do comportamento mimético e elemento da costura social responde também às formas do governo social que se estruturam em torno de uma lógica de mercado e da acumulação, em última instância. A violência latente se prontifica à defesa dessa prerrogativa e encontra aí muitas das razões que partilha com a militarização do espaço urbano nas diferentes formas em que assume.

Esse movimento faz parte da dessacralização e destradicionalização das relações sociais e não tem nada de um retorno a práticas primitivas, tradicionais ou atrasadas. As relações entre as formas oficiais e as ilegais que envolvem a militarização do espaço urbano atualmente no Brasil não podem ser interpretadas a partir das lentes da relação entre o atraso e o moderno. O que suas imbricações revelam é que esta é uma dimensão dos negócios atuante em escalas muito variadas e que se enreda numa trama de conexões que tem por fundamento a reprodução de estruturas sociais de poder e de acumulação.

Hoje a força violenta e o braço armado participam abertamente dos processos de acumulação também nos grandes centros; frequentemente como características dos eventos da fronteira e das relações de produção do capital próprias das áreas periféricas identificados, com pertinência, a processos típicos de acumulação primitiva. O que o fenômeno do endividamento da periferia nos mostra são as profundas conexões entre esse modo de reprodução social e a concentração do capital nas centralidades econômicas mundiais por meio do potencial de sucção desenvolvido por alguns segmentos empresariais ligados à manipulação da liquidez. O que o fenômeno da gestão ilegal dos novos mercados de terras nos apresenta é a abertura de novas frentes de negócios nos espaços periféricos, viabilizadas sobretudo pelo caráter restritivo e de propensão monopolista que a condição legal assegura à determinados segmentos que atuam nessas áreas. A reativação, nesses termos, de antigas práticas passa a funcionar também como um elemento indutor dessa economia da dívida e se transforma no

ponto de conexão entre a economia do crime e outras esferas mundializadas da acumulação. Esses dois momentos aparecem reunidos nos processos de expansão territorial da mancha urbana conduzida pelos atuais chamados loteamentos ilegais. Esses espaços de penhora contam com os seus próprios agentes e instrumentos da ordem na dianteira da militarização, os quais são responsáveis pela relativa estabilidade institucional sobre a qual se apoia o já dinâmico mercado imobiliário e da dívida articulados na fronteira.

Referências

- AGLIETTA, M.; ORLÉAN, A. *A violência da moeda*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BARBOSA, J. L. A geografia dos negócios do narcotráfico. In: CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ (org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 247-266.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BIDERMAN, C.; SERGIO de LIMA, R.; PINHO de MELLO, J.M.; SCHNEIDER, A. *Pax monopolista and crime: the case of the emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo*. Development Bank of Latin America, 2014. Working Papers, n. 2014/03.
- BIONDI, K. *Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
- BIONDI, K. *Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- BLACKBURN, R. Finance and the fourth dimension. *New Left Review*, n. 39, p. 39-70, 2006.
- BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CARDOSO, F. H. Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. In: CARDOSO, F. H.; GIANNOTTI, J. A.; LACEY, H. M.; WEFFORT, F. C. (coord.). *Estudos 1: teoria e método em sociologia*. São Paulo: Cebrap, Editora Brasileira de Ciências, 1971. p. 99-130.

- COGGIOLA, O. O tráfico internacional de drogas e a influência do capitalismo. *Revista Adusp*, ago. 1996. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/07/r07a07.pdf>. p. 46-51.
- CONTEL, F. *Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2011.
- COSTA, F.N. Bancos e Crédito no Brasil: 1945-2007. *História e Economia Revista Interdisciplinar*, v. 4, n. 2, p. 133-160, 2º sem. 2008.
- DAMIANI, A. L. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani A.; OLIVEIRA, A. U. de (org.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 19-58.
- DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006
- DAS, V.; POOLE, D. El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, GERI-UAM, n. 8, jun. 2008.
- FELTRAN, G. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- FELTRAN, G. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *CRH*, v. 27, n. 72, p. 495-512, set./dez. 2014
- FELTRAN, G. *Irmãos*. Uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- FOUCAULT, M. Des supplices aux cellules (entretien avec R.-P. Droit). *Le Monde*, n. 9363, p. 16, 21 févr. 1975. Disponível em: <http://libertaire.free.fr/MFoucault124.html>. Acesso em: 8 abr. 2016.
- GRAHAM, S. *Cities under siege: the new military urbanism*. London: Verso, 2011.
- GRAY, M.; WYLY, E. The terror city hypothesis. In: GREGORY, Derek; PRED, Allan (org.). *Violent Geographies*. New York: Taylor & Francis Group, 2007. p. 329-348.
- HARVEY, D. *Marx, capital and the madness of economic reason*. London: Profile, New York: Oxford University Press, 2017.
- KARGER, H. *Shortchanged: Life and Debt in the Fringe Economy*. San Francisco, CA: Berrett-Koehler Publishers, 2005.
- KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- LAPAVITSAS, C. Financialised Capitalism: Crisis and Financial Expropriation. *Historical Materialism*, v. 17, n. 2, p. 114-148, 2009. DOI: 10.1163/156920609X436153
- MACHADO, L.O. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (org.). *Brasil. Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.15-64.
- MACHADO, L.O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Território*, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p. 7-23, jan./jun. 2000.
- MANSO, B. P.; DIAS, C. N. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2018.
- MARTINS, Flavia Elaine da Silva. *A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.8.2011.tde-25052011-123730. Acesso em: 7 out. 2019.
- MONTENEGRO, M. R. *Globalização, trabalho e pobreza nas metrópoles brasileiras*. São Paulo: Annablume, 2014.
- MONTENEGRO, M. R. Novos conteúdos da pobreza metropolitana no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 92, p. 7-36, 2012.
- NERY, M. B.; SOUZA, A. A. L.; PERES, M. F. P.; CARDIA, N.; ADORNO, S. Homicídios dolosos na cidade de São Paulo: fatores associados à queda entre 2000 e 2010. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 32-47, ago./set. 2014.
- NERY, M. B.; PERES, M. F. P.; CARDIA, N.; VICENTIN, D.; ADORNO, S. Regimes espaciais: dinâmica dos homicídios dolosos na cidade de São Paulo entre 2000 e 2008. *Revista Panamericana de Salud Publica*, v. 32, n. 6, p. 405-412, 2012.
- NUN, José. Superpoblacion relativa, ejercito industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, Buenos Aires: Centro de Sociologia Comparada, v. 5, n. 2, p. 180-225, 1969.
- PAOLI, M.C. *Desenvolvimento e marginalidade*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- PAULANI, L. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 3 (144), p. 514-535, jul./set. 2016
- PEREIRA, L. *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Pioneira, 1971.

- SALA PALA, Valérie. La politique du logement social au risque du client? Attributions de logements sociaux, construction sociale des clients et discriminations ethniques en France et en Grande-Bretagne. *Politiques et management public*, v. 24, n. 3, p. 77-92, 2006.
- SCIRÉ, C. O. *Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza*. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI:10.11606/D.8.2009.tde-29092009-104310.
- SILVEIRA, M.L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, jan./abr. 2009.
- SIMONI SANTOS, César. Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica. *Economía Sociedad y Territorio*, p. 619-646, sep. 2017. Disponível em: <https://est.cmq.edu.mx/index.php/est/article/view/754>. doi:<http://dx.doi.org/10.22136/est2017754>.
- SINGER, P. Urbanización, dependencia y marginalidad en América Latina. In: CASTELLS, Manuel (coord.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973. p. 287-314.
- SOEDERBERG, S. *Debtfare states and the poverty industry: money, discipline and the surplus population*. London: Routledge, 2014.
- SOUZA, M. L. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Militarização da questão urbana. *Lutas Sociais*, n. 29, p. 117-129, jul./dez. 2012.
- TELLES, V.S. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 173-195, jun. 2006.
- TELLES, V. S. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. In: OLIVEIRA; RIZEK (org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 195-219.
- TELLES, V.S. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 5-6, p. 97-126, jul./dez. 2010.
- WACQUANT, L. Marginality, ethnicity and penalty in the neo-liberal city: an analytic cartography. *Ethnic and Racial Studies*, v. 37, n. 10, p. 1687-1711, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/01419870.2014.931991>
- WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Novos estudos*, Cebrap, n. 80. p. 9-19, 2008.

- WILLIS, G. D. *The killing consensus: police, organized crime, and the regulation of life and death in urban Brazil*. Oakland: University of California Press, 2015.
- WYLY, E.; MOOS, M.; HAMMEL, D. J. Race, Class, and Rent in America's Subprime Cities. *In: AALBERS, Manuel (ed.). Subprime cities: the political economy of mortgage markets*. Malden, MA: Blackwell, 2012. p. 242-289.
- ZALUAR, A. *Integração perversa. Pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PARTE V

Produção do espaço, da cidade e do urbano e nova ordem financeira internacional

Unidade das questões sociais e ambientais

Encampando a natureza nos estudos da financeirização do imobiliário

Beatriz Rufino

A problemática urbana atingiu uma dimensão planetária e com a financeirização incorpora nova potência, que aumenta a exploração do trabalho e exacerba os processos espoliativos. Os problemas ambientais agravam-se e, no limite, ameaçam a própria sobrevivência do ser humano e do planeta. O momento exige a formulação de uma crítica ao modo como o espaço vem sendo produzido para que novas formas de reprodução da vida e da natureza possam ser criadas.

SIMPURB, 2019.

A epígrafe acima é o ponto de partida das ideias aqui apresentadas. Trata-se da ementa da Mesa 5, “Produção do espaço e nova ordem financeira internacional: unidade das questões sociais e ambientais na formulação de uma proposição crítica”, do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana (Simpurb) em que participei como debatedora. A mesa em questão reuniu as apresentações dos professores Carlos Teixeira Campos Júnior (Ufes), Eudes Leopoldo (Ietu/Unifesp) e Luciana Ferrara (UFABC). Os trabalhos dos autores, que partem de análises sobre a produção imobiliária em distintos contextos urbanos, nos revelam e desenvolvem a natureza como questão essencial a ser compreendida para a formulação de uma crítica sobre a produção do espaço contemporânea. A acumulação financeira como forma dominante de acumulação global reforça processos espoliativos na produção do espaço e impulsiona a redução da apropriação da natureza aos limites da propriedade (PEREIRA; PETRELLA, 2019, p. 9).

Neste capítulo procuramos recuperar algumas questões teóricas e de método acerca do estudo da financeirização da produção imobiliária, para

em seguida ressaltar alguns aspectos das diferentes contribuições dos autores desta mesa que nos permitem compreender formas específicas do imbricamento imobiliário-natureza na contemporaneidade, fazendo premente a centralidade deste tema.

O capítulo se estrutura em três partes. Na primeira, partindo de uma exposição breve sobre alguns desafios da abordagem do tema da financeirização, procuro organizar alguns apontamentos teóricos e de método. Esses apontamentos, que servem como uma primeira aproximação às contribuições dos autores, são, em importante medida, recuperados das discussões desenvolvidas no âmbito do Projeto de Pesquisa intitulado *Financeirização da cidade: estratégias de valorização imobiliária e produção da desigualdade*.¹ Tais ideias estão apresentadas em sua forma mais elaborada no livro *Imediato, Global e Total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI*. O projeto e o livro foram coordenados pelo professor Paulo Cesar Xavier Pereira, que há muito desenvolve com rigor estudos sobre a construção imobiliária. Essa pesquisa e seu coordenador são responsáveis pela interlocução previamente estabelecida entre os pesquisadores desta mesa, o que explica a importante convergência das contribuições.

O debate sobre a natureza e sua intrínseca relação com as transformações contemporâneas na produção imobiliária renovam-se e ganham maior profundidade com os trabalhos apresentados nessa mesa. São essas contribuições que procuro organizar na segunda parte deste artigo. Em diálogo com os avanços teóricos e de métodos apresentados na primeira parte do trabalho, procuro sistematizar esses trabalhos a partir de um recorte específico, que enfatiza as distintas formas de como os autores consideram a “natureza” na compreensão da produção imobiliária no contexto da financeirização. Os exemplos empíricos analisados pelos autores mostram a complementaridade dessas abordagens e nos ajudam a compreender como os distintos movimentos de “criação” e “destruição” da natureza relacionam-se com pro-

¹ Financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro (Processo CNPq nº. 461.705/2014-1). Participaram do projeto como integrantes Rodrigo Hidalgo (PUC-Chile), Carlos Teixeira de Campos Júnior (Ufes), Lúcia Zanin Shimbo (IAU-USP), Beatriz Bezerra Tone (FAU-USP), Guilherme Moreira Petrella (Unifesp), Álvaro Ferreira (PUC-Rio), Marcia Hirata (UFSJ), Luciana Ferrara (UFABC) e Beatriz Rufino (FAU-USP).

cessos intensivos e extensivos de incremento de renda imobiliária que são crescentemente impulsionados por interesses financeiros.

Por fim, na terceira parte, partindo de algumas questões que levantei durante o debate, procuro argumentar sobre a urgência política dos temas aqui debatidos e sua centralidade na compreensão e enfrentamento da crise econômica e política em que nos encontramos.

A financeirização do imobiliário como contribuição de método para a produção do espaço: o imediato, o global e o total

O conceito da financeirização ganhou nas últimas duas décadas grande importância nos estudos urbanos, sendo objeto de análises provenientes de distintas áreas do conhecimento. Se, por um lado, a ampla disseminação do conceito traz enormes possibilidades de interlocução e de enriquecimento do debate, por outro, impõe riscos relacionados a uma reprodução empobrecida e pouco explicativa.

Um dos riscos seria uma transposição apressada dos debates internacionais, majoritariamente desenvolvidos a partir de reflexões sobre os processos em curso nas cidades dos países centrais, sem considerar as especificidades de nossa sociedade e de nosso processo de urbanização. Aqui, os processos acelerados de urbanização e sua complexa articulação com uma industrialização tardia fizeram emergir grandes metrópoles marcadas por extremas desigualdades, onde a expansão de uma produção imobiliária “avançada” articulou-se a distintos níveis e formas de extensão de precariedades habitacionais (SHIMBO; RUFINO, 2019). É sob estes processos e sob uma histórica relevância da acumulação patrimonial, lastreada na propriedade da terra, que avançará aqui a hegemonia de uma acumulação financeira, determinada pelo capital portador de juros.

Outro risco, particularmente evidente nos estudos que tomam como objeto a produção imobiliária, é a transformação da “financeirização” em um rótulo. Ao reduzir a discussão à diferenciação de produtos mais “financeirizados” e menos “financeirizados”, circunscreve-se o debate à sua forma-fragmento, dando assim maior relevo a lógicas econômicas sem problematizar a produção do espaço e as implicações e impactos da hegemonia financeira sobre a transformação das cidades e das relações sociais nelas desenvolvidas.

De modo geral, a literatura da financeirização relacionada à produção do espaço dá grande relevo ao debate desenvolvido por Harvey (2015 [1982]), que aponta a tendência de a terra assumir o papel de um ativo financeiro. Reconhecendo essa condição, muitos estudos em nosso contexto têm destacado crescentemente a relevância do imóvel como bem financeiro e o importante papel do Estado nesse movimento, dando menos ênfase ao aprofundamento da compreensão da financeirização da produção imobiliária enquanto relação social de produção e reprodução (RUFINO, 2017).

Partimos do entendimento de que a terra, como moderna propriedade privada, sempre pôde funcionar como ativo, na medida em que seu preço é definido a partir das expectativas futuras de realização de renda e de sua capitalização para o momento presente. É, portanto, socialmente determinada por uma condição externa, cuja captura é legitimada pelo título de propriedade, se aproximando assim do funcionamento dos títulos financeiros, que auferem renda aos seus proprietários independentemente de sua participação nos processos de produção. Se ambos se particularizam como meio de captura de um processo global de valorização, a terra se diferencia por sua condição de duplo monopólio. Essa, além de representar um título de propriedade que permite explorar e extrair riqueza, corresponde a um espaço, “elemento necessário a toda produção e a toda atividade humana” (MARX, 1985-1986 [1967], LIII, v. 5, p. 237). Essa condição impõe especificidade à produção imobiliária e aos seus produtos, constituídos sobre a base desse duplo monopólio: o monopólio de produção e o monopólio de propriedade (PEREIRA; PETRELLA, 2019, p. 8).

Entendemos que, como processo social, a captura da renda, e desta forma os próprios processos de produção imobiliária, atravessam distintas dimensões de análises, que se complexificam no curso da urbanização. A ideia da simultaneidade de processos imediato, global e total, que orientou importantes debates do grupo *Financeirização da Cidade*, anteriormente mencionado, é inspirada nos debates de Lefebvre, que afirmava, já em 1970, em seu *Revolução Urbana*, que:

A produção do espaço, em si, não é nova. Os grupos dominantes sempre produziram este ou aquele espaço particular, o das antigas cidades, o dos campos (aí incluída as paisagens que em seguida parecem “naturais”). O novo é a produção global e total do espaço social. Essa extensão enorme da atividade produtiva realiza-se em função dos interesses que a inventam,

dos que a gerem, dos que dela se beneficiam (largamente). O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço. E isso a escala mundial. É esse o caminho (imprevisto) da socialização das forças produtivas, da própria produção do espaço. É preciso acrescentar que o capitalismo visando sua própria sobrevivência tomou a iniciativa nesse domínio? A estratégia vai muito mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão. (LEFEBVRE, 1999 [1970], p.142-143).

Nossa percepção é que essa perspectiva de análise considerando a complexidade e simultaneidade de dimensões na produção do espaço ganha força no contexto da globalização financeira. Se Lefebvre via no espaço e em sua urbanização planetária o caminho de sobrevivência ao capitalismo, hoje torna-se evidente que as finanças também têm desempenhado papel determinante na acumulação capitalista, moldando inclusive a totalidade das atividades produtivas. Urbanização planetária e financeirização emergem no urbano como problemáticas indissociáveis, como desenvolve Pereira (2018):

Ambas, não apenas uma, tornam-se relevantes para a discussão da globalização do imobiliário. Isso porque a urbanização capitalista vem imobilizando capital fixo, desvalorizando-o e expandindo a reprodução financeira-imobiliária do capital. Ao contrário do que vem ocorrendo com a maioria das atividades econômicas, as atividades financeiras-imobiliárias têm aumentado sua relevância. (PEREIRA, 2018, p. 65).

Assim, ao analisar os processos de financeirização do imobiliário, cabe o olhar atento às questões estruturais do setor e às transformações provocadas pela novidade das finanças. Na produção imediata, “diferentemente do capital na produção fabril em geral, parte da sua reprodução se realiza como valorização real [no canteiro] e parte como valorização fictícia, pela capitalização da renda” (PEREIRA; PETRELLA, 2019, p. 8). Aqui cabe ressaltar a crescente transformação da forma-propriedade, que se desabsolutiza crescentemente sob a necessidade de atrair maiores investimentos financeiros, muitas vezes em detrimento de seu uso.

Na produção global, insere-se o debate sobre as formas predominantes de acumulação mundial como processo histórico, “onde se realiza a exploração da força de trabalho, e processos de espoliação [...] na reprodução da força de trabalho e na reprodução da vida” (PEREIRA; PETRELLA, 2019, p. 8). A espoliação, como momento de acumulação sem produção de valor, ganha relevo e se renova na atualidade. Assim, para além dos processos de espoliação urbana (KOWARICK, 1979), tão caros à discussão do par urbanização-industrialização, ganham notoriedade os processos de espoliação imobiliária e financeira (PEREIRA; PETRELLA, 2019, p. 9).

No total, revela-se o nível da reprodução social: “as múltiplas formas de experiência e reconhecimento, individual e coletivo, que emergem dos conflitos urbanos e cotidianos” (PEREIRA; PETRELLA, 2019, p. 10). Se lutas e resistências afloram crescentemente no contexto do acirramento de uma acumulação financeira, a crescente intensificação da reprodução do capital na produção do espaço tem apontado para uma inviabilização futura da reprodução da vida e da natureza. Essa, reduzida à propriedade pela acumulação financeira, é parte central nas análises do imediato, global e total na produção do espaço. Os trabalhos debatidos na seção nos ajudam a ressaltar a relevância e transversalidade dessa temática.

A centralidade da natureza na financeirização do imobiliário

Partindo da contribuição dos trabalhos dos colegas, me arrisco em elencar aqui três importantes abordagens, com distintas ênfases nas dimensões acima mencionadas, na problematização da “natureza” na compreensão da produção imobiliária no contexto da financeirização. Trata-se do aprofundamento da natureza como terra (propriedade), de sua imediata produção em grandes loteamentos e da sua exploração enquanto estratégia de capitalização imobiliária. Não desprezando a riqueza e a complexidade das contribuições de cada um dos textos que tive a oportunidade de ler e debater, me centrarei na apresentação destas ideias, que, com suas complementaridades e sobreposições, nos permitem encampar a natureza na compreensão da financeirização imobiliária e das cidades.

A relação intrínseca entre natureza-imobiliário é socialmente representada pela instituição da moderna propriedade, à qual é transformada no curso da industrialização-urbanização, e exacerbada no atual contexto

metropolitano-financeiro. O trabalho de Carlos Teixeira Campos Júnior, “Financeirização da terra e a emergência de novas formas de espoliação”, nos conduz nesse movimento, tomando como objeto a produção concreta do espaço de Vitória e sua região metropolitana e problematizando as determinações específicas no contexto do domínio da produção agrícola (do século XIX até os anos 1960), da produção industrial (1960 e 2000) e da produção imobiliário-financeira (século XXI). Ao analisar essas transformações urbanas, o autor demonstra como o capital, ao avançar seu domínio sobre a terra, reduz sua disponibilidade natural e social.

Revelando a centralidade do Estado na constituição do mercado de terras e seu posterior domínio por investidores, construtores e incorporadores, Campos Júnior ilustra a permanente “valorização” da moderna propriedade da terra e seu “efeito social de impedir o trabalhador de usufruir a cidade” (CAMPOS JÚNIOR, 2019, p. 1). Nesse sentido, o avanço do capital por meio de distintos produtos imobiliários e pelo avanço descontínuo no espaço metropolitano “distancia o trabalho da cidade, afastando-o para as áreas de mangues, morros e em seguida para as áreas periféricas nos municípios vizinhos” (CAMPOS JÚNIOR, 2019, p. 2).

É seguindo a produção imobiliária habitacional que Carlos dá concretezude a esse movimento, apontando suas contradições. Ao ilustrar com clareza as especificidades do setor, acaba por desvendar a urbanização como processo autônomo e produtor de desigualdades:

Se, por um lado, a produção imobiliária é uma “indústria móvel que produz um produto imóvel”, no seu próprio movimento de reprodução incorpora sempre novas terras, reduzindo a sua disponibilidade natural, por outro lado, como a reprodução do capital na produção imobiliária tende a promover a elevação do preço da propriedade fundiária e do produto imobiliário, conforme tratado anteriormente, essa forma particular de produção reduz a disponibilidade social da terra, negando a cidade para o trabalhador. (CAMPOS JÚNIOR, 2019, p. 22).

Essa exclusão do trabalhador, apresentada pela crescente distância entre os preços da moradia e o salário, permite ao autor revelar como a terra passa a funcionar como uma forma particular de capital.

A expansão da produção imobiliária, que ganha força com a chegada em Vitória das incorporadoras nacionais listadas na Bolsa de Valores, re-

define a “periferia”, tornando-a espaço de grandes condomínios residenciais para o chamado segmento econômico atrelado ao programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV). O condomínio como forma de propriedade é também percebido na região pela expansão recente dos condomínios industriais, que reforçam o alargamento das fronteiras imobiliárias e redefinem a exclusão dos trabalhadores:

Se, por um lado, a produção imobiliária residencial afasta o trabalhador da cidade, por outro, a produção imobiliária destinada à atividade industrial impede o trabalhador de se estabelecer em outra direção, promovendo a valorização da propriedade imobiliária nas áreas periféricas. (CAMPOS JÚNIOR, 2019, p. 22).

Os condomínios industriais implicam ainda, como desenvolve o autor, uma mudança qualitativa das relações sociais, que subordina a produção imediata do espaço às finanças, num movimento de articulação do imobiliário a processos globais. Isso porque a propriedade desses empreendimentos fragmenta-se sob a forma de títulos, que asseguram a seus proprietários um fluxo de renda. O produto imobiliário ganha aqui sua aparência mais fetichizada, se revestindo de atributos predefinidos em função da garantia da captura das rendas futuras. Ao tornar a cidade subordinada ao negócio dos títulos imobiliários, o imobiliário projeta negação da urbe. Nessa cidade, “a natureza perde importância para os símbolos da natureza e suas representações” (CAMPOS JÚNIOR, 2019, p. 24).

O trabalho de Eudes Leopoldo, “A produção da natureza e do espaço no capitalismo metropolitano-financeiro”, dá continuidade a esse debate ao enfatizar a própria natureza como fetiche, através do estudo dos grandes loteamentos contemporâneos. O autor discute a (re)produção da natureza nesses empreendimentos imobiliários trazendo exemplos da megaregião Rio de Janeiro-São Paulo e da região do sul e sudeste do Pará. Ao debruçar-se sobre um mesmo produto imobiliário em regiões tão distintas, o autor procura problematizar como o acirramento daquilo que desenvolve como “capitalismo metropolitano-financeiro” impõe novas formas e conteúdos à produção imobiliária, os quais são mediados pela “combinação entre as estratégias das incorporadoras imobiliárias e as particularidades das diferentes regiões e lugares, diversificando e radicalizando a produção da natureza e do espaço” (LEOPOLDO, 2019,

p. 12). Como desenvolve o autor, nesses empreendimentos a natureza torna-se mercadoria, com espaços verdes, parques e jardins sendo vendidos como “nova raridade” privatizada.

A natureza se incorpora à textura do loteamento fechado como um valor de uso para os indivíduos que habitam nos espaços intramuros. Diante dessa possibilidade, ela abstrai-se enquanto um valor de troca, que compõe o valor total do loteamento fechado, que se expressa no preço de monopólio do lote. (LEOPOLDO, 2019, p. 13).

É nesse sentido que Leopoldo nos mostra como a natureza “ganha lugar na construção, incorporação e urbanização enquanto momento crítico da valorização imobiliária e financeira” (LEOPOLDO, 2019, p. 13). Não se trata de um movimento novo, nos lembra ao recuperar as ideias de Lefebvre, que compreende o chamado “espaço verde” como “natureza fictícia”, na medida em que, “teoricamente, a natureza se distancia, enquanto que os signos da natureza e do natural multiplicam-se, substituem e suplantam a verdadeira ‘natureza’” (LEFEBVRE, 1972 [1970], p. 32-33 *apud* LEOPOLDO, 2019, p. 13).

É por meio desta pista deixada por Lefebvre que o autor nos brinda com sua contribuição original. Ao estudar a produção de grandes loteamentos como parte de processos de metropolização tão distintos, o autor nos revela distintas apropriações da natureza no contexto brasileiro. Tais apropriações, aparentemente opostas, quando vistas como totalidade, nos mostram a “nova face do mercado imobiliário nacional” (LEOPOLDO, 2019, p. 22) e sua profunda relação com as crises urbanas e ambientais ao acirram-se as relações de investimentos em detrimento da reprodução social.

Na megarrégion Rio de Janeiro-São Paulo, onde o processo de metropolização ganha sua “máxima expressão na metropolização regional” (LEOPOLDO, 2019, p. 15), a análise da produção da urbanizadora-rede Alphaville Urbanismo S.A. revela estratégias particulares para incorporação das “naturezas regionais como raridades” (LEOPOLDO, 2019, p. 15) em seus complexos imobiliários fechados. Trata-se da extensão da produção de lotes e do aprofundamento de “uma economia de escala policêntrica” (LEOPOLDO, 2019, p. 15) na (re)invenção de subúrbios metropolitanos. Para o autor, a natureza se resolve nesse duplo processo de metropolização e financeirização, reduzindo-se como “fetiche” e como “natureza fictícia”.

Ao investigar a produção dos loteamentos na região do sul e sudeste do Pará, nos mostra a generalização e metamorfose desse produto. Aqui analisa a produção da Buriti Empreendimentos, braço imobiliário de um grupo econômico diversificado que identifica a fronteira amazônica como possibilidade de extensão de seus negócios. Os loteamentos concebidos originalmente como fechados reaparecem aqui sob a forma de “bairros planejados”, promovendo uma expansão urbana fragmentada através da destruição da natureza. A apropriação tímida da natureza como argumento de marketing encobre a “negação da natureza regional na fronteira” (LEOPOLDO, 2019, p. 21). O autor revela ainda que “a sociedade regional de fronteira nega a Amazônia como natureza e como meio” (LEOPOLDO, 2019, p. 21).

Por fim, o texto de Luciana Ferrara, “Metabolismo urbano sob o domínio financeiro: apontamentos a partir da produção imobiliária e da natureza na cidade de São Paulo”, procura desvendar as formas de exploração da natureza na produção do espaço urbano contemporâneo, nos remetendo a um amplo debate teórico sobre o tema e desenvolvendo reflexões sobre tais formas a partir da análise das transformações urbanas ao longo do rio Pinheiros, em São Paulo (SP). Essas transformações ao longo do rio Pinheiros ajudam a autora a demonstrar a mudança de um metabolismo urbano-industrial para um imobiliário-financeiro.

O metabolismo nos é apresentado como “um problema de fratura que se aprofunda no processo capitalista de intercâmbio social, energético e orgânico entre a sociedade e a natureza” (NAREDO, 2004; FOSTER, 2005 *apud* FERRARA, 2019, p. 4). Como nos revela no metabolismo urbano-industrial, a destruição da natureza pela indústria a projetou como problema da sociedade, porém como um campo cego, fazendo-a emergir nas cidades como fragmento e símbolo a ser consumido como mercadoria. No metabolismo imobiliário-financeiro, a natureza enquanto estratégia de reprodução do capital toma o primeiro plano nas cidades. Tal estratégia generaliza-se no discurso da sustentabilidade, presente em todas intervenções urbanas e construções das cidades.

A autora ressalta que, embora existam disputas em torno do tema da sustentabilidade, na produção imobiliária e nos projetos urbanos, esse termo tem se consagrado como requisito de qualidade e valorização de empreendimentos e espaços urbanos. A natureza passa a promover objetos para investimentos financeiros, sobrepondo-se às localizações excep-

cionais como estratégia de obtenção de rendas diferenciais. Esse processo extrapola os empreendimentos, impondo também transformações sobre as formas de produção e reprodução da cidade.

Os processos discutidos por Ferrara tomam forma exemplar nas margens do rio Pinheiros, onde os antigos espaços industriais à margem de um rio morto na maior metrópole do país são meio, condição e produto da reestruturação imobiliário-financeira. O avanço dessa reestruturação articula-se aos processos de planejamento, em instrumentos como as Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) e os Projetos de Intervenção Urbana (PIUs), que promovem a coordenação das transformações urbanas e a (re) invenção da natureza nas margens urbanizadas do rio.

A partir de Hidalgo *et al.* (2016), a autora destaca os mecanismos de produção de uma terceira natureza – a natureza inventada –, como criação de nichos de renda nos grandiosos empreendimentos da região. Trata-se da recriação da natureza ou da apropriação do discurso da sustentabilidade “como mais uma camada de valorização, capitalizando a natureza não apenas como espaço, mas também como natureza inventada” (FERRARA, 2019, p. 11).

O rio Pinheiros é explorado nas peças de marketing como elemento cenográfico da paisagem, somando-se a parques e praias artificiais exclusivas aos complexos condominiais, que moldam os investimentos mais valorizados e diferenciados no centro financeiro da metrópole. O trabalho de Ferrara soma-se aos demais e destaca a centralidade da produção imobiliária, incluindo aí a ação imediata do Estado que, via planejamento urbano, impulsiona a cidade como investimento financeiro e reitera as estratégias de capitalização da natureza. O Estado, determinante na constituição original dos mercados de terra, como nos mostrou Carlos, reaparece na promoção de instrumentos que radicalizam a participação de investidores nos processos de renovação urbana.

As diversas abordagens de problematização da “natureza”, na compreensão da produção imobiliária no contexto da financeirização, nos ilustram de forma clara a escalada da relevância da renda e sua crescente relação com movimentos de destruição e “criação” da natureza. A observação desses movimentos, tão bem iluminados na crítica desenvolvida pelos autores, nos revela as implicações da simultaneidade dos processos de extensão (por meio da constituição de novas fronteiras imobiliárias) e intensificação (por meio dos processos de renovação) da renda imobiliária, que

tendem a consolidar o aumento geral de preços e a ampliação das diferenças ambientais e sociais na produção do espaço. O cotidiano projetado é o da privatização da vida e da natureza, com consequente inviabilização da reprodução social. A projetada expansão imobiliária contínua, entretanto, encontra no próprio encarecimento da terra e da cidade limites temporários para a reprodução do capital sobre o espaço.

No atual cenário de crise política e econômica, o descompasso entre uma anunciada retomada do setor imobiliário e o recrudescimento das desigualdades dão novas provas das contradições da aposta política em uma ideologia do crescimento do imobiliário como resolução de problemas urbanos e econômicos.

O imobiliário e a natureza como estratégia e problema político

As chuvas extremas ocorridas durante fevereiro de 2020, que atingiram mais severamente as cidades de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, repõem a centralidade desse debate e sua urgência política. Se, por um lado, as tragédias e perdas chamam atenção para a necessidade de maiores investimentos em obras de drenagem a partir de investimentos públicos, entre outras infraestruturas, os questionamentos sobre a forma como o espaço vem sendo produzido ganham pouco relevo. A expansão das relações capitalistas sobre a produção do espaço segue sendo reconhecida como estratégia de crescimento e de promoção de espaços “sustentáveis” nas cidades.

A centralidade dos investimentos na produção do espaço como estratégia de enfrentamento da crise financeira internacional de 2008, seja pelo reforço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), seja pelo lançamento do PMCMV, seja pelos inúmeros estímulos ao setor imobiliário de uma maneira mais geral, é recorrentemente descrita por economistas como parte de um novo desenvolvimentismo, obscurecendo a ampliação do protagonismo dos agentes privados na implementação dessas políticas como importante resultado desse processo. A produção do espaço e sua renovada convergência a interesses da acumulação rentista-patrimonial, pactuado em políticas públicas como o MCMV, vem assegurando em escala ampliada a constituição de novos espaços de revalorização e rentabi-

lidade, colaborando simultaneamente para o aumento da “frequência das crises financeiras” (BRUNO; CAFFE, 2017).

As políticas de crescimento e intensificação da produção imobiliária pós-2008 impulsionaram as articulações do setor com o capital financeiro, reforçando em um primeiro momento a forte valorização das ações das grandes empresas de incorporação² (RUFINO, 2016). Esse crescimento, ao proporcionar uma forte ampliação do mercado pela inclusão via subsídios e endividamentos da população e acirrar fortemente as disputas pela terra, tornou-se peça-chave do processo de acumulação apoiado em crescentes patamares de captura de renda imobiliária pela totalidade do setor imobiliário.

As disputas entre os diferentes produtos imobiliários direcionaram a moradia mais popular para localizações cada vez mais distantes e periféricas, impulsionando o aumento generalizado dos preços dos terrenos e a crescente diferenciação dos espaços urbanos.

O crescimento econômico via espaço emerge como contradição na medida em que se sustenta na expansão dos processos de espoliação, crescentemente apoiados no imobiliário e no financeiro. Essa contradição é aspecto não menos relevante da atual crise, podendo ser fartamente “ilustrada”. Entre o início de 2009 e o final de 2014, segundo dados do FIPE ZAP,³ a valorização imobiliária média dos imóveis foi de 194,88%, enquanto a inflação ficou em 55,7%, tendo sido também demonstrado em alguns trabalhos o descolamento dessa forte valorização com os custos da construção (RUFINO, 2012; SÍGOLO, 2015). Entre 2005 e 2014, o crédito imobiliário aumentou vinte vezes. Nesse ano, os pagamentos de juros no crédito mobiliário estavam absorvendo mais de 1/5 da renda média disponível dos brasileiros (ANDERSON, 2016). Do outro lado, os não beneficiados com o crédito imobiliário enfrentam cada vez mais dificuldades para pagar os elevados aluguéis, que aparecem como principal questão do déficit habitacional na atualidade.

Se as políticas que estruturam uma importante expansão e intensificação do imobiliário no século XXI se articularam à ascensão de go-

² De acordo com ranking da consultoria Economatica, no terceiro trimestre de 2009, estavam no Brasil 12 das 20 construtoras de capital aberto mais lucrativo da América Latina e dos Estados Unidos.

³ Fonte: <https://fipezap.zapimoveis.com.br/>.

vernos progressistas com ambições redistributivas, a continuidade e radicalização dos processos de mercantilização e privatização do espaço são agora conduzidas por um governo de ultradireita, que exacerba o liberalismo econômico a partir da crescente generalização de políticas de austeridade, da alienação de bens públicos, assegurando possibilidades de crescentes rentabilidade imobiliária e financeira, com enormes custos sociais.

As brutais transformações políticas e econômicas obscurecem os erros presentes no contexto de expansão econômica e as contradições inerentes à aposta da exploração do espaço-natureza. Reflexo disso é a perda de espaço dos esforços redistributivos de governos progressistas para a progressiva concentração de riqueza no país, determinada pela crescente possibilidade de obtenção pelos mais ricos de altos ganhos de capitais, lastreados pela forte alta nos preços de ativos financeiros e dos imóveis (MEDEIROS *et al.*, 2015 *apud* CARVALHO, 2018). Para De Castro (2016), o modelo de crescimento destes governos não tocou na estrutura do capital, recorrendo à natureza para a extração de riquezas. Essa reflexão, que parece ser cada vez mais central, também deve ser tomada para o urbano, principalmente quando se considera a ampliação da importância da produção do espaço como estratégia de superação de crises financeiras. Essa estratégia financeira revela-se como problema e emerge no aprofundamento da crise urbana. O urbano, como lócus privilegiado da emergência dos conflitos decorrentes desta crise, se institui como arena de enfrentamento e de renovação do debate sobre novas formas de reprodução de vida e da natureza.

Referências

- ANDERSON, P. A crise no Brasil. *Blog da Boitempo*, 21 abr. 2016. Disponível em: <https://oppceufc.files.wordpress.com/2016/04/perry-anderson-crise-brasil-boitempo-abril-2016.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020
- BRUNO, M.; CAFFE, R. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. *Economia e Sociedade*, n. 26, 2017.
- CAMPOS JÚNIOR, C. T. Financeirização da terra e a emergência de novas formas de espoliação. *In: SIMPURB*, 16., 2019, Mesa 5: Produção da cidade, produção do espaço e a nova ordem financeira internacional:

- unidade das questões social e ambiental, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: Ufes, Vitória, 2019.
- CARVALHO, L. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- DE CASTRO, E. V.; DANOWSKI, D. Diálogos sobre o fim do mundo. *El País*, 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/opinion/1412000283_365191.html. Acesso em: 10 fev. 2020.
- FERRARA, L. Metabolismo urbano sob o domínio financeiro: apontamentos a partir da produção imobiliária e da natureza na cidade de São Paulo. In: SIMPURB, 16., 2019, Mesa 5: Produção da cidade, produção do espaço e a nova ordem financeira internacional: unidade das questões social e ambiental, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: Ufes, 2019.
- FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HIDALGO, R. *et al.* Aguas de ficción a la carta: la producción de naturaleza como nicho de renta. bienes comunes y espacio urbano exclusivo en torno a las *crystal lagoons*. In: ALVARADO, C.; GÓMEZ, R.; HIDALGO, R. (coord.). *Expresión territorial de la fragmentación y segregación*. Cuernavaca: Praxis Digital, 2016. p. 13-30.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEOPOLDO, E. A produção da natureza e do espaço no capitalismo metropolitano-financeiro. In: SIMPURB, 16., 2019, Mesa 5: Produção da cidade, produção do espaço e a nova ordem financeira internacional: unidade das questões social e ambiental, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: Ufes, 2019.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P.; CASTRO, F. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 4, p. 971-986, 2015.
- NAREDO, J. M. La economía en evolución: invento y configuración de la economía en los siglos XVIII y XIX y sus consecuencias actuales. *Manuscrits*, n. 22, p. 83-117, 2004.
- PEREIRA, P. C. X. Para a discussão de valor e preço na produção imobiliária. In: PEREIRA, P. C. X. (org.). *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI*. São Paulo: FAU-USP, 2018.

- PEREIRA, P. C. X. (org.). *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI*. São Paulo: FAU-USP, 2018.
- PEREIRA, P. C. X.; PETRELLA, G. Introdução. In: PEREIRA, P. C. X. (org.). *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI*. São Paulo: FAU-USP, 2018.
- RUFINO, B. *A incorporação da metrópole: centralização do capital no imobiliário e nova produção do espaço em Fortaleza*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- RUFINO, B. Transformação da periferia e novas formas de desigualdades nas metrópoles brasileiras: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional. *Cadernos Metrópole*, v. 18, n. 35, p. 217-236, 2016.
- RUFINO, M. B. C. Financeirização do Imobiliário e transformações na produção do espaço: especificidades da reprodução do capital e expansão recente na metrópole paulistana. In: FERREIRA, A. et al. *Metropolização: espaço, cotidiano e ação*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- SÍGOLO, L. M. *O boom imobiliário na metrópole paulistana: o avanço do mercado formal sobre a periferia e a nova cartografia da segregação socioespacial*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SHIMBO, L.; RUFINO, B. *Financeirização e estudos urbanos na América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.
- SIMPURB. *Caderno da Programação do XVI Seminário Nacional de Geografia Urbana*. Vitória: Ufes, 2019.

Financeirização da terra e a emergência de novas formas de espoliação

Carlos Teixeira de Campos Júnior

Introdução

O objetivo deste artigo é demonstrar que, da forma como o espaço vem sendo produzido, o capital avança seu domínio sobre a terra, promovendo a sua permanente “valorização” com consequências destrutivas para o homem e para natureza.

A terra, como propriedade, torna-se alvo central do capital nesse processo, razão pela qual cabe indagar: como e por que a capitalização se tornou pré/dominante na produção do espaço? E quais são suas consequências? São estas questões que orientaram a elaboração deste capítulo.

A hipótese é a de que o desenvolvimento do mercado imobiliário converte os proprietários de terra em donos de um capital imaginário. O uso econômico da terra na produção de mercadorias origina a formação do seu preço como renda capitalizada, que representa um montante de dinheiro, levando seu proprietário a pensar como se fosse capitalista. Deste modo, pelo proprietário da terra, o capitalista é impelido a produzir mercadorias que rendam cada vez mais dinheiro, não somente para pagar pela propriedade da terra, mas também para avançar sobre a apropriação desse potencial da terra de representar dinheiro. O movimento possui duplo sentido: ora é o preço da terra que impele, ora é o dos produtos, que empurram para cima o preço da propriedade imobiliária.

Na atualidade, o avanço na apropriação da terra se dá pelo capital financeirizado e com maiores consequências para o trabalhador. A capacidade da propriedade da terra de funcionar como se fosse uma forma particular de capital é elevada à enésima potência por meio da securitização dos títulos da propriedade imobiliária vendidos em bolsa, submetendo, desse

modo, a renda capitalizada, um capital imaginário, a funcionar sob a tutela do jogo da bolsa.

As evidências empíricas foram buscadas nas transformações de Vitória e sua região metropolitana. Nesse propósito, busca-se identificar, historicamente, nas sujeições da terra e do trabalho ao capital, na produção de mercadorias e contemporaneamente na produção de espaço, as transformações que comprometem a vida na cidade. As referências utilizadas foram fundamentalmente as obras de Lefebvre (a respeito do espaço como novo concreto, do imobiliário como setor novo e do duplo sentido da industrialização-urbanização) e as de Marx (no que trata do duplo monopólio da propriedade da terra), entre outras.

O primeiro item, *agricultura criando a cidade e as tentativas de formação do mercado imobiliário*, trata da produção agrícola modelando a cidade de forma que ela lhe seja solidária. Foram momentos marcados pela situação favorável alcançada pelos preços do café, que proporcionaram ao Estado realizar importantes intervenções na cidade, que vão alterando progressivamente sua paisagem.

A materialidade imposta pelas intervenções públicas e por aquelas promovidas pelos agentes privados vai ao mesmo tempo, numa outra perspectiva, criando as condições para a transformação da propriedade tradicional da terra na moderna propriedade. Essa mudança no processo social de apropriação da propriedade da terra por parte do capital transforma o espaço e distancia o trabalho da cidade, afastando-o para as áreas de mangues, morros e em seguida para as áreas periféricas nos municípios vizinhos. Contudo, esse processo de mudanças não acontece sem contradições, pois a regulação da disponibilidade natural da terra por parte do Estado retardou a formação plena do mercado imobiliário em Vitória, manifestando-se na “ociosidade” da terra por mais tempo.

O item *a cidade como consequência da industrialização e da terra como forma particular de capital* refere-se ao período entre os anos 1960 e 2000. Trata da expansão da cidade enquanto produto imobiliário em valorização do centro histórico para a região das praias, estendendo-se em seguida, no mesmo município da capital, da ilha de Vitória para o continente e também para a faixa litorânea de Vila Velha, município vizinho. Nesse período, o edifício, se por um lado altera a fisionomia da cidade relativamente à casa térrea, por outro constitui-se como artefato novo, que é utilizado para ampliar os limites da acumulação, promovendo a valorização da proprie-

dade imobiliária, que funciona erguendo-se como um muro invisível que separa o trabalho da cidade. A consolidação desse mercado vai responder pela formação do seu reverso – a criação das áreas periféricas nos municípios vizinhos que vão constituir posteriormente a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

O item *comércio do espaço* apresenta-se marcadamente pelo avanço da produção imobiliária de mercado para as áreas periféricas. A periferia verticaliza-se. A produção imobiliária estendida na faixa litorânea do município de Vila Velha afasta-se para as partes mais interiores do município. Novos produtos difundem-se pelos municípios da região metropolitana, como os condomínios fechados residenciais e os condomínios industriais. Esse processo se dá no período que vai de 2005, aproximadamente, à atualidade, definido pelo ingresso de empresas de fora do estado com capital aberto em bolsa, que expandiram seus negócios em território capixaba num processo de avanço e instrumentalização da propriedade da terra com o intuito de promover a precificação dos títulos dessas empresas e dos novos produtos imobiliários, contribuindo para promover a escassez física da terra e a elevação do preço da propriedade imobiliária.

A agricultura criando a cidade e as tentativas de formação do mercado imobiliário

Por um século o café foi o principal produto da economia no Espírito Santo, chegando a representar mais de 90% das exportações do estado (ROCHA; COSSETTI, 1983). O café consolidou a ligação do Espírito Santo com o mercado mundial através da sua capital, adaptada para essa finalidade, e promoveu a apropriação das terras interiores com o ingresso da imigração europeia.

Em 1853 as exportações do café superaram as do açúcar, passando de 57.363 arrobas em 1849 para 86.729 em 1853, enquanto as do açúcar decresceram de 184.232 para 75.370 arrobas no mesmo período (TORRES FILHO, 1913, p. 104-105). A partir desse período, o café estabeleceu uma trajetória de ascensão e crise como produto mercantil quase único na economia do Espírito Santo até os anos 1960, caminhando no território capixaba do sul para o norte.

Ao final do século XIX, o café já havia conformado no Espírito Santo três regiões produtoras. As regiões sul, central e norte. A região sul, pola-

rizada pela cidade de Cachoeiro de Itapemirim, caracterizava-se por uma estrutura fundiária de grandes propriedades cafeiras e relações de trabalho escravo (ALMADA, 1981). A região central, polarizada por Vitória, compreendia a região serrana próxima da capital, formada a partir do município de Santa Leopoldina. Caracterizava-se pela estrutura fundiária de pequenas propriedades e pelo trabalho familiar de imigrantes europeus (italianos e alemães) dedicados ao cultivo do café. A produção dessa região era escoada para Vitória e exportada (ALMADA, 1981). A região norte, formada no vale do rio São Mateus, foi polarizada pela cidade de São Mateus. Possuía estrutura fundiária formada por grandes propriedades e trabalho escravo, contudo tratava-se de uma região pouco ocupada pelo processo de colonização. Com modesta produção de café, representava 5,1% das exportações do Espírito Santo em 1885, enquanto as regiões central e sul respondiam respectivamente por 31,4% e 57,4% (ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 26). Com o declínio do café, tornou-se uma região produtora de farinha de mandioca.

Como a integração física do território espírito-santense deu-se tardiamente, a urbanização de Vitória foi fortemente impactada pela produção cafeeira da região serrana, que tinha a capital como polo. As regiões sul e norte não se ligavam por transporte terrestre a Vitória (ESPÍRITO SANTO. Presidente, J. Monteiro, 1912). Os laços comerciais da região sul se faziam com o Rio de Janeiro e permaneceram fortes até por volta de 1929, quando foi criada a bolsa do café¹ em Vitória (ROCHA; COSSETTI, 1983).

A região norte manteve-se por mais tempo isolada da capital. O norte do rio Doce, até os anos 1940, era uma imensa floresta, portanto, sem promover nenhum impacto econômico na capital (BORGIO *et al.*, 1996; CAMPOS JÚNIOR, 2004).

A urbanização de Vitória estabeleceu-se com base na criação das condições para as atividades burocráticas de sede político-administrativa do governo do Espírito Santo e como suporte ao desenvolvimento do comércio de exportação da produção da região serrana. Francisco de Oliveira (s.d., p. 39) ressalta o lado burocrático do Estado nas cidades do país exercido pelo controle “das relações entre a economia colonial e a economia metropolitana”, bem como o lado das cidades como sede do capital comercial, até

¹ Decreto nº 9.382, que cria a bolsa do café em Vitória.

que se torne também sede do aparelho produtivo da indústria propriamente dita na década de 1930.

Nesse contexto, Vitória fazia a ligação entre a produção do campo e a circulação internacional de mercadorias. Contudo, ressalte-se que essa produção, no último quartel do século XIX, representava 30% das exportações espírito-santenses. E, considerando que as exportações do Espírito Santo nunca chegaram a mais do que 5% das exportações nacionais, é de se supor que a riqueza em trânsito por Vitória, nessa ocasião, apesar de expressiva para o Estado, não era de grande monta, não tendo o poder de transformar a base produtiva capixaba (ROCHA; COSSETTI, 1983). As empresas de exportação instaladas na capital capixaba, na sua maior parte, eram filiais de empresas já estabelecidas em Santos (SP). Supõe-se que o excedente acumulado no Espírito Santo foi exportado juntamente com a mercadoria agrícola, pouco impactando a urbanização de Vitória, a não ser naquelas estruturas necessárias à realização e exportação do café (CAMPOS JÚNIOR, 1996).

As iniciativas da urbanização em Vitória foram estruturadas para o fortalecimento comercial do café, tentando criar as condições para incorporação da cidade ao mercado. Isso pode ser percebido em razão dos desdobramentos que aconteceram com base no plano do governante.

O governo de Muniz Freire (1892-1896) foi surpreendido pelas receitas favoráveis do café. A arrecadação estadual quintuplicou em relação às expectativas. O cultivo do café tinha expandido e os preços internacionais do produto alcançaram cifras incomuns (ESPÍRITO SANTO, Presidente, 1892-1896 [Muniz Freire], 1896).

Baseado no ingresso dos novos recursos, o governo do estado elaborou um plano estruturado no fortalecimento da acumulação pela via comercial que consistia em centralizar o comércio do café do Espírito Santo e de parte de Minas Gerais em Vitória. O plano pretendia capturar a produção cafeeira da região sul, que era escoada pelo porto do Rio de Janeiro, para Vitória² e também atrair a produção do estado vizinho de Minas Gerais para ser exportado por Vitória. Nesse sentido, planeja a construção de uma ferrovia de Vitória a Minas e outra de Vitória a Ca-

² A fiscalização precária sobre o trânsito das mercadorias entre estados favorecia que parte importante da produção cafeeira capixaba fosse contrabandeada para o estado vizinho, sem que recolhesse aos cofres públicos do Espírito Santo os impostos devidos.

choeiro de Itapemirim. Atrelado às ferrovias, construiria o cais do porto de Vitória.³

Em razão dos fluxos migratórios esperados pelo incremento da função comercial almejada, o governo estadual encomenda um projeto para expansão do crescimento de Vitória, que ocuparia um espaço seis vezes maior do que o território ocupado pela capital na ocasião. O propósito consistia em estabelecer um novo padrão estético para a capital e dotá-la de condições sanitárias adequadas ao novo papel que assumiria, de centro comercial do Espírito Santo e de parte do estado de Minas Gerais (CAMPOS JÚNIOR, 1996).

Todo o plano para transformar a capital capixaba numa grande praça comercial fundamentado na estruturação do espaço do Espírito Santo, do estado vizinho e de Vitória se constituiu em etapas de um processo duplo. Ao tempo que criava condições para o desenvolvimento da atividade comercial do café, também criava condições para transformação da terra numa mercadoria.

Lefebvre faz referência ao duplo sentido da industrialização-urbanização para tratar da expansão da produção capitalista a todos os lugares do planeta, transformando a natureza material e a natureza humana, criando, por um lado, uma urbanização como consequência da industrialização, e, por outro, a industrialização se constituindo em etapas da urbanização até que esta tenha a proeminência do processo.

Não percamos a ocasião de sublinhar a inversão ou reviravolta das perspectivas habituais. Geralmente, representa-se a urbanização como uma simples consequência da industrialização, fenômeno dominante; a cidade e a aglomeração (megápolis) entram, portanto, no exame do processo de industrialização e o espaço urbano no espaço do ordenamento geral. A inversão consiste em considerar a industrialização como uma etapa da urbanização, como um momento, um intermediário, um instrumento. De modo que no processo duplo (industrialização-urbanização) o segundo termo tende a se tornar dominante após um período no qual o primeiro o arrastava. (LEFEBVRE, 1969, p. 20-21).

³ Até então o escoamento da produção ocorria com os navios ancorados ao largo na baía de Vitória, uma área protegida dos ventos.

A expansão da produção capitalista referida nas considerações anteriores é atribuída nesta análise à produção cafeeira que se estende pelo interior do Espírito Santo e sobre Vitória, construindo uma urbanização que permitisse a realização e o transporte da mercadoria para o consumo no mercado mundial. No campo, as matas (natureza) eram transformadas em cafezais, e, na cidade, os mangues e áreas sobre a influência das marés (natureza) eram aterrados para dar lugar aos aparatos físicos que criavam condições para o comércio e a exportação do produto. Tudo isso fundava-se na formação ideológica da consciência dos capixabas de que o desenvolvimento passava pela via do comércio centralizado em Vitória.

Nesse sentido, constata-se na atuação da Companhia Brasileira Torrens, contratada em 1891 para executar inúmeros serviços propostos pelo plano de Muniz Freire, a primeira tentativa relevante do capital que se tem notícia de instrumentalização da propriedade da terra urbana com vista ao processo de acumulação. Embora a companhia tenha sido contratada tão somente para fazer os estudos necessários à implementação do porto, sua contratação para efetuar os serviços de abastecimento de água e esgoto da capital, bem como para realizar o aterro do mangal do Campinho, também lhe permitia construir casas para venda ou aluguel na capital. Desta feita, evidencia-se o avanço da Cia. sobre as terras da cidade de Vitória.

No contrato⁴ da Cia. Torrens com o governo do estado, formalizado em 1891, previam-se várias vantagens para a concessionária, dentre as quais ressalta-se: “O concessionário, ou empresa que organizar, também terá o domínio útil por 20 anos dos terrenos do Estado existentes na ilha em que se acha a Capital” (Art. VIII do Contrato celebrado no Contencioso..., 24 nov. 1890 *apud* CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 166-167).

A estratégia da Cia. consistiu primeiramente em se apossar das terras do estado em Vitória, conforme o que ficou estabelecido no contrato de concessão. Isso significava que quase todas as terras não apropriadas privadamente até a data de 1891 passariam para o domínio da Cia. O passo seguinte à tentativa de criar a escassez da terra consistia em promover a

⁴ Contrato celebrado em 22 de novembro de 1890 na Seção de Contencioso do Tesouro, entre o governo do estado e o cidadão Cleto Nunes Pereira, como concessionário do serviço de abastecimento de água, esgoto e outros serviços nesta capital. Este contrato foi transferido, em 23 de fevereiro de 1891, à Companhia Brasileira Torrens.

diferenciação dos espaços por meio da construção de infraestrutura em alguns lugares. Deste modo, seriam produzidas moradias nesses lugares, transformados em espaços diferenciados com a construção de infraestrutura para venda.

Além da remuneração com a venda do terreno, vendiam-se também casas construídas pela própria Cia. Esta também produzia materiais usados nas construções, garantindo ainda um ganho com o comércio de materiais de construção.

A estratégia, contudo, não deu certo. A economia cafeeira entrou em crise, com fortes manifestações para a receita estadual. A Cia. não cumpriu o que foi estabelecido em contrato, e em 1894 o estado rescinde o instrumento jurídico formalizado em 1890, apropriando-se das terras que até então estavam sob o domínio da Cia.

O propósito do estado de promover a urbanização com o intuito de criar condições que favorecessem a acumulação comercial não teve o desdobramento esperado. A economia estadual, baseada quase que num único produto, deparou-se com uma crise a partir de 1897, que se prolonga, levando o estado, em 1900, a pedir moratória das suas dívidas (ESPÍRITO SANTO. Presidente, 1900-1904. [Muniz Freire], 1904). Deste modo, não foram estabelecidas condições de o capital criar formas de acumulação por meio da apropriação e instrumentalização da propriedade da terra.

Outras iniciativas foram criadas no mesmo sentido, como, por exemplo, a de tentar fazer a terra funcionar como se fosse uma mercadoria. Se, por um lado, mostram as estratégias do capital procurando incorporar à terra a sua lógica, por outro, revelam os limites do capital em relação às situações históricas concretas.

As intervenções dos governos que sucederam Muniz Freire até os anos 1960 não mudaram na essência o sentido dado por esse governante de patrocinar a acumulação comercial centralizada em Vitória.

A apropriação das terras para moradia e para atender à função mercantil comercial da cidade

Até por volta dos anos 1950, a apropriação da terra urbana não foi suficiente para promover a sua escassez. Havia disponibilidade natural de terra urbana e o estado teve um papel nisso. A seletividade dos lugares criada com a urbanização não foi suficiente para despertar o interesse do capital

em apropriar a terra como propriedade para instrumentalizá-la com vistas à sua incorporação ao processo de acumulação.

A história do balneário Camburi relacionada à criação do jornal *A Gazeta*, ocorrida em 1928, é um exemplo de que o mercado imobiliário não havia se formado ainda. O Sr. Hostílio Ximenes, comerciante em Vitória, resolve fazer um lançamento imobiliário na praia de Camburi, hoje uma das áreas mais valorizadas de Vitória. Acreditava formar um balneário agradável para venda de lotes a poucos quilômetros do centro de Vitória. Convida o jornalista Thiers Vellozo, encarregando-o de criar um jornal destinado a fazer propaganda do empreendimento, acreditando que em pouco tempo seria um sucesso.

Com o tempo constatou-se o insucesso do empreendimento imobiliário, assistindo-se à falência da empresa, enquanto o jornal *A Gazeta* progrediu, tornando-se hoje o jornal de maior circulação do estado. “A empresa, como era de se esperar, veio a falir, mas *A Gazeta*, fundada em bases sólidas, prosseguiu em sua marcha vitoriosa.”⁵

Um exemplo oposto ao anterior foi a reafirmação do uso dado à terra até então. Se, por um lado, as relações sociais engendradas pelo capital criam desigualdade social com a exploração do trabalho, a cidade nesse momento, por outro lado, acolhe, não contribui para o aumento da penúria do trabalho.

As experiências da associação de empresas imobiliárias com as de transportes para promoção de produtos imobiliários e especulação apresentadas por Lênin (1979) e verificadas por volta de 1910 em São Paulo com a associação entre a Companhia City e a Light (MONBEIG, 1953) mostram o uso dado à terra funcionando como uma forma particular de capital.

Na década de 1920 os serviços de energia elétrica de Vitória tornaram-se concessão da General Electric, por meio da empresa criada para essa finalidade, a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE).

Ao contrário do que fazia a Companhia City em São Paulo, associada à concessionária dos serviços de bondes elétricos, que criava loteamentos de “bairros-jardins” mais afastados na expectativa de lucrar com a venda de lotes e o aumento do consumo de energia com os deslocamentos dos moradores para os novos bairros, a CCBFE, em sua atuação na capital capixaba,

⁵ História do jornal *A Gazeta*. Editorial de pesquisa. 11 de setembro de 1974.

compreendeu que não conseguiria se apropriar de rendimentos por meio da estratégia imobiliária.

Para promover o aumento no consumo de energia, a CCBFE exigia que seus funcionários vendessem eletrodomésticos e promovia bailes a fantasia e torneios esportivos na região das praias, sete quilômetros afastados do centro, porque desse modo estaria elevando o consumo de energia e, por consequência, aumentando seus rendimentos. “Com o intuito também de aumentar a utilização da energia na vida cotidiana, a companhia passou a vender a crédito, em seus escritórios, aparelhos eletrodomésticos”. E ainda: “Para estimular o transporte de bondes então melhorados, a Central promovia bailes à fantasia na Praia Comprida e torneios de tênis e basquete em quadras de sua propriedade localizada na Praia do Suá”.⁶

A situação histórica que particulariza o uso da propriedade imobiliária está relacionada não só aos limites do contexto da acumulação fundada no comércio, mas também ao papel desempenhado pelo estado, que, de certa forma, interferiu na disponibilidade natural da terra urbana, que, por sua vez, tem desdobramento na disponibilidade social da terra.

Com o retorno ao Estado, em 1894, das terras até então em poder da Companhia Torrens em razão da rescisão do contrato de concessão firmado em 1891, que incumbia esta companhia de construir os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Vitória, o governo estadual, por meio do Decreto nº 43 de março de 1910, passou a conceder essas terras mediante o pagamento de um foro anual a quem se interessasse. Havia a exigência de que o adquirente edificasse no terreno num prazo de até dois anos.⁷

Somente a área na qual foi projetado o Novo Arrabalde por Saturnino de Brito em 1896, na região das praias, possuía 3.000.000 m² e ainda se encontrava totalmente disponível. Representava de cinco a seis vezes a ocupação de Vitória. E mais, o governo concedia outras facilidades, como abatimento de 50% para funcionários públicos, possibilitando inclusive que pagassem em prestações com desconto em folha. Foi franqueado tam-

⁶ Publicação da Escelsa (ex-concessionária de energia no estado) intitulada *História da Energia Elétrica no Espírito Santo* (Autores: Gabriel Augusto Bittencourt *et al.* Vitória: Ibérica, s.d.).

⁷ Observar no Decreto nº 45 o capítulo VIII, artigos 148 a 159.

bém que utilizassem as pedras das jazidas do estado para edificar suas moradias.⁸

A inércia do estado em relação à fiscalização das áreas públicas levou a população com menos recursos, que não tinha como lidar com os instrumentos burocráticos para requerimento de terreno – abertura de processo, pedido de medição etc. –, a ocupar os mangues e os morros de Vitória.

O estado, portanto, interveio não só na regulação da disponibilidade da terra, que é condição, meio e produto para construção da moradia; interveio também diretamente no problema da moradia, construindo casas para venda em prestações aos funcionários públicos. O governo Jerônimo Monteiro (1908-1912), com o aterro do mangal do Campinho, abriu as ruas D. Julia, Henrique Coutinho e Padre Anchieta, construindo nos terrenos que lhes faziam limites casas para venda em prestações para funcionários públicos. O governador Florentino Avidos (1924-1928) construiu igualmente casas para funcionários públicos para venda na mesma modalidade nas proximidades do Colégio do Carmo, na rua Gama Rosa, nas imediações da rua Graciano Neves, e um conjunto de casas em Jucutuquara, originando a formação do bairro de mesmo nome. Jones dos Santos Neves (1951-1954) foi mais arrojado. Construiu um bairro inteiro no município de Vila Velha por meio do Instituto do Bem-Estar Social do Espírito Santo (Ibes).

A atuação do estado ofertando terrenos em abundância, com tamanho máximo de até 1.000 m², com a exigência de que neles se edificassem em dois anos, evitou, impedindo a concentração fundiária, processos especulativos que elevariam o preço da terra urbana. Deste modo, o estado interferiu diretamente no adiamento da formação do mercado de terras em Vitória. A disponibilidade de terrenos maior do que a demanda criada com o crescimento da cidade e a promoção pública na construção de moradias – mesmo que limitada a funcionários públicos – contribuíram para adiar o domínio do capital sobre a apropriação da propriedade e a produção de moradias para o mercado. Foram necessários 40 anos para que esse mercado se formasse.

⁸ Cf. A Lei Estadual nº 1053, de 17 de dezembro de 1915, a respeito da regulamentação dos serviços de terras do estado, artigos 55 e 56.

A cidade como consequência da industrialização e da terra como forma particular de capital

A manifestação da industrialização do Espírito Santo na capital era inexpressiva antes da década de 1950. Em 1949, dentre os quatro principais ramos da indústria, Produtos Alimentares representava 76,69% do valor da produção industrial, seguido de Madeira, responsável por 8,5%. Contudo, o sub-ramo Beneficiamento, Torrefação e Moagem de Produtos Alimentares do ramo dos Produtos Alimentares respondia em 1949 por 79,33% do valor da produção e por 48,53% do número de operários empregados no ramo (NEP, 1984, p. 92 e 104). Nesse sentido, “este sub-ramo, ou a maior parte da indústria capixaba, nada mais era do que beneficiamento do café, atividade situada próxima das áreas de produção, em povoados e pequenas cidades do interior” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 45), pouco impactando Vitória.

Antes, no entanto, de que o processo de industrialização se efetivasse em Vitória e na RMGV, o que aconteceu no final da década de 1970, a capital mantinha seu caráter comercial. A construção ideológica da alternativa ao desenvolvimento do Espírito Santo pela via comercial concebida ao final do século anterior tornou-se real. Contudo, essa atividade mercantil comercial desenvolvida em Vitória passa por um período de crescimento entre o fim da década de 1940 e a década seguinte, até que a economia no estado atravessasse um período de mudanças, com um outro tipo de articulação com o mercado internacional, estabelecido por meio da indústria a partir do final da década de 1970.

O movimento do café do sul do estado em direção ao norte apropriava uma imensa área do território estadual acima do rio Doce à economia de mercado, suprimindo a natureza por meio da atividade extrativa da madeira, seguida da atividade exploradora do café, que é escoado por Vitória, criando, assim, condições para o uso da terra urbana como propriedade por parte do capital.⁹

A passagem da ferrovia Vitória a Minas pela cidade de Colatina, em 1906, bem como a construção da ponte nessa mesma cidade sobre o rio

⁹ Os fundamentos dessa consideração têm como referência o capítulo XLVI de *O Capital*, que trata do preço da terra, das rendas dos terrenos para construção e das minas. O autor se refere às rendas fundiária, extrativa e do domínio do espaço (imobiliária). Trata do duplo monopólio da propriedade da terra.

Doce, em 1928, criam o acesso às terras ainda não incorporadas ao mercado e vão permitir o transporte de madeira e depois de café de todo o norte do Espírito Santo pela ferrovia para serem exportados por Vitória, que já possuía cais e armazéns no porto (EGLER, 1951; BECKER, 1970; BORGIO *et al.*, 1996).

Em razão desse movimento de transformação da natureza pela atividade extrativa e pela exploração agrícola, em 1947 Colatina se torna o 13º maior produtor de café entre os municípios do país (EGLER, 1951). E o escoamento do produto do município e da região no qual está inserido por Vitória traz maior dinamismo comercial à cidade. Devem-se considerar, ainda, os efeitos, na transformação da capital capixaba, da presença da Companhia Vale do Rio Doce em Vitória desde a década de 1940 e, por sua iniciativa, a construção do cais Eumenes Guimarães, inaugurado em 1945 no município vizinho, Vila Velha, destinado ao escoamento de minério de ferro.

Vitória em 1950, relativamente ao que era no início do século XX, está constituída por um novo concreto. O alagado do Campinho fora aterrado, dando lugar ao parque Moscoso, o mais importante da capital. A cidade, que não dispunha das mínimas condições de saneamento básico, incorporou infraestrutura e recebeu equipamentos urbanos condizentes com as funções político-administrativas de governo, bem como com as requeridas pelas atividades comerciais que a mobilizam.

Trata-se de um processo de inversão, que produziu espaço construído, que era escasso, e destruiu a natureza, que havia em abundância, conformando ao longo do tempo um novo concreto. Entretanto, utilizando a concepção de Lefebvre (2016), o processo de conhecimento precisou incorporar um outro olhar para abordar questões desta natureza, porque não havia avançado o suficiente para compreender essa realidade.

Uma abstração crescente do “objeto” isolado, dos “modelos”, separados e conceitos “operatórios”, não é acompanhada do surgimento de um novo concreto: o espaço, o conhecimento, a prática do espaço [...]. O que anuncia uma dialetização nova e paradoxal do conhecimento e do “real”. (LEFEBVRE, 2016, p. 105).

A urbanização da cidade enquanto espaço construído na década de 1950 é outra relativa àquela que existia cinquenta anos atrás. Se, por um lado, essa cidade foi se constituindo como uma força produtiva requerida

às funções do comércio e do governo do estado e como lugar de reprodução da força de trabalho (CASTELLS, 1983), por outro, esse processo de formação histórica da cidade e de urbanização muda a qualidade do uso da terra como propriedade. Nesse sentido, o capital disputa essa nova qualidade do espaço, instrumentalizando a propriedade da terra como forma de ampliar as suas possibilidades de acumulação.

Em função disso, o capital se modifica e cria setores novos, “[...] comercializados, industrializados: os lazeres, a cultura dita ‘moderna’, a urbanização [...] daí a tendência disso que outrora foi o ‘imobiliário’, doravante mobilizado (construções, especulações), tornar-se *central* no capitalismo, por se tratar de indústria nova” (LEFEBVRE, 2016, p. 106-107).

É nesse sentido que foi necessária uma “dialeção nova e paradoxal do conhecimento e do ‘real’”, na acepção de Lefebvre, para compreender a potência em que o espaço se transformou na atualidade, dando à construção imobiliária a possibilidade de um uso novo da propriedade da terra para se beneficiar não só da renda fundiária destinada a criar o preço de monopólio, mas também da formação do preço de monopólio com o fim de gerar renda. A capitalização domina o processo de produção do espaço.

Para isso foi preciso compreender que o imobiliário muda, porque, para se apropriar do novo concreto, portanto, para requerer o domínio do espaço, precisou instrumentalizar a propriedade fundiária construindo produtos cada vez mais fetichizados que pudessem criar o preço de monopólio. Nesse aspecto, é importante considerar o uso da propriedade condominial com a emergência da verticalização em Vitória e a mudança na forma de produção da construção imobiliária estabelecida pela construção por incorporação.

É por essa perspectiva que se pretende abordar o imobiliário. Emergindo transformado, não só modifica a paisagem e avança com mais força sobre a terra destruindo a natureza, como também nega a cidade, porque, promovendo a “valorização” da propriedade imobiliária, expulsa o trabalhador da cidade.

A década de 1950 em Vitória expressa esse tipo referido, de transformação do imobiliário, com manifestação na estrutura física da cidade e repercussões sociais. A produção de moradias por encomenda dá lugar à construção para aluguel, seguida da construção para venda no mercado.

Na produção imobiliária, até os anos 1950 predominava a forma de construção de moradias por encomenda na capital. Não havia mercado de

imóveis desenvolvido. Não se construíam imóveis para vender, e a construção para aluguel era algo incipiente. Quem demandasse moradia era para o próprio uso e contratava um construtor para edificá-la conforme as suas necessidades. Nesse sentido, o produto edificado tinha mais possibilidade de expressar os desejos do contratante e de se ajustar à capacidade financeira deste, razão pela qual produzia-se um espaço horizontal e mais diversificado (CAMPOS JÚNIOR, 2002).

A “ociosidade” da terra e a demanda inexpressiva por moradia em função do nível de desempenho da economia na cidade limitavam o ingresso do capital na produção imobiliária. Com isso, as desigualdades socioespaciais existentes decorriam das condições de exploração dos trabalhadores inseridos no processo de produção em geral. A cidade ou a forma como vinha sendo construída não constituía o motivo mais importante de promoção das desigualdades socioespaciais presentes em Vitória nesse período.

A década de 1950 expressa a mudança do imobiliário. Toda a urbanização produzida ao longo desses cinquenta anos do século XX como produto indireto da atividade mercantil comercial, da função de governo e das condições requeridas à reprodução do trabalho transformou a possibilidade de uso da terra como propriedade por parte do capital. A manifestação disso expressou-se por meio da produção de edifícios para aluguel e edifícios para venda no mercado.

A construção do ed. Antenor Guimarães, concluído em 1938, foi uma iniciativa isolada de construção imobiliária para o mercado e destinava-se ao aluguel. Mas o início efetivo dessa modalidade de produção imobiliária para o mercado se dará dez anos depois, com as construções dos edifícios Rocha (1948), Alexandre Buaiz (1951) e Murad (1953), todos destinados ao aluguel. Ao mesmo tempo, ocorreu a primeira experiência de construção de edifícios para venda de apartamentos (CAMPOS JÚNIOR, 2002).

A mudança na forma de construção, do edifício por encomenda para aluguel para a forma de construção por incorporação, expressa a modificação da construção buscando se beneficiar do novo contexto vivido por Vitória. A atividade se desenvolveu verticalizando o centro de Vitória, inicialmente substituindo o casario das ruas Graciano Neves e Sete de Setembro, próximas à praça Costa Pereira, e deslocando-se para os arredores do parque Moscoso. Apenas a construtora Ciec construiu, ao redor do citado parque, dez edifícios entre 1954 e 1964 (CAMPOS JÚNIOR, 2002).

Estabelecia-se um processo de apropriação para uso intensivo e mercantil da propriedade da terra nesse momento, que vai mudar a fisionomia da cidade, substituindo a ocupação horizontal pela vertical, mudança possibilitada pela criação do instrumento jurídico da propriedade imobiliária condominial.

Nesse estágio de urbanização em que Vitória se encontrava, o capital incorporava de outra maneira a terra à sua lógica de reprodução. Cria um produto mercantil que integra a terra ao produto acabado. O edifício constitui o padrão estabelecido. Como produto, reúne trabalho, meios de produção e a terra como condição e meio de produção, bem como a terra enquanto produto, constituída da circunstância de ser propriedade privada e afetada pela urbanização construída historicamente. A terra é uma mercadoria e o edifício é outra. Todavia, fazem parte do preço da (mesma) mercadoria. O preço do edifício é determinado pela valorização, e o preço da terra, pela capitalização, renda capitalizada.

Os direitos associados à propriedade da terra dão o poder ao detentor do título de propriedade de se apropriar de pelo menos duas rendas: a renda relativa ao processo de exploração na produção imediata (do edifício) e a proveniente do direito de propriedade (do imóvel), respectivamente, das rendas fundiária e imobiliária. Lênin introduz o debate “[...] ao mesmo tempo da noção muito importante da teoria desenvolvida do duplo monopólio. O monopólio dos proprietários da terra em virtude do direito de propriedade [...] e o monopólio de exploração capitalista da terra são coisas distintas lógicas e historicamente” (LEFEBVRE, 1983, p. 28).

O uso do monopólio de propriedade imobiliária para acumulação ganha relevância com o crescimento da urbanização, ou seja, com a formação do novo concreto, do espaço e com a transformação do imobiliário por meio da incorporação de novas relações sociais não apenas de exploração, mas também de apropriação, que levam o capital, nessa forma particular de reprodução, a reivindicar o domínio do espaço como direito de propriedade na precificação do produto. Na produção imobiliária, a mudança da apropriação e da produção é o essencial, pois tanto a propriedade condominial modifica a apropriação da renda quanto a incorporação altera a forma de produzir. Nesse sentido, Marx em *O capital* é esclarecedor. “Cabe aí considerar dois aspectos: a exploração da terra com o fim de reprodução ou de extração, e o espaço, elemento necessário a toda produção e a toda

atividade humana. E a propriedade fundiária cobra seu tributo nos dois domínios” (MARX, s.d., p. 888).

O produto imobiliário, por incorporar a propriedade da terra (mesmo que fração ideal) na sua composição de unidade mercantil e ser necessário à utilização de um terreno para cada imóvel construído, é vendido por preço monopolista com preço de mercado acima do seu preço de produção e do valor. Como “entendemos por preço de monopólio o determinado apenas pelo desejo e pela capacidade de pagamento dos compradores, sem depender do preço geral de produção ou do valor dos produtos”, o produto imobiliário é vendido a preço de monopólio (MARX, s.d., p. 890).

Daí a importância de lembrar que, a respeito dos preços de monopólio, “são duas coisas a distinguir: 1) ou a renda deriva de preço de monopólio por haver dela independente preço de monopólio dos produtos ou do próprio solo, ou 2) os produtos se vendem a preço de monopólio por existir renda” (MARX, s.d., p. 889-890).

Considerando o exposto e a disponibilidade natural e social da terra que havia em Vitória, admitimos que os primeiros edifícios vendidos a preço de monopólio nessa cidade criavam a renda. Situação que estimulava aqueles que detinham a propriedade da terra a elevar seu preço, podendo determinar no momento seguinte que os preços de monopólio fossem estabelecidos pela renda imobiliária. Em um movimento espiral e contínuo de elevação de preço em que ora o preço de monopólio cria a renda, ora a renda estabelece o preço de monopólio, a cidade foi se transformando.

O processo de construção da cidade ocupava os terrenos ainda vazios e substituía as casas térreas pelos edifícios a partir de uma nova atividade econômica, que abrigava a acumulação da elite local. Sem condições de desdobrar seus negócios para a atividade fabril, a construção imobiliária se constituiu num abrigo para poupanças. Não é sem fundamento que as duas construtoras pioneiras na forma de produção para venda no mercado pertenciam a filhos de ex-governadores (CAMPOS JÚNIOR, 2002).

Em uma economia periférica como a brasileira, estabeleceu-se um pacto na década de 1950 em que a hegemonia da industrialização estaria a cargo do capital internacional, cabendo ao capital nacional em órbitas específicas “[...] a reprodução política da ordem dominante”. O capital nacional teria sua participação nesse processo.

[...] na repartição horizontal de lucros, está, segundo nossa opinião, ligada à reiteração dos padrões “pervertidos” de valorização. Os capitais nacionais tendem a obter massas de lucros que ultrapassam sistematicamente as oportunidades de valorização de suas órbitas. Buscam sempre a forma de ativos – de natureza diversa – como reserva de valor, e exigem permissividade e estímulo da política econômica em direção a esse tipo de movimento. [...]. Qualquer pessoa que tenha manuseado séries históricas de preços das terras urbanas e rurais na América Latina conhece o fenômeno de uma evolução que supera a taxa de inflação e não mantém relação com eventuais aluguéis ou rendas. (DAIN; LESSA, 1982, p. 225).

Conformado o processo social que incorpora a terra à acumulação por meio da produção direta do espaço, acirra-se a disputa pela terra, que passa a funcionar como se fosse capital. A produção imobiliária avança sobre a terra, reduzindo sua disponibilidade natural e social promovida pela valorização da propriedade imobiliária.

Dos arredores do parque Moscoso, essa atividade estende-se para a Esplanada da Capixaba até meados da década de 1970, quando então desloca-se para a região das praias, seguindo o novo acesso à beira-mar, facilitado com a construção da av. Mascarenhas de Moraes na década anterior.

Um conjunto de condições viabilizou o desempenho da produção imobiliária a partir da segunda metade da década de 1970. Em termos locais, os efeitos da queda nos preços internacionais do café a partir de 1957, os limites da produção cafeeira local com baixa produtividade do trabalho relativamente a outros estados produtores, o padrão técnico rudimentar e ausência de disponibilidade natural de terras para que o café se expandisse pelo território beneficiando-se da fertilidade natural do solo ainda não apropriado para o cultivo, como foi no movimento do café no território capixaba do sul para o norte, esses fatores contribuíram, junto com a política de erradicação do café patrocinada pelo governo federal, para a expulsão de grandes contingentes de trabalhadores do campo para a RMGV.

A população do município de Vitória cresce a uma taxa geométrica de 4,55% de 1970 para 1980, passando de 133.019 para 207.747 habitantes, enquanto a da RMGV aumenta à taxa de 6,22%, passando de 385.998 para 706.263 habitantes no mesmo período (IBGE, 1991). O poder aquisitivo aumenta com a urbanização dos investimentos para pelo menos uma parte da população.

A existência de mercado imobiliário formado em Vitória manifesta-se na inexistência de disponibilidade natural e social da terra, em razão da valorização imposta à propriedade imobiliária. A alternativa que restou para a maior parte dos imigrantes, dotados de poucos recursos, foi ocupar mangues, morros e áreas afastadas nos municípios vizinhos, conformando o que viria a ser a RMGV.

Esse contexto cria outras alternativas à expansão do capital de fora no Espírito Santo. A criação do Sistema Nacional de Crédito (SNC) em 1965, as políticas de favorecimentos ao reflorestamento de 1967, a cafeicultura,¹⁰ a pecuária entre 1970 e 1975 e a cana por intermédio do Proálcool na década de 1980, todas essas políticas estabelecem novos limites à reprodução das atividades agropecuárias, dados pelos padrões do crédito, que, para serem observados, transformam a produção, incorporam novas relações de trabalho, insumos e equipamentos que vão aumentar a exploração do trabalho e expandir a acumulação do centro-sul do país produtor desses implementos empregados.

Outras alternativas foram instituídas nesse momento de reinserção do Espírito Santo de outra maneira na economia. O governo estadual cria o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres) com recursos formados do tesouro nacional e da poupança estadual em favor da produção industrial e também o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), concedendo favores tributários com o intuito de ampliar a atividade mercantil comercial por meio das importações realizadas pelo porto de Vitória.

Todas as mudanças apresentadas não foram suficientes para deslocar o centro da acumulação das atividades agrícolas para urbano-industrial, que iria promover impactos maiores na urbanização de Vitória.

Essas mudanças vão ocorrer com a inserção do Espírito Santo na divisão internacional do trabalho como produtor e exportador de outras *commodities* além do café. A partir do seu papel atrelado às metas do II PND, no Espírito Santo passa-se a produzir reflorestamento e celulose, cana (com adesão ao Proálcool), aço e *pellets* de minério de ferro originário de Minas Gerais.

¹⁰ A partir de 1975 a produção do café retoma os níveis que apresentava antes da crise que abateu seu cultivo ao final da década de 1950.

Foi uma iniciativa apoiada pela elite local, contudo sem sua participação direta no negócio. Recursos do governo federal e do capital externo, todos investimentos de vulto, mantiveram a elite local nos seus mesmos espaços de reprodução. A Companhia Vale do Rio do Doce, hoje Vale, construiu na ponta do Tubarão, ao final da praia de Camburi, o maior porto de exportação de minério de ferro do país em 1966, bem como, em associação com capitais japoneses, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), hoje Arcelor Mittal, e o porto de Praia Mole, próximo das instalações da Vale.

O conjunto ferroviária-indústria¹¹-porto configurou um complexo siderúrgico na divisa do município de Vitória com o de Serra. No município de Aracruz e no norte do estado estabeleceram-se as atividades de plantio de floresta, instalação de indústria de celulose e porto na estruturação do complexo celulose. E no município de Anchieta, mineroduto, indústria (Samarco) e o porto de Ubu, destinado à exportação de minério de ferro. Ao final da década de 1970, a industrialização estava no centro do processo de acumulação, e a RMGV urbanizou-se solidária à reprodução dessas atividades.

Está criada a “urbanização como consequência da industrialização” em consonância com o pensamento de Lefebvre. O novo concreto incorporou por etapas o potencial criado pela industrialização. E, por meio da instrumentalização da propriedade da terra, estabelecida por reivindicações de direito de propriedade, utilizando-se de um produto duplamente fetichizado,¹² edificado pelo capital imobiliário, este disputa a apropriação desse novo concreto como estratégia de acumulação.

O sistema de crédito criado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) foi fundamental na estruturação e no desenvolvimento da indústria da construção imobiliária em Vitória. Entre 1960 e 1970 foram criadas 14 empresas de construção em Vitória e 51 na década seguinte.¹³ No período de 1956 a 1980 verificaram-se acréscimos substanciais na quantidade de metros quadrados de imóveis licenciados para a construção em Vitória.

¹¹ Além da indústria da ArcelorMittal, a Vale construiu, desde a inauguração do seu porto, um total de oito usinas de pelotização de minério de ferro em Tubarão.

¹² O fetiche, nesse caso, não é apenas criado para obscurecer a exploração do trabalho, mas também para turvar o processo espoliativo proveniente da capitalização da renda de propriedade (imobiliária) na disputa pelo novo concreto, o espaço.

¹³ Fonte: Cadastro do Ideies (Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo).

Nos primeiros cinco anos da década de 1970, esse número correspondeu a 846.473 m² e no quinquênio seguinte mais que dobrou, passando para 1.942.266 m² – uma indicação da consolidação e generalização do funcionamento da renda (capitalizada) e da propriedade imobiliária como se fosse capital.¹⁴

Com o deslocamento da produção imobiliária do centro da cidade para a região das praias, ocuparam-se os terrenos vazios que havia nas praias do Canto, Comprida e Suá e substituíram-se as casas térreas por edifícios. Para construir o porto do Tubarão, a Vale, em busca de acesso ao espaço próximo à faixa litorânea, construiu a ponte de Camburi e a av. Dante Michelini, que possibilitaram que a atividade imobiliária incorporasse à sua lógica as terras de Camburi para formação do bairro Jardim da Penha, posteriormente a do bairro Mata da Praia e mais tarde a do bairro Jardim Camburi.

A integração física não se verifica apenas no município de Vitória, mas também entre este e Vila Velha, município vizinho, com a construção da Terceira Ponte, iniciada em 1978 e concluída em 1989. Essa ponte torna-se o principal indutor da expansão imobiliária, que se desloca da orla das praias de Vitória para as de Vila Velha, estendendo-se do bairro Praia da Costa para os bairros de Itapoã e Itaparica.

Todo o movimento apresentado se verifica de forma contínua e irreversível, promovendo a ocupação das terras urbanas por meio da criação de produtos que reconfiguram a paisagem. Trata-se de um processo social que “valoriza” a propriedade imobiliária, dificultando o acesso do trabalhador à cidade.

O comércio do espaço

Na segunda parte da primeira década do século XXI, a produção imobiliária dá sinais de mudanças. Em termos territoriais verifica-se a criação de novos produtos no mercado tradicional de Vitória e da orla litorânea do município de Vila Velha. Contudo, foi marcante a mobilidade da expansão imobiliária de mercado para as áreas que não faziam parte do mercado

¹⁴ *Anuário Estatístico do Brasil*, 1958, 1960-1987 (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 18-19).

formal. Introduziu-se o edifício na paisagem das áreas periféricas como produto das novas estratégias do domínio financeirizado da produção, estabelecido com a abertura de capital das empresas do setor imobiliário a partir de 2005.

Em 2007, Serra foi o município que apresentou o maior número de lançamentos imobiliários na RMGV, superando Vitória e Vila Velha, que concentravam o mercado tradicional. Serra respondeu por 44,82%, Vitória e Vila Velha respectivamente por 31,72% e 13,98% dos lançamentos.¹⁵ Em 2011, Serra concentrou 78,9% dos lançamentos imobiliários, enquanto Vila Velha participou com 14,3% e Vitória com 2,5%. Constata-se, portanto, com base nos dados do censo imobiliário do Sinduscon-ES, que a partir de 2007 a produção imobiliária da RMGV é puxada pelos lançamentos nos municípios de Serra e Vila Velha. Se Serra fazia parte da área periférica para os padrões do mercado formal desse setor, Vila Velha, apesar de nas áreas próximas à faixa litorânea compor o mercado formal, viu sua expansão estender-se para as áreas periféricas, afastadas da orla do mar.

A abertura de capital das empresas imobiliárias a partir de 2005 faz parte de um processo maior de financeirização, exacerbado a partir da década de 1970, com o fim do padrão-ouro de conversibilidade das moedas, com a liberalização e a desregulamentação dos mercados nacionais ao trânsito do capital-dinheiro, criando condições para que formas alternativas de acumulação superassem os limites daquelas formas estabelecidas pelos padrões da produção imediata da indústria (CHESNAIS, 2005).

A mundialização da financeirização apresentou no Espírito Santo maior visibilidade com a privatização das grandes empresas¹⁶ e a abertura comercial na década de 1990. Se durante a década de 1970 as maiores empresas do Espírito Santo eram públicas, vinculadas ao financiamento e

¹⁵ Conforme os dados dos censos imobiliários do Sinduscon-ES, 2003-2017.

¹⁶ Se a modernização da agricultura com a chamada revolução verde e a industrialização via grandes projetos se efetivava com o endividamento público do Estado brasileiro, o movimento das finanças já fazia parte das transformações ocorridas no Espírito Santo. Contudo, a securitização dos créditos das dívidas por parte dos países centrais do capitalismo (EUA e Europa), após principalmente a crise do México (1982) e do Brasil (1986), com a criação de produtos derivados desses créditos com preços negociados no mercado secundário, exacerbou o jogo das finanças. No bojo desse processo deu-se a privatização da antiga CVRD, hoje Vale, e da CST, hoje ArcelorMittal, bem como da Samarco e da nova composição acionária da Aracruz Celulose.

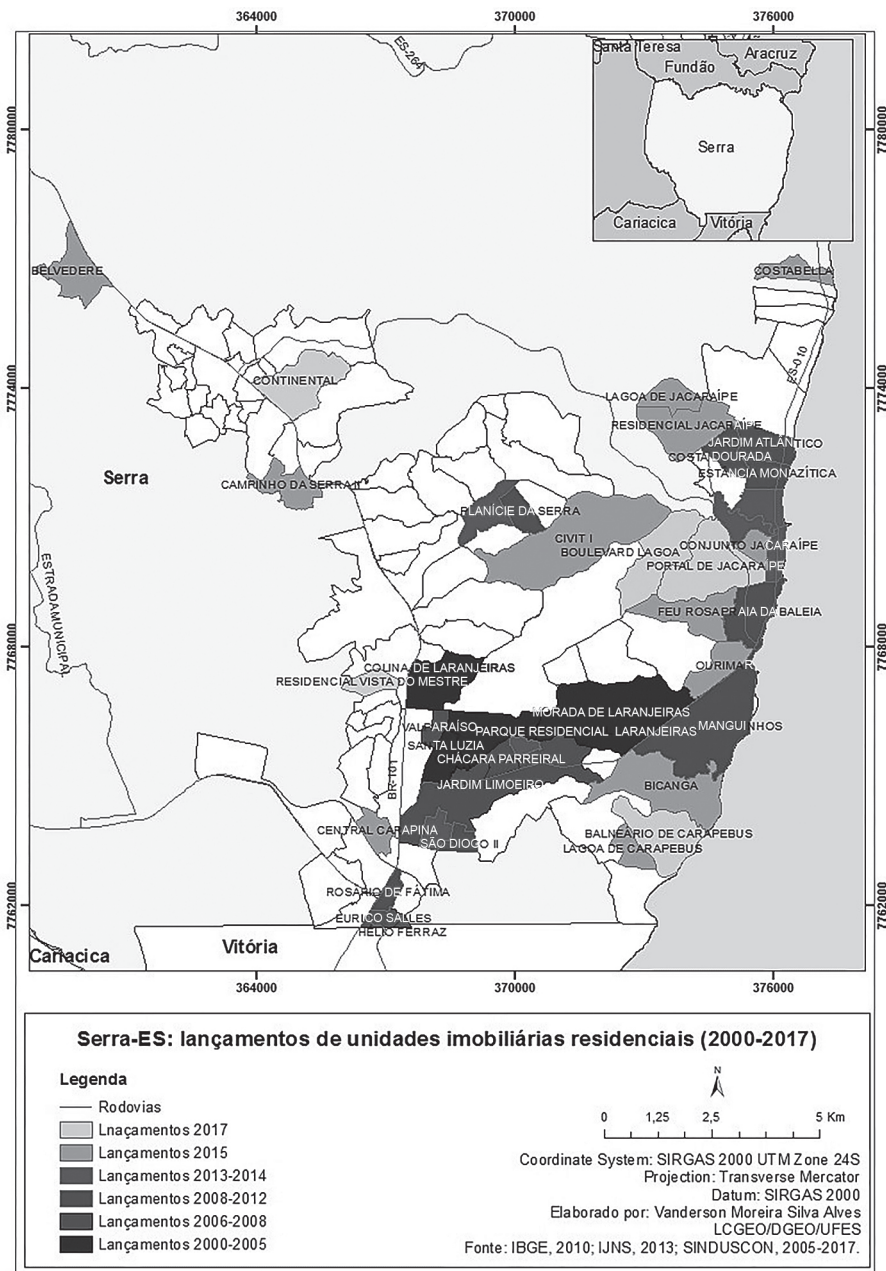
à infraestrutura (Banestes – banco estadual; Escelsa – energia; Telest – telecomunicações), na década seguinte foram as grandes empresas do setor siderúrgico e de celulose, criadas sob os auspícios do II PND, que se apresentaram como as maiores, conjuntamente beneficiadas pelo ajuste exportador. E na década de 1990 os indicadores mostraram a proeminência das *tradings* voltadas ao comércio de importação, favorecidas pela elevação do câmbio e pelas isenções fiscais do Fundap como as maiores empresas no Espírito Santo (MOTA, 2002).

Apesar das mudanças de ordem econômica, a produção imobiliária manteve-se nos limites de atuação do mercado formal. Entretanto, este muda com a criação de mecanismos institucionais a partir da década de 1990, que originaram o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), tais como a alienação fiduciária e a Lei nº 10.931/2004, que trata do patrimônio da afetação, bem como as demais garantias que viabilizaram o trânsito do capital no setor imobiliário. A disponibilidade de capitais no mundo das finanças teve mais uma porta aberta para o seu trânsito. A resposta veio com a formação do novo mercado na Bovespa e a abertura de capital das empresas do setor, que, com aporte de recursos, estenderam sua atuação por todo o país.

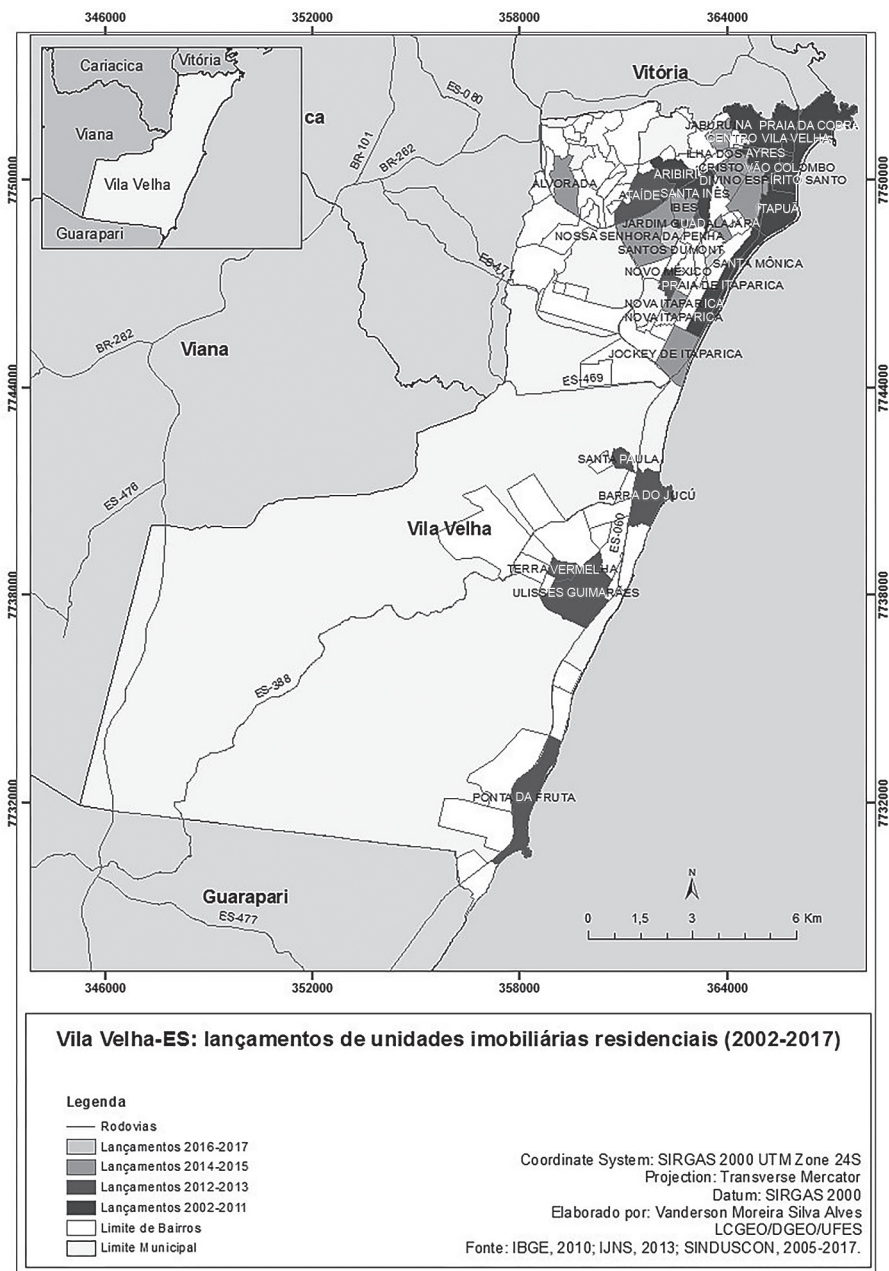
No Espírito Santo pôde-se constatar esse processo com a vinda de empresa de fora do estado para atuar na RMGV. Verifica-se que até 2005 o mercado de Serra é exclusivo das empresas locais, situação que se inverte com maior participação das empresas de fora a partir de 2005. Entre 2006 e 2008 predominam os lançamentos realizados por grandes empresas de fora, em sua maioria em parcerias com empresas locais. Trata-se de indicador da presença de empresas de fora em atuação no mercado local (GONÇALVES, 2010).

As informações apresentadas traduzem-se na incorporação de novas terras à lógica da produção imobiliária, especialmente em Serra e Vila Velha, em razão da expansão dessa atividade para além do mercado tradicional. O Mapa 1 mostra o avanço da produção imobiliária no município de Serra entre 2000 e 2017, e o Mapa 2, o mesmo movimento no município de Vila Velha entre 2002 e 2017. Verifica-se em Vila Velha inicialmente a expansão ao longo da faixa litorânea, seguida do movimento que se estende para as áreas afastadas do mar.

Mapa 1. Lançamento de condomínios residenciais em Serra (2000-2017)



Mapa 2. Lançamentos de condomínios residenciais em Vila Velha (2002-2017)



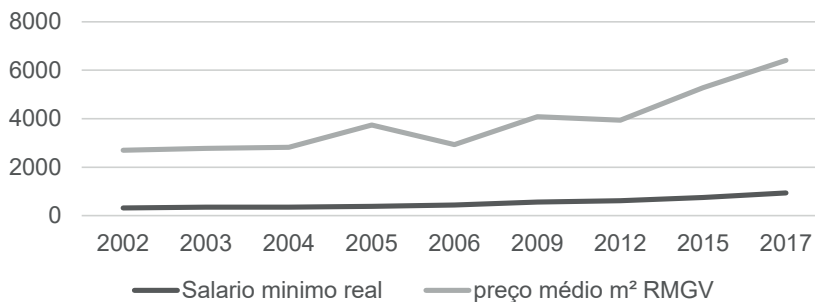
O Mapa 2 mostra que entre 2002 e 2011 os lançamentos imobiliários em Vila Velha estão ainda situados nos limites do mercado tradicional, nos bairros de Praia da Costa, Itapuã e Itaparica, em áreas, portanto, próximas da faixa litorânea do município.

Na sequência, a produção imobiliária ampliou sua atuação nas áreas periféricas, fora dos limites do mercado tradicional do município, incorporando, além do centro de Vila Velha, de Aribiri e de Santa Inês, os bairros de Praia das Gaivotas, Novo México, Barra do Jucu, Santa Paula I e II, Ulisses Guimarães, Terra Vermelha, Ponta da Fruta e Ataíde. Pode-se, ainda, constatar a descontinuidade espacial criada com as novas áreas anexadas ao mercado.

Se, por um lado, a produção imobiliária é uma “indústria móvel que produz um produto imóvel”, no seu próprio movimento de reprodução incorpora sempre novas terras, reduzindo a sua disponibilidade natural, por outro lado, como a reprodução do capital na produção imobiliária tende a promover a elevação do preço da propriedade fundiária e do produto imobiliário,¹⁷ conforme tratado anteriormente, essa forma particular de produção reduz a disponibilidade social da terra, negando a cidade ao trabalhador.

Na Figura 1 constata-se, da relação entre o preço do salário mínimo e o preço do produto imobiliário, o afastamento entre esses indicadores, sinalizando a crescente dificuldade do trabalhador de ter acesso à moradia.

Figura 1. Preço do salário mínimo e preço médio do m² de construção na RMGV (2002-2017)



¹⁷ Veja também Campos Júnior (2018).

Fonte: Sinduscon-ES. Censo imobiliário 2003-2017.

A produção de moradia para o mercado é apenas um indicador da incorporação da terra ao mercado, transformando-a de maneira que passe a funcionar como uma forma particular de capital. O capital imobiliário se reproduz criando outros produtos. Entre 2000 e 2019 foram lançados na RMGV 23 empreendimentos de condomínios industriais, dos quais 18 foram localizados em Serra e Viana (BASSANI, 2019). Constitui outro sinal do mesmo processo que sujeita a terra à instrumentalização do capital. Se, por um lado, a produção imobiliária residencial afasta o trabalhador da cidade, por outro, a produção imobiliária destinada à atividade industrial impede o trabalhador de se estabelecer em outra direção, promovendo a valorização da propriedade imobiliária nas áreas periféricas – realidade contemporânea que projeta no extremo o que foi dito por Marx, de que esse processo capacita o capital industrial “[...] a impedir praticamente de residirem neste planeta os trabalhadores na luta pelo salário” (MARX, 1983, p. 888).

O que muda com a financeirização?

Com a financeirização comercializa-se, por meio de títulos negociados em bolsa, a possibilidade que a propriedade fundiária e a imobiliária têm de apropriar rendas futuras. Essas propriedades funcionam como capital ilusório¹⁸ e, no momento que são representadas por títulos que podem ser comercializados em bolsa, tornam-se capital fictício.¹⁹ O comércio de títulos que representam as propriedades fundiária e/ou imobiliária cria capital fictício – uma forma de comprometimento futuro de uso das ditas propriedades para “valorizar” os títulos comercializados, que, por sua vez, implicam tornar as cidades sujeitas à condição de serem operadas pelo jogo da bolsa.

¹⁸ “No capitalismo, a existência generalizada do capital a juros, cujo significado aparente é o fato de que toda soma considerável de dinheiro gera uma remuneração, produz a ilusão contrária, isto é, a que toda remuneração regular deve ter como origem a existência de um capital. [Esse capital] pode ser chamado de capital ilusório” (CARCANHOLO; SABADINI, 2015, p. 127).

¹⁹ “Quando o direito a [uma] remuneração está representado por um título que pode ser comercializado, vendido a terceiros, converte-se em *capital fictício*. O título comercializável é a representação legal dessa forma de capital” (*Idem*).

Estabelece-se por meio do comércio de títulos imobiliários imposições sobre as construções futuras das cidades. São, portanto, apostas que sujeitam as cidades a um nível ainda maior de vulnerabilidade. Isto porque, como é próprio do uso econômico da terra pela produção imobiliária de mercado criar sua escassez e promover a elevação do seu preço e do produto imobiliário, essa indústria, que tem alto poder de transformar a cidade na sua própria negação, torna-se sujeita ao movimento da bolsa.

Há nesse processo uma mudança qualitativa. Enquanto a produção imobiliária estava sujeita ao domínio industrial, o capitalista, detendo a propriedade fundiária, usava de tudo que sua imaginação permitia para apropriar um valor futuro cada vez maior com a produção e venda do produto imobiliário. Marx assim se expressava a esse respeito: “E o poder imenso que deriva dessa propriedade fundiária, quando na mesma mão se junta ao capital industrial, capacita este a impedir praticamente de residirem neste planeta os trabalhadores na luta pelo salário” (MARX, s.d., p. 888).

O que pode ser feito para que os títulos imobiliários se valorizem está limitado pelo tamanho da imaginação de vários proprietários majoritários de títulos, que pensam como se fossem capitalistas, demandando dos gestores diretos dos papéis, que representam montantes maiores de capital-dinheiro, cada vez maiores rendimentos.

Nesse sentido, o processo imediato de produção subordina-se ao domínio financeirizado da produção imobiliária. A pressão exercida sobre o lucro e sobre a renda pelos juros na repartição da mais-valia tende a aumentar a exploração do trabalho e promover maior precariedade e fragilidade frente à modernização da produção e à criação de produtos novos.

Como o instituto da propriedade privada da terra é um direito sobre a natureza e sobre o espaço²⁰ conferido a seu proprietário pela renda fundiária e pela renda imobiliária, com a tendência na atualidade à proeminência da renda imobiliária sobre a fundiária na produção imobiliária, exacerbam-se os processos de capitalização das rendas imobiliárias com a criação de produtos cada vez mais fetichizados (PEREIRA, 2018, p. 67).

Nesse sentido, a natureza perde importância para os símbolos da natureza e suas representações. Criam-se produtos cada vez mais fetichizados,

²⁰ “Cabe aqui considerar dois aspectos: a exploração da terra com o fim de reprodução ou extração, e o espaço, elemento necessário a toda produção e a toda atividade humana” (MARX, s.d., p. 888).

com recursos que representam ilusoriamente atributos que se contrapõem àqueles perdidos pelas cidades, tais como a segurança, a natureza e o lazer, dentre outros.

Esses atributos constituem o espaço, ou o novo concreto, criado nos produtos para garantir, pelo direito de propriedade, a apropriação de renda imobiliária. Relativiza-se, com isso, a importância que teve o espaço enquanto novo concreto tratado por Lefebvre, do qual o imobiliário transformado se apropriou, criando uma outra perspectiva de acumulação.

Em razão disso, ampliou-se o mercado imobiliário incorporando novas áreas ao mercado formal, que em tese pode hoje ser localizado em qualquer lugar. Os condomínios fechados construídos em Serra a partir de 2007, a expansão imobiliária que se estende próxima à faixa litorânea e se afasta do mar em Vila Velha e os mais recentes produtos imobiliários, os condomínios industriais na RMGV que avançam sobre a terra, promovendo a elevação do seu preço, vêm, numa intensidade maior, expulsando o trabalho da cidade.

Referências

- ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *A escravidão na história econômico-social do Espírito Santo (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.
- ARAÚJO FILHO, José Ribeiro. *O Porto de Vitória*. São Paulo: IGEOG/USP, Instituto de Geografia, 1974. (Série teses, n. 9)
- BORGO, I.; ROSA, L. B.; PACHECO, R. *Norte do rio Doce: ciclo madeireiro e povoamento (1810-1960)*. Vitória: Ed. Ufes, 1996.
- BOTELHO, A. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.
- CAMPOS JÚNIOR, C. T. *O Novo Arrabalde*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura, 1996.
- CAMPOS JÚNIOR, C. T. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória: Flor e Cultura, 2002.
- CAMPOS JÚNIOR, C. T. *A formação da centralidade de Colatina*. Vitória: IHGES, 2004.
- CAMPOS JÚNIOR, C. T. Valorização do capital na produção imobiliária: distanciamento entre o preço da moradia e o salário. In: PEREIRA,

- Paulo Cesar Xavier (org.). *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI*. São Paulo: FAUUSP, 2018.
- CHESSAIS, François (org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.
- EGLER, Walter Alberto. A zona pioneira ao norte do Rio Doce. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 12, abr./jun. 1951.
- ESPÍRITO SANTO. Presidente, 1892-1896 (Muniz Freire). *Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Tipografia do Estado do Espírito Santo, [s. d.].
- ESPÍRITO SANTO. Presidente, 1900-1904 (Muniz Freire). *Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1900-1904*. Vitória: Nelson Costa, [s. d.].
- ESPÍRITO SANTO. Presidente, 1908-1912 (J. Souza Monteiro). *Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Imp. Oficial Estado do Espírito Santo, 1911.
- ESPÍRITO SANTO. Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos). *Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Tip. do Diário da Manhã, 1928.
- GONÇALVES, T. M. *Novas estratégias da produção imobiliária na Grande Vitória: um estudo sobre as recentes transformações do espaço urbano de Serra-ES*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Ufes, Vitória, 2010.
- LEFEBVRE, H. *Da ciência à estratégia urbana*. Trad. Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins (Original: De la science à la stratégie urbaine. *Utopie*, Paris, n. 2 et 3, p. 57-86, mars 1969).
- LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2016.
- LENIN, V. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.
- LESSA, Carlos; DAIN, Sulamis. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga; COUTINHO, Renata (org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 214-228.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [s. d.].

- MOTA, Fernando Cezar de Macedo. *Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000)*. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Unicamp, Campinas, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 6, [s. d.].
- PEREIRA, P. C. X. Para uma discussão sobre o valor e o preço na produção imobiliária. In: PEREIRA, P. C. X. (org.). *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI*. São Paulo: FAUUSP, 2018.
- ROCHA, H.; COSSETTI, M. da Penha (coord.). *Dinâmica cafeeira e constituição da grande indústria no Espírito Santo*. Vitória: Coplan, IJSN, Geres, Ufes, FCAA, 1983.
- TORRES FILHO, Arthur E. Magarinos. *O Espírito Santo e o seu desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Tip. Lit. Pimenta de Mello, 1913.

O capitalismo metropolitano-financeiro

A produção da natureza e do espaço

Eudes Leopoldo

Introdução

A produção do espaço tornou-se de algum modo o paradigma teórico-metodológico da perspectiva crítica do pensamento geográfico brasileiro. Evidencia-se que a organização do espaço é importante, porém não é suficiente, tratando-se de um momento da produção do espaço. Em tese, pela organização do espaço, analisa-se sobre o prisma do espaço concebido, da lógica formal, mas não é possível alcançar a unidade concreta e a totalidade dialética da reprodução das relações sociais de produção.¹ Ao permanecer somente na organização do espaço, há um reducionismo do movimento do pensamento (CARLOS, 1982; DAMIANI, 2012). No entanto, a organização do espaço é um fundamento-chave do percurso teórico-metodológico, posto que é a base da lógica formal, permitindo então descortinar códigos e representações da espacialidade, que sedimentam e,

¹ Sobre a introdução da concepção de organização do espaço na Geografia brasileira, Amélia Luisa Damiani (2012, p. 255) diz que, “no início dos anos 1970, o professor Nelson de La Corte ministrava a disciplina Geografia Regional dos Estados Unidos. No seu curso, pudemos conhecer o significado da concepção de organização do espaço; à época, um marco conceitual, que, vista da perspectiva histórico-genética das concepções geográficas, significou uma mediação científica importante para o que viemos a produzir, depois, enquanto produção do espaço ou produção social do espaço. Experimentamos um tratamento do tema que não se reduzia a uma visão empirista. [...]. A organização do espaço, por sua vez, aparecia como um nexos complexo dos fenômenos geográficos, cujo fundamento iluminava seu caráter estratégico”. A perspectiva da produção do espaço superando a organização do espaço também é salientada por Ana Fani Alessandri Carlos (1982, p. 105) ao afirmar que “a noção evolui no pensamento geográfico a partir do desenvolvimento da conceituação de espaço geográfico, portanto, propomos a discussão da noção de ‘produção do espaço’ em lugar da ‘organização do espaço’, pois ela está em desacordo com o atual estágio do pensamento geográfico”.

em certos momentos, direcionam contraditoriamente as práticas sociais. A lógica formal como um momento do movimento do pensamento, “num certo sentido, é já uma lógica do conteúdo; mas, por assim dizer, do conteúdo em estado nascente” (LEFEBVRE, 1975 [1969], p. 146). Portanto, o movimento do pensamento vai da organização do espaço à produção do espaço, redescobrimo-se no fim do percurso a organização do espaço em sua máxima profundidade e complexidade no cerne da produção do espaço, na medida em que se supera a superfície abstrata e chega aos conteúdos concretos da realidade.

A teoria da produção do espaço é uma das principais formulações teórico-metodológicas do desafio extraordinário de revelar o mundo enfrentado por Henri Lefebvre (1991 [1974]). Todavia, ela não elimina a produção da natureza, que também é uma das chaves da compreensão da totalidade, da lógica concreta. Logo, “as leis universais da natureza (unidade e movimento, contradição e unidade dos contraditórios etc.) já nos aparecem como leis do pensamento”, portanto, “o pensamento não apenas as descobre, conhece ou reconhece nos fatos; encontra-as também em si mesmo, como leis necessárias e *internas*” (LEFEBVRE, 1975 [1969], p. 186). A natureza é um momento do espaço. A produção do espaço reitera e atinge em outro patamar a produção da natureza. Por conseguinte, o espaço só se reproduz ao produzir a natureza de modo abstrato e, simultaneamente, concreto.

Em linhas gerais, não estamos falando de uma natureza em si mesma, mas ela em permanente metamorfose, tornando-se espaço, como uma abstração concreta. Segundo Milton Santos (1978, p. 172), “há sempre uma primeira natureza prestes a se transformar em segunda; uma depende da outra, porque a natureza segunda não se realiza sem as condições da natureza primeira e a natureza primeira é sempre incompleta e não se perfaz sem que a natureza segunda se realize”. Um movimento que é o verdadeiro “princípio da dialética do espaço” (SANTOS, 1978, p. 172). Milton Santos (1978, p. 172) insiste ainda que “nos dias de hoje raramente se encontram sobre a face da terra áreas que ainda possam ser consideradas como remanescentes da natureza bruta, natural”, portanto, “o que aparece aos nossos olhos como natureza não é mais a natureza primeira, já é uma natureza segunda, isto é, a natureza selvagem modificada pelo trabalho do homem” ou, nas palavras de Pierre George (1968, p. 21), “um espaço natural humanizado”. E, finalmente, conclui que, “na verdade, Natureza e Espaço são

sinônimos, a partir do momento em que se considere a natureza como uma natureza transformada ou socializada, uma *Natureza Segunda*, para utilizar uma expressão de Marx para a qual nem os marxistas não geógrafos nem os geógrafos marxistas parecem ter dado a merecida atenção” (SANTOS, 1978, p. 201). Desse modo, é no movimento da própria produção da natureza, atualizando-se como espaço produzido, no sentido de uma identidade entre Natureza e Espaço, ao mesmo tempo de uma não identidade, a natureza como o negativo do espaço, que encontramos um importante momento da compreensão da dialética do espaço.

No século XXI, estamos diante de uma nova dialética do espaço, que constitui o capitalismo metropolitano-financeiro. Tomando como premissa a teoria da produção do espaço, que não abandona nem a organização do espaço nem a produção da natureza, processos redescobertos em outro patamar, é que problematizamos o “capitalismo metropolitano-financeiro” (LEOPOLDO, 2017), a hegemonia da relação capital-juros, o processo de financeirização e a (re)produção da natureza no loteamento fechado.

O capitalismo metropolitano-financeiro

A simultaneidade do metropolitano e do financeiro constitui o mundo contemporâneo e a nova dialética do espaço em emergência, produto da implosão-explosão da metrópole. O processo de financeirização relaciona-se visceralmente ao de “metropolização global” (HARVEY, 1980 [1973]), de “metropolização do espaço” (LENCIONI, 2003). A nova dialética do espaço expressa o sentido do espaço como um “produto social” (LEFEBVRE, 1972 [1970]), uma “acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 1978), mediado por contradições, e ele mesmo como uma totalidade é a contradição máxima, que atualmente alcança um segundo nível com a transição do espaço abstrato (industrial/urbano) ao espaço negativo (financeiro/metropolitano). Inspirado por Henri Lefebvre (1975 [1969]), o espaço é a contradição dialética e a identidade (unidade) das contradições. Isto é, o espaço é a simultaneidade das contradições. Ensina Henri Lefebvre (1975 [1969], p. 194) que “a dialética não é uma espécie de apologia da contradição”, posto que “a partir do momento em que cessa a contradição, cessa a vida”. É o próprio real, o espaço social, que é a unidade de contradições e “se o real é contraditório, então que o pensamento seja pensamento consciente da

contradição” (LEFEBVRE, 1975 [1969], p. 174). A partir das metamorfoses metropolitanas e financeiras, as novas contradições do espaço precipitam e operam na virada da dialética do espaço.

Historicamente, na segunda metade do século XX, houve a transição de uma economia urbano-industrial para uma economia metropolitano-financeira (LEOPOLDO, 2014). A economia metropolitano-financeira determina uma época, como as demais economias precedentes. Desde a alvorada do capitalismo no século XVI, que se ergue sobre as cinzas do feudalismo, até a Revolução Industrial no fim do século XVIII, produziu-se uma época agrário-comercial marcada pela consolidação dos estados nacionais, com o predomínio de Holanda (comércio e financeiro), Portugal e Espanha (empreendimentos marítimos), bem como Inglaterra, França e Alemanha; do momento revolucionário da técnica e da grande indústria até a década de 1970, estabeleceu-se a época urbano-industrial sob os auspícios do imperialismo britânico; e, desde 1973 até os dias atuais, emerge a época metropolitano-financeira, que se constitui pelo imperialismo dos Estados Unidos. O capitalismo não é só financeiro, sua condição necessária é o espaço metropolitano, portanto, trata-se de um capitalismo metropolitano-financeiro, assim como não há um capitalismo industrial, porque ele é necessariamente urbano-industrial, bem como é impossível falar de um capitalismo comercial ou economia comercial, pois as metrópoles europeias (especialmente, as ibéricas e a flamenga) implicavam uma relação direta com os espaços agrários internos e das colônias para o processo de circulação daquela época, tratando-se, portanto, de uma economia agrário-comercial. A dimensão econômica não pode determinar-se por si mesma, um espaço é produzido simultaneamente como condição e meio de um determinado momento de acumulação do capital. Assim, como simultaneidade das determinações econômicas e espaciais (sociais) mais desenvolvidas, a época metropolitano-financeira apresenta intensidades diferentes nas diversas regiões do mundo, evidenciando choques e convergências com permanências de elementos das economias precedentes do capitalismo: economia agrário-comercial e economia urbano-industrial. Cada época, período ou momento foi gerado a partir de sua própria economia política com suas contradições e determinações particulares, com cortes e descontinuidades relativas.

A noção de um corte temporal associa-se à de “uma descontinuidade relativa” (LEFEBVRE, 1972 [1970], p. 128) entre o período metropolita-

no-financeiro e seus precedentes: período urbano-industrial e período agrário-comercial. Compreende-se que o corte “não é epistemológico nem filosófico; não é sequer político nem histórico. Tem mais alcance. Implica simultaneamente introdução e fundação: de um conhecimento, de um campo” (LEFEBVRE, 1972 [1970], p. 128). O período metropolitano-financeiro implica uma nova concepção do espaço e do tempo, da técnica e da arte, da cultura e da natureza. O espaço negativo, o “eterno presente”, as redes de informação em tempo real, a indústria da inovação, a arte contemporânea, a arquitetura contemporânea, as formas, estruturas e funções metropolitanas e financeiras evidenciam um novo momento histórico, que pressupõe uma teoria e uma prática. Não podemos deixar de observar também a relação intrínseca entre “as descontinuidades espaciais e as descontinuidades temporais das sociedades como um problema único”, na medida em que “não falemos mais de regiões primeiras, nas quais se ordenariam as cronologias paralelas e períodos gerais aplicáveis para todas as partes, mas conforme ritmos regionais diferentes” (GRATALOUP, 2006, p. 38). Assim, quando falamos da emergência da época metropolitano-financeira a partir da década de 1970, tendo como centro embrionário a região metropolitana (megalopolitana) de Nova York, concebida e produzida por Robert Moses² e sua tropa de engenheiros e operários entre as décadas de 1930 e 1960, não quer dizer que desde então o mundo inteiro passou a ser metropolitano e financeirizado, mas que o capitalismo opera agora num nível superior e que as novas formas, funções e estruturas metropolitanas e financeiras produzidas se difundem em diferentes gradientes de complexidade e intensidade nas teias do espaço global. Podem haver também formas metropolitanas, como os hipermercados, que surgem antes na França, na década de 1960, e somente depois são incorporadas nos Estados Unidos,

² Para Marshall Berman (1986 [1982], p. 280; 286), “as obras públicas que Moses organizou a partir dos anos 1920 expressavam uma visão (ou melhor, um conjunto de visões) daquilo que a vida moderna podia e devia ser”, assim, seus projetos “marcaram não somente uma fase da modernização do espaço urbano, mas uma nova ruptura na visão e no pensamento modernistas”. Diríamos que Moses e suas obras (pontes, *parkways*, *highways*, parques, praias etc.) produziram pela primeira vez a região metropolitana como uma unidade e corroboraram com a emergência do processo de metropolização e da condição contemporânea. Desse modo, Moses, em seu apogeu, “fora um real criador de novas necessidades materiais e sociais” (BERMAN, 1986 [1982], p. 292), que concebeu “um novo território econômico” (SENNETT, 1997 [1994], p. 294).

em 1973.³ Isso quer dizer que não necessariamente todas as novas formas, funções e estruturas metropolitanas e financeiras nascem no país embriônico da nova economia política, posto que, com a difusão dos novos processos ligados a esse momento do capitalismo, a origem de elementos que fortalecem e legitimam o período metropolitano-financeiro pode ocorrer em outras regiões do mundo, sobretudo naquelas mais integradas ao movimento de homogeneização. Nesse compasso, em alguns lugares, regiões e países esses processos são mais fortes e em outros não tão intensos; em alguns há um movimento mais longo de sincronia, em outros é mais rápido. Todavia, permanecem muitas diacronias, as diferenças não se dobram facilmente, muitas continuam coexistindo, inclusive no interior do centro embriônico. Logo, novas contradições são produzidas e reproduzidas, sobretudo com a radicalização da hegemonia da relação capital-juros, em detrimento da relação capital-lucro.

A hegemonia da relação capital-juros

A acumulação financeira é o fundamento desse novo capitalismo, dessa nova dialética do espaço. Claramente, a relação capital-juros torna-se hegemônica na prática social e, evidentemente, no pensamento da crítica à economia política, que se atualiza como crítica à economia política da produção do espaço. Mais de uma vez Karl Marx (1985 [1867], Livro III, Vol. V) fez referência à possibilidade da hegemonia da relação capital-juros, no qual a reprodução ampliada do capital constitui uma permanente metamorfose da forma $D-M-D'$ em $D-D'$, isto é, o próprio capital valorizando-se a si mesmo num processo contínuo de reposição do valor por um

³ Teresa Barata Salgueiro (1989, p. 169) discute as novas formas comerciais e diz que, “apesar dos vários autores apontarem datas diferentes para as primeiras realizações, parece que o primeiro supermercado terá aparecido em 1937 nos EUA e só em 1955 em França (Bayonne)”, e que “os hipermercados surgiram na Europa, provavelmente em França (1960 em Annecy ou 1966-1968 em Bordéus), só chegando aos Estados Unidos em 1973 (subúrbio de Chicago)”. Há uma relação também entre a forma espacial e a função comercial, posto que, “embora os supermercados e os primeiros centros comerciais surjam associados a bairros residenciais densos, as formas de maiores dimensões – hipermercados e centros comerciais regionais – aparecem quase sempre na coroa suburbana ou periurbana” (SALGUEIRO, 1989, p. 152).

coeficiente financeiro, como a tendência crítica do modo de produção capitalista, liderado pelos Estados Unidos, que reconstituíram sua hegemonia pela via das finanças (HARVEY, 2004). A financeirização imobiliária repõe essa tendência, posto que o espaço-mercadoria se trata de uma mercadoria especial, na medida em que requer mais tempo para ser produzida, tende a possuir um valor mais elevado e está preso à terra e sua propriedade privada. Como indica Karl Marx (1985 [1867], Livro I, Vol. I, p. 100),

Com o desenvolvimento da circulação de mercadorias, porém, desenvolvem-se condições em que a alienação da mercadoria separa-se temporalmente da realização de seu preço. Basta indicar aqui a mais simples dessas condições. Uma classe de mercadorias requer mais, outra menos, tempo para ser produzida. [...] Por outro lado, vende-se o uso de certas classes de mercadorias, por exemplo, uma casa, por determinado espaço de tempo. Somente após o decurso do prazo fixado recebe o comprador realmente o valor de uso da mercadoria. Ele a compra, portanto, antes de pagá-la. Um possuidor de mercadorias vende mercadorias que já existem, o outro compra como simples representante do dinheiro ou como representante de dinheiro futuro. O vendedor torna-se credor, o comprador, devedor.

De acordo com Karl Marx (1985 [1867], Livro I, Vol. I), é no processo de compra e venda de uma dada mercadoria, como a casa, cuja realização do preço se dá posteriormente ao momento de realização do seu valor de uso, que sucede a metamorfose da relação vendedor e comprador em credor e devedor. A remuneração do preço a longo prazo e no futuro implica a tendência histórica à hegemonia do capital financeiro, como relação social predominante, que chega na década de 1970 em sua forma mais acabada, mas que ganha uma nova qualidade na década de 1990, sobretudo na virada do século, com a estruturação do mercado de capitais e da lógica financeira no plano global, aprofundado pelas tecnologias de informação em tempo real. O mundo torna-se assim cada vez mais mistificado, e o anúncio de Karl Marx (1985 [1867]) há um século e meio ganha existência teórica e prática. “Se, originalmente, na superfície da circulação, o capital apareceu como fetiche de capital, valor gerador de valor, agora ele se apresenta novamente na forma do capital que rende juros, como em sua forma mais estranha e peculiar” (MARX, 1985 [1867], Livro III, Vol. V, p. 279). Isto é, o capital que rende juros não é uma coisa nova, estava presente na

usura nos modos de produção anteriores ao capitalista, mas é nele, na forma juro, que o capital encontra sua forma mais determinada e fetichizada. “Por isso também a fórmula: ‘capital-juros’, como terceira para ‘terra-renda’ e trabalho-salário’, é muito mais consequente do que ‘capital-lucro’, à medida que no lucro, fica sempre uma lembrança, quanto à sua origem, de que, nos juros, não só é apagada, mas é colocada numa forma oposta a essa origem” (MARX, 1985 [1867], Livro III, Vol. V, p. 279). Assim, no capital portador de juros, no capital financeiro, os vestígios da terra e do trabalho em sua formação é mais obscurecida do que na relação capital-lucro, daí a necessidade do modo de produção capitalista caminhar para essa determinação mais fetichista das relações sociais de produção, eclipsando as contradições do seu processo de reprodução.

É Vladimir Lênin (1974 [1917]) que, frente à robustez do sistema bancário e sua relação direta e imperial sobre o mundo da produção, analisa os pressupostos marxistas da centralização, sobretudo do capital financeiro. Vladimir Lênin (1974 [1917]) retoma e reinventa a questão do imperialismo como fase superior do capitalismo dominado pela formação dos monopólios e predomínio do capital financeiro à luz da repartição do mundo entre os países imperialistas e seus grandes trustes internacionais. Um dos principais argumentos de Vladimir Lênin (1974 [1917], p. 18) é que “o novo capitalismo veio substituir definitivamente ao velho no começo do século XX”, mas o fundamento desse novo momento histórico, o capital financeiro, aparece muito vinculado ao capital bancário e suas relações de dominação com as atividades industriais e comerciais.⁴ A tese é a de que a livre concorrência vai dando lugar aos monopólios capitalistas, ao mesmo tempo em que as exportações de capitais ganham cada vez mais terreno diante das exportações de mercadorias, inclusive da mercadoria força de trabalho, com a presença intensa do capital financeiro no comando das relações sociais de produção (LÊNIN, 1974 [1917]).

⁴ Mais de uma vez Vladimir Lênin cita a relação intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial como um híbrido que resulta no capital financeiro. Sustenta Vladimir Lênin (1974 [1917], p. 50) que “concentração da produção, monopólios derivados da concentração, fusão ou associação dos bancos com a indústria, é a história da emergência do capital financeiro e o que tal conceito encerra”. Em outra passagem, Vladimir Lênin (1974 [1917], p. 98) chega a incorporar o capital industrial como momento do “híbrido” capital financeiro: “o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital dos grupos monopolistas industriais”.

Prolongando os escritos de Karl Marx e Vladimir Lênin, François Chesnais (1996) na década de 1990 traça um quadro de um mundo triádico que se constitui pelo aprofundamento da relação capital produtivo e capital financeiro, pela expansão dos investimentos externos diretos (IEDs), pela centralização do capital, pela desverticalização da produção, pela emergência das empresas-rede e pela explosão dos serviços e das novas tecnologias. No entanto, François Chesnais (1996, p. 240) relativiza a autonomia da esfera financeira e a descreve como “um dos campos de valorização do capital, que deve gerar lucros como em qualquer outro setor”.⁵ Contudo, mais tarde, no começo do século XXI, ele desenvolve um argumento diferente, identificando o atual contexto e os horizontes de um novo regime de acumulação cada vez mais predominante no capitalismo contemporâneo, denominado de “regime de acumulação financeirizado”, que se originou de “uma série de golpes de força” ligada às políticas neoliberais (CHESNAIS, 2002, p. 15). A chave da escola da regulação opera no sentido da compreensão de um novo momento, cuja base é o financeiro, em ruptura com o regime fordista. Com relação ao livro anterior citado do próprio autor, *La mondialisation du capital*, o texto sobre o “regime de acumulação financeirizado” traz importantes diferenças teóricas ao evidenciar a compreensão do espacial para além de um campo abstrato e a “autonomia” do capital financeiro com relação à produção propriamente dita. O autor trabalha o regime de acumulação financeirizado como um novo imperialismo, cujos mercados financeiros operam em sua construção e projeção. O entrelaçamento entre o local e o mundial a partir da esfera financeira fica visível em várias passagens, embora delegue explicitamente aos Estados Unidos o papel de líder e de espaço nacional desenvolvido onde pode reinar absolutamente o poder das finanças. François Chesnais (2002) prevê também que a crise terá os EUA como centro da suposta crise futura,

⁵ Em suas palavras, “a autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia *relativa*. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo. [...]. A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde” (CHESNAIS, 1996, p. 241). Nesse primeiro momento, apesar de falar de mundialização do capital, François Chesnais (1996) nega totalmente a tese de um capitalismo financeiro, cuja base seria, no limite, o processo de financeirização da reprodução da vida e do espaço.

que de fato aconteceu em 2008. O autor trabalha com muita perspicácia as lições de Marx, os achados da escola da regulação, a relação entre capitalistas industriais e capitalistas financeiros, a contradição capital-trabalho, chegando em vários momentos a supor o fortalecimento do mundo das abstrações concretas e seu controle e império sobre a vida cotidiana, especialmente na passagem em que diz que “os mercados financeiros constroem um ambiente enclausurado, um mundo em que os fetiches reinam” (CHESNAIS, 1996, p. 28). Essa perspectiva da redescoberta do financeiro na crítica à economia política também ganha espaço na crítica à economia política do espaço.

Produção do espaço e financeirização

No campo da teoria da produção do espaço, alguns pensadores se aproximaram da discussão da financeirização, nomeadamente David Harvey, enquanto Henri Lefebvre e Milton Santos optaram por não sobrevalorizar a esfera financeira em suas obras. Apesar de leitor de Vladimir Lênin (1974 [1917]), que, como vimos, no início do século XX já destacava o papel do financeiro no capitalismo moderno, Henri Lefebvre (1972 [1970]; 1991 [1974]; 1999 [1972]; 2001 [1968]), em *Le droit à la ville*, *La révolution urbaine*, *La pensée marxiste et la ville* e *La production de l'espace*, faz referência ao financeiro de modo residual. Especialmente no *La révolution urbaine*, o financeiro aparece como algo sem grande expressão associado ao industrial, ambos a partir de suas organizações e como planos que geram crises: crise de superprodução e crise monetária (LEFEBVRE, 1972 [1970], p. 174). No entanto, mais tarde, em *Le droit à la ville - suivi de Espace et Politique*, Henri Lefebvre (2008 [1972], p. 71) vai afirmar que “a mobilização das riquezas fundiária e mobiliária deve ser compreendida como uma das grandes extensões do capitalismo financeiro, desde um certo número de anos”, na medida em que “a entrada da construção no circuito industrial, bancário e financeiro foi um dos objetivos estratégicos durante o último decênio”. Fica claro que ele avança sobre a relação com o capital financeiro, que se torna cada vez mais dominante, apesar de não o ressaltar em seus escritos.

Milton Santos (1965, 1978, 1982, 1987, 1990, 1993, 2008 [1988], 2009 [1994]) também não deu muita ênfase inicialmente ao financeiro. Em suas

obras mais teóricas, como *Por uma Geografia Nova* e *Metamorfoses do Espaço Habitado*, e nas mais ligadas à questão urbana, como *A cidade nos países subdesenvolvidos*, *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*, *Metrópole corporativa-fragmentada: o caso de São Paulo*, *A urbanização brasileira* e *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*, bem como no manifesto pela cidadania brasileira em *O espaço do cidadão*, não se encontra um debate mais profícuo sobre a financeirização da economia. Em *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*, Milton Santos (2009 [1994]) vai falar rapidamente do comando do setor financeiro situado em São Paulo a partir da presença das sedes dos grandes bancos e instituições financeiras, mas não sobre uma financeirização da própria produção do espaço. É somente em *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção* e em *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* que aparece de modo mais marcante e sistemático uma discussão sobre a financeirização. No primeiro, debate-se a globalização financeira e seu poder recalcitrante sobre o mundo, inclusive Milton Santos (2000a [1996], p. 175) chega a falar que “a atividade financeira ganhou autonomia”, chegando no ponto em que “cada vez que se troca um dólar de mercadoria, se trocam 40 dólares no mercado financeiro”. No último, discute-se a tirania e violência do dinheiro, que chegou em tal momento de abstração que passou a figurar em seu “estado puro”, como fermento por excelência da globalização perversa, no qual “o dinheiro global autonomizado” se torna “o principal regedor do território, tanto o território nacional como suas frações” (SANTOS, 2000b, p. 101). Milton Santos (2000b), um geógrafo crítico do presente e um filósofo da técnica, aponta para a possibilidade histórica de uma “mutação tecnológica” simultânea a uma “mutação filosófica do homem” a partir da superação da globalização perversa, da tirania do dinheiro e da violência da informação. Assim, é no final de sua trajetória intelectual que Milton Santos traz contribuições importantes para a compreensão do capital financeiro e suas abstrações, no momento em que irrompe, de fato, o processo de financeirização no Brasil.

Por sua vez, David Harvey acenou com vigor para a hegemonia do capital financeiro no modo de produção capitalista desde 1973, apesar de em um primeiro momento subvalorizar o poder das finanças. Em sua obra *Social justice and the city*, David Harvey (1980 [1973]) dá início ao seu esforço de construir uma geografia crítica da acumulação do capital, que pensa, de um lado, a produção dos excedentes e, de outro, a constituição dos espa-

ços de esperança. Assim, David Harvey é um geógrafo da esperança, que estuda as possibilidades e limites da produção, circulação e distribuição dos excedentes. No entanto, em *Social justice and the city*, não trata da esfera da especulação financeira, apenas a cita brevemente como não sendo uma “atividade produtiva (embora alegue-se que ela ajuda a coordenar a atividade produtiva); o dinheiro é bom apenas pelo que ele pode comprar” (HARVEY, 1980 [1973], p. 226), muito embora analise com especial atenção, na mesma publicação, a emergência do processo de “metropolização global” e a metamorfose da cidade em “metrópole contemporânea” (HARVEY, 1980 [1973]). A obra *Social justice and the city* foi publicada em 1973, justamente o ano em que ele defende por diversas vezes em *The condition of postmodernity* como o instante em que passaram a operar fortes lâminas cortantes na transição para outro momento histórico do capitalismo, do fordismo à acumulação flexível, no qual o processo de financeirização começa a ser dominante⁶ (HARVEY, 1989). Em dois livros posteriores, *The new imperialism* e *The enigma of capital*, a determinação universal do capitalismo financeiro na produção do espaço aparece com toda sua potência, na medida em que ele trabalha a reconstrução da hegemonia norte-americana pelo poder do capital financeiro (HARVEY, 2004) e a tese de que as crises financeiras estão relacionadas às crises imobiliárias e urbanas, sobretudo desde 1973 (HARVEY, 2010). Desse modo, ele prolonga e problematiza as questões de Vladimir Lênin (1974 [1917], p. 61 e 140), que identifica uma relação intrínseca entre o capital financeiro e a especulação imobiliária e a formação de “Estados rentistas”, “Estados usureiros”.

Em *The enigma of capital*, David Harvey (2010), na busca da compreensão dos fundamentos da crise financeira de 2008, constrói um quadro que ilustra o movimento crítico do processo de financeirização da economia política mundial: a formação do mercado financeiro do eurodólar na metade da década de 1960; a derrocada do tratado de Bretton Woods em 1971, que significou a queda do regime de fixação do preço do ouro e da convertibilidade do dólar; a adoção de um sistema mundial de taxa de câmbio flexível e o início do comércio sobre capitais futuros em 1973; a emergência

⁶ Para David Harvey (1989, p. 162), houve “a formação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito” com a emergência histórica da acumulação flexível, que aprofunda o crescimento do “empreendedorismo com papéis” e “a descoberta de outros caminhos de obter lucros que não fiquem restritas à produção de bens e serviços”.

de um sistema bancário às escuras em 1979; a construção de um mercado único de ações, derivativos e moedas em nível global em 1989, não à toa denominado de *Big Bang*; e a criação de novos mecanismos financeiros na década de 1990. É diante desse panorama mundial de acirramento do capitalismo metropolitano-financeiro que se constitui uma nova lógica da produção imobiliária, que ganha diferentes formas e conteúdos de acordo com a combinação entre as estratégias das incorporadoras imobiliárias e as particularidades das diversas regiões e lugares, diversificando e radicalizando a produção da natureza e do espaço, especialmente no produto imobiliário loteamento fechado.

A (re)produção da natureza na produção imobiliária

A origem, a forma e a produção dos loteamentos fechados em grande parte como *mimésis* crítica e contraditória dos subúrbios metropolitanos e espaços residenciais fechados dos Estados Unidos, revelam a natureza desse tipo de produto imobiliário que ganhou projeção entre os lançamentos imobiliários. De um lado, os loteamentos fechados são desenhados, concebidos e incorporados à realidade concreta, adentrando no plano do espaço vivido. De outro lado, os loteamentos fechados são produzidos a partir da transformação de uma primeira natureza ou de uma segunda natureza, efetivando-se enquanto produção do espaço em suas múltiplas dimensões. Evidencia-se que a natureza do loteamento fechado é a segregação espacial, a produção do espaço como autoconservação da vida, a realização da moderna propriedade da terra como espaço contemporâneo privatizado e proibido. Enquanto uma forma de propriedade, o loteamento fechado é a realização da terra como espaço-mercadoria intramuros. Trata-se de um fragmento do urbano (suas ruas, parques e praças) concebido, produzido e vivido que é apropriado de modo privado.

Ele é, em si mesmo, condição e meio de separação das classes mais privilegiadas da sociedade daqueles que não partilham do banquete da riqueza produzida no capitalismo metropolitano-financeiro. Assim, ele ilumina a própria luta de classes no século XXI, entre os que possuem “senha de entrada” e os que não possuem. Inclusive, os que possuem “senha de entrada” são enfileirados e organizados no momento do ingresso, de acordo com suas práticas nesse cotidiano murado. De um lado, moradores e visitantes

entram pela portaria principal; de outro, trabalhadores regulares e prestadores de serviços ingressam por uma entrada para empregados. A relação capital e trabalho realiza-se também nesses espaços intramuros. Empregadores e empregados atomizam-se em suas devidas residências solitárias da vida privada ou do trabalho.

Nesses loteamentos fechados, onde há a atomização da vida e do espaço em um segundo nível, a natureza é tornada uma mercadoria, espaços verdes para momentos de lazer, passíveis de uso apenas para quem mora dentro de seus muros. Os parques e jardins intramuros viram meros valores de troca, extensões mercantis dos lotes à venda. Essa natureza mercantilizada faz parte por inteira do produto imobiliário vendido, como nova raridade privatizada passível de ser consumida no interior dos espaços intramuros, artifício do marketing imobiliário. Os indivíduos que habitam esses espaços intramuros olham para ela e não sabem dizer seu nome.⁷ Alienados de sua natureza humana, a natureza torna-se um fetiche!

A produção da natureza nos espaços intramuros guarda possibilidades incomensuráveis de captura de elevados ganhos. No caso dos loteamentos fechados, essa estratégia imobiliária é acentuada. A natureza se incorpora à textura do loteamento fechado como um valor de uso para os indivíduos que habitam nos espaços intramuros. Diante dessa possibilidade, ela abstrai-se enquanto um valor de troca, que compõe o valor total do loteamento fechado, que se expressa no preço de monopólio do lote.

Tornada mercadoria, que constitui um espaço-mercadoria mais amplo (o loteamento fechado), a natureza encaixa-se nos esquadros da organização do espaço dimensionada pelos projetos urbanísticos, resolvendo-se como praças, parques, jardins e reservas ambientais intramuros ou extramuros. Ela ganha lugar na construção, incorporação e urbanização enquanto momento crítico da valorização imobiliária e financeira. A apropriação privada da natureza participa diretamente da elevação dos preços de monopólio e das rendas imobiliárias. É bom lembrar que o imóvel “re-

⁷ A alienação da vida e da natureza aparece na seguinte passagem de Milton Santos (1987, p. 50): “O próprio quadro de vida, a natureza e o entorno humano, carregado de significações sobrepostas, cheio de artifícios, é uma tela de enganos. A natureza artificializada, instrumentalizada ao extremo, recusa-se a se deixar entender diretamente. Os homens não vêem o que enxergam. Essa cegueira universal é mais que um mistério, condena a existência a ser vivida, a despeito de cada um de nós. Tornamo-nos brinquedos no curso da vida coletiva”.

presenta um valor de troca sempre maior e independente da produção”, sendo que “o preço de monopólio se forma com autonomia em relação ao valor podendo chegar ‘às nuvens’ no que depender do desejo e da capacidade dos compradores” (PEREIRA, 2018, p. 75). A natureza, especialmente aquela reproduzida no loteamento fechado, permite uma elevação ainda mais expressiva dos ganhos na produção imobiliária.

Do ponto de vista da natureza azeitando o processo de valorização, Henri Lefebvre (1972 [1970], p. 32-33) anuncia o chamado “espaço verde” como “natureza fictícia”, na medida em que, “teoricamente, a natureza se distancia, enquanto que os signos da natureza e do natural multiplicam-se, substituem e suplantam a verdadeira ‘natureza’”. Trata-se, portanto, de uma natureza movendo-se como valor de troca, freneticamente entorpecida por uma consciência universal que se volta à valorização mercantil e moral daquilo que aparece como esgotado, uma espécie de último reduto do encontro do homem consigo mesmo, posto que “aquilo que já carece de sentido pretende voltar a achá-lo utilizando o fetiche ‘natureza’” (LEFEBVRE, 1972 [1970], p. 34).⁸ Desse modo, a natureza tornada um valor mercantil e uma ideologia subjaz ao próprio processo de acumulação do capital, com uma forte presença na produção imobiliária, especialmente no loteamento fechado. Com o processo de financeirização da produção imobiliária, a natureza torna-se tanto um ativo imobiliário quanto um ativo financeiro, agregando valor ao produto imobiliário.

Com o advento da acumulação financeira, são cada vez mais os sobrelucros que aparecem como rendimentos do capital, especialmente a forma juro, uma renda de propriedade do dinheiro. No entanto, na produção imobiliária, outro sobrelucro ganha relevo: a renda imobiliária. A metamorfose da terra agrária em terra urbana e metropolitana envolve dialeticamente a transformação da renda fundiária em renda imobiliária. No caso do loteamento fechado, tais processos condicionam sua realização enquanto um imóvel *premium*.

A partir da relação cada vez mais profunda entre o imobiliário e o financeiro, o processo de metropolização tende a se realizar como condição e produto da financeirização imobiliária. A mudança da lógica de valori-

⁸ É importante lembrar que Henri Lefebvre (1972 [1970]) incorpora a natureza como resíduo em sua “utopia experimental”, em nome do possível-impossível.

zação do capital só é possível com a produção do metropolitano, que opera na emergência de novas formas espaciais constituídas para as novas estratégias de acumulação. Algumas dessas formas espaciais metropolitanas, como os loteamentos fechados, os *shopping centers*, os galpões de logística, os condomínios industriais, têm uma tendência de reproduzirem-se no compasso da lógica financeira. Os loteamentos fechados deliberadamente são umas dessas formas espaciais metropolitanas que operam na financeirização da produção do espaço e na produção e ampliação das fronteiras das regiões metropolitanas e megarregiões. A natureza, como valor agregado do loteamento fechado, resolve-se nesse duplo processo de metropolização e financeirização, reduzindo-se como “fetiche” e como “natureza fictícia”. Essas determinações ganham diferentes intensidades, de acordo com a natureza e estratégias das incorporadoras e urbanizadoras nos lugares e regiões, seja no Alphaville em Campinas, na megarregião Rio de Janeiro-São Paulo, seja no Condomínio Nova Suíça em Xinguara, na região do Sul e sudeste do Pará.

Considerações finais

Evidencia-se a consolidação do capitalismo metropolitano-financeiro a partir da relação entre metropolização e acumulação financeira como o plano movediço em que todos pensamos e vivemos, um momento novo do modo de produção, no qual os juros, como rendimentos do capital, ganham cada vez mais centralidade. Não se trata de ruptura, já que não saímos do capitalismo, nem se configura como um novo modo de produção. Mas é ruptura no sentido de que se trata de uma transição dentro do próprio capitalismo, é o mesmo capitalismo de sempre em um novo arranjo social, espacial, econômico, político e cultural.

Observa-se que um pensamento da crítica à economia política, prolongado pela crítica à economia política da produção do espaço, indicou historicamente a centralidade da financeirização no mundo contemporâneo. Esse movimento já tinha sido de algum modo detectado por Karl Marx (1985 [1867], Livro III, Vol. V) ao revelar a tendência da transição do capital-lucro para o capital-juro. Nesse movimento, a produção imobiliária passa por um amplo espectro de financeirização, nomeadamente produtos imobiliários, como o loteamento fechado. Reproduzindo-se no interior do

loteamento fechado, a natureza constitui-se como fetiche e mercadoria suprema na medida em que é negada, tornando-se artifício de comercialização, valorização e capitalização.

Referências

- BERMAN, M. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986 [1982].
- CARLOS, A. A Cidade e a Organização do Espaço. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 1, 1982.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, v. 11, n. 1 (18), 2002.
- DAMIANI, A. Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. *Revista do Departamento de Geografia*, Volume Especial 30 Anos, 2012.
- GEORGE, P. Problemas, Doutrina e Método. In: GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; LACOSTE, Y.; KAYSER, B. (org.). *A Geografia Ativa*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- GRATALOUP, C. Os períodos do espaço. *Geographia*, n. 16, 2006.
- HAESBAERT, R. *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.
- HARVEY, D. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980 [1973].
- HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity: an inquiry into the origins of cultural change*. New York: Blackwell, 1989.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. *The Enigma of Capital: and the crises of capitalism*. New York: Oxford, 2010.
- LEFEBVRE, H. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza, 1972 [1970].
- LEFEBVRE, H. *Lógica Formal/Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975 [1969].
- LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. New York: Blackwell, 1991 [1974].
- LEFEBVRE, H. *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 [1972].
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].
- LEFEBVRE, H. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008 [1973].
- LENCIONI, S. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do

- processo de metropolização do espaço. *In*: CARLOS, A.; LEMOS, A. (org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.
- LÊNIN, V. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1974 [1917].
- LEOPOLDO, E. From urbanisation to metropolisation: new concepts and questions open to Urban Geography. *In*: MIERZEJEWSKA, L.; PARYSEK, J. (org.). *Cities in a Complex World*. Poznan: Bogucki Wydawnictwo Naukowe, 2014.
- LEOPOLDO, E. *Financeirização Imobiliária e Metropolização Regional: o Alphaville na implosão-explosão da metrópole*. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. I. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1867].
- PEREIRA, P. Para uma discussão sobre o valor e o preço na produção imobiliária. *In*: PEREIRA, P. (org.). *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI*. São Paulo: FAUUSP, 2018.
- SALGUEIRO, T. Tendências da urbanização em Portugal. *In*: SOUZA, Maria Adélia (org.). *O mundo do cidadão, um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, M. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, M. *Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. *La Naturaleza del Espacio: técnica y tiempo, razón y emoción*. Barcelona: Ariel, 2000a [1996].
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Edusp, 2008 [1988].

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2009 [1994].

SENNETT, R. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997 [1994].

Metabolismo urbano sob o domínio financeiro

Apontamentos a partir da produção imobiliária e da natureza na cidade de São Paulo

Luciana Nicolau Ferrara

Introdução¹

No contexto atual, a simultaneidade das crises social e ambiental evidencia a unidade entre essas duas questões. Mas, apesar de os efeitos desiguais dessa dupla crise serem “sentidos na pele” e estarem presentes no cotidiano, as questões sociais e ambientais nem sempre são tratadas ou vivenciadas como unidade, particularmente quando nosso metabolismo com a natureza é mediado por relações capitalistas e financeirizadas. Nesse sentido, prevalece a natureza como fragmento e uma visão alienada e cindida entre sociedade e natureza, devido à sua mercantilização e à distribuição desigual dos efeitos negativos de sua degradação, o que impede sua apropriação como valor de uso.

Por outro lado, os discursos e práticas hegemônicos sobre a temática ambiental em geral e, em particular, a questão ambiental urbana, buscam construir um consenso sobre a neutralidade da questão ambiental e uma suposta unidade representada pela imagem de um futuro comum, sem conflitos. A ideia de sustentabilidade urbana é funcional nesse sentido, apesar de haver disputas sobre o que de fato ela pode significar em termos práticos. Porém, o que fica ocultado por essa narrativa hegemônica da sustentabilidade urbana, quando se trata da produção do espaço urbano como um todo, é o entendimento de que a reprodução do capital

¹ Agradeço ao Prof. Paulo Cesar Xavier Pereira pelas contribuições e reflexões conjuntas presentes neste texto.

imobiliário sob o domínio financeiro estabelece um outro metabolismo² com a natureza, pois o espaço e a cidade passam a ser reproduzidos visando aos rendimentos extraordinários que os empreendimentos podem gerar, independentemente de suas consequências sociais e ambientais mais amplas (FERRARA, 2018), ocultando também contradições e conflitos que decorrem da exploração da natureza e do trabalho na produção do espaço.

A proposição central deste texto é trabalhar as formas de exploração da natureza na produção do espaço urbano contemporâneo, entendida como produção imobiliária e de infraestruturas, considerando que está em curso a transição de um metabolismo urbano-industrial para um metabolismo imobiliário-financeiro.

A natureza, enquanto relação e parte do metabolismo social, resulta do processo metabólico mediado pelo capitalismo e, nesse sentido, é relevante avançar na compreensão das formas de sua apropriação mercantilizada e capitalizada para a produção e reprodução do espaço urbano. Novas questões emergem no atual contexto de dominância do capital financeiro no setor imobiliário e de infraestruturas, dentre elas, as condições materiais de reprodução da vida. A capitalização da renda futura passa a ser um dos principais objetivos dos projetos de intervenção urbana. Para que a capitalização da renda aconteça, a diversificação dos títulos de propriedade ou de ativos gera diferentes produtos financeiros e formas de privatização, que se multiplicam e passam a vigorar, dando novos significados a uma natureza construída, artificializada. Ou, ainda, são criados novos produtos sobre espaços de degradação, abrindo mercados e tecnologias que visam minimizar impactos ambientais e precificar elementos da natureza.

Essa reflexão é desenvolvida na segunda parte, na sequência a essa introdução, quando se busca recuperar brevemente autores críticos sobre a produção do espaço e sobre relação sociedade e natureza como unidade contraditória no capitalismo, para problematizar que tipo de sustentabilidade urbana é engendrada pelo metabolismo imobiliário-financeiro.

² A noção de metabolismo é recuperada a partir de Marx para designar a produção e circulação de mercadorias, para referir-se “à real interação metabólica entre natureza e sociedade através do trabalho humano”, como também no sentido mais amplo, “para descrever o conjunto complexo, dinâmico, interdependente das necessidades e relações geradas e constantemente reproduzidas de forma alienada no capitalismo” (FOSTER, 2005, p. 222).

Na terceira parte, são abordadas as transformações decorrentes dos diferentes momentos da urbanização ao longo do rio Pinheiros, em São Paulo (SP), pois são ilustrativas da mudança de metabolismo urbano-industrial para imobiliário-financeiro na cidade. Com base na ideia de natureza produzida ou inventada (HIDALGO, 2016), que gera espaços e rendas excepcionais, alguns empreendimentos recentes também corroboram para exemplificar o processo.

A questão que se coloca, então, é se a natureza assim produzida tem aumentado as desigualdades socioespaciais e quais são as consequências na reprodução social, haja vista que a espoliação imobiliária (PEREIRA, 2016) aprofunda a condição de precariedade da vida dos pobres na cidade.

Nas considerações finais, busca-se explicitar uma abordagem crítica sobre a transformação, apropriação e exploração da natureza no processo de urbanização capitalista e para a produção do espaço contemporâneo, considerando as implicações sociais decorrentes, devido à desigualdade estrutural das cidades brasileiras. Para se interpretar os problemas do processo de urbanização atual, é necessário articular à crítica da produção imobiliária e de infraestruturas o problema da exploração e destruição da natureza, entendida como parte de um processo social mais amplo de reestruturação do capitalismo que envolve a instrumentalização do espaço. Nos estudos sobre produção imobiliária, esse enfoque sobre a natureza merece ser desenvolvido de forma a contribuir para novas abordagens e práticas urbanas.

Sustentabilidade urbana do metabolismo imobiliário-financeiro

Até os anos 1960, prevaleceu a concepção moderna de que a humanidade dominou a natureza por meio da técnica e da ciência em oposição a movimentos conservacionistas. Nas décadas seguintes, especialmente após os anos 1970, a chamada pauta ambiental se difundiu e se generalizou, impulsionada pela construção de uma agenda internacional, que se baseou na constatação de que o modelo de desenvolvimento econômico industrial levaria ao esgotamento dos recursos naturais e humanos do planeta. Essa pauta ganhou centralidade no debate sobre as cidades e foi incorporada por governos, políticas públicas e legislações sob o argumento da almejada

conciliação entre as chamadas agenda verde e agenda marrom (COSTA, 1999). Ao mesmo tempo, a noção de desenvolvimento urbano sustentável foi apropriada por empresas, movimentos sociais e indivíduos, servindo a diferentes interesses. Trata-se de uma noção ampla e em disputa, permitindo diferentes práticas (ACSELRAD, 1999), que podem inclusive ser antagônicas – como a modernização ecológica em contraposição aos movimentos de justiça socioambiental que se opõem ao modo de produção capitalista, que explora o trabalho e a natureza.

Apesar dessa elasticidade discursiva, é nítida a apropriação da agenda da sustentabilidade urbana por iniciativas e políticas neoliberais que, apesar de se ampararem em uma crítica às consequências do modelo de desenvolvimento econômico e industrial predador, se apropriam desses problemas para construir projetos que visam a uma “solução verde” para a continuidade do sistema capitalista, sem abalar seus problemas estruturais. Essa noção de sustentabilidade reitera uma visão instrumentalizada da natureza, de forma que até mesmo os processos de degradação são passíveis de serem revertidos, abrindo novas possibilidades para um “capitalismo verde”.

Como contraponto, segundo David Harvey (1996, p. 119), “há um crescimento da aceitação pública da ideia de que o que muitos chamam de ‘natural’, pelo menos tanto quanto a superfície ecológica do globo e sua atmosfera está em causa, tem sido significativamente alterado pela ação humana”.³ Harvey (1996) busca dar sentido ao que genericamente é chamado de questão ambiental, ao colocar a transformação social e ambiental num quadro de pensamento dialético e histórico-geográfico, mostrando que todas as preocupações que se referem “ao ambiente” são necessariamente e simultaneamente propostas para a transformação social. Segundo ele, é necessário realizar a crítica sobre as diversas formulações de “ambiente”, “sustentabilidade urbana” e “natureza”, pois são discursos que surgem como politicamente neutros, porém, escondem uma agenda política concreta, frequentemente mais voltada ao controle hegemônico e do poder. Essa crítica politiza a questão, possibilitando pensar qual a potencialidade de transformação social que o paradigma ambiental contém.

³ Tradução livre.

Harvey (2014) também critica a ideia cartesiana de separação entre capital e natureza, como entidades apartadas e com o predomínio de um sobre o outro – o que advém do pensamento Iluminista. Ele propõe uma forma alternativa de pensamento no qual o capitalismo configura seu próprio ecossistema. Trata-se de um movimento de valor que “está construído a partir da unidade contraditória de capital e natureza” em que “o fluxo de dinheiro é uma variável ecológica” que altera a configuração da matéria e dos elementos naturais, e, nesse constante funcionamento, “tanto a natureza quanto o capital se produzem e reproduzem continuamente” (HARVEY, 2014, p. 242-243).

A noção de ecossistema capitalista abre possibilidades para a compreensão mais integrada e crítica sobre a transformação da natureza na produção do espaço, mas alguns autores reconhecem que a dimensão ecológica ficou relegada a segundo plano nos estudos sobre o capitalismo e também nos estudos urbanos críticos (CHESNAIS; SERFATI, 2003; SWYNGEDOUW; HEYNEN, 2003).

A ideia do metabolismo, conforme formulada por Marx, expressa que o capitalismo e a produção industrial engendraram uma fratura no metabolismo social, ou seja, no intercâmbio orgânico entre a humanidade e a natureza. A saída da população do campo para a cidade, impulsionada pela industrialização inglesa, gerou a aglomeração urbana e a degradação das condições de vida decorrente da exploração do trabalho. Assim, o metabolismo é um problema de fratura que se aprofunda no processo capitalista de intercâmbio social, energético e orgânico entre a sociedade e a natureza (NAREDO, 2004; FOSTER, 2005).

Para Lefebvre (1999, p. 35), o espaço urbano industrial transformou o campo (com a expulsão do camponês da terra, o uso intensivo de “recursos” naturais e a introdução de novas tecnologias para produção agrícola) e recriou a natureza na cidade, em espaços fragmentados como parques e praças, construindo o “espaço verde”. Ou seja, como resultado da urbanização e da industrialização que a devastaram, a natureza emerge no primeiro plano dos problemas da sociedade, porém, como um campo cego, como um símbolo ou como fragmento, sendo que pode ser acessada como uma mercadoria a ser consumida, um fetiche.

Na urbanização e na transição para um metabolismo imobiliário-financeiro, a compreensão da natureza também se altera, e, atualmente, não há intervenção urbana ou construção que não se pretenda “sustentável”.

Mas, seguindo o fluxo do dinheiro na produção imobiliária, como sugere Harvey (2014), fica claro que o domínio financeiro estabelece um outro metabolismo com a natureza, e a “sustentabilidade” passa a ser vista como requisito de qualidade e valorização do empreendimento, independentemente de suas consequências sociais e ambientais para a cidade.

Daí a importância de compreender a construção civil como atividade econômica chave, bem como o duplo monopólio da terra. A transformação da natureza se dá em diferentes momentos da produção imobiliária e se relaciona com diferentes formas de ganhos, seja na construção do espaço, como substrato, matéria-prima e materialização de uma construção fixa geradora de lucros (por meio do processo produtivo da construção civil), seja como propriedade privada na qual o título proporciona a extração de rendas, incluindo as decorrentes de um processo de valorização que é socialmente produzido. Estas condições de instrumentalização e acessibilidade ao espaço, como monopólio, permitiriam identificar um novo metabolismo do tipo “financeiro”, baseado na “capitalização da natureza” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 58).

Note-se que os empreendimentos imobiliários e urbanos passam a configurar grandes projetos de complexos condomínios, combinando diferentes propriedades e usos, comerciais, serviços e residenciais. Bairros inteiros são construídos dentro de um único modelo de negócio; as infraestruturas e os serviços privatizados que tradicionalmente eram obras públicas passam a fazer parte desse mesmo negócio imobiliário. Novos “agentes” atuam (incorporadoras, fundos de pensão, instrumentos financeiros) criando novos “produtos imobiliários” em termos de sua arquitetura de padrão internacional, seu porte e localização – resultado da ampliação de novas fronteiras do mercado imobiliário que reconstruíram setores da cidade, em grande articulação com o poder público e os instrumentos de planejamento urbano.

O fetiche da natureza chegou a tal ponto de mistificação que a representação da natureza nos empreendimentos tem gerado projetos e estratégias de marketing sofisticados, onde tudo é produzido (OSEKI; ESTEVAM, 2006). Nesse sentido, a natureza produzida ou inventada se materializa, mas também promove objetos para investimentos financeiros. Não se trata mais, ou apenas, da exploração de localizações excepcionais que garantem rendas diferenciais, mas da possibilidade de construção e invenção de espaços com essas características. Ao mesmo tempo, aprofunda-se a desigualdade socioambiental.

Nesse sentido, a visão ecossistêmica do capitalismo e do metabolismo imobiliário-financeiro extrapola os empreendimentos em si e fazem refletir sobre as formas de produção e reprodução da cidade. Segundo Pereira, as cidades assumem novas configurações e, “ao contrário de ser lugar de reprodução da força de trabalho, vêm sendo uma alternativa para a acumulação – produtiva e improdutiva – do capital, com todas as consequências que isso acarreta para os movimentos de valorização e capitalização dos fluxos globais com as cidades e a propriedade imobiliária” (PEREIRA, 2016, p. 142).

Produção e capitalização da natureza em empreendimentos imobiliários recentes

Os espaços dos rios constituem um valor em si mesmo, pois conformam características particulares e únicas de um território. Em São Paulo, durante o século XX, as orlas fluviais e as várzeas foram intensamente transformadas em espaços industriais, resultando em contaminação e degradação de suas condições naturais. Os rios canalizados tornaram-se elementos da infraestrutura metropolitana que possibilitou integrar a bacia do Alto Tietê para a geração de energia hidroelétrica, controle de cheias e condução dos esgotos. Ao mesmo tempo, essa intervenção sustentou a apropriação das várzeas pela empresa Light and Company, como demonstrou Seabra (1987). A Light atuou como capital produtivo na construção das condições gerais de produção (hidrelétricas, controle de cheias e drenagem, serviço de bondes, iluminação pública) e como capital rentista, ao se tornar proprietária de grandes extensões de terra, criando um monopólio. Esse monopólio perdurou até meados dos anos 1960,⁴ quando as terras da companhia nas várzeas foram sendo desapropriadas para a construção das vias marginais expressas. A estratégia da companhia foi a de propor permutas de terras ao poder público e de vender rapidamente suas propriedades. Conforme a autora, um dos motivos que provocou a rápida resposta da Light foi a “ascensão econômica e política de empresas construtoras as quais impuseram sua lógica ao processo” (SEABRA, 1987, p. 252-253).

⁴ Após transferência do canal do rio Pinheiros à administração pública em 1957, a Light realizava apenas sua manutenção, mas mantinha a propriedade de toda a várzea.

O tratamento fragmentado entre solo e água foi reiterado pela construção das vias marginais, que, ao mesmo tempo, agravou o problema das enchentes. Qualquer apropriação desse espaço de outra forma que não para a construção ou circulação ficou completamente impedida, como as atividades de lazer realizadas nesses cursos d'água.

Na década de 1970, a produção imobiliária intensificou-se na cidade, inclusive amparada pela lei de zoneamento de 1972. Ao longo do rio Pinheiros, a margem esquerda estava ocupada por loteamentos de alta renda, exclusivamente residenciais. O vetor sudoeste, conforme denominado por Villaça (2001), concentrou a população de alta renda e infraestruturas, se mantendo como um setor valorizado da cidade. Seguindo o curso do Pinheiros, alcança-se a barragem de Traição e a represa Billings, cujo entorno configura o território da Zona Sul, que passava por um processo de expansão urbana popular e precária e que, em 1975, seria protegida ambientalmente por leis estaduais.⁵

Outro uso relevante próximo aos rios era industrial. A saída de muitas das indústrias do município de São Paulo fez com que grandes terrenos viabilizassem novas frentes de expansão imobiliária, pelas quais havia interesse do poder público e do poder privado e a necessidade de melhorar a infraestrutura para isso. Esse processo representa o que chamamos de transição de um metabolismo urbano-industrial para o metabolismo imobiliário-financeiro. Na década de 1990, trechos ao longo do Pinheiros e bairros contíguos foram definidos como perímetros de Operação Urbana,⁶ abrindo novas possibilidades para intensificar a produção imobiliária em determinados trechos da cidade.

Após a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 (Lei Federal nº 10.257/01), as então chamadas Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) foram revisadas e passaram a ter como objetivo viabilizar um conjunto de intervenções e medidas em uma área definida pelo Plano Diretor, coordenadas pelo poder público, com a participação de proprietários, moradores,

⁵ As Leis Estaduais nº 898/1975 e nº 1172/1976 estabeleceram as áreas de proteção aos mananciais e a prioridade de abastecimento público de água, buscando controlar o uso e a ocupação do solo com parâmetros urbanísticos restritivos e elitistas, que não correspondiam ao processo social de ocupação que estava em curso.

⁶ Em 1992, a Lei Orgânica do Município prevê no Art. 152 a Operação Urbana como um instrumento de intervenção pública na cidade.

usuários permanentes e investidores privados, visando a transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. Para isso, o poder público estabelece parâmetros urbanísticos mais flexíveis e permissíveis para a área (potencial construtivo), que são ofertados como títulos (Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC) em leilão e que podem ser comercializados no mercado secundário.

A atuação do setor imobiliário e do capital financeiro nas OUCs já foi tratada em estudos críticos (FIX, 2009; BOTELHO, 2007) que mostraram que as áreas se tornaram locais preferenciais para investimentos em edifícios comerciais e de serviços, a partir de fundos imobiliários e da articulação entre capitais nacional e internacional. Os recursos provenientes da venda de potencial construtivo adicional por meio de CEPAC foram reinvestidos no perímetro da operação, aprofundando a diferença qualitativa dessas áreas em relação a outras partes da cidade e gerando maior valorização na área de interesse do setor imobiliário. Além disso, essas pesquisas evidenciaram que os investimentos iniciais foram públicos, sustentaram a realização das operações e abriram o caminho para o investimento imobiliário.

A produção imobiliária ao longo do rio Pinheiros foi incentivada por meio da Operação Urbana Faria Lima (proposta pela Lei nº 11.732/95 e revista pela Lei nº 13.769/04) e da Operação Urbana Água Espreada (Lei nº 13.260/2001, alterada pela Lei nº 15.416/2011). Nessas áreas foram construídos grandes edifícios corporativos, múltiplo-uso e residenciais de alta renda que assumem o discurso da renovação como estratégia de ampliação dos níveis de capitalização. Nesses fragmentos, a reestruturação imobiliária se realiza sustentada pela sofisticação de instrumentos de financiamento do imobiliário e das infraestruturas em regiões valorizadas do território.

Na revisão do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo (PDE-SP) em 2014, essa perspectiva de transformação da cidade pela intensificação da produção imobiliária ao longo dos rios principais, mas abrangendo grande área de entorno, foi reforçada e ampliada com a demarcação da macroárea de estruturação metropolitana (Figura 1), que corresponde a aproximadamente 15% do território municipal. Essa macroárea contempla as OUCs existentes e propostas, e, nela, têm sido propostos Projetos de Intervenção Urbana (PIU), um novo instrumento que possibilita a “reestruturação” de trechos da cidade.

Os PIUs podem ser implementados pelo poder público ou por meio da concessão urbanística pelo setor privado. Segundo o Plano Diretor (2014),

a concessão urbanística⁷ é “sujeita ao regime jurídico federal das concessões comuns e das parcerias público-privadas, com as complementações constantes da legislação específica estadual e municipal” (Art. 144, § 6º).

O que tem se observado na aplicação do instrumento são formas de potencializar a atuação do setor imobiliário em porções específicas da cidade, vinculadas ou não às OUCs, com interesse sobre territórios de valorização imobiliária e que já apresentam boas condições de infraestrutura, apesar de poderem justificar intervenções de qualificação ou “reestruturação” urbana. Há diferentes tipos de PIUs,⁸ mas os que se referem a projetos de intervenção urbana, que envolvem interesse imobiliário, em distintas fases, são:⁹ i) em fase de encaminhamento jurídico, PIU Arco Jurubatuba (que abrange outro trecho do rio Pinheiros, próximo à barragem da represa Billings), Bairros Tamandateí (ao longo do rio Tamandateí), PIU Arco Pinheiros – todos os anteriores de iniciativa pública – e PIU Vila Leopoldina (iniciativa privada); ii) em fase de discussão pública, PIU Setor central; iii) em etapa de proposição, PIU Arco Tietê, PIU Minhocão, PIU Nações Unidas e PIU Vila Olímpia.

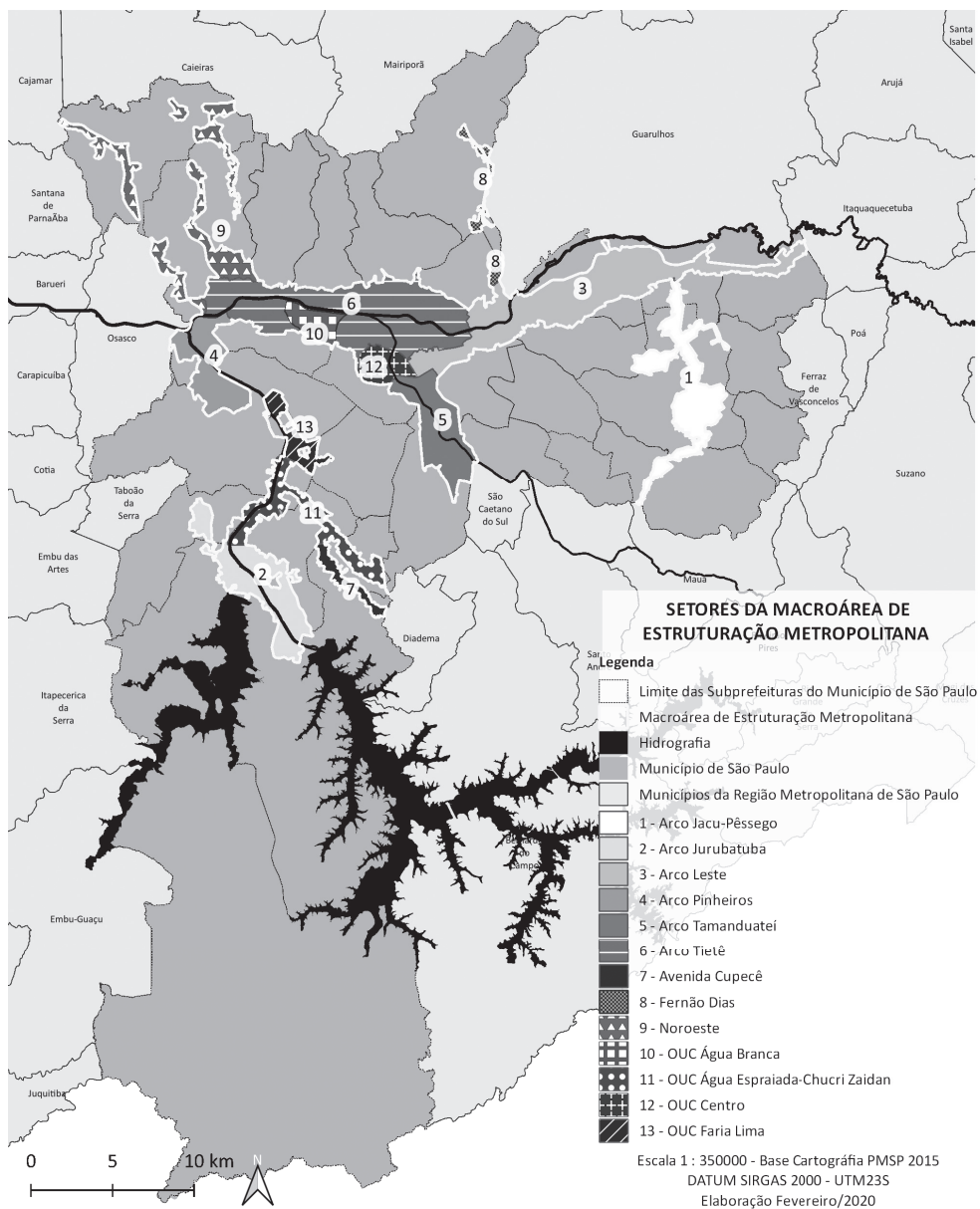
O objetivo aqui não é detalhar as formas de funcionamento ou especificidades de cada projeto de intervenção, mas apenas sinalizar a lógica da parceria público-privada e da centralidade que a produção e os interesses imobiliários assumem na forma como o poder público pretende proporcionar a intervenção no território.

⁷ Segundo o PDE, Art. 144, com base em autorização legislativa, estabelece o § 3º que a concessionária poderá obter sua remuneração mediante exploração: I – dos terrenos; II – do potencial construtivo a ser utilizado na implantação do Projeto de Intervenção Urbana; III – das edificações destinadas a usos privados que resultarem da obra realizada; IV – da renda derivada da exploração de espaços públicos; V – das receitas acessórias, nos termos que forem fixados no respectivo edital de licitação e contrato de concessão urbanística.

⁸ Há PIUs de concessões de terminais de ônibus e de equipamentos públicos.

⁹ É possível consultar a fase de implementação do PIU e a espacialização dos perímetros em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-territorial/piu/piu-monitoramento/>. Acesso em: 8 nov. 2019.

Figura 1. Macroáreas de estruturação metropolitana (PDE-SP, 2014)



Fonte: São Paulo (2016). Figura elaborada por Thayná Holanda em fevereiro de 2020.

Se tomarmos como exemplo as experiências implementadas das OUCs, o atendimento das demandas sociais, habitacionais e ambientais frequentemente não foi equacionado, gerando novos conflitos e processos de espoliação e expulsão da população pobre que habita a área da intervenção. Já as infraestruturas recebem investimentos e melhorias, em parte realizadas e financiadas pelo poder público, aumentando as possibilidades de elevação da valorização e da capitalização de rendas por meio da propriedade imobiliária.

Na regulamentação dos PIUs, assim como nas OUCs, estão presentes objetivos voltados a componentes ambientais – recuperação de áreas contaminadas, qualificação ambiental, aumento de áreas verdes e parques –, mas estes aparecem como mais um elemento à parte a ser equacionado, de forma a complementar e qualificar a infraestrutura do setor.

Também considerando as experiências das OUCs mencionadas, esse equacionamento tem sido resolvido por meio das melhorias infraestruturais, que nem sempre se completam e que, em alguns casos, resultam em aumento de áreas verdes e públicas. No entanto, preponderam melhorias viárias em geral. Assim, a questão da natureza emerge como instrumentalização, pois prevalece a apropriação privada de trechos da cidade, na forma da propriedade imobiliária e como investimentos que materialmente ganham qualidade com a presença de elementos espaciais – sejam os parques, sejam as melhorias de infraestruturas.

Produção e capitalização da natureza

Hidalgo e colaboradores (2016) consideram a produção de uma terceira natureza, a natureza inventada, uma criação de nichos de renda. Essa natureza inventada refere-se à construção de empreendimentos imobiliários em sítios geográficos específicos, sobre montanhas ou em áreas úmidas, ou ainda recriando lagoas em condomínios fechados, e são vendidos para uma demanda cativa. Com base nesse conceito, e passando para a escala dos empreendimentos situados nas áreas de Operação Urbana Consorciada mencionadas, é possível identificar empreendimentos que, de diferentes formas, recriam natureza ou se apropriam do discurso da sustentabilidade como mais uma camada de valorização, capitalizando a natureza não apenas como espaço, mas também como natureza inventada.

Como características gerais, são empreendimentos de luxo, de grandes dimensões, que, na maioria dos casos, configuram condomínios fechados

em si mesmos, sem conexão com a cidade, criando enclaves para a circulação. Propõem uma conjugação de usos residenciais, comerciais e de serviços, com tecnologias avançadas de segurança e uma qualidade construtiva que contrasta do entorno. Em cada empreendimento é possível destacar alguns elementos que ilustram a apropriação da natureza inventada e das narrativas da sustentabilidade, e o que resulta no espaço construído.

O empreendimento Parque Cidade Jardim localiza-se no perímetro da OUC Água Espriada e constitui-se como um grande complexo multiuso fechado de alto padrão (classificado como Triple A), tendo sido um dos primeiros a conjugar torres residenciais ou comerciais e *shopping center*. Para a sua implantação, houve a disputa com o espaço da favela Jardim Panorama, que já existia em parte da área. Do lado dos empreendedores, o conflito com os moradores foi minorado e reincorporado pelo próprio empreendimento em ações “sociais e sustentáveis”, ocultando esse histórico de embates e suas consequências para os moradores da favela.¹⁰ Esse caso explicita a dimensão do conflito social pelo espaço urbano e o uso de ações pontuais para contornar, ainda que parcialmente, os conflitos com a população pobre vizinha.

Outro empreendimento chamado Parque Global foi lançado em 2013, mas entrou em fase de construção em 2019, pois ficou esses vários anos respondendo a três ações judiciais. Trata-se de um complexo imobiliário com torres residenciais, escritórios, um *shopping center* e um hotel, com área construída total de 698.397,53 m², que se apoia no discurso da sustentabilidade como marketing. Ele é um bom exemplo de como a existência de contaminação no terreno, que anos antes recebia material dragado do rio, não foi impeditivo para a realização do empreendimento, apesar dos questionamentos judiciais e dos anos em que ficou sem poder prosseguir com obras e vendas de unidades. Um dos questionamentos judiciais era relativo à solução de descontaminação prevista pelos empreendedores.

As maquetes eletrônicas do empreendimento exploram a paisagem ao longo do rio e a publicidade de divulgação do projeto passou a apresentar o empreendimento como sustentável, pois recuperará um terreno “abandonado no tempo” com medidas de compensação de plantio de árvores, de descontaminação do terreno e canalização de córrego que passa na área,

¹⁰ Para a compreensão do conflito, ver D’Andrea (2012).

dentre outras.¹¹ Mais do que ações benéficas ao ambiente, tais intervenções de recuperação são necessárias para viabilizar o empreendimento.

O terceiro exemplo é o que melhor expressa a ideia de natureza inventada. Trata-se do empreendimento O Parque Brooklin,¹² que abrange um terreno de 38.252 m², cujo projeto é composto por sete torres, sendo três residenciais, uma comercial, torre restaurante, torre Anhembi Morumbi e torre escola de idiomas. Dentre as estruturas de lazer, são mencionadas praia artificial, piscinas coberta e descoberta, *jacuzzis*, quadra de tênis de saibro, *playground*, churrasqueira, quadra recreativa, saunas seca e úmida, *squash*, redário, restaurante, salão de festas, sala de jogos, espaço música, espaço fotografia, *pub*, escritório, *fitness*, *spas*, espaço *baby*, *sky bar* e salão gourmet. O projeto paisagístico do empreendimento organiza-se em torno de um parque que é o principal atrativo do projeto, segundo o *site* de divulgação do empreendimento:

Viva no parque que será exemplo a ser seguido no mercado imobiliário. Em uma cidade que a [*sic*] tempos troca o verde pelo cinza, a Gamaro Incorporadora vem na contramão.

Ao crer na interdependência como princípio orientador de trabalho, ou seja, acreditar que pessoas, atividades e meio ambiente estão conectados e dependem uns dos outros, nasce, em meio ao consolidado bairro do Brooklin, o complexo O PARQUE.

Siga sua natureza!¹³

Esses empreendimentos ilustram algumas dimensões de como a natureza é incorporada ao imobiliário, tanto na materialização do próprio empreendimento, gerando lucros e rendas extraordinários, como em relação à cidade, no sentido da capitalização da natureza mencionada anteriormente. Os três empreendimentos se chamam “parques”, o que ironicamente faz menção a espaços abertos, verdes e públicos, de apropriação coletiva. Mas, de fato, são o seu oposto, ou seja, a apropriação privada na forma condomínio fechado em si mesmo, objetos de investimentos financeiros

¹¹ Disponível em: <http://www.benx.com.br/parqueglobal/socio-ambiental.html>. Acesso em: 3 jul. 2018.

¹² Informações disponíveis em: <https://www.oparquebrooklin.com/#screens>. Acesso em: 12 nov. 2019.

¹³ Disponível em: <https://www.oparquebrooklin.com/#team>. Acesso em: 13 nov. 2019.

que tornam o espaço um negócio imobiliário. Os três empreendimentos também estão próximos a um rio e exploram em suas peças de marketing esse elemento, que se torna cenográfico na paisagem.

Em todos os casos, na escala dos empreendimentos e na escala da cidade, o espaço produzido no metabolismo imobiliário-financeiro cria barreiras para a justiça socioambiental. Porém, não impede que esta seja uma perspectiva de luta pela cidade.

Considerações finais

A partir da produção do espaço no metabolismo imobiliário-financeiro, buscou-se refletir sobre a apropriação privada da natureza e sua instrumentalização pela produção imobiliária e de infraestruturas. A construção civil enquanto atividade econômica bem como o duplo monopólio da terra são elementos-chave para a compreensão da mercantilização da natureza e, no contexto de domínio da financeirização, da capitalização da natureza funcionando como capital fictício.

O capitalismo e a industrialização geraram uma fratura no metabolismo social. Pode-se dizer que essa fratura é transformada sob o domínio da financeirização, que amplia as formas de privatização da terra e do dinheiro e agudiza as desigualdades sociais via processos de despossessão, espoliação urbana (KOWARICK, 1979) e espoliação imobiliária (PEREIRA, 2016). Os conflitos sociais são simultâneos à distribuição desigual dos efeitos ambientais negativos dessa urbanização, ou seja, atingem em grande medida os mais pobres.

A centralidade da produção imobiliária, que inclui a ação do Estado via planejamento do espaço, torna a cidade investimento financeiro. Isso levanta a preocupação com o resultado dessa produção no espaço construído como um todo, devido à degradação da natureza e das condições de reprodução da vida, mas também de novas formas de capitalizar a natureza enquanto ativo imobiliário reproduzindo esse processo em novas bases financeiras. Ao mesmo tempo, setores “desvalorizados” da cidade seguem habitados em condições precárias.

Recuperando a discussão inicial sobre a unidade das questões sociais e ambientais, o tema se complexifica e novas contradições aparecem. Nos termos de Harvey (2014), há uma unidade contraditória entre capital e natureza

(HARVEY, 2014), no sentido de que o próprio capital é um ecossistema que tudo transforma e produz. A unidade também pode ser entendida como um processo comum entre exploração da terra (extração de rendas e capitalização) e do trabalho. Mas, ao mesmo tempo, esse metabolismo imobiliário-financeiro gera novas fraturas, afastando as possibilidades de apropriação da natureza – da natureza segunda, a cidade – como valor de uso e como espaço comum.

Referências

- ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro: Anpur, ano I, n. 1, p. 79-90, 1999.
- BOTELHO, A. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. *Cadernos Metrópole*, n. 18, p. 15-38, 2007.
- CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*, São Paulo: Boitempo, v. 1, n. 16, p. 39-75, 2003.
- COSTA, H. S. de M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro: ANPUR, n. 2, p. 55-71, 1999.
- D’ANDREA, T. O real panorama da pólis: conflitos na produção do espaço em favelas localizadas em bairros de elite de São Paulo. *Pós – Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo: FAUUSP, v. 19, n. 31, p. 44-65, 2012.
- FERRARA, L. N. O lugar da natureza na produção do espaço metropolitano: do metabolismo urbano industrial para o imobiliário financeiro. In: PEREIRA, P. C. X. (org.). *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI*. São Paulo: FAUUSP, 2018. p. 137-160.
- FIX, M. Uma ponte para a especulação – ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 41-64, 2009.
- FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HARVEY, D. *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford: Blackwell, 1996.
- HARVEY, D. *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Quito: IAEN, 2014.

- HIDALGO, R. *et al.* Aguas de ficción a la carta: la producción de naturaleza como nicho de renta. Bienes comunes y espacio urbano exclusivo en torno a las *crystal lagoons*. In: ALVARADO, C.; GÓMEZ, R.; HIDALGO, R. (coord.). *Expresión territorial de la fragmentación y segregación*. Cuernavaca: Praxis Digital, 2016. p. 13-30.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MARX, K. *O Capital (Crítica da Economia Política)*. O processo global de produção capitalista. Volume III, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- NAREDO, J. M. La economía en evolución: invento y configuración de la economía em los siglos XVIII y XIX y sus consecuencias actuales. *Manuscripts*, n. 22, p. 83-117, 2004.
- OSEKI, J. H.; ESTEVAM, A. R. A fluvialidade em rios paulistas. In: COSTA, Lucia M. S. A. *Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, Ed. PROURB, 2006. p. 77-94.
- PEREIRA, P. C. X. A reprodução do capital no setor imobiliário e a urbanização contemporânea: o que fica e o que muda. In: PEREIRA, P. C. X. *Reconfiguração das cidades contemporâneas: contradições e conflitos*. São Paulo: FAUUSP, 2016. p. 125-138.
- SÃO PAULO (Município). *Setores da macroárea de estruturação metropolitana*. São Paulo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, 2016. 1 mapa, color., PDF. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE_lei_final_aprovada/MAPAS/MAPAS%20ASSINADOS/Mapa02A_Setores_Macro%C3%A1rea_Estrutura%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 8 nov. 2019.
- SEABRA, O. C. de L. *Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- SWYNGEDOUW, E.; HEYNEN, N. C. Urban Political Ecology, Justice and the Politics of Scale. *Antipode - A Radical Journal of Geography*, Oxford, Blackwell, v. 35, n. 5, special Issue, p. 898-918, 2003.
- TOLEDO, V. M. El metabolismo social: una nueva teoría socioecológica. *Relaciones*, n. 136, p. 41-71, 2013.
- VILLAÇA, F. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2001.

PARTE VI

Economia urbana e regional e migrações

Economia urbano-regional e migrações

Um debate

Regina Helena Tunes

Introdução

Economia urbana e regional e migrações foi o tema central da Mesa 6 do Simpósio Nacional de Geografia Urbana (Simpurb) a partir de uma análise geográfica. Isso significa dizer, com base na ementa da mesa, que se trata de uma análise da produção do espaço tendo como base a economia urbana e as migrações contemporâneas.

Esse esclarecimento evidencia, de antemão, a compreensão que a mesa tem da relação espaço e economia/migrações. Não se trata de evidenciar impactos das atividades produtivas e do deslocamento populacional no espaço, mas, sim, de refletir como essas mesmas atividades conformam processos que produzem uma espacialidade.

Dito de outra forma, o que os pesquisadores na mesa traçaram foram leituras possíveis de como as migrações e a indústria, temas centrais das apresentações da mesa, contribuem para as transformações espaciais na perspectiva da produção social do espaço.

A partir dos textos enviados pelos pesquisadores da mesa e da discussão realizada no evento, apresentamos neste texto algumas considerações com o propósito de estabelecer uma mediação e de apontar questões de debate da relação entre a produção do espaço e as migrações/economia regional-urbana.

Como primeira estratégia, e talvez a mais lúdica, elaboramos uma nuvem de palavras com os textos dos pesquisadores que ajudaram a identificar convergências, como a Figura 1 demonstra.

Essa nuvem de palavras, para além do seu valor estético, apresenta as expressões mais utilizadas, ou seja, aquelas que foram as mais citadas nos textos dos pesquisadores. Tomamos o cuidado, ao fazer isso, de excluir

velam, o que se pode ler para além de apenas palavras aparentemente desconexas nessa nuvem. A partir daí, como segunda estratégia de mediação da mesa, buscamos identificar dentre as expressões da nuvem a *realidade em movimento* (LEFEBVRE, 2009) que os pesquisadores procuraram compreender.

Pensar na realidade em movimento pressupõe entendê-la como uma *totalidade concreta* vigente na atualidade e *aberta*, ou seja, que parte da análise empírica (de fatos e processos concretos) para buscar compreender a estrutura econômica e social atual (LEFEBVRE, 2009). Essa totalidade aberta e universalizante contempla inúmeras totalidades parciais, que, longe de se configurarem por parte do todo, apresentam uma interdependência universal e possuem uma lógica teórica e histórica (LENCIONI, 2017) que precisa ser apreendida.

Na busca pela compreensão dessas totalidades parciais, destacamos dois momentos do mesmo movimento: o *movimento do real* e o *movimento do pensamento* na interpretação desse real. É necessário deixar claro que distinguimos aqui os dois momentos meramente como uma estratégia didática de exposição, mas que o movimento, repetindo o que já dissemos anteriormente e tomando por base o que Lefebvre (1995) aponta, implica uma unidade fundamental.

O movimento do real: a economia urbana/regional e as migrações entre transformações e permanências

Parece-nos, assim, que os pesquisadores pensaram na produção do espaço alicerçados na ideia de *movimento*, considerado aqui tanto o movimento do real que “se apresenta como móvel, múltiplo, diverso, contraditório” (LEFEBVRE, 1995, p. 170), e que a partir da leitura dos textos revela transformações, rupturas, insurgências, permanências e contradições na produção do espaço; mas também o movimento do pensamento que se evidencia pela reconstrução dos conceitos, pois, citando Lencioni (2008, p. 11), “na medida em que o conceito é um reflexo do real e esse real está em permanente mudança, é lógico que ele (o conceito) também se modifique”, revelando assim que o “conceito existe em movimento”.

Do ponto de vista da análise do *movimento do real*, cabe destacar que de forma hegemônica as análises convergem para refletirmos as transfor-

mações e permanências na direção e na intensidade dos fluxos *populacionais* e do *capital*. Interessante ainda destacar que, nas análises, as transformações desvelam contradições nesse movimento ao destacar as descontinuidades e as rupturas do movimento hegemônico.

Observando então o *movimento do real*, aquele em que transformações e permanências são evidenciadas, essa mesa evidenciou a totalidade contemporânea do sistema capitalista em sua dimensão material e imaterial. Vamos tratar um pouco sobre isso antes de prosseguir a partir de uma brevíssima síntese da exposição dos pesquisadores.

Foram evidenciados os movimentos populacionais que envolvem migração para as metrópoles brasileiras a partir do movimento de emigração metropolitana, incluindo a pendularidade como um elemento significativo desse movimento. A análise dos dados estatísticos, dos gráficos e dos mapas destaca uma permanência: a centralidade da metrópole, ainda que em constante transformação, pois são, na perspectiva de Carlos Lobo, as periferias metropolitanas, no entorno da metrópole, que recebem o maior fluxo migratório.

Foram analisadas também as migrações internas evidenciando áreas de retenção de população, áreas de perdas migratórias e áreas de rotatividade migratória. Destacamos aqui como a perspectiva da rotatividade migratória se liga totalmente à expansão da lógica homogeneizante do capital que abarca, integrando de forma seletiva, espaços fora dos contextos metropolitanos, mas pouco distantes desses.

Já o *movimento do capital* foi evidenciado a partir da análise regional da indústria do estado de São Paulo diferenciando dois processos: a disseminação do modo industrial e o processo de industrialização. Entende-se que a disseminação do modo industrial se deu por todo o território, enquanto a industrialização privilegiou certas parcelas do estado.

Buscando uma leitura das dinâmicas regionais, a análise do processo de industrialização e a disseminação do modo industrial evidencia um terceiro elemento: os eixos de desenvolvimento do estado de São Paulo. É ao longo dos eixos de desenvolvimento do estado que o processo de industrialização ocorre de forma quantitativamente mais significativa e qualitativamente superior, disseminando-se para outras áreas a partir dali.

Ainda quanto ao movimento do capital em uma de suas formas mais contemporâneas, discutiu-se a emergência da indústria 4.0, como Schwab (2016) a denomina, associada à Quarta Revolução Industrial, “*revolución*

que se está cambiando de manera fundamental la forma de vivir, trabajar e relacionarnos unos com otros” (SCHWAB, 2016, p. 13).

Sposito (2019) realçou a importância da indústria 4.0 para o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo a partir do apontamento de megatendências que são, como o autor aponta, evidências da ubiquidade desse processo, que são: a velocidade no sentido do que Santos (2002) denominou de aceleração contemporânea associada aos fluxos no meio técnico-científico-informacional; a amplitude e a profundidade da revolução digital, que amplia, de forma geométrica, a sua presença em diversas dimensões cotidianas; e o impacto sistêmico para fazer referência às transformações produtivas e técnicas, típicas de momentos historicamente designados como de revoluções industriais.

Dois questões de debate dos movimentos do real

Após essa breve explanação sobre a realidade que os pesquisadores buscaram se debruçar nos textos, apresentamos aqui duas considerações que julgamos pertinentes para o debate das questões postas pelos autores. A ideia dessa parte do texto é estabelecer um diálogo com os autores a partir do tensionamento de duas questões.

A primeira delas é a centralidade da metrópole. Essa premissa aparece muito claramente nas exposições realizadas na mesa. Tanto o deslocamento populacional analisado a partir das regiões metropolitanas brasileiras e com base nos dados do Censo do IBGE como também a indústria analisada, em especial no estado de São Paulo a partir das Contas Regionais do IBGE, corroboram à perspectiva de persistência da hegemonia da metrópole.

Ainda que tanto tenha sido dito sobre a desconcentração econômica, a perda da centralidade da metrópole, o processo (tão discutido há décadas) de reversão da polarização, é inegável a centralidade da metrópole que se reforça hoje com a concentração espacial de atividades econômicas superiores, como as finanças, a inovação e as atividades de gestão do capital.

É verdade que o processo de desconcentração, seja sob o ponto de vista estrito das atividades econômicas, da população ou um *myster*, ocorreu em parte significativa nas metrópoles. Sabemos, como já apontou Gottdiener (1993) em fins do século passado, que esse processo tem relação direta com a expansão das áreas urbanas fora dos tradicionais centros populacionais,

conformando na década de 1970, com efeito, os limites aproximados das regiões metropolitanas¹ e alimentando o debate das cidades-região no início do século XXI.

Porém, ainda que com temporalidades históricas diferentes, a expansão do tecido urbano conformando uma aproximação com os limites das regiões metropolitanas e, mais à frente, a partir do debate da cidade-região, não se trata de perda de centralidade e muito menos de reversão de polarização.

Lefebvre (2001) apontou na análise do duplo processo de urbanização e industrialização o ponto crítico em que se situava a problemática da cidade e da realidade urbana a florescer (no momento de escrita do texto do autor) uma sociedade urbana que podemos afirmar hoje completamente constituída. No cerne do ponto crítico de Lefebvre (2001) está a ampliação da urbanização, a partir do “assalto” do processo de industrialização à urbanização pretérita, o processo duplo de implosão-explosão da cidade, momento em que a sociedade urbana se generaliza e se reconstitui a centralidade do urbano.

Na contemporaneidade podemos afirmar que esse processo de expansão do tecido urbano metropolitano persiste a partir dos processos de metropolização (LENCIONI, 2019) – também denominado de urbanização regional (SOJA, 2013) –, conformando as atuais megarregiões. Não é nosso objetivo ampliar esse debate, mas é importante destacar que os atuais processos espaciais de constituição de regiões de grandes dimensões territoriais se relacionam com os anteriormente indicados, pois ainda se trata da ampliação da metrópole, mas que difere deles pois está descolado do processo de industrialização. A metropolização do espaço está relacionada muito mais com a atual hegemonia das finanças como fração do capital indutora do processo.

É preciso destacar que, em todas as situações e buscando um fio desses três momentos, a expansão da metrópole, ampliando a sua área de influência e conformando um espaço homogêneo, não ocorreu sem contradições. Ou seja, não se trata de um processo linear. Ao contrário disso, o que te-

¹ Importante ressaltar que no Brasil as primeiras nove regiões metropolitanas foram institucionalizadas em 1973 e 1974. Dizemos limites aproximados por reconhecermos o importante debate teórico-metodológico que diferencia os limites das regiões metropolitanas com o conteúdo do processo espacial que dá forma a essas regiões. Não entraremos aqui no mérito dessa questão, mas consideramos importante evidenciar esse reconhecimento. Para mais detalhes sobre essa questão, indicamos Firkowski (2013).

mos é a reprodução de um espaço para além de seu aspecto urbano homogeneizante, que fragmenta e hierarquiza em níveis diferentes e cada vez de forma mais intensa, praticamente negando o direito à vida urbana de parcela significativa de seus cidadãos.

Assim, o que nos parece de toda essa discussão é que há, por um lado, a constatação de um reforço à centralidade da metrópole, e, por outro, um novo desafio no entendimento do movimento do real nessas regiões. Novo desafio porque, a partir do processo de metropolização do espaço, as antigas formas duais de diferenciação espacial centro/periferia, cidade/campo, espaços metropolitanos/não metropolitanos fazem cada vez menos sentido.

Levando tudo isso em consideração, surgem alguns questionamentos sobre as análises realizadas nas pesquisas que partem da escala metropolitana e que também apareceram no debate da mesa: como analisar os dados de movimentos de pessoas e capitais buscando apreender o movimento do real tomando por base a diferenciação entre o núcleo central metropolitano e a periferia metropolitana?

Dando um passo adiante, pensando justamente na metamorfose promovida pela metropolização, podemos ainda distinguir o centro da periferia metropolitana? E como lidar com as regiões metropolitanas que estão atualmente em processo de integração territorial, como as cinco localizadas no estado de São Paulo (São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba e Litoral Norte) e na região metropolitana do Rio de Janeiro, dando forma ao que se tem denominado de megarregião Rio de Janeiro-São Paulo?

Com base nesses tensionamentos, acredita-se que urge entendermos os movimentos do real a partir da metropolização como um processo que *supera os limites metropolitanos* e, a partir disso, se apresenta o desafio de pensar em como lidar com esse novo fato urbano do ponto de vista metodológico nas pesquisas que abordam as metrópoles brasileiras.

O segundo ponto que apresentamos para o debate é a discussão sobre a indústria 4.0 e a emergência, como denomina Schwab (2016), da Quarta Revolução Industrial no contexto da geografia da indústria brasileira. Nosso debate aqui é direcionado mais para uma crítica da perspectiva de Schwab (2016) e de entusiastas desse tipo de abordagem.²

² Por entusiastas estamos entendendo as diversas formas como essa expressão aparece no cotidiano nas redes e mídias sociais e também os diversos órgãos de pesquisa, institutos setoriais, associações e organizações que adotaram essa expressão. Exemplos: Associação

Por que apontamos essa questão para o debate? Primeiro, não se pode negar que o avanço técnico-científico ocorre de forma cada vez mais veloz e que há verdadeiras metamorfoses emergindo na contemporaneidade, como a Internet das Coisas (IoT), a Inteligência Artificial (AI), a Manufatura Aditiva (3D), a Biologia Sintética (SynBio) e os Sistemas Ciber-Físicos (CPS). Não se pode refutar também a contribuição desse avanço na biomedicina e da área de fármacos, como, por exemplo, com a promessa de uso comercial das impressoras 3D, que agilizariam as cirurgias de transplante de órgãos, e tantos outros exemplos que podem ser dados na área das ciências da vida.

Arocena e Sutz (2003) chamaram a atenção para a velocidade das transformações produtivas associadas à tecnologia ao afirmarem que

Lo que si puede afirmarse es que en los últimos 50 o 60 años la sucesión de transformaciones mayores, provenientes de los más diversos ámbitos de la producción y con impactos variados sobre vida y costumbres, tuvo una rapidez no conocida en otro momento histórico. (AROCENA; SUTZ, 2003, p. 78).

Ainda que haja inúmeros outros exemplos que poderíamos listar que conferem um grau de otimismo em relação às novas tecnologias, não é possível analisar esse fenômeno apenas por esse ponto de vista e menos ainda considerar as transformações tecnológicas vigentes como determinantes, por si só, do atual momento histórico. Com isso, queremos alertar para o flerte com o determinismo tecnológico, que associa esses avanços a mudanças sociais, econômicas, políticas e até mesmo espaciais.

Do ponto de vista espacial, daquele da localização da indústria, não se pode ignorar as gigantescas diferenciações que resultam em aprofundamento das desigualdades socioeconômicas em praticamente todas as escalas geográficas de análise e que não são sequer dimensionadas na análise de Schwab (2016).

Também consideramos inevitável associar essas transformações técnicas e tecnológicas à ampliação do conflito capital-trabalho, ao processo de

Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (Firjan), Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), entre outros.

valorização do capital e à expansão da acumulação; em síntese, concebê-lo no contexto do desenvolvimento das forças produtivas no atual estágio do capitalismo. Não vamos nos alongar demais aqui,³ mas essa é a primeira questão relevante que destacamos desse segundo ponto.

Segundo, além das questões apontadas, não se pode deixar de refletir como podemos, no atual momento da economia brasileira, pensar em horizontes de expansão tecnológica e de inserção do país na suposta 4ª Revolução Industrial.

Com isso não queremos dizer e nem nos alinhar aos argumentos que têm sido evidenciados recentemente na academia e na mídia de um estrito processo de desindustrialização brasileira e uma reprimarização da economia nacional.⁴ Não é nessa linha nossa argumentação.

Na verdade, essencialmente estamos debatendo no Brasil a porosidade das transformações associadas à 3ª Revolução Industrial no contexto de um país de industrialização tardia (MELLO, 1982), atrasado do ponto de vista tecnológico, periférico na Divisão Internacional do Trabalho (POSCHMANN, 2007), obsoleto em termos de bens de capitais e considerado um país inovador modesto (EUROSTAT, 2014). Portanto, se nem o paradigma da acumulação flexível foi bem incorporado pelo parque industrial brasileiro, também não podemos pensar em associar diretamente o Brasil com a indústria 4.0.

Um ponto mais a destacar. Todos os países com relevante participação nos setores de alta tecnologia e da inovação no mundo, como Estados Unidos, Alemanha e Japão, possuem uma forte e audaciosa política industrial que articula investimentos estatais e privados na manutenção da hegemonia industrial e no financiamento de projetos inventivos com potencial de se transformarem em inovadores. Não é necessário grande esforço para afirmar a total ausência de política industrial, mais ainda a relacionada com a ciência, tecnologia e inovação, do Brasil atual.

Assim, finalizando a apresentação do nosso argumento, não se trata de opor-se ao fato de que significativas transformações técnicas estão em ebulição no atual momento histórico, e que isso até pode ser denominado de 4ª Revolução Industrial, como faz Schwab (2016), ou de indústria 4.0, mas

³ Ampliamos esse debate recentemente em Tunes (2019).

⁴ Sobre essa questão, alinhamos nosso ponto de vista ao de Pereira Júnior (2019).

sim de redimensionar essa questão, escapando assim de qualquer possibilidade de pensá-la de forma neutra ou determinista.

O movimento do pensamento: a forma trinitária do pensamento espacial

Olhando agora para o movimento do pensamento e tendo como referência o que Lefebvre (1995, p. 174) bem nos lembra – “se o real está em movimento, então que nosso pensamento também se ponha em movimento e seja pensamento desse movimento” –, destacaremos a seguir uma leitura possível do *pensamento em movimento* e do *movimento do pensamento* dos pesquisadores.

O primeiro ponto que gostaríamos de destacar da análise que fizemos da arguição dos autores é que os pesquisadores se distanciam de análises dualistas da realidade e constroem uma *argumentação triádica* que procura compreender os processos espaciais a partir da contradição dialética.

Carlos Lobo e Eliseu Sposito, em suas análises da migração no Brasil, fogem da abordagem dicotômica mais tradicional de origem e destino ou de fatores de repulsão e de atração para o movimento migratório para uma análise que abarca também um terceiro elemento, constituindo assim uma análise triádica das migrações a partir da consideração também do *espaço de fluxos da migração* que se constitui exatamente pela reversibilidade mais frequente hoje do movimento populacional no Brasil.

Constitui-se na busca de um pensamento contraditório dialético, pois, da forma como nós lemos, *supera* a dicotomia tradicional dos estudos migratórios, indo mais além das análises sobre espaços de chegada e espaços de partida. Ao analisar a migração a partir dos fluxos, incluindo aí a rotatividade migratória, permite a leitura do movimento que é sempre efêmero, em constante transformação, ainda que permita a identificação de alguns padrões mais ou menos estáveis, como os vetores de emigração que conformam redes próximas aos núcleos metropolitanos brasileiros.

A contradição dialética está presente também na análise das dinâmicas regionais econômicas do texto de Eliseu ao apresentar para o debate a análise imbricada do processo de industrialização, a disseminação do modo industrial e os eixos de desenvolvimento. Como o próprio autor apresenta, o processo de industrialização no estado de São Paulo se desenvolveu em

mão dupla, já que a capital e as áreas próximas aos eixos de desenvolvimento passaram por uma forte industrialização, ao mesmo tempo em que as demais áreas foram “conquistadas pelo modo industrial”.

Nas palavras de Sposito (2015, p. 376), “isso permite afirmar, como consequência, que a industrialização não se realizou em todo o estado de São Paulo, mas o modo industrial ‘conquistou’ os principais núcleos urbanos da rede de cidades do estado”, e, complementarmente a isso, os eixos de desenvolvimento permitiram a disseminação do modo industrial.

O segundo ponto que gostaríamos de destacar do movimento do pensamento espacial dos pesquisadores é a presença de uma forma trinitária específica de análise do espaço que dialoga muito bem com os textos: a tríade constitutiva do espaço na sociedade capitalista – o espaço homogêneo, fragmentado e hierarquizado.

Como sabemos, Lefebvre foi o autor que primeiramente destacou esses três elementos como inerentes ao espaço produzido no âmbito capitalista. Também é de conhecimento geral que o autor estabeleceu essa forma trinitária de entendimento do espaço inspirado pela leitura de Marx, que aponta que o trabalho no capitalismo é homogêneo, fragmentado e hierarquizado.

Consideramos que essa leitura trinitária do espaço se faz presente, como método de investigação, no texto de Carlos Lobo quando o autor explicita a homogeneidade do crescimento populacional das áreas urbanas a partir dos fluxos migratórios. Ou seja, o autor, assim como Eliseu Sposito também apresenta, relaciona a continuidade e a intensificação do processo de urbanização brasileiro, homogeneizando, nesse sentido, o espaço que se torna cada vez mais igual com feições claramente urbanas, com o deslocamento populacional.

No entanto, ambos os pesquisadores apontam que esse deslocamento populacional não ocorre de forma simétrica no país. Há áreas que recebem de forma mais significativa esse fluxo migratório do que outras. Portanto, ainda que tenda a se homogeneizar como processo indutor da urbanização, ele fragmenta o espaço produzindo diferenciações. Essas diferenciações, como está evidente na argumentação dos autores, guarda estreita relação com a expansão do mercado de trabalho e com a centralidade metropolitana.

Os fluxos migratórios, ao fragmentarem o espaço privilegiando algumas áreas em detrimento de outras, o hierarquiza promovendo uma forte concentração demográfica que, como aponta Carlos Lobo, ocorre nas pe-

riferias metropolitanas. Ainda que nas periferias metropolitanas, e como muito bem aponta o autor, o fluxo migratório reforça a centralidade metropolitana, desconstruindo as teses de reversão da polarização a partir da análise do movimento da população.

A análise triádica do movimento do capital produzindo espacialidades também se faz presente nas perspectivas teóricas dos autores ao observar que esse movimento tende a se tornar homogêneo no espaço, mas que, ao contrário disso, privilegia certos territórios, fragmentando-os e hierarquizando-os a partir da presença de formas superiores do capital, como as criações tecnológicas, a inovação, a presença mais forte do capital advindo das finanças e de condições gerais de produção qualitativamente diferentes.

Essa construção teórica é evidente quando Eliseu aponta a disseminação do modo industrial como diferente do processo de industrialização e argumenta que, enquanto o modo industrial se dissemina por São Paulo, o processo de industrialização se concentra em certos pontos, fragmentando, portanto, o espaço e lhe conferindo uma diferenciação. Esses espaços privilegiados pela presença de fato do capital produtivo industrial, por fim, seguem a lógica espacial dos eixos de desenvolvimento.

Referências

- AROCENA, R.; SUTZ, J. *Subdesarrollo e innovación*. Navegando contra el viento. Madrid: Cambridge University Press, 2003.
- BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 20, n. 39, p. 77-100, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852012000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 nov. 19.
- EUROSTAT. *Innovation Union Scoreboard*. 2014. Disponível em: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/innovation/files/ius/ius-2014_en.pdf. Acesso em: 2 mar. 14.
- FIRKOWSKI, Metrôpoles e Regiões Metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio? In: FURTADO, B.; KRAUSE, C.; FRANÇA, K. *Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano*. Brasília: Ipea, 2013.

- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Ed. USP, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *Marxismo*. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *GEOUSP - Espaço e Tempo (Online)*, n. 24, p. 109-123, 30 abr. 2008.
- LENCIONI, Sandra. Totalidades e Tríades: compreendendo o pensamento de Lefebvre. In: LENCIONI, S. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- LENCIONI, S. Metropolização do Espaço. In: CARLOS, A.; CRUZ, R. *A Necessidade da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2019.
- LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de influência das principais metrópoles brasileiras. *Revista brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 81-101, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v28n1/a05v28n1>. Acesso em: 15 out. 19.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PEREIRA JÚNIOR, Edilson. O debate sobre a desindustrialização no Brasil: abordagens concorrentes e um olhar a partir da Geografia. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 39, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/56942>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- POSCHMANN, Marcio. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1477-1489, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2020.
- SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Monica. *O novo mapa do mundo: fim do século e globalização*. São Paulo: Hucitec, Anpur, 2002.
- SCHWAB, Klaus. *La cuarta revolución industrial*. Barcelona: Penguin Random House, 2016.
- SPOSITO, Eliseu; AZEVEDO, Francisco. A disseminação do modo industrial em São Paulo e no Rio Grande do Norte: o tempo e o espaço em questão. *Revista Formação*, Presidente Prudente, v. 1, n. 23, p. 133-157, 2016.

- SPOSITO, Eliseu. Rede Urbana e eixos de desenvolvimento: dinâmica territorial e localização da indústria e do emprego no estado de São Paulo. *In: SPOSITO, E. (org.). O Mapa da Indústria do estado de São Paulo*. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2015.
- SPOSITO, E. Desenvolvimento Regional do Brasil: uma leitura pela ótica da quarta revolução industrial. *In: OLIVEIRA, F.; OLIVEIRA, L.; TUNES, R.; PESSANHA, R. Espaço e Economia*. Geografia Econômica e a Economia Política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- SOJA, Edward. Para além da Postmetropolis. *Revista da UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 136-167, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/7-para_alem_da_postmetropolis_edward_soja.pdf. Acesso em: 2 jan. 2020.
- TUNES, Regina. Uma abordagem crítica da inovação e do conhecimento na geografia do capitalismo contemporâneo. *In: OLIVEIRA, F.; OLIVEIRA, L.; TUNES, R.; PESSANHA, R. Espaço e Economia*. Geografia Econômica e a Economia Política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

Dinâmica migratória e mobilidade pendular nas metrópoles brasileiras

Carlos Fernando Ferreira Lobo

Introdução

Ainda que o ritmo de crescimento demográfico metropolitano tenha sido reduzido consideravelmente, em função da queda da fecundidade e do crescimento da emigração, os principais centros urbanos do país mantiveram sua expressão demográfica e continuaram atraindo expressivos contingentes populacionais (MATOS, 1995; CUNHA, 2003, 2015; LOBO, 2009; LOBO; MATOS, 2011). Diferentemente do que alguns autores esperavam, os dados extraídos dos últimos censos demográficos não confirmaram a hipótese de desconcentração espacial da população (AZONI, 1986; DINIZ, 1993; MARTINE, 1994), tampouco o processo de desmetropolização, tal como poderiam sugerir algumas análises mais apressadas.

Contudo, nas últimas décadas do século passado, muitos municípios da periferia metropolitana do país apresentaram incremento populacional expressivo, resultado, em boa medida, do grande volume de emigrantes procedentes dos núcleos (MATOS *et al.*, 2003; CUNHA, 2018). Vinculada ao processo de expansão do tecido urbano metropolitano tem-se a difusão de fortes correntes de mobilidade pendular para os municípios das periferias metropolitanas, em boa medida compostas pela população “expulsa” das áreas centrais pelo elevado custo da terra. No caso brasileiro, o processo de periferização induziu um intenso deslocamento cotidiano em decorrência da necessidade de força de trabalho no centro regional ou pela oferta restrita no mercado educacional. Há, contudo, questões que merecem ser analisadas de forma mais detalhada, dado o atual cenário demográfico brasileiro. Qual é a real magnitude da emigração metropolitana na atualidade? O suposto crescimento da emigração procedente das me-

trópoles tem confirmado a suposta tendência de dispersão/desconcentração espacial da população? A emigração metropolitana tem representado perda de vínculos de trabalho ou estudo das populações migrantes com o núcleo de origem?

Considerando essas questões como pontos de reflexão, esse trabalho tem como objetivo principal analisar a participação da emigração metropolitana na dinâmica demográfica regional, incluindo o peso da pendularidade na migração da década. Para tanto, foram utilizados os dados extraídos dos censos demográficos de 1980 e 2010, o que permitiu a análise de duas décadas relevantes na dinâmica demográfica do país, que marcam, respectivamente, a consolidação da base de produção industrial e a concentração econômica no sudeste do país, bem como a maturidade do processo de transição demográfica, com a queda acentuada das taxas de fecundidade. Ainda que os dados do próximo censo possam trazer novas evidências decorrentes de processos sociais em curso, a análise dos fluxos migratórios circunscritos aos recortes temporais dessas duas décadas oferece sinais relevantes da organização do espaço metropolitano e regional.

A mobilidade populacional metropolitana: evidências e significados da migração e da pendularidade

Não é novidade que a interpretação da realidade representada pelos modelos teóricos esboçados para os países de desenvolvimento avançado esbarra nas particularidades que marcam a formação do território e a organização do espaço nacional. O processo de urbanização brasileiro começa a tomar forma sobretudo nos anos de 1940, quando uma ainda frágil industrialização induz a uma reorganização espacial da população no território nacional, momento em que o Sudeste concentrou os principais centros da rede urbana formada no país (SANTOS, 2005). Em contrapartida, a população rural apresentava declínio desde os anos 1950, de forma que, em 1970, a população urbana já representava cerca de 56% do total no Brasil. No mesmo período, essa proporção atinge 72,7% para o caso do Sudeste. O aumento dos fluxos migratórios do tipo campo-cidade promoveu a intensificação do processo de crescimento da população urbana, fortemente concentrada nas principais capitais brasileiras,

formando grandes e complexos aglomerados urbanos, via processos de metropolização e conurbação.¹

Na literatura nacional existe um amplo investimento teórico e conceitual sobre o processo de urbanização no Brasil, bem como sobre seus impactos nas condições de vida da população e nas formas e arranjos regionais metropolitanos. Como destacou Reis (2006), o significado da urbanização varia em diferentes níveis espaciais e envolve diversidades e articulações em espaços urbanos e regionais, o que requer a incorporação da análise das relações entre centro e periferia, em suas múltiplas escalas. O processo de dispersão urbana, típico, embora não exclusivo do caso brasileiro, caracteriza-se pelo esgarçamento do tecido urbano, com a urbanização estendendo-se pelo território, incluindo núcleos urbanos separados por vazios intersticiais, que mantiveram vínculos estreitos e um único sistema urbano. Formaram-se constelações ou nebulosas de núcleos urbanos de diferentes dimensões, integrados às aglomerações urbanas metropolitanas e submetropolitanas, com o sistema de vias de transporte inter-regionais sendo utilizado como apoio ao transporte diário (REIS, 2006).

Para Limonad (2007), embora possa haver uma difusão da dispersão urbana em diversas partes do mundo, ainda persistem formas de urbanização mais intensivas. Mesmo que ambas as formas (dispersa e intensiva) levem a uma expansão territorial da malha urbana, diferem na forma final que assumem. Ao tecido urbano esgarçado, fragmentado e pulverizado da urbanização extensiva, característico do que Francesco Indovina denominou de “arquipélago metropolitano”, contrapõem-se grandes aglomerações urbanas com alta densidade, onde se reforça a primazia da metrópole e da cidade concentrada e compacta. No Brasil essa dispersão assumiu diversas manifestações quanto à localização, seja enquanto forma de expansão das periferias metropolitanas, seja pela multiplicação dispersa de

¹ Como alertou Faria (1991) o crescente volume de população urbana não ficou restrito apenas a um pequeno número de centros de grande porte, como ocorreu em outros países não desenvolvidos. Na verdade, o processo de urbanização no Brasil entre 1950 e 1980 apresentava dupla característica. De acordo com esse mesmo autor, por um lado, concentrava grandes contingentes populacionais, em um número reduzido de áreas metropolitanas e grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo; por outro, alimentava o crescimento da população urbana de um número grande de cidades de diferentes tamanhos que se integram num complexo padrão de divisão territorial do trabalho social, tanto no campo como entre cidades.

pequenos aglomerados urbanos em bacias de emprego, ou sob a forma de *clusters* industriais, de serviços ou turísticos, acompanhados muitas vezes pela formação de condomínios ou megacondomínios fora das áreas urbanas (LIMONAD, 2007).²

Levando em consideração não apenas a migração e os deslocamentos pendulares, mas também os processos de reconfiguração territorial e espacial das metrópoles e suas regiões de influência, como formas de possível delimitação das áreas consideradas dispersas, o conceito de cidade-região ganha relevância explicativa. De acordo com Lencioni (2000), ao analisar o caso paulista, os processos socioespaciais contemporâneos de dispersão regional, nos quais trabalha os mecanismos de reestruturação produtiva e integração regional, provocam uma cisão territorial das indústrias na área metropolitana. Torna-se, portanto, fundamental entender a cidade-região como uma configuração dos processos socioeconômicos e socioespaciais característicos da contemporaneidade, cujo conceito se enquadra em um contexto de dispersão populacional das metrópoles, processos que podem ser evidenciados, por exemplo, pela migração e pelos deslocamentos pendulares (LENCIONI, 2000).³

A análise das causas e efeitos da migração oferece uma aproximação adicional a processos sociais mais amplos ou específicos, incorporando aspectos referentes à dinâmica demográfica e à dimensão espacial. Permite avaliar os fluxos no âmbito nacional, regional e local, não se limitando a um indicador de concentração ou dispersão demográfica e das atividades econômicas. Possibilita, ainda, identificar o perfil da população migrante,

² Cruz (2010) acredita que a própria definição de região metropolitana como recorte para execução de políticas públicas apresenta obstáculos, tendo em vista que existem expressivas diferenças internas, inclusive no nível de interação entre os municípios metropolitanos. Para esse mesmo autor, existe um impasse com relação à unidade (recorte) adequada para o planejamento no âmbito metropolitano. Na maioria das vezes, parte-se de um recorte territorial definido *a priori* e não de uma análise na qual os deslocamentos pendulares definem a extensão da área a ser considerada como dispersa (OJIMA, 2011).

³ Estas dinâmicas, e suas especificidades no contexto paulista, foram analisadas em alguns estudos de cunho demográfico, como os de Cunha *et al.* (2013), Silva, Cunha e Ortega (2017) e Silva (2018), nos quais fica demonstrada a concomitância de processos “tradicionais”, e claramente metropolitanos, com articulações “extrarregionais”, sugerindo fortemente a formação de uma nova forma urbana que amplia o alcance da expansão urbana e da redistribuição espacial da população, constituindo o que vem sendo chamado de “Macrometrópole Paulista” (CUNHA *et al.*, 2013).

as formas institucionais e sociais de difusão de informações e inovações, a inserção tardia ou avançada na transição demográfica e os graus de desigualdade regional quando se discute o fim do padrão concentrador das atividades. Não se trata de um mero fluxo de pessoas. Envolve a existência de fatores estruturais, referentes ao sistema de produção e ao mercado de trabalho, bem como a existência de redes sociais que alimentam e dão suporte à mobilidade da população. Tem, portanto, significado econômico, social e pessoal, que oferecem sinais sobre a organização e estruturação de espaços dinâmicos ou estagnados.

A mobilidade pendular, por sua vez, representa aspectos mais fluidos da dinâmica demográfica. Mesmo que exista uma tendência de que nos espaços mais adensados os relacionamentos com o núcleo metropolitano sejam mais intensos, o adensamento populacional no território potencializa as relações sociais e econômicas no espaço metropolitano, o que pode ter efeito na redução dos custos de transporte e na expansão da infraestrutura, dinamizando e induzindo a mobilidade espacial da população. Pode-se, sobre esse mesmo aspecto, considerar que a pendularidade é uma consequência da intensificação da mobilidade metropolitana, determinada pela expansão dos vetores de expansão do tecido urbano para além do core metropolitano.⁴ Isso reflete não apenas as escolhas residenciais de segmentos da população na expectativa de que externalidades positivas compensem os custos adicionais da distância ao trabalho, mas, no caso dos trabalhadores de baixa renda, a ação excludente do mercado imobiliário e/ou do mercado de trabalho (BRITO; SOUZA, 2005). Se alguns municípios se “beneficiam” do aumento provisório da população, dado o incremento da demanda de vários serviços locais, outros apresentam uma condição bem diferenciada fora do turno laboral, característica das conhecidas “cidades-dormitórios”. Há, portanto, um amplo leque de

⁴ Ao avaliar o caso francês, analisando as áreas metropolitanas de Paris, Lyon e Marseille, Aguilera (2005) observou que, ao longo da última década, as mudanças na localização dos empregos e das pessoas levaram a um crescimento do emprego, ainda que tivesse ocorrido uma queda no número de trabalhadores residentes. Os resultados obtidos por esse autor, nesse mesmo trabalho, permitiram identificar um crescimento no número de viagens de deslocamento entre os subcentros e entre alguns municípios localizados fora da área metropolitana, de modo a elevar a distância média de deslocamento. No caso brasileiro, estudos com base nos dados do Censo de 1980, como demonstrado por Cunha (2015), já indicavam claramente essa relação.

processos que podem ser identificados com base na mobilidade espacial da população, sobretudo quando avaliados em suas diferentes formas, como a migração e a pendularidade.

Recortes regionais/unidades de análise, bases de dados e procedimentos metodológicos

A definição dos níveis de hierarquia urbana e a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras não é nova. De fato, constam de uma série de estudos anteriores que foram realizados pelo IBGE, que tiveram como base a aplicação de questionários que permitiram a investigação da intensidade dos fluxos de consumidores em busca de bens e serviços nos anos de 1966, 1978 e 1993. A atual proposta de regionalização e rede de influência de cidades (REGIC 2007), publicada em 2008, retoma e aprimora a concepção original utilizada nos primeiros trabalhos publicados pelo próprio IBGE, que resultaram em um clássico estudo: a *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*, de 1972. No caso específico dessa versão, optou-se em analisar os núcleos metropolitanos que compõem os três primeiros níveis hierárquicos estabelecidos na proposta de 2007, que definem o que foi classificado como metrópole, que incluem: 1º) a grande metrópole nacional – São Paulo, o maior conjunto urbano do país, com 19,5 milhões de habitantes; 2º) as metrópoles nacionais – Rio de Janeiro e Brasília, com população de 11,8 milhões e 3,2 milhões em 2007, respectivamente; e 3º) as Metrópoles – que compreendem Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 1,6 milhão (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte).

Nessa proposta metodológica aqui apresentada, para fins de comparação entre os dois censos analisados, os recortes das regiões metropolitanas foram estabelecidos a partir do recorte utilizado pelo censo demográfico de 2010, “reprojetado” para os limites municipais existentes no ano de 1980. Para tanto, foram necessários ajustes quando as emancipações desde 1980 envolviam distritos que integravam municípios que antes não integravam as respectivas regiões metropolitanas. Nesses casos de ajustes que envolveram especificamente as RMs de Manaus, Goiânia e Porto Alegre, cujos limites utilizados não coincidiam exatamente com aqueles considerados no censo de 2010, para tornar os recortes espaciais compatíveis e compará-

veis em uma análise longitudinal, os municípios foram integrados a região metropolitana (ainda que não façam parte oficialmente). Para Brasília utilizou-se o recorte estabelecido pela Região Integrada de Desenvolvimento (Ride), que compreende municípios de Goiás e Minas Gerais. O resultado dessa compatibilização territorial, que redefiniu os recortes regionais metropolitanos utilizados, está representado na Figura 1.

Figura 1. Metrôpoles e suas regiões – Brasil (2010)



Fonte: Extraído e adaptado de IBGE (2010).

As bases que permitiram a identificação da migração e a mobilidade pendular foram extraídas dos microdados amostrais dos censos demográficos de 1980 e 2010. A matriz de origem e destino obtida, que estabelece os fluxos migratórios, conforme origem e destino, foi dada pela combinação das variáveis que identificam o município de residência na data de referência de cada censo e o município de residência anterior, convencionalmente chamados de migração de última etapa. Os migrantes que realizavam o deslocamento pendular foram obtidos pelo cruzamento das variáveis que definiam o município de trabalho e/ou estudo e o de residência. Dessa forma, o aqui denominado “migrante pendular” foi definido como aquele que migrou na respectiva década censitária e ao mesmo tempo trabalhou e/ou estudou em um município distinto daquele que residia.

Os fluxos migratórios, discriminados em pendulares e não pendulares, também foram analisados considerando três agrupamentos espaciais: o Núcleo (NM), a Periferia Metropolitana (PM) e o Interior de cada Unidade da Federação (UF). Obteve-se, portanto, uma matriz de agregados de municípios “*i*”, distribuídos nas regiões “*j*”, o que representa os fluxos migratórios intermunicipais, identificados pelos deslocamentos do município de residência para o trabalho e/ou estudo. Essa base permitiu estabelecer os denominados “vetores” de migração, que compõem arcos de ligação entre os municípios de origem (município de residência anterior) e destino (residência na data do censo), representados cartograficamente em plataformas dos Sistemas de Informações Geográficas por feições georreferenciadas lineares (polilinhas). Desse procedimento pode-se estimar as distâncias lineares entre os pontos de origem e destino, o que permitiu calcular as médias simples e ponderadas de distância de cada vetor. No caso da ponderada, o peso foi dado pelo atributo referente ao número de migrantes.

Ainda que os dados referentes ao fluxo migratório e pendular metropolitano utilizados nessa pesquisa sejam restritos a duas décadas censitárias específicas, envolvendo as trocas com as principais metrópoles do país, permitem avaliar aspectos relevantes da dinâmica populacional. Possibilitam, por exemplo, inferir e estimar as relações de interdependência econômica que se estabelecem no espaço, dado que esses fluxos envolvem movimentos espaciais da força de trabalho e de estudantes, que assumem um papel relevante na dinâmica econômica regional, especialmente quan-

do são confrontados com os efeitos da migração recente.⁵ Considerando as metrópoles e os agregados de municípios como unidade de análise, de acordo com a divisão político-administrativa em cada período e as respectivas agregações espaciais, foi possível identificar e mapear os fluxos e vetores de migração, estimando os volumes, saldos e a participação da pendularidade na emigração metropolitana. Os resultados, embora apresentem limites quanto à interpretação, podem fornecer indicadores importantes à gestão e ao planejamento territorial, potencialmente úteis para a elaboração de políticas públicas sociais, inclusive aquelas destinadas à superação de desigualdades regionais.

A migração e a pendularidade metropolitana: algumas evidências empíricas

De fato, ao analisar os dados da Tabela 1, dois aspectos iniciais chamam atenção: a queda nos volumes de imigrantes e o crescimento na emigração metropolitana. À exceção de Manaus, todas as demais metrópoles tiveram queda no volume total de imigrantes. O caso paulista, dada a notoriedade dessa metrópole, se destaca: de quase 1,8 milhão de imigrantes em 1980, passou a receber em 2010 pouco mais de 900 mil. Ao considerar o expressivo crescimento da base demográfica entre 1980 e 2010, que define a população propensa a migrar em cada período, fica claro a forte redução no poder de atração de migrantes exercida pelos núcleos metropolitanos. Os números referentes à emigração também são relevantes e indicam que as perdas demográficas via migração cresceram consideravelmente no

⁵ Ainda que o processo de urbanização seja recente no Brasil, os dados referentes aos dois últimos censos demográficos permitiram que alguns autores indicassem sinais de dispersão espacial da população, a despeito de as principais metrópoles, mesmo com crescimento muito baixo, ainda manterem forte expressão demográfica regional/nacional e continuarem atraindo milhares de migrantes de regiões deprimidas (MARTINE, 1994; DINIZ, 1993; MATOS, 1995; LOBO, 2009; LOBO; MATOS, 2011). Dados sobre mobilidade pendular da população no interior da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e na chamada macrometrópole Paulista (CUNHA *et al.*, 2013) também confirmam essa tendência. Vários trabalhos já mostraram que, desde a década de 1970, muitos municípios da periferia metropolitana experimentaram elevados incrementos populacionais, resultado, em boa medida, do grande volume de emigrantes procedentes do núcleo metropolitano (LOBO *et al.*, 2015).

mesmo período, exceto para os casos de Recife e Rio de Janeiro. Quando os fluxos de emigração metropolitana são observados com mais detalhes, nota-se que o crescimento, em especial para as metrópoles de maior porte (São Paulo e Rio de Janeiro), ocorreu preferencialmente em direção ao interior de cada UF e para os demais municípios do país. Nesse último caso, a influência da migração de retorno é reconhecidamente relevante, especialmente para aquelas UFs que tradicionalmente foram celeiros de mão de obra no passado.

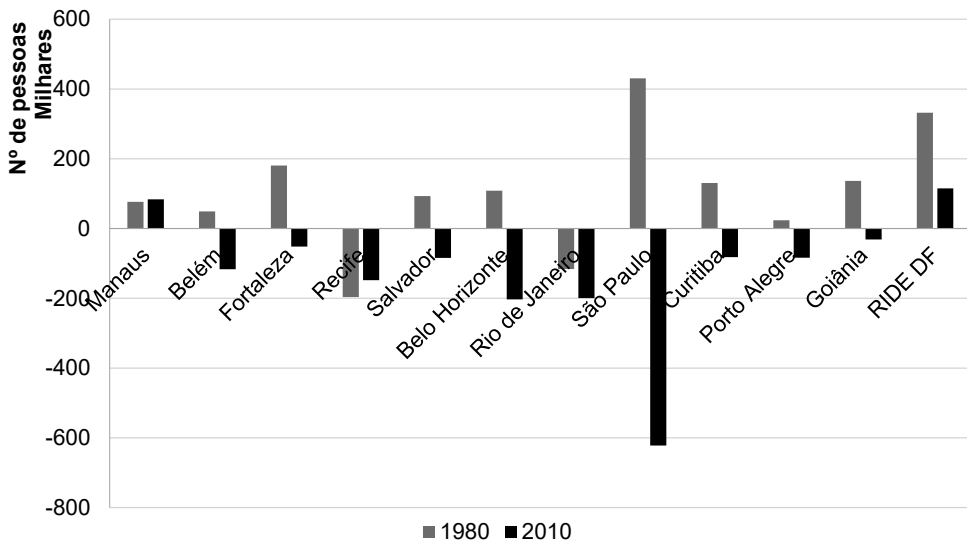
Tabela 1. Número e percentual de imigrantes e emigrantes das metrópoles brasileiras (1980 e 2010)

Núcleos Metro- politanos	1980								2010							
	PM/RIDE		UF		BR		Total	PM/RIDE		UF		BR		Total		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	Nº	%			
Imigrantes																
Manaus	9.553	8,2	49.112	42,4	57.236	49,4	115.901	20.185	9,5	72.959	34,2	120.324	56,4	213.468		
Belém	2.683	1,8	93.792	61,7	55.419	36,5	151.894	6.146	4,9	73.533	59,0	44.965	36,1	124.644		
Fortaleza	29.617	9,1	231.205	71,3	63.554	19,6	324.376	21.567	10,0	109.591	50,9	84.226	39,1	215.384		
Recife	18.045	10,3	85.670	48,7	72.219	41,0	175.934	33.520	25,3	44.919	33,9	54.027	40,8	132.466		
Salvador	11.323	4,7	165.015	68,6	64.369	26,7	240.707	14.756	6,8	132.362	60,9	70.107	32,3	217.225		
Belo Horizonte	23.553	5,5	316.148	73,5	90.262	21,0	429.963	34.779	14,7	129.082	54,5	72.884	30,8	236.745		
Rio de Janeiro	41.609	7,4	55.783	9,9	467.307	82,8	564.699	58.531	14,2	38.403	9,3	314.117	76,4	411.051		
São Paulo	73.598	4,1	346.954	19,3	1.378.870	76,6	1.799.422	84.025	9,1	130.596	14,2	705.284	76,7	919.905		
Curitiba	17.035	5,3	213.952	67,0	88.540	27,7	319.527	18.074	7,6	92.633	39,2	125.704	53,2	236.411		
Porto Alegre	30.050	12,7	167.642	70,9	38.915	16,4	236.607	34.394	22,6	76.728	50,4	41.209	27,1	152.331		
Goiânia	18.649	7,3	166.588	65,3	70.014	27,4	255.251	10.968	4,6	71.543	30,2	154.637	65,2	237.148		
RIDE DF	26.291	5,4	0	0,0	457.307	94,6	483.598	38.146	8,0	0	0,0	437.108	92,0	475.254		
Emigrantes																
Manaus	2.126	5,4	5.159	13,2	31.846	81,4	39.131	28.258	21,8	33.046	25,4	68.616	52,8	129.920		
Belém	23.338	22,7	25.740	25,0	53.770	52,3	102.848	70.622	29,3	86.724	36,0	83.748	34,7	241.094		
Fortaleza	28.145	19,6	21.760	15,1	93.835	65,3	143.740	87.173	32,6	90.790	34,0	89.043	33,3	267.006		
Recife	188.678	50,7	32.008	8,6	151.656	40,7	372.342	120.495	43,0	56.636	20,2	103.274	36,8	280.405		
Salvador	29.510	20,0	40.541	27,4	77.640	52,6	147.691	83.405	27,7	108.685	36,1	109.297	36,3	301.387		
Belo Horizonte	161.685	50,3	72.830	22,7	86.901	27,0	321.416	213.908	48,6	129.171	29,4	96.837	22,0	439.916		
Rio de Janeiro	320.241	47,0	57.334	8,4	303.116	44,5	680.691	200.299	32,8	127.359	20,9	282.687	46,3	610.345		
São Paulo	591.802	43,2	386.152	28,2	391.140	28,6	1.369.094	483.639	31,4	459.633	29,8	598.714	38,8	1.541.986		
Curitiba	68.669	36,3	45.347	24,0	75.001	39,7	189.017	119.736	37,6	86.837	27,3	111.878	35,1	318.451		
Porto Alegre	118.890	55,8	48.419	22,7	45.604	21,4	212.913	104.197	44,2	69.835	29,6	61.924	26,2	235.956		
Goiânia	31.747	26,8	20.550	17,4	66.066	55,8	118.363	101.534	37,8	62.035	23,1	104.887	39,1	268.456		
RIDE DF	9.875	6,5	0	0,0	141.505	93,5	151.380	141.337	39,3	0	0,0	218.624	60,7	359.961		

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 2010 (dados da amostra)

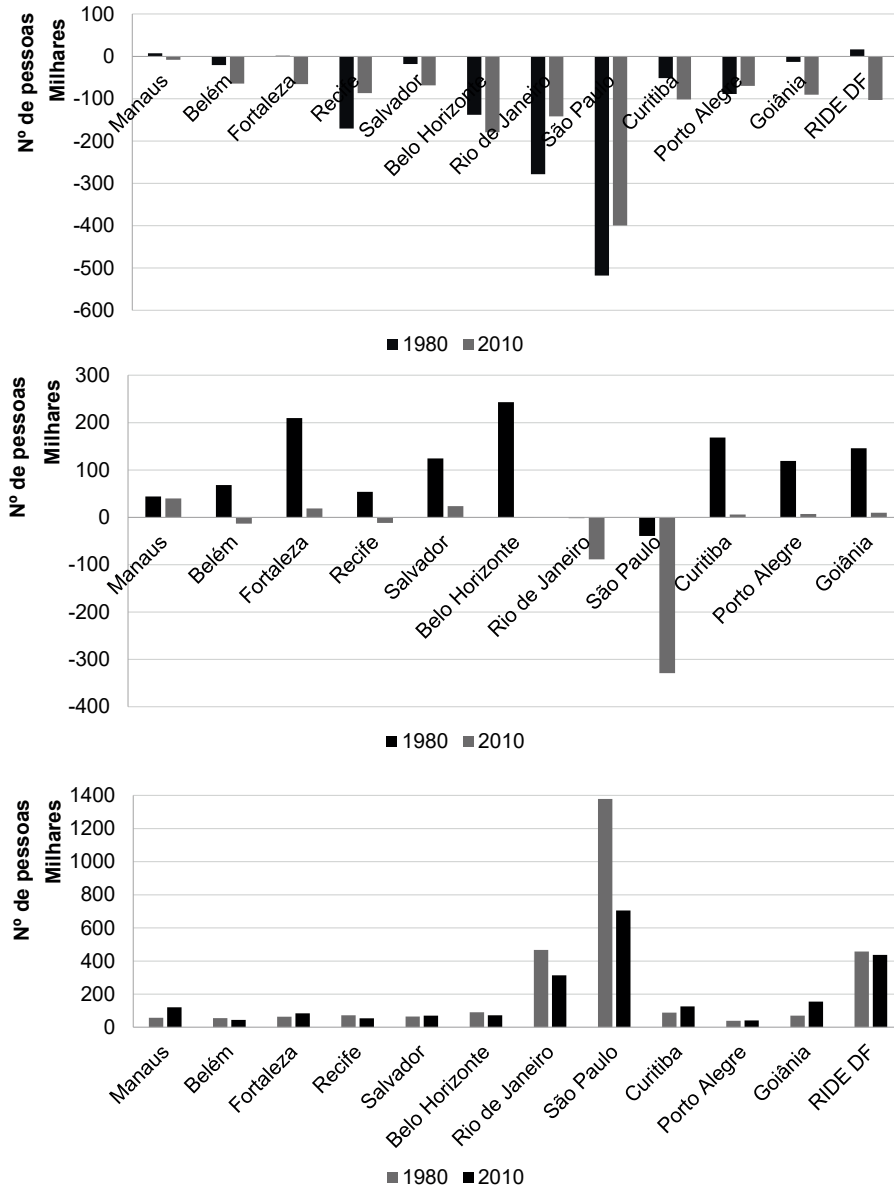
As Figuras 2 e 3, que representam os saldos migratórios metropolitanos, agregados e discriminados nas trocas populacionais com as respectivas RMs e os municípios de cada UF e os demais municípios brasileiros (BR), confirmam a mudança de padrão de 1980 para 2010, quando passa a prevalecer saldos negativos dos núcleos metropolitanos, dada a queda na imigração e crescimento da emigração. Novamente o caso paulista assume notoriedade, demonstrando uma clara inversão de saldo (positivo para negativo). Fato similar ocorreu com Belém, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia. As únicas metrópoles que mantiveram saldos positivos (embora em queda) foram Manaus e Brasília. Os gráficos expostos na Figura 3 confirmam essa conclusão: em geral, predominam as perdas do núcleo para as periferias metropolitanas; os ganhos nas trocas com os municípios da própria UF foram reduzidos (exceto nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em que prevalecem as perdas); e, em vários casos, nas trocas com os demais municípios do país, prevaleceram saldos positivos.

Figura 2. Saldo migratório geral dos Núcleos Metropolitanos brasileiros (1980 e 2010)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 2010 (dados da amostra)

Figura 3. Saldo migratório dos Núcleos Metropolitanos (NM) do país, discriminados conforme as trocas com a Periferia Metropolitana (PM), com municípios da mesma Unidade da Federação (UF) e com os demais municípios brasileiros (BR) (1980 e 2010)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 2010 (dados da amostra)

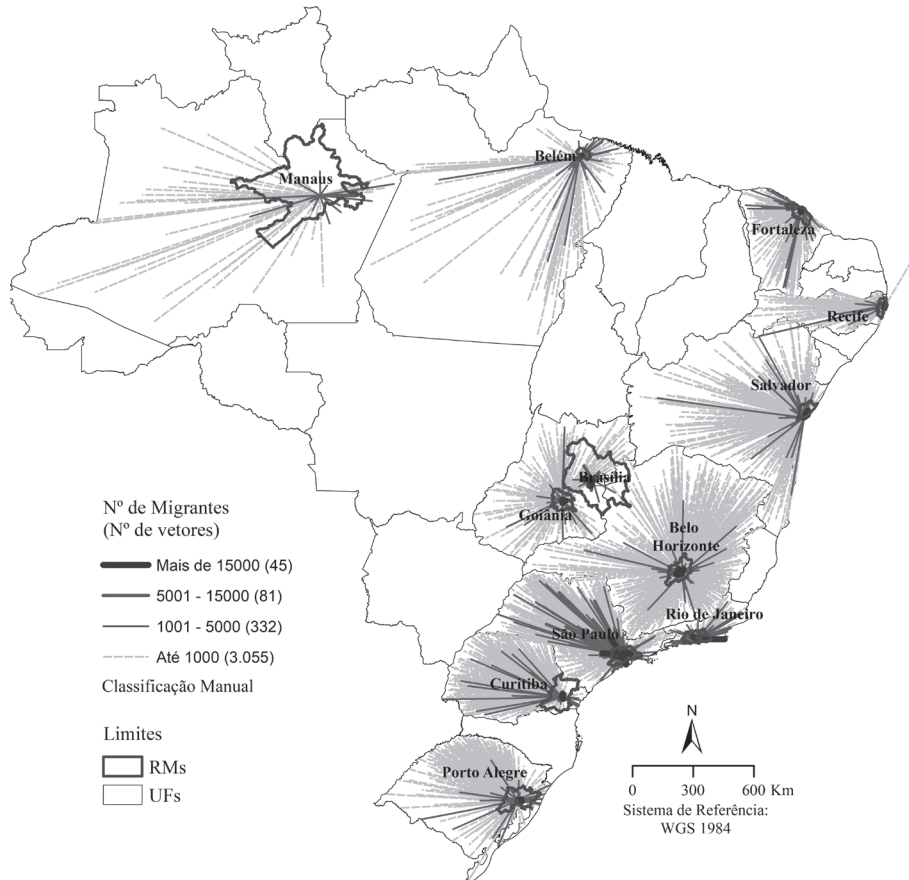
Se a emigração metropolitana tem experimentado um crescimento considerável desde 1980, algumas particularidades precisam ser observadas quando analisados as distâncias envolvidas, representadas pelos vetores de migração. Conforme dados apresentados na Tabela 2, que contempla o número, o percentual e a distância média dos vetores de emigração dos núcleos metropolitanos em 2010, observa-se que, em geral, predominam os fluxos de curta distância ou no entorno imediato das regiões metropolitanas (exceto para os casos do Rio de Janeiro e Brasília). A relação entre as médias simples e ponderada, que leva em conta o volume de emigrantes, sugere a prevalência de valores menores que a média (inferiores a razão de 0,5), inclusive para o caso paulista. Há, portanto, o predomínio da migração de curta distância, especialmente para o entorno metropolitano e centros urbanos mais próximos ao núcleo. A Figura 4 representa esses vetores e demonstra essa relativa concentração dos fluxos de emigração, notadamente para os casos paulista e carioca.

Tabela 2.: Número, percentual e distância média (simples e ponderada) dos vetores de emigração dos Núcleos Metropolitanos brasileiros (2010)

Núcleos Metropolitanos	Vetores de migração		Distância média		
	nº	%	Simples (A)	Ponderada (B)	A/B
Manaus	61	98,39	543,31	256,10	0,47
Belém	141	98,60	346,32	115,63	0,33
Fortaleza	183	99,46	218,55	105,56	0,48
Recife	180	97,83	209,69	61,18	0,29
Salvador	388	93,05	290,09	119,91	0,41
Belo Horizonte	749	88,01	252,68	94,67	0,37
Rio de Janeiro	91	98,91	115,49	61,80	0,54
São Paulo	641	99,38	302,12	99,79	0,33
Curitiba	389	97,49	317,25	118,47	0,37
Porto Alegre	443	88,96	221,92	90,30	0,41
Goiânia	226	99,56	194,69	79,10	0,41
RIDE DF	21	95,45	81,51	47,30	0,58

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2010 (dados da amostra)

Figura 4. Vetores de emigração dos Núcleos Metropolitanos brasileiros (2010)

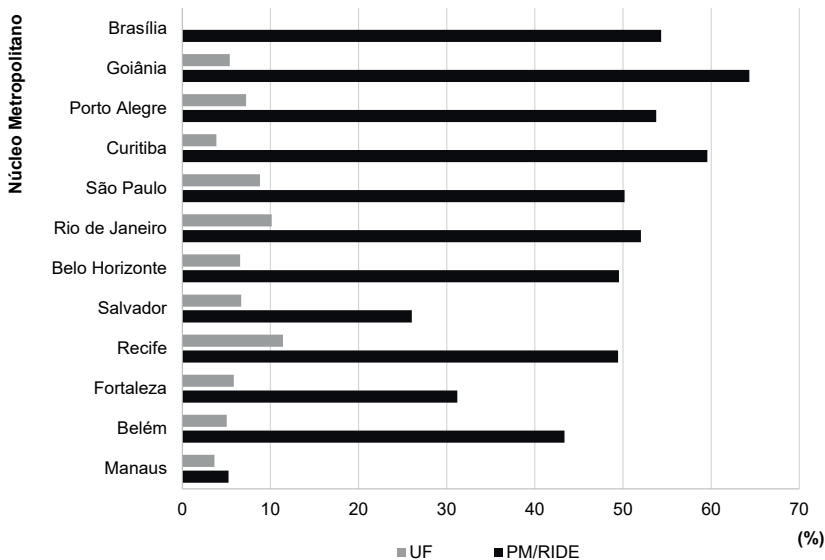


Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2010 (dados da amostra)

Ao analisar o município de trabalho e/ou estudo dos emigrantes da década, identificados no censo de 2010, nota-se que parte expressiva manteve vínculo direto com o núcleo metropolitano. De acordo com análise da Figura 5, especialmente para a emigração para a periferia metropolitana, a mobilidade pendular em direção à metrópole é expressiva. Em Goiânia, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, a maior parte dos emigrantes da metrópole para a periferia ainda trabalha ou estuda no núcleo. Mesmo que a emigração para o interior envolva proporções menores, alguns casos

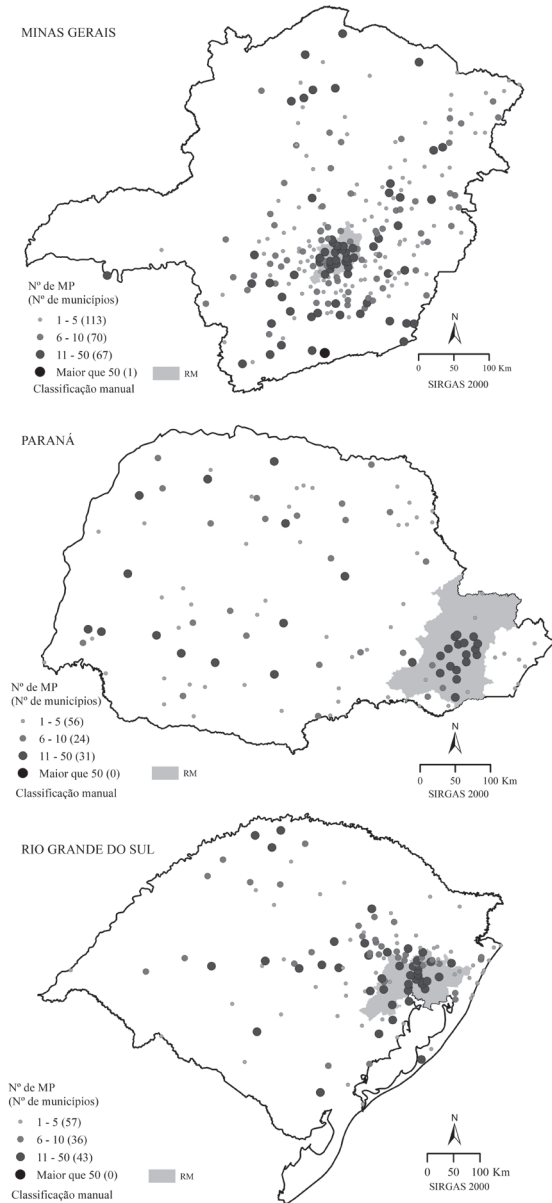
chamam atenção, como em Recife e no Rio de Janeiro, onde mais de 10% de migrantes pendulares trabalham ou estudam no núcleo metropolitano. Algumas peculiaridades do território e da economia regional desses estados requerem uma mobilidade mais intensa, mesmo que não sejam nos moldes tradicionais (movimentos diários). A Figura 6 mostra, para os municípios de cada UF, as proporções de pendulares no total de migrantes da década. Em muitos casos, a proporção de pendularidade na migração supera os 50% dos emigrantes das metrópoles, inclusive para muitos municípios localizados fora dos limites da periferia metropolitana. Ainda que parte desses fluxos regulares seja decorrente de novas formas de pendularidade, como movimentos semanais ou sazonais, decorrentes de novos arranjos produtivos e laborais, essa intensa mobilidade representa a manutenção de nexos e relações econômicas e sociais com a metrópole. Nesse cenário, os limites territoriais tendem a tornar-se menos rígidos, enquanto os fluxos parecem redefinir espaços e redesenhar determinados recortes regionais preestabelecidos, como os limites da própria periferia metropolitana.

Figura 5. Participação da pendularidade na emigração dos Núcleos Metropolitanos para a Periferia Metropolitana (PM) e o interior de cada Unidade da Federação (UF) (2010)

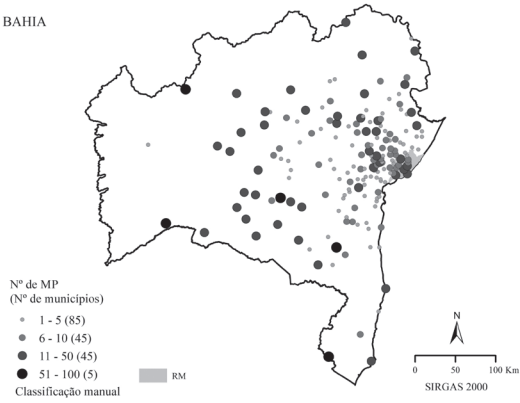


Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2010 (dados da amostra)

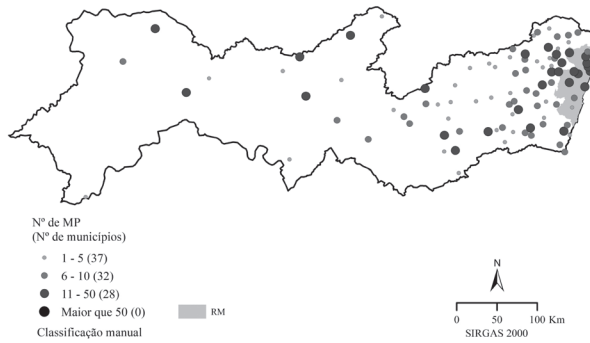
Figura 6. Participação da pendularidade na emigração dos Núcleos Metropolitanos para os municípios do interior de Minas Gerais (A), Paraná (B), Rio Grande do Sul (C), Bahia (D), Pernambuco (E), Ceará (F), Amazonas (G), Pará (H) e Goiás (I) (2010)



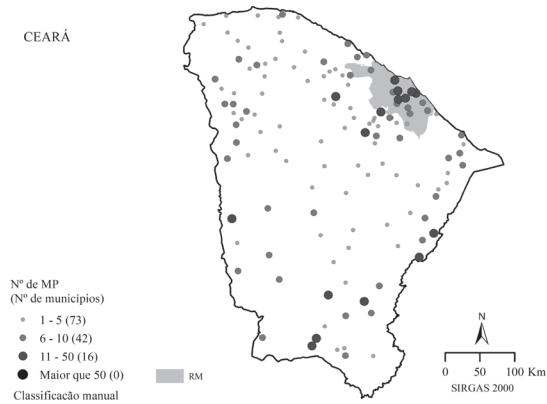
BAHIA

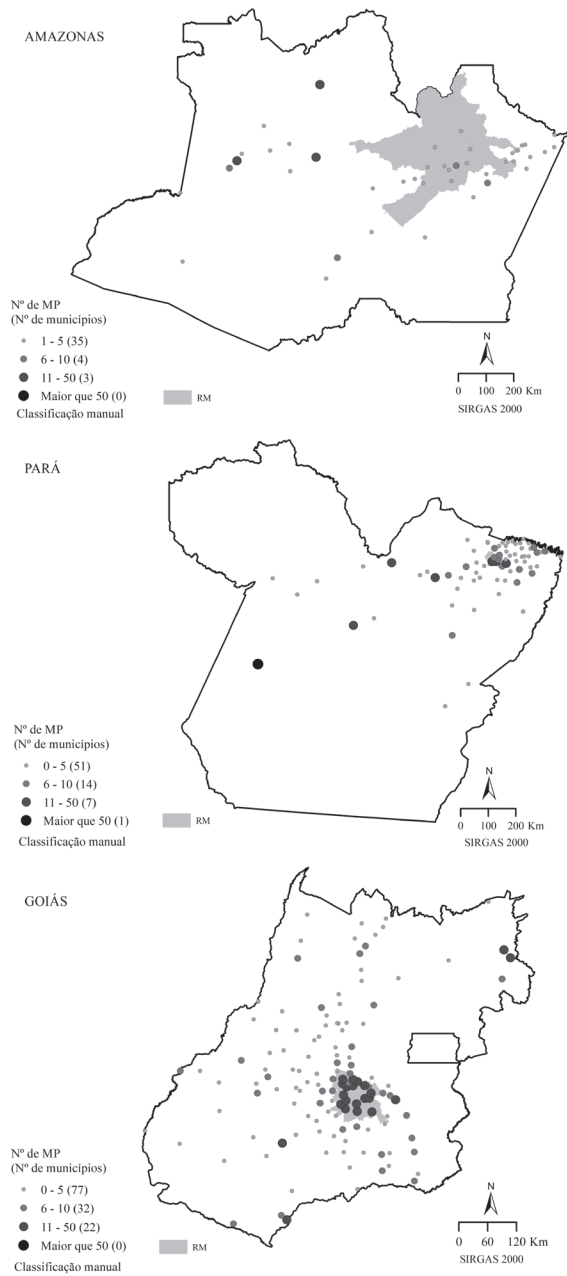


PERNAMBUCO



CEARÁ





Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2010 (dados da amostra)

Considerações finais

O debate sobre a magnitude e os significados das diferentes formas de mobilidade espacial da população tem se apresentado cada vez mais necessário, decorrente, pelo menos em parte, do poder explicativo e das consequências inerentes à dinâmica da população brasileira, marcada pelo recente processo de transição demográfica. A contínua queda na fecundidade tem reduzido o peso do crescimento natural como fator de distinção do crescimento da população, transferindo maior relevância explicativa aos efeitos derivados das trocas migratórias. Contudo, ainda existem incertezas sobre a prevalência de determinados padrões ou tendências de (re)distribuição espacial da população brasileira. A crença na suposta reversão da polarização, bem como a hipótese de desconcentração espacial das atividades econômicas, como proposta nos modelos clássicos da economia regional, tem se mostrado inapropriada na interpretação do caso brasileiro. Como já descrito na literatura específica, a desaceleração no ritmo de crescimento populacional das principais metrópoles não tem representado perda na sua função de gestão territorial, nem mesmo queda de relevância demográfica metropolitana, o que requer um maior aprofundamento na avaliação dos efeitos da migração e da mobilidade pendular.

O quadro sintético advindo dos resultados empíricos apresentados nesse trabalho permite expor pelo menos duas conclusões gerais: 1) ainda que a redução da imigração e o crescimento da emigração das metrópoles tenha conduzido à prevalência de saldos migratórios negativos, a predominância de fluxos migratórios de curta distância, notadamente para o entorno metropolitano, sugere um processo espacial de dispersão ainda fortemente concentrado; 2) a elevada recorrência da mobilidade pendular nos emigrantes metropolitanos, especialmente para os municípios da periferia e entorno, indica a manutenção de estreitos vínculos econômicos e sociais desse contingente com a metrópole. Diferentemente do que poderia parecer em um primeira aproximação analítica, os resultados apresentados sugerem a extensão espacial da área de influência metropolitana, ainda que determinadas centralidades extrametropolitanas tenham experimentado maior capacidade de atração de população e de atividades econômicas.

Importa ainda salientar, para além dos próprios achados empíricos apresentados, as possibilidades e potencialidades oferecidas aos estudos sobre a mobilidade espacial da população no âmbito regional, especial-

mente quando combinadas as variáveis que permitem identificar a participação da pendularidade na migração. A análise dos estoques e fluxos de pessoas, avaliados pelo recorte estabelecido nas áreas de influência das metrópoles, permite incorporar aspectos não demográficos na organização urbano-regional no país. Também oferece indícios sobre nexos sociais e econômicos na conformação da rede de cidades no nível regional. Em um ou outro caso, exibe um quadro sintético e aproximado das relações que se estabelecem entre a mobilidade espacial da população eo papel de antigas e novas centralidades regionais.

Referências

- AZZONI, C. Indústria e reversão da polarização no Brasil. *Ensaio Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, n. 58, 1986.
- BRITO, F.; SOUZA, J. de. Expansão Urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.
- CARVALHO, J.; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 11., 1998, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: Abep, 1998.
- CUNHA, J. M. P da et al. *Movimentos pendulares na MMP*. Relatório de pesquisa de apoio à elaboração do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM). São Paulo, Nepo-Unicamp, Fundap, Emplasa, 2013.
- CUNHA, J. M. P. Dinâmica demográfica e migratória 1991-2010: realidades e mitos. In: MARQUES, E. (org.). *As transformações de São Paulo nos anos 2000*. São Paulo: Ed. Unesp, 2015. p. 107-146.
- CUNHA, J. M. P. *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. Campinas, SP: Librum, 2015.
- CUNHA, J. M. P. (org.). *Dinâmica demográfica e sócio espacial no Brasil Metropolitano: convergências e especificidades regionais*. São Carlos (SP): Ed. UFSCAR, 2018.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 11, p. 35-64, set. 1993.

- IBGE. *Regiões de influência das cidades 2007 – REGIC 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- LENCIONI, S. Cisão territorial da indústria e integração regional no estado de São Paulo. In: BRANDÃO, C.; GALVÃO, A. C.; GONÇALVES, M. F. (org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- LIMONAD, E. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? *Revista Formação*, v. 1, n. 14, p. 31-45, 2007.
- LIPSHITZ, G. Spatial concentration and deconcentration of population: Israel as a case study. *Geoforum*, v. 27, n. 1, p. 87-96, 1996.
- LOBO, C. *et al.* Expanded commuting in the metropolitan region of Belo Horizonte: evidence for reverse commuting. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 32, n. 2, p. 219-233, 2015.
- LOBO, C.; MATOS, R. Dispersão espacial da população e do emprego formal nas regiões de influência do Brasil contemporâneo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 309-330, jul./dez. 2010.
- LOBO, C.; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de Influência das principais metrópoles Brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 28, n. 1, p. 81-101, 2011.
- MAGALHÃES, F. Da metrópole à cidade-região: na direção de um novo arranjo espacial metropolitano? *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10, n. 2, 2008
- MARTINE, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Brasília: Ipea, 1994.
- MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, p. 35-58, 1995.
- OJIMA, R. Fronteiras metropolitanas: um olhar a partir dos movimentos pendulares. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 121, p.115-132, 2011.
- OJIMA, R.; MARANDOLA JÚNIOR, E.; PEREIRA, R. H. M.; DA SILVA, R. B. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. *Cadernos metrópole*, v. 12, n. 24, p. 395-415, 2010.
- REIS, N. G. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.

- RICHARDSON, H. W. Polarization reversal in developing countries. *The Regional Science Association Papers*, Los Angeles, v. 45, p. 67-85, nov. 1980.
- RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Nepo/Unicam, 2011.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SILVA, K. A. A.; CUNHA, J. M. P.; ORTEGA, G. M. Um olhar demográfico sobre a constituição da macrometrópole paulista: fluxos populacionais, integração e complementaridade. *Cadernos MetrÓpole*, v. 19, n. 40, p. 721-748, 2017.

O Brasil é mais que um todo

As dinâmicas regionais econômicas e demográficas

Eliseu Savério Sposito

Introdução

Este texto não surgiu com a intenção de ter uma proposta que fosse resultado de uma pesquisa teórica ou empírica, mas é resultado de uma reflexão que ancora alguns temas que podem sustentar os estudos urbanos e regionais. Ele foi elaborado para minha apresentação na mesa-redonda *Economia urbana e regional e migrações* (durante o XVI Simpurb, realizado em Vitória/ES, em novembro de 2019), por isso minha intenção inicial era permanecer na economia urbana e regional. Para isso, tenho algumas propostas interpretativas que venho defendendo há algum tempo. Para completar o tema, fui buscar na Demografia algumas ideias gerais que completam a visão regional do Brasil. Mas, antes de chegar à mobilidade das pessoas, passando pela ideia de desenvolvimento, vou expor o que entendo por “disseminação do modo industrial” e “eixos de desenvolvimento”. Aí, sim, vou expor algumas ideias explicativas sobre como a população se move no Brasil.

A disseminação do modo industrial

Essa ideia surgiu quando analisei a industrialização no estado de São Paulo em suas dimensões histórica e territorial. Houve um processo de industrialização em algumas áreas do estado e a *disseminação do modo industrial* pelo restante do território. Isso permite afirmar, como consequência, que a industrialização não se realizou em todo o estado de São Paulo, mas o *modo industrial* “conquistou” os principais núcleos urbanos da rede de cidades do estado. Essa afirmação nega a proposta de que houve

desindustrialização em todo o estado; mas houve, sim, um processo que se configurou em termos de intensividade, que deve ser entendida em termos territoriais.

Repetindo: o processo de industrialização em sua densidade territorial. A disseminação, diferentemente da ideia de difusão de inovações, tem caráter específico e não genérico (e segue os eixos – leitura territorial que vem a seguir – em tempos diferentes). Implicações: mudanças nos papéis das cidades em termos de rede urbana e na conformação das cidades (aqui, confronto os processos de reestruturação urbana e reestruturação da cidade).

Já escrevi o seguinte:

A ideia de disseminação baseia-se no uso da palavra *semente*. A explicação se dá por seu conceito, ou seja, há a difusão da industrialização no estado de São Paulo; no entanto, surgem em diversos locais, principalmente nas cidades médias, importantes parcelas de capitais que têm o papel de criar empresas e estabelecimentos industriais que preparam o interior do estado para seu crescimento industrial por um lado e, por outro, dota-o de capacidade de instalação de estabelecimentos industriais resultantes da desconcentração industrial a partir da capital ou do processo de disjunção produtiva. Isso permite afirmar que a industrialização em São Paulo é um processo de “mão dupla”, isto é, a força da capital, *locus* da gestão capitalista, se reforça e reforça áreas privilegiadas da rede urbana estadual (principalmente aquelas localizadas ao longo dos eixos de desenvolvimento). (SPOSITO, 2015, p. 374).

Os eixos de desenvolvimento

Outra possibilidade de fazer uma leitura teórica das dinâmicas regionais pode ser aquela decorrente da “expansão territorial, em termos de aumento da cobertura do mercado consumidor, dos grandes grupos econômicos de comercialização de bens e serviços” que “recai sobre as cidades médias, após a conquista dos espaços metropolitanos, no decorrer do século XX, diminuindo o papel terciário das cidades pequenas e reforçando os vínculos regionais entre elas e as médias” (SPOSITO, 2015, p. 375).

Isso faz com que a qualificação dos territórios se dê, com muito vigor, por meio das tecnologias da informação e da comunicação. Assim não fos-

se, não haveria necessidade de adensar as redes de cabos que permitem altas velocidades na transmissão de informações. Isso ocorre nas áreas com maiores densidades tecnológicas.

Lembro-me de algumas assertivas que venho expondo e debatendo na última década. Desde a primeira exposição do conceito de *eixo de desenvolvimento* (SPOSITO; MATUSHIMA, 2002a, 2002b; SPOSITO, 2007) e o processo de industrialização no estado de São Paulo (não pela ótica da desconcentração industrial apenas, mas pela leitura da *disseminação do modo industrial*, como exposto em SPOSITO; SILVA, 2013), entre outros; isto é, até o momento, vários textos foram consolidando a proposta apresentada.

Ela se refere (a proposta) a articulações, no tempo e no espaço, que têm, como pressuposto o que, historicamente, podem ser as mudanças na expansão econômica e na territorialização das relações de produção. Para começar, enfatizo o fato de termos adotado o conceito de *mundialização* como fundamental para nossa discussão. Para compreendê-la, de maneira resumida e objetiva, enumero alguns princípios que baseiam sua conformação: 1) *financeirização* (atualmente assiste-se ao domínio da moeda na circulação financeira com a incorporação de valor às mercadorias sem que necessariamente isso passe pelo circuito produtivo); 2) *tendência à homogeneização* (compara-se com a ampliação territorial na manifestação dos costumes e da incorporação da competitividade como lei universal e ideologia – muitas vezes chamada de globalização); 3) *seletividade* (aumento da segregação com a criação de ambientes especializados, ilhas de ambiente mais qualificado, como os centros “C”, que teriam, associados a uma atmosfera produtiva – de tipo marshalliano –, *competência, criatividade, competitividade, cultura*); 4) *criação tecnológica* (privilegiamento das ideias, do dinheiro e dos serviços, em detrimento do papel do Estado como produtor, dos produtos manufaturados e, por que não dizer, das matérias-primas); 5) *estímulo à competitividade* (com a participação crescente das grandes empresas mundiais que se colocam na proa das transformações territoriais por meio da criação tecnológica, nos comandos estratégicos e no aproveitamento da logística territorial onde a colaboração do Estado vai se enfraquecendo continuamente); 6) *Verticalização nas relações de produção* (com a formação das redes “duras” – fibras óticas, canais por satélite como base da infraestrutura logística – e o dimensionamento dos fluxos de informações, considerando-se as suas diferentes formas e os sujeitos que as utilizam); 7) as mudanças no *papel do Estado* (ultimamente

mais voltado para as determinações do capital, como a desregulamentação do trabalho e dos fluxos do dinheiro internacionalmente).

Esse cenário é desenhado, também, pelos eixos de desenvolvimento. Eles têm algumas características evidentes: 1) em primeiro lugar, o conjunto de vias de transporte que facilita a acessibilidade aos diferentes fatores de localização industrial é insofismável característica do Estado: as próprias decisões por parte do empresariado e do poder público na decisão de localização trazem, para a superfície, a necessidade de reduzir as suas incertezas, principalmente na hora de responder às crises que têm assolado o capitalismo ocidental nas duas últimas décadas; 2) em seguida, o papel da rede urbana emerge como substancial elemento definidor da localização industrial: são núcleos urbanos que se definem e redefinem como urbano-industriais, alguns com estabelecimentos com forte participação tecnológica e outros com forte participação do conhecimento tácito. Neste caso, as vias de transporte, principalmente aquelas que facilitam a circulação e permitem o aumento da velocidade do deslocamento de mercadorias e pessoas, soam como o elemento fundamental que define a reestruturação urbana. Enfim, como o eixo é um “canal de circulação de mercadorias”, a rede urbana por ele se redimensiona; 3) a reestruturação da cidade acompanha a reestruturação urbana. Neste caso, os níveis de prestação de serviços se elevam ao mesmo tempo em que a existência dos eixos modifica o desenho, configurando uma reestruturação da cidade; 4) em algumas áreas específicas, apresentam-se cenários privilegiados para a difusão de inovações, principalmente naquelas onde a densidade informacional e de pesquisa se destacam no território estadual. Muitas vezes interpretadas como resultados da desconcentração industrial, essas áreas não são resultado apenas dos fenômenos que ocorrem na metrópole, mas têm suas dinâmicas próprias e sua capacidade de invenção do novo, seja por meio da força da iniciativa local, seja pela força da localização de empreendimentos alicerçados em capitais estrangeiros; 5) a formação dos eixos de desenvolvimento configura-se, também, como unidades geográficas dotadas de bases econômicas próprias porque são derivadas da agregação de centralidades territoriais, centralidades locacionais e centralidades funcionais.

Um par dialético pode ser confrontado com os eixos de desenvolvimento: a concentração espacial vincula-se à localização das unidades de produção, enquanto a centralização espacial tem a ver com a localização das unidades de gestão do capital.

Algumas palavras sobre o caso brasileiro. A internacionalização da imagem do Brasil foi motivada pelo incremento das exportações (primeiros quinze anos do século XXI), que motiva o saldo anual, e pela visibilidade das políticas sociais que incidem sobre o mercado de trabalho e a capacidade produtiva, que tem como características principais:

- incorporação tecnológica em setores de ponta;
- aumento do número de empresas;
- variação da capacidade ociosa das empresas como fator de descompressão das tensões políticas relacionadas ao mercado de trabalho;
- diminuição do tamanho médio das empresas, considerando-se o número de empregados;
- diminuição do número de empregos com capacitação sofisticada e aumento do número de empregos sem grandes especializações ou precários;
- formação de redes de articulação entre diferentes setores (empresas e bancos, indústrias e serviços etc.).

Todos esses aspectos citados condicionam a localização das empresas em eixos de circulação de pessoas e mercadorias definidos por estruturas logísticas sofisticadas. Em outras palavras, os eixos de desenvolvimento formam áreas de sinergia que provocam o movimento centrípeto que motiva as estratégias das empresas.

As pessoas se movem no Brasil

Agora, um terceiro elemento para se considerar nas dinâmicas regionais (como foi proposto como tema da mesa).

Os movimentos migratórios internos no Brasil, dos últimos 60 anos, estão fortemente relacionados aos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população, marcados pela intensa mobilidade populacional, e inseridos nas distintas etapas econômicas, sociais e políticas experimentadas pelo país ao longo desse período. (BAENINGER, 2011, p. 71).

Para Baeninger (2011), “os processos migratórios nacionais” (no século XXI) “imersos em um novo contexto socioeconômico e urbano imprimem

espaços da migração marcados por diferentes ‘condições migratórias’: áreas de retenção de população, áreas de perdas migratórias e áreas de rotatividade migratória” (p. 72). Isso soa diferente dos anos 1980, quando a sociedade urbano-industrial apresentava trajetórias dominantes. Por exemplo, “foi particularmente importante no período 1981-1991 o movimento de retorno aos Estados de nascimento, os quais também contribuíram para a elevação no número de Estados ganhadores” (BAENINGER, 2011, p. 75).

Para essa autora,

Os anos 2000 indicam o descolamento da relação migração-industrialização, migração-ocupação de fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego, migração-mobilidade social no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva. Por isso, essa nova configuração produtiva em âmbito nacional e internacional constitui o pano-de-fundo do dinamismo atual das migrações internas no Brasil, onde os fluxos mais volumosos e de longa distância são compostos de *idas-e-vindas, refluxos, re-emigração*. (BAENINGER, 2011, p. 76, grifo meu).

As dimensões presentes na re-definição desses processos são: 1) “a própria reversibilidade dos diferentes fluxos migratórios, em especial as oscilações nos volumes de emigração e imigração e suas novas modalidades”; 2) “a menor permanência das condições da migração para a caracterização das áreas” (BAENINGER, 2011, p. 82), algo mudou na maneira como as pessoas se movem. No século XXI, afirma Baeninger (2011), a “dispersão migratória metropolitana’ que em nível nacional é marcada pelos significativos volumes de migrantes de retorno interestaduais que partem do Sudeste em direção ao Nordeste” (p. 85), é forte tendência no movimento das pessoas. A autora chama esse processo de “rotatividade migratória”, que é “um fenômeno migratório eminentemente urbano e que constitui um fato social total”, como afirmou Sayad (1990), e que se vincula “à expansão clássica do capitalismo com a circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional” (p. 87).

Assim, observam-se, nas migrações internas no Brasil da primeira década do século XXI, três vertentes: 1) localizada na faixa que se estende do Mato Grosso, passando por Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí até o Pará, caracterizada pelas maiores áreas de retenção migratória; 2) o outro corredor da migração nacional é historicamente conformado pelos fluxos Nor-

deste-Sudeste, e agora pelos seus reflexos Sudeste-Nordeste, onde transitam os volumes mais elevados da migração do país, com intensas áreas de rotatividade migratória; 3) reconfiguração de espacialidades migratórias em âmbito sub-regional, como são os casos de Minas Gerais, Bahia e São Paulo. Essas espacialidades sub-regionais também são observadas na região Sul, com o estado de Santa Catarina como área de forte absorção migratória regional. Já no extremo norte do país, antiga área de fronteira agrícola, há baixa mobilidade populacional de longa distância, mas centralidade migratória do Amazonas na recepção dos fluxos migratórios do Pará e da atual retenção migratória de Roraima (BAENINGER, 2015, p. 14).

A autora afirma, também, que “o conceito de rotatividade migratória contempla, por sua vez, como primeiro pressuposto, tratar-se de um fenômeno migratório voltado para a economia urbana – mesmo que tenha origem no rural e o trabalho seja na agricultura, pois se trata de complexos agroindustriais e do agronegócio – e que também no âmbito das migrações internas constitui um fato social total”, como já afirmara Sayad (1990 *apud* BAENINGER, 2015). Em outros termos, “a imigração e a emigração fazem parte de um mesmo processo social, sendo um fenômeno que comporta transformações na esfera social, na dimensão econômica e cultural no local de partida e de chegada” (BAENINGER, 2015, p. 16). Enfatizando: “o conceito de rotatividade migratória pressupõe, ainda, a dimensão espacial para o entendimento dos processos migratórios (VILLA; RODRIGUEZ, 1994) e, mais que isto, seus espaços de vida (COURGEAU, 1988), com idas e vindas, retornos, temporalidades limitadas. Desse modo, a rotatividade migratória pode estar vinculada a espaços regionais, fronteiriços, nacionais e até mesmo internacionais” (BAENINGER, 2015, p. 16).

Do ponto de vista geográfico, é fundamental lembrar que as desigualdades regionais e de renda conformam territórios aptos para os movimentos de imigração ou de emigração, lembrando do modelo que vigeu no Brasil até início dos anos 1990, quando da predominância da sociedade urbano-industrial, fazendo com que as migrações para a região metropolitana de São Paulo formassem o principal vetor de movimento da população (em termos gerais, conhecido como “modelo gravitacional” [do NE para São Paulo nos anos 1980]). Esse modelo vai sentir mudanças nas direções dos vetores quando se tornam intensas as repercussões das “deseconomias de aglomeração”, como afirmou Azzoni (1986 *apud* RIGOTTI; CAMPOS; HADAD, 2010, p. 12).

Para Rigotti, Campos e Hadad (2010), “a relação entre migração e desenvolvimento deveria ser abordada a partir da evolução dos paradigmas existentes, integrando diferentes abordagens, tanto em relação às correntes existentes em migração quanto à natureza heterogênea da relação entre migração e desenvolvimento” (p. 10). Esses autores lembram, também, que há relações de nível e escala que influem nos movimentos de população (p. 10).

As capitais, de modo geral, são os destinos preferenciais dos jovens. As prevalências dos fluxos de jovens do Nordeste para a RMSP e dos fluxos de adultos da RMSP para o oeste do estado diminuíram, acompanhando a tendência geral de redução dos fluxos migratórios no Brasil (RIGOTTI; CAMPOS; HADAD, 2010, p. 22).

Esses autores afirmam, também, que

Há indícios de que o maior nó da grande rede de fluxos migratórios do país – a RMSP – está atingindo os estágios mais avançados da transição vital, o que seria uma nova fase para uma região cuja capital experimentou perda líquida de população para sua periferia mais imediata nos anos 1970; posteriormente para além de sua imensa área metropolitana em direção ao interior do estado e quase todos os outros estados do país. Do ponto de vista espacial, parece ocorrer uma extensão do processo para o interior do estado de São Paulo, algo que precisa ser investigado em trabalhos futuros. (RIGOTTI; CAMPOS; HADAD, 2010, p. 22).

Outras determinações também fazem parte da cena. Os programas de governo têm consequências fortes nas migrações. Programas como o Bolsa-Família ou o programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, têm consequências tanto geográficas quanto intergeracionais.

A quarta Revolução Industrial

Inicialmente, ela fala das megatendências que podem ser observadas, que, de uma maneira geral, dão a imagem do que está ocorrendo no mundo em termos de avanço tecnológico e transformações nos tipos de trabalho. Para Schwab (2016), três razões sustentam a ocorrência de uma revolução:

1. *Velocidade*: a quarta Revolução Industrial “evolui em um ritmo expo-

nencial e não linear”, resultado da interconexão entre pessoas e empresas e do fato de que as novas tecnologias “geram outras mais novas e cada vez mais qualificadas” (p. 13). (Milton Santos já chamava atenção sobre a *aceleração contemporânea* ao se referir ao papel dos fluxos no meio técnico-científico-informacional, fundamental para compreender as lógicas espaciais);¹

2. *Amplitude e profundidade*: a revolução digital combina “várias tecnologias”, o que provoca “mudanças de paradigma sem precedentes da economia, dos negócios, da sociedade e dos indivíduos” (SCHWAB, 2016, p. 13). Em termos de questionamento, a quarta revolução industrial modifica paradigmas de acordo com as perguntas que aparecem, em termos de método, de maneira mais frequente: não importa mais saber “o que” está ocorrendo e “como” as coisas estão acontecendo. Isso muda a pergunta para “quem” somos.

Neste caso, cabe uma reflexão: as perguntas que movem o método científico foram diferentes ao longo do tempo. Na proposta de René Descartes, não importaria mais, na época do renascimento, perguntar “por que” o mundo existia, mas mudar a pergunta paradigmática para “como” ele funcionava. As perguntas que Schwab faz (O quê? Como?) são decorrentes da incorporação, a partir do método, da necessidade de se compreender processos e motivos, e não de buscar a origem da ciência.

3. *Impacto sistêmico*: isso mostra que há “transformação e sistemas inteiros entre países e dentro deles, em empresas, indústrias e em toda a sociedade” (SCHWAB, 2016, p. 13). As mudanças que estão ocorrendo, portanto, em minha visão, como ocorreu nas revoluções industriais anteriores, vieram para não ter volta.

Os impulsionadores da quarta Revolução Industrial são, para Schwab (2016):

1. *As megatendências*, compreendidas por “inovações e tecnologias”, com

¹ Como a aceleração é uma característica da sociedade atual, precisamos saber se isso é uma condicionante dada pelo avanço tecnológico ou se é o próprio fundamento da nossa existência (dado ao fenômeno da “uberização”, palavra que designa a precarização do trabalho, a entrega rápida de produtos de consumo imediato, a flexibilidade nas funções do trabalhador, entre outras características).

aproveitamento da “capacidade de disseminação da digitalização e das tecnologias da informação”, unindo as categorias física, digital e biológica (p. 23).

2. Na *categoria física* entram os automóveis autônomos (incluídos aí os *drones*, os veículos submersíveis, os robôs); a impressão em 3D, que é conhecida como fabricação aditiva, que começa com um material desarticulado para, “em seguida, criar um objeto em três dimensões por meio de um modelo digital” (p. 24), podendo-se chegar, mesmo, à fabricação de órgãos humanos; a robótica avançada (que mostra a colaboração entre seres humanos e máquinas, desde a agricultura até as tarefas domésticas) e os novos materiais (materiais com memória, com autorreparação ou autolimpeza, exemplificado pelo grafeno, “cerca de 200 vezes mais forte que o aço, milhões de vezes mais fino que um cabelo humano e um eficiente condutor de calor e eletricidade” [p. 26]). Elementos como produtos da nanotecnologia, da neurotecnologia, da biotecnologia, dos sistemas de armazenamento de energia, todos permeados pela inteligência artificial, são fundamentais para a quarta Revolução Industrial.
3. Na *categoria digital*, para Schwab (2016), uma das principais aplicações é a internet das coisas (IoT), que pode ser descrita como “a relação entre as coisas (produto, serviços, lugares etc.) e as pessoas”, o que é possível “por meio de diversas plataformas e tecnologias conectadas” (p. 26). Aí estão os *smartphones*, *tablets* e computadores conectados à internet, cuja capacidade é potencializada com o armazenamento em nuvem. Em outras palavras, a formação de sistemas ciberfísicos poderá levar à automação total dos estabelecimentos industriais (formando o que se chama de fábrica inteligente), combinando as máquinas com processos digitais, possibilitando a liberação da força de trabalho humano, embora ainda necessitando de interação com ela.

Outro fator decisivo (de *natureza demográfica*) será o envelhecimento da população, tendência manifesta na Europa e nas Américas, por exemplo, provocando o aumento do número de pessoas dependentes e diminuindo o número de pessoas em idade ativa. Essa tendência já provoca, no Brasil, por pressão do setor financeiro (que vê com bons olhos a privatização da previdência social por meio da poupança privada dos fundos de pensão, que aumentaria o capital circulante dos bancos), mudanças na estrutura

da previdência social. A compensação possível, durante a quarta Revolução Industrial, seria o aumento da produtividade com a utilização das novíssimas tecnologias. Essa tendência, no entanto, não tem sido detectada na última década, tornando-se um paradoxo para a economia global: “A produtividade do trabalho manteve-se lenta em todo o mundo”, gerando o que se chamou de “paradoxo da produtividade”, mesmo que a “produtividade seja o determinante mais importante para o crescimento de longo prazo” (SCHWAB, 2016, p. 39). “As novas tecnologias mudarão drasticamente a natureza do trabalho em todos os setores e ocupações” (SCHWAB, 2016, p. 42), fazendo desaparecer profissões tradicionais e provocando o surgimento de novas profissões.

Na *categoria biológica*, os custos investidos no sequenciamento genético, nos últimos anos, permitiram o desvendamento da estrutura básica dos seres vivos. Com isso, a ativação ou edição de genes elimina a necessidade de se trabalhar com tentativas e erros (SCHWAB, 2016), indo em direção à biologia sintética, que “oferecerá a capacidade de criar organismos personalizados”, causando profundos impactos na medicina (podendo mudar o código genético das gerações futuras), na agricultura e nos biocombustíveis (p. 29). A quarta Revolução Industrial vai além, portanto, das ações de fabricação de produtos duráveis e não duráveis, chegando à produção de órgãos humanos e medicamentos sintéticos, aproximando, cada vez mais, a ficção científica da realidade.

Três elementos importantes nas dinâmicas regionais e um pano de fundo que catalisa processos

Nesta parte do texto, vou fazer um esforço para articular os três elementos analisados: disseminação do modo industrial, eixos de desenvolvimento e migrações no Brasil. Para enfatizar a concepção que temos de eixo de desenvolvimento, lembro que a localização industrial no estado de São Paulo e, talvez, em qualquer outro território, leva em consideração algumas premissas, como: a) os fatores que influenciam a localização variarão de acordo com o perfil dos proprietários ou acionistas da empresa industrial; as empresas familiares geralmente consideram na escolha da localização a proximidade com a comunidade onde os proprietários residem; as multinacionais praticamente não têm essa preocupação; b) nas empresas indus-

trias multinacionais, a escolha da localização considera principalmente as condições logísticas e conseqüentemente infraestruturais, uma vez que o destino das mercadorias em determinados casos não se localiza no mesmo país onde se instala uma unidade industrial.

Há estudos mostrando que a localização das grandes empresas leva ao privilegiamento de certas áreas para a instalação de seus estabelecimentos, o que leva à formação, nas áreas mais densamente ocupadas, de eixos de concentração deles, o que pode levar à inferência de que a proximidade, a densidade e a fluidez são fatores importantes a serem considerados.

Outro aspecto a levar em conta é a relação dessa afirmação com a disseminação do modo industrial. Ele vai além das áreas com densidade da indústria, procurando nichos de localização que dependem da origem do capital (principalmente quando é local ou de pequena “estatura”), das condições políticas e fiscais dos municípios (renúncia fiscal, governo alinhado com a renúncia) e a fluidez catalisada pelas vias de circulação. Aqui temos uma combinação entre as duas explicações teóricas para a localização da indústria.

Resta o papel da mobilidade das pessoas. Como as determinações mais evidentes que incitam as pessoas aos processos migratórios são econômicas, a formação do horizonte geográfico também forma uma área psicológica que leva as pessoas a se deslocarem, seja na escala da cidade e no ritmo diário, seja na escala da rede urbana (regional ou nacional) e dependendo do grau de especialização da força de trabalho. Aqui, a fluidez do território (eixos de circulação, rotas aéreas) tem cooperado com esses movimentos.

As lógicas econômicas e as estratégias das empresas (SPOSITO; SPOSITO, 2017) obedecem a essas determinações, e a quarta Revolução Industrial percola, condiciona e é pano de fundo desses elementos.

Referências

- AZZONI, C. R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, José Marcos P. da (org.). *Mobilidade espacial da população*. Campinas: Nepo-Unicamp, 2011. p. 71-93.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil: tendências para o século

- XXI. *Revista NECAT*, ano 4, n. 7, p. 9-22, jan./jun. 2015.
- COURGEAU, D. *Méthodes de mesure de la mobilité spatiale: migration internes, mobilité temporaire, navettes*. Paris: L'Institut National d'Études Démographiques, 1988.
- RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J.; HADAD, R. M. Migrações internas no Brasil: (des)continuidades regionais à luz do Censo Demográfico 2010. *Geografias*, Belo Horizonte, edição especial, Dossiê Migrações, p. 8-24, 2010.
- SAYAD, A. *La double absence: desilusions de l'emigré aux souffrances de l'immigré*. Paris: Seuil, 1999.
- SCHWAB, Klaus. *A quarta revolução industrial*. São Paulo: Edipro, 2016.
- SPOSITO, E. S. Reestruturação produtiva e urbana no Estado de São Paulo. *Scripta Nova*, Barcelona: Universidad de Barcelona, p. 69-88, 2007.
- SPOSITO, E. S. Rede urbana e eixos de desenvolvimento: dinâmica territorial e localização da indústria e do emprego no estado de São Paulo. *In: SPOSITO, E. S. (org.). O novo mapa da indústria no início do século XXI*. São Paulo: Ed. Unesp, 2015. p. 369-404.
- SPOSITO, E. S.; MATUSHIMA, M. K. Dinâmica económica em el Estado de São Paulo: los desdoblamientos de um eje de desarrollo. *Scripta Nova*, Barcelona: Universidad de Barcelona, p. 1-20, 2002.
- SPOSITO, E. S.; SILVA, P. F. J. da. *Cidades pequenas*. Perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco, 2013.
- SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias espaciais de empresas. *GEOUSP*, v. 21, p. 462-479, 2017.
- VILLA, M.; RODRIGUEZ, J. Dinámica sociodemografica de las metrópolis latinoamericanas. *Documentos Docentes*, Santiago de Chile, 1994.

PARTE VII

A geopolítica urbana na América Latina contemporânea

Disputas dos comuns

CAPÍTULO 21

Navegar é preciso, viver não é preciso, o que é necessário é criar

Da geopolítica urbana latino-americana aos comuns
urbanos, alguns apontamentos

Ester Limonad

“Navegar é preciso” (PESSOA, 2004)

Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa:

“Navegar é preciso; viver não é preciso”.

Quero para mim o espírito [d]esta frase,

transformada a forma para a casar como eu sou:

Viver não é necessário; o que é necessário é criar.

Para começo de conversa

Este capítulo tem por referência a mesa de encerramento do Simpósio de Geografia Urbana realizado em Vitória, em novembro de 2019. Primeiramente, trata de alguns apontamentos meus para o debate, feitos com base no exposto pelos demais participantes dessa mesa de encerramento sobre *A geopolítica urbana na América Latina contemporânea: disputas dos comuns*.

A esses apontamentos, segue-se uma iniciativa-tentativa de minha parte de retomar aqui a discussão e reflexão do comum urbano. Pois, parece-me imperativo, antes de discutir as disputas dos comuns no urbano, referida no título dessa mesa, buscar estabelecer o que seria esse comum urbano e qual a sua interação com a produção social do espaço urbano, em uma perspectiva crítica e transformadora.

O tema do comum urbano orientou e atravessou de diferentes maneiras as várias contribuições desse evento. No entanto, de certa forma, a reflexão sobre o comum e sobre o comum no urbano passou ao largo

das contribuições de meus colegas de mesa, que privilegiaram a temática mais geral relativa à geopolítica latino-americana contemporânea e ao neoliberalismo.

Mais do que nunca é necessário pensar uma outra cidade, uma outra sociedade em uma perspectiva mais equânime, igualitária, solidária e criativa, que privilegie e cultive a *poiesis*, a criatividade¹ e que vá ao encontro do direito à cidade, como direito de todos, como processo de emancipação dos sujeitos sociais no campo e na cidade e de superação do que aí está.

Esse pensar um possível futuro é o que nos move, nos faz ir em frente, apesar dos pesares. Isso demanda projetar no futuro não só as diferenças, as nossas esperanças, mas aprender de nossos erros e dos erros históricos. Demanda sermos criativos e inventivos. Requer entender e ter consciência de nossa responsabilidade social como cidadãos, geógrafos, docentes, pesquisadores e intelectuais responsáveis pela formação das novas gerações para compreender como viemos parar no presente estado de coisas e como superar o que está aí. Embora se tenha dito que não é necessária autocrítica, a autocrítica é fundamental; temos de aprender com os erros do passado para poder avançar.

Sonhar é necessário, mas com os pés no chão, tendo em mente que as utopias concretas e transformadoras devem ser construídas no aqui e agora a cada momento, incorporando as diferenças, superando os preconceitos, e não como um quadro predefinido. Lembrando que “navegar é preciso, viver não é preciso”, ou seja, a vida é imprecisa e não segue quadros precisos, predefinidos e preestabelecidos, e diríamos, parafraseando a necessidade de criar de Fernando Pessoa, que é necessária, mais do que nunca, a *poiesis*.

Para sonhar um futuro, cabe a autocrítica consciente de nossos atos, lembrando que todos os atos, toda ação social é ao mesmo tempo ação política. Assim, para avançar, para ir em frente, é imperativo fazer uma autocrítica, para aprender com os nossos erros e os dos outros. Também é mister investigar alternativas, de onde a relevância de refletir sobre o comum urbano. Destarte, trago as contribuições de Amanda Huron (2017), que procede a uma minuciosa revisão de três coletâneas relativas ao co-

¹ Enfatizadas por Ana Fani Alessandri Carlos na mesa de abertura desse Simpósio.

mum urbano,² alguns apontamentos sobre os trabalhos de Kornberger e Borch (2015) e de Stavros Stavrides (2016).

Três olhares, três leituras, alguns apontamentos para reflexão

Começo, então, pelas contribuições de meus colegas de mesa, que de certa forma se complementam e nos brindam com um rico quadro da geopolítica latino-americana, a partir de uma recuperação do passado recente. Assim, para avançar na reflexão, em termos acadêmicos e políticos, procuro ver como suas contribuições se articulam.

Sem dúvida essa foi uma mesa heterogênea, que trouxe uma ampla diversidade e um grande volume de questões. De certa maneira, as exposições convergem, a despeito de suas diferentes abordagens, ênfases e preocupações, ao assinalar a existência de um caos sistêmico e de uma crise civilizatória necessários à reprodução do capital. Os painelistas destacaram a riqueza cultural latino-americana, as diferenças culturais, as diferentes práticas espaciais e os diferentes cotidianos. Concordo com Mônica Arroyo quando, ao se referir aos países da América Latina, assinala a necessidade de conhecermos melhor a realidade de nosso viver, porque, embora esse conjunto de países compartilhe o passado colonial e inclusive histórias parecidas, eles constituem diferentes formações econômicas e sociais, com distintas especificidades. E, de certa forma, as práticas espaciais, as práticas culturais, as práticas cotidianas desses países latino-americanos são diferenciadas, são diversas. Ao mesmo tempo que isso confere uma riqueza cultural muito grande e permite de certa forma uma unidade, em outra perspectiva, não permite a transposição e a reprodução pura e simples de práticas espaciais, culturais e cotidianas de um país a outro, da Bolívia para Colômbia, da Colômbia para o Brasil etc.

É feita menção, também, *en passant*, à questão das distopias e das utopias concretas e transformadoras. O que me faz recordar, em particular, da obra de Ernst Bloch (1964) e de sua contribuição para a necessidade

² A saber: DELLENBAUGH, M. *et al.* (ed.). *Urban commons: moving beyond state and market*. Berlim: Birkhäuser, 2015; BORCH, C.; KORNBERGER, M. (ed.). *Urban commons: rethinking the city*. Routledge: London, 2015; FERGUSON, F. (ed.). *Make shift city: renegotiating the urban commons*. Jovis: Berlin, 2014.

da utopia para a transformação social, em contraposição a outros teóricos da Escola de Frankfurt, e a como suas proposições são atuais. A partir da leitura de Bloch (1964), entendo que a utopia é fugidia e inalcançável, pois deve se construir no aqui e agora, em constante reformulação, com a incorporação das diferenças, superando os preconceitos, e não como um quadro predefinido e preestabelecido de um futuro idealizado, uma vez que os condicionantes do aqui e agora mudam constantemente (LIMONAD, 2016, 2018), o que remete ao ainda não (*noch nicht*) de Bloch (1964).

Para começar, gostaria de destacar que é de suma importância falar com aqueles que não dizem e pensam a mesma coisa que nós. Assim, podemos trocar visões, aprender algo uns com os outros, refletir e procurar formas e meios de avançar rumo a uma outra cidade, a uma outra sociedade.

Há uma cisão entre cidade e campo, entre rural e urbano. Isso tem de ser superado, primeiro, porque há uma crescente dissolução entre o rural e o urbano com uma extensificação territorial do urbano (BRENNER, 2014; LEFEBVRE, 1969; LIMONAD, 1996; MONTE-MÓR, 2019); segundo, é premente pensar em como unificar as lutas e os movimentos sociais no campo e na cidade.

Nesse sentido, Carlos Walter Porto-Gonçalves procede a um esforço de resgate hercúleo da questão urbana contemporânea. Em seu ensaio, cabe um parêntese, quando chama a atenção para a cidade como um instrumento de dominação e de organização do campo. Por um lado, tendo a concordar com Porto-Gonçalves. Mas esse, todavia, é tão somente um lado da questão. É um lado. Porque ao mesmo tempo que a cidade surge como um elemento de dominação e de organização do campo, como parte do excedente da produção, a cidade tem a ver, também, com uma organização social dos trabalhadores do campo, dos camponeses, que no caso de muitos países ao redor do mundo se organizam e vivem em aldeias ou vilas, ao largo das estradas, rodeados pelos campos arados. Ou seja, não é usual os camponeses e trabalhadores rurais viverem isolados cada um em uma propriedade rural, seja por uma questão de sociabilidade, seja por uma questão de segurança. Em muitos lugares, os camponeses, os trabalhadores rurais vivem em aglomerados e ao redor dos quais se localizam as terras onde trabalham e produzem. Essa distribuição espacial estaria relacionada à estrutura fundiária e às formas de posse da terra. No caso da América Latina, isso se verifica na Bolívia, no Chile, na Argentina e em muitos outros países latino-americanos. Nesses países têm-se vilas ao

longo das vias (*Strassendorfs*) com todos os serviços. Durante o dia elas parecem totalmente desertas, pois os moradores encontram-se dedicados ao trabalho no campo, enquanto as crianças se encontram nas escolas. O mesmo ocorre em algumas colônias agrícolas na Amazônia Ocidental brasileira. Essas aldeias, vilas rurais, são, historicamente, por assim dizer, as sementes do urbano.

Cabe salientar, destarte, indo na contramão da argumentação de Porto-Gonçalves, que assentamentos e cidades rurais persistem até os dias atuais, pois a necessidade de aglutinação e de organização da vida social é primordial para resolver o cotidiano dos que vivem, trabalham e se reproduzem no campo, nas áreas rurais. É mister lembrar que a possibilidade de aglutinação e de aglomeração abre espaço para a organização social, para a contestação política e a insurgência social contra a dominação.

Não por acaso essa organização espacial de camponeses em aldeias e vilas não é usual aqui no Brasil, pois, a base da organização do espaço agrário no Brasil colonial eram as grandes propriedades, e não se permitia a fundação de vilas e cidades sem o aval da coroa, além de sua jurisdição; primeiro, por representarem um ônus suplementar à metrópole, e, segundo, por esses assentamentos serem encarados como locais de potencial sublevação social e política.

Porto-Gonçalves chama a atenção, também, para o fato de que nunca tantos moraram no campo e salienta que a população rural alcançou cifras inéditas nos últimos anos, conforme diversas estatísticas oficiais. Mais uma vez, devo concordar com ele: as estatísticas são indisputáveis. Aqui, porém, cabe um parêntese para lembrar as ressalvas de Pierre George (1986) com relação ao número em si, que pode levar a diferentes interpretações e leituras, a depender do que se deseja e pretende.

Há que se considerar que, primeiro, nem toda essa população rural, embora seja definida como rural pela localização espacial de seus domicílios, encontra-se de fato dedicada a atividades agrárias. Segundo, aceitar essas cifras de população rural e urbana é aceitar não só os números fornecidos pela ONU e por outros organismos internacionais, mas corroborar a visão dessas instituições sobre o que seja a população rural e urbana e aceitar o viés político-ideológico de suas estatísticas pautadas, usualmente, em metodologias e estimativas enviesadas que servem de base para investimentos de toda a sorte, sociais e financeiros. E, terceiro, implica a anuência, pura e simples, das definições técnicas, político-administrativas, do que seja ru-

ral e urbano, que são variáveis e diferentes de país para país – só a Cepal (2011) tem diversas publicações com as diferentes classificações de rural e urbano de cada um dos países latino-americanos.

Como intelectuais e acadêmicos, cabe-nos entender as categorias de rural e urbano a partir de uma perspectiva teórica. Cada teoria leva a diferentes categorizações e definições. Assim, desde uma perspectiva weberiana, que fundamenta os estudos e abordagens de muitos órgãos e instituições nacionais e internacionais, essa definição tem por base a localização espacial e a inserção social dos indivíduos recenseados enquanto consumidores. Nesse caso, o consumo é que denota a posição de classe da força de trabalho (POULANTZAS, 1975). Assim, a população rural se define a partir da localização espacial da população que se encontra fora de um perímetro urbano, que se traduz muitas vezes em um polígono definido com base em critérios políticos e técnico-administrativos.

É essa a perspectiva que orienta muitas práticas capitalistas e neoliberais e que autoriza os economistas a falar de uma ampliação da classe média. Nesse viés teórico, os sujeitos sociais, os sujeitos da ação, são ignorados e existem apenas como demanda efetiva, como sujeitos econômicos com poder aquisitivo. Se os sujeitos sociais não possuem poder aquisitivo para consumir um bem ou produto, então não constituem demanda efetiva e não devem ser considerados. Foi esse tipo de raciocínio econômico que serviu de diretriz para a política habitacional do BNH durante um longo período e serviu para justificar e legitimar a produção de habitações para diversos segmentos de classe média (BOLAFFI, 1977).

Ao passo que, de uma perspectiva crítica, essa definição de rural e urbano deve ter por base a situação de classe da força de trabalho, relativa à sua inserção no processo produtivo, à sua condição de existência e às relações sociais de produção que se estabelecem entre os sujeitos sociais e os meios de produção (LIMONAD, 2001).

Nesse sentido, muitos trabalhadores rurais, muitos camponeses residem em áreas urbanas, ao passo que há muitos trabalhadores urbanos que residem no campo, sem desempenhar atividades relacionadas ao campo, à produção agrária. Interessa, portanto, observar a inserção desses trabalhadores no processo de produção e sua relação com os meios de produção.

Porto-Gonçalves esboça, ainda, a possibilidade de um outro caminho, resgatando, assim, a ideia da des-urbanização dos socialistas russos do começo do século XX. Louvável iniciativa, inclusive já em curso, pois muitos

se dirigem hoje das grandes cidades para o campo, para as cidades médias e pequenas. Porém, há de se ter em mente que, desde os socialistas rusos do primeiro quartel do século XX, muito mudou desde as primeiras décadas do século XX, quando as necessidades de reprodução social e de condição de existência eram outras, ainda mais considerando-se o desenvolvimento das forças produtivas nos últimos cem anos.

Rodrigo Hidalgo, por sua vez, traz uma brilhante e minuciosa abordagem sobre a situação presente no Chile e chama a atenção para a radicalidade do neoliberalismo e para a transformação de tudo, da totalidade do espaço social em ativos financeiros. Alerta, ainda, para as alterações no modo de vida e em como os cidadãos no Chile foram transformados em consumidores.

A abordagem cuidadosa de Hidalgo aponta para os limites do que chamaríamos de paradoxo do neoliberalismo de Estado. Por que um paradoxo do neoliberalismo de Estado? Porque, por princípio, o neoliberalismo tem por pressuposto prescindir do Estado, entretanto se vale do Estado para seus fins. E, ao fazer uso do Estado, esse neoliberalismo elimina a possibilidade de um Estado liberal como aquele preconizado por Adam Smith em *A Riqueza das Nações* (2007 [1776]). Um Estado que teria por dever propugnar pelo direito dos cidadãos e os proteger da ganância e dos excessos dos empresários.

O Chile serviu de projeto-piloto experimental aos economistas da Escola de Chicago, na década de 1970. Essa experiência teve por base um golpe de Estado, secundado pelos Estados Unidos da América do Norte, com a implantação de uma ditadura violenta que suprimiu os direitos civis e matou milhares. Agora aquele projeto-piloto se converteu em proposta a ser irradiada para outros países ao redor do mundo e, em especial, para domar os demais países latino-americanos. Motivo pelo qual têm-se, em diversos países latino-americanos, a erupção de golpes de direita, muitos dos quais subsidiados política e financeiramente pela ascensão de uma direita internacional organizada, em moldes semelhantes ao nazifascismo da década de 1930-1940, que se manifestou em diversos países. E hoje tem-se a mesma coisa.

Na atual etapa da financeirização neoliberal, tudo, absolutamente tudo, é securitizado. Não importa o processo, mas, sim, o resultado e as consequências, que conduzem a um aprofundamento das desigualdades e da distribuição da riqueza, protegidas por uma legislação classista, racista, antidemocrática e excludente.

Nesse contexto, o Estado se converte em sócio, em agente subsidiário das empresas. Tem-se, assim, em vários países latino-americanos, da mesma forma que no Chile, um quadro onde impera o triunvirato constituído por militares, capital agropecuário (commodities) e capital estrangeiro, com a exclusão social e repressão draconiana das minorias. O Estado, em nome de ampliar seus recursos financeiros para investimentos, suprime as políticas sociais, ampara a desregulação do trabalho e da proteção dos recursos naturais, abre oportunidades de investimento para o capital estrangeiro e sufoca a indústria nacional. Têm-se, assim, no Chile e em vários países latino-americanos, entre os quais o Brasil, um aprofundamento das desigualdades e um acirramento da pobreza.

Mônica Arroyo, por sua vez, ao abordar a problemática da geopolítica urbana da América Latina, resgata a categoria de formação socioespacial de Milton Santos e chama a atenção para a importância do território usado e para a necessidade de pensar a cidade como totalidade, em termos das lutas e movimentos sociais contra a precarização da vida social.

A partir de sua intervenção, parece-me necessário salientar que a cidade não é um sujeito social, assim, a cidade não tem protagonismo, ideia disseminada pelos mentores do planejamento estratégico catalão. Portanto, a cidade não forja consciências e tampouco possui força política em si. São os sujeitos sociais que vivem, lutam e disputam seu espaço na cidade, aqueles que a tornam um lugar de força política e não uma força política.

Já a alardeada tendência homogeneizadora na cidade se dá nos espaços globais, nos espaços de vida da classe média, que aparecem como o espaço dominante por excelência. A diversidade social e a complexidade se encontram fora desses espaços globais. A favela e a pobreza aparecem como exceção. Só que a favela e os espaços da pobreza não são a exceção, são a regra, daí a importância da exposição de Arroyo. De fato, o que é exceção são os espaços da riqueza, que ideologicamente aparecem como regra, não como exceção.

Essa diversidade e heterogeneidade sociocultural vai de encontro aos desígnios e às representações hegemônicas do espaço do capital. E essa é uma luta dos despossuídos, que está na rua em todos os lugares, menos aqui...

Na atual fase de disseminação da neoliberalização financeira dos Estados nacionais, principalmente do Cone Sul, é possível falar de interesses nacionais antagônicos? Todos esses países com governos conservadores estão atendendo aos mesmos interesses hegemônicos – ou seja, estão se

subordinando e submetendo a uma nova fase da exploração colonialista. De forma pertinente, Arroyo propõe cultivar consensos, porém como isso pode ser feito? Com quem? Essas são apenas algumas questões para o debate.

E aí? O que fica, então?

Enfim, o que os três apontam são os diferentes tempos históricos e facetas do realinhamento e a rearticulação internacional das grandes potências (FIORI, 2014) acompanhada pela re-subordinação dos países emergentes, amparada pelo ressurgimento em escala internacional de movimentos de direita de cunho fascista no mundo todo. É na Alemanha, Polônia, Hungria, Grécia, nos países escandinavos, na Turquia, na Índia e nos Estados Unidos da América do Norte, entre muitos outros (JOFFE, 2017).

É inegável que os processos de neoliberalização hoje são gerais e generalizados. Gerais por abarcarem a totalidade da vida social onde se instauraram e generalizados por sua difusão em diferentes escalas e em distintos lugares ao redor do planeta. Os países que se antepõem são vistos como ameaça, e isso vai desencadear os golpes que já aconteceram em sucessão na Guatemala, em Honduras, no Paraguai, aqui no Brasil, no Equador e agora na Bolívia, sem deixar de mencionar a manipulação dos dados econômico-financeiros do Chile, resultante da mudança de metodologia do Banco Mundial que frustrou a reeleição da presidente Bachelet. Essa onda política conservadora não é fortuita nem espontânea, conta com suporte financeiro internacional e se coaduna, em boa parte, com a política do *America First* defendida e desencadeada por Donald Trump, cujas consequências apenas se fazem sentir, bem como atende aos interesses hegemônicos da acumulação do capital financeiro.

A neoliberalização acarreta o fim das políticas sociais, com a precarização da vida social e o enrijecimento da sociabilidade e da empatia.

Como já mencionei, temos de aprender com o diferente, com o passado, com um olhar crítico, para podermos avançar. Urge entendermos o que se encontra em curso. A questão é: como superar o imperialismo e o capitalismo e a expropriação dessa neoliberalização do espaço social? Como superar as falácias dos mitos da técnica (planejamento), da duração (sustentabilidade), do progresso (desenvolvimento) e das benesses da modernidade, mitos

garantidos apenas para alguns? Falácias que serviram apenas para tornar os países ricos mais ricos e os pobres mais pobres (LIMONAD, 2013, 2014).

Então, o que fazer? O comum urbano, tema desse Simpósio de Geografia Urbana, assim, surge como possibilidade de superação e de transformação. Assim, a seguir, o retomo em uma breve reflexão.

E os comuns? Por que falar dos comuns?

Os comuns apontam para uma possibilidade de resgate da solidariedade, do compartilhamento, de relações sociais mais humanas e igualitárias. Porém, o comum também tem de ser olhado *cum grano salis*, com cuidado. O comum pode ser uma força transformadora, mas também pode se revelar como uma prática conservadora e, por vezes, reacionária. E isso vai depender do grau em que o comum cristaliza, ossifica e perpetua relações consagradas que privilegiam o enclausuramento dos grupos sociais, o patriarcalismo, a subordinação social da mulher e o preconceito contra o diferente de comunidades encerradas sobre si mesmas.

Para contribuir para a reflexão do comum, recupero aqui algumas questões levantadas por Huron (2017), a que somam contribuições recentes de Stavros Stavrides (2016, 2019) que se dedicam a pensar as possibilidades da cidade como comum.

Huron (2017) procede a uma avaliação crítica minuciosa de um conjunto diversificado de trabalhos reunidos em três coletâneas sobre o comum urbano. E começa por perguntar onde está o comum no urbano e onde estaria o urbano no comum. Questões óbvias, mas necessárias. A água é um comum, o ar é um comum, mas, e no urbano, onde está o comum? Cadê o comum no urbano?

Assinala, ainda, que as várias definições do comum apresentadas são diferentes formas de propriedade privada ou comunal, relativas à habitação, ao lazer, ao descarte de resíduos etc., bem como de movimentos e lutas sociais relativas ao comum no urbano. Destaca, porém, que a maior parte se caracteriza por estudos de caso que carecem de um avanço teórico.

Começa, assim, por ressaltar o crescente interesse acadêmico e de ativistas sociais em relação ao tema, considerando-se a crescente urbanização da sociedade e a importância da cidade como *locus* privilegiado de movimentos sociais.

Huron (2017) converge, assim, para a ideia das cidades como espaço de luta política (LEFEBVRE, 1969, 1991) e a última fronteira de embate entre o capital e o trabalho (CARLOS, 2015; HARDT; NEGRI, 2016; HARVEY, 2014; SASSEN, 2014). E destaca algumas questões óbvias e, ao mesmo tempo, críticas para a reflexão: o que é urbano, em termos teóricos e práticos, no urbano comum? Por que teorizar o comum urbano especificamente? O que constitui e distingue teórica, conceitualmente e na prática os comuns urbanos de outras formas de comuns? Para elucidar essas indagações, interessa-lhe identificar:

- primeiro, como os diversos estudos abordam a tensão entre a abertura e a exclusão em relação aos comuns, por entender que a não elucidação dessa tensão é passível de dificultar a teorização e prática dos comuns. Pois se, por princípio, “nos comuns ninguém pode ser excluído” (SHIVA, 2013, p. x) e se o urbano é constituído pela totalidade da vida urbana, então, aparentemente, não haveria exclusão no comum urbano, em uma perspectiva geral. Porém, a questão é deveras mais complexa, pois a definição de fronteiras dos comuns urbanos pode verificar-se de forma distinta, destarte é imperativo compreender como pessoas que usufruem os comuns vivem próximas a estranhos, negociam fronteiras e lidam com a inclusão e a exclusão em escalas específicas;
- segundo, como esses estudos tratam a tensão entre o bem público e os comuns, bem como a tensão existente entre os comuns e o capitalismo, uma vez que há um confronto entre abordagens conservadoras e aportes críticos nas quais o Estado aparece como questão central.

Em seu balanço, Huron percebe que a maior parte dos estudos e teorizações relativas aos comuns tem por base os comuns no campo, na natureza e os comuns culturais (internet e linguagem), os quais podem ser sistematizados em duas linhas de pensamento. Uma dedicada às fontes e formas de gestão dos recursos comuns (OSTROM, 1990 e seus seguidores) e uma segunda, crítica, voltada para compreender como os comuns podem constituir um meio de superação dos liames do mercado e do Estado, enquanto uma experiência política coletiva ampla (SHIVA, 2013, p. vii).

Em termos da diferenciação dos comuns urbanos em relação aos comuns, destaca-se a contribuição de Kornberger e Borch (2015), que questionam a visão dos comuns como recurso subtraível e sujeito a uso excessivo (HARDIN, 1968; OSTROM 1990) e definem o comum urbano não

pela subtratibilidade, mas, ao invés, pelo ato de consumir a cidade, pois, no contexto urbano, o ato de consumir, ao invés de extrair valor, acrescentaria. Essa proposição de Kornberger e Borch (2015) tem por inspiração a obra pioneira de Ebenezer Howard (1902). Para Howard (1902), o valor da terra da cidade estaria relacionado à própria existência da aglomeração, à densidade de pessoas e intensidade de atividades que teriam lugar na cidade, e não ao valor intrínseco dos edifícios e do solo. Por conseguinte, para Howard (1898), a riqueza gerada na produção da cidade pertenceria por direito aos que a produzem. Antecipa, assim, as proposições de David Harvey (2014) e Michael Hardt e Antonio Negri (2009).

Essa diferenciação do comum urbano em relação ao comum, destacada por Huron (2017), parece-nos essencial para a reflexão e passível de ser apropriada a partir de uma leitura lefebvriana, uma vez que, na perspectiva de Henri Lefebvre (1969), o urbano é uma relação e, na contemporaneidade, é uma mediação entre a vida cotidiana e as demandas da acumulação. O urbano permite capturar como as lógicas do capital e do Estado penetram as diversas relações sociais, experiências e estratégias de lidar com a vida cotidiana e expõe as contradições da relação capital-trabalho no processo de produção social do espaço.

Cabe, também, diferenciar e não confundir os espaços públicos e os comuns urbanos (HURON, 2017), pois o lado negativo da relação dos comuns com o espaço público tem a ver com a relação dos comuns com o Estado, o mercado e o capitalismo. Huron (2017) assinala que a (con)fusão entre o público e os comuns interessa a movimentos conservadores, dado o potencial dos comuns em substituir o público e o privado, bem como em contribuir para eximir o Estado.

Ao passo que, conforme Huron (2017), apesar da maioria das abordagens críticas tender a enxergar os comuns urbanos como um meio de defender o público e conferir-lhe um caráter emancipatório, essas abordagens sequer abordam o papel do Estado, nem se preocupam em proceder a uma distinção entre o comum e o público ou mesmo em conceituar o urbano.

Esse potencial ambíguo dos comuns de serem apropriados, tanto, por um lado, por discursos conservadores em nome da preservação dos valores de uma dada comunidade ou da manutenção e sobrevivência de um grupo social, com a circunscrição dos comuns a esse determinado grupo social ou comunidade, quanto, por outro lado, por discursos críticos

que propugnam por uma outra sociedade, por uma outra cidade e pela apropriação social dos comuns pela totalidade do conjunto social, mostra que os comuns não podem ser vistos como uma panaceia para dirimir os conflitos sociais e as contradições do capitalismo. Pois, para sua reprodução, o capital necessita, além de recursos naturais e de bens comuns, da exploração do trabalho não remunerado, a qual se manifesta de diversas formas em vários lugares como parte do processo geral de acumulação, seja como trabalho em domicílio, trabalho sub-remunerado, seja, ainda, como a exploração e tráfico de vidas humanas, como o trabalho escravo, tráfico sexual e comércio de vidas e órgãos.

Huron (2017) assinala, ainda, o forte viés eurocêntrico das três coletâneas e destaca que a maioria de suas contribuições sequer se preocupa em teorizar o trabalho inerente aos comuns e carece de aprofundamento teórico-conceitual. Por fim, questiona se todas essas seriam mais estudos de caso de formas de apropriação social dos espaços urbanos do que, de fato, abordagens do comum urbano. Ao alertar para a importância crucial de teorizar, praticar e lidar com os comuns urbanos para a superação do que aí está e para a construção de uma outra sociedade, chama a atenção para a obra inédita de Stavrides (2016), sobre a qual discorro a seguir, de forma breve.

Stavrides (2016) avança a reflexão de várias questões propostas por Huron (2017) e começa por assinalar que nem todos os estudos sobre os comuns urbanos se referem de fato ao que considera como comum. Em seu entender, o espaço comum não é nem uma coisa acabada nem possui uma materialidade concreta, como apontam alguns dos estudos abordados por Huron (2017). O comum urbano, para Stavrides (2016), se constitui em um processo. Um processo específico, singular, de construção social coletiva. E, enquanto tal, o comum urbano seria distinto de qualquer outro processo de construção social. E isso por quê? Porque os sujeitos da ação se relacionam entre si para produzir o comum e se transformam no decorrer do processo, assim como transformam o processo e os instrumentos de que se valem. O espaço comum urbano emerge desse processo de tornar comum não como um produto, mas como uma relação entre as pessoas e o que elas estão fazendo. Uma relação que modela as pessoas, os sujeitos da ação, as coisas que elas fazem e como elas fazem. A construção do comum urbano é um processo ao longo do qual os sujeitos da ação e suas práticas espaciais se transformam. Esse espaço comum está relacionado diretamente às for-

mas de apropriação social do espaço em termos do seu valor de uso, assim, o comum urbano não necessariamente é um produto fixo ou material.

O seu potencial está além do público e do privado, o comum urbano está além da propriedade, assim, desafia os próprios fundamentos da propriedade privada, que, com base na posse e domínio legal de uma coisa, limita a apropriação social e o uso social. Assim, o comum urbano vai de encontro aos fundamentos do sistema capitalista. Nesse sentido, se coloca como algo anticapitalista. Mas há que lembrar que o comum urbano pode ser tanto uma força conservadora quanto transformadora.

Para desafiar o enclausuramento, o comum urbano deve incluir a diferença, a alteridade e universalizar o seu acesso. O comum urbano, para ser transformador, deve estar em constante reconfiguração e contemplar a criatividade, a inventividade, a *poiesis*. Por isso o espaço comum não se reduz a uma relação, é um processo em que essa relação de construção do comum está em constante mutação ao longo do tempo.

Para Stavrides (2016), o espaço comum urbano permanece comum ao transformar o espaço social em algo diferente e quando destrói fronteiras e limites convencionais. Por conseguinte, o comum urbano possui uma espacialidade própria e variável, pois não pode ser nem reduzido nem circunscrito a um lugar e está em constante reformulação, embora aconteça em contextos específicos e tenha por base práticas culturais e espaciais específicas.

O que nos permite dizer que no urbano a produção do comum pode representar diversas coisas, compreende a subversão do instituído baseado na propriedade privada e diferentes formas de solidariedade e igualitarismo. Pressupõe, também, uma ausência de hierarquias e um poder compartilhado. Em uma perspectiva lefebvriana, pode se manifestar como um desafio às representações hegemônicas do espaço e da sociedade

O comum deve privilegiar práticas que não sejam capitalistas. Convirjo, assim, para a posição de Stavrides (2016), que assinala que o comum pode ser uma força anticapitalista transformadora ou conservadora de um *status quo*.

Enquanto força conservadora, o comum não é aberto a todos, não é um comum que agrega, mas, sim, que discrimina, que não aceita o diferente. O comum atua como força conservadora ao privilegiar a perpetuação e manutenção de práticas patriarcais e patrimoniais que permitem que uns sejam mais iguais que outros, como soe ocorrer em sociedades tradicio-

nais, em comunidades primitivas ou em grupos sociais fechados, nos quais apenas alguns membros teriam o direito de usufruir do comum ou em que se confere a tomada de decisão a apenas alguns membros selecionados. Um exemplo assaz usual são aqueles grupos onde apenas os homens pertencentes ao grupo social ou com uma preeminência hierárquica neste tomam as decisões em nome do conjunto do grupo social.

Vandana Shiva (2013, p. vii e ss.) compreende que o espaço comum seria relacional e se definiria pela sua possibilidade de apropriação universal. Salienta, ainda, que a falsa tese da tragédia dos comuns serve apenas para fazer parecer inevitável a privatização e mercantilização dos comuns.

Parece-me, assim, inspirada pelo que Lefebvre (1991) chama de espaços de representação, que o comum no urbano, enquanto processo de construção social de um outro espaço, teria o potencial de escapar à institucionalidade da propriedade privada. O comum urbano seria assim uma relação social que se estabelece a partir das práticas espaciais e que integra a vida social. O comum urbano como elemento de transformação atravessa, se contrapõe e integra as práticas espaciais dominantes e dominadas.

Pensar o comum urbano na perspectiva dos espaços de representação de Lefebvre (1991), espaços potenciais de transformação social, pode ser parte do processo criativo de produção de um outro espaço, de um espaço diferencial, que vai contra a institucionalidade da propriedade privada e contra as representações hegemônicas do espaço, difundidas pela mídia, inclusive. Então, ele é e pode ser entendido como uma relação social em constante mutação que se estabelece através das práticas espaciais e que, assim, integra a vida social.

Para o comum poder superar e exceder os limites do capitalismo, em uma perspectiva crítica, é mister sua expansão social e a construção de outras relações de produção. Por conseguinte, o comum urbano não pode estar circunscrito a uma comunidade, a um grupo social, como defende Shiva (2013), e demanda a construção de relações não capitalistas de produção que superem o patriarcalismo e o preconceito contra a diferença

Esse não é um processo de soma simples ou linear. É um processo conflitivo de superação de contradições que aponta para a necessidade de um outro contrato social, de uma outra democracia, para além do consagrado lema da democracia burguesa, de liberdade, igualdade e fraternidade, que presume uma igualdade igualitária e não equânime, a despeito das flagrantes desigualdades sociais.

A construção do comum urbano só tem sentido como ação e processo criativo, como *poiesis*, como possibilidade de poder compartilhado, como processo transformador, em transformação, que, ao ultrapassar os limites da comunidade e do grupo social, se torna algo mais geral e ao alcance de toda a sociedade, que tem a capacidade de impedir a dominação de um pelo outro, de impedir a formação de hierarquias e a centralização do poder. O comum implica a existência de um poder compartilhado, horizontalizado, sem hierarquias.

Por esse motivo, o comum não se resume a uma relação social, mas consiste em um processo (STAVRIDES, 2016) em que a relação que define o comum se transforma constantemente.

Apenas assim o comum urbano se torna elemento de transformação social, com a capacidade de impedir a dominação, a exclusão do outro e da diferença, a hierarquização e a centralização do poder político. O comum urbano tem a potencialidade de combater a riqueza nos termos propostos por Frantz Fanon (1968, 2008).

Um mundo além do capital e da dominação, na perspectiva do direito à cidade, do direito à vida e à dignidade, deve privilegiar a *poiesis*, a individualidade criativa e os sujeitos da ação. E a inventividade e a criatividade dos sujeitos da ação só podem sobreviver se o comum não se cristalizar em uma fantasia utópica de um mundo homogêneo comum, em um sonho utópico de leite e mel. Ou seja, um projeto futuro do comum não pode se confundir com promessas religiosas pós-vida ou em construções ideologizadas de um futuro comum idealizado (LIMONAD, 2016, 2018).

Cabe lembrar que a utopia concreta, nos termos de Ernst Bloch (1964), e a racional, nos termos de Lefebvre (2009), só tem sentido se for um projeto, uma perspectiva criativa em constante reelaboração, com os pés no presente e o olhar no futuro. Enfim, a *poiesis* é imprescindível para o comum urbano se tornar uma possibilidade e para a produção de um outro espaço, um espaço diferencial, pois “(...) se queremos que a humanidade avance com audácia, se queremos elevá-la a um nível diferente (...) é necessário inventar e descobrir” (FANON, 1968, p. 275), uma vez que “só a criação do novo nos permite superar as opressões, já que a inércia reativa tende a invertê-las” (ZIBECHI, 2018).

Referências

- BLOCH, E. *El principio esperanza*. Madrid: Trotta, 1964 [1959].
- BOLAFFI, G. A casa das ilusões perdidas. Aspectos socioeconômicos do Plano Nacional da Habitação. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n. 27 (ed. especial), 1977.
- BRENNER, N. (ed.). *Implosions/Explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlim: Jovis, 2014.
- CARLOS, A. F.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CEPAL. *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*. Hacia una nueva definición de “rural” con fines estadísticos en América Latina. Santiago de Chile: Cepal, Nações Unidas, 2011. Disponível em: https://otu.opp.gub.uy/sites/default/files/docsBiblioteca/Cepal_hacia%20una%20nueva%20definición%20de%20lo%20rural_0.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.
- FIORI, J. L. *História, estratégia e desenvolvimento*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.
- FANON, F. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GEORGE, P. *Geografia da população*. São Paulo: Difel, 1986.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 13 dez. 1968. DOI: 10.1126/science.162.3859.1243
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- HARVEY D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOWARD, E. *Garden Cities of To-Morrow*. 2. ed. Londres: Swan Sonnenschein, 1902. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/4/6/1/3/46134/>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- HURON, A. Theorising the urban commons: New thoughts, tensions and paths forward. *Urban Studies*, v. 54, n. 4, p. 1062-1069, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0042098016685528>
- JOFFE, J. The right is rising and social democracy is dying across Europe – but why? *The Guardian*, 29 set. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/sep/29/right-social-democracy-dying-europe-afd-far-right-germany>. Acesso em: 10 fev. 2020.

- KORNBERGER, M.; BORCH, C. Introduction: Urban Commons. In: BORCH, C.; KORNBERGER, M. (ed.). *Urban commons: rethinking the city*. London: Routledge, 2015. p. 1-21. Disponível em: <https://zajednicko.org/mreznabibliografija/wp-content/uploads/sites/2/2018/04/Urban-Commons-Rethinking-the-City.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- LEFEVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- LEFEVRE, H. *State, space, world*. Selected essays. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.
- LEFEVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- LIMONAD, E. *Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- LIMONAD, E. A Cidade na Pós-Modernidade: entre a Ficção e a Realidade. *Geographia* Niterói: UFF, v. 2, n. 3, p. 86-110, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328816297_A_Cidade_na_Pos-Modernidade_entre_a_Ficcao_e_a_Realidade. Acesso em: 10 fev. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/GEOgraphia2000.v2i3.a13376>
- LIMONAD, E. Em busca do paraíso: algumas considerações sobre o desenvolvimento. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 1, p. 125-140, maio 2013. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2013v-15n1p125>
- LIMONAD, E. Um novo planejamento ou um novo Estado para um novo Brasil? In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. (org.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 80-99. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/publicacao/arquivos/um-novo-planejamento-para-um-novo-brasil-alta-resolucao.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- LIMONAD, E. Utopias urbanas, sonhos ou pesadelos? In: BENACH, N.; ZAAR, M. H.; VASCONCELOS JÚNIOR, P. M. (ed.). *Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2016. p. 1-19. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_es-terlimonad.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.
- LIMONAD, E. Uma utopia com os pés no chão: algumas considerações sobre práticas espaciais transformadoras. *Cadernos do NAEA*, Belém, v. 21, n. 2, p. 79-92, maio/ago. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v21i1.5810>
- MONTE-MOR, R. L. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: LIMONAD, E. (org.). *Etc, espaço tempo e crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. p. 251-262. Disponível em:

- https://www.researchgate.net/publication/339237450_ETC_-_Espaco_Tempo_e_Critica. Acesso em: 10 fev. 2020.
- OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- PECK, J.; TICKELL, A. Neoliberalizing Space. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 380-404, 2002. doi:10.1111/1467-8330.00247
- PESSOA, F. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.
- POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- SASSEN, S. *Expulsions: brutality and complexity in the global economy*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- SMITH, A. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. [S. l.]: MetaLibri Digital Library. 2007. Disponível em: https://www.ibiblio.org/ml/libri/s/SmithA_WealthNations_p.pdf. Acesso em: 10 fev.2020.
- STAVRIDES, S. *Common space: the city as commons*. Londres: Zed Books, 2016. Disponível em: https://zajednicko.org/mreznabibliografija/wp-content/uploads/sites/2/2018/04/Stavrides-Stavros_Common-Space-The-City-as-Commons.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020
- SHIVA, V. Foreword. In: RICOVERI, G. (ed.). *Nature for sale: the commons versus commodities*. Londres: Pluto, 2013. p. vii-xii.
- ZIBECHI, R. Frantz Fanon: de la descolonización al pensamiento crítico. *La Jornada Semanal*, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://latinta.com.ar/2018/08/frantz-fanon-de-la-descolonizacion-al-pensamiento-critico/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

El neoliberalismo chileno en la encrucijada

Rutas geopolíticas, disputas por el agua como frente de urbanización y manifestaciones del descontento¹

Rodrigo Hidalgo

Voltaire Alvarado

Luis Daniel Santana Rivas

Las fracturas espaciales del neoliberalismo chileno son profundas e indeterminadas. Los años de crecimiento económico que pusieron de ejemplo al país, al punto de denominarlo el mejor alumno del barrio, tenían un costo social, un daño irreparable en las presentes y venideras generaciones. Mucho se ha comentado en los medios de comunicación y las redes sociales acerca de los orígenes del malestar, la furia y sus mecanismos de expresión: que es contradictorio para un país estable; que el consumo adormeció al pueblo de Chile; que el terrorismo de izquierda es el responsable de todo; que el fascismo filocastrense es el responsable de todo, entre otras afirmaciones recogidas u observadas en los actuales sistemas de intercambio digital, particularmente.²

Ciertamente, el modelo chileno es icónico, simbólicamente fuerte y semióticamente complejo. Sus símbolos podrían ilustrarse en las grandes ciudades, donde los efectos del crecimiento económico campean, aun cuando la marginalidad se escabulla por los costados. El vigor de lo semiótico aparece en sus cifras de triunfo, donde la pobreza extrema se reduce desde el

¹ Este trabajo forma parte del FONDECYT Regular 1191555 “La producción de vivienda subsidiada en ciudades fluviales, marinas y lacustres en Chile: integración y sostenibilidad 2000 – 2017”.

² Parte importante de los medios de comunicación masiva se han dado la oportunidad de analizar el comportamiento discursivo de la población a través de Twitter, Instagram y Facebook. La necesidad de colocarle un rostro al malestar condujo una parte de este entusiasmo periodístico. Revisar *El Mostrador* (29 de octubre de 2019); *Pauta* (25 de noviembre de 2019); y *Emol* (24 de octubre de 2019).

60% a inicios del actual periodo democrático a 13% para 2013, en medio del primer cuatrienio del presidente Sebastián Piñera (FFRENCH-DAVIS, 2002; ROVIRA, 2016). Las caras espaciales de estas dimensiones permitieron a los liderazgos políticos presumir respecto a la fórmula más adecuada. Si, para una primera etapa, el neoliberalismo del shock y su salvajismo se justificaban en favor de un *bien superior*, el desarrollo económico, por ejemplo; para la segunda la fórmula se habría agotado a propósito de sus mismos éxitos.

La vivienda social es un excelente ejemplo de ello, alcanzando a superar los dos millones de unidades entregadas para el periodo 1990-2019, pero multiplicando los denominados problemas de la urbanización, como la movilidad y transporte, accesos a servicios públicos y privados, educación y salud, segregación urbana, entre otros. Son estas temáticas las que inundaron congresos, revistas y paneles expertos, para mejorar el modelo, maquillarlo (ALVARADO, 2019). Finalmente, darle un rostro humano (HIDALGO; ALVARADO; SANTANA, 2017).

Lo anterior, dicen las mismas redes sociales, se quebró. Bajo la consigna *deno lo vimos venir o siempre supimos que esto podía pasar*, la alquimia chilena dejó de ser un conjunto mínimo de malestares, distribuidos territorialmente con cierta uniformidad a lo largo del país. Fuera de toda metáfora, lo cierto es que un modelo predictivo tiene inconvenientes y uno de ellos, quizá el más relevante para la Geografía, es el principio de la no ubicuidad. Por mucho que los estallidos de la región fueran políticos, en favor de mayor libertar o contra la posibilidad de constreñirla, ningún levantamiento social tiene idénticas naturalezas u objetivos.

De esto último se desprende la pertinencia de la reflexión psicoanalítica de Žižek sobre estos tiempos. La ideología, desarticulada de lo político, pasa al objeto (ŽIŽEK, 2012). Si fuera posible establecer un diagnóstico basado en el psicoanálisis, el resultado más probable indicaría que el neoliberalismo chileno padece de un trastorno silenciado, con rasgos de acumulador compulsivo y síndrome de Gigante Egoísta. A ello le suman las tendencias por maltratar a sus vecinos. Las causas de tales resultados, hipotéticos, podrían ir por el lado de un padre golpeador, violento; que sigue apareciendo con irónica bondad bajo el lema del porvenir en libertad, sin marxistas ni idealistas, pero con amplias capacidades de crédito y una felicidad medible en el tamaño de adquisición de deudas personales.

Lo anterior permite ingresar a la cuestión espacial, donde la formación

de los territorios en el marco del neoliberalismo chileno manifiesta una dimensión real de estas fracturas. Los golpes sucesivos que dieron forma a las ciudades chilenas, sus entornos rurales, las infraestructuras, movilizaciones y desplazamientos señalan algunas de las más profundas cicatrices de un sistema que ofreció inmediatez, pero no permanencia.

Es precisamente de esto último lo que el presente trabajo propone discutir. Hace algunos años, sin saberlo, propusimos algunas claves organizadoras para describir la faceta espacial del neoliberalismo chileno (HIDALGO; SANTANA; ALVARADO, 2016). Este ejercicio es una cartografía de la economía política y sus efectos desde el golpe de Estado de 1973 hasta las reformas del primer gobierno de Sebastián Piñera, concluido en 2014. Se tomaron algunos de los avances de Michelle Bachelet en su segundo mandato, concluyéndose el trabajo en enero de 2016. En la academia es mal vista la autorreferencia; cuando es vulgar hace daño a quienes la practican. En este trabajo asumimos el riesgo, bajo la obligación de recuperar tal discusión incorporando al debate las demandas que estallaron con la revuelta chilena de octubre, impensada para los estándares de bienestar que fueran ampliamente divulgados por los sucesivos gobiernos desde 1990 a la fecha. Esta vez, eso sí, considerando la perspectiva geopolítica e imperialista de las transformaciones neoliberales en la región y, particularmente en Chile.

Esta discusión propone complementar descriptiva y reflexivamente las anteriores reflexiones, a partir de algunos de los ejes publicados en el trabajo de 2016. Se considerará como tronco de la presentación un cuadro sintético adaptado y reforzado del anterior ejercicio, considerando algunas de las demandas enarboladas desde octubre de 2019, tomando como base los planteamientos de los movimientos ciudadanos, la urgencia de una nueva constitución política del Estado y los elementos políticos de discusión que han promovido la formación de asambleas territoriales, mayoritariamente urbanas.

Porque esta revuelta, esta divergencia del orden neoliberal ha tenido sus raíces principalmente en los espacios urbanos, en las ciudades donde el modelo estatuyó sus formas y condiciones de reproducción. Los puntos de calibración estarán situados en ciudades geográficamente excepcionales, definidas por el sitio y emplazamiento fluvial, marino y lacustre que las determina, en sus destinos, ocupación y oportunidades ante las cartografías del neoliberalismo chileno en las últimas décadas.

El proyecto neoliberal, de estrategia geopolítica alternativa a modelo de Estado-nación: una síntesis del caso chileno

Los Estados Unidos, en su lógica hegemónica regional, ha tenido un comportamiento imperial histórico, basado en distintas versiones. Desde las guerras contra España y México por la posesión estratégica de determinados territorios, hasta las acciones de contrainsurgencia en América Central y del Sur, la decisión geoestratégica del vecino norteamericano ha sido invariable (BETHELL, 1990). En lenguaje militar, la decisión es avanzar sobre un punto que se cree posible de ser conquistado y desde allí procesar las estrategias de enfrentamiento. La política de los Estados Unidos actúa en conformidad con estos principios: avanzar territorialmente, situar bases militares, suscribir acuerdos de cooperación o simplemente felicitar triunfos electorales.

Caso particular de tal hegemonía se refleja en los efectos históricos de la Doctrina Monroe. Sustentada en un principio de propiedad continental, fue una de las primeras estrategias geopolíticas externas de los Estados Unidos consolidada, desde la segunda mitad del siglo XIX, mediante acciones militares y comerciales concentradas en lo que serían las relaciones con “su patio trasero” – el Caribe y América Latina en su conjunto. Al decir de Hobsbawm (HOBSBAWM, 1998), todos los imperios precisan de la captura de mercados y circulación de nichos de reproducción específicos, por lo que no ha sido extraño que durante la segunda postguerra dicha estrategia se transformó rápidamente en un proyecto de impulso a la industrialización.

La Alianza para el Progreso, por ejemplo, es una estrategia de respuesta al pensamiento CEPAL (Comisión Económica para América Latina y El Caribe), cuyo norte emancipador era precisamente el desarrollo de estructuras productivas industriales y comerciales capaces en técnica y autonomía. El pensamiento CEPAL apuntó a la promoción del desarrollo llevó a la implementación de políticas nacionalistas de protección industrial conocidas como modelo de Industrialización por Sustitución de Importaciones- fortalecidas y ampliadas tras el surgimiento de la Teoría de la Dependencia (BETHELL, 1990).

Es preciso explicar esto último, por la formación de la autonomía industrial precisa formativamente de un saber hacer, siendo esta etapa de *take off* la de mayor peligro para las relaciones geopolíticas e imperiales de los

Estados Unidos y su otro imperio rival, la Unión Soviética (HOBSBAWM, 1998). Podría considerarse a Europa en su conjunto, pero los efectos de la Segunda Guerra Mundial durarían hasta la década de 1960, cuando se visualiza una cohesión mancomunada con el objetivo de salir de la irrelevancia global. A modo de resumen: el Reino Unido, centrado en recoger los retazos de su antigua hegemonía en Asia y África; Francia en medio de las revoluciones magrebíes; y España en los estertores del franquismo.

Este escenario global dejaba sin alternativas de ocupación o presencia a las potencias del actual Norte Global en la región, salvo a los Estados Unidos. Esta condición de privilegio fue advertida por el geógrafo del presidente Roosevelt, Isaiah Bowman, que lo tildaba como algo peor que una ‘invasión armada’ (SMITH, 2003: 350). Nació así, el concepto de “desarrollo” – y más importante aún, de subdesarrollo – como sinónimo de modernización económica y social impulsada por un proceso de industrialización y una articulación comercial más que estrecha con los Estados Unidos.

En complemento a lo anterior, esa influencia del gigante del norte se dejó sentir en la construcción del panamericanismo o proyecto panamericanista, derivado de la citada doctrina Monroe. Este proyecto que fue reafirmado a inicio del 1900 se basó en postular los valores de la paz, intercambio cultura y lo más relevante el fortalecimiento de los lazos comerciales (ZUSMAN, 2011), que más bien tenía relación con en el cuidado y monitoreo de los intereses económicos del país norteamericano en la región.

El proyecto neoliberal: ¿una estrategia geopolítica?

Ahora bien, el problema es que tales estrategias y posiciones avanzan en un contexto territorial determinado, generado nuevas geopolíticas y áreas de control. Como lo señala Neil Smith (2003), el imperialismo estadounidense, basado en el control comercial y del financiamiento para el “desarrollo” y no en la ocupación territorial permanente, como sí lo fue el europeo, se constituyó como una forma de globalismo que primero se probó a modo de experimento en América Latina.

Las políticas de fomento del desarrollo, imbuidas en un halo de ciencia y gestión tecnocrática, tuvieron amplias consecuencias espaciales en la región: la ‘modernización’ de la agricultura con la destrucción economías campesinas y la consecuente migración campo-ciudad, la introducción acelerada de nuevas ramas industriales altamente tecnificadas, la expan-

sión sin precedentes del mercado en las ciudades y metrópolis, la creación de economías urbanas basadas en una dialéctica y tensa relación entre circuitos modernos y otros informales (SANTOS, 1976; BORÓN; GAMBINA; MINSBURG, 2004; MARTÍNEZ RANGEL; REYES GARMENDIA, 2012; PÍREZ, 2016).

Cuando en el contexto anglosajón el proyecto socialdemócrata entró en crisis, dado que dificultaba cada vez más el poder de clase de capitalistas – averiado por los impuestos para mantener el estado de bienestar, asediado siempre por el poder considerable de los sindicatos, y desde luego aquejado por una creciente sobreproducción – como lo sostiene Harvey (2008), el globalismo estadounidense mutó en un proyecto de hegemonía global neoliberal que también fue probado a modo de experimento en América Latina: primero en Chile desde mediados de los setenta y posteriormente, impuesto al resto de la región a partir del Consenso de Washington en 1989 (HIDALGO; SANTANA; ALVARADO, 2016).

Aunque encontrar explicaciones profundas a por qué fue Chile y no otro país, resulta una tarea compleja dada la multiplicidad de factores locales y globales, se podría sostener que este país reunió cinco condiciones específicas: 1) la llegada al poder de un gobierno socialista en 1970; 2) la posibilidad de hacer un experimento radical en un contexto de represión social institucionalizada y en ausencia de un andamiaje democrático gracias al éxito del golpe cívico-militar liderado por Augusto Pinochet; 3) la existencia de elites económicas e intelectuales que tuvieron tempranas relaciones con la cuna del neoliberalismo los Estados Unidos como fue la escuela de Chicago hacia mediados del siglo XX; y 4) la condición de “guerra fría” que hizo aumentar la presencia material e ideológica de la influencia de Cuba y la Unión Soviética en el país, a través de políticas y medidas económicas de corte estatista; y, asociado a ello, el vigor de la CEPAL que actuaba como foco crítico junto a otras vanguardias intelectuales de izquierda que “habitaban” en Santiago de Chile a comienzos de los setenta (GÁRATE, 2012).

El neoliberalismo, que llegó como una inocente pero violenta abstracción – en términos de Harvey (ALBET; BENACH, 2019) – denominada como economía monetarista, fue desplegándose como lo que en realidad era: un proyecto geopolítico del globalismo estadounidense que se impuso en América Latina no solo como un intento por recuperar el poder de clase – como fue el caso hasta cierto punto en Chile – sino por formar uno nuevo, más cosmopolita y permeable a los nuevos intereses norteamericanos.

Las principales implicancias de estos procesos estaban más allá del mercado y sus manos invisibles. Se requería de una profunda reestructuración del Estado y sus aparatos que, en el caso chileno, fue casi hecha en un “espacio isotrópico”, es decir, sin posibilidades para contestaciones sociales o la conservación de rugosidades espacio-temporales previas. En rigor, ello fue un proyecto de desestructuración, reestructuración y nueva estructuración (LENCIONI, 2011) en el sentido que el Estado no desaparece ni queda reducido a su mínima expresión, como ha sido contumazmente señalado por la crítica al modelo neoliberal. Se comienza a construir un Estado que favorece al neoliberalismo con el discurso del déficit fiscal y la eficiencia económica, muy parecidos al rezo que las tiendas de moda u otras colocan para liquidar sus productos “liquidación por cierre de local”. Sin instalar el cartel, pero bajo la misma consigna, se sucedieron acciones de privatización de las empresas del Estado, sobretodo del sector de los servicios de urbanización, como las sanitarias y electricidad (BORSODORF, 2003).

Nuevos procesos de homogeneización, jerarquización y fragmentación socioespacial en un Estado neoliberal

La relación expuesta en las anteriores secciones ilustra someramente el panorama geopolítico del Imperio Americano, como lo llamara Neil Smith. Son estas algunas de las condiciones geohistóricas del caso chileno y su pertinencia como experimento para la nueva estrategia geopolítica del globalismo estadounidense, las que implicaron una particular estructuración de un novedoso Estado-nación neoliberal que se institucionalizó alrededor de varios ejes – reforzados mediante la Constitución Política de 1980, que han actuado como epicentros del estallido socioespacial chileno de 2019. Aunque se han explicado con mayor profundidad en otros textos (HIDALGO; SANTANA; ALVARADO, 2016; ALVARADO, 2019; SANTANA, 2017) se podrían sintetizar de la siguiente manera:

- Un nuevo ordenamiento territorial para la acumulación de capital – impuesto por la Comisión Nacional de la Reforma Administrativa (CONARA) en 1974 – basado en fragmentar el territorio chileno en 13 nuevas regiones político-administrativas que buscaban actuar como

áreas extractivas asociadas a ventajas comparativas para actividades de exportación: minería, agroindustria, pesca comercial, explotaciones forestales (SANTANA, 2017). Daher (2016) las denominó de manera muy sugerente como “regiones commodities”.

- Una nueva jerarquización territorial basada en distintas formas de extractivismos: en las áreas rurales y mineras se extraen recursos naturales mientras que, en las economías urbanas, ya desindustrializadas, predominan la extracción, circulación y concentración de rentas inmobiliarias y financieras (HIDALGO; SANTANA; ALVARADO, 2019).
- Asociado a estos dos puntos anteriores, se agrega la existencia de una elite social, económica y política que basó la reproducción de su riqueza en una estructura capitalista y del capital privado como fuente de progreso y cambio social. Esto se suma a lo que podríamos denominar mentalidad extractivista, que se basa en máximas rentas, con inversiones y plazos restringidos (GUDYNAS, 2011).
- La homogeneización política del territorio -a partir de su conversión mediante mecanismos normativos en áreas para incorporar a los nichos más lucrativos para la reproducción de capital – propiciada por la persistencia de una “democracia controlada” tras la caída del régimen dictatorial en 1989, que facilita un alto grado de concentración social del poder político y económico –los famosos poderes fácticos.
- La creación de un “Estado de bienestar neoliberal”, que ha mutado hacia uno de malestar en los últimos meses, que implicó una subsidiarización (ALVARADO, 2019) y financiarización (SANTANA, 2017) para convertir a los grupos sociales más vulnerables en activos consumidores – en parte subsidiados, en parte endeudados – de los emergentes nichos urbanos de acumulación de capital – producto de varias oleadas de privatizaciones: educación, salud, vivienda y servicios urbanos.
- La financiarización urbana que se expresa tanto en una hipertrofia financiero-inmobiliaria, que ha reconfigurado las geografías urbanas las grandes metrópolis o incluso de pequeñas ciudades (SANTANA, 2017), como en una progresiva financiarización de la vida cotidiana que ha contribuido a la expansión de los negocios del comercio al por menor: centros comerciales, grandes cadenas de tiendas por departamentos y supermercados.
- La creación de una clase “media urbana ficticia” apalancada fuertemente con subsidios y créditos en medio de viejos y nuevos clivajes de

desigualdad socioespacial que surgen por los elementos ya descritos y otros como el mercado del trabajo o el sistema de seguridad social y de pensiones.

De todos estos elementos, vale preguntarse cuál de ellos se vincula con las estrategias hegemónicas del neoliberalismo de los Estados Unidos, en su fase imperial y centrada en el control de los territorios. Muchas respuestas y ensayos pueden haber e intentaremos trabajar algunas de sus dimensiones principales.

El mito de la urbanización como espejo civilizatorio es muy propio de los años dorados de la posguerra en los Estados Unidos. David Harvey lo representa con claridad en el ejemplo de Baltimore, ciudad cuyo cénit y ocaso se encuentran en medio del boato inmobiliario, de espejados edificios y robustos suburbios (HARVEY, 2003). Es la misma ciudad que decae y entra en crisis para 2008. Algo similar se aprecia en los trabajos documentales de Michael Moore sobre el eje urbano automotriz de Michigan, cuya crisis comienza en la década de los 1980 y culmina con una fuerte desocupación laboral, pero también con el abandono de las ciudades por parte de sus habitantes.³ El espejismo civilizatorio del consumo urbano, poderoso para sostener medios de vida y ejerciendo las veces de control social no es infalible, tiene estrías que lo tensionan y llevan al quiebre.

Un análisis similar, más propio de la discusión urbana lo entrega Robert Fishman en sus trabajos sobre el desarrollo de la arquitectura en los Estados Unidos y lo que denomina utopías burguesas, los suburbios de las grandes ciudades y la construcción material de las nuevas clases urbanas de ciudadanos (FISHMAN, 2000, 1987). Fishman, escasamente leído en Chile y más conocido por las referencias que Harvey propone en algunos de sus trabajos, modela escenarios urbanos muy similares a los advertidos por las geopolíticas del neoliberalismo real en Chile, particularmente.

Claro, como se habló de los socialismos reales, es posible referirse a los neoliberalismos reales, sobre todo para describir aquellos que cumplen con las bases científicas de su ejecución y desenvolvimiento en el largo plazo. Entendiendo que los Estados Unidos tendrían un neoliberalismo real,

³ La referencia es a los documentales “Roger and Me” (1989) y “Capitalism: A love story” (2009), ambos dirigidos por Michael Moore.

y que Chile era el más exitoso por entre las economías satelitales, los anteriores párrafos permitirán ingresar a la última parte del trabajo, dedicada a ver si las hegemonías cumplieron o no sus metas.

Neoliberalismo urbano real frente al agua

El elemento ausente en el análisis sobre el neoliberalismo real es el Estado. En la exposición del imperialismo ejercitada desde Smith se releva el frente regional, más propio de la geopolítica supraescalar. Si las directrices tienen un matiz geopolítico, lo que resta por comprender es el margen de aplicación en la escala local, particularmente en las ciudades donde el neoliberalismo real ha encontrado su lugar fuera de los Estados Unidos. Esto detona otra conceptualización de geopolítica, ya no aplicada a la cuestión plenipotenciaria de los Estados, sino que a la tensión interna de las disputas del poder que decantan en territorialidades heterogéneas (AGNEW, 2005). La ciudad chilena entrega algunas luces frente a ello, más cuando entre estas realidades del neoliberalismo real o no, emergen otras posibilidades de tipificaciones, como ciudades comunes y neoliberales (ZANOTELLI, 2020).

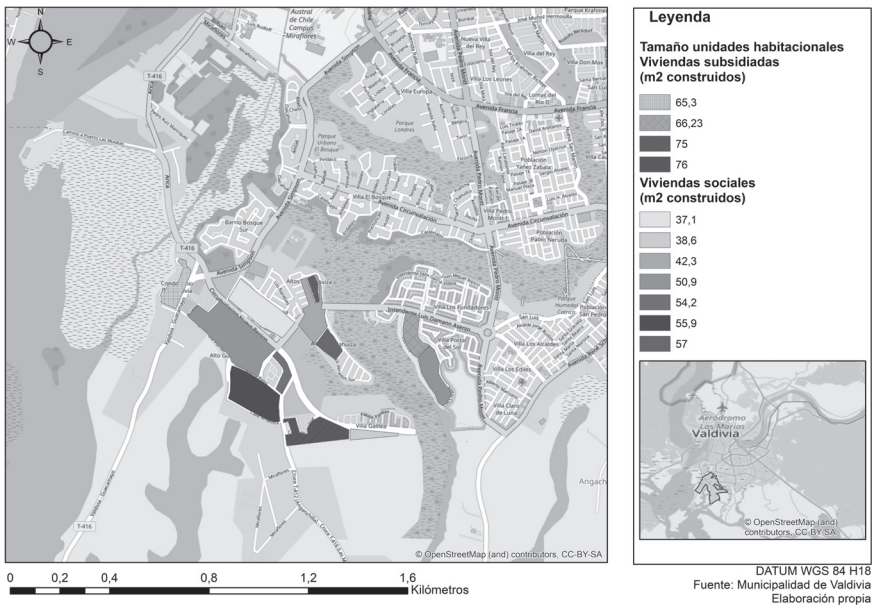
El agua es el elemento en disputa hoy. Recurso, derecho o servicio, más allá de las conceptualizaciones que las jerarquías normativas legales le otorgan, el agua representa el bienestar de las sociedades y su porvenir.

En el marco de los extractivismos, propios del neoliberalismo latinoamericano, los cuerpos de agua continentales y frentes oceánicos constituyen una posibilidad no reconocida de extracción de renta, particularmente inmobiliaria, que caracteriza las formas de ocupación que se producen en ciudades cuyo emplazamiento fluvial, marino o lacustre condiciona. De la misma forma, tal renta extractiva se apoya en las acciones de un Estado participante, que abre y potencia nichos de renta para negocios inmobiliarios. Es aquí donde el neoliberalismo real sufre una transposición de su original naturaleza y pasa a convertirse en un objeto de Estado, político e ideológico (BOLADOS; BABIDGE, 2017).

Las condiciones de sitio no están presentes en los trabajos de Harvey o Fishman, por ejemplo, pero sí son tangenciales a la geopolítica de las posiciones y las hegemonías. En el caso de las ciudades fluviales chilenas, y particularmente de Valdivia, se aprecia una constante respecto a la utilización del borde fluvial o proximidad a humedales, no solo con la finalidad de te-

ner acceso al agua dulce, como sería bajo una lógica de irreversibles transformaciones climáticas; se trata, más bien, de una cuestión especulativa del paisaje situada en la obtención de mayor renta y precio. El problema es que la vivienda de alto valor compite por mejorar sus posiciones respecto a los cuerpos de agua conflictuándose, al menos en lo que podría denominarse como “batalla de posiciones”, con la vivienda subsidiada (Fig. 1).

Figura 1. Distribución viviendas sociales y subsidiadas sector Guacamayo, Valdivia



Fuente: elaboración propia en base a datos Municipalidad de Valdivia, 1980-2016 (HIDALGO; RODRÍGUEZ; PAULSEN-ESPINONZA; ALVARADO, 2018, p. 36).

Lo observado en la ciudad fluvial de Valdivia va más allá del sentido común de las rentas habitacionales. A la llegada inicial de las viviendas subsidiadas no le siguen mayores contingentes de esta, sino que principia la arremetida de condominios cerrados de mayor valor y socialmente quebrados en la trama de clase frente a los anteriores habitantes. De cierta forma, se trata de la generación de un paisaje suburbano inédito, que des-

plaza materialmente la idea de las periferias latinoamericanas (HIDALGO; RODRÍGUEZ; PAULSEN-ESPINONZA; ALVARADO, 2018).

A esta idea de suburbio subsidiario se le suma un segundo caso de similitud con las formas hegemónicas del neoliberalismo real. La situación de los enclaves turísticos, como la ciudad de Pucón emplazada al borde del lago Villarrica, tienen una irrefutable pregunta. Si para sostener una ciudad turística, una utopía burguesa o de alta sociedad, se precisa de mano de obra, ¿dónde viven quienes atienden bares, restaurantes y hoteles? La siguiente fotografía refleja la otra ciudad, que está atrás del frente urbanizado lacustre, consolidado al turismo de alto valor (Fig. 2).

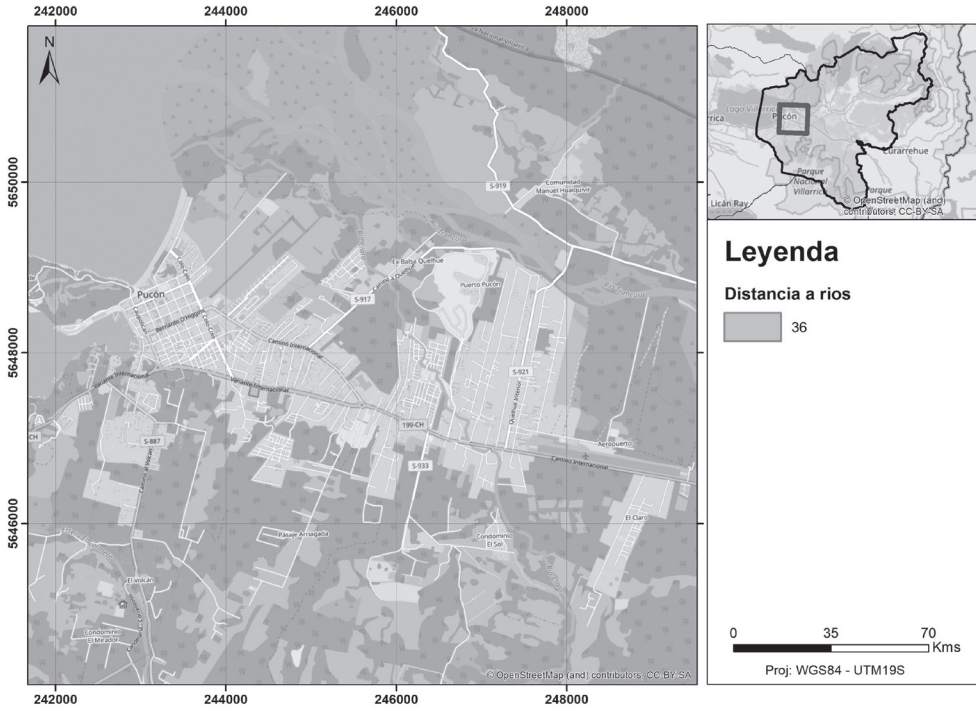
Figura 2. Villa El Roble de Pucón



Fuente: Archivo de los autores (2020)

¿Dónde se localizan las viviendas de los sectores medios o acogidos a subsidios? En posiciones de alta conectividad, pero fuera del paño de alta renta, desplazados del frente lacustre y sin posibilidad de aprovechar las bondades del piedemonte andino en la región de la Araucanía (Fig. 3).

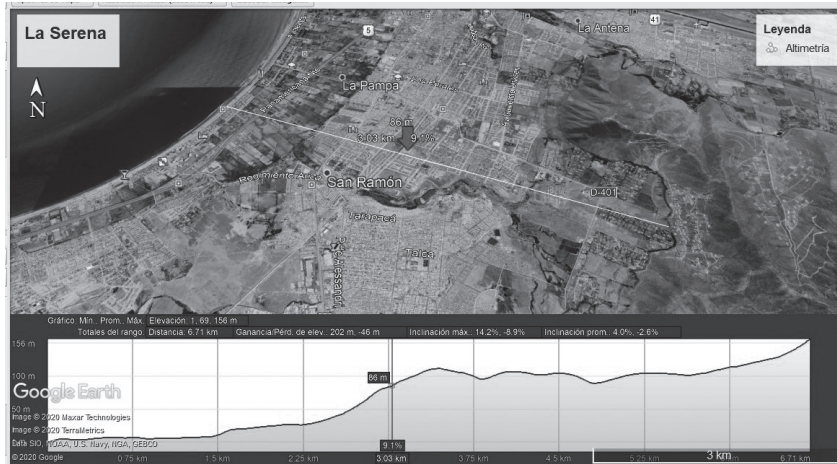
Figura 3. Localización Villa El Roble, Pucón



Fuente: elaboración propia basada en trabajo de campo 2020.

Finalmente, el océano y sus virtudes. La Serena, que junto a Coquimbo componen la más importante metrópolis del Norte Chico chileno, tiene ambivalencias similares a las de Pucón, pero a una escala ciertamente mayor. Los impactos principales están en la formación de conjuntos de viviendas subsidiadas en la tercera terraza de la ciudad, lejos del frente litoral y de los servicios centrales que puede ofrecer (Fig. 4).

Figura 4. Perfil de altitud, La Serena



Fuente: elaboración propia basada en Google Earth Pro, 2020.

La morfología de la bahía que une a Coquimbo y La Serena señala los momentos en que el mar se adecuó a su actual posición. Las terrazas generadas por miles de años de abrasión marina permitieron establecer unas franjas de urbanización por fragmentos, donde el primero de los pisos fue ocupado por el turismo y las residencias de mayor valor, el segundo por la zona histórica y de lo que podría denominarse la época del capitalismo de Estado chileno (1940-1973) y, finalmente, la tercera donde se emplazan las grandes poblaciones y las mayores densificaciones de vivienda social y subsidiada de la zona (Fig. 5).

Los espejismos aquí tienen mayor radicación en lo discursivo e ideológico. En Chile, la Palma Chilena tiene presencia en determinados puntos del país. Sin embargo, incluso sobre las bermas de las playas y en medio de las dunas, es posible localizar palmeras al estilo Rodeo Drive o Key Biscaine en Miami. La ideología del ocio descansa bajo la exótica flora de los litorales (Fig. 6).

Figura 5. Localización viviendas subsidiadas La Serena



Fuente: elaboración propia con base en datos Portal Inmobiliario 2020.

Figura 6. Borde costero de La Serena



Fuente: Chilevisión (2019)

Para cerrar: la descripción de las manifestaciones del descontento

Al neoliberalismo chileno la naturaleza le sienta bien. Como si fuera un elemento mágico, los cuerpos de agua permiten una permanente interacción entre el bienestar y el progreso, más allá de toda contradicción o cuestionamiento al modelo, neoliberal u otro. La particularidad de los neoliberalismos reales está precisamente en esto último: pueden ser materialmente efectivos.

En todas las imágenes las evocaciones a lo sublime pueden ser practicadas. Incluso en las fotografías de los conjuntos residenciales de Pucón pareciera haberse detenido el malestar para concretar un porvenir urbano, pero en las proximidades del lago Villarrica. La pregunta es si se trata de una distorsión de lo real o simplemente se trata del conformismo espacial que exhibe sus logros.

Lo cierto es que los imperios generan imágenes, ubicuas en lo visual pero imposibles de ser comprendidas bajo la misma condición. Las revueltas en Chile sucedieron en los Estados Unidos, desde la década de 1960 en adelante las más recientes. En ambos casos, la salida ha estado en el sistema de compensaciones económicas y de seguridad social, ambas dimensiones siempre tentativas para la extinción de controversias. Pero en el caso chileno, la hipermetropolización de las creencias urbanas tiende a generar engaños mayores.

Las imágenes revisadas no corresponden a Santiago ni a Valparaíso. Se refieren a ciudades medias, en que el desarrollo económico llegó rompiendo la regla no escrita de la ubicuidad espacial del imperialismo neoliberal. Mientras que en Santiago el desarrollo hizo de sus postales a los edificios corporativos, en Valdivia, La Serena o Pucón el atractivo de sus avances se colocó sobre la idea de la conservación de lo natural. Vivir frente al agua se convirtió en un síntoma de bienestar social, de avance e inclusión. Sin embargo, las preguntas sobre las condiciones de tal habitar quedaron guardadas.

Referencias

AGNEW, J. *Geopolítica: una re-visión de la política mundial*. Madrid: Trauma, 2005.

- ALBET, A.; BENACH, N. Espacio, tiempo y capital. Una conversación con David Harvey. In: BENACH, N.; ALBET, A. (ed.). *David Harvey La lógica geográfica del capitalismo*. Barcelona: Icaria, 2019. p. 59-99.
- ALVARADO, V. *La faceta espacial del Estado neoliberal chileno: estructura subsidiaria residencial y propiedad en la región urbana central (1990-2016)*. Tesis (Doctorado) – Instituto de Geografía, Pontificia Universidad Católica de Chile, 2019.
- BETHELL, L. *Historia de América Latina*. Barcelona: Crítica, 1990.
- BOLADOS, P.; BABIDGE, S. Ritualidad y extractivismo: la limpia de canales y las disputas por el agua en el salar de atacama-norte de Chile. *Estudios Atacameños*, v. 54, p. 201-216, 2017.
- BORÓN, A.; GAMBINA, J. C.; MINSBURG, N. (ed.). *Tiempos violentos. Neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- BORSODORF, A. Cómo modelar el desarrollo y la dinámica de la ciudad latinoamericana. *EURE*, v. 29, n. 86, p. 37-49, 2003.
- DAHER, A. De cómo Chicago transformó a Santiago: 40 años de gobernanza de mercado. In: ORELLANA, A.; LINK, F.; NOYOLA, J. (ed.). *Urbanización planetaria y la reconstrucción de la ciudad*. Santiago de Chile: Colección Estudios Urbanos-RiL Editores, 2016. p. 141-168.
- FFRENCH-DAVIS, R. Chile, entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. *Revista de Economía Política*, v. 22, n. 4, p. 30-47, 2002.
- FISHMAN, R. *Bourgeois utopias. The rise and fall of suburbia*. New York: Basic Books, 1987.
- FISHMAN, R. (ed.). *The American planning tradition. Culture and policy*. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Centre Press, 2000.
- GÁRATE, M. *La revolución capitalista de Chile (1973-2003)*. Santiago de Chile: Universidad Alberto Hurtado, 2012.
- GUDYNAS, E. Alcances y contenidos de las transiciones al post-extractivismo. *Revista Ecuador Debate*, v. 82, p. 61-79, 2011.
- HARVEY, David. *Espacios de esperanza*. Madrid: Akal, 2003.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo. História e Implicações*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- HIDALGO, R.; SANTANA, D.; ALVARADO, V. Mitos, ideologías y utopías neoliberales de la producción del espacio: hacia una agenda de investigación alternativa. In: HIDALGO, R.; SANTANA, D.; ALVARADO, V.; ARENAS, F.; SALAZAR, A.; VALDEBENITO, C.; ÁLVAREZ,

- L. (ed.). *En las costas del neoliberalismo. Naturaleza, urbanización y producción inmobiliaria: experiencias en Chile y Argentina*. Santiago de Chile: PUC-Geolibros, 2016. p. 24-66.
- HIDALGO, R.; ALVARADO, V.; SANTANA, D. La espacialidad neoliberal de la producción de vivienda social en las áreas metropolitanas de Valparaíso y Santiago (1990-2014): ¿hacia la construcción ideológica de un rostro humano? *Cadernos Metrópole*, v. 19, n. 39, p. 513-535, 2017.
- HIDALGO, R.; RODRÍGUEZ, L.; PAULSEN-ESPINOZA, A.; ALVARADO, V. La naturaleza como obstáculo: perspectivas críticas del avance de la vivienda social e infraestructura vial sobre los humedales en la ciudad de Valdivia, Chile. *Investigaciones Geográficas*, 56, p. 27-44, 2018.
- HIDALGO, R.; SANTANA, D.; ALVARADO, V. Geografías financiarizadas del extractivismo inmobiliario: lógicas financiero-inmobiliarias y estatales de la producción de lo urbano y la naturaleza en Chile. In: GODINHO, F.; DIAS, L.; TUNES, R.; MORAES, R. (ed.). *Espaço e economia: geografia econômica e a economia política*. Rio de Janeiro: Consequencia, 2019. p. 399-415.
- HOBSBAWM, E. *Historia del siglo XX*. Buenos Aires: Crítica, 1998.
- LENCIONI, S. Referencias analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. In: LENCIONI, S.; VIDAL-KOPPMANN, S.; HIDALGO, R.; PEREIRA, P. (ed.). *Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago*. Sao Paulo: USP-PUC-CO-NICET-CNPQ, 2011. p. 51-60.
- MARTÍNEZ RANGEL, R.; REYES GARMENDIA, E. El Consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina. *Política y Cultura*, v. 37, p. 35-64, 2012.
- PÍREZ, P. Las heterogéneas formas de producción y consumo de la urbanización latinoamericana. *Quid* 16, v. 6, p. 131-167, 2016.
- ROVIRA, R. La pobreza en Chile y su superación como problema de estado: un análisis de los discursos presidenciales de la Concertación. *Revista Austral de Ciencias Sociales*, v. 30, p. 27-51, 2016.
- SANTANA, D. *Geografías de la acumulación por urbanización en Chile (1975-2015): ¿utopías de la vivienda, distopías urbanas?* Tesis (Doctorado) – Instituto de Geografía, Pontificia Universidad Católica de Chile, 2017.
- SANTOS, M. *Geografía y economía urbana en los países subdesarrollados*. Barcelona: Oikos-Tau, 1976.

SMITH, N. *American Empire*. Roosevelt's geographer and the Prelude to Globalization. Berkeley: University of California Press, 2003.

ZANOTELLI, C. A cidade neoliberal e a cidade comum. *Artigo* en prensa, 2020.

ZIZEK, S. *Viviendo en el final de los tiempos*. Madrid: Akal, 2012.

ZUSMAN, P. Panamericanismo y conservacionismo en torno al viaje de Theodore Roosevelt a la Argentina (1913). *Modernidades. La historia en dialogo con otras disciplinas*, n. 11, 2011. Disponible en: [canismo-y-conservacionismo-en-torno-al-viaje-de-theodore-roosevelt-a-la-argentina-1913/#_edn8](#)

CAPÍTULO 23

Descontentamentos nas cidades latino-americanas

Como fazer desta velha tradição uma força transformadora?

Mónica Arroyo

[...] tantas veces me mataron, tantas veces me morí, sin embargo estoy aquí resucitando.

MARIA ELENA WALSH E MERCEDES SOSA, *Como la cigarra*

... ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro

BELCHIOR, *Sujeito de sorte*

[...] ayúdeme compañero; ayúdeme, no demore, que una gota con ser poco con otra se hace aguacero.

DANIEL VIGLIETI, *Aguacero*

[...] soy un pedazo de tierra que vale la pena...

[...] soy América Latina, un pueblo sin piernas pero que camina.

CALLE 13, *Latinoamérica*

Nas veias abertas da América Latina, tem fogo cruzado queimando nas esquinas.

BAIANA SYSTEM, *Sulamericano*

Introdução

O cancionero latino-americano – vasto, rico e diverso – acompanha a cultura popular de nosso continente com força e criatividade continuamente renovadas. Muitas canções, que têm acompanhado conjunturas difíceis

atravessadas pela América Latina ao longo do século XX, ainda hoje permanecem vigentes, recuperadas e cantadas pelas novas gerações. Outras, mais atuais, são concebidas com base em acontecimentos recentes, tentando retratar desolação, raiva, vazio. Contudo, a maioria delas contém, junto à indignação, esperança e expectativa de mudança.

Podemos dizer que neste continente há um sentimento de pertencimento a uma história comum, a um conjunto de referências compartilhadas. Discute-se esta questão em uma diversidade de obras escritas por historiadores, sociólogos, filósofos, economistas e tantos outros, que contribuem para pensarmos criticamente como uma unidade. Sob diferentes abordagens, cabe mencionar autores como Raúl Prebisch (1968), Celso Furtado (1973, 2007), Orlando Fals Borda (1968), Leopoldo Zea (1976), Agustín Cueva (1977), Otavio Ianni (1993), Aníbal Quijano (2005), Rui Mauro Marini (1993, 2007). Sem dúvida a lista está incompleta, mas permite apontar a existência de um pensamento cuja inspiração principal é a história de América Latina e seu caráter contraditório e dependente.

Nessa perspectiva, propomos pensar a América Latina tomando como base a categoria formação socioespacial (SANTOS, 1977) e associando a ela o conceito território usado (SANTOS, 1994, 1996). Sociedade e espaço entendidos como uma totalidade em movimento, o que implica considerar a unidade das diversas dimensões – econômica, política, cultural – da vida de uma sociedade e, ao mesmo tempo, sua dimensão espacial. O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que sua transformação resulta de necessidades sociais, econômicas e políticas; mas, simultaneamente, o espaço influencia a mudança dessas outras dimensões e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1977).

No último capítulo do livro *A Natureza do Espaço*, quando discute a ordem universal e a ordem local, isto é, a relação entre mundo e lugar e suas mediações, Milton Santos (1996, p. 270) afirma:

[...] é a formação socioespacial que exerce esse papel de mediação: este não cabe ao território em si, mas ao território e seu uso, num momento dado, o que supõe de um lado uma existência material de formas geográficas, naturais ou transformadas pelo homem, formas atualmente usadas e, de outro lado, a existência de normas de uso, jurídicas ou meramente costumeiras, formais ou simplesmente informais.

Sob inspiração dessas leituras, sugerimos considerar a América Latina como um conjunto de territórios nacionais com relações de cooperação e conflito em permanente redefinição; territórios usados por agentes com diferentes forças e poderes que operam em diferentes escalas e expressam uma multiplicidade de interesses e contradições. Entendemos esses territórios nacionais não como substratos materiais vazios e inertes, mas como âmbitos produzidos e usados por múltiplos agentes com diferentes forças e poder, com distintas capacidades de usar e controlar suas bases naturais e técnicas, assim como de definir e regular suas bases normativas e políticas, e com uma diversidade de imaginários, representações, interpretações, narrativas (ARROYO, 2015, 2017).

Neste texto buscamos refletir sobre a luta pela sobrevivência nas cidades latino-americanas. Ela apresenta diferentes faces, associadas especialmente à maioria da população que vive em condições precárias. São trabalhadores assalariados e autônomos com níveis baixos de remuneração, aposentados, desempregados, entregadores de aplicativos, vendedores ambulantes, catadores, empregadas domésticas e tantos outros que sofrem com as deficiências dos sistemas de saúde, educação, moradia, transporte, segurança. Por sua vez, as pessoas comuns dinamizam e adensam a vida urbana com múltiplas formas de fazer, de olhar, de sentir, de viver e de sonhar.

Apontamentos iniciais

Usos do território diversos, fruto de projetos antagônicos, foram tecendo a história deste continente marcada por um processo de desenvolvimento desigual, com forte tendência à concentração da riqueza e da renda, à seletividade espacial dos investimentos, à segregação urbana, a conflitos pela terra. Em diferentes momentos houve governos com projetos de desenvolvimento mais igualitário e soberano, sem conseguir, contudo, uma transformação profunda e duradoura.

Há problemas recorrentes na história da América Latina associados à dependência externa e ao correspondente aumento da vulnerabilidade de suas economias. Isto se agrava em razão de aspectos mais gerais relacionados à concentração de grande parte da riqueza mundial em mão de fundos de investimento, à dependência relativa ao dólar para realizar todo tipo

de transações e às condições que impõe o capital financeiro. Nos últimos anos, o progressivo desequilíbrio da balança de pagamentos que ocorre em vários países latino-americanos marca o retorno do Fundo Monetário Internacional (FMI), com financiamentos sobretudo para México e Colômbia no período 2009-2015 e, recentemente, para Equador e Argentina (NEMIÑA; LARRALDE, 2018). Como o processo de endividamento tem criado historicamente condicionantes às economias latino-americanas, associadas a programas de austeridade exigidos pelo FMI, preocupa, na atual conjuntura, a situação crítica desses países perante a reestruturação da dívida que precisam negociar.

Isto se relaciona em grande medida à posição subordinada da América Latina na divisão internacional do trabalho, que, embora tenha apresentado certas mudanças ao longo da história, ainda carrega traços de dependência financeira e tecnológica. Os princípios neoliberais imperantes nas decisões econômicas reforçam sua função de abastecedora de matérias-primas agrícolas e minerais que operam em mercados internacionais altamente competitivos, nos quais a variável preço desempenha um papel central.

Esses problemas não são alheios à maioria da população, pelo contrário, afetam-na de diversas maneiras. Nos últimos anos o quadro de desigualdade que caracteriza os territórios nacionais agravou-se, conforme a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) no relatório “Panorama Social da América Latina 2019”, apontando que a pobreza extrema cresceu pelo quinto ano consecutivo no continente (2015-2019). O relatório descreve o desempenho dos indicadores da seguinte maneira:

Entre 2002 e 2014, a taxa de pobreza (média regional) diminuiu de 45,4% para 27,8%, de modo que 66 milhões de pessoas superaram essa situação. Ao mesmo tempo, a taxa de pobreza extrema diminuiu de 12,2% para 7,8%. Contudo, a partir de 2015 os níveis de pobreza e, especialmente, de pobreza extrema aumentaram. Em 2018, em torno de 30,1% da população regional estava abaixo da linha de pobreza, enquanto 10,7% estavam abaixo do umbral de pobreza extrema. Isto significa que aproximadamente 185 milhões de pessoas estavam em situação de pobreza, das quais 66 milhões em situação de pobreza extrema. (CEPAL, 2020).

Segundo os técnicos da Cepal, a mudança de tendência na redução da pobreza a partir de 2015 explica-se por diversos fatores: fim do auge das

exportações de matérias-primas, conseqüente desaceleração econômica, diminuição do espaço fiscal e aplicação de políticas de ajuste que afetam a cobertura e a continuidade das políticas de combate à pobreza e de inclusão social e trabalhista.

Os indicadores de desigualdade também podem ser observados em outras escalas de análise, ao interior de cada país. Podemos tomar o caso do levantamento realizado pela Rede Nossa São Paulo em 2019, que confirma, na escala municipal, a gravidade das diferenças de condições de vida da população paulistana: quem vive em Cidade Tiradentes, no extremo leste, morre em média 23 anos mais cedo que um morador de Moema, bairro com um dos metros quadrados mais valorizados do município (em Cidade Tiradentes, a idade média ao morrer é de 57 anos, enquanto em Moema é de 80 anos). A baixa idade média ao morrer no primeiro bairro está associada à precarização do trabalho, dificuldade de acesso ao atendimento médico, problemas de saneamento básico, ineficiência de políticas públicas, grau elevado de homicídios juvenis, violência policial, entre outros fatores. Cabe apontar que, segundo o Censo Demográfico de 2010, a população preta e parda em Moema era de apenas 5% do total de moradores; no outro extremo, em Cidade Tiradentes, os pretos e pardos eram 56% dos moradores, mais da metade da população do distrito.

Esse quadro de desigualdades socioespaciais, muito antigo em nosso continente, envolve uma série de lutas na vida cotidiana do povo.

As lutas na vida cotidiana

Há um acúmulo de lutas nas cidades latino-americanas. Em primeiro lugar, precisamos considerar a luta pela sobrevivência, expressa de diversas maneiras, sendo a presença do circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1979) talvez a mais antiga e paradigmática. O circuito inferior ocupa ruas, praças, pontes, prédios, terminais rodoviários e metroviários, fundos de quintal, porões, vielas, becos e quebradas, permeando o tecido urbano. Uma numerosa população pobre sobrevive criando formas de trabalho e de consumo diversas; essa multiplicidade é introduzida na vida social e cultural das grandes cidades, onde as práticas ligadas ao dia a dia do bairro, da rua, da praça e, portanto, do território criam uma pluralidade de expressões e de códigos, uma cultura que se faz e refaz com a existência.

Essa luta diária das pessoas comuns pela sobrevivência induz a pensar na emergência de um mercado socialmente necessário, conforme sugere Ana Clara Torres Ribeiro (2013), sob os signos da solidariedade, da sociabilidade e da sabedoria na negociação inteligente e efetivamente criadora de condições essenciais à vida coletiva, levando à superação do lucro e da competição como únicos comandos das trocas econômicas.

As trocas econômicas e os movimentos do intercâmbio constroem mediações que – orientadas pela linguagem, por solidariedade e pela cooperação – podem resistir ao rigor e à eficiência, e logo à exclusão, exigidos por agentes econômicos dominantes e, também, ao predomínio do valor de troca sobre as necessidades e carências humanas, expressas em valores de uso e noutras dádivas. (RIBEIRO, 2013, p. 26).

Outras lutas, que também são de longa data, se superpõem àquela, sendo inclusive correlatas. Protestos sindicais na porta da fábrica, piquetes, ocupações de prédios, passeatas, enfim, lutas por uma vida digna se reproduzem aqui e acolá no espaço público, como produtoras de consciência. A isto se agregam resistências contra as ditaduras, contra as injustiças de gênero e de raça, contra a violência urbana, manifestações de uma vida social densa, cheia de tensões e conflitos, que revela a força das cidades latino-americanas.

Todavia, sabemos, esse movimento se realiza historicamente de forma contraditória. A tendência homogeneizadora do capitalismo opera sem pausa, pretendendo ajustar tudo conforme sua lógica. Isto fica evidente, por exemplo, quando Alicia Lindón (2007) estuda a reprodução e a colonização da subjetividade social e espacial nas periferias das cidades mexicanas e da cidade do México pelo imaginário suburbano norte-americano. A autora constata como a repetição de padrões sociais e espaciais aparece nos setores médios urbanos, mas também nos setores populares, cujas condições de vida diferem diametralmente daquelas onde esse imaginário surgiu. A colonização do imaginário urbano por determinadas pautas de consumo aparece, com particularidades, nas periferias das cidades latino-americanas e muitas vezes se torna confusa e alienante.

Essa tendência à homogeneização observa-se também na criação de uma psicosfera de celebração do individualismo, que insiste na consecução da prosperidade individual a qualquer custo, endeusando o dinheiro, a me-

ritocracia, o empreendedorismo, valores estimulados pelo neoliberalismo reinante. Instaura-se uma retórica que pretende generalizar a competitividade para todos os âmbitos do social, criar subjetividades competitivas que se pensam como capitais humanos e, dessa maneira, esgarçar tudo aquilo que projeta o coletivo, o comum. Esse ambiente, que contamina atualmente a vida nas cidades, retroalimenta-se com a ação dos grandes grupos econômicos de comunicação dedicados à produção de notícias, propaganda e opinião, enaltecendo o consumidor em detrimento da pessoa, do cidadão; soma-se a isto os discursos de dirigentes político-partidários e religiosos, que operam com a pretensão de criminalizar movimentos sociais e restringir direitos das mulheres, da população negra, indígena e quilombola.

Os recentes fluxos migratórios na escala continental, com destaque para as migrações haitianas e venezuelanas, também são um aspecto a considerar na atual conjuntura. Sua presença crescente nas cidades latino-americanas (sobretudo Colômbia, Equador, Peru, Chile, Argentina, Brasil) resulta no surgimento de atitudes e sentimentos contraditórios; enquanto se organizam políticas e campanhas de solidariedade para acolhê-los, começam a gerar surtos de xenofobia por parte de certos governos e cidadãos.

As cidades são, desse modo, a expressão de processos contraditórios. Nessa perspectiva, é importante insistir no papel das lutas concomitantes e superpostas que afloram nas ruas, revelando a dor, o sofrimento e as dificuldades do cotidiano, mas ao mesmo tempo o grito, a denúncia, a paixão, os sonhos. A apropriação e o uso do espaço público acontecem de diferentes e variadas maneiras e têm sido objeto de estudo e reflexão de autores como Eduardo Yázigí (2001), Paulo César Gomes (2002), Marcelo Lopez de Souza (2004), Daniel Hiernaux (2006) e Ângelo Serpa (2007).

Interessa-nos, em particular, refletir sobre as manifestações recentes acontecidas em cidades latino-americanas, dada a visibilidade dos projetos que estão em pugna e que os espaços públicos revelam.

Pela busca de consensos ativos e libertários

A América Latina tem experiências de lutas pela libertação e emancipação que marcaram significativamente o século XX e que se estendem com novas formas no século XXI. Recuperar esta trajetória traz alento para discutir o presente e suas possibilidades. Cabe notar, nesse contexto, o papel exercido pelas praças nas metrópoles, como por exemplo: Plaza de Mayo (Buenos

Aires), Plaza Bolívar (Bogotá), Plaza de la Independencia (Quito), Plaza de la Constitución/el Zócalo (México). A centralidade destes lugares constitui-se não apenas por ser a sede dos poderes políticos e religiosos (palácios governamentais e catedrais), mas, também, por albergar manifestações do povo. O fato de comportar a aglomeração faz deste objeto do meio urbano construído um lugar central, onde convergem multidões em busca de seus direitos, reivindicações, exigências. Poder e contrapoder, racionalidade e contrarrazionalidade, num mesmo recinto, eis o valor do espaço público.

Em outubro de 2019, houve no Equador um levante popular após a eliminação dos subsídios aos combustíveis por meio de um decreto presidencial e aumento de até 123% na gasolina e no diesel, medida adotada pelo governo para cumprir metas acertadas com o FMI, pela solicitação de um empréstimo. As ruas de Quito foram tomadas pelos manifestantes, que rumavam para a Plaza Independencia enquanto o movimento indígena, muito capilarizado, chegava do interior fechando os acessos à capital. O presidente Lenin Moreno decretou Estado de Emergência e transferiu a sede do governo executivo para Guayaquil, centro econômico e segunda cidade mais importante do Equador. Tal deslocamento do comando político elucidada, de alguma maneira, a pugna nas estratégias de controle do espaço público e seus desdobramentos.

No mesmo mês de outubro de 2019, houve no Chile o início de um levante popular que ainda se mantém firme ocupando as ruas dos centros urbanos chilenos. A elevação do preço do transporte público (aumento da tarifa do metrô em 30 pesos chilenos, aproximadamente R\$ 0,15) desencadeou inúmeras marchas espontâneas e multitudinárias, reclamando sobretudo contra as condições de vida precárias produzidas pelas políticas neoliberais imperantes no país ao longo de três décadas. Em Santiago, o epicentro das jornadas de protesto é a Plaza Italia, antes principal ponto de celebrações da capital, que se transforma em símbolo de luta pela transformação social e ganha um novo nome: Plaza de la Dignidad. Os manifestantes a renomearam de forma espontânea, mostrando como a toponímia, em certos momentos, pode acompanhar o desejo das grandes maiorias.

Em novembro de 2019, jornadas violentas com prédios públicos e casas incendiados marcaram o golpe na Bolívia, após ultimatums das forças militares em conluio com lideranças da oposição ao governo de Evo Morales, amotinamento de forças policiais e tomada de rádios e TVs à força. Colunas de manifestantes contra o golpe ocuparam as ruas de La Paz e El

Alto durante várias semanas para defender o caráter das transformações socioeconômicas promovidas pelo governo Morales, bem como o Estado Plurinacional, que respeita as diversidades culturais e religiosas.

Em dezembro de 2019, houve greve geral na Colômbia contra medidas econômicas propostas pelo governo, que englobam reformas trabalhista, previdenciária e tributária, dando prosseguimento a várias semanas de mobilização. Sindicatos, estudantes, indígenas e comunidades afrodescendentes realizaram protestos convocados em todo o país, advogando pela redução das desigualdades, pela vida e pela paz. Em Bogotá multidões marcharam da Universidad Nacional até a Plaza de Bolívar, coração político da capital.

A conjuntura atual aponta uma série de grandes eventos que atravessam nossas cidades e evidenciam a existência de forças subterrâneas que sempre estiveram presentes. É o caso, por exemplo, dos *cabildos* no Chile e das *mingas* na Colômbia. A partir das mobilizações do mês de outubro, os *cabildos* são autoconvocados pela população chilena para reunir-se em praças, escolas, museus e outros locais e constituir-se em centros de reflexão coletiva. Trata-se de grupos de conversa que dialogam e discutem sobre a conjuntura e sobre temas específicos, como educação, saúde, patrimônio, meio ambiente, feminismo, dentre outros. Soma-se a isto uma série de outras organizações, como sindicatos, associações profissionais, clubes esportivos, conselhos de bairro, criando um ambiente de forte politização que repõe elos perdidos (CORTEZ, 2019; SILVA, 2020).

A *minga* é uma forma de organização comunitária ancestral indígena que surgiu em territórios andinos e ainda está presente em diversos países (Colômbia, Peru, Equador, Bolívia). A palavra vem do quéchua para designar o trabalho agrícola coletivo, traduzindo compromisso com uma atividade comunitária. Na Colômbia, em anos recentes, a *minga* instaura-se como parte de uma agenda de mobilizações de comunidades indígenas, camponesas e populares que realizam grandes jornadas de luta, incluindo paralisação das atividades agrícolas e bloqueio das principais vias do território colombiano. Com o aumento do assassinato de lideranças indígenas após o Acordo de Paz assinado em 2016, os protestos em defesa da vida, da paz e dos direitos humanos têm crescido e atingido a escala nacional. Nesses processos de mobilização indígena, a marcha à cidade se constitui como uma forma de pressão às autoridades, bem como uma busca de apoio dos vizinhos. Os manifestantes apresentam-se exibindo faixas e bandeiras, en-

cenando músicas e discursos e usando vestuários tradicionais. Ruano (2016) analisa e discute os significados da “*Minga de Resistencia Social y Comunitaria Del Suroccidente Colombiano*”, que se estendeu entre outubro e dezembro de 2008 no Departamento de Cauca, com marchas à cidade de Cali.

É importante frisar também que nos interstícios do tecido urbano há uma vida comunitária que renasce e se reinventa. Nas cidades latino-americanas coexistem inúmeras expressões, menores em dimensão e visibilidade, mas persistentes e insistentes na construção de novos sentidos, que instalam e atualizam debates sobre a condição de classe, raça e gênero, dentre outros assuntos. Ocupações de ruas, praças, estações de metrô, terminais rodoviários e ferroviários e seu entorno, enfim, outros usos do espaço público, mostram ações de coletivos de arte, teatro popular, grupos de danças, hip hop, batalhas de poesias, contação de histórias, grafites, pichações e inúmeras outras expressões como maneira direta de compartilhar reflexão e afetividade. Diferentes linguagens culturais e artísticas revelam a rica diversidade que floresce e continua se afirmando com criatividade e coragem no cotidiano das cidades. Por trás disso há um trabalho contínuo de produção, treinamento e pesquisa, oficinas de formação musical e audiovisual, de incentivo à leitura, organização de bibliotecas populares e outras atividades, capilarizadas no território e dispostas a olhar a realidade com senso crítico, sob uma lógica subvertida do mundo.

Uma reflexão final

O uso do espaço público, as diversas formas de usufruir o meio ambiente construído, as mobilizações e todo tipo de manifestações são ferramentas de luta que se mantêm vigentes e firmes em nossos territórios. Sua potencialidade se renova a cada conjuntura, deixando sementes para um novo futuro; é o sentido das palavras de Alexis Cortes, ao refletir sobre a situação atual chilena.

A erupção chilena de outubro continuará modelando novas paisagens, apesar de não sabermos que forma elas adquirirão, pois sua força foi tão avassaladora que é difícil canalizá-la. Mas o magma liberado também criará terrenos férteis para novos futuros. (CORTES, 2019, p. 9).

As mobilizações maciças nas cidades do Chile, em busca de mudanças na ordem econômica e política exigindo uma nova Constituição, revelam a especificidade histórica da formação socioespacial chilena. Todavia, há um traço comum que se expressa em outras formações socioespaciais ao questionar a agenda neoliberal imperante, ao fazer uma crítica consistente do capitalismo. Nessa perspectiva, serve refletir sobre as manifestações recentes acontecidas em cidades latino-americanas, dada a visibilidade dos projetos que estão em pugna e que os espaços públicos revelam.

As possibilidades e potencialidades da vida em comum abrem caminhos para criar novos consensos. É mister buscar a unidade de todos aqueles que pretendam mudanças estruturais para construir uma sociedade mais justa, orientada para atender às necessidades das maiorias. É necessário repensar políticas que tentem uma alternativa de desenvolvimento autônoma e soberana. São muitos os desafios nesta terceira década da América Latina no século XXI.

Referências

- ARROYO, Mónica. América Latina na aurora do século XXI: por uma busca de consensos ativos. *Ciência Geográfica*, v. XIX, n. 1, p. 16-23, jan./dez. 2015.
- ARROYO, Mónica. A América Latina numa encruzilhada: ocaso do projeto de integração? *Geotextos*, v. 13, n. 1, p.13-28, 2017.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama Social da América Latina, 2019*. Resumo executivo (LC/PUB.2020/1-P). Santiago: Cepal, 2020.
- CORTES, Alexis. O outubro chileno: o neoliberalismo nasce e morre no Chile? *Horizontes al Sul*, p. 1-9, 2019.
- CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina: ensayo de interpretación histórica*. México: Siglo XXI, 1977.
- FALS BORDA, Orlando. *Las revoluciones inconclusas en América Latina: 1809-968*. México: Siglo XXI, 1968.
- FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1969].

- GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HIERNAUX, Daniel. Los centros históricos: ¿espacios posmodernos? (de choques de imaginarios y otros conflictos). In: LINDON, Alicia; AGUILAR, Miguel; HIERNAUX, Daniel (coord.). *Lugares e imaginarios en la metrópolis*. México: Antrophos, 2006. p. 27-42.
- HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia. Imaginarios urbanos desde América Latina: tradiciones y nuevas perspectivas. In: SILVA, Armando (ed.). *Imaginarios urbanos en América Latina: urbanismos ciudadanos*. Barcelona: Fundació Antoni Tàpies, 2007. p. 157-168.
- IANNI, Octavio. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- LINDON, Alicia. El imaginario suburbano americano y la colonización de la subjetividad espacial en las periferias pauperizadas de la ciudad de México. *L'Ordinaire des Amériques*, v. 207, p. 117-138, 2007.
- MARINI, Rui Mauro. *América Latina: integración y democracia*. Caracas: Nueva Sociedad, 1993.
- MARINI, Rui Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
- NEMIÑA, Pablo; LARRALDE, Juan. Etapas históricas de la relación entre el Fondo Monetario Internacional y América Latina (1944-2015). *América Latina en la Historia Económica*, p. 275-313, ene/abr. 2018.
- PREBICH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1968 [1963].
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Eduardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.
- QUIJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Revista de Estudos Avançados*, v. 19, n. 55, p. 9-31, set./dez. 2005.
- REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da desigualdade 2019*. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.nossasao-paulo.org.br/>.
- RIBEIRO, Ana Clara. Presenças recusadas: territórios populares em metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente. Ação, técnica e espaço*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- RIBEIRO, Ana Clara. Território brasileiro: usos e abusos – Pequena reflexão sobre as categorias da teoria crítica do espaço: território usado,

- território praticado. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente*. Ação, técnica e espaço. Vol. 3. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- RIBEIRO, Ana Clara. Cidade e capitalismo periférico: em direção à experiência popular. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente*. Ação, técnica e espaço. Vol. 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- RUANO, Elizabeth del Socorro. Protesto indígena na Colômbia: a Minga em questão. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 52, n. 2, p. 263-273, maio/ago. 2016.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço. A formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, María Laura (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, Anpur, 1994. p. 15-20.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.
- SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SILVA, Pablo Abufom. Los seis meses que transformaron Chile. *Intersecciones*, Buenos Aires, p. 1-12, 2020.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. *Cidades*, Dossiê Temático Ativismos sociais e espaço urbano, v. 6, n. 9, p. 9-26, 2009.
- YÁZIGI, Eduardo. *O mundo das calçadas: por uma política democrática de espaços públicos*. São Paulo: Humanitas & Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- ZEA, Leopoldo. *El pensamiento latinoamericano*. México: Ariel, 1976.

SOBRE OS AUTORES

Amélia Luisa Damiani

Possui Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1975), Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1985), Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993), Livre-Docência em Geografia Urbana pela Universidade de São Paulo (2008). É titular em Geografia (2010-2019), professora sênior: 2019-2021 e pós-doutora (1997) na Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne, PARIS 1, França. Atualmente é professora doutora da Universidade de São Paulo, enquanto professora sênior. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em geografia urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: cotidiano, urbano, urbanização crítica, produção do espaço e metrópole.

E-mail: ameluisa@usp.br

Ana Fani Alessandri Carlos

Graduação e Licenciatura em Geografia pela Universidade de São Paulo (1975); título de Mestrado (1979), Doutorado (1987) e Livre-Docência (2000) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado na Universidade de Paris VII e Paris I. Professora titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É professora do programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/FFLCH-USP (mestrado e doutorado). Pesquisadora com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. Atualmente coordena o Grupo de Estudos sobre São Paulo (Gesp: Grupo de geografia urbana crítica) e a FFLCH Edições (editora eletrônica do Gesp/DG/FFLCH-USP). Suas pesquisas e reflexões se voltam, principalmente, para os seguintes temas: produção do espaço, cidade, cotidiano, metrópole, geo-

grafia urbana, teoria e método, com a perspectiva de construção de uma “metageografia”, dando origem a uma coleção de livros sobre esse modo de “pensar e fazer Geografia”.

E-mail: anafanic@usp.br

Ana Maria Leite de Barros

Possui Graduação em Geografia (Bacharel e Licenciatura Plena) e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é professora efetiva da rede de educação básica da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Ufes na linha de pesquisa Estudos Urbanos e Regionais com ênfase em geografia urbana. É membro do Laboratório de Estudos Urbano-Regionais, das Paisagens e dos Territórios (Laburp) da Ufes.

E-mail: amleitedebarros@gmail.com

Angelo Perret Serpa

É professor titular de Geografia Humana da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisador com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, doutor (1994) em Planejamento Paisagístico e Ambiental pela Universität Für Bodenkultur Wien, com Pós-Doutorado em Estudos de Organização do Espaço Exterior e Planejamento Urbano-Regional e Paisagístico realizado na Universidade de São Paulo (USP, 1995-1996) e em Geografia Cultural e Urbana realizado na Université Paris IV (2002-2003) e na Humboldt Universität zu Berlin (2009). Atua nas áreas de Geografia e planejamento, com os seguintes temas de pesquisa: teoria e método em Geografia, espaço público, periferias urbanas e metropolitanas, manifestações da cultura popular, identidade de bairro, cognição e percepção ambiental, apropriação socioespacial dos meios de comunicação, estratégias de regionalização institucional, empreendedorismo popular, bairros empreendedores, comércio e serviços de rua. É docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Arquitetura e Urbanismo da UFBA e editor da revista *GeoTextos*, da UFBA.

E-mail: angserpa@ufba.br

Carlos Fernando Ferreira Lobo

Possui Graduação (1998) e Mestrado (2001) em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor (2009) em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, com Pós-Doutorado (2018) em Demografia pelo Nepo/Unicamp. Professor associado do Departamento de Geografia do IGC/UFMG e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG. Credenciado nos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais, ambos do IGC/UFMG. Líder do grupo de pesquisa intitulado Geografia Aplicada, reconhecido pela UFMG e cadastrado no CNPq. Foi chefe do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, editor-chefe da revista *Geografias* (UFMG) e pesquisador bolsista Fapemig. Atua preferencialmente na subárea de “geografia da população” e “geografia dos transportes”, especialmente nas linhas de pesquisa migrações/mobilidade espacial da população, incluindo a utilização de métodos quantitativos aplicados a análise espacial.

E-mail: carlosfflobo@gmail.com

Carlos Teixeira Campos Júnior

Graduado (1978) em Engenharia Civil pela Ufes, mestre (1985) e doutor (1993) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Pós-Doutorado (2016) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Ufes desde 2008 e professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Ufes (1995-2009). Pesquisa as relações entre formas sociais de produção da construção e as mudanças socioespaciais da cidade, tendo como foco a região metropolitana da Grande Vitória e o Espírito Santo. Possui experiência nos seguintes temas: urbanização, história da cidade, produção imobiliária, construção civil, política habitacional e política urbana.

E-mail: ctcampos@gmail.com

Cláudio Luiz Zanotelli

É licenciado (1987) em Planejamento Regional pela Universidade de Paris X, Nanterre, na França, com maitrise (1992) em Planejamento e

Urbanismo, Diploma de Estudos Aprofundados (DEA) em Geografia e Prática do Desenvolvimento nos Países do Terceiro Mundo (1993) e Doutorado (1998) em Geografia Humana, Econômica e Regional também pela Université de Paris X. Realizou pós-doutorado (2004-2005) no Laboratoire Techniques, Territoires et Sociétés (Latts) – École Nationale des Ponts et Chaussées, em Paris e um pós-doutorado no IPPUR-UFRJ (2018-2019). Pesquisador com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e editor da revista *Geografares*. Realiza pesquisa sobre cidades, geografia econômica e regional e epistemologia da Geografia. É coordenador do Laboratório de Estudos Urbano-Regionais, das Paisagens e dos Territórios (Laburp) da Ufes.

E-mail: clzanotelli@yahoo.com.br

Cesar Ricardo Simoni Santos

É professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH). Graduado (2001) em Geografia pela USP, com Mestrado (2006) e Doutorado (2013) em Geografia Humana também pela USP. É membro do Grupo de Estudos de Geografia Urbana Crítica Radical e do Grupo de Estudos de Teoria Urbana do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP e é pesquisador do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Urbanização e Mundialização (NAPurb). Faz parte da rede internacional Spatial Justice/Justice Spatiale e coordena o convênio acadêmico com o Geographischen Institut da Christian-Albrechts-Universität zu Kiel, Alemanha. Atua principalmente nos seguintes temas de pesquisa: produção do espaço urbano e regional, urbanização do território brasileiro e reprodução do espaço urbano-metropolitano contemporâneo.

E-mail: cesarsimoni@usp.br

Denilson Araújo de Oliveira

Possui Graduação (Licenciatura e Bacharelado) (1999-2004), Mestrado (2004-2006) e Doutorado (2009-2011), todos em Geografia, pela Universidade Federal Fluminense. Professor adjunto do departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. É docente

dos cursos de Graduação e Pós-Graduação (*stricto sensu e lato sensu*) de Geografia da FFP-UERJ. Também é professor do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (UFF). Tem experiência na área Geografia Humana e interesses de pesquisas, ensino, extensão e orientações concentrados na articulação dos seguintes temas: espaço urbano e questão étnico-racial, movimentos sociais urbanos e novas metodologias para o ensino de África. Atualmente coordena o grupo de estudo e pesquisa Negra (Núcleo de Estudo e Pesquisa em Geografia Regional da África e da Diáspora).

E-mail: araujo.denilson@gmail.com

Eliseu Savério Sposito

Graduação em Geografia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente (1974), Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1983) e Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1990). Livre-docência pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente (2000). Pós-doutorado na Université de Paris I - Sorbonne-Panthéon (1994-1996). Credenciado no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (nota 7 Capes). Professor titular (2007), aposentado da Universidade Estadual Paulista e Professor Visitante UFU – Ituiutaba. Membro do corpo editorial de inúmeros periódicos científicos no Brasil e no exterior. Editor-chefe da revista *Formação* (do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/FCT - 2017-2020). Coordenador da área de Geografia na Fapesp (desde 2013). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em geografia urbana e econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: território, industrialização, pensamento geográfico, dinâmica econômica, produção do espaço e cidades médias.

E-mail: essposito@gmail.com

Ester Limonad

Laureada em 2007 com o III Prêmio Milton Santos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Cátedra Rui Barbosa em Estudos Brasileiros da Universidade de Leiden (2014), Pós-Doutorado em Geografia Humana pela Universidad de Barce-

lona (2006), doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1996), mestrada em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1984), graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1977). Professora titular da Universidade Federal Fluminense, coordenadora do Grupo Cidade e Espaço e Lugar (Gecel). Pesquisadora com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. Autora de diversos trabalhos e artigos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais. Tem experiência na área de Geografia Humana e Regional, com ênfase em análise regional, atuando principalmente nos seguintes temas: urbanização, dispersão territorial, reestruturação produtiva, redes, Rio de Janeiro e lugar.

E-mail: ester_limonad@yahoo.com

Eudes Leopoldo

Graduado (2010) e mestre (2013) em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Doutor (2017) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Ietu/Unifesspa). Líder do Gerpe - Grupo de Pesquisa Geografia Regional e Produção do Espaço (Ietu/Unifesspa). Pesquisador dos grupos de pesquisas: Metamorfoses Metropolitanas e Regionais, do Laboratório de Estudos Regionais em Geografia (Lergeo/USP), e Mobilidades, Metropolização e Redes: perspectivas sobre o espaço urbano no Ceará, do Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade (Leurc/Uece). Atua na área de geografia humana, teoria e método em geografia, geografia urbana e geografia regional, com ênfase nos seguintes temas: teoria regional, cidades na fronteira, metropolização regional, financeirização da produção do espaço.

E-mail: eudesleopoldo@gmail.com

Giancarlo Livman Frabetti

Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (Facecon/ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) desde julho de 2016 e pesquisador do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho. Concluiu Doutorado (2013) e Mestrado (2008) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), além do Bacharelado (2005) e da Licenciatura (2005) pela

mesma universidade. Tem experiência de pesquisa na área de Geografia Econômica, com ênfase em geografia urbana e em geografia agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: metropolização, geografia dos subúrbios e do entorno metropolitano, relação campo-cidade, questão agrária.

E-mail: giancarlofrabetti@gmail.com

Igor Robaina

É graduado (2005) em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre (2009) em História Social do Território pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e doutor (2015) em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como pesquisador, dedica atenção especial aos estudos vinculados às diferentes espacialidades cotidianas de grupos e segmentos populacionais marginalizados no espaço urbano, especialmente a população em situação de rua, bem como aos aspectos teóricos e metodológicos da Geografia. Atualmente, é professor adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), atuando como professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da mesma universidade.

E-mail: igorobaina@gmail.com

Jan Bitoun

Graduado em Geografia pela Universidade de Paris X, Nanterre (Licence 1970, Maitrise 1971) e pós-graduado em Geografia Humana e Organização do Espaço na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne (Doutorado, 1981). Professor do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, de 1979 até a aposentadoria, em agosto de 2018, com atuação na Graduação e na Pós-Graduação, que coordenou (1984-1992; 2004-2008). Geógrafo urbano, trata desde a sua formação: i) da urbanização, em relação a ruralidades, a regiões e políticas de desenvolvimento territorial e regional; ii) das cidades, especialmente do Recife e da região metropolitana, dando ênfase à desigualdade socioespacial, aos assentamentos precários e à relação entre geografia e política de desenvolvimento urbano; iii) de políticas públicas, especialmente de saúde e de meio ambiente urbano (a partir do século XXI). Participa desde 1998 da

Rede Observatório das Metrôpoles e colabora com a Rede de Estudos sobre Cidades Médias (Recime).

E-mail: bitounjan@gmail.com

Jorge Luiz Barbosa

Possui Graduação (1980) e Mestrado (1990) em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutorado (2002) em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutorado (2009-2010) em Geografia Humana pela Universidade de Barcelona, Espanha. Pesquisador com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. Atualmente, é professor associado da Universidade Federal Fluminense (UFF), atuando como docente e pesquisador nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da universidade. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em geografia urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: paisagem, política e cultura. Diretor do Observatório de Favelas.

E-mail: jorgebarbosa@vm.uff.br

José Borzacchiello da Silva

É professor titular e emérito da Universidade Federal do Ceará (UFC), com Pós-Doutorado (1991-1993) em Geografia Humana pela Université de Paris IV - Sorbonne. Doutor (1987) e mestre (1978) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). É professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC e professor do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Atua na área de geografia urbana, especialmente no enfoque dos movimentos sociais. Coordena o projeto O Centro de Fortaleza. É articulista do jornal *O Povo*, de Fortaleza. Editou o livro *French-Brazilian Geography: the influence of french geography in Brazil*, pela Springer Briefs in Latin American Studies.

E-mail: borzajose@gmail.com

Luciana Nicolau Ferrara

Possui Graduação (2003) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo e é doutora (2013) em Arquitetura e Urbanismo pela mesma instituição. Professora da Universidade Federal do ABC, vinculada

ao Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, ao Bacharelado em Planejamento Territorial e à Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território. Realizou estágio de pesquisa doutoral na Université du Québec à Montréal, Canadá (2010-2011). Integrou a equipe de pesquisadores do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Fauusp (2004-2013). Tem experiência como consultora independente junto a governos municipais, instituições de pesquisa e organizações não governamentais. Atua na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em planejamento urbano ambiental, principalmente nos seguintes temas: moradia e política habitacional; saneamento ambiental e infraestruturas urbanas; produção do espaço urbano e natureza.

E-mail: luciana.ferrara@ufabc.edu.br

Luis Daniel Santana Rivas

Doctor em Geografía de la Pontificia Universidad Católica de Chile, magíster em Geografía y Geógrafo de la Universidad Nacional de Colombia. Actualmente es docente de la Escuela de Planeación Urbano-Regional de la Universidad Nacional de Colombia, sede Medellín, e del Instituto de Estudios Regionales, Universidad de Antioquia, Colombia. Su área de actuación son las geografías urbanas críticas con atención a las economías políticas espaciales del neoliberalismo y la financiarización.

E-mail: daniel.santana@udea.edu.co

Marcelo Lopes de Souza (UFRJ)

É graduado (1985) em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com Especialização (1987) em Sociologia Urbana pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Mestrado (1988) em Geografia pela UFRJ, Doutorado (1993) em Geografia pela Universität Tübingen, na Alemanha, e Pós-Doutorado (1999) pela University of London, UL, Inglaterra. Atualmente, é professor titular da UFRJ. Pesquisador com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. Agraciado com o Prêmio Jabuti em 2001, na categoria Ciências Humanas e Educação, por seu livro *O desafio metropolitano*. Finalista do Prêmio Jabuti em 2009, na categoria Ciências Sociais, por seu livro *Fobópole*. É membro da Comissão Organizadora da Megacity Taskforce da União Geográfica Internacional (UGI).

Tem dedicado sua atenção profissional ao estudo dos vínculos entre mudança social e organização espacial, abordando os seguintes temas principais de pesquisa: ecologia política; espaço e natureza no pensamento e na práxis libertários; espacialidade das lutas sociais; justiça ambiental como dimensão do desenvolvimento socioespacial; governamentalização da natureza e securitização do ambiente.

E-mail: mlopesdesouza@terra.com.br

Maria Beatriz Rufino

Possui Graduação (2001) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestrado (2005) em Planejamento e Projecto em Ambiente Urbano pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Feup, Portugal), e Doutorado (2012) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Professora doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Participa e coordena pesquisas nacionais e internacionais na área de Planejamento Urbano, focando-se nos temas políticas habitacionais, parcerias público-privadas, produção imobiliária e de infraestruturas. Sua produção acadêmica nos últimos anos procura contribuir com o amplo debate sobre financeirização e neoliberalismo, buscando desenvolver uma compreensão crítica sobre a crescente mercantilização do espaço nas metrópoles do Brasil e da América Latina.

E-mail: biarufino@gmail.com

Mónica Arroyo

Possui Graduação em Geografia pela Universidad de Buenos Aires/Facultad de Filosofía y Letras (1981), Mestrado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo/Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (1997) e Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (2001). Pesquisadora com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. Atualmente é professora no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, tendo lecionado também na Universidad de Buenos Aires, na Universidade Federal do Paraná e, como professora

convidada, na Unicamp. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em geografia econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: globalização, regionalização, América Latina, Mercosul, uso do território, fronteiras e comércio internacional.

E-mail: mmarroyo@usp.br

Nécio Turra Neto

Possui Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (1997), Mestrado em Geografia, pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho (2001) e Doutorado (2008) em Geografia por esta mesma instituição. Foi professor do Departamento de Geografia da Universidade do Centro-Oeste (Unicentro), na cidade de Guarapuava/PR, entre 2003 e 2009. Atualmente é professor assistente da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Presidente Prudente, onde ministra disciplinas para os cursos de Geografia e Arquitetura e Urbanismo. Também está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/Unesp, onde ministra disciplina e orienta nos níveis de mestrado e doutorado. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em geografia cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: juventudes, ensino de geografia, cidade e urbano, território, lugar. Membro do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR).

E-mail: necio.turra@unesp.br

Regina Helena Tunes

Graduada em Geografia (1999) pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre (2004) e doutora (2011) pelo Programa de Geografia Humana da FFLCH/USP, atuando especialmente na pesquisa voltada para a geografia econômica e geografia regional. Professora adjunta do Departamento de Geografia Humana do Instituto de Geografia (Igeog) e docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do grupo de pesquisa Metamorfoses Urbanas e Regionais do Laboratório de Estudos Regionais do DG/USP e pesquisadora do Núcleo Rio de Janeiro do INCT Observatório das Metrópoles, desenvolvendo pesquisa relacionada ao processo de metropolização do espaço e a formação da megarregião Rio de Janeiro-São Paulo.

Pesquisadora (APQ) do CNPq e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Econômica (NEPGE) do Departamento de Geografia Humana do Igeog/Uerj.

E-mail: tunesregina@gmail.com

Rodrigo Hidalgo Dattwyler

Profesor e investigador de la Pontificia Universidad Católica de Chile y doctor em Geografía Humana por la Universidad de Barcelona. Ha centrado su labor de investigación en la geografía de los procesos de transformación neoliberal de los espacios urbanos chilenos. En 2014 recibe el Premio Nacional de Geografía otorgado por la Sociedad Chilena de Ciencias Geográficas. Actualmente es jefe de Programa Del Doctorado em Geografía (Pontificia Universidad Católica de Chile). Asimismo, es director de la *Revista de Geografía Norte Grande* y editor de la serie Geolibros. Dirige el Laboratorio Urbano y participa de diversos proyectos de investigación en Chile y América Latina.

E-mail: rhidalgd@uc.cl

Vivian Albani

Possui Graduação (2007) e Mestrado (2012) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). É professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ipes, *campus* Colatina) desde 2009, lecionando no curso de Arquitetura e Urbanismo. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Ufes na linha de pesquisa Estudos Urbanos e regionais com ênfase em geografia urbana. É membro do Laboratório de Estudos Urbano-Regionais, das Paisagens e dos Territórios (Laburp) da Ufes.

E-mail: vivianalbani@gmail.com

Voltaire Alvarado Peterson

Doctor em Geografía, Pontificia Universidad Católica de Chile. Profesor titular em la Escuela de Geografía, Universidad Academia de Humanismo Cristiano, Chile. Su trabajo de investigación está dedicado a la Geografía Humana, el Estado neoliberal y la naturaleza. Coinvestigador FONDECYT 1201255 y miembro del equipo FONDECYT 1191555.

E-mail: valvaradop@docentes.academia.cl

Esta obra foi produzida em agosto de 2020 no Rio de Janeiro pela Consequência Editora. Na composição foram empregadas as tipologias Minion e Helvetica.